



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Doutorado em Museologia e Patrimônio**

POLÍTICA DE MUSEU E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNEMAT:

trajetórias, perspectivas e desafios

Renato Fonseca de Arruda

UNIRIO / MAST – RJ, junho de 2022

POLÍTICA DE MUSEU E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNEMAT:

TRAJETÓRIAS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

por

Renato Fonseca de Arruda

*Aluno do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha de Pesquisa 02 - Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Orientador: Professor Doutor Marcio Ferreira Rangel

UNIRIO / MAST – RJ, junho de 2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

POLÍTICA DE MUSEU E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNEMAT

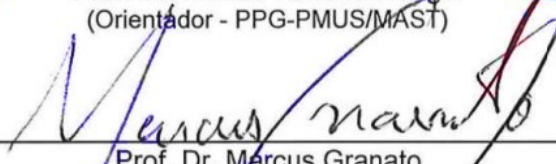
Trajetórias, Perspectivas e Desafios

Tese de Doutorado de Renato Fonseca de Arruda submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT, como requisito final para à obtenção do grau de Doutor em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

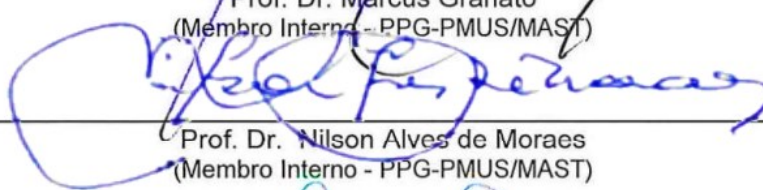
Aprovada por



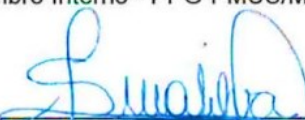
Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel
(Orientador - PPG-PMUS/MAST)



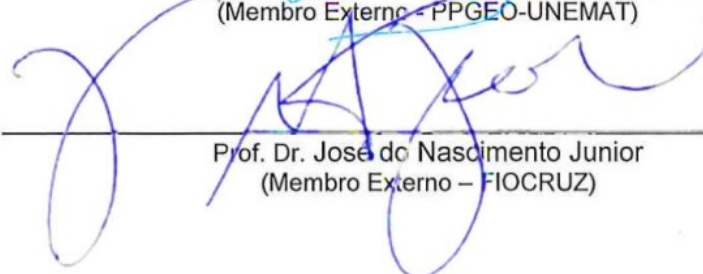
Prof. Dr. Marcus Granato
(Membro Interno - PPG-PMUS/MAST)



Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes
(Membro Interno - PPG-PMUS/MAST)



Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves
(Membro Externo - PPGEO-UNEMAT)



Prof. Dr. Jose do Nascimento Junior
(Membro Externo - FIOCRUZ)

Rio de Janeiro, 2022

Catálogo informatizado pelo autor, conforme sistema

A779 Arruda, Renato Fonseca de.

Política de Museu e Patrimônio cultural da UNEMAT: trajetórias, perspectivas e desafios / Renato Fonseca de Arruda. -- Rio de Janeiro, 2022.
530 f. il.

Orientador: Márcio Ferreira Rangel.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2022.

1. Mato Grosso. 2. Patrimônio Cultural. 3. Museus Universitários. 4. Universidade do Estado de Mato Grosso. 5. Colonialismo Interno. I. Rangel, Márcio Ferreira, orient. II. Título.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

*A todos que sonham com um país mais justo e na transformação
da sociedade a partir da educação libertadora e da cultura
anticolonial.*

*Não tem altura o silêncio das pedras.
Manoel de Barros –
Uma didática da invenção X (2016, p.18)*

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão ao professor Márcio Rangel, meu orientador, pela amizade construída, diálogos enriquecedores, supervisão no Estágio Docência I e valiosas orientações ao longo da minha formação em Museologia e Patrimônio. Seu apoio, respeito, dedicação, paciência e confiança foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal.

Aos membros da banca examinadora de defesa, meus agradecimentos aos professores Sandra Mara Alves da Silva Neves, Nilson Alves de Moraes, Marcus Granato e José do Nascimento Júnior por terem aceitado o convite, bem como pelos apontamentos, revisões, indicações de leitura e reflexões, aos quais permitiram ampliar o olhar sobre as diferentes problemáticas que atravessam os processos de construção, implementação e avaliação das políticas de preservação do patrimônio e dos museus, em especial as relacionadas aos museus universitários brasileiros.

Apesar da mudança do tema da minha pesquisa, não posso deixar de agradecer os membros da Banca de Qualificação. Aos professores Lia Motta, Tereza Scheiner, Alexandre Barbalho e Nilson Alves de Moraes pelas relevantes considerações, que permitiram estabelecer conexões entre as tensões das políticas públicas de cultura com as dos museus e patrimônio cultural. Seus apontamentos e reflexões foram fundamentais para as análises e desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins (PPG-PMUS/UNIRIO/MAST), em especial Luiz Borges, Diana Farjalla, Marcio Campos e Marcus Granato, pela generosidade e inspiração. Todos contribuíram muito na expansão dos meus horizontes de reflexão e desempenharam papéis cruciais no meu crescimento intelectual ao compartilhar seus conhecimentos.

Às coordenadoras do PPG-PMUS, professoras Helena Uzeda e Tereza Scheiner, registro meus agradecimentos pelo comprometimento, paciência e dedicação demonstrados ao Programa e aos alunos. Sob suas coordenações, o PPG-PMUS continuou avançando enquanto um espaço de referência na formação em Museologia e Patrimônio na América Latina. Todo zelo e cuidado dispensados proporcionaram um ambiente acadêmico enriquecedor e inspirador.

Aos servidores técnicos do PPG-PMUS da UNIRIO e do MAST, Alexandra Durão e Simone Santos, respectivamente. O trabalho, a dedicação, a competência e a disponibilidade de vocês foram fundamentais para garantir o bom funcionamento do Programa e para o meu percurso acadêmico.

À Professora Regina Abreu, com que tive a honra e privilégio de cursar o Estágio de Docência II junto à turma de Antropologia dos Museus do curso de graduação em Museologia, agradeço pelos ensinamentos e incentivo.

Estendo meus agradecimentos às professoras Márcia Chuva, Leila Bianchi e aos colegas Gabriel Cid e Lilian Alves Gomes, vinculados ao Grupo de Pesquisa sobre “Políticas de preservação do patrimônio cultural” do Núcleo de Documentação, História e Memória – NUMEM / UNIRIO. Durante o período de 2017 a 2019, acolheram-me e possibilitaram partilhar de importantes e enriquecedores debates. O ambiente colaborativo do grupo proporcionou uma experiência única.

Aos amigos e amigas das turmas de doutorado e mestrado do PPG-PMUS dos anos 2014 e 2016. Em especial, ao Diogo Melo, Júlio Dantas, Marla Prado, Adriano Barreto, Nascimento Jr., Denise Argenta, Úrsula, Anna Tuttman, Ana Cecília, Cássia Liberatori, Saulo M. Rocha, Patrícia Miqueline, Miriam Benevenuto, nos quais tive o prazer em aprender e compartilhar sonhos, prazeres e reflexões.

Aos membros da Comissão da “Política de Museus” da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), instituída em 2020. Em especial, agradeço os diretores e servidores dos museus da Unemat, representados nas pessoas de: Saulo Augusto Moraes e Jairo Fleck, do Museu do Vale do Arinos; Acir Montecchi e Manoel, diretor e técnico, respectivamente, do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”; João Mário Adrião, coordenador do “Museu Casa Borges”; e, Jesus Paixão da Silva, diretor do Museu de História Natural de Alta Floresta. O comprometimento e a dedicação de vocês em relação às políticas de museus e patrimônio cultural a partir de suas áreas de atuação são de extrema relevância para a identificação, conservação, promoção e valorização da diversidade cultural brasileiras em suas regiões.

Meus agradecimentos pela confiança e suporte proporcionado pelos representantes e técnicos da Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UNEMAT. Em especial, ao Reitor Rodrigo Zanin, à Vice-Reitora Nilce Maria e à Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Leonarda Grillo, juntamente com a sua equipe composta por Adriana Baccin, Tanismare Tatiana de Almeida e a técnica Anderluci Zanetti.

Ao Labgeo e grupo de pesquisa SERPEGEO, coordenados pela profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves, grande incentivadora do meu desenvolvimento intelectual e profissional. Obrigado pelo apoio e confiança de sempre.

Aos professores do departamento de História e ao Gilmar, técnico administrativo do Colegiado Regional, ambos vinculados ao Campus Universitário de Cáceres, que contribuíram na minha formação e no levantamento das informações solicitadas.

Aos colegas da seção mato-grossense e direção nacional do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, incluindo os membros do GT de História e Patrimônio da ANPUH-BR, ABA-BR, ICOMOS-BR, Nivaldo Andrade, Marcos Olender, Inês Martina

Lersch, (Gil) Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Cristina H. Gomide, Raul Lanari, Luciana Carvalho, Yussef Campos Ana Carolina da S. Borges, Luciano P. da Silva, Patrícia Osório, Flávia C. da Costa, Aluizio de Azevedo Jr., Ricardo C. Carvalho, Saulo A. de Moraes. Refletir a preservação do patrimônio cultural e sonhar uma nova sociedade junto com vocês permitiu ampliar as reflexões deste estudo.

Aos amigos e amigas que fiz entre 2017 e 2022 na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), cursos de História, Pedagogia, Turismo e Matemática do Polo Miguel Pereira. Em especial, Luciane Adriano, Carmen Sabino, Millena Farias, Luís Cláudio Palermo, Almir, Adriano Cesário Gomes, Yane Santos e Luciano, Aline Helena Martini, Paulo César, Alê Lopes, Alessandra Satiro, Leonardo S. Araújo, Cristina Dalcol, Débora Monteiro, Lenice Pereira, Márcia A. M. Ribeiro, Carol Watanabe, Vanderson De Sousa Silva, Miguel Freire, Pedro Henrique Vieira da Rosa, Rosa Vieira, Alexandre Freitas, Carolina Emília, Sílvio Alves e Edilene Nery. Foram muitos momentos de alegrias e lutas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos queridos amigos do grupo de pareceristas de projetos culturais do patrimônio e museus – Aline, Clarice, Cleberson, Joalisson, Karine, Lilian, Nunez, Patrícia, Tatiane e Rogério – minha sincera gratidão por compartilharem reflexões e me motivarem nesta jornada acadêmica. Vocês são incríveis!

Aos meus professores e amigos dos colégios estaduais São Luís, Demétrio Costa Pereira e União e Força, que plantaram sementes e ajudaram-me encontrar na educação um caminho para um futuro melhor e cheio de sonhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos durante a metade do curso de doutorado.

Por fim, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos meus familiares, em especial à minha companheira Rosi, à minha mãe Anita (Ionice), aos meus tios João Nicolau, Vanderley e João Arruda, à minha irmã Kawanny, aos meus irmãos Renan, Adson e Romário, e ao meu padrinho Gilson. O afeto, a presença, o amor e o apoio constantes, mesmo sem a maioria compreender plenamente o que eu estava fazendo, foram fontes de motivação fundamentais para que eu pudesse iniciar e concluir esta jornada. Sou grato por todo o suporte emocional e encorajamento que recebi de cada um de vocês. Sem vocês, essa conquista não teria sido possível.

RESUMO

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Política de Museu e Patrimônio cultural da UNEMAT**: trajetórias, desafios e perspectivas. 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2022. 530 p.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel.

A presente tese analisa a trajetória dos museus da/e vinculados à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) a partir dos anos 2000, considerando os processos de criação, organização e funcionamento, as contribuições e potenciais para a interiorização e efetivação das políticas nacional, estadual e municipais de preservação, bem como os seus desafios enquanto base para a formulação e organização da política universitária de museus e patrimônio cultural da UNEMAT e suas respectivas áreas, orientadas à integração das atividades de preservação ao ensino, a pesquisa e a extensão entre os anos de 2020 e 2022. Para tanto, foram desenvolvidos diagnósticos museológicos dos seguintes museus: i) Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), ii) Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), iii) Museu do Vale do Arinos (MUVA) e iv) Museu Casa Borges (MUCB). Em termos teóricos, recorreu-se aos debates da Museologia, Políticas Culturais, Administração Pública, Comunicação, Geografia e História, articulando-os as reflexões sobre as diferentes manifestações do colonialismo interno, decorrente do debate decolonial na América Latina. Metodologicamente, realizou-se pesquisas documental, bibliográfica e pesquisa-ação, utilizando acervos disponíveis nos repositórios, arquivos e acervos digitais *online* de universidades e instituições públicas a fim de compreender e analisar aos processos de criação, organização e gestão dos museus e seus lugares no âmbito da universidade e suas relações com os contextos municipais e estadual. As análises consideraram fontes documentais em diferentes suportes, contendo textuais, áudios e audiovisual, a exemplo de leis, decretos, resoluções, portarias, entrevistas, que forma levantadas em diários oficiais, repositórios digitais, sites oficiais de órgãos dos governos federal, estadual e da universidade. A pesquisa-ação executada a partir da Comissão da Política de Museus da Unemat, criada posteriormente ao grupo fundado com a finalidade de pautar os problemas oriundos dos museus. A pesquisa encontra-se apresentada em sete capítulos, juntamente com as etapas da pesquisa na introdução e análises nas considerações finais. As etapas incluem o processo de expansão das políticas de preservação do patrimônio e de museus até Mato Grosso ao longo do século XX e XXI, a contextualização das noções de cultura e patrimônio cultural no âmbito da UNEMAT, a criação e consolidação dos museus, e os diagnósticos museológicos de cada um dos museus. Esses diagnósticos museológicos permitiram identificar a relevância da universidade na interiorização das políticas de museus e preservação de bens culturais, coleções e acervos científicos, arqueológicos, biológicos, etnográficos, históricos, naturais e artísticos patrimonializados e/ou musealizados. Por fim, a pesquisa apresentou a contextualização e análise dos desafios para a construção e implementação da política universitária de museus e patrimônio cultural, bem como da Rede de Museus e dos museus de gestão compartilhada na UNEMAT. Foram abordadas as formas de organização, democratização do acesso às informações, consolidação dos museus como lugares de desenvolvimento indissociável da pesquisa, ensino e extensão, integração a grupos e núcleos de pesquisa, formas e meios de comunicação, utilização de novas tecnologias e redes profissionais.

Palavras-chave: Indicadores de Gestão; Museus Universitários; Colonialismo Interno.

ABSTRACT

ARRUDA, Renato Fonseca de. **MUSEUM AND CULTURAL HERITAGE POLICY OF UNEMAT:** trajectories, perspectives and challenges. Thesis (Doctorate) - Postgraduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2022. 530 p.
Advisor: Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel

This thesis analyzes the trajectory of museums affiliated with the State University of Mato Grosso (UNEMAT) from the 2000s onwards, considering their processes of creation, organization, and operation, their contributions and potential for the internalization and implementation of national, state, and municipal preservation policies, as well as their challenges as a basis for the formulation and organization the university policy on museums and cultural heritage of UNEMAT and their respective areas, oriented towards integrating preservation activities with teaching, research, and extension between 2020 and 2022. To this end, museological diagnoses were developed for the following museums: i) "Alaíde Montecchi" Humanities Museum (MHAM), ii) Alta Floresta Natural History Museum (MUHISNAF), iii) Arinos Valley Museum (MUVA), and iv) Borges House Museum (MUCB). Theoretical debates in Museology, Cultural Policies, Public Administration, Communication, Geography, and History were used, articulating them with reflections on the different manifestations of internal colonialism, arising from the decolonial debate in Latin America. Methodologically, documentary, bibliographic, and action research were carried out, using available collections in online repositories, archives, and digital collections of universities and public institutions to understand and analyze the processes of creation, organization, and management of museums and their places within the university and their relationships with municipal and state contexts. The analyses considered documentary sources in different media, including textual, audio, and audiovisual materials, such as laws, decrees, resolutions, ordinances, and interviews, which were gathered from official diaries, digital repositories, and official websites of federal, state, and university government agencies. Action research was carried out by the UNEMAT Museum Policy Commission, which was created subsequently to the group founded to address museum-related problems. The research is presented in seven chapters, along with the research stages in the introduction and analyses in the final considerations. The stages include the process of expanding preservation policies for heritage and museums to Mato Grosso throughout the 20th and 21st centuries, the contextualization of notions of culture and cultural heritage within UNEMAT, the creation and consolidation of museums, and the museological diagnoses of each of the museums. These museological diagnoses allowed the identification of the university's relevance in internalizing museum and cultural heritage preservation policies, as well as scientific, archaeological, biological, ethnographic, historical, natural, and artistic collections and heritage objects that have been either patrimonialized or musealized. Finally, the research presented the contextualization and analysis of the challenges for the construction and implementation of UNEMAT's university policy on museums and cultural heritage, as well as the Museum Network and the shared management museums at UNEMAT. The forms of organization, democratization of access to information, consolidation of museums as places of indissociable development of research, teaching, and extension, integration into research groups and centers, forms and means of communication, use of new technologies, and professionals networks were addressed.

Keywords: Management Indicators; University Museums; Internal Colonialism.

RESUMEN

ARRUDA, Renato Fonseca de. **POLÍTICA DE MUSEO Y PATRIMONIO CULTURAL DE LA UNEMAT: trayectorias, desafíos y perspectivas.** Tesis (Doctorado) - Programa de Posgrado en Museología y Patrimonio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2022. 530 p.
Asesor. Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel

La presente tesis analiza la trayectoria de los museos de y vinculados a la Universidad del Estado de Mato Grosso (UNEMAT) a partir de los años 2000, considerando los procesos de creación, organización y funcionamiento, las contribuciones y potenciales para la interiorización y efectivización de las políticas nacionales, estatales y municipales de preservación, así como sus desafíos como base para la formulación y organización de la política universitaria de museos y patrimonio cultural de la UNEMAT y sus respectivas áreas, orientadas a la integración de las actividades de preservación en la enseñanza, la investigación y la extensión entre los años 2020 y 2022. Para ello, se desarrollaron diagnósticos museológicos de los siguientes museos: i) Museo de Humanidades "Alaíde Montecchi" (MHAM), ii) Museo de Historia Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), iii) Museo del Valle de Arinos (MUVA) y iv) Museo Casa Borges (MUCB). En términos teóricos, se recurrió a los debates de la Museología, Políticas Culturales, Administración Pública, Comunicación, Geografía e Historia, articulándolos a las reflexiones sobre las diferentes manifestaciones del colonialismo interno, derivado del debate decolonial en América Latina. Metodológicamente, se realizaron investigaciones documentales, bibliográficas y de investigación-acción, utilizando acervos disponibles en los repositorios, archivos y acervos digitales en línea de universidades e instituciones públicas para comprender y analizar los procesos de creación, organización y gestión de los museos y sus lugares en el ámbito de la universidad y sus relaciones con los contextos municipales y estatales. Los análisis consideraron fuentes documentales en diferentes soportes, que contenían textos, audios y audiovisuales, como leyes, decretos, resoluciones, portarias, entrevistas, que fueron levantadas en diarios oficiales, repositorios digitales, sitios oficiales de organismos de los gobiernos federal, estatal y de la universidad. La investigación-acción se llevó a cabo a partir de la Comisión de la Política de Museos de la Unemat, creada posteriormente al grupo fundado con el fin de abordar los problemas surgidos en los museos. La investigación se presenta en siete capítulos, junto con las etapas de la investigación en la introducción y los análisis en las consideraciones finales. Las etapas incluyen el proceso de expansión de las políticas de preservación del patrimonio y de museos hasta Mato Grosso a lo largo de los siglos XX y XXI, la contextualización de las nociones de cultura y patrimonio cultural en el ámbito de la UNEMAT, la creación y consolidación de los museos, y los diagnósticos museológicos de cada uno de los museos. Estos diagnósticos museológicos permitieron identificar la relevancia de la universidad en la interiorización de las políticas de museos y preservación de bienes culturales, colecciones y acervos científicos, arqueológicos, biológicos, etnográficos, históricos, naturales y artísticos patrimonializados y/o musealizados. Por último, la investigación presentó la contextualización y análisis de los desafíos para la construcción e implementación de la política universitaria de museos y patrimonio cultural, así como de la Red de Museos y de los museos de gestión compartida en la UNEMAT. Se abordaron las formas de organización, democratización del acceso a la información, consolidación de los museos como lugares de desarrollo indisoluble de la investigación, enseñanza y extensión, integración a grupos y núcleos de investigación, formas y medios de comunicación, utilización de nuevas tecnologías y redes profesionales.

Palabras clave: Indicadores de Gestión; Museos Universitarios; Colonialismo interno.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapa de organização e seleção das fontes documentais físicas e digitais	23
Quadro 2: Variáveis e estrutura da matriz de análise Pestel	26
Quadro 3: Matriz GUT, com pontuação e base de ranqueamento da FOFA	28
Quadro 4: Línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL.....	81
Quadro 5: Museus Universitários distribuídos por região.....	102
Quadro 6: Distribuição dos 10.049.472 itens registros por região e estado	107
Quadro 7: Pilares estratégicos da Unemat (2014-2021).....	146
Quadro 8: Quantidade de acervos com percentuais.....	171
Quadro 9: Área Interna e Externa do MUHISNAF	208
Quadro 10: SWOT CRUZADA – Análise com recomendações após comparação.....	248
Quadro 11: Bens e instituições culturais patrimonializados e musealizados em Cáceres.	253
Quadro 12: Nomeações de diretores e membros, com períodos de Gestão do MHAM.....	271
Quadro 13: SWOT CRUZADA – Análise após comparação entre FOFA do MHAM	308
Quadro 14: SWOT CRUZADA – Análise após comparação entre FOFA do MUVA.	345
Quadro 15: SWOT CRUZADA – Análise após comparação entre FOFA do MUCB.....	376
Quadro 16: Composição e início do Museu da Cidadania	386

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Museus Regionais do IPHAN (2005)	68
Tabela 2: Museus Nacionais e Unidades do IPHAN em 2005.....	69
Tabela 3: Lista de Sítios Arqueológicos Cadastrados até dezembro de 2009.....	73
Tabela 4: Lista de Sítios Arqueológicos Cadastrados até dezembro de 2021	83
Tabela 5: Bens Registrados pelo IPHAN (2002 a 2019).....	87
Tabela 6: Cursos de Graduação em Museologia em Instituições Públicas	101
Tabela 7: Lista de cidades com bens tombados, instruídos, tombamentos IPHAN (1957-2022).	112
Tabela 8: Lista de bens registrados em Mato Grosso	114
Tabela 9: Tipologias e números de bens tombados pela esfera estadual de Mato Grosso.....	119
Tabela 10: Municípios com Campus, polos e núcleos da Unemat	145
Tabela 11: Atos normativos de criação da Unemat de 1978 a 2008.....	145
Tabela 12: Projetos de Pesquisa e Extensão, bases institucionais do MUHISNAF (1999-2004).	187
Tabela 13: Projetos com suas respectivas modalidades, financiador e quadro de bolsistas	188
Tabela 14: Resoluções e Portarias que institucionalizaram o Museu (MUHISNAF).....	195
Tabela 15: Designação da coordenação do projeto MUHISNAF	201
Tabela 16: Membros da Gestão interna do Centro de Pesquisa e Extensão / MUHISNAF.....	202
Tabela 17: Grupos de Pesquisa, Programa de Extensão e Projetos com os coordenadores.....	203
Tabela 18: Metragens da área Interna do Auditório do MUHISNAF	207
Tabela 19: Resumo Inventário de bens patrimoniais do MUHISNAF (2015).....	214
Tabela 20: Atividades de curadoria, pesquisa e tratamento por quantidade de acervo.....	214
Tabela 21: Lista de empreendimentos e projetos de arqueologia,	218
Tabela 22: Coleções do Museu de História Natural de Alta Floresta – MHNFAF	220
Tabela 23: Lista de fragilidades do MUHISNAF	226
Tabela 24: Projetos integrados ao MUHISNAF a partir da universidade	227
Tabela 25: Atividades e exposições do Museu MUHISNAF	230
Tabela 26: Projetos com cursos, oficinas e projetos realizadas entre 2010 e 2016 e.....	233
Tabela 27: Atendimento a comunidade externa do Museu	234
Tabela 28: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MUHISNAF	237
Tabela 29: Análise dos percentuais e valores dos fatores internos e externos (MUHISNAF)	244
Tabela 30: Fatores internos – Análises das Forças e Fraquezas do MUHISNAF	245
Tabela 31: Fatores Externos – Oportunidades e Ameaças do MUHISNAF.....	246
Tabela 32: Normas, data de publicação, instância e situação na UNEMAT até 2022	265
Tabela 33: Normas, data de publicação, instância e situação atual e descrição relativas ao MHAM	267
Tabela 34: Legenda da Planta Baixa Interna do MHAM.....	276
Tabela 35: Situação de ocupação dos espaços do MHAM.....	277
Tabela 36: Lista de Sítios Arqueológicos e quantidade de suas peças localizados em MS	283
Tabela 37: Coleções do MHAM	290
Tabela 38: Projetos, ano de execução, natureza, coordenadores e equipe.	292
Tabela 39: Exposições, cursos, minicursos, oficinas e eventos entre 2015 e 2021.	295
Tabela 40: Atendimento a comunidade externa do MHAM.....	296
Tabela 41: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MHAM.	298
Tabela 42: Valores dos fatores internos e externos (MHAM)	304
Tabela 43: 10 Fatores internos – Análises das Forças e Fraquezas do MHAM	305
Tabela 44: Fatores Externos – Análises das Oportunidades e Ameaças do MHAM	306
Tabela 45: Bens e instituições culturais patrimonializados e musealizados em Juara, MT	315
Tabela 46: Leis e normas do MUVA de 2018 a 2021	320
Tabela 47: Nomeações de diretores e coordenadores, períodos de gestão até 03/2022.....	324
Tabela 48: Projetos de Pesquisa e Extensão, seus coordenadores, portaria e período do MUVA ...	326
Tabela 49: Legenda das metragens do MUVA	328
Tabela 50: Tipos Gerais de Acervos do MUVA	331
Tabela 51: Coleções do Museu de Vale do Arinos - MUVA	334
Tabela 52: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MUVA.....	337
Tabela 53: Análise dos percentuais e valores dos fatores internos e externos (MUVA).....	341
Tabela 54: 10 Fatores internos – Análises das Forças e Fraquezas do MUVA.....	342
Tabela 55: Fatores Externos – Análises das Oportunidades e Ameaças do MUVA.....	343
Tabela 56: Bens patrimonializados e/ou musealizados em Barra do Bugres (MT).	350
Tabela 57: Portarias e Projetos o Museu no âmbito da Unemat, com vigência.....	353

Tabela 58: Membros dos Projetos de Extensão, com períodos de gestão MUCB	354
Tabela 59: Legenda das Plantas Baixas do MUCB	362
Tabela 60: Exposições, oficinas e eventos entre 2018 e 2021	366
Tabela 61: Atividades e Exposições do MUCB	367
Tabela 62: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MUCB	369
Tabela 63: Análise dos percentuais e valores dos fatores internos e externos do MUCB	372
Tabela 64: Análises das Forças e Fraquezas do MUCB	373
Tabela 65: Fatores Externos – Análises das Oportunidades e Ameaças do MUCB.....	374
Tabela 66: Vínculos e Organização dos Museus da Unemat	381
Tabela 67: Panorama da gestão dos museus -12/2020	383
Tabela 68: Panorama das áreas dos Museus	383

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fatores que compõem a análise SWOT/ FOFA.....	25
Figura 2: Organização do diagnóstico e instrumentos de preservação da memória.....	27
Figura 3: Abrangência de atuação dos museus, da Universidade e dimensões dos acervos.....	29
Figura 4: Rede de atuação dos diferentes museus e atores de integração à Universidade.....	29
Figura 5: Organograma do IPHAN em outubro de 2000.....	60
Figura 6: A, Distribuição das Superintendências Regionais e coordenação regionais e a B, com demonstrando a concentração dos museus até 2009.....	61
Figura 7: Distribuição do IPHAN, com suas unidades descentralizadas e os museus.....	71
Figura 8: Mapa estratégico do IPHAN (2013-2015).....	75
Figura 9: Mapa estratégico do IPHAN (2017-2019).....	76
Figura 10: Mapa estratégico do IPHAN (2021-2024).....	77
Figura 11: Instituições de Guarda e Pesquisa cadastradas em abril de 2017.....	83
Figura 12: Estrutura normativa federal ligadas ao IPHAN, IBRAM, AN.....	93
Figura 13: Museus vinculados ao IBRAM e suas localizações por Estado em 2009.....	97
Figura 14: Mapa com a distribuição dos museus por estado (2010).....	99
Figura 15: Distribuição espacial dos bens tombados, registrados, inventariados e sítios arqueológicos cadastrados nos municípios mato-grossenses.....	120
Figura 16: Territórios indígenas no estado de Mato Grosso, com bens patrimonializados.....	121
Figura 17: Distribuição espacial dos 56 museus por mesorregiões e municípios.....	123
Figura 18: Localização dos sítios arqueológicos, quilombos, museus (2021).....	125
Figura 19: Distribuição da UNEMAT em relação aos museus, coleções científicas, sítios arqueológicos, quilombos certificados.....	126
Figura 20: Árvore de problemas da política pública de cultura em Mato Grosso.....	128
Figura 21: Incêndio do Museu Nacional, vinculado a UFRJ, no dia 02/09/2018.....	131
Figura 22: Incêndio da Reserva Técnica do Museu de História Natural da UFMG.....	136
Figura 23: Distribuição cartográfica dos Campi Universitários e Núcleos Pedagógicos.....	142
Figura 24: Localização dos Campi e Núcleos Pedagógicos da UNEMAT em 2007.....	143
Figura 25: Localização dos Campi, Polos e Núcleos Pedagógicos da UNEMAT em 2017.....	144
Figura 26: Evolução do quadro de pessoal entre 1998 e 2007.....	165
Figura 27: Territórios indígenas com patrimônios materiais e imateriais indígenas.....	167
Figura 28: Distribuição dos museus, dos bens patrimonializados e a presença da universidade.....	168
Figura 29: Municípios com campus e polos da Unemat com coleções científicas, bens tombados, registrados e cadastrados nos níveis estadual e federal.....	175
Figura 30: Município de Alta Floresta, localização do Museu universitário.....	182
Figura 31: Entrada do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF).....	186
Figura 32: Vínculo principal da infraestrutura do MUHISNAF.....	191
Figura 33 A-B-C: Folheto do Ponto de Cultura no Museu.....	193
Figura 34: Banner na parte interna do MUHISNAF.....	195
Figura 35: Edital Complementar de Bolsa 01/2008, de fluxo contínuo de extensão.....	195
Figura 36: Organização administrativa do MUHISNAF.....	198
Figura 37: Apresentação do Museu no site oficial do campus como uma de suas unidades.....	199
Figura 38: Projeto Arquitetônico de Ampliação do MUHISNAF.....	206
Figura 39A/B: Projeto Arquitetônico da ampliação em Alvenaria do MUHISNAF.....	207
Figura 40: Projeto Arquitetônico com proposta de ampliação em alvenaria do piso térreo.....	209
Figura 41 A-B-C: Projeto Arquitetônico do MUHISNAF.....	210
Figura 42: Projeto Arquitetônico com proposta da Sala Reserva Técnica e Laboratório.....	211
Figura 43: Projeto Arquitetônico com proposta da Sala - Reserva Técnica, aprovada pelo IPHAN.....	212
Figura 44: Cartaz da ação para levantamento e doação de acervos.....	213
Figura 45: Ficha para diagnóstico de acervo arqueológico rápido.....	213
Figura 46: Cartaz da ação para levantamento e doação de acervos.....	213
Figura 47: Formulário para cadastro das doações e doadores de acervos em 1999.....	213
Figura 48: Expositores e peças do acervo geológico do MUHISNAF.....	215
Figura 49: Sala de memória com parte dos acervos coletados e doados.....	216
Figura 50: Sala de memória com parte dos acervos coletados e doados.....	216
Figura 51: Expositores com acervos da coleção de zoologia.....	216
Figura 52: Expositores e peças do acervo paleontológico (Réplica de Dinossauro).....	217
Figura 53: : Expositores e peças do acervo paleontológico (Preguiça Gigante).....	217
Figura 54: Expositores e peças do acervo etnográfico.....	217

Figura 55: Formulário de diagnóstico arqueológico para identificação e doação de peças.	219
Figura 56: Formulário auxiliar para compreensão da região do Vale do Teles Pires.	219
Figura 57: Reserva técnica com acervo arqueológico.....	219
Figura 58: Expositores com acervo arqueológico.....	219
Figura 59: Programa de Gerenciamento de Acervo já utilizado pelo MUHISNAF.	222
Figura 60: Programa de Inventário de Acervo do MUHISNAF.	223
Figura 61: Ficha de Gerenciamento dos Acervos Etnográfico e Histórico.....	223
Figura 62: Fragmentos arqueológicos, com nomeação e número de inscrição expostos.	224
Figura 63: Peças da Coleção Zoológica, com nomeação e número de inscrição.	224
Figura 64: Fragmentos arqueológicos na RT, com nomeação e nº de inscrição.	224
Figura 65: Instrumento de Acompanhamento dos museus.	225
Figura 66: Cineclube Mastodonte.	233
Figura 67: Trampando o Buriti.....	233
Figura 68: Oficina de Desenho.....	233
Figura 69: Oficina de Bonsai.	233
Figura 70: Oficina Papelart.....	233
Figura 71: Curso de Cerâmica.	233
Figura 72: Logo do Museu e do Site.....	236
Figura 73: Logo do Museu, presente em Catálogos e Redes.	236
Figura 74: Logo do Ponto de Cultura.....	236
Figura 75: Logo da SAMAF.....	236
Figura 76: Logo do Cineclube integrado ao Museu.....	236
Figura 77: Site institucional do Museu.....	236
Figura 78: Amostras do acervo de Zoologia, configurando exposição virtual no Site - Link.....	236
Figura 79: Blog do Cineclube Mastodonte - Link (2010 a 2016).	236
Figura 80: Blog do Cineclube Mastodonte- Link (2010 a 2016).	236
Figura 81: <i>Fanpage</i> Link 1 – 2020 a 2022.....	237
Figura 82: <i>Fanpage</i> Link 2 - 2018.	237
Figura 83: Canal no Instagram 2020-2021 Link.	237
Figura 84: Site do Museu, indicando registros digitais, parcerias e projetos com recursos.	237
Figura 85: Frente do Folder do Museu.	239
Figura 86: Verso do Folder do Museu.	239
Figura 87 A-B-C: Folheto do Ponto de Cultura no MUHISNAF.....	240
Figura 88: Município de Cáceres, com localização do Museu de Humanidade “Alaíde Montecchi”.	252
Figura 89: Entrada Principal do MHAM.	263
Figura 90: Lotacionograma e organização do MHAM.	268
Figura 91: Site do Campus de Cáceres, com indicação dos seus Centros.	270
Figura 92: Planta baixa do MHAM, 2014.	276
Figura 93: Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PTEC do MHAM.....	278
Figura 94: Parte externa da frente do Museu.	279
Figura 95: Parte externa junto ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.	279
Figura 96: Parte externa do Museu com acervo artístico na rotatória e entrada do Museu.	279
Figura 97: Parte externa integrada ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.....	279
Figura 98: Caixas com fragmentos arqueológicos de diversos projetos de resgate.	282
Figura 99: Caixa 129, com fragmentos do Projeto de Resgate Arqueológico Balsamo.	282
Figura 100: Urnas com fragmentos do ossos acondicionadas na sala de reserva técnica.	282
Figura 101: Crânio e cerâmicas acondicionados no arquivo deslizante.....	282
Figura 102: Cerâmicas acondicionadas no arquivo deslizante.	282
Figura 103: Urnas com fragmentos do ossos acondicionadas na sala de reserva técnica.	282
Figura 104: Acervo etnográfico indígena acondicionado no arquivo deslizante da sala do NAI.	285
Figura 105: Acervo etnográfico indígena acondicionado no arquivo deslizante da sala do NAI.	285
Figura 106: Acervo etnográfico quilombola acondicionado na sala de exposição 04.....	286
Figura 107: Acervo etnográfico quilombola acondicionado na sala de exposição 04.....	286
Figura 108: Acervo espeleológico exposto na sala de exposição 04.	286
Figura 109: Foto da Dolina Água Milagrosa, parte do acervo espeleológico.	286
Figura 110: Panorâmica da sala de exposição 4, com parte do acervo espeleológico.	286
Figura 111: Bens móveis e integrados aludindo arte rupestre e esculturas em fibra.	288
Figura 112: Presépio em cerâmica que compõem o acervo artístico da sala de exposição 01.	288
Figura 113: Pinturas em isopor que compõem o acervo artístico da sala de exposição 03.	288
Figura 114: Pinturas em tela que compõem o acervo artístico da sala de exposição 04.	288

Figura 115: Acervo privado depositados na sala de exposição 02.....	289
Figura 116: Acervo privado depositados na sala de exposição 02.....	289
Figura 117: Logo do Museu no Site e Panfletos	298
Figura 118: Logo do Museu nas Redes	298
Figura 119: <i>Fanpage</i> do MHAM	298
Figura 120: Site institucional do Museu.....	298
Figura 121: Canal no Instagram.....	298
Figura 122: Comunidade Facebook.....	298
Figura 123: Canal no Youtube.....	298
Figura 124: Catálogo da Exposição Flor da Terra.....	300
Figura 125: Catálogo da Exposição Flor da Terra.....	300
Figura 126: Panfleto do MHAM	300
Figura 127: Municípios de Juara, onde fica localizado o Museu do Vale do Arinos (MUVA).....	313
Figura 128: MUVA e as instituições que compõem Conselho Curador.....	317
Figura 129: Reunião de definição da localização do MUVA.....	318
Figura 130: Localização do MUVA, Praça dos Colonizadores, centro de Juara-MT.....	319
Figura 131: Organização administrativa e lotacionograma do MUVA	321
Figura 132: Esboço da planta baixa do prédio do MUVA.....	328
Figura 133: Fachada da Entrada do MUVA (02/2022).....	329
Figura 134: Peças da coleção entomológica do MUVA	329
Figura 135: Peça da coleção etnográfica afixada na parede.....	329
Figura 136: Expositores com peças das coleções de arqueologia e etnografia.....	330
Figura 137: Peça da coleção de artística próximo ao bebedouro.....	330
Figura 138: Visita ao Sítio arqueológico “Lage I” localizado em Juara-MT.....	332
Figura 139: Peças da coleção de etnografia.....	332
Figura 140: Peça que compõem parte das coleções paleontológica, geológica e arqueológica.....	332
Figura 141: Artesanatos indígenas expostos e a venda.....	333
Figura 142: Artesanatos indígenas expostos e a venda.....	333
Figura 143: Acervo Histórico de Numismática	333
Figura 144: Artesanatos indígenas e obras de arte expostos e a venda.....	333
Figura 145: Site institucional do MUVA.....	337
Figura 146: Instagram do MUVA.....	337
Figura 147: <i>Fanpage</i> do MUVA no Facebook.....	337
Figura 148: O MUVA não possui conta no Youtube, porém, a Unemat e o Ecumam.....	337
Figura 149: Localização do município de Barra do Bugres e do Museu Casa Borges.....	348
Figura 150: Museu Casa Borges, em dia atividades abertas à comunidade em 2019.....	352
Figura 151: Museu Casa Borges, março de 2022.....	352
Figura 152: Vínculos do MUCB.....	358
Figura 153 A-B: Planta baixa do terreno e do prédio do MUCB.....	360
Figura 154 A-B: Planta baixa do terreno, contendo a área do prédio do Museu e.....	361
Figura 155: Planta baixa com m ² por espaço do prédio do MUCB.....	362
Figura 156: Parte interna do MUCB, março de 2022.....	364
Figura 157: Parte externa com a fachada frontal, março de 2022.....	364
Figura 158: Exposição Povo Balatiponé-Umutina	365
Figura 159: Exposição Comunidades Quilombolas de Barra do Bugres.....	365
Figura 160: Exposição – Barra do Bugres: Natureza, História e Cultura.....	365
Figura 161: Exposição – Especial Mulheres	365
Figura 162: Blog com apresentação dos artistas	365
Figura 163: Blog com apresentação dos artistas	365
Figura 164: Logo do MUCB.....	369
Figura 165: <i>Fanpage</i> do MUCB.....	369
Figura 166: Instagram do MUCB.....	369
Figura 167: Site do MUCB.....	369
Figura 168: Comunidade do MUCB no Facebook.....	369
Figura 169: Blog do MUCB	369
Figura 170: Percursos administrativos para a criação e vinculação dos museus.....	388
Figura 171: Possíveis arranjos de cooperação,	399
Figura 172: Estrutura e organização da composição do Fórum de Museus da Unemat.....	400
Figura 173: Organograma do vínculo dos Museus e da Rede de Museus da Unemat.....	401

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEDOC	Coordenação Geral de Documentação e Pesquisa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EFMM	Estrada de Ferro Madeira Mamoré
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FEPOIMT	Federação Estadual dos Povos Indígenas de Mato Grosso
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MEC	Ministério da Educação
MES	Ministério da Educação e Saúde
MHN	Museu Histórico Nacional
MUCB	Museu Casa Borges
MHAM	Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”
MUVA	Museu do Vale do Arinos
MUHISNAF	Museu de História Natural de Alta Floresta
MinC	Ministério da Cultura
MN	Museu Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PIX	Parque Indígena do Xingu
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PROJUR	Procuradoria Jurídica do Iphan
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNM	Sistema Nacional de Museus
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SNA	Sistema Nacional de Arquivos
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
TCU	Tribunal de Contas da União
UFAL	Universidade Federal do Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	x
Abstract.....	xi
Resumen.....	xii
Lista de Quadros.....	xiii
Lista de Tabelas.....	xiv
Lista de Ilustrações.....	xvi
Lista de Siglas e Abreviaturas Utilizadas.....	xix
INTRODUÇÃO.....	01
Referencial teórico-conceitual.....	06
Percurso metodológicos.....	18
Estrutura da tese.....	30
CAPÍTULO 1 – MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS.....	32
1.1 – Trajetórias das Políticas Nacionais de Museu e Patrimônio Cultural no Brasil.....	33
1.2 – Compromissos de Brasília e Salvador: base da descentralização.....	45
1.3 – Aumento dos museus, os direitos culturais e a política neoliberal.....	50
1.4 – Da atuação e consolidação do IPHAN nos Estados nos anos 1990 e 2000.....	57
1.5 – Tempo das mudanças: fortalecimento institucional e as bases da política cultural.....	65
1.6 – Dos ventos da mudança nas políticas federais de preservação.....	67
1.6.1 – Criação do DEMU.....	67
1.6.2 – O IPHAN e o Programas nos Governos Lula.....	70
1.7 – A reorganização da preservação do patrimônio cultural no IPHAN nos governos Dilma.....	74
1.7.1 – A Chancela da Paisagem Cultural como instrumento de preservação.....	78
1.7.2 – As Casas do Patrimônio e a Educação Patrimonial.....	79
1.7.3 – INDL como instrumento de preservação.....	81
1.7.4 – Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico.....	82
1.7.5 – A Categoria de Patrimônio Mundial da UNESCO.....	84
1.7.6 – A Categoria de Patrimônio Imaterial da Humanidade.....	85
1.7.7 – O Registro do Patrimônio Cultural como instrumento de preservação.....	86
1.7.8 – O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio e o Centro Lúcio Costa.....	88
1.7.9 – Os bens tombados, o PAC-Cidades Históricas e o Sistema Nacional de Patrimônio.....	90
1.8 – Os dilemas e perspectivas do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia.....	95
1.9 – Do IBRAM, a Política Nacional de Museus e o Estatuto dos Museus.....	96
1.9.1 – Museus Universitários no Brasil.....	101
1.9.2 – Coleções Científicas Biológicas nas universidades.....	103
1.9.3 – Redes e Sistemas de Museus Universitários Federais e Estaduais no Brasil.....	108
1.10 – Mato Grosso: a preservação do patrimônio cultural e os museus.....	110
1.10.1 – O IPHAN em Mato Grosso e suas ações.....	111
1.10.2 – A preservação do patrimônio pela esfera de governo estadual.....	115
1.11 – Os desafios dos museus e da preservação do patrimônio cultural na atualidade.....	129
CAPÍTULO 2 - UNEMAT E OS PERCURSOS DOS SEUS MUSEUS.....	137
2.1 – Da criação à expansão do ensino superior em Mato Grosso.....	138
2.2 – Definindo diretrizes: Cultura e Museus no 1º Congresso Universitário.....	147
2.3 – Entre normas e planejamento: base dos museus e coleções nas políticas de pesquisa e extensão na Unemat.....	158
2.4 – UNEMAT e a sua política de Museu e Patrimônio Cultural.....	175
CAPÍTULO 3. DIAGNÓSTICO DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA..	180
3.1 – Localização do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF).....	181
3.2 – Trajetórias da criação e inauguração.....	183
3.3 – Organização administrativa e governança do MUHISNAF.....	190
3.4 – Arquitetura do Museu: infraestrutura predial e administrativa.....	206
3.5 – Acervo e Coleções Científicas do MUHISNAF.....	212

3.6 – Instrumentos de inventário e gestão do acervo e coleções museológicas do MUHISNAF.....	221
3.7 – Atividades do MUHISNAF: exposições, educação e a comunidade externa.....	229
3.8 – Atendimento a comunidade interna e externa pelo MUHISNAF.....	232
3.9 – Comunicação: entendimento, meios e instrumentos utilizados.....	235
3.10 – Investimentos no MUHISNAF.....	240
3.11 – Gestão e planejamento no âmbito do MUHISNAF.....	242
CAPÍTULO 4 - DIAGNÓSTICO DO MUSEU DE HUMANIDADES “ALAÍDE MONTECCHI”.....	250
4.1 – Localização do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM).....	251
4.2 – Do “presente de grego” a regulamentação do MHAM.....	255
4.3 – Organização administrativa e governança.....	263
4.4 – Arquitetura museal: estrutura predial e territorial.....	275
4.5 – Acervo e coleções científicas do MHAM.....	280
4.6 – Instrumentos de inventário e gestão do acervo e coleções museológicas.....	291
4.7 – Projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão no MHAM.....	291
4.8 – Atividades: exposições, educação e a comunidade externa.....	294
4.9 – Comunicação: entendimento, meios e instrumentos.....	297
4.10 – Investimento no MHAM.....	300
4.11 – Gestão e planejamento no âmbito do MHAM.....	302
CAPÍTULO 5. DIAGNÓSTICO DO MUSEU DO VALE DO ARINOS.....	311
5.1 – Localização do Museu do Vale do Arinos (MUVA).....	312
5.2 – Do “Elefante Branco” ao Museu do Vale do Arinos (MUVA).....	316
5.3 – Trajetória e gestão do MUVA no âmbito da UNEMAT.....	325
5.4 – Arquitetura do MUVA: Infraestrutura predial e administrativa.....	327
5.5 – Acervo e coleções científicas.....	330
5.6 – Comunicação: atendimento, meios e instrumentos.....	337
5.7 – Investimentos no MUVA.....	339
5.8 – Gestão e planejamento do MUVA.....	340
CAPÍTULO 6. DIAGNÓSTICO DO MUSEU CASA BORGES	347
6.1 – Localização do Museu Casa Borges (MUCB).....	348
6.2 – Museu Casa Borges (MUCB): de projeto de extensão à gestão compartilhada.....	350
6.3 – Organização administrativa e governança.....	354
6.4 – Arquitetura do Museu: estrutura predial e territorial.....	359
6.5 – Política de Acervo e Coleções do MUCB.....	364
6.6 – Atividades: exposições, educação e a comunidade externa.....	366
6.7 – Atendimento a comunidade interna e externa.....	367
6.8 – Comunicação: entendimento, meios e instrumentos.....	369
6.9 – Investimentos no MUCB.....	370
6.10 – Gestão e planejamento do MUCB.....	371
CAPÍTULO 7. DA POLÍTICA AOS DESAFIOS DA REDE DE MUSEUS.....	378
7.1 - Dos problemas gerais dos Museus da Unemat.....	379
7.2 – Prognóstico e as bases da Política de Museus e Patrimônio Cultural.....	385
7.3 - Modelos de gestão e governança dos museus da/na Unemat.....	387
7.4 - Definições, diretrizes da política de museus e patrimônio da Unemat.....	389
7.5 - Arquitetura institucional da Rede de Museus da Unemat.....	395
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	405
REFERÊNCIAS.....	418
ANEXOS.....	447

INTRODUÇÃO

As discussões em torno dos museus e patrimônios culturais têm ganhado destaque ao longo das últimas décadas em diversos campos do conhecimento¹, História, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Ciências Sociais. Somados aos da Museologia, os estudos apresentam teorias, conceitos, metodologias e técnicas de pesquisa que são fundamentais para a compreensão de problemas complexos relacionados a preservação do patrimônio cultural.

Na última década (2012-2022) aconteceu um avanço significativo no desenvolvimento de estudos com enfoque nas políticas públicas de museus e patrimônio cultural institucionalizados a partir das diferentes esferas governamentais (federal, distrital, estados e municípios) no Brasil. Dentre os temas encontram-se também sobre os processos de institucionalização e mudanças institucionais, a atuação de diferentes atores sociais e seus papéis, valores, processos de patrimonialização, musealização, conservação, nação, identidade nacional, o direito à memória, os direitos culturais e os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação da gestão das políticas públicas de preservação.

Transformar a Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e os museus da Universidade do Estado de Mato Grosso (PUMPC/UNEMAT) em tema deste estudo decorreu do interesse em compreender as trajetórias, forças e fraquezas dos museus e da política universitária, incluindo os papéis dos profissionais e grupos de pesquisa de diferentes campos do saber, engajados na preservação do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia (GRANATO, 2008; 2015) e da diversidade de referências culturais mato-grossenses. Nesse contexto, os museus da UNEMAT foram compreendidos como museus universitários.

Conforme Bruno (1997, p. 47), os museus universitários constituem-se em “instituições científicas com responsabilidades culturais e sociais” com programas e projetos formados a partir da “indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, desenvolvidos a partir das ações de coleta, estudo, organização, conservação, documentação, guarda, exposição e mediação cultural. Por vezes, compreendidos como aqueles mantidos e pertencentes às universidades, pode-se dizer que essa noção de museu vem sendo ampliada em decorrência das diferentes ações e experiências ora constituídas através das diferentes formas de gestão compartilhada e tipologias de museus, ora por processos museológicos, conforme definições do Estatuto dos Museus (2009), instituídas pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013.

Ao focar os museus e o processo de criação da política universitária de museus e patrimônio cultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (PUMPC/UNEMAT), criados entre 2000 e 2018, e aprovada em 2022, respectivamente, essa tese surge como um ato político, haja vista que além de envolver militância no campo da preservação do patrimônio,

¹ Ver: Barros (2011) e Bourdieu (2004).

também adota o pensamento crítico de fronteira em relação as políticas nacionais e estadual de patrimônio cultural e museu. Ou seja, este estudo trata também da minha existência e minhas preocupações oriundas das “vivências” na fronteira territorial, administrativa e política, constituída por fronteiras culturais. Parafraseando a mexicana Glória Anzaldúa (2012, p.36), surge da minha necessidade de falar sobre um lugar de afeto e “sobre a vida, vivendo nas sombras”. Ou seja, a partir do território fronteiriço com constantes silenciamentos de/entre diferentes grupos e classes sociais, que, paradoxalmente, estão em permanente estranhamento cultural e produzindo novas territorialidades através de partilhas e produções de códigos, símbolos, saberes.

Ao abordar os museus e a política universitária de museus e patrimônio cultural da universidade estadual através dos instrumentais teóricos e metodológicos da Museologia, essa escolha ocorreu em meio a um posicionamento político voltado para a iniciativa de contribuir na ampliação de estudos sobre as políticas de preservação na região oeste do centro-oeste brasileiro. E, em certa medida, também se soma com a constatação da necessidade de desconcentrar os estudos sobre os museus e patrimônios culturais universitários. Essa escolha reflete, portanto, no pensamento crítico sobre as noções de patrimônio e museus, ainda mais diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19 (2020/2022), das tensões político-partidárias, das descontinuidades do financiamento das políticas públicas federais de cultura, do sucateamento das instituições federais de cultura e do desinvestimento e ataque às universidades públicas entre 2016 e 2022, com recorrentes incêndios em museus universitários brasileiros.

Antes deste estudo, o contato com os Museus da Unemat aconteceu inicialmente na graduação em História e através da participação em projeto de extensão² vinculado ao Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres, hoje denominado Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”.

Em resposta ao convite do diretor do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), prof. Acir Fonseca Montecchi, em junho de 2020, através do trabalho à distância, retomo a participação com a finalidade de contribuir na construção da Política Universitária de Museus, momento que também pude conhecer os outros três museus – vinculados a universidade e geridos principalmente através de projetos de extensão da Unemat.³ Por isso, para referir a eles, adotar-se-á a denominação “museus da Unemat”. Essa imersão e as

² Entre os anos de 2011 e 2012, retorno a partir da atuação profissional junto ao projeto de extensão “Educação patrimonial, gestão participativa e sustentabilidade no município de Cáceres”. Em 2016, a convite da diretora e profa. Dra. Marli Auxiliadora de Almeida, com a participação através de contribuições técnicas no processo de construção da proposta do Plano Museológico, reorganização e regulamentação do Centro de Pesquisa e Museu em Paleontologia, Espeleologia, Arqueologia e Etnologia de Cáceres, que passou a ser denominado Centro de Pesquisa e Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”.

³ Isso se deu inicialmente após a integração ao grupo “Política de Museus da Unemat” (UNEMAT, 2020d), criado em grupo virtual do WhatsApp, com o propósito de contribuir na construção de novos instrumentos para a institucionalização, manutenção, criação, gestão e financiamento dos museus da universidade, que expandiu para a construção de uma Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e da Rede de Museus da Unemat.

provocações do prof. Saulo A. Moraes, do Museu do Vale do Arinos (MUVA), foram determinantes para que os museus e o processo de construção da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat fossem transformados no objeto desse estudo.

Outras experiências também foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, como o acompanhamento da preservação do patrimônio cultural junto a Superintendência do IPHAN em Mato Grosso (2011 a 2013), que possibilitou observar diversos problemas enfrentados pelas instituições públicas de preservação do patrimônio cultural, museus e universidades em nível estadual, nas regiões Centro-Oeste e Norte. Nisso incluía questões relacionadas às desigualdades territoriais de bens patrimonializados e musealizados, às fragilidades administrativas na proteção em níveis federal, estadual e municipais, os desafios na “organização da cultura” (BOTELHO, 2001) e a necessidade de cursos formação de profissionais.

A minha atuação como representante da sociedade civil no Colegiado Setorial de Patrimônio Material do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC-MinC) por dois mandatos, entre 2012 e 2018, também permitiu compreender os desafios teóricos, metodológicos e ideológicos existentes nos processos de construção, formulação, implementação e avaliação das políticas e dos planos nacionais de cultura. Além disso, pude conhecer as metas e programas das agendas políticas e programáticas das instituições federais de preservação do patrimônio cultural e museus, em especial o IPHAN e o IBRAM.⁴

Esta trajetória possibilitou desenvolver um olhar crítico sobre os instrumentos de proteção e as instituições públicas que, entre 2003 e 2016, tiveram suas agendas institucionais pautadas pelas abordagens sistêmica e de rede, mas, que, por vezes, os diferentes setores e atores as entendiam como estruturas e diretrizes desarticuladas.

Essas experiências viabilizaram a prática de pesquisa fundamentada no pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2003; GROSGOUEL, 2008) e nos debates sobre colonialismo interno (CASANOVA, 2006), que culminou na crítica às diversas formas de colonização e dominação cultural e territorial a partir do patrimônio e dos museus. Assim, foram consideradas as disputas locais e dos distintos campos do saber em torno de memórias e estruturas de poder, bem como as fragilidades institucionais e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2003) ocorridos ao longo do século XX, e ainda existentes nos dias atuais.

⁴ Exerci de maneira atuante o mandato de conselheiro nacional por 4 anos, tendo a última reunião às vésperas do afastamento da presidenta Dilma, em 2016. Com o presidente Temer, embora o mandato tenha sido prorrogado até 2018, não ocorreu nenhuma reunião do Colegiado Setorial de Patrimônio Material, tornando inócua o ato normativo e prorrogação do mandato. O Colegiado Setorial de Patrimônio Material, criado no âmbito Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura e foi reestruturado a partir do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005. Foi instalado em 19 de dezembro de 2007, com a finalidade de “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”.

Em vista disso, quatro questões surgiam no processo de desenvolvimento da pesquisa que viabilizaram ampliar a compreensão sobre os papéis político e institucional dos museus, dos atores sociais e da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat em nível estadual, sendo:

- i) Quais fatores contribuíram para a criação e consolidação dos museus universitários da (ou vinculados a) Unemat no interior do estado de Mato Grosso?
- ii) Quais os problemas enfrentados e os mecanismos utilizados para a consolidação e gestão dos museus universitários no âmbito da universidade estadual?
- iii) Como os diferentes atores sociais da Universidade contribuíram para a implementação das políticas nacionais e estadual de museus e patrimônio cultural?
- iv) Quais motivos levaram à construção da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat?

Apesar de enfrentarem desafios que muitas vezes os deixaram à margem do planejamento institucional, os museus da Unemat demonstravam-se ter, por meio do trabalho dos diversos atores que atuaram como mediadores de grupos sociais nas diferentes realidades locais, uma capacidade de desenvolver ações complexas e projetos que contribuíram em diversos momentos no combate ou na reprodução do colonialismo interno e externo, bem como na promoção da interiorização das políticas federais de museus e patrimônio cultural, inclusive no campo da Ciência e Tecnologia. Mas, em suma, os museus da Unemat superavam (e ainda superam) limitações técnicas, de infraestrutura e financeiras, demonstrando um compromisso em minimizar as desigualdades de acesso a diversidade cultural e à preservação do patrimônio.

As perguntas acima estão articuladas ao objetivo principal desta tese, que buscou analisar a organização dos museus da universidade e o processo de formulação da Política Universitária de Museus e Patrimônio cultural e da Rede de Museus da Unemat, considerando as diferentes perspectivas que orientavam a integração dos museus e suas ações às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, foram selecionados para estudo e análise o Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), o Museu do Vale do Arinos (MUVA), o Museu Casa Borges (MUCB) e o Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), seja porque estavam institucionalizados no âmbito da universidade como unidade administrativa ou projetos extensão, seja porque possuíam dirigentes ou membros com atuação no grupo de trabalho de formulação da Política Universitária.

Os museus e o processo de formulação da Política Universitária de Museus e Patrimônio cultural e da Rede de Museus da Unemat demonstravam-se relevantes pelos desafios enfrentados, as incompreensões sobre os seus papéis no processo de preservação do patrimônio cultural, bem como a importância dentre os museus institucionalizados dentro das universidades estaduais brasileiras (GRANATO; ABALADA; SUDANO, 2021) e para a

interiorização dos museus em Mato Grosso, incluindo os universitários, conforme vamos analisar nos próximos capítulos. Acerca das redes ou sistemas de museus universitários estaduais, até junho de 2022 apenas duas redes estaduais foram identificadas em nível nacional. Esses movimentos foram compreendidos como esforços de diferentes atores sociais e instituições em diversas regiões do país pela construção, consolidação e fortalecimento desse modelo desses espaços de articulação e organização da política de preservação nos contextos das universidades.

Neste sentido, as trajetórias, organizações e lutas, os processos de criação, organização, manutenção e gestão dos museus da Unemat e a busca pela construção de uma rede, por si, se constituíram num objeto de estudo singular, haja vista que nunca tinham sido estudados no campo disciplinar da Museologia. Contudo, mediante o caráter interdisciplinar do patrimônio cultural e dos museus que perpassam a Museologia, o desenvolvimento deste estudou também contou com referenciais teóricos e metodológicos das políticas culturais, políticas públicas, história, sociologia, ciência política e patrimônio cultural. As referências utilizadas possibilitaram compreender o funcionamento e a organização dos museus universitários nos processos de preservação dos bens culturais patrimonializados e musealizados em Mato Grosso e suas inserções no cenário das políticas públicas nacionais de preservação.

Referencial teórico-conceitual

Desde a década de 1980, os debates sobre e na Museologia têm avançado na direção da sua consolidação como um campo do saber. A sua definição encontra-se em meio a um processo permanente de fazer e refazer, constituído por diferentes olhares e abordagens teóricas e metodológicas sobre as noções de Museu como instituição ou fenômeno, bem como sobre suas práticas, saberes, fazeres e valores.

Para Scheiner (2013), a Museologia é

um campo disciplinar específico, independente, de caráter científico-filosófico, tendo o museu (fenômeno) e a musealidade (valor) como objetos de estudo; um campo que opera por meio de uma metodologia específica (metodologia da museologia), frequentemente fazendo interface com outros campos disciplinares (...); e que faz uso de uma terminologia própria para explicitar seus processos e questões (SCHEINER, 2013, p. 359).

O estudo de revisão de Cândido (2019, p.12), que analisa estudos de Bruno (1996; 2010), Hernández (2006), Sofka (1980), faz um esforço em definir a Museologia como um campo do conhecimento de caráter aplicado, interdisciplinar e estruturada por três eixos, dividida em: Museologia Geral, que abrange a “Teoria Museológica, a História dos Museus e a Administração de Museus”; Museologia Especial, com enfoque “nos textos e contextos museológicos”; e, por fim, Museologia Aplicada, que contempla “planejamento, comunicação

(Expografia/ Ação educativo-cultural), avaliação e salvaguarda (documentação / conservação)". Para a autora (2019 p. 60), a Museologia constitui-se como um

estudo da relação entre a sociedade e seu patrimônio. Como campo de interlocução, conforme já visto, tem-se a identificação e interpretação do comportamento humano perante o patrimônio, um olhar interpretativo que o torna museal – fato, em museológico - fenômeno, mas que também ocorre em um diálogo desejável com outras áreas do conhecimento. Finalmente, como campo de projeção, tem-se o processo de musealização ou o que é possível atingir em termos de ação sistêmica e com visibilidade junto à sociedade (CÂNDIDO, 2019 p. 60).

As definições de Museologia realizada por Cândido (2019) e Scheiner (2013) e a de museu enquanto “fenômeno” por Scheiner (2013), por exemplo, constituem-se através de aproximações e divergências dentro da museologia.

De acordo com Rangel (2015, p.415), a partir dos anos de 1980 a ampliação do objeto de estudo da Museologia para as relações promoveu um “deslocamento” que “desestruturou as fronteiras que nos permitiam atuar dentro de um universo previamente delimitado, ou seja, os museus e as suas coleções”, deixando de lado o senso prático da disciplina.

Ao abordar a Museologia Social e quatro experiências de museus criados no Rio de Janeiro (Museu da Maré, 2006; Museu Vivo de São Bento, 2007; Museu de Favela, 2008; Museu das Remoções, 2016), Chagas (2019, p. 40) destaca a existência de importantes iniciativas de museus e museologia que se desenvolvem a partir de “um conjunto de práticas na primeira pessoa (do plural e do singular) e nos auxiliam a valorizar a importância de uma museologia compreensiva e libertária”, que se forma nas bordas de uma “museologia normativa que dá mais valor às regras e normas do à própria dinâmica da vida”. Com isso, chama atenção para importância da museologia social que se ancora no “desejo de prestar serviços práticos à vida e, por isso, está interessada em inventar, imaginar, ver, rever e transver os museus compreendendo-os como atos que afetam a vida”. O autor op. cit. (2019, p.40), expõe que a museologia social “implica um saber-fazer ‘in-mundo’ contaminado de vida afetiva e social”.

Em linhas gerais, estas reflexões e definições permitiram compreender o caráter relacional da museologia entre “o homem e o objeto em um cenário” e as características da Museologia como uma disciplina que além de “pensar a realidade passada e a presente também possibilita intervir na realidade e projetar o futuro” (CÂNDIDO, 2019, p. 60). De acordo com Cândido (2019, p. 59), entendeu-se que a Museologia “procura não apenas pensar discursos a respeito de processos, mas pensar modelos teóricos, testá-los e avaliá-los para realimentar a teoria”.

Por outro lado, a definição de Museu também se revelou complexa e relevante diante de suas constantes revisões. Compreendê-las demonstrou-se determinante para a elaboração de ações, programas e políticas públicas do setor museal e da preservação do patrimônio cultural. Principalmente, a partir de um contexto histórico e territorial em que o

advento dos museus e dos patrimônios culturais foram estabelecidos através dos valores locais e regionais constituídos a partir de um fenômeno recente de ocupação no território mato-grossense.

A partir de 1946, o ICOM adotou uma definição de Museu, que foram alteradas a partir das conferências gerais de 1989, 1995, 2001 e 2007. Na 21ª Conferência Geral do ICOM de 2007, realizada em Viena, Áustria, o Museu passou a ser compreendido como

uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, 2007; ICOM, 2021, p. 2).

Apesar de ter sido consensuada em 2007, a definição de Museu foi objeto de vários debates sobre os seus limites diante das permanentes transformações da sociedade contemporânea. Em 20 de novembro de 2015, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aprovou a Recomendação Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. Neste documento, além de reconhecer a definição do ICOM, que reúne o “fenômeno dos museus em toda a sua diversidade e transformações através do tempo e do espaço” (UNESCO, 2015, p. 09), também destacou o termo museu como

instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu ambiente para os propósitos de educação, estudo e entretenimento”. Como tal, museus são instituições que buscam representar a diversidade cultural e natural da humanidade, assumindo um papel essencial na proteção, preservação e transmissão do patrimônio (UNESCO, 2015, p.03).

Esta Recomendação apresenta conceitos importantes para compreender tanto a definição de museu quanto as de coleção, patrimônio e preservação definidas no contexto da UNESCO, sendo:

5. (...) o termo **coleção** é definido como “um conjunto de propriedades culturais e naturais, tangíveis e intangíveis, passadas e presentes”. Cada Estado Membro deve definir o escopo do que entende por coleção nos termos de seu próprio quadro normativo, para os propósitos desta Recomendação.

6. (...) o termo **patrimônio** é definido como um conjunto de valores tangíveis e intangíveis, e expressões que pessoas selecionam e identificam, independentemente do direito de propriedade, como reflexo e expressão de suas identidades, crenças, conhecimento e tradições, e ambientes que demandem proteção e melhoramento pelas gerações contemporâneas e transmissão para as gerações futuras. O termo patrimônio também se refere às definições de patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, bens culturais e objetos culturais, conforme incluídos nas Convenções de Cultura da UNESCO.

7. A **preservação do patrimônio** compreende atividades relacionadas à aquisição e gestão de coleções, incluindo análise de risco e o desenvolvimento de capacidades de prevenção e de planos de emergência, além de segurança, conservação preventiva e curativa, e a restauração de objetos musealizados, garantindo a integridade das coleções quando usadas e armazenadas (UNESCO, 2015, p.03).

O termo coleção é polissêmico e assume diversas noções ao longo do tempo. A noção acima que é mais recente e difere da apresentada por Pomian (1984), que destaca ser

qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, 53).

Pomian (1984) nos coloca diante de questionamentos sobre a formação das coleções e a transformação dos objetos que a compõem em algo preciso a partir de seus aspectos visíveis e invisíveis, usados para controlar o acesso da população com diversos propósitos, sendo um deles a afirmação de posições dominantes.

Na 24ª Conferência Internacional do ICOM, realizada em 2016 na cidade de Milão, Itália, foi pautado uma nova revisão do conceito de Museu. Para tanto, foi criado o comitê MDPP (*Standing Committee for Museum Definition, Prospects and Potentials*), que se tornou responsável pelo processo de atualização da definição a fim de que pudesse “fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo” (ICOM, 2021, p. 02). Desde então, aconteceu o desenvolvimento da metodologia do MDPP em 2018; a “definição de museu como uma ferramenta estrutural e operativa do ICOM e de importância central para o balizamento de ações, programas e políticas públicas do setor museal nos países” em 2019, na Conferência do ICOM em Kyoto, que votou pela ampliação da consulta e prorrogação dos debates, que se estendeu até dezembro de 2020 (ICOM, 2021, p.02).

Ao considerarmos o termo Museu definido em 2007 pelo ICOM, ainda amplamente utilizado como referência, pode-se observar como este se aproximou, mas, ao abranger o patrimônio material e imaterial também se demonstrava mais alargado do que a definição presente no Estatuto dos Museus pela Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que serve de base legal para a adoção no âmbito das universidades públicas, ou seja, enquanto

instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, Art. 1º, *online*).

No âmbito do Estatuto dos Museus (2009), o conceito de patrimônio material e imaterial, conforme pode-se observar, foi diluído em áreas e termos que compõem o quadro terminologias que visavam, dada a conjuntura política, afastar a Museologia e os Museus do setor do patrimônio cultural.

Além disso, a partir da regulamentação do Estatuto dos Museus pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, também se demonstrou importante a definição de processo museológico concebendo-o como

programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para

produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico (BRASIL, 2013, Art. 2º, Inciso X, *online*).

Essa definição de processo museológico possibilita ampliar o reconhecimento do caráter processual dos museus que, por vezes, se iniciam através de projetos individuais ou coletivos, dentro ou fora das universidades, possibilitando assim que as políticas nacional, estaduais e municipais de museus seja permanentemente atualizada e que novos museus, em suas múltiplas formas de organização e institucionalização, sejam criados e reconhecidos.

Estes autores e documentos institucionais permitiram a imersão crítica aos distintos termos Museu que, do século XVIII ao XX, vem se transformando a partir de suas diversas tipologias, como: museu tradicional;⁵ museu integral;⁶ museu de território (museu a céu aberto, sítios arqueológicos, áreas naturais preservadas e ecomuseus); museu virtual;⁷ (SCHEINER, 1998). Conforme Scheiner (1998), estas tipologias ainda estão em discussão pela comunidade acadêmica.

Diante das reflexões acima, com base em Scheiner (2015), pode-se compreender que

O verdadeiro *museu* - o museu arquiconceito, gerador do termo - é portanto uma instância simbólica, que se articula e recria na interface com os tempos, espaços e representações de cada cultura; é assim, um espaço de relação. E pode assumir diferentes formas, que representam a visão de mundo dos diferentes grupos sociais, no tempo e no espaço - aquilo que seus criadores concebem como 'o real' (SCHEINER, 2015, p. 5).

Chagas (2008, p.22) destaca que a partir da década de 1980, com o movimento da Nova Museologia, a “musealização, como prática social específica, transbordou os museus institucionalizados”, surgindo ecomuseus, etnomuseus, museus locais, museus de bairros, museus de comunidades, sociedade e território. Ao passo que o “próprio museu tornou-se

⁵ Na compreensão de Scheiner (1998, p. 3), o “Museu como espaço físico de guarda de objetos chega ao contemporâneo (...). A partir desta percepção, configura-se um modelo de Museu – ao qual chamaríamos de Museu Tradicional – e cuja unidade conceitual é o Objeto. Sem objeto, não há coleção, e portanto, não há museu. O museu tradicional usa o objeto como instrumento primordial de trabalho e sobre ele constrói sua teoria”.

⁶ Surge a partir da década de 1950, esse modelo de Museu Integral com o propósito de “ampliar o conceito de objeto para incluir os modelos experimentais de fenômenos científicos como elementos constituintes dos acervos dos museus” (SCHEINER, 1998, p. 3). Neste modelo, conforme Scheiner (1998, p.3), a “base conceitual não é o objeto, mas o território do Homem – com suas características geográficas, ambientais e de ocupação e produção cultural (...). No museu integral, a ideia de objeto é superada pela ideia de patrimônio, ou seja, pela apropriação simbólica de um conjunto de evidências naturais e de produtos do fazer humano definidores ou valorizadores da identidade de determinados grupos sociais”.

⁷ O Museu Virtual, conforme Scheiner (1998, p. 108), é “o que ganha corpo e forma na tela do computador. E o museu que se institui no contemporâneo, e que dele herda a face: impessoal, pode ser o museu de um só autor ou o resultado de uma colagem; intemporal, existe apenas no presente; imaterial, independe da existência previa de testemunhos, podendo surgir pela presentificação imagética das imagens e sensações do museu interior. Desterritorializado, e o museu do não-lugar - e simultaneamente de todos os lugares, pois entra em rede e alcança o mundo em tempo real. E, embora potencialmente alcance o mundo, e a antítese da cultura de massa - pois acessar o museu virtual é um ato isolado, que depende dos tempos e espaços perceptuais de cada indivíduo”.

patrimônio cultural e natural e estes uma das partes constitutivas da nova configuração museológica” (CHAGAS, 2008, p. 22).

Estas definições de Museu, portanto, são objetos de constantes debates entre as comunidades de especialistas vinculados a instituições nacionais e internacionais, porém todas tem convergido para o entendimento de que os museus são espaços privilegiados de poder e de memória que tem responsabilidade social e devem ser voltados para proporcionar conhecimento do Homem sobre si mesmo, acerca do meio ambiente, território e da sociedade em quem se vivencia, especialmente a partir do entendimento de que estão intrinsecamente integrados. Portanto, devem ser entendidos dentro dos diversos contextos da nossa sociedade complexa e seus problemas.

Os museus em ambientes universitários ultrapassam as funções de promover a pesquisa, o ensino e a extensão e passam a assumir o papel da inovação, a qual a produção do conhecimento também tem um potencial de aproveitamento pelas comunidades afetadas. Ambientes universitários estes compreendidos a partir da noção de Chauí (2001), em que defini a universidade como uma

instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUÍ, 2001, p.35).

A interligação entre as políticas culturais, o patrimônio cultural e os museus, juntamente com os direitos culturais em relação às missões e funções dos museus universitários, especialmente os ligados às instituições estaduais, formou a fundação da abordagem teórica.

A noção de patrimônio cultural é dicotômica, ambígua e constituída por múltiplos significados, que são atribuídos e construídos individual e coletivamente. Conforme Chagas (2011, p.108), os museus e patrimônio inserem-se dentro de uma relação estabelecida pelo ternário “patrimônio-território-comunidade”. Ela pode remeter a acepção de permanência do passado, sendo este, composto por vivências, saberes, fazeres e expressões culturais de grupos sociais, os quais descobriram uma forma de se afirmarem no presente e no futuro através de legados e/ou monumentos, documentos, etc. Com tais legados possivelmente diversos grupos puderam afirmar suas singularidades, em meio ao universo de problemas e tensões sociais relevantes na contemporaneidade (ARRUDA, 2009; ARRUDA, 2014).

Chuva (2012), ao apresentar um panorama da noção de patrimônio cultural desde os anos de 1930, ressalta que a partir da década de 2000 houve um processo de alargamento conceitual com o reconhecimento das dimensões materiais e imateriais dos bens culturais e das múltiplas referências culturais inerentes ao termo, que pode assumir diferentes estéticas e formas a partir das diferentes escalas e valores atribuídos nos processos de

patrimonialização. A autora destaca a necessidade de uma noção de patrimônio cultural mais integradora e integral, capaz de representar seus diversos usos e as divisões que provoca.

O conceito de direitos culturais foi observado a partir de Cunha Filho (2018, p.67), no qual, a partir dos art. 215, 216 e 216-A da Constituição Federal de 1988, apontou um conjunto de princípios constitucionais culturais, sendo os de “pluralismo cultural”, “participação popular na gestão de políticas culturais”, “respeito à memória coletiva”, “atuação do Estado no setor cultural” e o da “universalidade”. Conceitos esses que vão perpassar todas as ações dos museus universitários na área da preservação do patrimônio cultural.

As políticas culturais universitárias foram entendidas a partir de González (2011, p.65), em que a Universidade deixa de ser concebida como local essencialmente voltado para a produção do conhecimento e desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das profissões para entendê-la como um “projeto educacional e, em essência, um projeto cultural” que contribui na formulação e implementação das políticas culturais regionais e locais para além das belas artes, da arquitetura e de eventos. E que, tal como as políticas públicas, faz-se necessário pensar a partir da abordagem sistêmica na coerência entre os “conceitos, os programas, as instituições, a capacidade de condução e a adaptabilidade às novas realidades do contexto, com interação entre os diferentes atores do sistema político” (GONZÁLEZ, 2011, p.71).

Secchi (2017, p.2), permitiu articular o tema deste estudo com o conceito de política pública, que pode ser concebida como uma “diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, sendo que essa possui “dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e respostas a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”. O autor ainda ajuda a compreender a existência da *abordagem multicêntrica ou policêntrica*, que considera “organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento de políticas públicas”, caso esse que varia de acordo com atores envolvidos (SECCHI, 2017, p.3).

Secchi (2017, p.43) também contribuiu para a compreensão do processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) a partir de um “esquema de visualização que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”, definidos a partir de sete fases principais, sendo: “1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, avaliação, 7) extinção”, essa última condicionada a um conjunto de fatores que podem ou não possibilitar tal processo a depender dos diferentes atores envolvidos.

Nesse caso, estes tornaram-se um instrumental teórico e metodológico importante para analisar e identificar disputas na construção de hegemonia e contra-hegemonia entre os diferentes atores com discursos que giravam em torno da: construção da organização da

política de museus e patrimônio cultural e da rede de museus; inserção no debate político; definição conceitual e usos das noções de 'sistema' ou de 'rede'; a coordenação do processo de construção da política; a abrangência da política de museus e patrimônio; as diretrizes, regras e normas; e a defesa das especificidades, demandas e centralidade de cada museu na estrutura universitária.

A noção de sistema foi pautada a partir da compreensão da abordagem sistêmica no campo do planejamento e seus instrumentos - Plano, Programa, Projeto, Modelo, Atividades etc. (RABELO FILHO, 2009; ARRUDA, 2014) observando os museus, os patrimônios culturais e a universidade como sistemas abertos compostos pelas partes que compõem um todo, integrado pela comunidade acadêmica interna e a comunidades externas atingidas pelos projetos da universidade. Por outro lado, com base em Parente (2013, p.92), as redes foram compreendidas para além da estrutura que remete ao "social e à ideia de sistema", entendendo-a sobretudo a partir da comunicação entre os diferentes atores e instituições como "lugar da inovação e do acontecimento", bem como, de acordo com Musso (2013, p.37) uma ideologia concebida como "meio e o fim para pensar e realizar a transformação social".

Do ponto de vista filosófico e estruturante do conceito de rede, Musso (2013, p.31), propõe a seguinte definição "A rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento".

Ainda de acordo com o Musso,

Para além de seus jogos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é prótese técnica de utopia social. As verdadeiras revoluções são, hoje, as rupturas oferecidas pelas tecnologias de comunicação, a começar pela internet, que realiza a utopia da associação universal pelas redes de comunicação. A rede leva sempre consigo um imaginário de transição, entre a liberação de um sistema piramidal e hierárquico de que o Estado é o arquétipo, e a promessa de um sistema futuro, o da associação universal, anunciador de um novo tipo de relação igualitária (MUSSO, 2013, p.34).

Contudo, ao correlacionar esse conceito com a abordagem da administração, a "estrutura em Rede", conforme Chiavenato (1999, p.421), para além da agilidade e economia essa traz consigo um conjunto de limitações, como a "falta de controle local", "riscos de perdas", "incertezas", "fraca lealdade dos funcionários" e "necessidade de atualização de pessoal" que implicam na visão do todo.

Em contraste, a abordagem sistêmica, com base na Teoria Geral dos Sistemas, onde define o conceito de sistema, é composto por duas características principais: "propósito ou objetivo" e "globalismo ou totalidade", sendo assim o mesmo "proporciona uma visão compreensiva, abrangente, holística e gestáltica de um conjunto de coisas complexas dando-lhes uma configuração e identidade total" (CHIAVENATO, 2006, p.76). O enfoque de sistemas também corresponde a uma "maneira de olhar o mundo e a nós mesmos (...). A ideia de sistema lembra conectividade, integração e totalidade" (CHIAVENATO, 2006, p.77). Neste

sentido, o autor aponta que o conceito de sistema aberto é o que “melhor permite uma análise ao mesmo tempo profunda e ampla das organizações”.

As organizações são abordadas como sistemas abertos, pois o seu comportamento é probabilístico; e não-determinístico, as organizações fazem parte de uma sociedade maior, constituídas por partes menores; existe uma interdependência entre as partes das organizações; a organização precisa alcançar uma homeostase ou estado firme; as organizações possuem fronteiras ou limites mais ou menos definidos; têm objetivos; caracterizam-se pela morfogênese (CHIAVENATO, 2006, p.78).

A compreensão dos limites conceituais e como ambos se complementam tem sido um desafio atualmente quando se pensa em formulação de políticas públicas culturais, em específico as de museus, de patrimônio cultural. Por vezes, são vistas como antagônicas completamente, o que não se apercebe quando se analisa as múltiplas e possíveis abordagens nos quais seus pontos positivos podem ser vistos pela complementariedade das características destas noções, parâmetros e conceitos.

No campo da ciência política, Patrick Le Galès (2015) contribuiu para pensar o conceito de governança dos museus e do patrimônio cultural, especialmente para analisar e entender que o padrão clássico dos governos (e aplica-se as estruturas e gestões das universidades públicas brasileiras) é “adaptar-se um pouco para não mudar”. O que demonstra como as estruturas das sociedades passaram a ser organizadas para garantir a continuidade do colonialismo interno e externo a partir de grupos dominantes sobre os subalternizados dentro do contexto do sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2008; CASANOVA, 2006; MIGNOLO, 2003).

Assim, os discursos dos diferentes agentes públicos envolvidos nos processos de criação dos museus e da política universitária revelaram-se em ricas fontes que permitiam compreender as disputas tanto pela consolidação de saberes quanto, sob a ótica conservadora, pela manutenção de uma aparente mudança para garantir a continuidade das estruturas de poder e organizacional.

De acordo com Casanova (2006), o *colonialismo interno* parte de um fenômeno intranacional e internacional de exploração e dominação que considera as organizações territoriais, as estruturas e os grupos sociais heterogêneos, com mecanismos para a continuação prolongada das relações sociais de dominação e exploração entre os diferentes através do modelo de controle colonial, onde certos grupos dominam cultural, política e financeiramente e exploram materialmente a minorias e seus territórios por meio do uso das estruturas e diferentes instituições públicas ou privadas. Internamente, as elites dominantes brasileiras aproveitam para sedimentar estruturas sociais capazes de garantir a continuidade das relações desiguais de desenvolvimento territorial a fim de manter suas estruturas de poder. É importante destacar, conforme o autor *op. cit.*, que os “Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as

minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas” (CASANOVA, 2006, p.438).

Por outro lado, Grosfoguel (2008) define o pensamento crítico de fronteira como uma resposta epistémica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (GROSFOGUEL, 2008, p. 139).

Desta forma, os geógrafos Rogério Haesbaert (1999, 2003, 2011, 2021), Santos (2011) e Robert David Sack (2013) também apresentam reflexões teóricas importantes sobre as noções de território, territorialidade, desterritorialidade e reterritorialização, nos quais auxiliaram as análises e a inserção deste tema no debate decolonial, articulando uma análise sobre a presença das políticas de museus, patrimônio cultural nos territórios com o colonialismo interno.

Conforme Santos (2011), pode-se considerar que o

território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe (SANTOS, 2011, p. 14).

Para Haesbaert (2021, p.25), há “uma conjugação íntima entre os chamados giros de(s)colonial e territorial”, contudo, “o giro espacial/territorial, de algum modo, antecede o giro de(s)colonial e (...), não obrigatoriamente com ele se confunde”.

Sack (2013) aborda as diferentes funções dadas para a territorialidade, aos quais contribuem para refletir sobre os diferentes usos dos territórios e suas interligações com os contextos sociohistóricos dos diferentes grupos sociais. Essa abordagem auxilia a refletir sobre como a distribuição espacial dos bens tombados, registrados, inventariados e a organização da Unemat estão intrinsecamente, ou não, ligados aos grupos que ocuparam o estado de Mato Grosso. Com base em Sack (2013), pode-se compreender que a

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos

e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 2013, p. 63).

Neste contexto, cabe também ressaltar as contribuições de Quijano (2009) sobre a Colonialidade e Articulação Política e Geocultural, onde destaca cinco (05) pontos, sendo:

- 1) Os territórios e as organizações políticas de base territorial, colonizados parcial ou totalmente, ou não colonizados, foram classificados pelo padrão eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, precisamente, segundo o lugar que as 'raças' e as suas respectivas 'cores' tinham em cada caso. Assim se articulou o poder entre a 'Europa', a 'América', a 'África', a 'Ásia' e muito mais tarde, a 'Oceânia'. Isso facilitou a 'naturalização' do controle eurocentrado dos territórios, dos recursos de produção na 'natureza'. E cada uma dessas categorias impostas desde o eurocentro do poder terminou sendo aceite até hoje, pela maioria, como expressão da 'natureza' e da geografia, e não da história do poder no planeta.
- 2) Os grupos dominantes das 'raças' não-'brancas' foram obrigados a ser tributários, ou seja, intermediários na cadeia de transferência de valor e de riquezas da 'periferia colonial' para o 'eurocentro' ou associados dependentes.
- 3) Os estados-nação do centro constituíram-se, tendo, primeiro, como contrapartida os estados coloniais e, depois, os estados-nacionais dependentes. Como parte dessa relação, os processos de cidadanização, de representação desigual mas real dos diversos sectores sociais, a retribuição em serviços públicos da produção e da tributação dos trabalhadores, não deixou de ser, definitivamente, privilégio do centro, porque o seu custo é pago, em ampla medida, pela exploração do trabalho da periferia colonial em condições não democráticas e não nacionais, ou seja, como sobre-exploração.
- 4) Devido a essas determinações, todos os países cujas populações são na sua maioria vítimas de relações 'racista/eticistas' de poder, não conseguiram sair da 'periferia colonial' na disputa pelo 'desenvolvimento'. E os países que chegaram a incorporar-se no 'centro' ou estão a caminho dele, são aqueles cujas sociedades ou não têm relações de colonialidade – porque, precisamente, não foram colônias europeias, ou o foram de modo muito curto e muito parcial (ex. Japão, Taiwan, China) –, ou onde as populações colonizadas foram inicialmente minorias pequenas, como os 'negros' na constituição dos Estados Unidos da América do Norte, ou onde as populações nativas foram reduzidas a minorias isoladas, se não mesmo exterminadas, como nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Nova Zelândia.
- 5) De onde se depreende, de novo, que a colonialidade do poder implica, nas relações internacionais de poder e nas relações internas dentro dos países, o que na América latina foi denominada de dependência histórico-cultural (QUIJANO, 2009, p.108-109).

Os museus universitários da Unemat estão inseridos nessa organização da colonialidade do poder, interno e externo, haja vista que as noções de museu e patrimônio cultural surgem de diferentes contextos da sociedade ocidental. Contudo, esses museus podem atuar também na desconstrução das diferentes formas colonialidade.

No cenário mato-grossense, pouco se fala a partir da diversidade das nossas referências culturais patrimonializadas, musealizadas e inventariadas. Por vezes, a diversidade cultural é tratada como alegoria através de eventos folclóricos e Mato Grosso divulgado constantemente como “grande” produtor agrícola e pecuarista.

Em contraste, outros estados brasileiros, em especial os localizados nas zonas litorâneas ou das regiões sul, sudeste e nordeste, são destacados a partir das suas diversidades de referências culturais, colocando-os enquanto detentores de certa hegemonia nos processos de representação da identidade nacional, mesmo quando entendida como plural. Com isso, mantem-se uma estrutura social nacional assentada em determinados territórios e regiões através de redes de instituições e grupos que gozam de privilégios e se colocam, conscientes ou inconscientemente, como garantidores do colonialismo interno, mesmo diante de resistências culturais incapazes de provocar mudanças substanciais nas estruturas de poder. Em determinadas regiões e territórios, as culturas locais são submetidas a diversos processos de transformação de suas práticas em produtos culturais, esvaziados de seu conteúdo afetivo, conforme nos ensina Michael Löwy (2007).

A dimensão sociológica da cultura possibilita compreender o setor enquanto circuito socialmente organizado e constituído por práticas sociais delimitadas que se referem a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, aos quais dependem de uma organização da produção cultural (BOTELHO, 2001). Toda essa produção cultural encontra-se inserida nos debates sobre Estado e Sociedade, aos quais se baseiam numa *cultura de consumo*.

Conforme Featherstone (1995) a *cultura de consumo* envolve um duplo sentido, sendo em

(...) primeiro lugar, na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso de bens materiais como comunicadores, não apenas como utilidades; em segundo lugar, na economia dos bens culturais, os princípios de mercado – oferta, demanda, acumulação de capital, competição e monopolização – que operam dentro da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadoria (...) (FEATHERSTONE, 1995 *apud* LAGES & BRAGA, 2005 p. 98).

Este processo pode ser considerado como reflexo da expansão da produção de mercadorias que, através de seus diferentes usos e consumo, cria-se vínculos ou estabelecem distinções sociais. Assim, ao serem transformados em mercadorias, as práticas culturais e os bens culturais passam a ter o Estado e seus aparelhos ideológicos como aliados nos diferentes processos de promoção e difusão, que ora estimula, ora os potencializa como mercadoria.

No contexto das universidades públicas federais e estaduais mato-grossenses, os patrimônios culturais da ciência e tecnologia e os museus universitários constituem-se pelos acervos documentais e coleções científicas formados por itens físicos e digitais. Todavia,

ainda há poucos estudos sobre seus processos de proteção, atribuição de valores, formação de normas, políticas universitárias e instrumentos metodológicos voltados para a preservação e comunicação.

Os debates teóricos e conceituais sobre as políticas culturais, políticas públicas, museu, patrimônio cultural, coleções, preservação e colonialismo interno demonstraram-se importantes para compreender as distintas realidades dos museus universitários inseridos num contexto institucional plural, mas, por vezes, enxergado como uno e homogêneo. Estes contribuíram para a definição do objeto deste estudo e compreender o processo de criação e vinculação dos museus e as motivações da construção e aprovação da Política Universitária de Museus e Patrimônio cultural e da Rede de Museus pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) da Unemat, com diretrizes, princípios, conceitos pautados nas noções de democracia, acessibilidade, planejamento, transparência, pluralidade e inclusão.

Percursos metodológicos

O desenvolvimento desta pesquisa iniciou a partir das pesquisas bibliográfica e pesquisa-ação, aos quais permitiram aprofundar o tema deste estudo através do diálogo com autores da Museologia, como Candido (2019), Rangel (2015), Scheiner (1999), Nascimento Junior (2020), bem como compartilhar ideias, conceitos, métodos e valores com diferentes atores envolvidos, respectivamente. Essa imersão possibilitou entender o caráter multi, trans, pluri e interdisciplinar (JAPIASSU, 1976) dos museus e do objeto deste estudo.

Conforme poderá ser observado, os trabalhos de Antônio Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Isaura Botelho, Adélia Zimbrão, Lia Motta, Frederico Barbosa, José do Nascimento Júnior, Nilson Moraes, Márcio Rangel, Márcia Chuva, Mário Chagas, Tereza Scheiner, Marcus Granato, Maria Cristina Oliveira Bruno, Lúcia Glicério Mendonça, Humberto Cunha Filho e Silvia Helena Zanirato, além dos autores que promovem os debates decoloniais, contribuíram para pensar as articulações entre as políticas culturais, patrimônio cultural, museus e os direitos culturais em relação as atribuições e missões dos museus universitários, em especial os vinculados as instituições estaduais.

Contribuições de Cândido (2009; 2010; 2013), somadas aos debates da História, das Políticas Públicas e teoria das organizações possibilitaram analisar a transversalidade e multidisciplinaridade do tema. A abordagem histórica foi importante, pois possibilitou entender o caráter processual, inacabado e dialógico do tema e ações em análise.

Acerca das políticas culturais universitárias, a busca pela compreensão sobre como os museus universitários e conservação do patrimônio científico da Unemat passaram a construir sentidos de realidade visando contrapor ou estabelecer hegemonias, utilizou-se matérias e documentos que passaram por uma análise a partir da concepção de “ponto nodal”,

apresentado pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015, p. 218-219) e por Barbalho (2019), bem como a observação participante que permitiu identificar e analisar as práticas enquanto “discursos articulados” ou seja, como “totalidades relacionais de significantes que limitam a significação das práticas” (LOPES & MACEDO, 2011 p. 10). Da mesma forma, Grosfoguel (2008, p. 119) ajudou a pensar o local de enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político enquanto sujeito de fala desta pesquisa em todas as suas etapas de desenvolvimento, distinguindo o lugar epistêmico do lugar social.

No campo disciplinar das políticas públicas, Chiavenato (1999 e 2006) e Secchi (2017) possibilitaram a análise tanto os tipos de desenhos institucionais e os diferentes conceitos que tem pautado a organização das instituições públicas, principalmente após a década de 1980. Com o avanço da abordagem gerencial, ambos autores apresentam estudos de caso e múltiplas abordagens de análise, incluindo as abordagens funcional, divisional, matricial, de equipes, de redes e por área geográfica.

Dentre as abordagens acima, ao considerar os desafios de centralização e descentralização como diretrizes que envolvem tanto a organização estrutural da universidade quanto as tomadas de decisões e execução dos objetivos, ainda mais numa universidade multicampi, também foi importante compreender os objetivos dos museus ligados a Unemat, nos quais possuem aspectos importantes, como o de “legitimação”, que envolve: i) interesses, áreas e valores internos e externos; ii) “Fonte de motivação e envolvimento”, destacando os objetivos interligados as justificativas da sua existência; iii) “guias para ação”, traçados a partir dos objetivos e planos de ação; iv) “racionalidade para as decisões”, por meio dos planejamentos e objetivos traçados através da estrutura, produtos, despesas visando “assegurar os resultados desejados”; v) “Padrões de desempenho”, com o propósito de observar o processo de definição dos resultados considerando os objetivo traçados (CHIAVENATO, 1999, p.262).

Com base em Georges Henri Rivière, Cândido (2019) apresenta que para a gestão dos museus é importante dominar os instrumentos de gestão e da administração a fim de viabilizar e garantir maior eficiência, eficácia e efetividade. Para tanto, conforme a autora op. cit. (2019, p.132) o diretor deve ser um profissional capaz de atuar na condição de administrador e de um cientista ligado a uma das áreas do museu, de modo que não ignore as concepções, teorias, metodologias e instrumentos da museologia sob pena de cometer “erros de concepção e gestão”.

A pesquisa bibliográfica foi ampliada devido a diversidade de problemas ligados a gestão dos museus e aos processos de formulação da política universitária, considerando os temas enfocados que incluíam as noções conceituais sobre o patrimônio cultural, governo, participação popular, sistemas e redes universitárias de museus e patrimônio. Com isso, foi

possível articular os debates e conceitos operacionalizados na museologia, política pública, patrimônio, história, arquitetura, geografia, ciência política e ciências sociais.

Em termos metodológicos, este trabalho foi desenvolvido a partir de quatro etapas, sendo: 1- integração e imersão na pesquisa-ação (orientada *a priori* pelo objetivo de contribuir na resolução dos problemas que a universidade enfrentava no período) e observação participante de modo virtual; 2- diagnóstico museológico; 3- participação em reuniões, proposições de encaminhamentos e construção das propostas a partir das demandas e problemas identificados; 4- organização e análise dos dados, que ocorreu simultaneamente junto ao suporte e acompanhamento da tramitação interna até a aprovação na comissão de resolução, bem como pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONEPE) e Conselho Universitário da Unemat, órgãos superiores com funções normativas, consultivas e deliberativas.

Nestas etapas, orientado pela pesquisa-ação, ocorreu a imersão no processo de organização dos museus e da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat, após a integração ao grupo Política de Museus UNEMAT, criado na plataforma WhatsApp em 02 de dezembro de 2019, institucionalizado pela Portaria n. 1.129, em 20 de agosto de 2020,⁸ logo após a minha integração ao grupo em 16 de junho de 2020. A equipe foi formada inicialmente por dez integrantes, sendo sete (07) internos composto por quatro (04) membros da PROEC e três (03) coordenadores de projetos de museu; e três (03) membros externos, sendo dois (02) ligados aos projetos de museus (MUVA e Projeto de Museu de Sinop) e um (01) convidado pelo MHAM, que não constava inicialmente.

Na medida em que os trabalhos avançaram, tendo no mínimo uma reunião por mês entre agosto de 2020 a fevereiro de 2021, que passou por alterações na composição da equipe da Comissão de Política de Museus, conforme Portaria n. 461/2021, de 19 de março de 2021, ambas com vigência até 31 de dezembro de 2022.⁹

Conforme Baldissera (2001, p.6), a pesquisa-ação só pode ser qualificada enquanto tal caso tenha “realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo

⁸ Conforme Portaria nº 1129/2020, da UNEMAT, que designou membros para compor a Comissão Especial – Comissão Política de Museus pelo período de 26/05/2020 a 31/12/2022. Dentro os membros da PROEC tiveram: Adriana Nolibos Baccin - Presidente; Andrea dos Santos Oliveira; Andreia Botelho de Carvalho; Maria do Socorro de Sousa Araújo. Coordenadores de Projetos de Museu: Jesus da Silva Paixão (MUHISNAF); João Mário de Arruda Adrião (MUCB); Jairo Luis Fleck Falcão (MUVA). Enquanto membro externo: Saulo Augusto de Moraes (MUVA); Tiago Alinor Hoissa Benfica (Projeto de Museu de Sinop) e Renato Fonseca de Arruda (convidado pelo diretor do MHAM, Acir Fonseca Montecchi, que não constava nessa designação, mas que contribuiu diretamente nos debates e construções).

⁹ Conforme Portaria nº 461/2021, da UNEMAT, que designou membros para compor a Comissão Especial – Comissão Política de Museus pelo período de 18/03/2021 a 31/12/2022. Dentro os membros da PROEC tiveram: Adriana Nolibos Baccin - Presidente; Gisele Carignani; Janaina Heloysa Santos. Coordenadores de Projetos de Museu: Jesus da Silva Paixão (MUHISNAF); João Mário de Arruda Adrião (MUCB); Jairo Luis Fleck Falcão (MUVA). Diretor do MHAM: Acir Fonseca Montecchi. Enquanto membro externo: Saulo Augusto de Moraes (MUVA); Tiago Alinor Hoissa Benfica (Projeto de Museu de Sinop) e Renato Fonseca de Arruda (convidado pelo diretor do MHAM).

investigativo, visto a partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia da ação coletiva”.

Neste estudo, a pesquisa-ação aconteceu através da “observação participante natural”, ou seja, por pertencer à mesma comunidade investigada, o qual nas primeiras reuniões foi estabelecido coletivamente pelo “GT Política de Museus” a realização da pesquisa de diagnóstico e prognóstico. Conforme aponta Marconi e Lakatos (2008, p.196), essa aconteceu reconhecendo as influências exercidas no grupo, bem como por “ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência entre o observador e observado”. Neste processo, apesar da participação de gestores, técnicos e diretores, coordenadores e ex-diretores e ex-coordenadores dos museus da Unemat, parte destes com experiências que atravessavam todos os processos de criação e gestão, buscou-se estabelecer uma relação técnica com ação planejada, pactuadas coletivamente, seja porque a Comissão da Política de Museus possuía apenas dois membros internos e dois externos com produções acadêmicas, seja em decorrência da inexistência de profissionais internos da universidade com formação profissional específica em museologia e patrimônio cultural ou com experiências em formulação de políticas de preservação.

A identificação do entendimento conceitual de museu e patrimônio cultural por parte dos integrantes aconteceu nas reuniões da Comissão Especial “Política de Museus”, inclusive com a aplicação do levantamento realizado através de dois questionários estruturados construídos a partir das contribuições de Cândido (2014; 2019) e do SIEMSP (2020) e IBRAM (2013) debatidos e apresentados em reunião da Comissão “GT Política de Museus” para o desenvolvimento de um diagnóstico museológico e um prognóstico (Anexos 03 e 04).¹⁰

O diagnóstico museológico foi utilizado como um instrumento de pesquisa para a produção e análise de informações voltadas tanto para fins de conhecimento quanto para subsidiar a construção do planejamento das ações dos museus. Para tanto, foi realizado na plataforma *Google Forms* e preenchido pelos diretores e integrantes dos museus. Conforme Candido (2009), esse instrumento se trata de

(...) uma estratégia metodológica que objetiva a identificação e apreensão dos desafios e das potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes. É uma ferramenta básica para o planejamento institucional em longo prazo, pois permite conceber uma programação museológica mais condizente com a realidade em questão e que leve em consideração a necessária continuidade (CÂNDIDO, 2010, p.71).

¹⁰ Os questionários foram elaborados e aplicados após a indicações dos participantes da reunião da Comissão Especial da “Política de Museus” da UNEMAT, em setembro de 2020.

Löwy (2009) traz reflexões importantes sobre que tipo e a partir de quais princípios o planejamento democrático, sendo essencial inclusão do debate democrático e pluralista, organizado através das diversas formas de representação.

Na pesquisa documental recorreu-se a divisão de fontes primárias digitais e fontes não-primárias digitais. Assim, foi possível identificar pontos nodais que permearam o processo de construção dos museus universitários até a proposta da política universitária com a rede de museus da Unemat, especialmente através da busca das palavras-chaves no Google e no Google Acadêmico: i) Rede de Museus da Universidade Estadual; ii) Rede de Museus da Universidade Federal; iii) Sistema de Museus da Universidade Estadual; iv) Sistema de Museus da Universidade Federal.

No quadro 01, pode-se observar que a pesquisa documental também se estendeu para as fontes primárias digitais nos *sites*: da Unemat; do antigo Ministério da Cultura (1998-2020); do Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC (2005-2018); e da Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso. Dessa etapa, foi possível levantar relatórios anuais de gestão, editais, normas, legislações e diálogos em fóruns virtuais. As fontes digitais de natureza institucional acerca das políticas públicas para os setores de museu e patrimônio cultural foram levantadas com a finalidade de compreender como a universidade se articulava para atender as demandas em níveis estadual e federal.¹¹

Foram levantadas fontes digitais publicadas em jornais, *lives*, livros, periódicos e/ou anais do Congresso Nacional.¹² Da mesma forma, foi indexando no *Google Alerta* palavras-chaves a fim de obter referências publicadas na internet entre os anos de 2005 e 2021. A fim de ampliar o acesso as fontes documentais em suportes digitais para além dos resultados obtidos através dos buscadores *Google* e *Google Acadêmico*, a pesquisa documental também aconteceu no *The Wayback Machine*, um arquivo digital global de informações em diversos formatos veiculadas em *sites* e *blogs* da Internet. As fontes digitais levantadas foram disponibilizadas integral ou parcialmente, mesmo após os *sites* e *blogs* terem sido descontinuado ou passar por atualizações.

¹¹ Forma priorizadas nesse levantamento: relatórios, notícias institucionais e legislações disponibilizadas nos sites institucionais do IPHAN, MinC, IBRAM, Casa de Rui Barbosa, Fundação Palmares; Tribunal de Contas da União (TCU), Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, de secretaria estaduais e municipais, do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; artigos científicos, periódicos e anais impressos e digitais gratuitos (ENECULT, ANPUH, SAB, Casa de Rui Barbosa, Revista do Patrimônio - IPHAN, Anais do Museu Histórico Nacional - MHN, a Revista Musas – IBRAM), Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCULT), Observatório da Diversidade Cultural (ODC), programas de pós-graduação (UNIRIO, UECE, UFBA, UFMG, UFRJ, UNIFESP, UNICAMP, USP, UFF).

¹² Com a finalidade de salvaguardar e preservar as fontes digitais selecionadas e analisadas, foi estruturado um banco de dados digital no Google Drive com todos os arquivos selecionados, sendo organizados por instituição, jornal e blog digital, respeitando os seus formatos (.pdf, .jpg, .mp4, .mp3).

Quadro 1: Etapa de organização e seleção das fontes documentais físicas e digitais

Fontes primárias digitais		Fontes não-primárias digitais
<i>Documentos primários digitalizados</i>	<i>Documentos primários digitais exclusivos</i>	
- Relatórios institucionais.	- Site Portal da Unemat: notícias, sites, blogs dos museus, boletins, relatórios, planos estratégicos, base de dados digitais.	
- Relatórios da quantidade de museus e museus universitários.	- Site do IBRAM e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).	
- Relatório de projetos de museus.	- Acesso via contato direto com os responsáveis de departamentos e unidades dentro da Unemat; Lei de Acesso à Informação e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com disponibilização dos documentos digitais e online pela Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).	
- Acesso as gravações das reuniões coordenadas pelo Grupo de Trabalho, Fórum e Semana dos Museus da Unemat, disponíveis abertamente.	- Sites de Secretarias estaduais e divisões municipais de patrimônio cultural	
- Planejamento, Leis e Decretos voltados para a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, Sistema Brasileiro de Museus, das Políticas Nacionais e Estadual de Museus e Patrimônio Material e Imaterial;	- Planejamento, Leis e Decretos voltados para a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, Sistema Brasileiro de Museus, das Políticas Nacionais e Estadual de Museus e Patrimônio Material e Imaterial;	Livros, dissertações, teses, artigos científicos em revistas físicas e digitais. Entrevistas divulgadas a partir de teses e dissertações.
- Relatos, manifestações, debates.	- Fóruns virtuais nas redes sociais, como fanpages e grupos no Facebook, páginas no Instagram e perfis no Twitter; GT "Política de Museus".	
- Manifestações políticas, divulgação dos trabalhos, relatos de experiência.	- Entrevistas e palestras em audiovisual de dirigentes e intelectuais que estiveram vinculados a órgãos de preservação, disponíveis na plataforma do Youtube, vinculadas a canais institucionais ou particulares.	
- Diagnóstico dos setores da cultura nos estados e municípios.	- Base de dados do Estadoc e Munic., do IBGE, referente ao campo da cultura.	
- Estudos técnicos, livros e artigos publicados.	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).	
- Manifestações políticas, divulgação dos trabalhos, relatos de experiência.	- Textos escritos, entrevistas e relatos em páginas nas redes sociais dos dirigentes dos museus e processos museológicos.	
- Relatórios, cartas, eventos produzidos nos sites institucionais que não estão mais disponíveis por fatores desconhecidos.	<i>Internet Archive</i> , que possui backup de milhões de sites, documentos, livros etc.	

Adaptado de Almeida (2011) e Arruda (2022b).

A pesquisa documental foi importante para identificar relatórios, processos jurídicos, atas e espaços de articulação voltados para subsidiar a elaboração da política universitária da Unemat e o levantamento sobre como a mesma foi pautada institucionalmente entre 2001 e 2018, conforme demanda aprovada no 4º Congresso Universitário da Unemat (2018), bem

como mediante a tentativa de construir propostas voltadas para resolver problemas de falta de pessoal e investimentos e o relacionado ao fato da Universidade e a comunidade acadêmica desconhecer os seus museus. Com isso, ocorreu o levantamento das informações sobre: investimentos; gestão dos museus e do patrimônio cultural no âmbito da universidade; projetos de pesquisa e extensão; e recursos humanos.

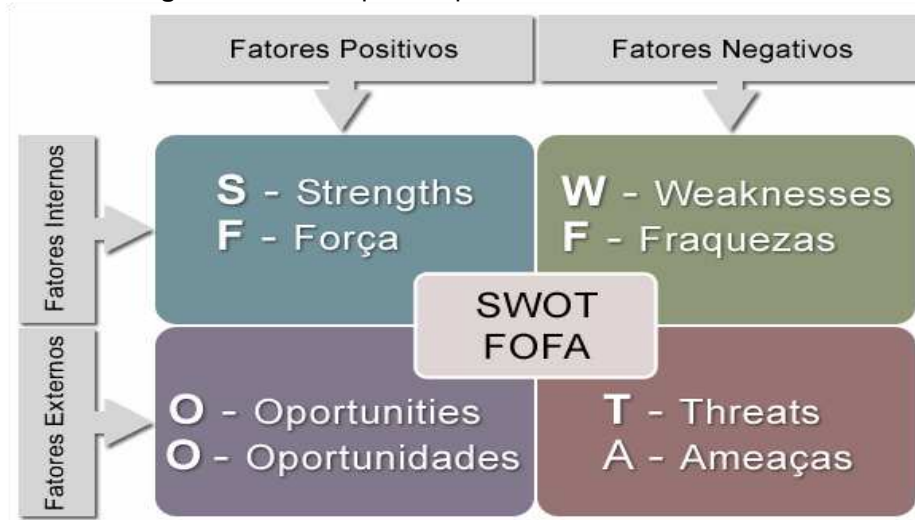
Os documentos foram entendidos a partir das contribuições de Le Goff (1993), independente dos suportes físicos e digitais de informações, como “documento/monumento” a fim de viabilizassem o mapeamento das articulações, sujeitos e discursos dos diferentes atores nos vários momentos e etapas de construção dos museus, de suas estruturações até a proposição da elaboração de uma política universitária para museus e patrimônio cultural.

As variáveis fornecidas por Cândido (2019) sobre Diagnóstico Museológico, os guias publicados pelo Instituto Brasileiro de Museus sobre Projetos de Arquitetura de Museus (2020) e Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013) e o SIEMSP (2020) viabilizaram levantar informações sobre: gestão e governança; recursos humanos; planejamento; instrumentos de financiamento; projetos e programas (Anexo 3). Tais informações serão apresentadas nos próximos capítulos, especialmente do terceiro ao sexto, com gráficos, percentuais e quadros.

Por outro lado, os recursos financeiros foram considerados parcialmente devido à escassez e clareza de tais informações nos relatórios da Unemat e dos órgãos federais, estaduais e municipais. A arquitetura dos museus e a gestão de risco ao patrimônio musealizado com a conservação dos acervos, manutenção e a condição predial não foram aprofundadas. Isso porque além de extrapolar o objetivo principal e o recorte temático da pesquisa também se deparou com os desafios referentes aos: recursos financeiros e humanos; tempo exíguo para a realização das pesquisas documental e *in loco*; sistematização, análise e apresentação das informações levantadas para o desenvolvimento; e defesa e aprovação da política universitária de museus e patrimônio nos órgãos colegiados.

O questionário semiestruturado do Diagnóstico museológico, com base nos estudos de Cândido (2010a; 2010b; 2019), Ávila (2014) e Serafim & Atvars (2020) e IBRAM (2010; 2013), foi estruturado de modo a atender aos critérios da metodologia SWOT, visando identificar, analisar e apresentar os fatores internos e externos, positivos e negativos a partir das forças (F), oportunidades (O), fraquezas (F) e ameaças (A) – FOFA ou SWOT (Figura 01). Com isso, um conjunto de variáveis foram elencadas de forma a viabilizar a identificação da organização administrativa, financeira e funcionamento dos museus da universidade.

Figura 1: Fatores que compõem a análise SWOT/ FOFA.



No fator Forças (*Strengths*), foram consideradas as vantagens oferecidas em relação aos museus da Unemat, incluindo seus diferenciais na oferta de serviços e produção de conhecimento das suas áreas de abrangência, as tecnologias disponíveis, os processos de qualificação dos profissionais, a reputação e imagem, os recursos físicos e outros fatores internos. No quesito Oportunidades (*Opportunities*), buscou-se identificar as forças e como elas podem potencializar oportunidades dos museus e auxiliar na solução de problemas no âmbito das políticas nacionais, estaduais e municipais de museu e patrimônio cultural. Acerca das Fraquezas (*Weaknesses*), a partir dos relatos orais, das pesquisas documental e bibliográficas e da pesquisa-ação foram identificados problemas técnicos, administrativos, políticos e financeiros que tem impedido resultados potencialmente mais eficiente e eficazes, em especial a partir da organização das unidades, dos instrumentos e capacidade de gestão e dos planejamentos estratégicos da Universidade, por exemplo: recursos humanos, gargalos operacionais, recursos financeiros, organização das documentações museológicas, entre outros fatores internos. Por fim, nas Ameaças (*Threats*), foram consideradas tanto as ligadas as fraquezas internas quanto as ameaças externas que podem impactar maior ameaça aos modelos de organização dos museus existentes ou das novas a serem criadas (ÁVILA, 2014; CÂNDIDO, 2019; IBRAM, 2010, 2013; SERAFIM & ATVARS, 2020).

Os critérios da matriz FOFA/SWOT foram articulados aos fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais que deram base a estrutura de análise com acrônimo PESTAL (GERRY; SCHOLLES; WHITTINGTON, 2011), conforme quadro 02.

Foram considerados aspectos externos e alternativas de estratégias de ação para conformar as ações nos seguintes eixos: normas e leis; formas de organização e tipos de vínculo; organograma e lotacionograma; natureza e quantidade dos acervos; comunicação; programas e projetos; rede de profissionais e parceiros; instrumentos de gestão e de financiamento.

Quadro 2: Variáveis e estrutura da matriz de análise PESTEL

ACRÔNIMO	DIMENSÕES	VARIÁVEIS
P	Política	Modelos de gestão estatal; estabilidade administrativa; políticas e programas governamentais federais, estaduais e municipais; índice de aceitação/rejeição; conflitos de interesse entre gestão pública, administração privada e das organizações sociais; fragilidades da gestão compartilhada; legitimidade do governo para atuar na preservação do patrimônio e museus.
E	Econômica	Economia do estado, municípios e regionais; teto dos gastos; desemprego; ausência e fragilidade de instrumentos de financiamento dos museus e preservação do patrimônio cultural; custo de energia e manutenção dos museus, patrimônio científico, acervos e coleções científicas visitáveis.
S	Socioculturais	Educação básica, tecnológica e profissional; padrões de consumo; globalização; distribuição etária, por sexo; expectativa de vida; influências culturais; crenças do público-alvo; interesses e opiniões da sociedade; extensão territorial e urbanização; mobilidade social; estilos de vida; diversidade cultural; variedade de grupos sociais; colonização dos saberes; estruturas de poder; desigualdades sociais; inclusão social; democracia e participação nos museus e processos museológicos.; democratização do acesso.
T	Tecnológicas	Avanços tecnológicos; Desigualdades de oferta de serviços de tecnologia em nível estadual; Sistemas de Identificação, Controle, Catalogação e Monitoramento da elaboração e execução de Programas; Sistemas de Informação técnicas e geográficas; Sistemas de Vigilância e Combate a Incêndios, Furtos e Roubos; Produção de mecanismos para garantir acessibilidade a partir dos acervos e projetos; oferta de cursos e ações por meio dos sites oficiais e redes sociais.
E	Ambientais	Desmatamento; Preocupação crescente com o meio ambiente; proteção dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais e povos originários; capacidade de somar na noção de museu integral, articulando com território e os diferentes grupos sociais; produtos e serviços compatíveis com o ambiente e que são socialmente responsáveis.
L	Legais	Segurança dos acervos; legislações dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, Museus e Patrimônio Cultural; leis de incentivo e fomento à cultura, museus e patrimônio; Leis de Proteção do Patrimônio Arqueológico; Normas de criação e regulamentação de Instituições de Guarda e Endosso; Normas internas que regulamentam a gestão e criaram os museus vinculados a universidade; Leis que regulamentam o ensino superior e as universidades públicas.

As variáveis selecionadas para o desenvolvimento do diagnóstico museológico para contemplar as matrizes de análise FOFA e PESTEL foram organizadas inicialmente a partir dos parâmetros cadastrais que apresenta critérios de elegibilidade para o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP, 2020), que disponibiliza um conjunto de 85 parâmetros cumulativos, dividido em três níveis pelos eixos: gestão e governança; salvaguarda de acervo e comunicação; serviços ao público (SISEM-SP, 2020), bem como às variáveis disponíveis no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2021), considerando que os museus cadastrados não disponibilizaram parte das informações demandadas.

Foram consideradas as legislações (nacionais, estadual, municipais e a acordos, convenções e declarações internacionais) e as produções acadêmicas e institucionais sobre os direitos culturais; participação social; operações institucionais; instrumentos jurídicos, como o tombamento, o registro, o inventário nacional de referências culturais, o inventário nacional de bens culturais musealizados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/1996; as diretrizes, valores e princípios das políticas, planos e programa nacionais e estaduais de museus e patrimônio cultural; e, por fim, debates acerca dos museus universitários produzidos em fóruns nacionais e estaduais (Figura 02).

Figura 2: Organização do diagnóstico e instrumentos de preservação da memória.



Neste caso, mediante a característica da pesquisa-ação, que buscou encontrar soluções aos problemas de gestão e institucionalização dos museus no âmbito da Unemat, a partir do diagnóstico museológico também se produziu e levantou informações com a finalidade de sugerir caminhos para orientar o planejamento e viabilizar estratégias para ação tanto do GT Política de Museus quanto dos diretores e coordenadores dos museus.

Conforme o Quadro 03, também recorreu a um método de análise qualitativa que possibilitasse organizar e ranquear os fatores internos e externos de forma a construir um índice de favorabilidade¹³ e sugestão de estratégias, correlacionando-as a partir da maior pontuação definidas a partir da Matriz GUT, ou seja, Gravidade (G), Urgência (U) e Tendência (T) (ÁVILA, 2014) de modo a apresentar propostas para subsidiar na construção de planos de ação (FERREIRA, et. al., 2014). A Matriz GUT esteve presente nos debates internos da Universidade e do GT Política de Museus, aos quais possibilitaram identificar a organização e modelos de gestão dos museus e da Universidade, suas missões¹⁴, os princípios,¹⁵ os

¹³ O índice de favorabilidade foi calculado subtraindo as notas das variáveis das forças e oportunidades pelas notas das fraquezas e ameaças. Por isso ela aponta para um percentual que varia de -200% a +200% indicando o equilíbrio do ambiente em que atua o Museu. Para tanto, consta definido a variação de: -200% a -100%, muito desfavorável; -100% a -30%, desfavorável; -30 a +30, equilíbrio; 30 a 100%, favorável; 100 a 200%, muito favorável. Sua fórmula é: $IF = (((\text{Forças} + \text{Oportunidades}) - (\text{Fraquezas} + \text{Ameaças})) / ((\text{Forças} + \text{Oportunidades}) + (\text{Fraquezas} + \text{Ameaças}))) \times 2$.

¹⁴ "Missão: Oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática" (UNEMAT, 2018a, p. 32).

¹⁵ O Plano está fundamentado nos princípios discutidos pelo PEP UNEMAT 2015-2025 que é um documento aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), através da Resolução nº 048/2016. "Princípios: Autonomia, didático-pedagógica, científica, administrativa, financeira, orçamentária e política, Equidade e igualdade, Descentralização, Democracia, Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Laicidade, Multidimensionalidade do conhecimento, Pluralidade de ideias e conceitos, Respeito, Ética, Valorização humana e profissional, Sustentabilidade, Gestão participativa" (UNEMAT, 2018a, p. 33).

valores¹⁶ e os instrumentos disponíveis para implementar de forma indissociável os programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 3: Matriz GUT, com pontuação e base de ranqueamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças

Pontuação				Critérios			Matriz GUT
Fatores internos		Fatores externos		Base Força/ Fraqueza	Base Oportunidades / Ameaças	Referência	
For.	Fraq.	Opor.	Am.				
							Gravidade(G) / Importância
1	1	1	1	Sem importância	Sem importância	Sem gravidade	Este requisito foi considerado mediante a análise da intensidade ou impacto que o problema pode causar se não for solucionado. As variáveis podem ser avaliadas quantitativa ou qualitativamente.
2	2	2	2	Pouco importante	Pouco importante	Pouco grave	
3	3	3	3	Importante	Importante	Grave	
4	4	4	4	Muito importante	Muito importante	Muito grave	
5	5	5	5	Totalmente importante	Totalmente importante	Extremamente grave	
							Urgência (U) / Intensidade
5	5	1	1	Muito forte	Nada Urgente	Pode esperar	Neste elenca-se um conjunto de variáveis e a pressão do tempo existente para resolver determinadas situações. Leva-se em consideração também o prazo para se resolver o problema. Pode se considerar como problemas urgentes prazos definidos por lei etc.
4	4	2	2	Forte	Pouco Urgente	Pouco urgente	
3	3	3	3	Média	Urgente	Urgente, merece atenção no curto prazo	
2	2	4	4	Fraca	Muito urgente	Muito urgente	
1	1	5	5	Muito fraca	Pra ontem	Necessidade de ação imediata	
							Tendência (T)
5	1	5	1	Melhora muito	Melhora muito	Não irá mudar	A partir do diagnóstico, permite a análise pela equipe técnica a tendência de evolução da situação. Neste eixo, os problemas podem ser considerados quais os impactos ele terá na ausência de uma ação efetiva para solucioná-lo. Indica uma probabilidade do potencial de crescimento do problema com o passar do tempo.
4	2	4	2	melhora	melhora	Irá piorar a longo prazo	
3	3	3	3	Mantém	Mantém	Irá piorar a médio prazo	
2	4	2	4	Piora	Piora	Irá piorar a curto prazo	
1	5	1	5	Piora muito	Piora muito	Irá piorar rapidamente	

Fonte: Organizado a partir de Ávila (2014) e Arruda (2022b).

Diante da atuação e zonas interesses da Universidade e a corresponsabilidade dos seus museus nos territórios para com os direitos culturais (CUNHA FILHO, 2019), buscou-se identificar a integração de políticas institucionais articuladas a demandas locais, regionais, nacionais e internacionais (Figura 03). Da mesma forma, as ausências, os padrões e as dificuldades interligadas aos papéis exercidos pelos museus universitários e a preservação do patrimônio cultural da ou sob a guarda da Universidade a partir dos seus *campi* universitários de caráter local e regional.

¹⁶Valores: Comprometimento, Democracia, Sustentabilidade, Responsabilidade social, Humanismo, Qualidade e Pluralidade". (UNEMAT, 2018. p. 33).

Figura 3: Abrangência de atuação dos museus, da Universidade e dimensões dos acervos.

		Atuação			
		Local	Regional	Nacional	Internacional
Interesse	Local	X			
	Regional	X	X		
	Nacional	X	X	X	
	Internacional	X	X	X	X

As etapas descritas acima viabilizaram a imersão na dinâmica institucional da Universidade e a identificação de projetos e ações desenvolvidos no âmbito Universidade e dos museus pelos diferentes atores com vínculos internos e externos, aos quais se organizaram através do grupo e a comissão “Política de Museus” para construir coletivamente uma política universitária de museus e patrimônio cultural.

A Comissão de Política de Museus organizou a 1ª Semana de Museus da Unemat (2020) e o 1º Fórum de Museus da Unemat (2021) a fim de ampliar o debate e o conhecimento sobre os museus e suas missões, as atividades, os acervos, as redes de profissionais e instituições, os anseios dos diretores, gestores da universidade e da comunidade externa. Com isso, a gerou um acúmulo de reflexões tanto sobre as demandas atuais quanto sobre as formas de consolidação da Rede identificada (Figura 04).

Figura 4: Rede de atuação dos diferentes museus e atores de integração à Universidade.



Estrutura da tese

A tese foi organizada em dois eixos estruturantes, compostos por sete capítulos e as considerações finais. No primeiro eixo, conforme os capítulos um (01) e dois (02), encontram-se os aspectos gerais que articulam as políticas nacionais e estadual de preservação do patrimônio cultural e museus aos projetos, propostas e museus da Unemat.

No **1º Capítulo** - “Museus e Patrimônio Cultural: trajetórias e desafios”, foi desenvolvido uma contextualização do percurso histórico da política nacional de museus e patrimônio cultural no país, do alargamento conceitual do patrimônio cultural, do conjunto de direitos e normas, do panorama dos museus universitários com ênfase nos problemas enfrentados atualmente, aos quais permitiram analisar as desigualdades territoriais e a importância da universidade na interiorização das políticas de preservação.

O **2º Capítulo** - “UNEMAT e os percursos dos seus museus” apresenta o lugar da cultura e dos museus no processo histórico de consolidação das políticas setoriais de ensino, pesquisa e extensão da Unemat, além disso como as resoluções de pesquisa e extensão fixaram diretrizes e caminhos administrativos para o funcionamento dos museus, gerando ou contornando problemas na sua organização no âmbito da Universidade.

No segundo eixo constam os capítulos com os diagnósticos museológicos até o último com a trajetória da criação da Política Universitária de Museus e Patrimônio e a proposição da Rede de Museus da Unemat.

Entre o **terceiro** e o **sexto capítulo** foram apresentados os diagnósticos museológicos com contextualizações das trajetórias de criação e institucionalização, estruturas arquitetônicas e virtuais, organogramas, lotacionogramas, quantidade e diversidade dos acervos, canais e redes sociais de comunicação, membros internos e externos, formas de vínculo, projetos e ações de cada um dos quatro museus que compõe a Rede de Museus da Unemat, sendo: o **3º capítulo** - Diagnóstico Museológico do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF); o **4º Capítulo** - Diagnóstico Museológico do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM); o **5º Capítulo** - Diagnóstico Museológico do Museu Vale do Arinos (MUVA); e o **6º Capítulo** - Diagnóstico Museológico do Museu Casa Borges (MUCB).

No **7º Capítulo** – “Da política aos desafios da implementação da Rede de Museus”, e último, apresento o processo de construção e as diretrizes da política universitária e a organização da Rede de Museus, com instrumentos para a regulamentação dos museus universitários integrados as políticas nacionais de museus e patrimônio cultural, como: democracia, sustentabilidade, responsabilidade social, humanismo, qualidade, pluralidade.

Em termos de **considerações finais**, destacaram-se os apontamentos sobre a importância de integrar os museus e implementar a rede de museus da Universidade nos instrumentos de planejamento macro e gestão, inclusive com a criação de: um fundo

específico de fomento; de novos indicadores para monitoramento e planejamento de ações de gestão dos museus e das suas coleções museológicas. A partir destes, compreende-se que poderá fomentar a consolidação dos museus enquanto lugares de desenvolvimento indissociável de pesquisa, ensino e extensão, dotados de instrumentos que possam minimamente ampliar: a garantia da conservação, difusão e valorização dos acervos; o planejamento, a execução e avaliação de programas e projetos; a integração de grupos, núcleos e centros de pesquisa; a comunicação e a integração as novas tecnologias e redes de comunicação.

CAPÍTULO 1

MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

1. MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Este capítulo busca situar as trajetórias ligadas a consolidação das políticas públicas de patrimônio e museus no Brasil, inclusive dos museus em ambientes universitários, visando a compreensão dos processos e valores que levaram a reconhecimentos no Estado de Mato Grosso.

1.1 - Trajetórias das Políticas Nacionais de Museu e Patrimônio no Brasil

Associados a cultura Ocidental, o Museu e a Universidade têm como marco o século III a.C., a partir da biblioteca de Alexandria. O *mouseion* de Alexandria, que dá origem ao termo, abrigava coleções de objetos e livros, laboratórios, observatório, Jardim botânico e zoológico que ficavam à disposição dos pensadores da época. A época a ideia de *Mouseion* esteve associada ao culto das Musas, passando a ser dotado de sentidos que passaram a reconhecê-lo como gabinetes de curiosidades e galerias de arte. Conforme Scheiner (1998), essas noções vão consolidar um modelo de museu, o Museu Tradicional, cuja proposta fica centrada no objeto e coleções. A Universidade passou a se consolidar a partir do século XIV com a organização do ensino informal das autoridades eclesiásticas e civis. Somente no século XVII d.C., com a abertura do *Ashmolean Museum* da Universidade de Oxford, na Grã-Bretanha, que o Museu vai ser aberto ao público. Ao longo do século XVIII, os museus criados em diversos países da Europa também passaram abrir suas portas para a visitação (ALMEIDA, 2001a).

No Brasil, o surgimento dos museus remonta ao século XIX¹⁷ e tem se revelado uma das mais antigas políticas culturais empreendidas no território, voltadas para a conservação e preservação de bens materiais. Neste período foram criados cerca de seis museus, sendo: i) Museu Real (atual Museu Nacional) foi criado por Dom João VI (1818), e contava com um acervo de história natural; ii) Museu do Exército no Rio de Janeiro (1864); iii) Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará (1871), na linha etnográfica; iv) Museu Paranaense (1876); v) Museu da Marinha (1894); e vi) Museu Paulista ou Museu do Ipiranga (1895). Essas propostas também se consolidam simultaneamente aos cursos superiores no país, conforme pode-se identificar na contextualização do ensino superior no Brasil apresentada por Saviani (2011).

¹⁷ A criação do primeiro museu no país aconteceu durante o Período Joanino, especialmente após a chegada da família real, em 1818, configurando-o como Museu Real e com abrangência as áreas de antropologia, geologia, botânica, mineralogia, egiptologia, arqueologia etc. A transferência do Museu para o Paço de São Cristóvão, antiga residência do Imperador Dom Pedro II, aconteceu após a implementação da República, especialmente em 1892. A partir do reconhecimento do papel pedagógico do Museu Nacional, em 1917, o então diretor Edgard Roquete-Pinto cria o setor educativo.

Na primeira metade do século XX, intensificaram-se os debates sobre a cultura nacional e a necessidade de proteger e conservar os bens culturais brasileiros. Conforme Rangel (2012, p.104), a partir das “décadas de 1920 e 1930 uma nova confluência se estrutura no cenário brasileiro, marcada por iniciativas sistemáticas da nossa intelectualidade em salvaguardar o patrimônio cultural nacional”.

Neste processo, além da criação do Museu Histórico Nacional em 1922 por iniciativa de Gustavo Barro, que fundou *a posteriori* o primeiro curso superior em museus, também aconteceram outras iniciativas importantes como a do deputado Luís Cedro Carneiro Leão, com o projeto de Lei n. 350 de dezembro de 1923, apresentado na Câmara dos Deputados visando a criação de uma Inspeção de Defesa dos Monumentos Históricos e Artísticos. Em outubro de 1924, o deputado mineiro apresentou o Projeto de Lei nº 181, visando proibir a saída de obras de arte brasileira.

Na primeira metade da década de 1920, a política de preservação do patrimônio estava em elaboração por diversos grupos. Nessa encontra-se a proposta da “Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil” de maio de 1924, realizada pelo suíço residente na França, Blaise Cendrars, oriundo de uma viagem em parceria com Olívia Guedes Penteadó, seu genro Gofredo da Silva Teles, Tarsila, Cendrars, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, os quais visitaram o interior de Minas Gerais com o propósito de conhecer os “monumentos históricos”. De acordo com Calil (2012) ao voltar a França, Cendrars publica uma entrevista em que expõe sua preocupação com as obras do Aleijadinho. Uma entrevista publicada em Paris no início de 1925, nos advertia:

Blaise Cendrars, embaixador benévolo do novo espírito, depois de, na costa, beber o bom café da amizade brasileira, penetrou no interior. Nesse imenso continente de possibilidades infinitas, ele viu obras de uma notável arquitetura indígena e proclamou: Brasileiros, protejam seus tesouros! (CENDRARS, 1924, apud CALIL, 2012 [s./n.]).

Entre as viagens de “Descoberta do Brasil em Minas Gerais” pelos modernistas paulistanos a construção do nacionalismo modernista forjada a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, deu-se início a construção do nacional a partir da desconstrução dos regionalismos, considerando a arte religiosa, o barroco mineiro como a essência da identidade nacional (IANNI, 2003).

Relatos de Mario de Andrade em *O Turista Aprendiz*, produzido em decorrência das incursões no interior do país entre 1927 e 1929, quando passou pelo Amazonas, Pará e Rio Grande do Norte, também constam a sua noção de patrimônio e museu, que vai oxigenar o debate sobre a abrangência e os valores das patrimonializações e musealizações nos anos seguintes, onde as distintas compreensões passam a assumir forma de embates políticos e de valores.

Entre 1924 e 1936, duas propostas marcaram o cenário da política de preservação do patrimônio através dos projetos de criação da “Sociedade de Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil”, de Cendrars (1924) e o anteprojeto apresentado por Mário de Andrade (1936). Todavia, em decorrência do cenário político nacional do período, outra proposta acabou se consolidando a partir do grupo político de Gustavo Barroso. Neste caso, a partir da criação da Política de Proteção dos Monumentos Nacionais e da Inspetoria de Monumentos Nacionais no âmbito do Museu Histórico Nacional em 1934. Conforme Rangel (2012),

o papel preponderante dos museus neste processo é evidenciado na centralidade que estes possuíam como linha condutora da construção e consolidação da política proposta para a área do patrimônio. (...) Mário de Andrade indicava a criação de museus municipais e estaduais. Em sua concepção, os museus poderiam ser considerados âncoras da identidade cultural brasileira (RANGEL. 2012, p.105).

De acordo com Rangel (2012), à época o projeto de Barroso foi importante e se demonstrou ambicioso para a área do patrimônio, pois

Ao articular uma proposta museológica em 1922, simultaneamente apontava para os aspectos que considerava estratégicos na construção do patrimônio nacional, **não esquecendo a formação de quadros** que pudessem implementar tais iniciativas. No mesmo decreto de criação do Museu, Barroso propõe a criação do curso técnico de conservadores de museus (RANGEL. 2012, p.105, grifo meu).

Com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no governo Vargas, a partir de 1937, o Museu Nacional foi incorporado a estrutura da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se um dos primeiros museus universitários do país. Isso mediante ao processo de federalização dos cursos e faculdades superiores, que passavam a ser transformadas em universidades a partir da década de 1950, e, principalmente, após a Reforma Universitária de 1968 (SANTOS & COSTA, 2018).

Assim, pode-se observar a importância do Estado na estruturação e implementação das políticas públicas de museus, patrimônio e educação superior. De acordo com Saviani (2010), em resumo, os cursos superiores foram criados

por D. João VI a partir de 1808 e, especialmente, com a instituição do regime universitário por ocasião da reforma Francisco Campos em 1931, prevaleceu o modelo napoleônico, reiterado sucessivamente, inclusive na reforma instituída pela Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Com efeito, podemos identificar três modelos clássicos de universidade, a saber, o modelo napoleônico, o modelo anglo-saxônico e o modelo prussiano. Este último teve sua configuração definida com a fundação da Universidade de Berlim por Humboldt, em 1810. A origem desses modelos se assenta nos elementos básicos constitutivos das universidades contemporâneas: o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade interna à instituição. Esses elementos nunca aparecem de forma isolada. Conforme prevaleça um ou outro, tem-se um diferente modelo institucional. A prevalência do Estado dá origem ao modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda o modelo prussiano (SAVIANI. 2010, p.10).

Em contraste a essa fusão de modelos no campo do ensino superior, a preservação dos monumentos nacionais no Brasil esteve articulada a busca pela consolidação das nações e das identidades nacionais, principalmente pautada pelo modelo que se formou após a Revolução de 1789, na França, com a criação da sua Inspetoria de Monumentos Nacionais e a realização de um inventário dos seus bens culturais através do *classement* centrado no poder de intervenção estatal (CHOAY, 2006; CHUVA, 2019).

No Brasil, diferente da proposta de Cendrars de 1924 e menos abrangente que a de Mário de Andrade de 1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade e o Ministro Gustavo Capanema vão estruturar a organização do patrimônio centrada no modelo estatal que se assemelhou ao modelo francês (CHOAY, 2006; CHUVA, 2019). Organização essa que vai perdurar quase intocada até meados da década de 1980.

A organização da preservação do patrimônio passou a ser no âmbito da Política Nacional de Educação e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Lei nº 378 de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) e o Decreto-Lei 25 de 1937, órgão encarregado e instrumento que instituiu tombamento como meio utilizado para classificar e acautelar os bens que passariam a integrar o “patrimônio nacional”.

O modelo de Rodrigo Melo Franco de Andrade divergia da ótica de Mário de Andrade apresentada no anteprojeto, principalmente da abrangência da proteção, valorização e catalogação dos bens imateriais. Com o Decreto-Lei nº 25/1937, além do tombamento também foram criados quatro livros do Tombo:

1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às três primeiras categorias de artes (arqueológica, ameríndia e popular);
2. Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria (arte histórica);
3. Livro do Tombo das Belas-Artes/Galeria Nacional de Belas-Artes, correspondente às quinta e sexta categorias (arte erudita nacional e estrangeira);
4. Livro do Tombo das Artes Aplicadas/Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondente às sétima e oitava categorias (artes aplicadas nacionais e estrangeiras) (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 59).

De acordo com Chuva (2019, 292), entre 1937 e 1946 a proteção do patrimônio se firmou a partir da rede de relações e alianças locais entre os dirigentes nacionais com intelectuais e lideranças locais e regionais em “torno da “causa” do patrimônio e da “rede nacional do SPHAN”, principalmente a partir de “16 estados e 56 municípios” que tiveram bens patrimonializados. Nesse período, a rede se instalou principalmente a partir dos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

Nesse primeiro momento, nenhum bem foi tombado e nem se tem registro de algum pedido para o Estado de Mato Grosso, que vai acontecer em 1957 com o tombamento da Igreja de Sant’Ana do Sacramento (1779), localizada na cidade de Chapada dos Guimarães.

Conforme Santos (2004, 57), a partir da década de 1930, os modernistas mineiros exerceram um papel importante ao implementar a política de preservação do patrimônio cultural, que ao tombar inúmeros prédios e sítios históricos em Minas Gerais e outros estados também criaram um número significativo de museus, a exemplo dos museus de arte sacra, o “Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, o Museu das Missões no Rio Grande do Sul, os Museus da Inconfidência e do Ouro, em Minas Gerais”.

Ainda com base na autora, a mesma destaca que a partir de 1945, os museus já não tinham o caráter nacionalista e surgiram diversos a partir de iniciativas particulares com enfoque na Arte Moderna, como o Museu de Arte Moderna de São Paulo, 1948, majorando seu prestígio com a organização das bienais internacionais a partir de 1951, e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 1948” (SANTOS, 2004, p.57).

Em nível internacional, na medida em que finalizava a 2ª Guerra Mundial e se constituía a Organização das Nações Unidas (ONU) como um órgão internacional voltada para promoção da paz, segurança e a cooperação entre os povos, bem como a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), enquanto a agência especializada do Sistema ONU, também passaram a ser criadas organizações vinculadas a UNESCO com o propósito de atuar nas áreas do patrimônio cultural e museus. Dentre essas pode-se destacar o Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946 e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), criado em 1965. A partir destes, além de seguir as diretrizes estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, também passaram a atuar nas delimitações conceituais e proposições a partir das cartas, convenções e declarações patrimoniais.

O ICOM, desde então, assumiu um papel importante na definição do conceito de museu, pactuando-o enquanto

instituição permanente que adquire, conserva, pesquisa, transmite e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, diversos adendos foram realizados, ampliando a diversidade do que se compreendia por museu, assim como seus vínculos e responsabilidades em relação à sociedade (SANTOS, 2004, p.57).

Enquanto o entendimento sobre patrimônio ficou estabelecido pelo Decreto-Lei 25/37, variando sempre entre as noções de monumento, patrimônio histórico, patrimônio artístico e patrimônio nacional.

No âmbito do governo federal, nesse período parte dos museus federais passaram a ser vinculados a Diretoria do Patrimônio do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), do MEC, principalmente após a reforma e aprovação do Regimento da Diretoria, onde se criou as unidades descentralizadas a partir do Decreto-Lei nº 8.534, de 02/01/1946, regulamentado pelo Decreto nº 20.303, de 2 de janeiro de 1946. A partir dessa, quatro (04) museus passaram

a ser subordinados aos distritos, sendo: I. Museu da Inconfidência; II. Museu das Missões; III. Museu do Ouro e outros que a mesma viesse a organizar. Nesse mesmo documento, também foi organizado os distritos da Diretoria,

1° Distrito, com sede na cidade do Recife, compreendendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

2° Distrito, com sede na cidade de Salvador, compreendendo os Estados da Bahia e Sergipe;

3° Distrito, com sede na cidade de Belo Horizonte, compreendendo o Estado de Minas Gerais;

4° Distrito, com sede na cidade de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Enquanto não se tornar necessária a criação e instalação de outros distritos, os assuntos de interesse do Distrito Federal, assim com **os Estados e Territórios não compreendidos nos quatro distritos** referidos neste artigo **serão tratados diretamente pelos órgãos da Diretoria** existentes dos auxiliares necessários designados pelo Diretor Geral e localizados onde convier (BRASIL, 1946 [s/n]).

Oliveira (2008, p.146) destaca que entre as décadas de 1920 e 1930, em decorrência das mudanças no espaço disciplinar da antropologia, essa “se deslocou dos museus para o espaço da universidade” e vai se reaproximar a partir da década de 1980.

Nas décadas de 1950 e 1960, de acordo com Santos (2004) os museus brasileiros davam ênfase nas coleções e no papel educativos, o que o tornou objeto de muitas críticas um afastamento de pesquisadores.

Neste processo de estruturação e consolidação da política de preservação do patrimônio, apesar da possibilidade de destombamento criado na década de 1940, um passo importante nos anos seguintes foi dado na área do patrimônio arqueológico com a aprovação, institucionalização e regulamentação da Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

Ao passo que nesta última década também se criou a Lei n. 4.845, de 19 de novembro de 1965, visando proibir a saída de obras de arte produzidas até o fim do período monárquico para o exterior. A partir deste período, coube a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) criar critérios e procedimentos para que as pesquisas arqueológicas fossem aprovadas e supervisionadas pelo órgão federal. Além dos incentivados pela DPHAN, muitos museus foram criados com a finalidade de guardar e conservar o patrimônio arqueológico.

Sob a direção do Rodrigo Melo Franco de Andrade, que durou de 1936 a 1967, quando se aposentou, mas permaneceu no Conselho Consultivo até 1969, a gestão federal da preservação do patrimônio cultural também se ocupou de articular a criação de museus a partir dos bens tombados. Neste período, chegou a 707 a quantidade de bens tombados, com homologados e provisórios, perpassando por bens móveis e integrados, bem paleontológico, coleções ou acervos, conjuntos arquitetônicos, urbanos e rurais, edificações, edificações e acervos, infraestrutura ou equipamentos urbanos, jardins históricos, patrimônio natural, ruínas, sítio arqueológicos. Também foram indeferidos 143 pedidos de tombamento, 14 bens

destombados e 31 processos instruídos, distribuídos nos estados de Mato Grosso, Goiás, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao mesmo tempo que muitos museus foram construídos a partir da noção de nacional e mantiveram suas gestões com autonomia financeira e administrativa do IPHAN, mas vinculados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Até 1952, o país possuía 131 museus (IBRAM, 2010).

Diversas iniciativas municipais, estaduais e particulares começaram a surgir a partir da década de 1950, mesmo a margem dos conceitos de museus nacionais e regionais federais. Pode-se citar como exemplos: o Museu Lasar Segall, em São Paulo; o Museu das Culturas Dom Bosco, também conhecido como Museu do Índio, idealizado pela Inspetoria Salesiana de Mato Grosso, hoje Universidade Dom Bosco, localizada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, criado em 1950 e inaugurado em 27 de outubro 1951; do Museu de Pedras Ramis Bucair, um dos primeiros museus que se tem registro em Cuiabá (MT), criado por iniciativa particular em 1959.

De acordo com Santos (2011), esse período

pode ser caracterizado pelo investimento privado na criação dos principais museus de artes plásticas do país. O Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1947, contou com o apoio do empresário Assis Chateaubriand, proprietário de um dos mais importantes órgãos de imprensa do país, os Diários Associados; o Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1948, e a I Bienal Internacional de São Paulo, em 1951, resultaram dos esforços de Francisco Matarazzo Sobrinho, importante proprietário de um conglomerado de indústrias metalúrgicas; o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, também em 1948, deve sua criação à iniciativa de um grupo de empresários presidido por Raymundo Ottoni de Castro Maya. A iniciativa privada também se fez presente em outras áreas da cultura, como cinema e teatro (SANTOS, 2011, p.191).

Neste período, apesar dos esforços dos dirigentes e reconhecimento da importância dos museus não existia uma política clara e objetiva para a área dos museus, em especial para a criação dos museus nacionais e regionais. Os esforços eram voltados para as cidades e casarões isolados, alguns junto com seus acervos móveis e integrados.

De acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987), em seu último texto,

A eventualidade de vir a ocorrer medida prevista nessa disposição legal, visando a criação de outros museus, além dos existentes, estava longe de se deparar à administração federal, na época de promulgação da lei citada [Decreto Lei 25/37]. Naquele período eram pouco numerosas as obras de arte e de valor histórico de propriedade da União, que não integravam o acervo dos dois museus mencionados [Museu Histórico Nacional e Museu Nacional]. Consistia apenas nas que ornamentavam discretamente os palácios e residências oficiais do chefe de Estado e mais alguns poucos órgãos da administração no Rio de Janeiro, particularmente a se do Ministério das Relações Exteriores.

Não se justificava, pois, retirá-las de onde se encontravam, para o simples efeito da criação de qualquer museu novo. Recomendável, então, seria

apenas tentar-se enriquecer, como se fosse possível, o acervo dos museus nacionais existentes e, sobretudo, diligenciar-se com empenho para favorecê-los, pelos meios adequados, a fim de corresponderem melhor as suas finalidades.

Fora do Rio de Janeiro, entretanto, havia razões que induziam o poder público federal a empreender a organização de museus. A primeira originava de incremento e da extensão crescentes que o comércio de antiguidades assumia o país, despojando progressivamente de seu patrimônio as áreas mais ricas de obras de arte antiga e de seu artesanato tradicional. Isso tornava de conveniência manifesta um esforço para serem retidos, nas áreas prejudicadas, os espécimes mais expressivos que restassem do acervo regional, por meio de sua compra para o patrimônio da União, uma vez que os estados e municípios afetados não podiam ou não se interessavam em competir com os mercadores, em defesa daqueles bens culturais. Coincidia com tal conveniência uma outra importância quase equivalente: a de se utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas a expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações.

O empreendimento com que, no Brasil, foram iniciados os museus regionais não resultou, porém, imediatamente, nem da aquisição de determinada coleção de peças numa das áreas mais sacrificadas pelo comércio de antiguidades, nem da necessidade especial de se aproveitar, para finalidade adequada, determinada obra de arquitetura de maior significado, restaurado e convertido em patrimônio nacional. Foi uma iniciativa que, conquanto viesse a atender a uma e a outra daquelas conveniências, teve o propósito de dar soluções a um problema muito particular deparado ao serviço de proteção de monumentos no Brasil (ANDRADE, 1987, p159-160).

No processo de consolidação do SPHAN, conforme relata Rodrigo Melo Franco de Andrade ao tratar dos museus regionais, destacou a concepção do arquiteto Lúcio Costa, ao elaborar o projeto do Museu das Missões no Rio Grande do Sul,

O museu deve ser um simples abrigo para as peças [a serem recolhidas] que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios; e como a casa do zelador precisa ficar no recinto mesmo das ruínas, é natural que os dois sejam tratados conjuntamente, ocupando a construção, de preferência, um dos extremos da antiga praça, para servir de ponto de referência e dar uma melhor ideia de suas dimensões (ANDRADE, 1987, p.161).

Ao tecer uma análise do trabalho e proposta do professor português, Mário Chicó, que passou a auxiliar na elaboração de um projeto voltado para a formação de especialistas em conservação para a Universidade de Brasília, Rodrigo M. F. de Andrade também relatava no Jornal do Comércio (RJ) em maio de 1969 os desafios empreendidos nos diferentes países, sendo um deles aqui no Brasil a “Omissão das universidades no sentido da organização de cursos para a finalidade desejada”, o que transformava a UNB “pioneira de muitas propostas ambiciosas” (ANDRADE, 1987, p.158).

Acerca do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e missão da Universidade, após receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia em 1962, Rodrigo M.F. de Andrade deixou registrado a importância dos museus universitários, tal como o inaugurado pela UFBA com a inauguração e organização do Museu de Arte Sacra

Sem dúvida, ligado à universidade da então capital da República, já existia o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Mas este foi criado ainda no tempo

do Brasil reino, evoluiu por meios próprios e só razões de conveniência administrativa o fizeram integrar-se naquela universidade, na qual pertence, não obstante, como elemento excêntrico. Nem a riqueza de suas coleções, nem a formação esmerada ou a obra de alta categoria de seu pessoal técnico devem coisa alguma à Universidade do Brasil. Ao passo que a Universidade da Bahia, com a criação do Museu de Arte Sacra, demonstrou verdadeira compreensão do papel do museu como instituição peculiar da cultura no mundo moderno. Não teve em vista prover qualquer de seus institutos de ensino superior de uma dependência, destinada a exploração de acervo com finalidades didáticas. Empreendeu a recuperação da belíssima edificação do antigo convento de Santa Teresa, para convertê-la na sede de um museu de arte, compatível com a classe do monumento e cujas atribuições consistiam e consistem, não nas de órgão complementar de ensino acadêmico ou profissional, mas nas de instituição de cultura com objetivos próprios, visando, na espécie, a afinar a inteligência e a aprimorar a sensibilidade da mocidade estudantil e da população em geral, por meio de emoções estéticas. A função dos museus, na sociedade contemporânea, adquiriu tal relevo e tem produzido tais benefícios culturais, que a criação de um deles, com a categoria e as condições desejáveis, constitui realização de mérito indiscutível. Prova do valor cada vez maior atribuído universalmente a essas instituições é a sua multiplicação e prestígio nos Estados de regime socialista, ao mesmo tempo que nos países mais evoluídos no regime da democracia representativa. (...)

Estou certo de que museu universitário baiano não tardará a exercer, nos currículos acadêmicos e em toda a população local, a influência viva e benéfica observada na ação de instituições congêneres estrangeiras. (...)

A importância da questão não resulta da magnitude do papel reclamado aos museus na vida contemporânea das nações civilizadas. Não são mais admissíveis nos responsáveis pela orientação e funcionamento dessas instituições a improvisação de capacidades, nem o empirismo das técnicas. E, se na administração federal, desde a década 1930, foi criado o curso de museus, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa do Dr. Gustavo Barroso, curso esse que se ampliou apreciavelmente e se considera extensão universitária, ele não pode, todavia, *data venia*, bastar às necessidades do país. Por mais dedicada e esclarecida que seja sua superintendência, por mais proficientes e zelosos que sejam os respectivos professores e por muito melhoradas que tenham sido as instalações do curso, não há possibilidade do currículo comportar as disciplinas fundamentais e auxiliares indispensáveis à formação de especialistas para as diversas modalidades de museus modernos. Somente as universidades têm condições para corresponder aos reclamos da preparação adequada dos museologistas de que o Brasil precisará, não apenas em futuro remoto, mas em futuro próximo. (ANDRADE, 1987, p.173).

Diante deste posicionamento, pode-se compreender um pouco da noção de museu do dirigente da DPHAN que esteve à frente do órgão público federal nos seus mais de 30 anos de fundação. Uma posição que foi se transformando ao longo dos anos, inclusive mediante os permanentes diálogos com Heloisa Alberto Torres, do Museu Nacional (ANDRADE, 1987).

Com a aposentadoria do Rodrigo Melo Franco de Andrade, assumiu o arquiteto Renato Soeiro, que servidor do órgão federal passou a coordenar parte de mudanças importantes na política de preservação do patrimônio. De acordo com Corrêa (2015) e Saporetti (2017), Soeiro passou a adotar as orientações das Normas de Quito (1967); a ampliar e aprofundar as articulações com a Unesco e a Organização dos Estados Americanos (OEA) para o desenvolvimento de estudos voltados para a articulação entre a preservação e o turismo;

apoiar e participar na formulação do Programa das Cidades Históricas (PCH), implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MINIPLAN) com a finalidade de recuperar as cidades históricas da região Nordeste; a participação nos Encontros dos Governadores (1970 e 1971); a transformação do Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em 1970, a partir do Decreto nº 66.976, de 27/07/1970, a DPHAN passou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e tornou o Departamento de Assuntos Culturais do MEC responsável por sua supervisão, transformando o IPHAN em órgão autônomo da administração direta. Decreto nº 68.527, de 19/04/1971, modificou a estrutura do IPHAN, que passou a ser constituída das seguintes divisões: “Gabinete, Divisão de Estudos e Tombamento, Divisão de Conservação e Restauração, Distritos, Serviço Auxiliar, Museu da Inconfidência, Museu das Missões, Museu do Ouro, Museu do Diamante e Parque Histórico Nacional dos Guararapes” (IPHAN, 2008, p.17).

Através da Portaria n. 230, de 26/03/1976, modificou-se a estrutura e a competência do órgão, aprovando o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).¹⁸ A estrutura passou a ser:

Conselho Consultivo; Coordenadoria de Planejamento; Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento; Divisão de Conservação e Restauração; Divisão de Museus e de Difusão Cultural; Divisão de Arqueologia; Divisão de Pessoal; Divisão de Execução Orçamentária e financeira; Divisão de Serviços Gerais; Diretorias Regionais; e Museus e Casas Históricas (IPHAN, 2008, p.17).

As reponsabilidades e vinculações da proteção de alguns estados e territórios que tinham ficado de fora da reforma do órgão em 1946 (Territórios do Amapá, Rondônia, Roraima, Fernando de Noronha, o Parque Histórico Nacional dos Guararapes e os Estados de Mato Grosso e Acre). As quatro unidades descentralizadas caracterizadas como Distrito cederam lugar as Diretorias Regionais (DR's), que aumentou para nove: 1ª DR - Amazonas, Acre, Pará, Amapá e Roraima; 2ª DR - Maranhão, Piauí e Ceará; 3ª - DR Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; 4ª DR - Bahia e Sergipe; 5ª DR - Rio de Janeiro e Espírito Santo; 6ª DR - Minas Gerais; 7ª DR - Distrito federal, Mato Grosso e Rondônia; 8ª DR - São Paulo e Paraná; 9ª DR- Rio Grande do Sul e Santa Catarina (IPHAN, 2008). Além disso, também se criou e definiu vinculações as novas unidades museológicas, divididas por sete grupos, a saber:

Art. 4º Os Grupos de Museus e Casas Históricas integradas por unidades executivas de atividades museológicas e constituídos segundo interesses regional e administrativo, compreendem:
GRUPO I

¹⁸ Criado pelo Decreto n. 68.885, de 6 de julho de 1971, com vínculo ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC. “O Decreto nº 81.454, de 17/03/1978, mudou a denominação do órgão supervisor do IPHAN de Departamento de Assuntos Culturais do MEC para Secretaria de Assuntos Culturais” (SEAC) (IPHAN, 2008, p.18)

a) Unidade Museológica Sede — Museu da Inconfidência em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais;

b) Unidades Museológicas Locais — Casa da Baronesa e Cada da Rua do Pilar, em Ouro Preto, Casa da Rua Direita, em Mariana, Casa Setecentista de Santa Rita Durão e Museu Regional de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais;

GRUPO II

a) Unidade Museológicas Sede — Museu do Ouro em Sabará, no Estado de Minas Gerais;

b) Unidades Museológicas Locais — Casa Setecentista de Caeté, Museu do Diamante em Diamantina e Casa dos Ottoni, no Serro, no Estado de Minas Gerais;

GRUPO III

a) Unidade Museológica Sede — Museu das Bandeiras na cidade de Goiás, no Estado de Goiás;

b) Unidades Museológicas Locais — Casa Setecentista de Pilar, Museu de Arte Religiosa de Goiás, no Estado de Goiás, Catetinho, em Brasília-DF.

GRUPO IV

a) Unidade Museológica Sede — Casa de Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro;

b) Unidade Museológicas Locais — Casa de Hera, em Vassouras, Forte Defensor Perpétuo e Museu de Arte Sacra na Igreja de Santa Rita, em Parati, Convento Franciscano em Cabo Frio, recolhimento de Santa Tereza, em Itaipu, todas no Estado do Rio de Janeiro; Solar Monjardim e Igreja de Santa Luzia, em Vitória, Museu de Arte Sacra na Igreja dos Reios Magos, em Nova Almeida, todos no Estado do Espírito Santo.

GRUPO V

a) Unidade Museológica Sede — Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, no Estado do Paraná;

b) Unidades Museológicas Locais — Museu Nacional do Ferro, em Iperó, Casa do Padre Inácio, em Cotia, Casa do Sítio Santo Antônio, em São Roque, e Museu do Café, em São José do Barreiro, todos no Estado de São Paulo; Casa de Vitor Meireles, em Florianópolis, e Museu da Imigração e Colonização, em Joinville, no Estado de Santa Catarina; Museu das Missões, em Santo Ângelo, no Estado do Rio grande do Sul.

GRUPO VI

a) Unidade Museológica Sede — Museu da Casa dos Sete Candeeiros, em Salvador, Estado do Bahia;

b) Unidade Museológica Local — Casa da Praça da Aclamação nº 4, em Cachoeira, Estado da Bahia.

GRUPO VII

a) Unidade Museológica Sede — Museu da Abolição, em Recife, Estado de Pernambuco;

b) Unidades Museológicas Locais — Forte do Pau Amarelo, em Olinda, Estado de Pernambuco, Forte dos Reis Magos, em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (SPHAN, 1980, p.94-95).

Ao final da gestão de Soeiro, em 1979,

Em termos legislativos cabe registrar nesse período o Decreto-lei nº 66.967, de 27 de julho de 1970, que dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e que em seu artigo 14 transformou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (Iphan), também a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que tornou os tombamentos e seus cancelamentos dependentes de homologação do ministro da Educação e Cultura (...). Mais importante, porém, foi a Portaria nº 230, de 26 de março de 1976, que aprovou o Regimento Interno do Iphan. Com isso, ganhou o órgão uma nova estrutura: seus Distritos converteram-se em Diretorias Regionais, nove ao todo, e sete Grupos de Museus e Casas Históricas passaram a integrar sua organização.

Do ponto de vista de orientação de trabalho, inicia-se uma nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos. O rápido desenvolvimento urbanístico e viário do país, sua crescente industrialização e sobretudo a valorização imobiliária daí decorrente impuseram a implantação de medidas mais enérgicas e abrangentes. Procurou-se, a partir de então, conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões (SPHAN, 1980, p.19).

Neste período, também foram realizados 91 tombamentos, onde se somou 107 pedidos indeferidos, um cancelamento e a instrução de 55 bens. Os tombamentos ocorreram majoritariamente nas regiões sudeste, nordeste e sul, com enfoque: no Rio de Janeiro, Minas Gerais; Bahia, Maranhão e Pernambuco; Rio Grande do Sul, considerando as divisões administrativas territoriais e configurações dos Estados à época. No entanto, não fugiram dos valores estabelecidos a partir do SPHAN (SANTOS, 2011; CHUVA, 2019; FONSECA, 2017).

Na reforma administrativa encabeçada por Soeiro, também foi criada diretores regionais e a criação de cursos de especialização, conforme recomendações apresentadas nos Compromissos de Brasília e Salvador. Além disso, aconteceu uma articulação que ampliou o alcance do Programa das Cidades Históricas (PCH), que passou a abarcar municípios dos estados do Sudeste.

Na área dos museus, o país alcançou o montante de 609 museus, sendo 455 de esferas federais, distritais, estaduais, e municipais e 154 criados por iniciativa particular, com maior concentração (149) no estado de São Paulo (23 particulares e 126 públicos); Rio Grande do Sul com 75 museus (25 particulares e 50 públicos); Rio de Janeiro com 79 museus (14 particulares e 65 públicos); Minas Gerais com 58 museus (13 particulares e 45 públicos); Pernambuco com 27 museus (11 particulares e 16 públicos); Bahia com 29 museus (14 particulares e 15 públicos); o Distrito Federal com 17 museus (02 particulares e 15 públicos); Goiás com 18 unidades (05 particulares e 13 públicos); Ceará, com 16 unidades (07 particulares e 09 públicos); Paraíba, com onze (05 particulares e 06 públicos); oito (08) em Sergipe (03 particulares e 05 públicos); seis (06) em Amazonas (02 particulares e 04 públicos); Mato Grosso do Sul, com cinco (01 particular e 04 públicos); Pará, com 05 museus públicos; Rio Grande do Norte, com sete (03 particulares e 04 públicos); seis (06) em Alagoas (03 particulares e 03 públicos); cinco em Mato Grosso (01 particular e 04 públicos), sendo dois deles museus universitários federais; com quatro museus públicos, o Maranhão; com dois (02) museus públicos, cada um, Acre e Rondônia.¹⁹

O país vivenciou nesse período, podemos assim dizer, o seu primeiro *boom* de museus em determinadas regiões brasileiras. Pois, apesar do crescimento significativo onde quase dobrou o número de museus entre 1969 e 1979, estes ainda ficaram concentrados principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul,

¹⁹ Dados extraídos do Cadastro Nacional de Museus, considerando os museus abertos e fechados cadastrado e disponível em dezembro de 2021.

Santa Catarina, Paraná e Bahia. Ainda assim, a gestão da preservação do patrimônio e dos museus em nível federal passavam a ser objetos de críticas, seja por causa da concentração em municípios mais populosos das regiões sudeste, sul e nordeste, seja por conta dos debates nas ciências humanas que passaram a questionar as abordagens predominantes nos espaços institucionais, que privilegiavam as coleções, a história personalista e os bens materiais de “Pedra e Cal” (CHUVA, 2019; FONSECA, 2018; SANTOS, 2011).

1.2 – Compromissos de Brasília e Salvador: bases da descentralização

Os dois Encontros dos Governadores, Secretários e Dirigentes de Cultura que aconteceram no início da década de 1970, que resultaram nos Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), estabeleceram diretrizes importantes que desencadearam na descentralização da esfera federal e na desconcentração dos museus e da preservação do patrimônio para municípios com bens concebidos como de interesse regional e local.

Muitos estados e municípios passaram a criar seus museus, arquivos, bibliotecas para salvaguardar acervos documentais, históricos e artísticos, bem como suas legislações de proteção do patrimônio municipais e estaduais, instituindo principalmente o tombamento como instrumento de acautelamento.

Nos Encontros foram destacados também a falta de profissionais dos museus, arquitetos, conservadores e restauradores no interior do país. No primeiro Encontro, além de ressaltar a necessidade da formação da consciência nacional, destacaram que

Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superior, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os cursos de nível superior.

Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares de níveis primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e de cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil), a introdução, no currículo das Escolas de Arte, da Disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, o de Estudos Brasileiros, parte deste consagrada aos bens culturais ligados à tradição nacional (SPHAN, 1980, p.97-98).

Às universidades, em ambos os Compromissos, destacavam a necessidade do entrosamento com as bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais e municipais, visando incentivar a pesquisa, bem como por meio de convênios com o IPHAN recomendava-se o desenvolvimento de “inventário sistemático dos bens móveis de valor cultural, inclusive

dos arquivos notariais” (IPHAN, 1971, p.3). Recomendavam a criação de “centros de estudos dedicados à investigação do acervo natural e de valor de cultural em suas respectivas áreas de influência, com planificação, em sentido nacional(...)”. Aos governos estaduais, à inclusão no “ensino de 2º grau curso de complementar de estudos brasileiros e museologia” e mais “apoio às manifestações de caráter popular e folclórico” (IPHAN, 1980, p.102).

Do ponto de vista dos papéis dos museus regionais, o Compromisso de Brasília (1970) destacava a importância na “documentação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição” (IPHAN, 1970, p.2).

Ainda em 1970, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou o primeiro curso de museologia da região nordeste do país e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou em 1972 o seu Fórum de Ciência e Cultura, com categoria de Centro Universitário e o objetivo de promover o “debate, a síntese e a difusão dos estudos referentes aos vários setores de conhecimento, em especial os problemas brasileiros, bem como a preservação e expansão do patrimônio cultural e natural do Brasil”, sendo integrado pelo Conselho Diretor, Câmara de Estudos Brasileiros, Museu Nacional, Superintendência de Difusão e a Administrativa (UFRJ, 1972).

Em nível internacional, três eventos realizados a partir de 1970 foram marcantes para os museus e a preservação do patrimônio. Dois foram organizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo um em outubro de 1970, em sua 16ª Conferência Geral, que gerou a “Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais” e outro aconteceu na 17ª sessão de Conferência Geral, em outubro de 1972, que tratou e definiu diretrizes internacional aos países membros sobre o patrimônio cultural e patrimônio natural através da Convenção de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Para o campo disciplinar dos museus, a reunião de pesquisadores e profissionais dos museus e da museologia ocorrida no Chile em maio de 1972, denominada de Mesa Redonda de Santiago, definiu novos rumos a partir dos problemas enfrentados nos museus da América Latina. Nascimento Junior, Trampe e Santos (2012) destaca que

a Mesa-redonda deverá [deveria] identificar as soluções a serem propostas pelos museus para certos problemas provocados por uma sociedade latino-americana em processo de transformação e desenvolvimento. Embora seja desejável que algumas conclusões gerais sejam emitidas, o mais importante será [seria] promover uma mudança na atitude de cada um dos participantes em relação ao seu próprio museu (NASCIMENTO JR.; TRAMPE; SANTOS, 2012, p.109).

O tema geral da Mesa Redonda de Santiago era “Museu Funcional – Museu Galeria” e os temas eram: “1. Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola. 2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico. 3. Os museus e os problemas sociais e culturais. 4. Os museus e a educação permanente”

(NASCIMENTO JR.; TRAMPE; SANTOS, 2012, p.109). Os debates possibilitaram a ampliação das ações dos museus para além das coleções e auxiliou na construção de diretrizes voltadas para reflexão sobre os aspectos sociais e locais e os papéis dos profissionais dos museus. Os museus passam a ser concebido também como instrumento de desenvolvimento social. Dentre as proposições, destacava-se desde o início a busca por uma “nova abordagem para a ação dos museus, a saber, o museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural” (NASCIMENTO JR.; TRAMPE; SANTOS, 2012, p.115), bem como a necessidade de envidar esforços na “recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países da América Latina” (ICOM, 1972). Além disso, sobre a gestão dos museus, apontava a necessidade da criação de “sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade” (UNESCO, 1972, p.1).

O Brasil promulgou a Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais através do Decreto nº. 72.312, de 31 de maio de 1973 e se tornou signatário da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1977, a partir do Decreto nº 80.978, institucionalizando mais instrumentos de proteção e uma categoria de valoração dos bens culturais no país.

Em termos de organização institucional, a década de 1970 foi constituída por diversos eventos históricos importantes que levaram mudanças substanciais nas práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Dentre esses, pode-se referir a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e seu funcionamento inicial em espaço cedido pela UNB, com os trabalhos realizados por Aluísio Magalhães, líder de um movimento político e técnico que conseguiu a criação da Fundação Pró-Memória do Programa de Cidades Históricas, conforme destacou na exposição de motivos n. 397, de 04 de outubro de 1979, do Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela

compreensão dessa necessidade conduziu à criação, em 1973, pelo então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e Ministério da Educação e Cultura, do Programa de Cidades Históricas, voltado inicialmente para nove Estados do Norte/Nordeste e desde 1977 atuando também nos Estados da região Sudeste. Ao Iphan veio agregar-se ultimamente o Centro Nacional de Referência Cultural, programa interministerial cujo trabalho, iniciado em 1975, tem por objetivo traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, tal como é caracterizada na prática das diversas artes, ciências e tecnologias. O **Programa de Cidades Históricas** e o **Centro Nacional de Referência Cultural** são, pois, os dois aliados com que conta o Iphan para atender à nova complexidade da situação em que se insere a problemática relacionada com a preservação dos bens culturais. Vê-se que o patrimônio cultural está expressamente qualificado entre as quatro grandes áreas prioritárias do Ministério da Educação e Cultura.

(...) Vale notar também que todas essas áreas, à exceção do Patrimônio Cultural, são hoje Secretarias, isto é, Órgãos centrais de direção superior e de coordenação nacional. As razões aqui expostas encarecem a necessidade imperiosa de fazer do órgão responsável pelo patrimônio cultural uma

instituição forte e justificam a proposta ora formulada de transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do Ministério da Educação e Cultura.

Por outro lado, para que a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional cumpra seu papel agilizador, é imprescindível articulá-la com a criação do **Pró-Memória**, entidade concebida com o fim de empreender um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas no âmbito dos bens do acervo cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e adequado uso desses bens. **Pró-Memória deverá atuar de forma descentralizadora e ágil como elemento catalisador de energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros**, interagindo com organismos regionais, públicos e privados, interligando problemas comuns e distinguindo os peculiares dentro da heterogeneidade e dos níveis de especificidade do mosaico cultural brasileiro. Estudos realizados pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), bem como pareceres de especialistas consultados, reconhecem a relevância da criação dessa entidade para a implantação e linhas de ação mais dinâmicas e atualizadas no que tange ao trato dos bens culturais. Tais estudos e pareceres indicam ainda o estatuto de Fundação como o mais compatível com os objetivos aqui delineados, os quais, para a sua plena consecução, implicam a formação de um patrimônio rentável, a adoção de um sistema de captação de recursos públicos e privados, uma estrutura administrativa e uma personalidade jurídica próprias (SPHAN, 1980, p.126-127).

Estes eventos compõem parte do cenário de criação da Política Nacional de Cultura pela gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1975, que, em meio ao processo de reabertura política, estabeleceu o primeiro plano abrangente e norteador da presença governamental. Esse documento coloca entre as diretrizes da política nacional de cultura a ideia de ações articuladas entre entes federais, universidades, estados e municípios (MICELI, 1987). De acordo com Sergio Miceli, até a década de 1970, essa experiência tinha sido a

única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidade de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas. A ideia de uma política nacional de cultura remonta aos tempos pioneiros do antigo Ministério de Educação e Saúde Pública, tendo sido retomada no âmbito do Conselho Federal de Cultura (CFC) no governo Castello Branco. Ao que tudo indica, havia um documento pronto mesmo antes de se iniciar a gestão de Jarbas Passarinho em 1969. Entretanto, sua aprovação foi sendo protelada em face das dimensões em torno do montante de verbas a serem concedidas diretamente pelas Câmaras do CFC. Alguns membros, tendo à frente o então presidente do CFC, desejavam aliar às atribuições consultivas do colegiado uma postura marcadamente executiva, contrariando assim as diretrizes ministeriais (MICELI, 1984a, p. 57).

Para as áreas de preservação e museus, no Plano Nacional de Cultura (1975) constam como diretrizes a

Revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro — Abrange a preservação do patrimônio artístico e histórico propriamente dito, e mais o paisagístico, o arqueológico e o etnográfico. O objetivo central é conservar os

símbolos culturais de nossa história. Nessa área, desempenham também papel básico os museus, as bibliotecas e as diversas categorias de arquivos (p.33). [Dentre essa] a) preservar e defender os bens culturais, constituídos das tradições históricas, costumes, criações artísticas e literárias, realizações técnicas e científicas de significação para a humanidade, tradições populares, cidades, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, jazidas arqueológicas; b) incentivar a atualização do nosso potencial criativo em todos os setores de cultura, estimulando a criação em suas diversas manifestações e, ao mesmo tempo, acolhendo os valores universais que possam contribuir para o nosso desenvolvimento cultural; c) promover estudos e pesquisas sobre o homem brasileiro e a sociedade em que realiza sua vivência, a fim de conhecer suas aspirações, seus ideais, suas perspectivas; d) estimular a realização de festivais de arte como meio para difundir o conhecimento das manifestações artísticas nacionais, de modo a despertar o interesse pela criação de artistas brasileiros em todos os meios; e) valorizar os museus — nacionais, regionais, locais ou especializados — reunindo o que há de mais caracteristicamente expressivo de nossa cultura, através das técnicas, do artesanato, das artes plásticas, do disco, entre outras; f) incentivar a preservação dos arquivos nacionais, estaduais ou locais, de modo particular os de caráter eclesiástico, considerada a importância da paróquia na vida das diferentes regiões de País, e estimular ao mesmo tempo a conservação de arquivos particulares ou a incorporação dos documentos conservados em famílias aos arquivos oficiais; g) desenvolver uma campanha de informação e educação, com a utilização de todos os meios possíveis — televisão, rádio, disco, cinema, revista, jornal, folhetos — para a conscientização maior dos nossos bens culturais, a fim de valorizar suas expressões legítimas em todos os níveis da população; h) divulgar as manifestações da criatividade, estimulando a criação e o fomento através de instrumentos materiais, tais como cinema, teatro, sala de concerto, de conferência se exposição, editora, biblioteca, museu, rádio, televisão; i) desenvolver, com a colaboração principal dos órgãos educacionais, a educação cultural no 1.º e 2º graus, fomentando o gosto pelas artes e pelas letras, visando ao aparecimento de futuros criadores e consumidores de cultura, sobretudo quando, no nível superior, o universitário encontrar novas formas de estímulo ao seu espírito de criação literária ou artística; j) criar cursos de extensão com o objetivo de divulgar aspectos do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, das riquezas naturais, das características musicais e literárias, da biografia de escritores, artistas ou cientistas, bem como a promoção de cursos de curta duração para o aperfeiçoamento e atualização de especialistas nas áreas da cultura; l) estimular a concessão de bolsas de estudo, inclusive no estrangeiro, para incentivar o aperfeiçoamento da criatividade nos diferentes campos da cultura; m) fomentar na juventude, procurando alcançar todos os níveis da população nacional, o gosto pelas artes, através da frequência a concertos musicais, a exibições teatrais e cinematográficas, a exposições de diferente natureza, de modo especial mediante a utilização de orientadores que expliquem o sentido das artes ouvidas ou visitadas; n) incentivar os jovens para a análise e debate de temas artísticos ou literários, mediante a coordenação de especialistas capazes de despertar o gosto pela pesquisa, estudo e interpretação das diferentes manifestações artísticas e literárias; o) estudar os meios adequados para se criar maior estímulo ao conhecimento e divulgação dos nossos valores e bens culturais através do turismo, mediante uma programação cultural de valorização de cidades ou núcleos tradicionais, onde se preserve o patrimônio histórico e onde se conservem festas tradicionais, profanas ou religiosas, que motivem a apresentação de folguedos, bailados, danças, cantos (BRASIL, 1975, p..37-38).

Ao mesmo tempo, novos museus universitários foram criados no âmbito das universidades federais, conforme ocorreu na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Nos seus cinco primeiros anos de fundação, a UFMT criou o Museu Rondon (1972) e o Museu de Arte e Cultura Popular (1974), localizados no campus em Cuiabá.

Conforme Miceli (1984)

Os documentos e textos produzidos ao longo da gestão Portela lidam com pares conceituais idênticos, mas com sinais trocados. Haveria, de uma parte, aquelas atividades que constituem o campo da "cultura de elite", destinadas à fruição dos segmentos educados e, de outra, quaisquer práticas ou formas de expressão associadas aos estratos de baixa renda, destituídos de trunfos materiais, educacionais ou políticos. (...) Era preciso resistir às tendências expansionistas e, ao que tudo leva a crer, vitoriosas, do pessoal "conservacionista", ao veio "museológico" dos dirigentes da vertente patrimonial no interior da estrutura administrativa do MEC. Em lugar de carregar nas tintas do "nacional", do legado "comum" e "brasileiro", os teóricos da gestão Portela valorizam o traço "regional" e "local", sede do que é "autêntico" e "nosso". Ao recusar uma definição estrita da atividade cultural vigente numa economia de mercado,⁸ esse grupo de gestores da nova orientação de política cultural tenderá, mesmo sem o desejar, a oferecer resistência às demandas dos artistas e intelectuais mais dependentes dos subsídios governamentais. O conflito entre uma vertente "executiva" e uma vertente "patrimonial" remonta aos primeiros tempos de atuação do PAC, persistindo até às vésperas da criação da Funarte. Naquele momento, a diretriz firmada pelos gestores do PAC consistiu na promoção de "eventos", no intuito deliberado de diferenciar esse tipo de iniciativa da política de "tombamento" (MICELI, 1984, p.29-30).

Os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971), em conjunto com o Plano Nacional de Cultura (1975), tiveram um papel crucial na história do Brasil. Esses eventos foram especialmente significativos para os estados brasileiros que, por muito tempo, ficaram à margem dos grandes centros urbanos. Eles marcaram o início de um novo pacto federativo, com foco na descentralização e desconcentração das ações, além de incentivar a criação de órgãos estaduais e municipais para a proteção das referências culturais locais e regionais. Antes disso, muitas regiões do país não estiveram no alcance das políticas federais de preservação. Nesse período, a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento dos museus eram financiados e executados principalmente pelo poder público (SANTOS, 2011).

1.3 – Aumento dos museus, os direitos culturais e a política neoliberal

O processo de mudanças empreendidas a partir da metade da década de 1970, com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), vinculado ao Ministério de Indústria e Comércio e ao Governo do Distrito Federal, coordenados pelo museólogo e designer Aloísio Magalhães acabou resultando na reforma do IPHAN, que passou a ter a Estrutura de Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) articulada a Fundação Pró-Memória (*próMemória*), ambas criadas em 13 de novembro de 1979 através do Decreto nº 89.198 e da Lei n. 6.757, essa última em 17/12/1979.

Esse período de reorganização administrativa demonstrou-se um período de mudanças, onde a SPHAN é extinta e dois meses depois é transformada em Subsecretaria

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir da Portaria nº 383, integrada a Secretaria de Cultura, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Neste processo, em 1982, das nove Diretorias Regionais, em 1982 essas são transformadas em dez (IPHAN, 2008), porém sem nenhuma interferência nas jurisdições dos estados do Centro-Oeste, sendo que a 7ª DR foi transformada em 8ª DR, onde passou a indicar a jurisdição ao Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado de Mato Grosso em 1978.

De acordo com Falcão (1987, p.17), “desde 1937 o país não assistia, no governo federal, a inovação conceitual, reformulação administrativa, acréscimo orçamentário e implementação de projetos como o que se verificou na gestão Aloísio Magalhães entre 1979 e 1982”. E, conforme o autor, “as novas instituições, metodologias e projetos implementados (ou apenas iniciados), não resultaram da expansão auto-conservadora da máquina burocrática estatal”.

Em nível internacional, principalmente a partir da França, com Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, acentuavam os debates da museologia e patrimônio sobre o conceito de “ecomuseu” (SANTOS, 2011). Ao passo que, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais promovida pelo ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, resultou na Declaração do México em 1982, que trouxe princípios com inclusão da: dimensão cultural do desenvolvimento; noção de identidade cultural vista no plural e indissociável da diversidade cultural; a democratização da cultura; descentralização da vida cultural, no plano geográfico e no administrativo a fim de construção da noção de patrimônio cultural; garantia da participação de todos os indivíduos na vida cultural através da eliminação das desigualdades oriundas da origem, posição social, educação, nacionalidade, idade, língua, sexo, saúde, pertencimento a grupos étnicos minoritários; o planejamento, a administração e o financiamento; cooperação cultural internacional (ICOMOS, 1982 [s/n]). Em termos de patrimônio, definia que o

patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora. O patrimônio cultural tem sido frequentemente danificado ou destruído por negligência e pelos processos de urbanização, industrialização e penetração tecnológica. Mais inaceitáveis ainda são, porém, os atentados ao patrimônio cultural perpetrados pelo colonialismo, pelos conflitos armados, pelas ocupações estrangeiras e pela imposição de valores exógenos. Todas essas ações contribuem para romper o vínculo e a memória dos povos em relação a seu passado. A preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural. Princípio fundamental das relações culturais entre os povos é a restituição a seus países de origem das obras que lhes foram subtraídas ilicitamente. Os instrumentos, acordos e relações internacionais

existentes poderiam ser reforçados para aumentar sua eficácia a esse respeito (ICOMOS, 1982 [s/n]).

Este processo de mudança no Brasil, conforme Falcão (1987), foi pautado por uma matriz conceitual que pautou a política cultural do período, sendo: a noção de continuidade; de bens culturais e de cultura jovem.

Para Aloísio, na trajetória da nação, a continuidade do processo cultural era condição indispensável para assegurar identidade e autonomia no contexto internacional. Condição mesmo para se defender das ambições colonialistas de culturas mais antigas, a se revestirem sempre de novas roupagens (FALCÃO, 1987, p.21).

Ao discursar no Conselho Federal de Cultura, Aloísio Magalhães destacava que

Uma cultura é avaliada no tempo e se insere num processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo por sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante uma cultura sua sobrevivência (...). Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento e da consciência do passado histórico. Da mesma maneira como, analogicamente, uma pedra vai mais longe na medida em que a borracha do bodoque é suficientemente forte e flexível para suportar uma grande tensão, diametralmente oposta ao objetivo de sua direção (MAGALHÃES, *apud* FALCÃO, 1987, p.20).

É em torno desse anseio que as transformações aconteceram tanto nas estruturas do governo federal quanto na antropologia, história, filosofia e museologia. A SPHAN coordenou a mudança institucional na área de patrimônio, com o alargamento do conceito de patrimônio, resultando no tombamento do Terreiro Casa Branca, na Bahia, em 1984 (CHUVA, 2019; FONSECA, 2017)

Após o falecimento de Aloísio Magalhães em 1982, a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-Memória (SPHAN/Pro-Memória) enfrentaram um cenário desafiador sem o seu principal idealizador e articulador. Com a posse de Marco Vilaça, as políticas culturais sofreram mudanças significativas. Nesse contexto, a crise financeira da época agravou a situação das áreas de patrimônio cultural, folclore e museus, uma vez que sofreram com cortes orçamentários e, posteriormente, tiveram suas ações transferidas para a iniciativa privada.

Diante da efervescência de acontecimentos e da criação de órgãos estaduais voltados à defesa do patrimônio, muitos estados e intelectuais se mobilizaram para promover debates e seminários relevantes sobre o tema dos museus e do patrimônio cultural. Em agosto de 1983, um exemplo disso foi o Seminário organizado pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo, que contou com a participação de profissionais de diversas áreas acadêmicas e membros do SPHAN/Pro-Memória. Os debates realizados na época foram registrados e posteriormente publicados em 1984 sob a organização do antropólogo Antônio Augusto Arantes na obra intitulada

"Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural". Essa publicação se tornou uma valiosa referência e fonte documental (LE GOFF, 1991) para a compreensão desse contexto histórico. No prefácio desta obra, Arantes destacava que

A constituição e defesa do patrimônio cultura tem também a sua vertente ideológica. Elas são meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a "nacionalidade" e a "identidade". Desse ponto de vista, o problema não é apenas o de preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo. Ressoa, nesse aspecto da questão, o debate sobre concepções acerca de como se reconstrói o processo histórico (o triunfo dos vencedores ou a perspectiva dos vencidos) ou, num modo de ver mais abrangente, o problema do lugar e significação da cultura popular no contexto da cultura nacional. E, evidentemente, esses temas são, no mínimo, muito controvertidos, já que se trata, aqui, da face cultural do processo político de construção de lideranças morais e intelectuais.

A dimensão ideológica desse problema, entretanto, não se encontra apenas no confronto de concepções divergentes entre si. Há, além disso, a crescente organização e mobilização de segmentos sociais os mais variados que somam forças em torno de interesses – ou da percepção e reivindicação de direitos – talvez mais fundamentais do que os decorrentes da propriedade privada. Como que se forma, nestes dias, a vontade coletiva de defender o que se constitui e que, ao mesmo tempo, é testemunho de experiências comuns, que são pensadas como história compartilhada.

O interesse pela defesa de estruturas arquitetônicas, paisagens e recursos naturais decorre sem dúvida do desejo de manter laços de continuidade com o passado. Talvez o termo "construir" descreva melhor essa relação, já que esses bens não são simplesmente legados de uma geração a outra. É verdade que, em parte, eles chegam às gerações sucessivas como herança. Ao mesmo tempo, entretanto (se não principalmente), a sua persistência no tempo resulta de ações e interpretações que partem do presente em direção ao passado. Neste sentido, a assim chamada "preservação" deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente. (ARANTES, 1984, p.08-09).

Arantes relatava parte das preocupações do período, em especial, sobre como os conceitos de patrimônio, memória, nação, museu, identidade, diversidade e cultura estiveram no centro das mudanças empreendidas ao longo da década de 1980.

Neste mesmo Seminário, a museóloga Waldisa Rússio já destacava a Museologia como uma "disciplina científica" e uma "ciência em construção" feita a partir do "fato museológico" e constituída pela

relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora. Acho muito importante frisar isso, porque há ainda alguns restos de uma velha museologia muito pouco científica, ou pretensamente científica, que faz questão de colocar a museologia como ciência dos museus. Este é um tempo já ultrapassado, uma página voltada da museologia brasileira e da museologia em caráter mundial. Há um filósofo ou um cientista museológico alemão, Schreiner, como há uma tcheca, Ana Gregorova, que costumam dizer, com muita ênfase inclusive, que se nós adotássemos essa definição, teríamos de adotar para a medicina a definição ou o conceito de que a medicina é a ciência dos hospitais, de que a pedagogia é a ciência das escolas. Então, para nós, o museu é apenas uma "base institucional necessária". (...)

O sentido de institucionalização aqui quer muito menos dizer para nós, da área de museologia, um reconhecimento de quem cria, implanta ou instala um museu, e muito mais um reconhecimento público, ou seja, um reconhecimento público pela comunidade, à qual achamos que não apenas o museu se destina (a expressão “museu”, que se destina à comunidade, tem sido muito usada no discurso de poder, no discurso competente, está muito gasta), achamos que o museu resulta da comunidade, e é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade (RÚSSIO, 1984, p.60).

Rússio pavimentava a ideia de musealização como uma das formas de preservação do patrimônio, pois

Para o museólogo, a idéia de preservar está ligada à idéia de patrimônio em si, e à idéia de cultura em si; e as *três* ideias estão estreitamente interligadas. Por que é que se faz no museu se nós entendermos que a musealização é uma forma de preservação? O que se faz no museu é, na realidade, marcar, registrar uma memória, que é a informação – uma informação que serve para uma ação futura. Então, é sempre nessa dualidade, informar para agir, que a gente vê a relação cultural (RÚSSIO, 1984, p.63).

Conforme ressaltava Rússio (1984, p. 67), do ponto de vista da museologia, o espaço urbano passava a ser concebido a partir da ideia de ecomuseu, que “pressupunha o ecossistema”, ou seja, estava articulada também a preservação ambiental urbana. Por outro lado, essas noções e debates revelaram-se concentrados em grupos localizados em determinadas regiões do país.

Com a posse do Presidente José Sarney, o Ministério da Cultura (MinC) foi instituído por meio do Decreto nº 91.144, em março de 1985. Entretanto, essa criação foi uma demanda defendida por apenas alguns segmentos específicos da cultura, como os secretários estaduais e dirigentes municipais. Esses grupos se reuniram seis vezes entre 1983 e 1985, por meio do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, com o objetivo de também pleitear a criação do Fundo Federal de Desenvolvimento da Cultura. Vale ressaltar que Aloísio Magalhães, em vida, já havia se manifestado contrário a essa iniciativa. Isso se dava pela preocupação de que um ministério enfraquecido poderia comprometer o desenvolvimento de várias atividades e projetos culturais (FERRON & ARRUDA, 2019; MAGALHÃES, 1984; SANTOS, 2011; CALABRE, 2009).

Nesse período, surge a primeira proposta para a construção de um Sistema Nacional de Museus, que ficou sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa secretaria foi recriada como órgão da administração direta pelo Decreto nº 92.489 e passou a ser subordinada ao Ministério da Cultura (IPHAN, 2008a). Em seguida, por meio da Portaria nº 284, datada de 17/07/1986, a SPHAN foi organizada seguindo a seguinte estrutura:

Conselho Consultivo, Gabinete do Secretário, Consultoria Técnica, Coordenadoria de Proteção, Coordenadoria de Conservação, Coordenadoria Jurídica, Coordenadoria de Registro e Documentação, **Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus**, Coordenadoria de Arqueologia, Coordenadoria de Programação Orçamentária e financeira e Diretorias Regionais (IPHAN, 2008a, p.20).

Conceitualmente, no período os intelectuais e técnicos do patrimônio buscavam aprofundar os debates sobre as visões estereotipadas da realidade cultural brasileira a partir da cultura e acerca dos vícios carregados desde a década de 1930, que se espalhou para os museus do interior do país. O patrimônio passou a abarcar a noção antropológica de cultura, a partir de suas naturezas materiais e imateriais, fato esse que complexificou a atuação das instituições. Tais definições constam nos dispositivos da Constituição de 1988, dispostos nos artigos 215 e 216. A abrangência do patrimônio cultural foi definida no seu art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988 [s/n]).

A partir de 1988, conforme disposto na Constituição Federal, os quilombos também passaram a ser o status de bem tombado. Em nível nacional, a preservação do patrimônio cultural passou a ser de responsabilidade compartilhada entre os união, estados, municípios e sociedade civil. De acordo com Cunha Filho (2018, p.129) este dispositivo legal criou condições para ampliação e institucionalização dos direitos culturais, mas que para a sua efetivação demanda conhecimento da estrutura e da complexidade dos assuntos abordados. O Estado brasileiro passou a ter o dever constitucional de garantir o “exercício pleno dos direitos culturais”.

Durante a gestão do economista Celso Furtado como Ministro da Cultura (1986-1988), houve um certo avanço da política liberal no setor cultural, especialmente com a institucionalização da Lei Sarney. Essa lei, que havia sido proposta em 1972 e efetivada em 1986, previa a criação do Fundo Nacional de Cultura, com o objetivo de corrigir os desequilíbrios regionais. No entanto, o fundo não foi implementado como previsto e, ao contrário disso, acabou resultando em uma maior concentração de recursos na região Sudeste, que chegou a receber mais de 50% dos investimentos destinados à cultura (SANTOS, 2011; CALABRE, 2009).

O Brasil, por um lado, vivenciou o avanço da política neoliberal no setor cultural. Por outro, a UNESCO desempenhou um papel importante ao pautar o debate que subsidiou a implementação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, por meio da

Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, em 15 de novembro de 1989. Essa Recomendação estabeleceu diretrizes conceituais sobre a Cultura Tradicional e Popular e propôs a criação de sistemas de identificação, inventário e registro, bem como um conjunto de meios para proteção. Isso incluiu a criação de museus ou seções dedicadas à cultura tradicional e popular, a promoção da investigação científica para fins de salvaguarda, a divulgação, a proteção e a cooperação internacional (UNESCO, 1989). Momento esse que, conforme apontado por Oliveira (2008), coincide com o retorno da antropologia aos museus, o que trouxe impactos significativos para o setor.

No âmbito da preservação do patrimônio cultural, entre 1979 a 1989, o órgão federal passou de nove (09) Diretorias Regionais para treze (13). Foram criadas a 10ª DR - Rio Grande do Sul, a 11ª DR – Amazonas, Acre e Roraima, a 12ª DR – Santa Catarina e a 13ª DR – Sergipe. Dentre as patrimonializações realizadas entre 1980 e 1989, aconteceu o tombamento de 106 bens culturais e indeferido 142 pedidos, com maior concentração nos estados do Rio de Janeiro (18), Minas Gerais (13), São Paulo (10), Santa Catarina (11), Rio Grande do Sul (09), Pernambuco (07), Bahia (05) e os demais 22 estados com bens tombados tiveram entre 04 e 01. Esse avanço está ligado à rede de apoio ao IPHAN, a defesa do patrimônio cultural nos estados e a capacidade técnica do órgão a partir das unidades estaduais (IPHAN, 2008a).

Entre os anos de 1937 e 1979, os estados de Mato Grosso, Amazonas, e territórios de Rondônia, Amapá, Acre, Roraima e Tocantins possuíam representações individualizadas com poucos recursos e força política institucional para o desenvolvimento de estudos, bem como para pautar tombamentos que fugiam dos valores consagrados, pautado no barroco mineiro, nas personalidades políticas. Entre 1937 e 1960, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Goiás tinham representações vinculadas as dos estados do Sudeste (IPHAN, 2008a).

Em meio a esses movimentos de descentralização dos recursos, impulsionados pela lei de incentivo fiscal, ocorreu o Santos (2004) considerou como o segundo *boom* de criação de museus, na década de 1980. O país viu um aumento significativo, passando de 609 para cerca de 1104 museus entre 1979 e 1989. Dessas instituições, 817 foram criadas por esferas federais, distritais, estaduais e municipais, enquanto 287 surgiram por iniciativa particular (IBRAM, 2021).

Esses museus passaram por transformações, especialmente após os debates e trocas de experiências ocorridos em nível nacional e internacional. Esse impulso levou ao crescimento de museus, principalmente nas regiões Sudeste, com um foco crescente em museus municipais em Minas Gerais e uma concentração no Rio de Janeiro, e no Sul, com investimentos e criação pelo setor privado. Além disso, essa transformação também afetou a "relação cotidiana entre profissionais de museus, exposições e público" (SANTOS, 2004, p.58).

Com isso, pode-se apontar que se ocorreu um crescimento na criação dos museus e patrimonializações, esse fenômeno não aconteceu de maneira simétrica e intensidade no estado de Mato Grosso, pois foram criados apenas 06 museus e, em nível federal, aconteceu o tombamento de apenas um bem cultural de natureza material.

Esse cenário pode ser analisado a partir de duas perspectivas distintas. Por um lado, podemos considerar os resultados alcançados com as ações empreendidas pela SPHAN/Pro-Memória, que buscaram descentralizar as iniciativas culturais e implementar uma política nacional de cultura mais abrangente. Por outro lado, é possível relacionar esse contexto ao avanço da indústria cultural e da política de incentivos fiscais neoliberais, impulsionados pela Lei Sarney.²⁰ Essa mudança teve um impacto direto na reorganização do setor cultural nas esferas federal, estadual e municipal.

Em Mato Grosso, em 1987, foi estabelecida a Lei Hermes de Abreu, seguindo o modelo da Lei Sarney, o que provocou uma desmobilização que afetou a continuidade das ações federais no estado. Já naquela época, a Superintendência Regional II contava com um número reduzido de técnicos, mas ainda estava envolvida em acompanhar ou propor estudos técnicos promovidos ou apoiados por parcerias com a SPHAN/Pró-Memória. Além disso, a equipe auxiliava na criação de legislações municipais e na fundação de novos museus.

Apesar desses esforços, nesse período, foram criados apenas mais seis museus em Mato Grosso, o que resultou, ao final da década de 1990, em um total de um museu particular/privado e 16 museus públicos, incluindo estaduais e municipais, com uma concentração significativa na capital.

Estes problemas aconteceram em meio a um processo histórico de disputas políticas e projetos nacionais de poder, que se intensificou no período dos governos liberais, onde patrocinaram mudanças na relação entre Estado e Cultura, bem como com as universidades públicas. Período esse que se inicia nos governos militares e avança com o Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso (SANTOS, 2011, p.194).

1.4 – Da atuação e consolidação do IPHAN nos Estados entre 1990 e 2000

Com a posse do presidente Fernando Collor de Mello em 1990, de acordo com Calabre (2009), o setor da cultura foi surpreendido com a extinção do Ministério da Cultura (MINC) e suas instituições junto com a criação da Secretaria de Cultura pelas Lei nº 8.028 e a criação do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) e demais órgãos pela Lei nº 8.029, ambas de 12 de abril de 1990, conforme proposta que previa reorganização dos Ministérios previsto

²⁰ Lei Sarney (Lei 7.505/86), que até 1990 permitiu abater do Imposto de Renda doações (100%), patrocínios (80%) e investimentos (50%) em cultura por empresas. Fonte: Agência Senado

no Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990 (CALABRE, 2009; REZENDE, et. al, 2015). O governo Collor foi marcado pelas instabilidades política e institucional.

Responsável por museus federais, unidades museológicas, superintendências e representações regionais de preservação do patrimônio em nível federal, a SPHAN/Pró-Memória foram extintas juntas aos demais órgãos do poder executivo federal, instalando uma instabilidade institucional por seis meses até as atribuições e competências do IBPC serem regulamentadas pelo Decreto nº 99.602, de 13 de outubro de 1990.

Apenas em 1991, o Conselho Consultivo foi incorporado a estrutura do IBPC, que passou por uma reforma nas jurisdições das unidades descentralizadas. As Diretorias Regionais (DR's) passaram a ser denominadas Coordenadorias Regionais (CR). Dentre os estados do Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul integrou a jurisdição do Paraná e a 14ª CR passou a ser responsável pelo Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Rondônia (IPHAN, 2008; REZENDE, et. al, 2015).

A Lei de Incentivo à Cultura denominada Lei Sarney foi extinta em 1990. Todavia, foi substituída pela Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313, de dezembro de 1991, concebida pelo intelectual Sérgio Paulo Rouanet, que integrou a Secretaria de Cultura do governo Collor. Essa lei também instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART), regulados em 1995. A partir dessas leis que instituíram a política de cultura por meio do mecenato, o modelo neoliberal de gestão da cultura aprofundou a diminuição do poder de decisão sobre as políticas culturais do Estado, transferindo-o para a iniciativa privada a partir de renúncias fiscais.

Em 30 de dezembro de 1992, após o *impeachment* de presidente Collor, assumiu o governo o vice Itamar Franco, que recriou o Ministério da Cultura (MinC) e outros órgãos. Ainda assim, esse período ficou marcado pela instabilidade, com constantes mudanças de ministros (SANTOS, 2011).

Tal como na década de 1970, o órgão federal de proteção do patrimônio cultural foi recriado como autarquia (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC) e passou a integrar o Ministério da Cultura junto com a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a Fundação Cultural Palmares (FCP). Todas com assento no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e no Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), criado mediante a regulamentação da Lei Rouanet, que substituiu a Lei Sarney. Apesar disso, o IBPC manteve a mesma estrutura administrativa, com unidades descentralizadas. Por outro lado, o Sistema Nacional de Museus (SNM) não foi retomado nessa reorganização institucional.

Com o fim do mandato do governo Itamar Franco e a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob a coordenação de Francisco Welfort, a cultura passou a ser

apresentada sob o *slogan* “Cultura é um bom negócio”. Os patrimônios culturais e os museus foram assumidos como instrumentos de desenvolvimento (SANT’ANNA, 2004; ALMEIDA, 2021).

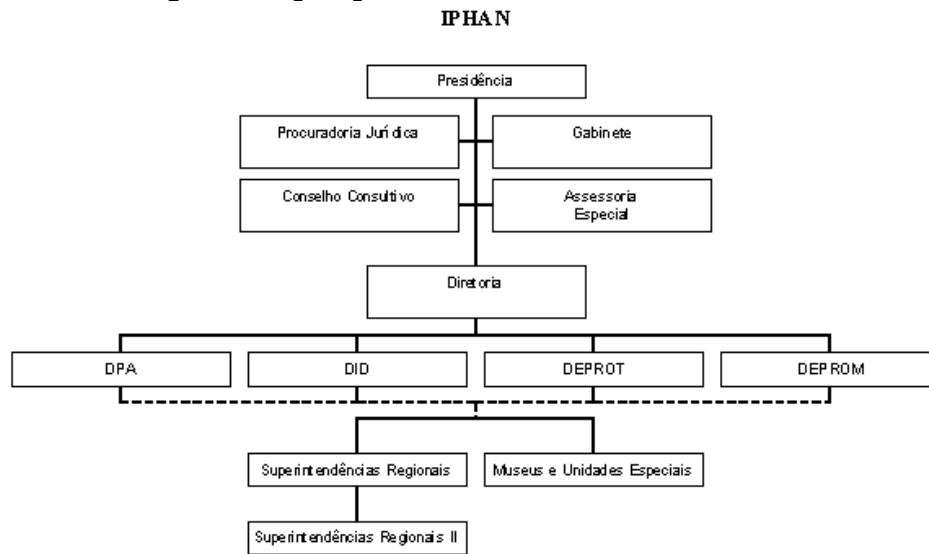
O IBPC passou a ser denominado “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN” a partir de 08 de setembro de 1994, por meio da Medida Provisória nº 610 (REZENDE, et. al, 2015). Ao mesmo tempo, os patrimônios culturais tombados em nível federal ou reconhecidos como patrimônio mundial passaram a ser objeto do Programa Monumenta, elaborado entre 1995 e 1996 pelo Iphan e o Ministério do Planejamento.

O Programa Monumenta teve o contrato firmado em 04 de dezembro de 1999 após passar por uma segunda formulação e seguiu o modelo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com viés pautado no desenvolvimento econômico (GIANNECCHINI, 2021). Diante das fragilidades institucionais, o debate sobre a descentralização das ações do IPHAN tornou-se tema de um Encontro em Goiás realizado em 1999, no qual enfocou no compartilhamento de responsabilidades entre os estados, a união e os municípios e a construção de um Sistema de Patrimônio Cultural.

Em outubro de 2000, o IPHAN coordenava a política nacional de patrimônio cultural e museus com uma estrutura composta por: 14 superintendências regionais, 19 sub-regionais, 9 unidades museológicas, 18 museus regionais, 9 casas históricas, 1 parque histórico, o Palácio Gustavo Capanema, o Paço Imperial, o Sítio Burle Marx, no Rio de Janeiro, e a Cinemateca Brasileira em São Paulo.²¹

Pelo seu organograma institucional, o IPHAN estava estruturado pela: Presidência; Procuradoria Jurídica; Gabinete; Conselho Consultivo; Assessoria Especial; Diretorias, composta pelo Departamento de Planejamento e Administração (DPA), o Departamento de Documentação e Identificação (DID), o Departamento de Proteção (DPROT) e o Departamento de Promoção (DEPROM), instâncias responsável pelos Museus Unidades Especiais e as Superintendências Regionais e Superintendências Regionais II (Figura 06).

²¹ **Estrutura Administrativa. Portal do IPHAN**, online, 2000. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20001005131400/http://www.iphan.gov.br/iphan/estrut.htm> Acesso em 20 fev. 2021

Figura 5: Organograma do IPHAN em outubro de 2000.

Fonte: IPHAN (2000).²²

O Iphan era organizado a partir de 14 Superintendências Regionais. As Superintendências Regionais II (SR II) eram subordinadas técnica e administrativamente às Superintendências Regionais.²³

Conforme pode-se observar, a trajetória da instalação das unidades desse órgão federal acabou por impactar também nas patrimonializações nos diversos estados brasileiros. Dentre essas, em 2000, as responsabilidades destas configurava a partir da:

- **1ª SR** – Amazonas, Acre e Roraima; **2ª SR** – Pará e Amapá; **3ª SR** – Maranhão e Piauí, responsável pela 1ª Superintendência Regional II (Piauí);
- 4ª SR** – Ceará e Rio Grande do Norte, responsável pela 3ª Superintendência Regional II (Rio Grande do Norte);
- 5ª SR** – Pernambuco e Paraíba, responsável pela: 19ª Superintendência Regional II (Olinda); 4ª Superintendência Regional II (Paraíba); 5ª Superintendência Regional II (Parque Histórico Nacional dos Guararapes); 19ª Superintendência Regional II (Olinda);
- 6ª SR** – Rio de Janeiro e Espírito Santo, responsável pela: 6ª Superintendência Regional II (Espírito Santo); 7ª Superintendência Regional II (Petrópolis); 8ª Superintendência Regional II (Paraty e Angra dos Reis);
- 7ª SR** – Bahia; 9ª Superintendência, responsável pela: Regional II (Porto Seguro);
- 8ª SR** – Sergipe e Alagoas, responsável pela: 10ª Superintendência Regional II (Alagoas);
- 9ª SR** – São Paulo; **10ª SR** – Paraná; **11ª SR** – Santa Catarina; **12ª SR** – Rio Grande do Sul, responsável pela: 12ª Superintendência Regional II, Museu das Missões (São Miguel das Missões)
- **13ª SR** – Minas Gerais, responsável pela: 13ª Superintendência Regional II, Casa da Baronesa (Ouro Preto e Mariana); 14ª Superintendência Regional II,

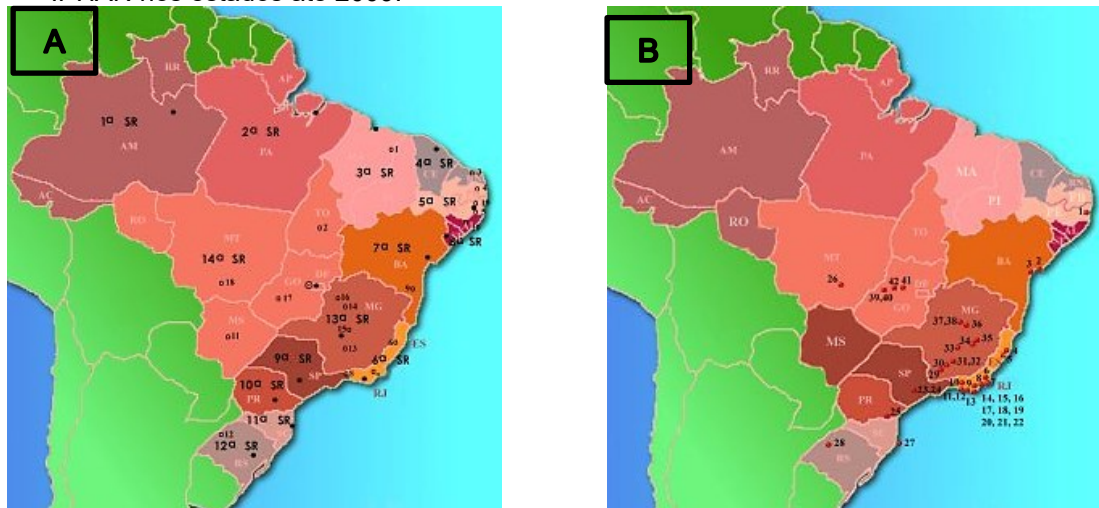
²² **Organograma do IPHAN em outubro de 2000** (IPHAN, online, s/d). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20001025195217/http://www.iphan.gov.br/iphan/organo.htm> Acesso em 20 fev. 2021

²³ As Superintendências Regionais (SR) compete dirigir, coordenar, controlar e executar as ações de promoção e proteção do Patrimônio Cultural, no âmbito de suas áreas de atuação em efetiva interação com os demais órgãos e entidades, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com representantes da sociedade civil e com a colaboração de entidades privadas, devendo para tanto: I – executar, por intermédio das prefeituras, ou diretamente, o controle e a fiscalização dos conjuntos e núcleos tombados; II – elaborar e propor o tombamento de bens culturais; III - exercer a fiscalização e a liberação de bens culturais; IV – determinar o embargo de ações que contrariam a legislação em vigor; V – executar diretamente a identificação, o cadastramento, o controle e a fiscalização do patrimônio arqueológico em sua área de atuação; VI – contribuir para a formulação da política de preservação do patrimônio cultural, propor normas e procedimentos e desenvolver metodologias, refletindo a pluralidade e diversidade cultural brasileira. (Decreto 99.602, de 13/10/90). Disponível em: <https://web.archive.org/web/19990222081047/http://www3.iphan.gov.br/iphan/crs.htm> Acesso em 20 fev. 2021

Museu Regional Casa dos Ottoni (Serro); 15ª Superintendência Regional II, Museu do Ouro (Sabará); 16ª Superintendência Regional II, Casa Chica da Silva (Diamantina); **14ª SR** – Distrito Federal, Goiás, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. 2ª Superintendência Regional II (Tocantins); 17ª Superintendência Regional II, Casa do Bispo (Goiás), responsável pela 11ª Superintendência Regional II (Mato Grosso do Sul); 18ª Superintendência Regional II (Mato Grosso) (IPHAN, online, s/d).²⁴

As Superintendências Regionais (SR) do IPHAN eram entendidas como instâncias voltadas para manter o relacionamento com instituições e as sociedades locais com bens tombados, sendo algumas delas também compreendida como unidade museológica, conforme pode-se identificar na de Mato Grosso. Havia um desequilíbrio territorial em nível nacional na distribuição das unidades administrativas do IPHAN e de tomada de decisão, bem como das suas unidades museológicas, conforme as Figura 6-A e B, respectivamente.

Figura 6: A, Distribuição das Superintendências Regionais e coordenação regionais e a B, com demonstrando a concentração dos museus e unidades museológicas sob a responsabilidade do IPHAN nos estados até 2009.



Fonte: IPHAN, Online (2000).

Após acompanhar os estudos sobre os bens culturais em Mato Grosso na década de 1970, o arquiteto do IPHAN, Edgar Jacinto, ressaltava a necessidade de criar um museu em Mato Grosso, proposta essa que nunca chegou a ser efetivamente implementada. Os valores de patrimônio entendidos por parte de técnicos do IPHAN nas diferentes instâncias hierarquizavam as patrimonializações e musealizações.

Os Museus Regionais e Casas Históricas estiveram vinculados as Superintendências Regionais do IPHAN com “subordinação técnica e administrativa” e visavam “manter a sociedade continuamente informada sobre o valor, o significado e os procedimentos necessários à proteção do seu patrimônio cultural e de sua qualidade de vida, é a maior garantia da preservação” (IPHAN, 1980, p. 60).

²⁴ **Distribuição das Superintendências Regionais e coordenação regionais.** IPHAN, Online (2000). Disponível em: <https://web.archive.org/web/19990418110355/http://www.iphan.gov.br:80/iphan/end-crs.htm> Acesso em 20 jan. 2020.

De acordo com Santos (2004), apesar da queda na criação de novos museus na década de 1990 até o início dos anos 2000 o país detinha um número superior a “1.200 museus” e para avaliação da política nacional de museus demandava um instrumento que permitisse um “levantamento do número, tipo e práticas desenvolvidas” (SANTOS, 2004, p.54).

Conforme o IBRAM (2021), dos 1.104 museus existentes até o final década de 1990, apenas 495 foram criados neste período. Contata-se assim que ocorreu uma queda proporcional na criação de novas instituições museais em relação à década anterior. Até o início da década de 2000, o país passou a ter 1889 museus, com crescimento de 786 museus (266 particulares e 520 públicos) e alta concentração nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Por outro lado, dentre as patrimonializações em nível federal entre 1937 e 2003, o IPHAN protegeu 971 bens culturais em todos os estados do país, compostos por bens móveis e integrados, paleontológicos, coleções ou acervos, conjuntos arquitetônicos, urbanos e rurais, edificações, edificações e acervos, infraestruturas ou equipamentos urbanos, jardins históricos, patrimônios naturais, quilombos, ruínas, sítios arqueológicos e terreiros (IPHAN, 2022a).

O Programa Monumenta, neste período, inseriu a preservação do governo federal através de uma estrutura paralela ao IPHAN, vinculada ao Ministério da Cultura (MINC), por meio da Unidade Central de Gerenciamento (UCG), movida por consultores externos e contratados temporários. Essa organização tornou a proposta controversa, conforme Gianecchini (2021, p. 266), onde entendia que a equipe era “subestimada pelo corpo técnico do órgão” mediante as “diferenças ideológicas e conceituais”, mas que todos visavam “criar condições para o aprimoramento da política do patrimônio cultural como um todo”. Previsto para ser executado em 05 anos, com um investimento de 125 milhões de dólares por parte do BID, com contrapartida de 30% pelo governo federal e 20% pelos governos locais, a proposta se deparou com diversos problemas e dificuldades, levando-o a ser estendido para 10 anos. A implementação aconteceu em cidades com conjuntos tombados nos estados de Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), no Centro-Oeste; Natividade (TO), Manaus (AM), Belém (PA), no Norte; Serro, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Congonhas (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), no Sudeste; Alcântara (MA), Olinda e Recife (PE), Penedo (AL), São Cristóvão e Laranjeiras (SE), Lençóis e Cachoeira (BA), Oeiras (PI), Icó (CE), no Nordeste; São Francisco do Sul (SC), Pelotas e Porto Alegre (RS), no Sul (IPHAN, 2009).

Das 94 obras elencadas como prioridades nestes municípios, os museus localizados em Conjuntos ou em Imóveis Tombados foram objetos das ações em diversos estados, como: Museu Regional em Caeté (MG); Museu Café Filho, em Natal (RN); Museu República, em Itu (SP), o Museu de Arte Sacra do Pará, o Museu da Cultura Negra, em São Luís (MA), o Museu Dom José, em Sobral, o Museu Jaguaribano, em Aracati, o Museu do Ceará em Fortaleza

(CE); o Museu Café Filho, em Natal (RN); o Museu Histórico de Igarassu e o Museu de Arte Sacra de Olinda (PE); Museu Regional de Cachoeira, Museu Forte de Santo Antônio, em Salvador (BA); Museu do Pantanal, em Corumbá (MS); Museu da Cidade, Memorial JK no Distrito Federal (DF); Museu das Bandeiras e Museu de Arte Sacra da Boa Morte (GO) (IPHAN, 2005).

Através do Decreto 3.551 de 2000, um trabalho iniciado dois anos antes, viabilizou a organização institucional em nível federal para a construção de metodologia e instrumento de reconhecimento do patrimônio imaterial, no qual possibilitou a implementação do registro como instrumento de acatamento e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). O Decreto criou o Registro e os quatro livros de registro, sendo:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2000 [s./n.]).

Até o final de 2002, o IPHAN finalizou a gestão do Fernando Henrique Cardoso com dois bens registrados, sendo o: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, em 20/12/2002 e a Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi, no Amapá, inscritas no livro Formas de Expressão em 20 de dezembro de 2002.

A formação de profissionais nas áreas de preservação do patrimônio cultural passou a contar com: o Curso de Especialização em Conservação Integrada Urbana e Territorial, coordenado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal de Pernambuco (CECI);²⁵ o Curso de Especialização em Conservação / Restauração de Bens Culturais móveis - CECOR, coordenado pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), ligado a Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio

²⁵ A 4ª edição do curso foi executada no ano 2000. "O objetivo do curso é formar especialistas na gestão de processos de conservação urbana e territorial com especial ênfase nas áreas de interesse histórico, artístico e cultural. É dirigido a profissionais envolvidos na gestão e na formulação de programas, planos e projetos de conservação (planejadores urbanos, arquitetos, economistas, administradores e outros) e a educadores e professores no campo do planejamento e da conservação urbana. Os candidatos deverão contar com experiência comprovada de, no mínimo, dois anos na área da conservação urbana ou campo correlato. Os professores são especialistas em conservação urbana do Brasil e do exterior" (IPHAN, 2000).

Cultural de João Pessoa (PB); a Escola Oficina de Salvador – EOS, enquanto projeto de extensão da UFBA.

Enquanto no âmbito do Congresso Nacional, desde o ano de 2000 tramitava a proposta de Emenda Constitucional 306-A, que no seu parágrafo 3º instituía o Plano Nacional de Cultura, com duração plurianual, voltado para o desenvolvimento cultural do país. Todavia, de acordo com Silva (2007, p;34), os dispêndios com pessoal e encargos nos gastos totais tinha caído de “53%, em 1995, para 34%, em 2001”, nesse quadro Ministério da Cultura (MINC) tinha 450 servidores e as instituições vinculadas mais de 2250, metade fazia parte do IPHAN. Desse, um problema era a aposentadoria dos servidores que não tinha previsão para “a recomposição do quadro de pessoal”.

De acordo com Rubim (2007)

Assim, com exceção de algumas políticas setoriais, como a de bibliotecas e patrimônio (Projeto Monumenta) e a legislação acerca do patrimônio imaterial, o longo período de oito anos de estabilidade da direção do Ministério da Cultura, contraposto ao quadro anterior de instabilidade, pouco colaborou para consolidação institucional do Ministério. Não aconteceram concursos para expansão ou substituição do quadro funcional, nem programas significativos para qualificação do pessoal. Dos 2640 funcionários do Ministério em 2001, literalmente 49% estavam no IPHAN (RUBIM, 2007, p.15).

Nesta trajetória, a criação e a manutenção de museus e a patrimonialização de bens em nível federal constituíram-se não apenas na garantia do saber-fazer técnico, mas também em formas de manifestar o poder político, intelectual e econômico de diferentes grupos sociais a partir dos espaços privilegiados de poder nas instituições de preservação e suas diferentes esferas governamentais.

Haesbaert (2003), quando aponta os processos de desterritorialização e reterritorialização, ajuda a compreender que:

associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente (...) as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias identitárias. Uma das propriedades mais importantes em todo processo de desterritorialização é a sua vinculação a determinadas escalas. O olhar geográfico multiescalar é imprescindível para entendermos a desterritorialização, pois como se trata sempre de um processo concomitante de desterritorialização e reterritorialização, é preciso que ele seja interpretado em diversas escalas. O que em um nível escalar é percebido como processo desterritorializador, em outro nível pode ser visto como reterritorializador (HAESBAERT, 2003, p.18).

Assim, a ausência dos museus federais e a diminuta quantidade de bens culturais representados por conjuntos urbanos e arquitetônicos em determinadas regiões do país também representam numa das formas de interpretação das correlações de forças e jogos de poder, bem como registra as marcas do processo de desterritorialização em diferentes

escalas, haja vista que os bens culturais e os museus também contribuem na construção ou desconstrução, reprodução ou difusão de noções estereotipadas ou anticolonialistas sobre os diferentes povos e culturas vivenciadas e intrínsecas aos municípios e regiões do interior do país.

Ao mesmo tempo em que a gestão pública da cultura nas suas diferentes áreas em nível federal demonstrava-se incapaz de responder as demandas estaduais e municipais, a partir dos anos 1990 e 2000 diversas prefeituras e estados governados por governos progressistas passaram a dar maior atenção as diversas áreas do setor cultural, visando pautar a construção da cultura enquanto política de Estado.

1.5 – Tempo das mudanças: políticas culturais na agenda política

Entre a Carta de Petrópolis (1997), a Carta de Fortaleza (1997), o anais do Fórum de Cidades Tombadas do Centro-Oeste (1999), a Carta do Rio Grande (2002) e a Carta de Goiânia de (2003)²⁶ surgiram propostas estruturantes para as áreas dos patrimônio e museus, com proposições de iniciativas voltadas para: i) a construção de um Sistema Nacional de Informações Culturais; ii) a Política Nacional de Patrimônio cultural; iii) a Formação; iv) a Gestão Compartilhada, com novo pacto federativo em torno dos processos de preservação das cidades tombadas.²⁷

As manifestações presentes nos documentos que abordam as proposições dos eventos e temas acima apareceram de maneira sistematizada e reunida no plano de governo do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, denominado “A imaginação a serviço do Brasil: Programa de Políticas Públicas de Cultura” (2002). Parte delas resultado das experiências dos governos municipais e estaduais do Partido dos Trabalhadores. Este documento foi orientado pelos temas: Cultura como Política de Estado; Economia da Cultura; Gestão Democrática, com a proposta estruturante a criação do Sistema Nacional de Política Cultural; Direito à Memória, a reestruturação e a retomada do Sistema Nacional de Museus, junto a

²⁶ Os representantes do Ministério Público (Federal e Estaduais), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente - Abrampa, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel, Prefeitura Municipal de Goiânia, presentes no 1º ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2003, na cidade de Goiânia-GO.

²⁷ Dentre os objetivos do Fórum constava: “estabelecer um novo pacto federativo para a gestão da preservação do patrimônio cultural do centro-oeste, “gerando uma nova relação entre os poderes local, estadual, federal e a comunidade”. Entre os tópicos cogitados para integrar a pauta da reunião está a criação de mecanismos de gestão, como a comissão gestora local e o plano estratégico de preservação urbana sustentável. Serão sugeridos ainda instrumentos financeiros de fomento à recuperação dos núcleos históricos da região como, por exemplo, a implantação experimental de projetos com recursos da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, criando linhas de crédito e de subsídios à preservação urbana de núcleos tombados. Outra proposta é a criação de um fundo de fomento de preservação do patrimônio cultural do centro-oeste, através de adesão a cartões de crédito de fidelidade ligados à preservação. Ao se associar a um desses cartões, a pessoa, ao usá-lo, saberá que um percentual será destinado à preservação”.

criação do Cadastro Nacional de Museus, a inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares; Cultura e Comunicação; e Transversalidade das Políticas Públicas de Cultura, com foco na integração da cultura nos planejamentos estratégicos dos outros ministérios. Foi organizado a partir das dimensões: **social**, visando a “inclusão cultural”; **democrática**, voltara para a promoção da democratização do acesso aos bens culturais; e **nacional**, considerando o país herdeiro de múltiplas culturas. A cultura era enfatizada como: Política Pública para o Desenvolvimento e a Democracia; ativo econômico (PT, 2002).

Essa proposta vinha ao encontro de interromper um ciclo de desinvestimento do setor cultural e sucateamento das instituições de preservação, onde em 1999 cerca de 73,2% dos municípios brasileiros não tinham museus (SILVA, 2007).

A partir de 2003, com o início do Governo Lula, deu-se início ao processo de formulação dos instrumentos e normas da política pública de cultura. No Plano Plurianual, o Ministério da Cultura e as instituições vinculadas são reorganizados, mas especificamente na área do patrimônio são mantidos alguns programas como o Brasil Patrimônio Cultural e o Monumenta, que também visava atuação conjunta e o fortalecimento do IPHAN.²⁸ Além desses foram criados: Cultura, Identidade e Cidadania; Engenho das Artes; Museu, Memória e Cidadania; Cinema, Som e Vídeo; Livro Aberto; Cultura e Tradições: Memória Viva; e Cultura Afro-Brasileira (SILVA, 2007, p.59).

O Ministério da Cultura também passou a ter além das instituições vinculadas, a responsabilidade pela Política Nacional de Cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural, conforme art. 1º do Decreto nº 4.889, de 20 de novembro de 2003,²⁹ também a função da delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que seriam homologadas mediante decreto. As atribuições foram alteradas pelo Decreto n. 5711, de 24 de fevereiro de 2006, onde definiu que também deveria dar

assistência e acompanhamento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.³⁰

A Política Nacional de Museus (Brasil, 2003a) também foi apresentada como uma das áreas prioritárias construída entre 24 a 27 de março de 2003, após reuniões com a

²⁸ Brasil. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006**: acompanhamento e análise, Brasília: MinC, 2011. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

²⁹ Ver: BRASIL (Ministério da Cultura). *Dá nova redação aos Anexos I e II do Decreto no 4.805, de 12 de agosto de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4889.htm. Acesso em 20 jan. 2020.

³⁰ BRASIL. **Decreto nº 5.711, de 24 de fevereiro de 2006**. *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências*. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5711impresao.htm. Acesso em 20 jan. 2020.

comunidade de profissionais dos museus; empreendeu-se mudanças no âmbito do IPHAN, visando fortalecer as unidades descentralizadas; o Conselho Nacional de Política Cultural foi reestruturado, com ampliação da participação popular e das suas funções (BRASIL, 2000); criou-se o Sistema Federal de Cultura através do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 (BRASIL, 2005) e realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Cultura em 2005, onde foram construídas e aprovadas diretrizes nacionais para as políticas públicas de cultura.

1.6 – Dos ventos de mudança nas políticas federais de preservação

1.6.1 - A criação do DEMU

Com a reorganização do IPHAN, foram criadas instâncias voltadas para acompanhar o Programa Monumenta e para coordenar a formulação e implementação da política nacional de museus. O Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003, ao definir a Estrutura Regimental e os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no seu artigo 17º definiu a competência do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU)

- I - propor diretrizes para a identificação, preservação e gestão dos museus e centros culturais do IPHAN;
- II - articular a cooperação entre as Unidades Especiais e aquelas vinculadas às Superintendências Regionais;
- III - orientar a formulação e execução de ações voltadas para preservação, aquisição, difusão e dinamização de acervos culturais;
- IV - formular diretrizes para o desenvolvimento de atividades educacionais e culturais, a serem implementadas pelos museus e centros culturais do IPHAN;
- V - desenvolver ações visando à qualificação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos dos museus e centros culturais do IPHAN; e
- VI - manter o intercâmbio no País e no exterior e orientar as relações dos museus e Centros Culturais do IPHAN com a sociedade civil (BRASIL, 2003 s.p.).

O Decreto nº 5.040, de 7 de abril de 2004, ampliou a competência do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), onde destacava no seu art. 16º que que competia:

- I - propor diretrizes para a identificação, preservação e gestão dos museus e centros culturais do IPHAN;
- II - gerenciar e implementar ações visando o desenvolvimento das unidades especiais e museus subordinados às Superintendências Regionais;
- III - integrar as ações desenvolvidas pelos Museus e Centros Culturais do IPHAN com as demais unidades componentes da sua estrutura, visando à cooperação e o aperfeiçoamento técnico;
- IV - gerenciar e implementar ações voltadas para preservação, aquisição, difusão e circulação de acervos e dinamização de espaços culturais, considerando a natureza e finalidade de cada unidade museológica e centro cultural;
- V - formular diretrizes para o desenvolvimento de atividades educacionais e culturais, a serem implementadas pelos museus e centros culturais do IPHAN;
- VI - acompanhar e controlar a movimentação de acervos museológicos;
- VII - fomentar e acompanhar a curadoria e a difusão das coleções de bens arqueológicos;
- VIII - estabelecer critérios técnicos museológicos para a guarda de bens arqueológicos;
- IX - estabelecer critérios e normas para uso e cessão de uso dos acervos e espaços culturais;

X - emitir parecer em processos de saída de obra de arte do País de bens culturais integrantes de acervos dos museus; e
 XI - manter o intercâmbio no País e no exterior visando a difusão dos museus e centros culturais do IPHAN (BRASIL, 2004, s.p).

Em 2003, em termos institucionais se tinha ciência da existência de cerca de 1.300 instituições museológicas que apresentavam uma “grande diversidade: são museus de caráter nacional, regional e comunitário, públicos e particulares, históricos, artísticos, antropológicos e etnográficos, científicos, tecnológicos, e com museus, museus de tudo e de todos” (IPHAN, 2003a, s.p). O conceito de Museu operacionalizado pelo IPHAN e o DEMU era o pactuado através do ICOM, compreendendo-o como

uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer (BRASIL, 2003 s/p.).

Essa definição, de caráter geral, permitiu a inclusão de instituições de diferentes complexidades, de caráter público ou privado, integrando: galerias de exposição mantidas permanentemente por bibliotecas e arquivos; os monumentos e sítios naturais, históricos, arqueológicos e etnográficos, por suas atividades de coleta, pesquisa, conservação e divulgação; instituições que abrigam espécimes vivos (jardins zoológicos, jardins botânicos e aquáticos); planetários (IPHAN, online, s/d).

Competia ao IPHAN, a partir do DEMU, a gestão direta de 23 museus considerados regionais (Tabela 01).

Tabela 1: Museus Regionais do IPHAN (2005)

Museus Regionais	Vinculação	Estado
01 Museu da Abolição	5ª SR	PE
02 Museu Casa de Benjamin Constant	6ª SR	RJ
03 Museu Casa da Hera	6ª SR	RJ
04 Museu de Arte Sacra de Paraty	6ª SR	RJ
05 Museu de Arqueologia de Itaipu	6ª SR	RJ
06 Forte Defensor Perpétuo - Paraty-RJ	6ª SR	RJ
07 Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	6ª SR	RJ
08 Esquina do Patrimônio Cultural - Rio de Janeiro-RJ	6ª SR	RJ
09 Museu Casa dos Sete Candeeiros - Salvador	7ª SR	BA
10 Museu Regional de Cachoeira	7ª SR	BA
11 Museu Casa Coronel Joaquim Lacerda	10ª SR	PR
12 Museu Victor Meirelles	11ª SR	SC
13 Museu das Missões	12ª SR	RS
14 Museu do Ouro, Sabará	13ª SR	MG
15 Casa Borba Gato, Sabará	13ª SR	MG
16 Museu Regional Casa dos Ottoni, Serro-MG	13ª SR	MG
17 Museu do Diamante, Diamantina-MG	13ª SR	MG
18 Casa do Bonfim / Biblioteca Antônio Torres, Diamantina-MG	13ª SR	MG
19 Casa Setecentista, Caeté-MG	13ª SR	MG
20 Casa Setecentista, Mariana-MG	13ª SR	MG
21 Casa de Cultura de Santa Bárbara, Governador Valadares	13ª SR	MG
22 Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Goiás-GO	14ª SR	GO
23 Museu das Bandeiras, Goiás-GO	14ª SR	GO

Fonte: (BRASIL/ IPHAN, 2006).

Além destes museus regionais, com concentração nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco e Goiás, também constavam outros doze (12) museus vinculados a partir de unidades administrativas direta descentralizada (Tabela 02)

Tabela 2: Museus Nacionais e Unidades do IPHAN em 2005

01	Museu Nacional de Belas Artes	RJ
02	Museu Histórico Nacional	RJ
03	Paço Imperial	RJ
04	Sítio Roberto Burle Marx	RJ
05	Museu Imperial	RJ
06	Museu da República	RJ
07	Museu Villa-Lobos	RJ
08	Museu Chácara do Céu	RJ
09	Museu do Açude	RJ
10	Museu da Inconfidência, Ouro Preto	MG
11	Museu Lasar Segall	SP
12	Museu de Biologia Professor Mello Leitão	ES

Fonte: BRASIL – IPHAN (2006).

A partir do DEMU, conforme dados do Sistema e-MEC (BRASIL, 2021), aconteceram articulações que desencadearam na criação de sete cursos de graduação em museologia nas universidades federais, sendo: em 2006 na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Sergipe (UFS); em 2007, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); em 2008, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).³¹

Para fins de planejamento e organização do setor museal, foi criado e promovido a realização do Fórum Nacional de Museus, com o primeiro na cidade de Salvador (BA) em 2004. Este espaço foi transformado num evento bianual voltado para congregar a comunidade acadêmica e os profissionais dos museus.

De acordo com Nascimento Jr. (2020, p.201), a luta pela inclusão dos museus em lugar de relevo na política de preservação do patrimônio levou a tensões políticas e uma cisão institucional que culminou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Estatuto dos Museus em 2009. Este processo demandou a

mediação das questões internas” “para que a saída dos museus não fosse prejudicada, pois os setores do IPHAN não viam de maneira positiva a criação do IBRAM. A formação de mais uma instituição poderia ser vista como um reforço no campo do patrimônio cultural. Com isso, foram necessários ajustes para esse período de transição entre o IPHAN e o IBRAM, como estruturas, funcionários, orçamentos e demais itens afetos à gestão (NASCIMENTO JR., 2020, p.201).

Conforme Moraes (2009),

³¹ BRASIL (Ministério da Educação). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. [recurso eletrônico] Cadastro e-MEC. 2020. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso: 05 fev. 2020.

O papel do Estatuto é vital no discurso e nas expectativas dos profissionais dos museus. Entretanto, esta ênfase não é percebida ou compartilhada por todos os pares, alguns valorizam as mudanças políticas e ideológicas. As “costuras”, as alianças, as críticas, o ziguezaguear das negociações demonstram que o caminho não foi linear ou tranquilo. Os debates nas Comissões do Congresso revelaram as diferenças de enfoques e prioridades. A trajetória adotada apresentou armadilhas e encruzilhadas que aparecem publicamente nas resistências de setores do IPHAN nos debates que mobilizaram as Comissões parlamentares nos debates sobre o IBRAM e sobre o Estatuto do Museu. A tese do IPHAN, acerca da impossibilidade de desvincular o patrimônio do museu não foi vitoriosa (MORAES, 2009, p.66).

1.6.2 – O IPHAN e os Programas nos Governos Lula

Diante da falta de profissionais especializados em preservação do patrimônio cultural, o Iphan criou em 2004 o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), voltado para formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural. O Programa implantado com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o acompanhamento da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE).

Na reorganização do IPHAN imposta pelos Decretos nº 4.811, de 19 de agosto de 2003 e de nº 5.040, de 7 de abril de 2004, art. 14, também se criou o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização e o Departamento de Patrimônio Imaterial, onde suas competências foram definidas para:

- I - propor diretrizes e critérios, gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, gestão, proteção e conservação de bens culturais de natureza material;
 - II - orientar, acompanhar e avaliar as intervenções em bens culturais de natureza material, autorizadas ou executadas por meio das Superintendências Regionais;
 - III - emitir parecer no âmbito dos processos de tombamento e de outras formas de acautelamento;
 - IV - conceder a permissão ou autorização necessária ao licenciamento de projetos de pesquisa arqueológica, com base em parecer emitido pelas Superintendências Regionais;
 - V - acompanhar, por meio das Superintendências, as pesquisas arqueológicas realizadas em território nacional;
 - VI - tornar disponíveis as informações produzidas sobre os bens culturais de natureza material;
 - VII - propor normas de procedimento, responsabilidades e obrigações para a salvaguarda do patrimônio material;
 - VIII - desenvolver, fomentar e promover estudos e pesquisas, assim como metodologias de inventário, que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro de natureza material;
 - IX - propor procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades, bem como avaliar as medidas mitigatórias e compensatórias pelo não-cumprimento das ações necessárias à proteção do patrimônio material; e
 - X - acompanhar e avaliar as ações de fiscalização, executadas por meio das Superintendências Regionais.
- Parágrafo único. O patrimônio cultural material compreende os bens imóveis, sítios urbanos, bens móveis e integrados, arqueológicos e paisagísticos, tombados ou legalmente protegidos.

Art. 15. Ao Departamento do Patrimônio Imaterial compete:

I - propor diretrizes e critérios, gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de reconhecimento, acompanhamento e valorização do patrimônio imaterial, na forma da legislação pertinente;

II - implementar o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

III - acompanhar a instrução técnica e emitir parecer sobre as propostas de registro de bens culturais de natureza imaterial;

IV - desenvolver, fomentar e promover estudos e pesquisas, assim como metodologias de inventário, que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial;

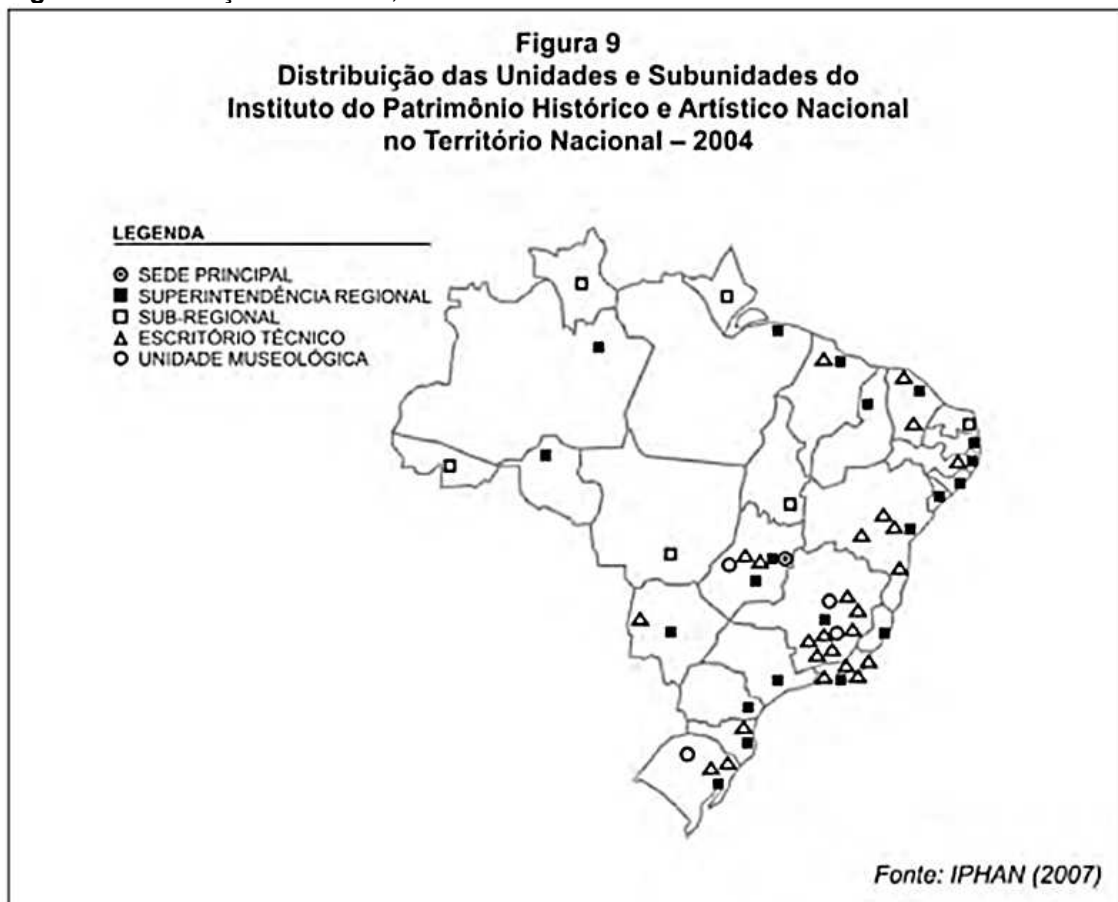
V - tornar disponíveis as informações produzidas sobre os bens culturais de natureza imaterial; e

VI - gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Parágrafo único. O patrimônio cultural de natureza imaterial compreende os saberes, as celebrações e as formas de expressão e lugares portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, s./p.).

Parte das Superintendências Regionais foram transformadas em unidade administrativa descentralizada enquanto Sub-Regionais, mantiveram as unidades museológicas e criaram a figura dos Escritórios Técnicos (Figura 07).

Figura 7: Distribuição do IPHAN, com suas unidades descentralizadas e os museus.



Em 2006, o IPHAN realizou seu primeiro concurso público desde a redemocratização do país. Além disso, reorientou a implementação do **Programa Monumenta**. Todavia, não se

tinha clareza sobre a necessidade de criar novos museus federais sob a responsabilidade do DEMU e do IPHAN.

De acordo Bonduki (2010), a reorientação da atuação das universidades federais foi uma das estratégias encontradas como forma de dinamizar os lugares tombados e garantir a preservação, considerando que as mesmas além de garantir o uso também se constituem em instrumentos de desenvolvimento econômico. Porém só possível devido a reorientação em nível federal dos investimentos na Educação, junto ao Programa de Expansão do Ensino Superior.

É importante destacar que, a partir de 2005, ocorreram importantes alterações na maneira como o programa passou a ser implementado, com as regras iniciais sendo flexibilizadas, sem romper inteiramente com o Regulamento Operativo original. Não se alterou, do ponto de vista formal e mesmo conceitual, a lógica básica de que era necessário dar um uso para os imóveis dos centros históricos que garantisse sua manutenção e retorno para a sociedade. A alteração fundamental diz respeito ao beneficiário desse retorno: na visão original, seriam basicamente atividades econômicas, com um forte componente no turismo; na nova visão, sem excluir turismo e atividades voltadas para o mercado, incluem-se funções sociais e públicas, como universidades federais e habitação social, buscando-se manter as populações que habitavam e/ou utilizavam os núcleos (BONDUKI, 2010, p.49).

Conforme Bonduki (2010, p.51), a “programação completa de intervenção do Monumenta nas 26 cidades conveniadas reúne um amplo conjunto de obras que somam cerca de 1500 projetos, sendo que 235 foram efetivamente realizados até a finalização formal do programa”. Dentre essas intervenções, constam:

131 obras de restauro de monumentos (100 edifícios históricos e 31 igrejas); 563 recuperações de imóveis privados; 67 obras de requalificação urbanística em logradouros públicos, dos quais sete em orlas marítimas ou fluviais; 62 intervenções em praças e parques existentes; implantação de dois parques novos; reabilitação arquitetônica e funcional em dez mercados públicos; implantação de dois *campi* universitários em edifícios arruinados; reciclagem de 76 imóveis históricos em um bairro residencial, visando à instalação de 303 unidades de habitação social. No que se refere às atividades concorrentes, a partir de 2007 o Programa Monumenta abriu a possibilidade de financiamento de iniciativas culturais, de educação patrimonial, de formação de artífices em restauração e de fomento de atividades econômicas nas áreas tombadas para todos os 101 núcleos históricos com proteção federal. Assim, por meio de editais públicos, 87 municípios foram contemplados com recursos para o desenvolvimento de ações que podem ser executadas por entidades governamentais ou não governamentais de vários perfis, contratadas através da Unesco, com supervisão da UCG e das UEP's, o que garantiu uma enorme abrangência territorial e social (BONDUKI, 2010, p.49).

Por outro lado, conforme Rabelo (2015)

O programa Monumenta é, no meu ponto de vista, a síntese da negação do serviço público permanente e recuperado em suas melhores dimensões, já que não tendo servidores concursados e efetivos, tudo era político e temporário. E o resultado é a precariedade e a desmoralização mostrada na matéria. Mas, não nos enganemos, pois por muitos anos, e até bem pouco tempo, o programa Monumenta foi elogiado e enaltecido como sendo a

“salvação” do IPHAN. A Controladoria da União, depois de anos, mostra o quão capenga são estas soluções temporárias e precárias para o serviço público. E, após anos de anomalia organizacional, o dito programa foi incorporado ao IPHAN, que, em seu portal, nada informa do que sobrou desta aventura administrativa. Será que aprendemos algo? Eu aprendi: os golpes administrativos passam, o IPHAN fica. Esperemos que sim. Torcendo para que ele sobreviva aos políticos insaciáveis, ainda que rejeitados pela sociedade (RABELLO, 2015, online/ s./p.).

Neste período, a Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, atribuiu ao IPHAN mais uma responsabilidade, a de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), que somam um montante de 590 bens inscrito na Lista do Patrimônio Ferroviário (IPHAN, 2021), que estão distribuídos em centenas de municípios de 17 estados, sendo: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo (IPHAN, 2022b).

Acerca do Patrimônio Arqueológico, o IPHAN cadastrou 18.526 sítios, distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal, até dezembro de 2009 (Tabela 03).

Tabela 3: Lista de Sítios Arqueológicos Cadastrados até dezembro de 2009

Estado	Número de Sítios	Estado	Número de Sítios
Acre	190	Para	1330
Alagoas	98	Paraíba	130
Amapá	270	Paraná	1182
Amazonas	326	Pernambuco	350
Bahia	715	Piauí	1426
Ceara	465	Rio de Janeiro	739
Distrito Federal	38	Rio Grande do Norte	259
Espirito Santo	232	Rio Grande do Sul	3270
Goiás	1179	Rondônia	406
Maranhão	131	Roraima	102
Mato Grosso	897	Santa Catarina	890
Mato Grosso do Sul	504	São Paulo	1181
Minas Gerais	1375	Sergipe	43
		Tocantins	798

Fonte: IPHAN (2022b).

Na proteção do Patrimônio Imaterial, foram registrados 18 bens imateriais com abrangência nacional e regionais inscritos livros de Saberes, Formas de Expressão, Celebração pelo IPHAN até 2021. Ao mesmo tempo que foram desenvolvidos projetos voltados para garantir ações de salvaguarda através do financiamento de editais para a “captação de recursos e promoção da formação de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, além do incentivo e apoio às iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade” (IPHAN, 2022 [s/n]).

O IPHAN tombou até 2009 um montante de: 90 conjuntos arquitetônicos; 64 conjuntos urbanos; 31 conjuntos rurais; 25 coleções e acervos; 18 jardins histórico; 56 bens móveis e integrados. Encontravam-se tombados 1104, com 471 distribuídos nos estados do Sudeste; 386 nos do Nordeste; 148 bens no Sul; 62 no Centro Oeste; e, por fim, 37 no Norte (IPHAN, 2022 [s/n]).

Com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), o IPHAN passou a atuar no processo de autorização do Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético, onde emitiu autorizações até 2015, quando passou a serem emitidas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), instituído a partir da Lei nº 13.123, de 5 de maio de 2015, denominada Lei da Biodiversidade. O Conhecimento Tradicional Associado (CTA) é entendido no contexto da preservação do patrimônio cultural a partir da definição em lei como

é a informação ou prática, individual ou coletiva, de povo indígena ou comunidade tradicional, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético. Os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético estão relacionados à natureza, aos seres vivos e ao meio ambiente, e fazem parte da prática cotidiana de povos e comunidades. Este conhecimento integra o patrimônio cultural brasileiro e pertence aos povos indígenas e comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal (IPHAN, s.p., 2021g).

Nessa última frente que se abriu na preservação do patrimônio cultural, os museus e as universidades têm ocupado um lugar importante na produção de estudos, orientações técnicas e conservação do patrimônio genético, conforme pode-se constatar na lista de autorizações concedidas pelo IPHAN nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 (IPHAN, 2021h).

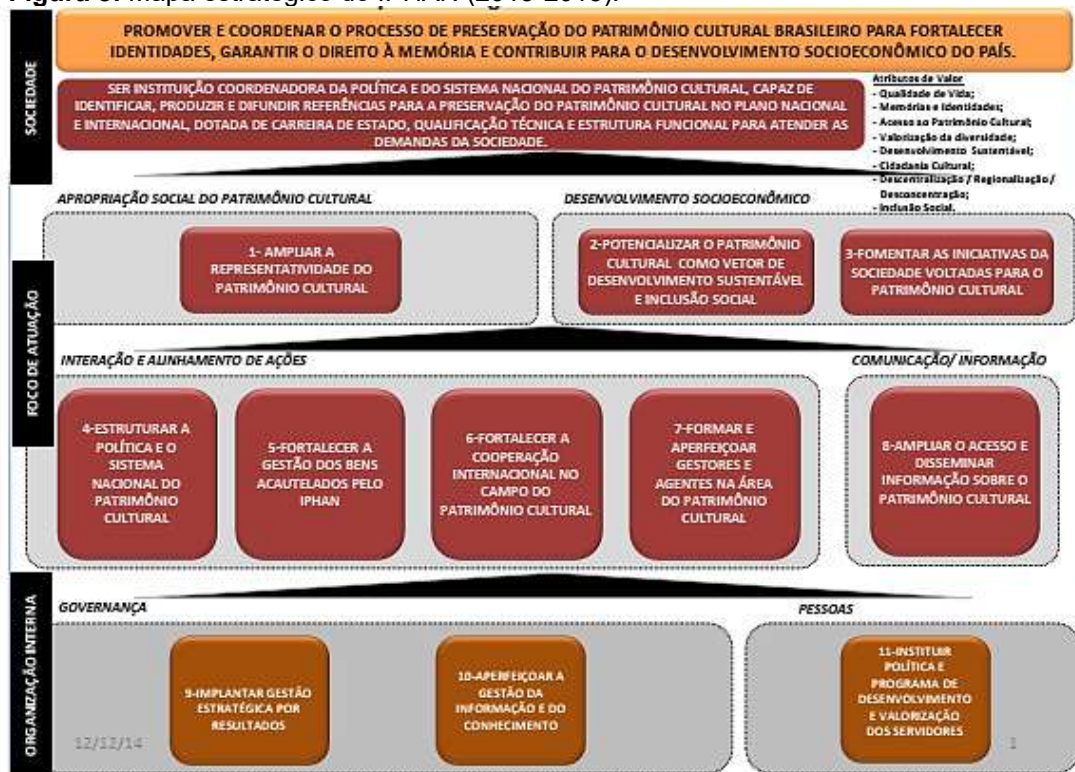
1.7 – A reorganização da preservação do patrimônio cultural no IPHAN durante os governos Dilma

A partir de maio de 2009, conforme o Decreto n. 6.844, o IPHAN foi reestruturado como autarquia do Ministério da Cultura (MINC) e passou a contar com o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM); do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI); do Departamento de Articulação e Fomento (DAF) e a criação de superintendências em todos os estados brasileiros, algumas que existiam como unidades subordinadas as superintendências regionais. Essa reforma vem acompanhada da Criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que reuniu a maioria dos museus vinculados antes ao IPHAN. Mantiveram-se apenas as seguintes unidades especiais: o Centro Nacional de Arqueologia, o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Max, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e o Centro Cultural Paço Imperial (BRASIL, 2009).

Conforme Oliveira & Passador (2016, p.224), desde 2013 o MinC e o IPHAN foram reestruturados através do processo de planejamento estratégico a partir da “ferramenta de gestão do setor privado em um órgão público”, neste último motivada pela “necessidade de modernização da gestão”.

O IPHAN elaborou seu mapa estratégico (Figura 08), distribuídos 11 objetivos estratégicos, detalhados em mais 30 indicadores e 31 iniciativas, com apresentação do papel na sociedade como perspectiva principal para atingir sua visão a partir dos atributos de valor, o foco de atuação e a organização interna a fim de coordenar a implementação da Política e do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural nos níveis nacional e internacional. Em relação a sociedade, o IPHAN atuaria a partir da primazia dos seguintes valores: i) qualidade de vida; ii) memória e identidade; iii) acesso ao patrimônio cultural; iv) valorização da diversidade; v) desenvolvimento sustentável; vi) cidadania cultural; vii) descentralização/ regionalização; viii) desconcentração; e ix) inclusão social (IPHAN, 2013a).

Figura 8: Mapa estratégico do IPHAN (2013-2015).



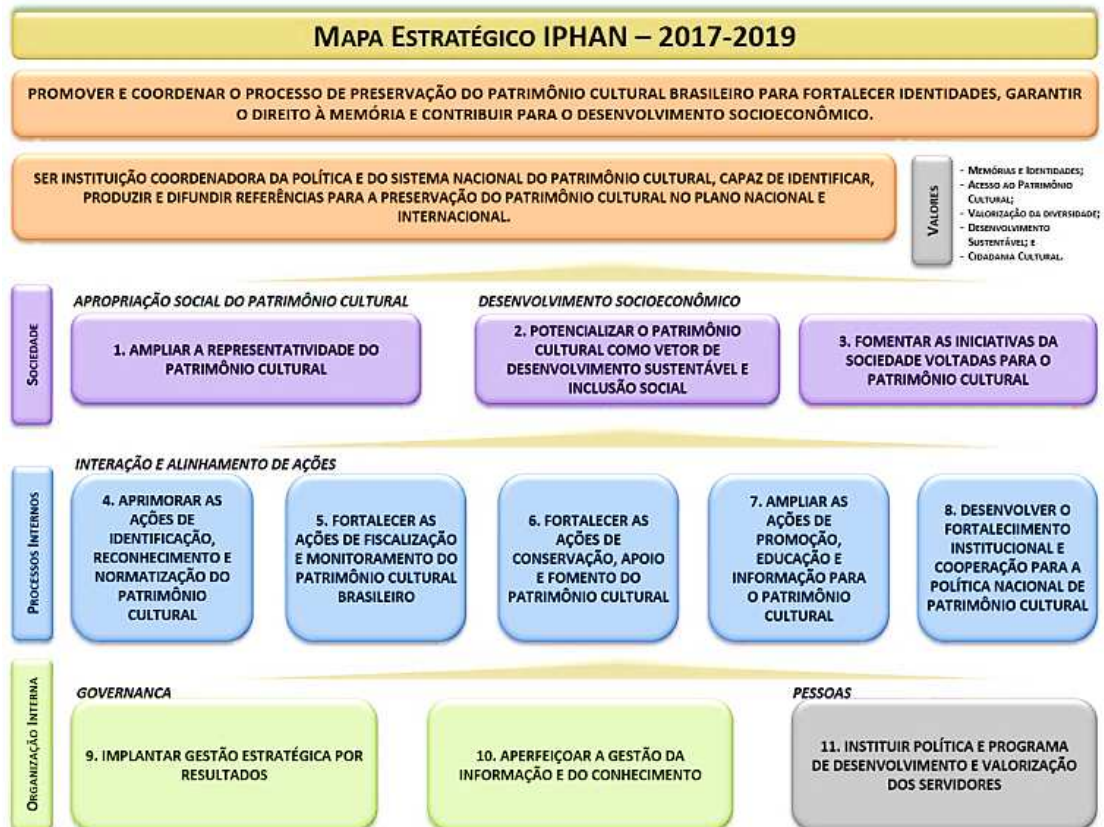
Fonte: IPHAN (2013a).

A ampliação da representatividade do patrimônio associado aos usos do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusão social passaram a ser integrados a agenda institucional perante o diagnóstico dos problemas estruturais da instituição e de concentração territorial, com foco nas dimensões macrosocial e internalização de valores voltados para promoção de mudanças organizacionais internas.

A questão da representatividade e do acesso eram colocados pelo presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, desde o 2º mandato do governo Lula como pontos críticos no planejamento (OLIVEIRA & PASSADOR, 2016, p.225). Conforme o presidente do IPHAN aconteceu “(...) a ampliação da diversidade de público e da distribuição geográfica dos bens culturais reconhecidos é fundamental para a correção de distorções regionais e desigualdades de acesso” (IPHAN, 2008, p. 28). Contudo, Oliveira & Passador (2016, p.225) apontaram que a instituição teve “mudança da cultura organizacional”, mas também esteve “marcada por uma hierarquia pouco flexível, alta centralização e baixa qualificação e capacidade técnica para o trabalho eficaz em gestão pública”. Os autores ressaltam que apenas a implantação deste mapa não resolveria o problema estrutural do Iphan e nem garantia o seu fortalecimento.

Ao ter a estrutura de gestão reordenada, com reapresentação da missão e os objetivos no final de 2016, pode-se observar a restrição a valores, condizentes com as novas intervenções que o IPHAN sofreu após o fim do governo Dilma. Dos nove (09) valores, foram mantidos apenas cinco (05), sendo: i) memórias e identidades; ii) acesso ao patrimônio cultural; iii) valorização da diversidade; iv) desenvolvimento sustentável; v) cidadania cultural, que atravessam os onze (11) tópicos separados pela estrutura da sociedade, dos processos internos e organização interna da instituição, com o propósito de ser implementado entre os anos de 2017 e 2019 (Figura 09).

Figura 9: Mapa estratégico do IPHAN (2017-2019).



Fonte: IPHAN, 2019b.

Ao mesmo tempo que é apresentada essa nova proposta de mapa estratégico (2017-2019), os valores relacionados a i) qualidade de vida; ii) descentralização/ regionalização; iii) desconcentração; e iv) inclusão social foram retirados da agenda política do IPHAN. A ausência deles no instrumento de planejamento estratégico institucional para os anos seguintes demonstra como o uso político das instituições de preservação do patrimônio cultural pode ser colocado para garantir hegemonias culturais, dominação de grupos sociais e o desmonte institucional na medida em que, como vamos ver mais à frente, deixam de ter o investimento em recursos financeiros e humanos, bem como passam a romper abruptamente com a cultura institucional, seja através da indicação de quadros com pouca ou nenhuma experiência na área de preservação, seja em decorrência da defesa de outros interesses particulares.

No planejamento para os anos de 2021 a 2024 (Figura 10), o IPHAN (2021e) apresentou nova estrutura de organização estratégica, contendo os valores, a missão e a visão institucional a partir de uma integração entre instituição, sociedade, beneficiários, processos internos, pessoas e tecnologias. Todavia, essa estrutura institucional não deixa claro as estratégias e programas para alcançar tais propósitos.

Figura 10: Mapa estratégico do IPHAN (2021-2024).



Fonte: IPHAN, 2021e.

Pensar essa estrutura de organização e mapa estratégico do IPHAN traz como possibilidade a reflexão sobre as fragilidades ainda existentes sobre as capacidades e sua

cultura institucional, somando-se a necessidade de implementar as atribuições através demandas e instrumentos decorrentes das ações da última década, como: a Chancela da Paisagem Cultural; as Casas de Patrimônio; o Inventário da Diversidade Linguística; as Instituições de Guarda e Endosso do Patrimônio Arqueológico; o Patrimônio Mundial; o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade; o Patrimônio Cultural Imaterial; o Programa de Aceleração das Cidades Históricas – PAC Cidades Históricas; a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio e o Centro Lucio Costa, a elaboração e implantação de instrumentos de gestão, como o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG; a preservação do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia.

1.7.1 – A Chancela da Paisagem Cultural como instrumento da preservação

Através da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, o Iphan regulamentou a categoria Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, onde no seu “Art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009b).

De acordo com IPHAN (2009, p. 14), em nível internacional, a UNESCO adotou o conceito de Paisagem Cultural desde 1992 como um novo tipo de instrumento de reconhecimento dos bens culturais. Sua implementação ocorreu primeiro na “Espanha, na França e no México, por exemplo – e viabiliza a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação desse patrimônio”.

A chancela da Paisagem Cultural visa estabelecer a partir de “um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada” com a geração de uma “gestão compartilhada de determinada porção do território nacional” (IPHAN, 2009, p.18).

Em 6 de julho de 2012, o IPHAN reconheceu o Rio de Janeiro como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural. Os locais chancelados com o título foram

o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana, e a entrada da Baía de Guanabara. Os bens cariocas incluem ainda o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo (IPHAN, 2012a s./p.; IPHAN, 2012b p.03).

Apesar das fragilidades legais, essa categoria tem demonstrado seu potencial de mobilização dos diferentes entes federados e atores sociais organizados. Da mesma forma, constitui-se numa área de pesquisa capaz de fortalecer diferentes áreas disciplinares ligadas a preservação do patrimônio cultural, inclusive o museológico, no âmbito das universidades públicas.

1.7.2 – As Casas do Patrimônio e a Educação Patrimonial

Com a criação do IBRAM, quando a maioria das unidades museológicas passaram a integrar o novo órgão, o IPHAN se viu forçado a dar maior atenção ao setor educativo. A partir de 2008, passou a articular a construção do Programa Casa do Patrimônio, com funcionamento nas unidades estaduais e demais imóveis da instituição. Conforme o IPHAN, a

Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (IPHAN, 2010, p.05).

De acordo com o IPHAN, a perspectiva³² era de que as Casas do Patrimônio se tornassem

articuladoras das ações educativas e de aproximação com as comunidades locais, exercendo papel determinante na gestão compartilhada da preservação do patrimônio cultural. O direito à diversidade e à memória, individual e coletiva, também deve ser valorizado. Dessa forma, disseminase o conceito ampliado de patrimônio cultural, mais próximo das pessoas e de suas referências (IPHAN, 2009b, online).

As Casas do Patrimônio tornaram-se instrumento e meio catalizador das ações e programas de educação patrimonial, que através da Portaria Nº 137, de 28 de abril de 2016, nas vésperas do Impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, estabeleceu as diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Neste caso, a educação patrimonial passou a ser definida como

os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão socio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (IPHAN, 2016, art. 2º).

As Casas do Patrimônio, a partir dessa Portaria, são concebidas:

Art. 5º São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan as Casas do Patrimônio, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento das Casas do Patrimônio dar-se-ão por meio de parceria, a ser instituída por Acordo de Cooperação

³² Eixo de Desenvolvimento Local Sustentável, **Portal do IPHAN**, online, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/859/> Acesso: 12 jan. 2020.

Técnica- ACT, com critérios definidos pela CEDUC/COGEDIP/DAF (IPHAN, 2016, art. 5º e Parágrafo Único).

As finalidades foram definidas a partir dos seguintes objetivos:

- I - Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial;
- II - Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural;
- III - estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
- IV - Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas;
- V - Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;
- VI - Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais (IPHAN, 2016, art. 6º).

Essa política e instrumento decorreram de uma trajetória de luta pela consolidação da área da educação patrimonial a partir de ações externas e interna do IPHAN. Um evento marcante nesse processo foi o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983. A partir dele que o debate se iniciou no Brasil, considerando a expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. De acordo com IPHAN (2014, p.10), em 1996, “Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada”.

De acordo com IPHAN (2014, p.14) o Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, vinculou a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o “objetivo de fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural”.

Depois do Golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, o que era temido, conforme artigo de Souza (2017), acabou se concretizando na análise de Rubim (2011), onde destacava sobre a triste tradição nas políticas culturais brasileira. Em que pese o desmonte institucional, a Portaria ainda permanece em vigência normativa e permite que os diferentes atores sociais e instituições se articulem em torno dessa política pública.

1.7.3 – INDL como instrumento da preservação

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) foi instituído através do Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, como “instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010 [s/n]). O decreto também estabeleceu diretrizes que

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”, expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

Art. 5º As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público (BRASIL, 2010 [s/n]).

O Ministério da Cultura criou e regulamentou a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística - CT-INDL, com participação do IPHAN (MINC, 2014). Para auxiliar na implementação desse instrumento, o IPHAN publicou em 2016 dois volumes do Guia de Pesquisa e Suplemento Metodológico – INDL, com orientações teórico-metodológicas e um formulário conjunto de variáveis a serem consideradas no processo de levantamento de informações necessárias à caracterização da língua a ser inventariada. Entre 2014 e 2016 foram inventariadas sete (07) línguas (Quadro 4), dentre elas:

Quadro 4: Línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL

#	Língua	Ano de inclusão	Instituição Proponente	Comunidade Falante	UF	Instituição que realizou a pesquisa
1	Talian	09/09/2014	FIBRA - Federação das Associações Ítalo-brasileiras do Rio Grande do Sul	Talian	RS, SC, PR, ES	Universidade de Caxias do Sul. Coord.: Dr. José Clemente Pozenato; Dr. Cléo Alterhofen; Dra. Marley Pertile
2	Guarani-Mbya	09/09/2014	IPOL - Instituto de Pesquisa em Políticas Linguísticas e mais 39 comunidades Guarani-Mbya	Guarani-Mbya	RS, SC, PR, ES, RJ	IPOL - Instituto de Pesquisa em Políticas Linguísticas. Coord.: Dra. Rosângela Morello
3	Asurini do Trocará	09/09/2014	Associação do Povo Asurini	Asurini	PA	Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas - LALLI/UNB - Dra. Ana Suelly Câmara Cabral.
4	Kuikuro	10/05/2016	UFRJ	Kuikuro - Alto Xingu	MT	Museu Nacional/UFRJ. Coord.: Dra. Bruna Franchetto
5	Kalapalo	10/05/2016	UFRJ	Kalapalo - Alto Xingu	MT	Museu Nacional/UFRJ. Coordenação: Dra. Bruna Franchetto
6	Matipu	10/05/2016	UFRJ	Matipu - Alto Xingu	MT	Museu Nacional/UFRJ. Coord.: Dra. Bruna Franchetto
7	Nahukua	10/05/2016	UFRJ	Nahukua - Alto Xingu	MT	Museu Nacional/UFRJ. Coord.: Dra. Bruna Franchetto

Fonte: IPHAN, 2021d.

Apesar de recente, o INDL constitui-se num instrumento importante para uma das áreas de preservação do patrimônio cultural e visa instituir um mecanismo voltado para garantir a proteção e o reconhecimento. Apenas na região sul do país, conforme quadro acima, tem instituições proponentes e de pesquisa com interesse e capacidade técnica voltada para a salvaguarda de duas de suas referências linguísticas. A Associação do Povo Asurini localizada no estado do Pará manifestou interesse, mas articulou o pedido junto a Universidade de Brasília (UNB). No estado de Mato Grosso, apesar dos trabalhos da Universidade do Estado de Mato Grosso promover trabalhos com os diferentes povos indígenas através da Faculdade Indígena, conforme poderá ser analisado no próximo capítulo, a instituição que manifestou interesse no inventário de quatro línguas foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através de seu quadro de pesquisadores vinculados ao Museu Nacional.

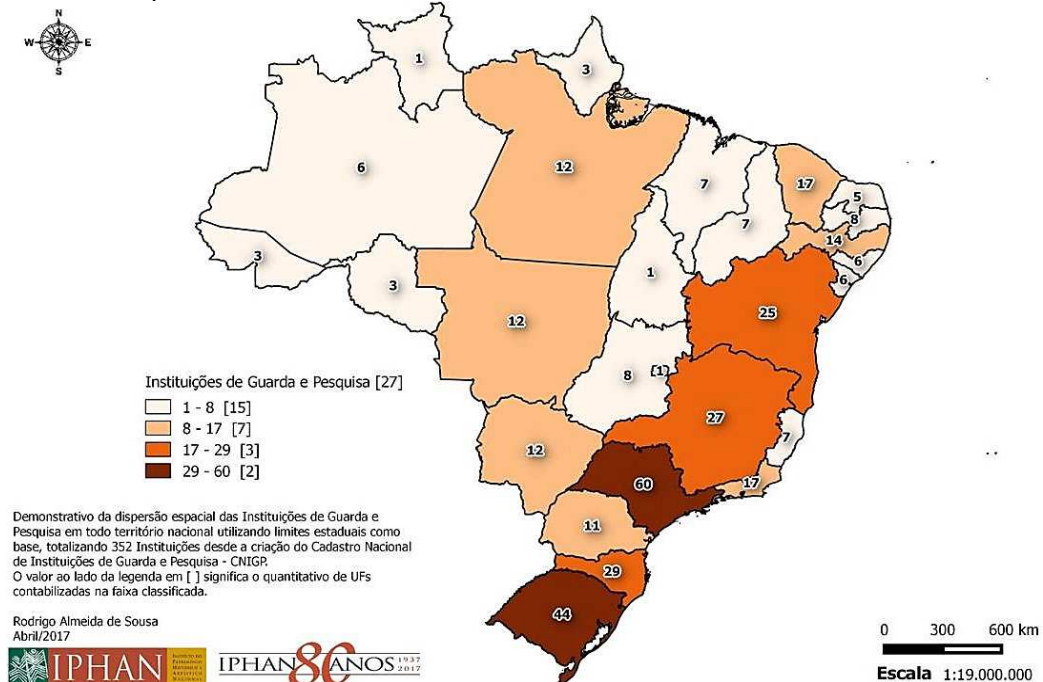
A concentração de pedidos e instituições que realizam pesquisas nesta área representa, em certa medida, a fragilidade e a dificuldade que instituições públicas federais e estaduais que desenvolvem pesquisa tem para promover ações de proteção e salvaguarda através dos recursos e instrumentos disponíveis no campo da preservação do patrimônio cultural.

1.7.4 – Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico

A Portaria n. 196, de 18 de maio de 2016, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), redefiniu as regras e estabeleceu novos critérios para a habilitação e credenciamento de Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP) para endossar, manter e receber acervos arqueológicos, com condições estruturais.

Muitas IGP's foram criadas mediante a necessidade do apoio institucional requisitado para a aprovação de qualquer projeto de pesquisa arqueológica que preveja intervenções em campo, seja acadêmico ou de licenciamento ambiental. Apesar de muitos museus ter acervos arqueológicos, nem todos estão credenciados e habilitados. Em abril de 2017, de acordo com o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa do IPHAN, no país existiam 352 instituições cadastradas em todo território nacional (Figura 11).

Figura 11: Instituições de Guarda e Pesquisa cadastradas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa do IPHAN em abril de 2017.



Fonte: IPHAN (2017a).

Em julho de 2021, o número de instituições cadastradas diminuiu substancialmente para 288 unidades, sendo que 56 encontram-se consideradas como aptas a receber acervos, 176 unidades aptas com restrições ou em processo de fiscalização. Deste total, em dezembro de 2021, de acordo com a Lista de Instituições de Guarda e Pesquisa do IPHAN, foram descadastradas duas (02) unidades, uma localizada em Campo Novo do Parecis (MT), e a outra em João Pessoa (PB). Há outras 54 cadastradas como inaptas, haja vista a necessidade de cumprir os requisitos estabelecidos na Portaria n. 196, de 18 de maio de 2016. Estas instituições são responsáveis pela proteção dos acervos que compõem parte do Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Constavam até dezembro de 2021 cerca de 31.679 sítios cadastrados, distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal (Tabela 04).

Tabela 4: Lista de Sítios Arqueológicos Cadastrados até dezembro de 2021.

Estado	Número de Sítios	Estado	Número de Sítios
Acre	389	Para	2386
Alagoas	250	Paraíba	364
Amapá	367	Paraná	2331
Amazonas	673	Pernambuco	763
Bahia	2089	Piauí	1924
Ceará	1013	Rio de Janeiro	1338
Distrito Federal	60	Rio Grande do Norte	759
Espírito Santo	761	Rio Grande do Sul	3838
Goiás	1528	Rondônia	633
Maranhão	280	Roraima	389
Mato Grosso	1632	Santa Catarina	1916
Mato Grosso do Sul	657	São Paulo	1582
Minas Gerais	2451	Sergipe	217
		Tocantins	1089

Fonte: IPHAN (2021c).

Ainda é comum parte dos projetos com resgates arqueológicos acondicionarem e guardarem acervos de Mato Grosso em instituições de outros estados brasileiros. Conforme Silva (2013, p.3), em seu estudo “Diagnóstico das pesquisas arqueológicas licenciadas em Mato Grosso – 1995-2013” apresentado ao Ministério Público Federal (MPF) com base na Portaria do IPHAN n. 230/2002 e na Resolução do SMA nº 34 de agosto de 2003, há atualmente a necessidade de regularização de pesquisas arqueológicas no Estado de Mato Grosso por ocasião dos licenciamentos ambientais em obras de engenharia, bem como enfatiza a necessidade dos empreendedores guardarem os materiais arqueológicos próximos aos municípios e regiões onde foram coletados, seja por meio do “fortalecimento de unidades existentes” ou na “construção de unidades museológicas específicas”.

A distribuição espacial das instituições de Guarda e Pesquisa contribui para a análise da relevância dos museus universitários da Unemat e a criação de sua política universitária para museus e patrimônio cultural, haja vista que os seus museus acabam por representar uma parcela significativa das Instituições credenciadas e habilitadas pelo IPHAN, bem como por guardar parte importante do acervo arqueológico brasileiro coletado no Estado. Parte destes acervos são retirados de sítios arqueológicos que podem ser objeto de outras formas de musealização e patrimonialização nos níveis estadual, federal e internacional.

1.7.5 – A Categoria de Patrimônio Mundial da UNESCO

Além do tombamento, instituído desde 1937, o Brasil se tornou signatário da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, elaborada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris (França), em 1972, e institucionalizada no Brasil pelo Decreto n. 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Dentre as chancelas de Patrimônio Mundial, até fevereiro de 2022 o Brasil tinha 14 sítios reconhecidos na categoria Patrimônio Mundial Cultural; sete (07) como Patrimônio Mundial Natural e um (01) Patrimônio Misto, sendo:

Patrimônio Mundial Cultural

1) Cais do Valongo - Rio de Janeiro (RJ), 2) Centro Histórico de Goiás (GO), 3) Centro Histórico de Diamantina (MG), 4) Centro Histórico de Ouro Preto (MG), 5) Centro Histórico de Olinda (PE), 6) Centro Histórico de São Luís (MA), 7) Centro Histórico de Salvador (BA), 8) Conjunto Moderno da Pampulha - Belo Horizonte (MG), 9) Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, 10) Ruínas de São Miguel das Missões (RS), 11) Parque Nacional Serra da Capivara (PI), 12) Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), 13) Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (RJ), 14) Santuário do Bom Jesus de Matozinhos - Congonhas (MG).

Patrimônio Mundial Natural

1) Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS); 2) Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM); 3) Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica (BA/ES); 4) Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN); 5) Parque Nacional do Iguaçu (PR); 6) Reservas da Mata Atlântica (PR/SP); 7) Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO).

Patrimônio Misto

1) Paraty e Ilha Grande (RJ): Cultura e Biodiversidade.³³

Além desses bens, o IPHAN elaborou uma lista indicativa com oito (08) bens de categoria cultural, nove (09) natural e um (01) misto, indicados ao pleito de Patrimônio Mundial,

Patrimônio Cultural

1) Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá (CE); 2) Conjunto de Fortificações Brasileiras (AP, BA, MS, RJ, RO, PE, RN, SC e SP); 3) Geoglifos do Acre (AC); 4) Igreja e Mosteiro de São Bento (RJ); 5) Itacoatiara do Rio Ingá (PB); 6) Palácio da Cultura – Antiga sede do Ministério de Educação e Saúde (RJ); 7) Sítio Roberto Burle Marx (RJ); 8) Teatros da Amazônia (AM/PA); 9) Vila Ferroviária de Paranapiacaba (SP); 8) Ver-o-Peso (PA).

Patrimônio Natural

1) Cânion do Rio Peruaçu (MG); 2) Estação Ecológica Anavilhanas (AM); 3) Estação Ecológica do Taim (RS); 4) Estação Ecológica de Raso de Catarina (BA); 5) Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ); 6) Parque Nacional da Serra da Canastra (MG); 7) Parque Nacional da Serra do Divisor (AC); 8) Parque Nacional Pico da Neblina (AM); 9) Reserva Biológica do Atol das Rocas (RN);

Patrimônio Misto

1) Área Federal de Proteção Ambiental, Caverna do Peruaçu/Parque Estadual Veredas do Peruaçu (MG).³⁴

Estes bens culturais, naturais e mistos encontram-se acautelados em nível nacional através de diversos órgãos federais. O desenvolvimento de ações de preservação destes como patrimônio cultural brasileiro demandam estudos técnicos e ações políticas que dependem de diversas intervenções, inclusive as possíveis a serem oriundas das políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão.

1.7.6 – A Categoria de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

A categoria de Patrimônio Imaterial da Humanidade foi criada a partir do Decreto Legislativo nº 22, de 01 de fevereiro de 2006, do Senado Federal, no qual aprovou o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

Esse instrumento com as duas listas foi regulamentado pelo IPHAN através da Resolução IPHAN 01/2009, que estabeleceu os critérios de elegibilidade, seleção e os procedimentos para a proposição de dossiês de candidatura de bens culturais imateriais para inscrição no âmbito da UNESCO na lista de Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente

³³ Patrimônio Mundial Cultural e Natural, **Portal do IPHAN**, online, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29> Acesso em 10 mar. 2020.

³⁴ Lista Indicativa a Patrimônio Mundial, **Portal do IPHAN**, online, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/813> Acesso em 10 mar. 2020.

e na lista Representativa do Patrimônio Cultural. Dentre as práticas elencadas em nível internacional com destaque pelo IPHAN, constam:

Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade no Brasil

- 1) Samba de Roda no Recôncavo Baiano;
- 2) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi;
- 3) Frevo: Expressão Artística do Carnaval de Recife;
- 4) Círio de Nossa Senhora de Nazaré;
- 5) Roda de Capoeira;
- 6) Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão;

Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda

- 1) Ritual Yaokwã do Povo Indígena Enawenê Nawê;

Lista de Melhores Práticas de Salvaguarda

- 1) Chamada Pública de Projetos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI);
- 2) Museu Vivo do Fandango.³⁵

O Ritual Yaokwã é o único bem de natureza imaterial registrado no território mato-grossense e incluso na Lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade listado em nível nacional no ano de 2012 com requerimento de medidas urgentes. Os trabalhos de salvaguarda deste bem pouco dialogam com os projetos de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas localizadas neste estado.

1.7.7 – O Registro do Patrimônio Cultural como instrumento de preservação

Conforme observado, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) instituídos pelo Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 possibilitou a consolidação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

O PNPI visa a viabilização de

projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa (IPHAN, 2022, s/d).

Entre 2002 e 2022, o IPHAN patrimonializou 48 referências culturais imateriais de caráter local, regional e nacional, inscritos nos livros de Saberes, Formas de Expressão e Celebrações. Houve um intervalo de patrimonialização entre 2019 e 2022 (Tabela 05).

³⁵ Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, **Portal do IPHAN**, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/71> Acesso em 10 mar. 2020.

Tabela 5: Bens Registrados pelo IPHAN (2002 a 2019)

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF
1	Ofício das Panelas de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002	ES
2	Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Formas de Expressão	20/12/2002	AP
3	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Forma de Expressão	05/10/2004	BA
4	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebrações	05/10/2004	PA
5	Modo de fazer Viola-de-Cocho	Saberes	14/01/2005	MT e MS
6	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005	BA
7	Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	15/12/2005	SP, RJ, ES, MG
8	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugar	10/08/2006	AM
9	Feira de Caruaru	Lugar	20/12/2006	PE
10	Frevo	Formas de Expressão	28/02/2007	PE
11	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	29/06/2007	MA
12	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo	Formas de Expressão	20/11/2007	RJ
13	Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/Alto Paranaíba	Saberes	13/06/2008	MG
14	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008	Nacional
15	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008	Nacional
16	Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	28/01/2009	SE
17	Ofício de Sineiro	Saberes	03/12/2009	MG
18	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	03/12/2009	MG
19	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010	GO
20	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/ AM	Saberes	05/11/2010	AM
21	Ritual Yaokwã do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	05/11/2010	MT
22	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010	RN
23	Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011	MA
24	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá	Saberes	25/01/2012	TO, PA, GO, MT
25	Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	25/01/2012	TO, PA, GO, MT
26	Fandango Caiçara	Formas de Expressão	29/11/2012	SP, PR
27	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebrações	03/04/2013	RJ
28	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebrações	05/06/2013	BA
29	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebrações	27/11/2013	PA
30	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí	Saberes	15/05/2014	PI
31	Carimbó	Formas de Expressão	11/09/2014	PA
32	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	03/12/2014	RS
33	Maracatu Nação	Formas de Expressão	03/12/2014	PE
34	Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	03/12/2014	PE
35	Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	03/12/2014	PE/PB
36	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste _ Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	04/03/2015	RN, PE, PB, CE, DF, RJ
37	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	11/06/2015	PA
38	Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE	Celebrações	17/09/2015	CE

39	Romaria dos Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016	GO
40	Caboclinho	Formas de Expressão	24/11/2016	PE
41	Feira de Campina Grande	Lugares	27/09/2017	PB
42	Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre	Saberes	15/05/2018	RS
43	Literatura de Cordel	Formas de Expressão	19/09/2018	RJ, DF, AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN, SE
44	Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis	Celebrações	20/09/2018	SC
45	Sistema agrícola de comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.	Saberes	20/09/2018	SP
46	Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	Celebrações	08/11/2018	AM
47	Marabaixo	Formas de Expressão	08/11/2018	AP
48	Bembé do Mercado	Celebrações	13/06/2019	BA

Fonte: IPHAN, 2019.

A salvaguarda destes bens culturais imateriais tem sido objeto de financiamento pelo PNPI e demandam saberes específicos para acompanhar as etapas de proteção. Todavia, trata-se de um programa e uma metodologia ainda pouco utilizadas nas pesquisas e ações desenvolvidas no contexto das universidades públicas em Mato Grosso.

Neste sentido, ao mesmo tempo as universidades públicas federal e estadual localizadas nos diversos municípios mato-grossenses encontram-se dificuldades de inserção nos debates de preservação das referências culturais materiais e imateriais a partir das práticas de patrimonialização e musealização, com ações pontuais, estas também exercem papéis fundamentais na produção de estudos de avaliação que tem subsidiado as revalidações após os dez anos de registro quanto para reconhecimento de novos bens.

1.7.8 – O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio e o Centro Lucio Costa

A criação do Mestrado Profissional decorreu da experiência do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), implementado em 2004 a partir da cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o acompanhamento da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE). A transformação em Mestrado decorreu da recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2010, seguindo as orientações da Portaria 17, de 28 de dezembro de 2009, e Portaria 80, de 16 de dezembro de 1998. A CAPES aprovou a proposta na reunião 124º do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) realizada entre 28 de fevereiro e 1º de março de 2011, com reconhecimento pelo Ministério da Educação através da Portaria MEC nº 978, de 26 de julho de 2012.

Com grau e prerrogativas do mestrado acadêmico, a proposta mestrado profissional se inseriu entre as demandas por formação de profissionais em gestão da preservação do patrimônio cultural e no contexto da Política Nacional de Educação como uma categoria de ensino *stricto sensu* orientado pela pesquisa aplicada. O mestrado surge no âmbito da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação mediante a necessidade de uma proposta

(...) que contribuísse para uma formação interdisciplinar, diante do princípio de que não há disciplina que detenha, exclusivamente, as formulações teórico-metodológicas relativas à preservação do patrimônio cultural, nem uma área de formação profissional que prepare especificamente para esse ofício (IPHAN, 2010c, p.60).

A proposta de mestrado contou com bolsas de estudos disponibilizadas através das vagas disponibilizadas no edital público de seleção e condicionadas as vagas nos estados e distrito federal através das superintendências, escritórios técnicos e sede do IPHAN (IPHAN, 2010). As primeiras bancas para defesa das dissertações ocorreram em setembro de 2012 (IPHAN, 2022). O seu funcionamento esteve sob constante ameaça e sofreu cortes nas gestões que sucederam entre 2017 e 2021, onde resultou na Nota em defesa do Mestrado Profissional do IPHAN, assinada por ex-alunos e pela Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP, onde destacam que (REPEP, 2021).

exigimos a manutenção do Mestrado Profissional do Iphan aberto à sociedade civil, aos profissionais das mais diversas áreas e regiões do Brasil, a manutenção desse no Rio de Janeiro junto ao corpo docente e parceiros qualificados que já compõe o mestrado, em destaque a coordenadora do PEP/MP, a arquiteta e urbanista Prof^a Dr. Lia Motta.

Reivindicamos o fortalecimento das ações de educação patrimonial comprometidas com a promoção da autonomia dos sujeitos e voltadas à memória como direito social! Para isso, expressamos nossa defesa pela continuidade do PEP/MP (REPEP, 2021, p.1).

Por outro lado, o Centro Lúcio Costa como o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio - Centro de Categoria 2 (Centro Lucio Costa - CLC) foi criado em 2010, após um acordo entre o Governo Brasileiro e a UNESCO na 34^a reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília. De acordo com o IPHAN (2022 [s/n]), com o propósito de promover as diretrizes e a abordagem integrada das convenções: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

O Centro Lúcio Costa visa “reforçar a Cooperação Sul/Sul, como estratégia de integração entre países com problemas comuns”³⁶ e tem como

(...) metas ampliar a capacidade de gestão do patrimônio cultural e natural e promover a cooperação no âmbito da sua Região de Abrangência, composta por 17 países de língua oficial portuguesa e espanhola da América do Sul,

³⁶ Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio - Centro Lucio Costa, **Portal do IPHAN**, online, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/402> Acesso em 20 jan. 2021

África e Ásia. A adesão dos países institucionaliza a estrutura multilateral do Centro, com vistas à capacitação de técnicos e gestores dos países envolvidos. Entre os objetivos do CLC, definidos no Acordo, destacam-se: atuar como centro de referência nas áreas de educação, pesquisa, capacitação, plataforma de formação de rede e criação de qualificação através de projetos, programas e cursos; desenvolver uma compilação de conhecimentos em preservação, em salvaguarda, em gestão, em monitoramento, em pesquisa e em educação; contribuir para o desenvolvimento metodológico relativo à preservação, à salvaguarda e à gestão do patrimônio; promover a qualificação para gestão do patrimônio nos países integrantes da região, o intercâmbio de informações, a cooperação entre profissionais e pesquisadores da área e a troca de experiências na preservação do patrimônio, com ênfase em sua gestão; promover e facilitar rede mundial de instituições e organizações educacionais e de pesquisa, com vistas a elaborar soluções para os problemas relativos à gestão de patrimônio.³⁷

1.7.9 – Os bens tombados, o PAC-Cidades Históricas e o Sistema Nacional de Patrimônio

Somente entre 2003 e 2016, o IPHAN tombou 168 bens materiais e indeferiu outros 147. Ao todo, no final desse período contava com um acervo composto por 1139 bens tombados, entre conjuntos, acervos e coleções, edificações, equipamentos. Por outro lado, de 2017 a março de 2022 o IPHAN tombou apenas outros 02 bens e indeferiu 71 pedidos. Até dezembro de 2021, o Brasil contava com um acervo de 1.141 bens tombados em nível federal, afora os bens tombados provisoriamente, em estudo técnico e tombamentos emergenciais. (IPHAN, 2022a).

A partir de 2010 o IPHAN passou a construir o PAC Cidades Históricas com o propósito de promover e executar a preservação dos bens tombados em nível federal. A sua construção tem início com a elaboração do “Planos de Ação para Cidades Históricas ente 2010 e 2011, assim como a criação da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH)”.³⁸ A proposta do PAC Cidades Históricas foi de promover a melhora da qualidade de vida e de infraestrutura das cidades, dinamizando e promovendo seu crescimento por meio da preservação e do uso sustentável do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2017b).

Dentre as suas finalidades dos “Planos de Ação” encontravam-se o apoio na construção e na implementação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, que vinha sendo pautado nas Conferências Nacionais de Cultura e se consolidou como uma diretriz da Política Nacional de Cultura a partir da Emenda Constitucional nº 71, de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e seus sistemas setoriais e o Plano Nacional de Cultura (PNC),

³⁷ Ibid., s/d, online.

³⁸ Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, **Portal do IPHAN**, online, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217> Acesso em 20 jan. 2021

aprovado pelas Conferências, reforçado pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC pela Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Conforme o Iphan (2017b, p.4), o governo federal criou uma linha do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) exclusiva para sítios urbanos protegidos pelo IPHAN, com “previsão de investimentos de R\$1,6 bilhão em 424 ações, distribuídas em 44 cidades e 19 estados (exceto Roraima, Amapá, Rondônia e Acre na região Norte; o Espírito Santo, na região Sudeste) e o Distrito Federal. Sua atuação parte da compreensão de que o Patrimônio Cultural é um dos maiores ativos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil”.

Por outro lado, o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) encontra-se amparado pelo artigo Art. 216-A da Constituição de 1988:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - Transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação;

I - órgãos gestores da cultura;

II - conselhos de política cultural;

III - conferências de cultura;

IV - comissões inter-gestores;

V - planos de cultura;

VI - sistemas de financiamento à cultura;

VII - sistemas de informações e indicadores culturais;

VIII - programas de formação na área da cultura; e

IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias (BRASIL, 1988, online).

Neste processo, o SNPC foi definido no Plano Nacional de Cultura a partir da 3ª Conferência Nacional de Cultura em 2013, onde consta como uma das metas prioritárias

Meta: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas.

Ter leis e políticas de patrimônio cultural aprovadas em todos os estados e em 3.339 cidades do Brasil (60%) (...)

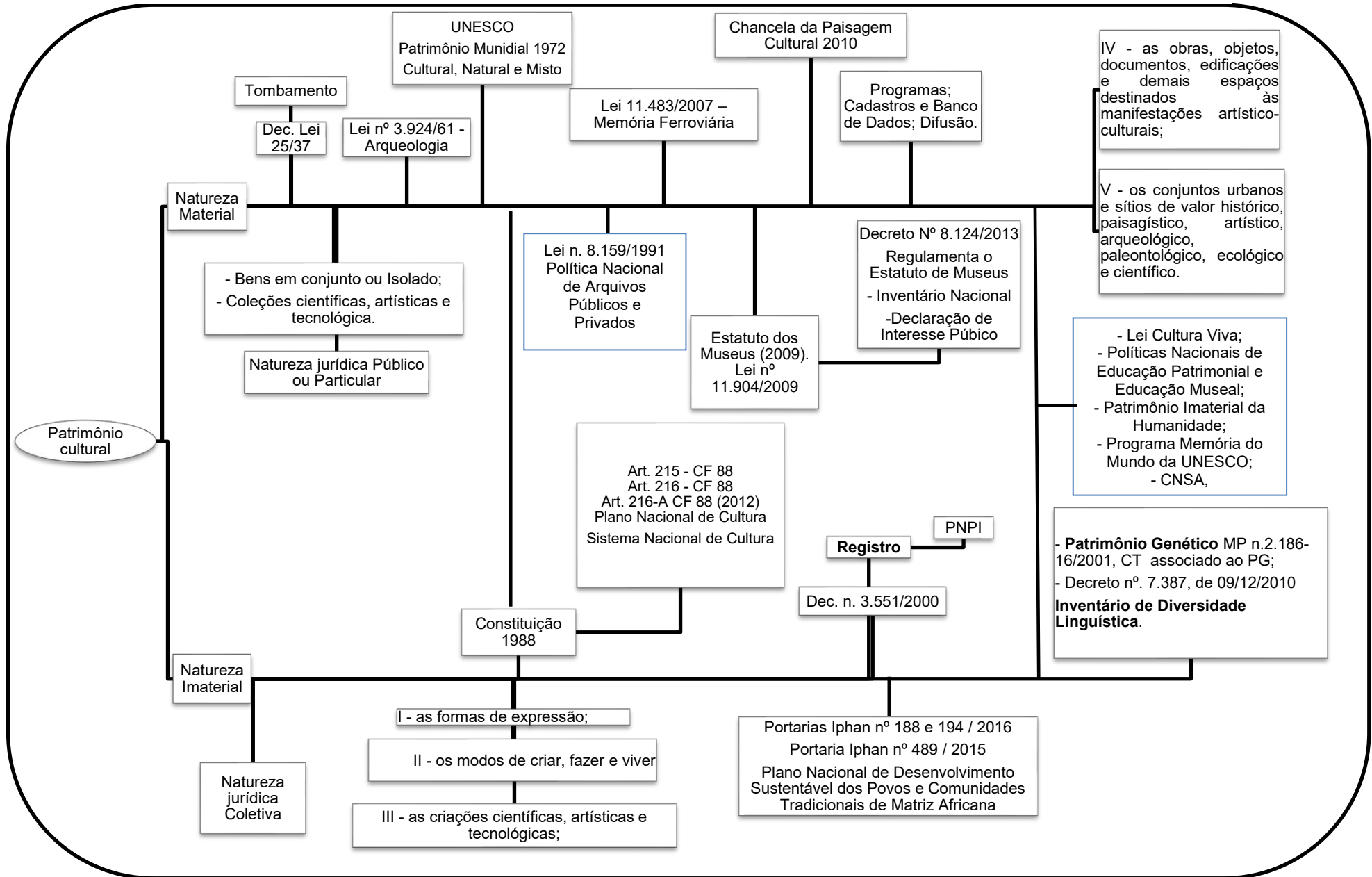
O Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), que integra o Sistema Nacional de Cultura (SNC), deve estabelecer uma nova forma de relação entre cidades, estados e o Governo Federal. O SNPC atuará para desenvolver uma política de preservação do patrimônio que regulamente princípios e regras para as ações de preservação, especialmente em dois aspectos: na coordenação das ações de preservação entre cidades, estados e Governo Federal; na criação de um sistema de financiamento que fortaleça as instituições, estruture o sistema e consolide as ações. Para que cidades e estados se integrem ao SNPC, é preciso que aprovem leis e desenvolvam política de patrimônio (MINC, 2013, p. 32).

Entretanto, de acordo com Cunha Filho (2018),

a execução das leis sobre a temática cultural é definida como competência comum de todos os entes da federação (23, III, IV e V), mas, nesse caso, inversamente, o município que se acredita gozar da plenitude executaria sobre a restrição de “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (30, IX). Para o desenvolvimento das tarefas administrativas, não há regra constitucional especificando o papel de cada ente da federação, o que faz crescer a importância do Sistema Nacional de Cultura, uma vez que ele deve ser organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa (CUNHA FILHO, 2018, p.131).

Neste sentido, as universidades também passaram a exercer um papel fundamental na formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas, bem como na salvaguarda e proteção do patrimônio cultural, incluindo na coleta, formação, comunicação e conservação das criações científicas, artísticas e tecnológicas. Para tanto, fez-se necessário organizar uma estrutura contendo o arcabouço jurídico temático que subsidia as decisões técnicas das práticas institucionais de preservação do patrimônio cultural, conforme figura 12.

Figura 12: Estrutura normativa federal ligadas a preservação do patrimônio cultural, arquivos e museus através do IPHAN, IBRAM, AN.



Até março de 2022, além dos dispositivos da Constituição de 1988, o país continha em nível nacional um conjunto de normas e legislações abrangentes, tais como:

- 1) Decreto-Lei n. 25 de 1937, com enfoque no patrimônio material através do tombamento;
- 2) Lei nº 3.924 de 1961, que institui a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro;
- 3) Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, promulgada no Brasil pelo Decreto n. 80.978, de 12 de dezembro de 1977;
- 4) Constituição Federal de 1988, com os dispositivos 215, 216 e 216-A;
- 5) Lei n. 8.159 de 1991, que institui a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados;
- 6) Portaria MINC nº 259, de 2 de setembro de 2004. Criar o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO., extinto pela Portaria n.º 11 do Ministério do Turismo, de 2 de fevereiro de 2022;
- 7); Decreto nº 3.551 / 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- 8) Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético;
- 9) Decreto nº 5.753 / 2006, promulga a Convenção Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003);
- 10) Decreto nº 6177 / 2007 — Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005;
- 11) Lei 11.483 de 2007, que atribuiu ao Iphan a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA);
- 12) Portaria nº 127 de 30/04/2009 / IPHAN, institui a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira;
- 13) Lei nº 11.904 / de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus;
- 14) Decreto Nº 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto de Museus e a Declaração de Interesse Público;
- 15) Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções;
- 16) Portaria Iphan nº 316 / 2019, estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Iphan;
- 17) Portaria IPHAN nº 188 / 2016, aprova ações para a preservação de bens culturais dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana;
- 18) Portaria Iphan nº 489 / 2015, institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;

- 19) Portaria IPHAN nº 194, de 18 de maio de 2016 – Dispõe sobre diretrizes e princípios para a preservação do patrimônio cultural de dois povos e comunidades tradicionais de origem africana, considerando os processos de identificação, reconhecimento, conservação, apoio e promoção;
- 20) Decreto nº 7.387 / 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
- 21) Portaria MINC nº 37 / 2012, constituiu o Grupo de Trabalho para levantamento de informações e elaboração de relatório, a respeito da organização nacional para a proteção dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e dos povos indígenas;
- 22) Lei nº 13.018 / 2014, instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, a partir da parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 23) Portaria nº 137 / 2016, estabeleceu diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio;
- 24) Portaria Nº 605, de 10 de agosto de 2021, instituiu a Política Nacional de Educação Museal.

1.8 – Os dilemas e perspectivas do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia

O patrimônio cultural da ciência e tecnologia tem sido debatido nos níveis nacional e internacional com mais frequência a partir dos anos 2000. O Museu de Astronomia e Ciências Afins, localizado no Rio de Janeiro, tem promovido debates importantes com enfoque na preservação de bens culturais de natureza científica, a criação de Centros e Museus de Ciência, bem como acerca das coleções científicas que se constituem em referências relevantes para a memória nacional.

Os estudos de Granato (2010, 2012, 2020) subsidiaram os levantamentos de informações de modo a permitir apresentar um quadro comparativo com a finalidade de apontar as possibilidades de ação na preservação do patrimônio científico de forma integrada aos museus a partir da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), atentando ao seu alcance institucional previsto nos planejamentos estratégicos e planos de desenvolvimento institucional.

Em 2012, Granato & Louvain publicaram analisaram as constituições dos estados brasileiros que previam a proteção do patrimônio cultural da ciência e tecnologia. E dentre os sete (07) que não indicavam mencionado especificamente, constava o estado de Mato Grosso, que teve o seu dispositivo legal no campo do patrimônio cultural declarado inconstitucional em 2007. Em 2021, foi aprovada a Lei nº 11.323, de 23 de março que prevê

a proteção do patrimônio científico nas suas dimensões materiais pelo art. 1º, § 1º incisos I e II e imaterial pelo § 2º inciso II.

Todavia, ao analisar essa trajetória e ações do IPHAN e do IBRAM, ainda permanece a pergunta: quem é responsável pela preservação do patrimônio da ciência e tecnologia?

Granato & Louvain (2012, p.323) acrescentam que embora o Ministério da Ciência e Tecnologia tenha manifestado interesse na preservação do patrimônio desta natureza, a preservação do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia seria de atribuição do Ministério da Cultura. Todavia, dentre as ações há raras iniciativas de proteção através de tombamentos. Enquanto que vem aumentando iniciativas de entidades e instituições nacionais na promoção de debates acerca da preservação do patrimônio da Ciência e Tecnologia.

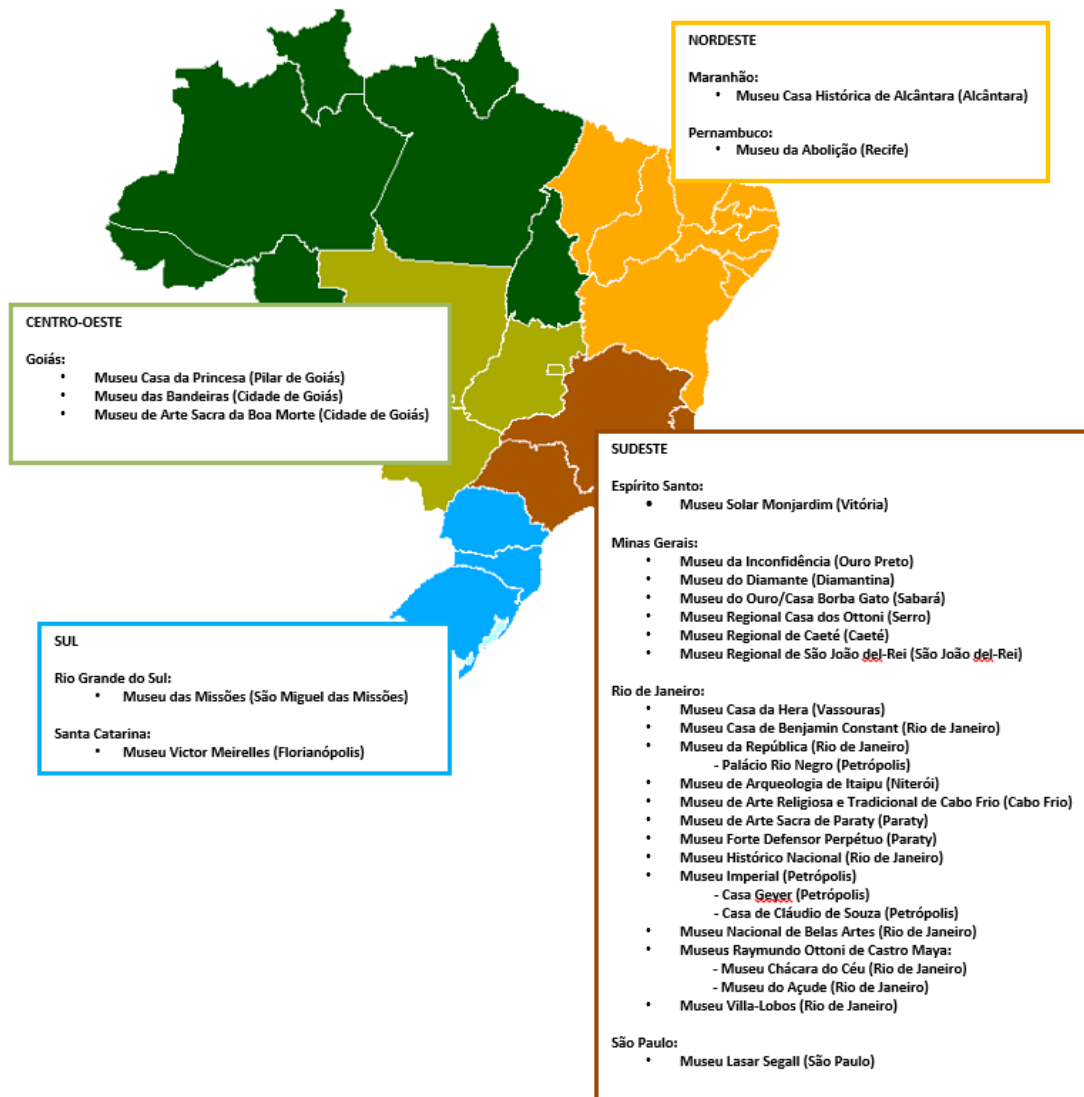
Mediante as indefinições e desafios na organização da política nacional com foco no patrimônio científico, um ponto importante nesse processo são as redes de museus e coleções científicas nacionais e internacional, como o UMAC/ICOM e a Rede de Museus Universitários. Estas tem produzido diretrizes relevantes para orientar a construção de políticas universitárias setoriais para os museus universitários no âmbito das universidades públicas, bem como provocado análises sobre os valores dos bens culturais da ciência e tecnologia, em grande medida sob custódia e responsabilidade das universidades públicas.

1.9 – Do IBRAM, a Política Nacional de Museus e o Estatuto dos Museus

De acordo com Nascimento Jr. (2020), o Estatuto dos Museus e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) surgiram da necessidade de construir um ordenamento jurídico e um órgão público capaz de traduzir os princípios e valores pactuados na Política Nacional de Museus, que foi implementada a partir de 2003, com o objetivo de garantir a inclusão dos museus no centro das políticas culturais do Ministério da Cultura (MinC).

Em 2009, a Política Nacional de Museus foi fortalecida com a promulgação da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus e a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que criou o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Durante esse processo, 28 museus classificados como nacionais e regionais (conforme figura 13) foram vinculados a esse órgão federal.

Figura 13: Museus vinculados ao IBRAM e suas localizações por Estado em 2009.



Fonte: IBRAM (2022).

Antes da regulamentação do Estatuto dos Museus, a proteção dos acervos presentes nos museus brasileiros era principalmente garantida pela natureza institucional dos órgãos, pelas legislações de patrimônio e arquivos. A valoração dos acervos era determinada pelas exposições, que geravam responsabilidades públicas através das exposições dos sentidos sobre e atribuídos ao patrimônio museológico. O IPHAN tombou acervos de poucos museus, principalmente aqueles cujos acervos foram considerados de valor nacional.

O Estatuto dos Museus ampliou a noção de Museu e a tornou mais inclusiva, com base em seus princípios. Essa ampliação teve um papel crucial nos processos de reconhecimento e institucionalização dos museus das diferentes esferas governamentais e privados, possibilitando assim a proteção do patrimônio museológico, conforme o art. 1º da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação,

contemplação e turismo, **conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural**, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os **processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território** visando ao **desenvolvimento cultural e socioeconômico** e à **participação das comunidades**.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural (BRASIL, 2009c, s.p.).

No contexto universitário, a política de museus pode ser aprimorada com base no conceito de processos museológicos, como veremos nos próximos capítulos. Tanto a Política Nacional de Museus quanto o conceito mencionado possibilitaram a proposição da organização da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat, que leva em consideração as particularidades das dinâmicas de organização dos museus no âmbito da universidade. Entre as indicações propostas estão a criação das Associações dos Amigos dos Museus e a categoria de museus associados. Além disso, a gestão dos museus requer a criação do Plano Museológico como um instrumento fundamental para o funcionamento das instituições.

Nesse sentido, pode-se concordar com a fala da Maria Célia T. M Santos, conforme indicação de Nascimento Jr. (2020)

Acho que ele, o estatuto, avança porque também não ficou restrito a um conceito de museu como instituição que está atuando somente em quatro paredes, num edifício, mas ele amplia esse conceito de museu quando ele trabalha e considera que os processos museológicos de pesquisa, preservação, conservação, com o patrimônio cultural pode acontecer também fora dos espaços fechados do museu e o estatuto contempla isso e eu acho que é um grande avanço nesse sentido (SANTOS, 2008 apud NASCIMENTO, 2020 p.177-178).

Neste processo de reorganização e estruturação do setor museológico, bem como na criação do Cadastro Nacional de Museus, a ampliação do conceito de Museu passou a englobar diversos modelos concebidos a partir de Unidades de Conservação, Museus Virtuais, Teatros, Centros Culturais, Territórios, Zoológicos, Jardins Botânicos e outros.

Essa proposta esteve alinhada com a Política Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que permitiu uma atualização de valores e princípios, com impacto direto na estrutura do Sistema Nacional de Museus (SNM) a partir de 2005.

Atualmente, tem um conjunto de leis, decretos e portarias federais e estaduais que regulamentam as ações de preservação de patrimônio cultural, incluído o museológico. Essas

legislações fornecem a base necessária para a implementação de medidas que visam garantir os direitos culturais previstos nos artigos 215, 216 e 216-A da Constituição de 1988. Além dessas leis, há também uma série de regulamentações complementares que estabelecem a base jurídica para a preservação dos bens culturais em nível nacional. Essas regulamentações reúnem decisões nacionais e adesões a declarações internacionais de órgãos, como a UNESCO. Juntas, estabelecem um quadro sólido e abrangente para a proteção do patrimônio cultural e museológico em nosso país.

Nos últimos vinte anos, desde a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) em 2003, as agendas políticas e institucionais sofreram transformações significativas durante e após os seus mandatos presidenciais (2003-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2015-2016).

De acordo com Santos (2004), nas décadas de 1980, embora tenha ocorrido um *boom* na criação de museus, a maioria deles estava concentrada nos estados das regiões Sul e Sudeste, evidenciando desigualdades territoriais, como no caso do município do Rio de Janeiro, que possuía a maioria dos museus criados nesse período.

No entanto, na década de 2010, o número de museus em todo o país aumentou significativamente, passando de 3.025 em 2011 (Figura 14) para 3.741 em 2019, chegando a 3.861 em todo território nacional, com 3.482 abertos em dezembro de 2021, conforme o Cadastro Nacional de Museus da Rede Nacional de Identificação de Museus do IBRAM.

Figura 14: Mapa com a distribuição dos museus por estado (2010).



Fonte: MINC /IBRAM, (2011a).

Conforme informações do Cadastro Nacional de Museus do IBRAM em dezembro de 2021, que reúne museus abertos, fechados e em fase de implantação, o cenário nacional apresenta um panorama diversificado, com evolução em diversos períodos.

Este mapeamento dos museus na década de 2010 foi relevante, pois possibilitou pensar temas como a economia da cultura e as contribuições para o desenvolvimento social, o planejamento de ações, conforme diz Nascimento Jr (2011, p.xi)

A discussão do tema da cultura como fator de desenvolvimento passa pela ampliação dos mecanismos de conhecimento das dinâmicas existentes nos diversos setores que compõem o campo cultural, entendendo suas complexidades e diversidades. É necessário compreender que trabalhamos com recursos – sejam eles simbólicos, históricos, sociais e econômicos – que compõem o universo dos fenômenos culturais, cada dia mais entrelaçados em um mundo globalizado.

A produção de indicadores para o campo do patrimônio cultural, em especial o patrimônio museológico, não pode se restringir somente à mensuração de público, visando ao aumento de rankings de visitação. A busca de elementos que permitam planejar melhor os impactos de todos os tipos de investimentos nessa área somente será possível a partir de conteúdos informacionais que permitam aos gestores decidir como e onde os recursos públicos devem induzir o desenvolvimento das nossas instituições e cidades.

Nesse sentido, estamos falando sobre um trabalho de coleta de informações que tem a intenção de melhorar a gestão das políticas públicas culturais, permitindo ao longo do tempo construir séries históricas que possibilitarão um olhar em perspectiva da evolução dessas políticas (NASCIMENTO JR., 2011, p. xi-xii).

Desde então, a construção da política nacional de museus e o sistema brasileiro de museus, com seus instrumentos (Estatuto dos Museus, o Instituto Brasileiro de Museus, Plano Nacional Setorial de Museus, Planos Museológicos etc.), buscou fortalecer tanto a política e as instituições de caráter nacional quanto as regionais e estaduais.

Segundo o Cadastro Nacional de Museus, em dezembro de 2021, o país tinha 3.861 museus, apenas 3.435 estavam em funcionamento e vinculados às esferas privada e pública, com 63% (2.447) pertencentes à esfera pública e 26% (1.011) à privada. Pode-se identificar que 11% dos museus brasileiros não informaram sua vinculação pública ou privada, podendo estar diversas entidades (associações, particular, entidades sindicais, sociedade mista, instituições religiosas e outros). Em relação ao setor censitário, existiam 3.602 museus em áreas urbanas e 258 em rurais. Embora os dados do IBRAM apresentem algumas inconsistências, foram importantes para a compreensão do cenário do setor museal brasileiro.

Durante o período de 2003 a 2010, aconteceu a ampliação da oferta de cursos e vagas em museologia, com a criação de onze (11) cursos em universidades públicas nas cinco (05) regiões do país (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste), bem como o acesso ao ensino superior em instituições públicas através da criação de novas universidades públicas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* com foco na preservação do patrimônio cultural, como a expansão dos cursos de graduação em museologia (Tabela 06) e mestrados em museologia (ISOLAN, 2017; AGUIAR, 2016; EMEC, 2022).

Tabela 6: Cursos de Graduação em Museologia em Instituições Públicas

Estado	Sigla	Instituição	Curso	Vagas Autorizadas	Data início funcionamento	Data Criação
RJ	UNIRIO	Federal	Museologia	100	01/01/1931	07/03/1932
BA	UFBA	Federal	Museologia	40	06/03/1970	06/03/1970
RS	UFPEL	Federal	Museologia	33	22/08/2006	21/08/2006
SE	UFS	Federal	Museologia	50	26/03/2007	10/11/2006
MG	UFOP	Federal	Museologia	40	18/08/2008	18/06/2007
RS	UFRGS	Federal	Museologia	30	01/03/2008	20/07/2007
BA	UFRB	Federal	Museologia	50	16/10/2006	18/10/2007
MG	UFMG	Federal	Museologia	40	02/08/2010	25/10/2007
PE	UFPE	Federal	Museologia	30	16/02/2009	22/04/2008
PA	UFPA	Federal	Museologia	30	02/08/2010	19/03/2009
GO	UFG	Federal	Museologia	50	22/02/2010	22/05/2009
SC	UFSC	Federal	Museologia	30	01/03/2010	30/09/2009
DF	UNB	Federal	Museologia	64	03/08/2009	15/10/2009
PR	UNESPAR	Estadual	Museologia	40	25/02/2019	19/11/2018

Fonte: E-MEC (2022).

No entanto, esses novos cursos de museologia foram limitados aos estados com maior quantidade de museus e patrimônio cultural, conforme análise do cenário nos tópicos anteriores referentes aos bens tombados e registrados por estados, o que significa que muitas regiões do interior do país ainda estão desprovidas desse tipo de formação acadêmica. Apesar disso, esses cursos foram criados em resposta às mudanças políticas que visavam realinhar o governo federal brasileiro em relação às políticas culturais, incluindo os registros e salvaguarda dos patrimônios imateriais, o fortalecimento dos museus com a criação do Instituto Brasileiro de Museus e o desenvolvimento de ações, programas e instrumentos de gestão que visavam tornar a política pública de cultura mais inclusiva, participativa, democrática e instrumento de transformação social nos diversos territórios do país (GIL & FERREIRA, 2013; NASCIMENTO, JR, 2020).

Enquanto musealizar, patrimonializar, proteger, conservar e difundir bens culturais em nível federal tem sido uma forma de manifestação do poder político, cultural, intelectual, geopolítico e econômico, a ausência das ações de preservação também pode ser vista como uma forma de expressão desses mesmos poderes em diferentes escalas de alcance. Nesse sentido, as universidades estaduais desempenham um papel importante na medida em que contribuem paradoxalmente na reprodução e combate ao colonialismo interno, desvelando as omissões das políticas públicas de memória, as ausências das instituições federais e as dificuldades na promoção da cultura mais plural, inclusiva e democrática nacionalmente.

1.9.1 – Museus universitários no Brasil

A noção de que os museus universitários são aqueles vinculados às universidades é constantemente problematizada. Conforme Bruno (2009), essa definição encontra-se em constante processo de debate e aprimoramento. Os debates têm levado a ampliação desta

noção, onde atualmente se reconhece as dinâmicas e particularidades institucionais, contendo múltiplas organizações através de parcerias, cooperações e integrações de instituições públicas de diferentes esferas governamentais, coletivos culturais, organizações da sociedade civil e não governamentais.

Dos 3.435 museus brasileiros em funcionamento no Brasil até dezembro de 2019, 415 se autodenominavam de museus universitários, conforme demonstra abaixo o Quadro 05, elaborado com base no estudo de Granato; Abalada; Sudano (2021).

Quadro 5: Museus Universitários distribuídos por região, instalados em universidades públicas federais, estaduais e municipais, particulares e comunitárias (comum.).

N.	Estados	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares	Comum.	Total	Região
NORTE – N								
1	Acre	1	0	0	0	0	1	Norte
2	Amazonas	1	1	0	0	0	2	Norte
3	Amapá	1	0	0	0	0	1	Norte
4	Pará	8	3	0	2	0	13	Norte
5	Roraima	2	0	0	0	0	2	Norte
6	Rondônia	0	0	0	0	0	0	Norte
7	Tocantins	0	1	0	0	0	1	Norte
Total de Museus		13	5	0	2	0	20	N
NORDESTE – NE								
8	Alagoas	2	3	0	0	0	5	Nordeste
9	Bahia	15	4	0	0	0	19	Nordeste
10	Ceará	6	5	0	1	0	12	Nordeste
11	Maranhão	3	3	0	0	0	6	Nordeste
12	Paraíba	7	3	0	0	0	10	Nordeste
13	Pernambuco	14	0	0	1	0	15	Nordeste
14	Piauí	1	1	0	0	0	2	Nordeste
15	Rio Grande do Norte	5	1	0	0	0	6	Nordeste
16	Sergipe	4	0	0	3	0	7	Nordeste
Total de Museus		57	20	0	5	0	82	NE
CENTRO-OESTE – CO								
17	Distrito Federal	4	0	0	1	0	5	Centro-Oeste
18	Goiás	8	2	0	3	0	13	Centro-Oeste
19	Mato Grosso do Sul	6	4	0	1	0	11	Centro-Oeste
20	Mato Grosso	3	4	0	0	0	7	Centro-Oeste
Total de Museus		21	10	0	5	0	36	CO
SUDESTE – SE								
21	Espírito Santo	5	0	0	0	0	5	Sudeste
22	Minas Gerais	59	4	0	2	0	65	Sudeste
23	Rio de Janeiro	16	7	0	4	0	27	Sudeste
24	São Paulo	5	49	1	13	0	68	Sudeste
Total de Museus		85	60	1	19	0	165	SE
SUL – S								
25	Paraná	4	18	0	6	0	28	Sul
26	Rio Grande do Sul	42	1	0	14	7	64	Sul
27	Santa Catarina	6	3	1	0	10	20	Sul
Total de Museus		52	22	1	20	0	112	S
Total Geral		228	117	1	51	17	415	

Granato; Abalada; Sudano (2021) rerepresentaram um aumento de 415 para 444 museus universitários, presentes em 201 universidades cadastradas no Ministério da Educação. Esse levantamento vai de encontro com os dados apresentados pela Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU), criada em 2017, que considerava em março de 2022, a existência de 562 museus universitários e núcleos museológicos universitários, incluindo coleções, de maneira integrada, com “437 pessoas (profissionais de museus, docentes, alunos e pesquisadores), 145 publicações referenciadas e 35 cursos e eventos já realizados, listados, envolvendo coleções”.³⁹

A partir destas definições, os museus universitários passaram a constituir a partir de instituições e núcleos universitários formados por meio de processos museológicos, espaços e unidades institucionais criados (e/ou mantidos) por (ou em conjunto com as) universidades, podendo ser de caráter privado, comunitário ou público (federal, estadual e/ou municipal), aos quais visam preservar a diversidade de referências culturais científicas ou não por meio de pesquisa, ensino e extensão, com atenção especial a comunicação, exposição, conservação, proteção e difusão dos acervos relacionados à diferentes temas relevantes para a sociedade. Esses podem ser via projetos, museus tradicionais, centros culturais, galerias de arte, jardins botânicos, planetários, coleções científicas visitáveis, entre outros (BRUNO, 2009; FONSECA, 2001; RANGEL, 2012; GRANATO, 2012; IBRAM, 2009).

Desta forma, esses levantamentos possibilitaram analisar as distribuições dos museus universitários por instituições de ensino superior públicas federais, estaduais e municipais, bem como privadas sem fins lucrativos, divididas entre particulares ou comunitárias. Destaca-se ainda que, por meio desses museus e núcleos museológicos, têm sido preservadas diversas e importantes coleções científicas, incluindo as biológicas.

1.9.2 – Coleções Científicas Biológicas nas universidades

As coleções científicas biológicas são ativos importantes para a constituição de acervos e exposições de centenas de museus brasileiros, incluindo os museus universitários. Por isso, o mapeamento em nível nacional das coleções científicas demonstrou-se relevante para a construção e consolidação desses museus ou de outros associados às universidades.

Entende-se que

As coleções científicas documentam a existência das espécies no espaço e no tempo, preservando este conhecimento para o benefício da sociedade. Os exemplares conservados em museus e seus dados associados são utilizados em estudos sobre as inter-relações de plantas e animais com o seu meio e sobre inúmeros outros aspectos da biologia e ecologia das espécies. Esses exemplares servem para validar as pesquisas biológicas, assegurando que essas possam ser repetidas e comparadas com pesquisas futuras. Além

³⁹ REDE BRASILEIRA DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (RBCMU). **Sobre a Rede**. Março de 2022. Disponível em: <http://rbcmu.com.br/sobre-a-rede/> Acessado em: 10 de março de 2022.

disso, os exemplares-tipo e de referência das coleções científicas são essenciais para a identificação precisa de cada espécie. Os acervos científicos são, portanto, bibliotecas da vida, imprescindíveis para a expansão do conhecimento por meio da pesquisa e da educação (SIGBIO-RS, [s/d]).⁴⁰

Desde a década de 1960, um conjunto de leis e regulamentações garantem a proteção das coleções biológicas brasileiras, inclusive no âmbito das universidades. Dentre elas, conforme Novaes (2018) e FIOCRUZ (s/d, online), pode-se destacar a:

- i) Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967): estabeleceu normas de proteção à fauna e proíbe a caça, perseguição, destruição e apanha de animais silvestres;
- ii) Lei de Proteção à Flora (Lei nº 4.771/1965): estabeleceu normas de proteção à flora e proíbe a exploração de espécies vegetais ameaçadas de extinção;
- iii) Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente e instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que tem como objetivo proteger e melhorar a qualidade ambiental e garantir o uso racional dos recursos naturais;
- iv) Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998): definiu as condutas criminosas que afetam o meio ambiente e estabelece as sanções penais e administrativas aplicáveis aos infratores;
- v) Resolução Conama nº 237/1997: estabeleceu procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades que utilizam recursos naturais, entre elas as atividades de pesquisa científica;
- vi) Lei nº 9.610/1998 - Lei de Direitos Autorais: estabeleceu as regras para a utilização de obras intelectuais, incluindo textos, imagens e fotografias, protegidas por direitos autorais, como parte do acervo das coleções biológicas;
- vii) Lei nº 11.105/2005 - Lei de Biossegurança: estabeleceu normas de segurança e proteção à saúde humana, animal e ao meio ambiente para as atividades que envolvem organismos geneticamente modificados e suas derivadas, incluindo a criação, a manipulação, o transporte e a comercialização de material biológico;
- viii) Instrução Normativa nº 146/2007/IBAMA: estabeleceu critérios para manejo de fauna e inventários faunísticos e determina que todo levantamento de fauna deverá conter informação referente ao destino pretendido para o material biológico a ser coletado, com anuência da instituição onde o material será depositado;
- ix) Norma ABNT NBR 15474/2008: estabeleceu as diretrizes para a organização e o funcionamento de coleções biológicas;
- x) Portaria Interministerial nº 1.405/2010: instituiu o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado;
- xi) Guia da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2012): versão brasileira do documento Diretrizes de Boas Práticas para Centros de Recursos Biológicos;
- xii) Instrução Normativa MMA nº 3/2014: estabeleceu normas para o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, incluindo a utilização de amostras biológicas em pesquisas científicas;
- xiii) Portaria MMA nº 444/2014: estabeleceu normas para o registro e o cadastro de coleções biológicas em instituições científicas;
- xiv) Lei nº 13.123/2015 - Lei da Biodiversidade: regulou o acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado, além da repartição de benefícios decorrentes da exploração comercial desses recursos;

⁴⁰ Coleções científicas. **Portal SIGBio-RS** - Sistema de Monitoramento da Biodiversidade do RS, online, [s./d]. Disponível em: <https://zee.rs.gov.br/SigBio/colecoes.html>

- xv) Decreto nº 8.772/2016 - Regulamentou a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.
- xvi) Resolução CONAMA nº 474/2016 - Estabeleceu critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de coleções biológicas e de laboratórios de análises ambientais;
- xvii) Instrução Normativa MMA nº 6/2018 - Estabelece as normas para a gestão de coleções biológicas, incluindo a coleta, a identificação, a conservação, a utilização, o intercâmbio e a transferência de material biológico;
- xviii) Portaria nº 6.223 / 2018, que instituiu o Catálogo de Coleções Biológicas do SIBBr;
- xix) Norma Nit-Dicla 061 / 2018: estabeleceu requisitos sobre a acreditação dos laboratórios de ensaio e dos produtores de materiais de referência dos Centros de Recursos Biológicos.

No que se refere a gestão e proteção das coleções biológicas nas universidades brasileiras, para que essas sejam formadas faz-se necessário o cumprimento de normas éticas, a obtenção de autorizações para coleta de material biológico, visando a preservação da biodiversidade e a valorização do conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos.

Em 2007, foi criado o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) com o propósito de regulamentar a gestão das coleções científicas nas universidades e outras instituições. A Instrução Normativa n. 169, estabeleceu as seguintes categorias e tipologias de coleções: i) coleção biológica científica, ii) coleção biológica didática, iii) coleção biológica, iv) coleção biológica particular, v) coleção de segurança nacional e vi) coleção de serviço (IBAMA, IN n. 160, de 27/04/2007, art. 3º).

Atualmente tem redes e sistemas nacionais e internacionais especializados na catalogação e espacialização *online* de coleções biológicas, seguindo tipologias definidas no SISBIO. Dentre estas encontram-se o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SIBBR,⁴¹ a rede *speciesLink*,⁴² a *World Federation for Culture Collections*⁴³ (WFCC), a *Global Genome Biodiversity Network*⁴⁴ (GGBN), a *Global Biodiversity Information Facility*⁴⁵ (GBIF), a *New York Botanical Garden STEERE HERBARIUM*⁴⁶, e a *Consortium of Scientific Partners on Biodiversity*⁴⁷.

⁴¹ Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira é uma plataforma online que integra dados sobre a biodiversidade e os ecossistemas, provenientes de fontes diversas do Brasil e do exterior. Disponível em: <https://sibbr.gov.br/>

⁴² O projeto *speciesLink* tem por objetivo integrar a informação primária sobre biodiversidade que está disponível em museus, herbários e coleções microbiológicas, tornando-a disponível, de forma livre e aberta na Internet. Paralelamente estão sendo desenvolvidas ferramentas para análise e produção de sínteses do conhecimento. *speciesLink*. Disponível em: <https://specieslink.net/>

⁴³ O WFCC é uma Comissão Multidisciplinar da União Internacional de Ciências Biológicas (IUBS) e uma Federação dentro da União Internacional de Sociedades Microbiológicas (IUMS). *World Federation for Culture Collections*. Disponível em: <http://www.wfcc.info/>

⁴⁴ *Global Genome Biodiversity Network* (GGBN). Disponível em: https://www.ggbn.org/ggbn_portal/

⁴⁵ *Global Biodiversity Information Facility* (GBIF). Disponível em: <https://www.gbif.org/>

⁴⁶ *New York Botanical Garden STEERE HERBARIUM*. Disponível em: <https://www.nybg.org/>

⁴⁷ *Consortium of Scientific Partners on Biodiversity*. Disponível em: <https://www.cbd.int/cooperation/csp/>

Neste estudo, o projeto *speciesLink* e o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira foram fundamentais viabilizaram o desenvolvimento do levantamento dos dados e suas análises. O *speciesLink* é um sistema de informação que integra em tempo real dados dos acervos de coleções biológicas nacionais e internacionais, tornando as informações acessíveis e disponíveis ao público. Para fazer parte da rede *speciesLink*, as coleções devem atender os critérios técnicos específicos e as instituições devem assinar um Protocolo de Intenções, formalizando o acordo de cooperação técnica entre as partes (SPECIESLINK, 2021, online [s/n.]).

Durante o século XIX, vários herbários foram criados no Brasil com a finalidade de registrar e catalogar a flora do país. Alguns dos principais herbários criados nesse período foram: 1) Herbário do Museu Nacional, RJ (1831); 2) Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro/ RJ (1892); 3) Herbário da Escola de Farmácia de Ouro Preto - OUPR (1891); 4) Herbário da Bahia (1893); 5) Herbário do Museu Paraense E. Goeldi - MG (1895); 6) Herbário D. Bento Pickel/ SPSF (1896); e 7) Herbário da Escola de Minas/ EM (1900) (SIBBR, 2021). Desde então, a quantidade de amostras em acervos herbários cresceu exponencialmente, alcançando abrangência nacional e incluindo coleções biológicas que documentam a biodiversidade das diversas regiões e povos do país. Esse acervo tornou-se de relevância histórica, documentando a variedade da flora e avanço do conhecimento científico adquirido ao longo dos anos. De acordo com o SBBR (2021), entre 2008 e 2021, os herbários citados guardavam e protegiam cerca de 7 milhões de amostras.

Ao levantar as coleções biológicas, até 2021 pode-se identificar na rede *speciesLink* uma ampla variedade, que inclui animais, plantas, fungos herborizados, micro-organismos, banco de células e fósseis. A *speciesLink* era composta por 494 coleções em todo o mundo, com 545 conjuntos de dados distribuídos nos continentes sul-americano, norte-americano e europeu, sendo que a grande maioria, ou seja, 446 coleções, estão localizadas no território brasileiro. Essas coleções representam um importante patrimônio cultural, histórico, museológico, ambiental e da ciência e tecnologia em nível mundial, e estão alojadas em laboratórios, herbários, casas de memória e museus em todo o país (SPECIESLINK, 2022, online [s/n.]).⁴⁸

De acordo com a rede *speciesLink* (2022), os 545 conjuntos de dados registrados contêm aproximadamente 15.658.372 registros, que incluem espécies ameaçadas (138.112), com nomes aceitos (9.560.986), de espécimes distintas (213.573) e *typus* (476.987). A distribuição por grupos taxonômicos é a seguinte: Botânica (11.300.428), Zoologia (3.994.607), Abrangente (327.190), Microbiologia (28.692), Paleontologia (7.452). Esses

⁴⁸ Sistema de Informação Distribuído para Coleções Biológicas: a Integração do Species Analyst e do SinBiota (FAPESP)", **speciesLink. Dashboard.** processo FAPESP 2001/02175-5. Disponível em <https://specieslink.net/dashboard> Acesso em: 12/02/2022

A rede speciesLink (2022) possui um total de 193 instituições com naturezas jurídicas diversas, sendo responsáveis pela proteção, conservação, pesquisa e difusão das coleções científicas cadastradas em sua base de dados. Dentre essas instituições estão empresas privadas (01), empresas públicas (11), instituições do exterior (36), institutos estaduais (18), institutos federais (07), institutos federais de educação, ciência e tecnologia (03), institutos municipais (03), ONG/OS (05), secretaria estadual (01), universidades estaduais (32), universidades federais (58), universidade municipal (01), e universidade particular (17) (SPECIESLINK, 2022, online [s/n.]).

Dentre essas instituições, constam os museus universitários. No estado de Mato Grosso, o número de museus universitários não sofreu alteração entre 2019 e 2021, tendo apenas quatro (04) museus vinculados à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e três (03) à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (IBRAM, 2021). Esses museus possuem diferentes focos, podendo ser voltados para o patrimônio científico, paisagístico, arquitetônico, natural, bibliográfico, histórico, arqueológico e/ou biológico, com coleções constituídas por diversos bens materiais e imateriais. Há também museus voltados para a guarda de acervos decorrentes de endossos a pesquisas das áreas de arqueologia, paleontológicas, espeleológicas e geológicas, que visa subsidiar os licenciamentos ambientais, conforme estabelecido na Portaria n. 196, de 18 de maio de 2016.

Esses museus fazem parte de redes e sistemas de museus universitários federais e estaduais presentes em todas as regiões do país, que têm como objetivo promover a pesquisa, a preservação e a divulgação do patrimônio cultural e científico brasileiro. Essas redes e sistemas são reguladas por diferentes órgãos e normativas.

1.9.3 – Redes e Sistema de Museus Universitários Federais e Estaduais no Brasil

Nos últimos anos, tem sido cada vez mais comum a criação e fortalecimento de redes e sistemas de museus universitários em todo o Brasil. Esse movimento tem como objetivo fortalecer, organizar e integrar as instituições de ensino superior e seus museus universitários, permitindo uma melhor gestão e preservação dos patrimônios culturais que elas abrigam. Até 2022, dentre os exemplos dessas iniciativas nas universidades federais constavam:

- 1) Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criada em 2000;
- 2) Rede de Museus e Acervos Museológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (REMAM/UFRGS), criada em 2011 (Portaria n. 6493 de 07 de dezembro) e regulamentada em 2017 (Resolução Museu Pró-Reitoria de Extensão Museu da UFRGS, 14 de dezembro);
- 3) Rede de Museus da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), criada em 2017;

- 4) Rede de Museus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), criada em 2018;
- 5) Rede de Extensão Universitária de Museus da Universidade Federal da Paraíba (REUMUS/UFPB), criada em 2019;
- 6) Rede de Museus e Acervos da Universidade Federal de Ouro Preto, criada em 2020;
- 7) Sistema de Museus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), criado em 2017;⁴⁹
- 8) Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 2018;⁵⁰
- 9) Sistema Universitário de Museus e Memoriais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculado a Reitoria criado em 2019.

No âmbito das universidades estaduais, também aconteceram avanços notáveis a partir de três iniciativas:

1. Rede de Museus (REMUS) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), idealizada em 2012, com efetivação das articulações entre 2019 e 2021;⁵¹
2. Rede USP de profissionais de museus e acervos, criada em 2018 (USP, 2018);
3. Rede Estadual de Museus Universitários do Paraná, lançada em 2021 com a finalidade de articular os museus de todas as universidades estaduais.⁵²

⁴⁹ “Instância que congrega os museus da Universidade, vinculada a Diretoria de Cultura, tendo em vista os princípios e diretrizes explicitados pelo Sistema Brasileiro de Museus e o Sistema Estadual de Museus de Minas Gerais” (UFU, 2021).

⁵⁰ “O SIMAP, Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ, é um órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura, instituído em junho de 2018. O Sistema visa a promover e coordenar a implantação de políticas, planos, programas e ações voltados para a recuperação, preservação, desenvolvimento, promoção e enriquecimento dos acervos, museus/espacos de ciências e o patrimônio histórico da UFRJ, incluindo as edificações tombadas e as produções materiais e imateriais fruto das ações de ensino, pesquisa e extensão de docentes e discentes desta universidade. Entre suas prioridades estão a criação de condições para que museus, espaços de ciência e edificações históricas da UFRJ sejam mais bem conhecidas e mais visitadas pelo público em geral e, em particular pelo público jovem e infantil de nossas escolas públicas. É também compromisso do SIMAP atuar continuamente na busca de condições adequadas para o tratamento dos acervos científicos e artísticos, de modo a garantir sua preservação, a continuidade das pesquisas e a fruição pelo público” (UFRJ, 2018, p.2; UFRJ, 2019)

⁵¹ “Idealizada em 2012, a Rede de Museus da UEFS - REMUS é formada pelo Museu Antares de Ciência e Tecnologia; Museu Casa do Sertão; Museu Regional de Arte e Museu de Zoologia. Surgiu da aspiração de gestores e servidores dos museus em formar uma articulação de projetos, propostas e ações interligadas das unidades museais, espaços de cultura, arte, ciência, tecnologia, documentação e memória da UEFS, visando o cumprimento da preservação, conservação e acesso público aos seus acervos. Neste contexto, o propósito da REMUS é potencializar a relação da UEFS com a sociedade, consolidando os campos de atuação: educação patrimonial; identidades culturais; espaço formativo; popularização da ciência e tecnologia e turismo cultural. Tem como perspectivas: ampliar e consolidar a visitação dos públicos dos museus da UEFS; assegurar as condições de salvaguarda dos acervos; respaldar princípios para as políticas de proteção, aquisição e alienação de acervos; viabilizar plano de marketing dos museus; potencializar a captação de recursos e patrocínios” (UEFS, 2021, online).

⁵² Paraná lança rede de museus universitários, iniciativa inédita no Estado. **Revista Museu (Online)**, publicado em 25 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/o-escriba/12384-25-09-2021-parana-lanca-rede-de-museus-universitarios-iniciativa-inedita-no-estado.html> Acesso em: 04 mar. 2022

Desde 2017, o número de iniciativas nesse sentido tem aumentado significativamente, demonstrando uma tendência de organização e luta pela valorização e investimento nesse campo a partir da criação, fortalecimento e institucionalização de redes e sistemas de museus universitários e patrimônio da ciência e tecnologia, reunidos em torno de objetivos comuns, como a promoção da pesquisa, ensino, extensão e cultura. No entanto, de acordo com Almeida (2001a), as funções dos museus estiveram historicamente divididas das atividades das universidades. A primeira lidava com a preservação de objetos enquanto a última lidava com o ensino superior.

Desde o início da década 2000, a formação dos museus universitários tem passado por transformações substanciais, que ultrapassou a fase de doações de coleções particulares às universidades e avançou para a compra e transferência de museus formados para a responsabilidade da universidade, a formação de coleções a partir das pesquisas e extensão realizadas nesses processos. No entanto, segundo Almeida (2001), a salvaguarda das coleções no âmbito das universidades ainda apresenta algumas problemáticas, tais como:

- Ausência ou limitação de espaço físico adequado para abrigar as coleções;
- Ausência de pessoal qualificado para garantir a salvaguarda das coleções;
- Características/perfil das coleções que dificultam a pesquisa, ensino e/ou extensão a partir das mesmas (ALMEIDA, 2001a, p. 15).

A partir da compreensão das problemáticas apontadas por Almeida (2001a) para a preservação dos acervos dos museus universitários, torna-se relevante considerar a realidade dos museus e dos bens culturais patrimonializados localizados em Mato Grosso. Nesse contexto, é possível destacar a importância dessas instituições na preservação do patrimônio cultural da região, que abrange a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além dos vestígios históricos de períodos como a colonização e a expansão da fronteira agrícola. Compreender o contexto e localização dos museus e dos bens culturais patrimonializados em Mato Grosso pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias para garantir a preservação e a difusão desses patrimônios culturais através das universidades públicas.

1.10 – Mato Grosso: a preservação do patrimônio cultural e os museus

A preservação do patrimônio cultural no estado de Mato Grosso tem sido uma preocupação desde a década de 1950, quando a Igreja de Sant'Anna, no município de Chapada dos Guimarães foi tombada pelo valor histórico que remonta o processo de colonização empreendida pelos jesuítas no século XVIII. Embora o estado não tenha uma tradição de museus tão antiga quanto outros estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Bahia e Ceará), a criação de museus públicos intensificou após a fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá,

instituída através da Lei n.º 5.647, de 10 de dezembro de 1970, tendo a sua origem a “partir da fusão do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá que ministrava os Cursos de Pedagogia, Matemática, Economia e da Faculdade Federal de Direito de Cuiabá” (UFMT, 2022, p.25). A partir dessa que se criou o Museu Rondon em 1972⁵³ e o Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP), em 1974.⁵⁴

O primeiro museu registrado no estado e que funcionou até 2011, o Museu de Pedras Ramis Bucair, foi criado em 1959 por Ramis Bucair, um agrimensor, espeleólogo e pesquisador residente em Cuiabá. Ainda assim, como em outros estados brasileiros, a preservação do patrimônio cultural em Mato Grosso apresenta desafios, conforme vamos observar a seguir.

1.10.1 – O IPHAN em Mato Grosso e suas ações

A criação da representação do IPHAN em Mato Grosso é uma história singular que merece um estudo somente para isso, contudo, é importante situar que a sua efetiva implementação aconteceu a partir da construção e consolidação de rede de profissionais defensores do patrimônio junto a UFMT durante as décadas de 1970 e 1980.⁵⁵ Até 2009, a gestão e vinculação da representação estavam sob responsabilidade da Superintendência Regional (SR) sediada em Goiás (GO), a qual também respondia por outros estados, tais como Distrito Federal, Goiás, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.⁵⁶

1.10.1.1 – Bens materiais tombados

Em Mato Grosso, conforme **Tabela 07**, há oito (08) bens tombados, sete (07) em instrução de tombamento, um (01) com tombamento provisório e um (01) bem com tombamento rerratificado. A partir dos dados apresentados, podemos analisar que o estado de Mato Grosso possui um número limitado de bens e conjuntos tombados pelo IPHAN.

A maioria são edificações e acervos religiosos tombados individualmente pelo IPHAN, como a Igreja da Sé de Santana em Chapada dos Guimarães, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Cuiabá e as Ruínas da Igreja da Matriz e do Palácio dos Capitães Gerais de

⁵³ Histórico do Museu. **Portal do Museu de Etnologia e Arqueologia da UFMT**. Online, s/d [s/n.]. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/musear/pagina/apresentacao/6135>

⁵⁴ Sobre o MACP – UFMT. **Portal de Arte e de Cultura Popular**. UFMT, Online, s/d [s/n.]. Disponível em: <https://ufmt.br/unidade/macp/pagina/institucional/8421>

⁵⁵ Um dos interlocutores do IPHAN em Cuiabá, e que ajudou a instalar a unidade descentralizada foi o prof. Carlos Alberto Rosa, vinculado ao curso de História.

⁵⁶ 14ª SR – Distrito Federal, Goiás, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A 14ª Coordenação Regional, atual 14ª Superintendência Regional, originou-se em 1960 com o núcleo do SPHAN em Brasília. Embora não oficial, representou o órgão no Centro Oeste até 1977, quando foi oficializada como 7ª Diretoria Regional e posteriormente (1979) como 8ª Diretoria Regional. Em 1990 transformou-se na 14ª Coordenação Regional (IPHAN, 1998). Disponível em: <https://web.archive.org/web/19990222081047/http://www3.iphan.gov.br/iphan/crs.htm>

Vila Bela da Santíssima Trindade. Há também um (01) conjunto urbano e um (01) bem móvel e integrado (Retábulos da Catedral de N.S. Bom Jesus) tombamento provisório em Cuiabá, um (01) monumento individualmente e um (01) conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico em Cáceres. Há também bens culturais em instrução em outras cidades, como o Complexo Arqueológico Histórico do Arraial de São Francisco Xavier em Vila Bela da Santíssima Trindade, o Centro Histórico de Diamantino, e vários bens em Nova Xavantina (IPHAN, 2022a).

Tabela 7: Lista de cidades com bens tombados, instruídos, tombamentos provisórios e rerratificados pelo IPHAN (1957-2022).

	Cidade	Tipo	Nome do Bem Cultural	Ano	Situação
1	Chapada dos Guimarães	Edificação e Acervo	Igreja da Sé de Santana	1957	Tombado
2	Cuiabá	Bem móvel ou integrado	Retábulos da Catedral de N.S. Bom Jesus	1957	Tombado Provisoriamente
3	Cuiabá	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com todo o seu recheio	1957	Tombado
4	Vila Bela da Santíssima Trindade	Ruína	Ruínas da Igreja da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade, situadas na quadra delimitada pela Rua Municipal ou dos Mercadores, pela Travessa do Palácio, pela Rua Dr. Mário Correa ou do Fogo e pela Travessa n. 4, ou de Trás do Palácio, e Ruínas do Palácio dos Capitães Gerais	1973	Tombado
5	Cáceres	Bem móvel ou integrado	Marco do Jauru, na Praça Barão do Rio Branco	1977	Tombado
6	Cuiabá	Conjunto Urbano	Cuiabá, MT: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	1985	Tombado
7	Vários	Patrimônio Natural	Lugares indígenas sagrados denominados Kamukuaká e Sagihengu - Alto Xingu, estado do Mato Grosso.	2006	Rerratific.
8	Cáceres	Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres - Mato Grosso	2007	Tombado
9	Vila Bela da Santíssima Trindade	Sítio arqueológico	Complexo Arqueológico Histórico do Arraial de São Francisco Xavier	2012	Instrução
10	Diamantino	Conjunto Urbano	Centro Histórico de Diamantino	2016	Instrução
11	Nova Xavantina	Edificação	Igreja Nossa Senhora de Auxiliadora	2022	Instrução
12	Nova Xavantina	Edificação	Fachada da Casa do Senhor Venâncio	2022	Instrução
13	Nova Xavantina	Edificação	Casa dos Irmãos Villas Boas	2022	Instrução
14	Nova Xavantina	Infraestrutura ou equipamento urbano	Teatro Municipal Heitor Villa Lobos	2022	Instrução
15	Nova Xavantina	Edificação	Casa do Coronel Vanique	2022	Instrução

Fonte: IPHAN (2022a).

É possível notar que a maioria dos bens tombados são relacionados à história religiosa, arquitetônica e de ocupação da região a partir do período de expansão da colonização no século XVIII, o que reflete na importância dada a esses bens e valores culturais pela população e pelas autoridades responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

A preservação do patrimônio cultural de natureza material, como as ruínas, edificações e lugares sagrados, também é fundamental para a ampliação da política nacional de memória voltada para a valorização da diversidade cultural e tradições dos diferentes povos. Nesse sentido, é importante destacar que não são apenas os bens tombados que possuem valor cultural, mas também os sítios arqueológicos registrados.

1.10.1.2 – Os sítios arqueológicos cadastrados em Mato Grosso

Conforme o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, que tem como base de atuação a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, até junho de 2022 o país tinha 31.679 sítios arqueológicos registrados. Em Mato Grosso, encontram-se 1.632 sítios arqueológicos, identificados em 73 municípios (figura 16), sendo um deles conhecido nacionalmente: Sítio Arqueológico de Pedra Preta – Paranaíta, que evidencia a riqueza e a diversidade cultural desse estado (IPHAN, 2022a).

1.10.1.3 – Os bens imateriais registrados em Mato Grosso

Além disso, conforme apresentado, o IPHAN também tem atuado na preservação do patrimônio cultural imaterial do país. O Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000 criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e regulamentou os registros dos bens imateriais por meio da missão institucional do IPHAN. Até agosto de 2021, 49 bens imateriais tinham sido registrados em diferentes estados brasileiros e Distrito Federal. De acordo com o IPHAN (2022b), oito (08) bens imateriais brasileiros integram a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade no Brasil.

Em Mato Grosso, conforme tabela 08, encontram-se 07 bens imateriais reconhecidos nacionalmente como patrimônio cultural brasileiro, sendo: um (01) de caráter local inscrito no Livro de Registro dos Saberes; três (03) regionais, com dois (02) inscritos no Livro de Saberes e um (01) no Forma de Expressão. Em nível nacional, manifestam três (03) bens registrados, sendo dois (02) no Livro de Registro de Saberes e um (01) no livro de Formas de Expressão.

Tabela 8: Lista de bens registrados em Mato Grosso

	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência
01	Modo de fazer a Viola-de-Cocho	Saberes	14/01/2005	MT e MS	regional
02	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional
03	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional
04	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional
05	Ritual Yaokwã do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	05/11/2010	MT	local
06	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá	Saberes	25/01/2012	TO, PA, GO, MT	regional
07	Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	25/01/2012	TO, PA, GO, MT	regional

Fonte: IPHAN. Lista de bens registrados até 22 de novembro de 2021.

1.10.1.4 – Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em Mato Grosso

Dentre os bens culturais de natureza imaterial patrimonializados pelo IPHAN de 2000 a 2022, há sete (07) bens chancelados na categoria de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade no Brasil.

Em Mato Grosso, constam apenas o Ritual Yaokwã, do Povo Indígena Enawenê Nawê, que se encontra como o único bem cultural imaterial em risco e inserido pela Unesco na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda (IPHAN, 2021a).

1.10.1.5 – Patrimônio Mundial em Mato Grosso

Em nível nacional, existia quatorze (14) de bens de caráter cultural, sete (07) natural e um (01) misto chancelados como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Em Mato Grosso, há apenas um (01) dentre os reconhecidos na categoria de patrimônio natural, que abrange também o estado de Mato Grosso do Sul, sendo: Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS) (IPHAN, 2022).

1.10.1.6 – Programa Memória do Mundo e acervo documental em Mato Grosso

O Programa Memória do Mundo da Unesco foi institucionalizado no Brasil através da Portaria n. 259, de 02 de setembro de 2005, pelo Ministério da Cultura. Entre 2007 e 2018, o Arquivo Nacional integrou 111 bens no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo – MOW da UNESCO. Em Mato Grosso, apenas uma coleção arquivística encontra-se

nesse Registro Nacional, sendo o Acervos de quatro fortificações da Capitania de Mato Grosso, datado de 1768 – 1822. Essa documentação foi produzida nas fortificações criadas na fronteira oeste da Capitania do Mato Grosso e está sob guarda da Superintendência do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

A preservação de referências culturais pelo IPHAN ou outras instituições federais ou mundiais em Mato Grosso é realizada por meio dos diversos instrumentos apresentados e tem contado com parcerias entre as instituições públicas. As universidades têm um papel essencial e contribuem de diversas maneiras, tais como: endossar e salvaguardar de acervos arqueológicos; formação de recursos humanos; produção de pesquisas históricas, arqueológicas, ambientais, etnográficas; salvaguarda do patrimônio imaterial; elaboração dossiês para novos reconhecimentos e chancelas mundiais; solicitações de tombamentos, registros, inventários; e, conservação de acervos científicos e museológicos.

1.10.2 – A preservação do patrimônio pela esfera de governo estadual

O governo estadual de Mato Grosso criou a Fundação Cultural de Mato Grosso junto com a sua de legislação de preservação do patrimônio através da Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, seguindo os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971), bem como do Plano Nacional de Cultura (1976). Em sua legislação, o entendimento de patrimônio foi definido no Art. 1º e seus parágrafos, os quais estabelecem:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico estadual o conjunto dos bens móveis e imóveis, existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Mato Grosso ou do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens, a que se refere o presente artístico, só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico estadual, depois de inscritos, separada ou agrupadamente, num dos Livros do Tombo de que trata o art 4º.

§ 2º - Equiparam-se aos bens, a que se refere este artigo, e são também sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (MATO GROSSO, 1976, p. 1-2).

Seguindo o Decreto-Lei 25/37, a Lei estadual estabeleceu a criação de 04 livros tombos, conforme as especificações detalhadas:

Artigo 4º - A Fundação Cultural de Mato Grosso possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o artigo 1º desta lei, a saber:

1º) no **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**, as coisas pertencentes às categorias de e arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado artigo 1º:

2º) no **Livro do Tombo Histórico**, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no **Livro do Tombo das Belas-Artes**, as coisas de arte erudita, estadual, nacional ou estrangeira;

4º) no **Livro do Tombo das Artes Aplicadas**, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes (MATO GROSSO, 1976, p. 1-2).

Essa legislação vigorou até 31 de março de 2009, durante a qual foi possível patrimonializar um conjunto de 63 bens culturais. Desses, 36 estavam localizados na capital Cuiabá, enquanto os demais estão distribuídos em 17 dos 141 municípios do Estado.

A legislação de 1976 não abrangia de forma específica o patrimônio cultural da ciência e tecnologia. No entanto, para ficar em conformidade com a Constituição Estadual de 1989, essa questão foi resolvida após a substituição pela Lei nº 9.107, promulgada em 31 de março de 2009, que estabeleceu da seguinte forma:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, natural, paisagístico e cultural do Estado de Mato Grosso os bens móveis, imóveis, particulares ou públicos, material e imaterial existentes em seu território, os quais, pelo seu excepcional valor histórico, estético ou cultural, requeiram a intervenção do Poder Público para o seu tombamento, registro, conservação e preservação.

§ 1º São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para os fins desta lei:

I - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

II - as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e rurais, os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, antropológico, ecológico, natural, científico e inerente a relevantes narrativas de nossa história cultural;

III - os monumentos;

IV - as bibliotecas;

V - os arquivos;

VI - as jazidas

VII - as cachoeiras, os rios e nascentes.

§ 2º São considerados bens imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mato-grossense, para fins desta lei:

I - as formas de expressão;

II - os modos de fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as tradições e expressões orais;

V - as expressões artísticas;

VI - as práticas sociais, rituais e atos festivos;

VII - o conhecimento e práticas relacionados à natureza;

VIII - as técnicas artesanais tradicionais;

IX - os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais associados às práticas, representações, expressões, conhecimentos, vivências culturais coletivas do trabalho, da religiosidade, do lazer e da vida social e técnicas referentes às manifestações da cultura imaterial;

X - os ambientes, árvores, grutas e outros elementos da natureza que se revistam de significado cultural para as comunidades;

XI - a cultura indígena tomada isoladamente ou em conjunto.

§ 3º O Estado de Mato Grosso, respeitada a legislação atinente ao assunto, exercerá a proteção e a vigilância, por meio da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, sob formas de tombamento ou registro de bem imaterial. (MATO GROSSO, 1976, p. 1-2).

Contudo, o art. 251 da Constituição Estadual de Mato Grosso, que amparava a Lei nº 3.774 de 1976 e a Lei nº 9.107 de 31 de março de 2009, foi declarado inconstitucional pela ADIN 3525-8 de 30/08/07. Conforme a redação original, constava:

Art. 251 Constituem patrimônio cultural do Estado de Mato Grosso os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações artísticas, **culturais, científicas e tecnológicas**;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, espeleológico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

VI - os sítios dos quilombos. (MATO GROSSO, 1989 [s/n]).

Nesta nova lei constava a proteção do patrimônio cultural da ciência e tecnologia, porém, as instituições que garantiram a preservação do patrimônio dessa natureza foram apenas as universidades. Não há nenhum bem tombado ou inventariado no âmbito do setor de preservação do governo estadual.

Essas legislações pautaram a atuação do setor público de cultura de Mato Grosso, que, ainda assim, atuaram no tombamento de bens culturais. Conforme levantamento, foram patrimonializados 38 bens culturais, sendo mais 07 na capital Cuiabá, e os demais divididos por 19 dos 141 municípios do Estado entre os anos de 2009 e 2014 (MATO GROSSO, 2021).

A partir de 2014, a gestão estadual do governador Pedro Taques passou a reestruturar as diretrizes das políticas culturais. A partir desse período foi instalado a gestão compartilhada dos museus através de organizações sociais. Além disso, após 2016, passou a debater e aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 10/2017, denominada PEC do Teto dos Gastos públicos,⁵⁷ visando ser atendido pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Da mesma forma, a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) sofreu uma dura perda em junho de 2020 após decisão do Supremo Tribunal Federal pela Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.275 – Mato Grosso acerca do cumprimento do direito constitucional e orçamentário, especificamente acerca art. 246º da Constituição do Estado de Mato Grosso, que definia a destinação do percentual mínimo de 2,0% da Receita Líquida a partir de 2013 (STF, 2020).

Contrários a esse cenário, estudantes, professores, estudantes, entidades de classe e organizações não-governamentais se organizaram com a finalidade de ampliar os debates e ações nas áreas do patrimônio cultural e museus. Dentre estes, pode-se destacar a Rede de

⁵⁷ COELHO, Aline. PEC do Teto é aprovada em primeira votação na Assembleia. Responsabilidade Fiscal. **Site do Governo de Mato Grosso**, publicada quarta-feira, 25 de outubro de 2017, às 9h19min. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/8368917-pec-do-teto-e-aprovada-em-primeira-votacao-na-assembleia> Acesso em 10 nov. 2021

Museus e Patrimônio Cultural criada em 2009 (SILVA, 2020) e a seção mato-grossense do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural, criada e instalada em agosto de 2020.

Diversas ações e atos políticos foram desenvolvidos, seja por meio da criação de eventos e encontros, seja através da atuação técnica na elaboração de cartas, documentos, manifestos e parcerias com órgãos governamentais.

Em 23 de março de 2021, o estado de Mato Grosso homologou a Lei Nº 11.323, que passou a regulamentar a preservação do patrimônio cultural pela esfera estadual, definindo como:

Art. 1º Constituem o **patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico**, natural, paisagístico e cultural do Estado de Mato Grosso os **bens móveis, imóveis, particulares ou públicos, materiais e imateriais** existentes em seu território, os quais, pelo seu excepcional valor histórico, estético ou cultural, requeiram a intervenção do Poder Público para o seu tombamento, registro, conservação e preservação.

§ 1º São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para os fins desta Lei:

- I - as obras, **os objetos**, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- II - as **idades, os edifícios**, os **conjuntos urbanos e rurais, os sítios de valor** histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, antropológico, ecológico, natural, **científico** e inerente a relevantes narrativas de nossa história cultural;
- III - os monumentos;
- IV - **as bibliotecas**;
- V - **os arquivos**;
- VI - **as jazidas**;
- VII - as cachoeiras, os rios e nascentes.

§ 2º São considerados bens imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mato-grossense, para fins desta Lei:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de fazer e viver;
- III - **as criações científicas, artísticas e tecnológicas**;
- IV - as tradições e expressões orais;
- V - as expressões artísticas;
- VI - as práticas sociais, rituais e atos festivos;
- VII - o conhecimento e práticas relacionados à natureza;
- VIII - as técnicas artesanais tradicionais;
- IX - **os instrumentos, objetos, artefatos** e lugares culturais **associados** às práticas, representações, expressões, **conhecimentos, vivências culturais coletivas do trabalho**, da religiosidade, do lazer e da vida social e **técnicas** referentes às manifestações da cultura imaterial;
- X - os ambientes, árvores, grutas e outros elementos da natureza que se revistam de significado cultural para as comunidades;
- XI - a cultura indígena tomada isoladamente ou em conjunto.

§ 3º O Estado de Mato Grosso, respeitada a legislação atinente ao assunto, exercerá a proteção e a vigilância, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - SECEL, sob as formas de tombamento ou registro de bem imaterial (MATO GROSSO, 2021, art. 1º).

Apesar dessas legislações em patrimônio, o governo estadual não implementou os dispositivos que trataram do “Conselho Estadual de Patrimônio Histórico Cultural”, criado inicialmente pela Lei nº 5.650, de 17 de julho de 1990, visando “promover a integração dos

Órgãos e Entidades ligadas ao Patrimônio Histórico Cultural do Estado”. Para tanto, conforme definido, deveria trabalhar “em conjunto e estreita colaboração com os Órgãos e Entidades Estaduais a ele ligado e com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN”. A composição ficou definida no seu Art. 3º, por

(01) um representante dos seguintes Órgãos e Entidades: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal, Assembleia Legislativa, Associação Matogrossense dos Municípios, União dos Vereadores de Mato Grosso, (03) três representantes da Comunidade, e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (MATO GROSSO, 1990, art. 3º).

Com a aprovação da Lei Estadual nº 9.107 de 31 de março de 2009, a reorganização do conselho estadual foi revisada pela Lei Estadual nº 9.288, de 22 de dezembro de 2009, que modificou o 3º artigo e definiu a composição como:

(01) um representante dos seguintes Órgãos e Entidades: Secretaria de Estado de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Associação Matogrossense dos Municípios, União dos Vereadores de Mato Grosso, (03) três representantes da Comunidade, e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (MATO GROSSO, 1990, art. 3º).

Mesmo diante dessa composição, o Conselho nunca foi implementado. Por outro lado, a definição de patrimônio ainda se pautava pela noção que separava o valor histórico e artístico do cultural. O conceito de cultura não foi concebido na sua noção antropológica. Contudo, ainda contemplou ampla abrangência de forma a possibilitar a promoção da preservação de bens culturais dos diferentes campos do saber, inclusive o científico, através da proteção (tombamento, inventário, registro e declaração), vigilância, conservação, promoção. Em termos de tombamentos e registros, desde 1976 o governo estadual reconheceu 105 bens materiais e 05 bens imateriais, conforme tabela abaixo, distribuídos em 33 municípios e 02 distritos mato-grossenses (Tabela 09).

Tabela 9: Tipologias e números de bens tombados pela esfera estadual de Mato Grosso

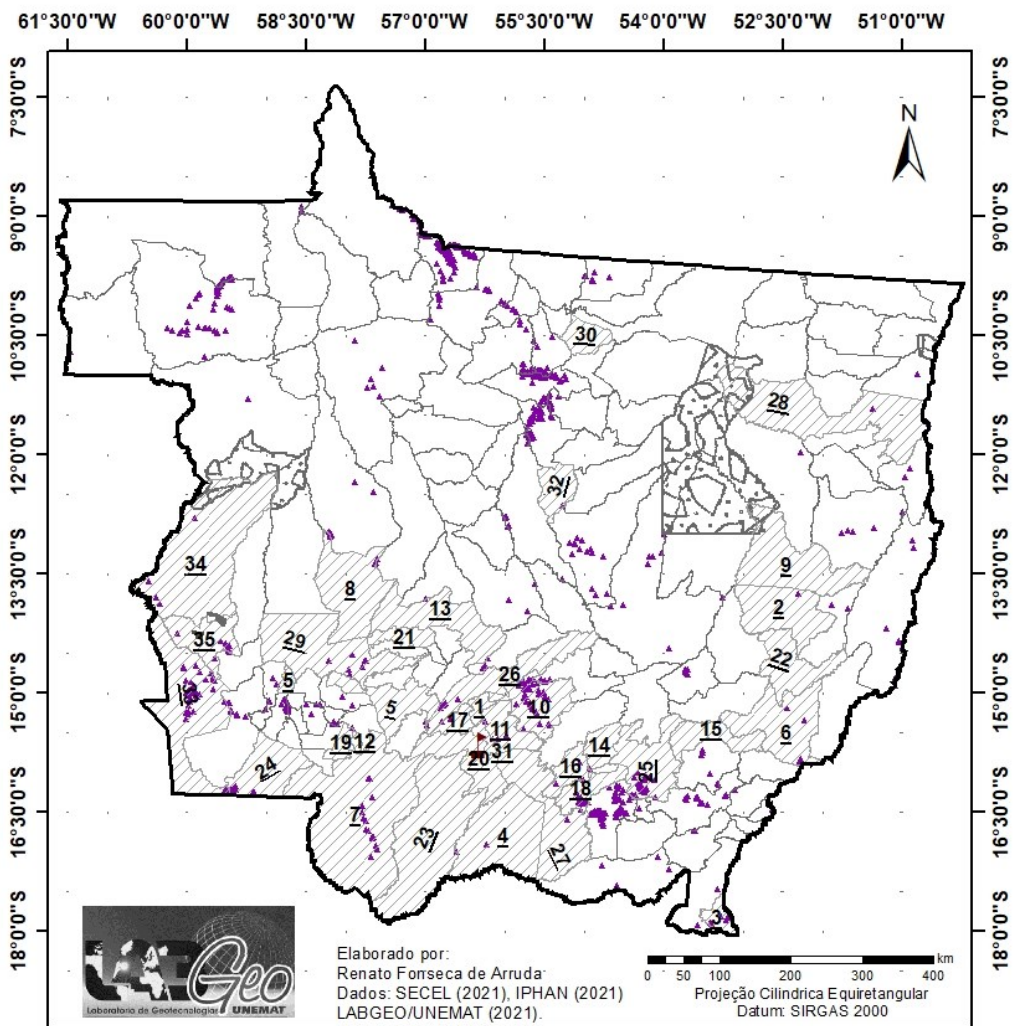
Tipologias de bens culturais	QUANT.
Igrejas / templos	15
Casarões	51
Monumentos	6
Pontes	2
Sítios arqueológicos e naturais	13
Conjuntos Arquitetônicos / centros históricos	14
Artefatos/ instrumentos/ máquinas	2
Painéis artísticos	2
Bens imateriais	5
Total	109

Fonte: SECEL (2021).

A representação cartográfica abaixo (figura 15) permite visualizar a distribuição territorial dos oito (08) bens tombados, (07) registrados e sete (07) em instrução pelo IPHAN,

incluindo 1.632 sítios arqueológicos e as referências culturais com manifestação nos territórios indígenas (TI). Além dos bens acautelados em nível federal, pode-se também observar a distribuição de 105 bens tombados e cinco (05) registrados pela esfera de governo estadual. Todos esses bens tombados e/ou registrados estão localizados diretamente em 35 municípios, somando-se a outros dez (10) que compõem os territórios indígenas dos 141 municípios mato-grossenses (SECEL, 2021; IPHAN, 2021).

Figura 15: Distribuição espacial dos bens tombados, registrados, inventariados e sítios arqueológicos cadastrados nos municípios mato-grossenses.

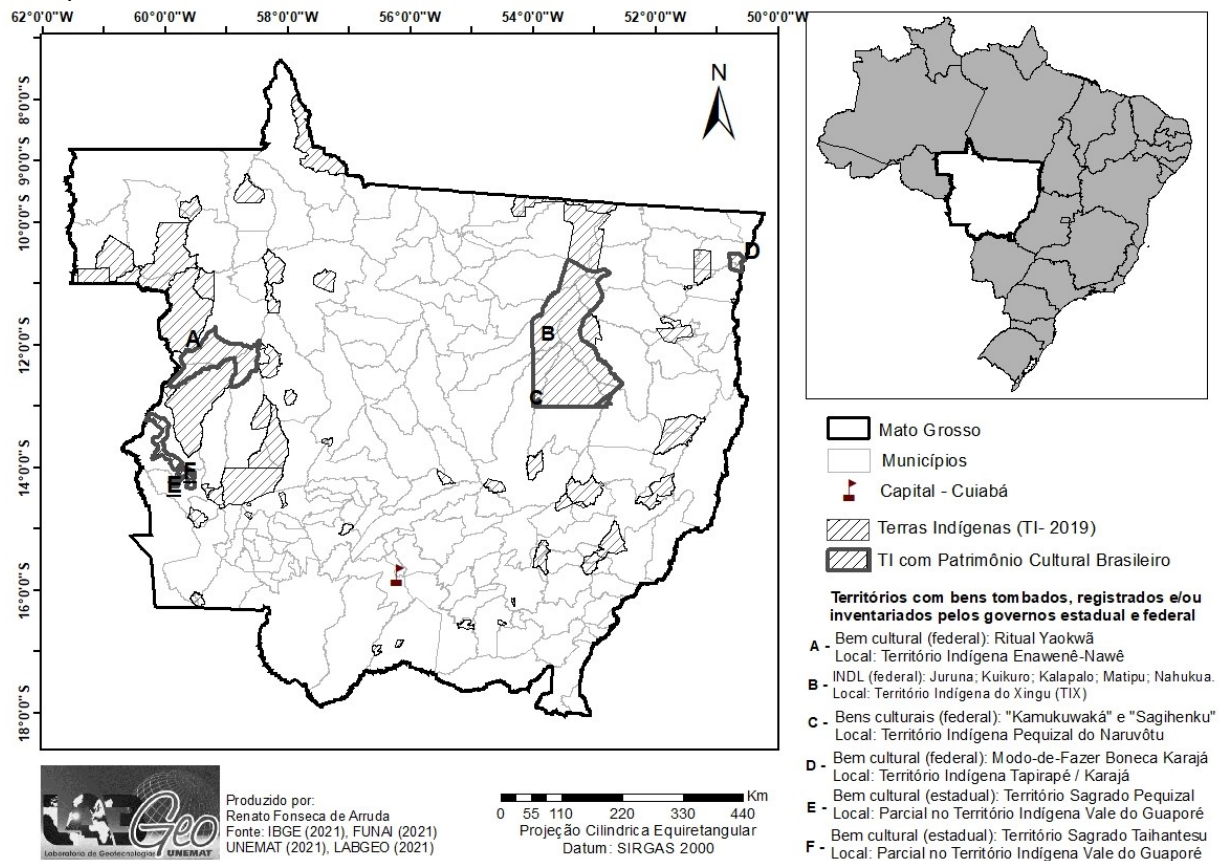


- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Capital Cuiabá Mato Grosso Municípios Sítios Arqueológicos no CNSA/SGPA (2021) Território Indígena com bens patrimonializados em nível federal e/ou estadual Municípios com bens materiais e/ou imateriais patrimonializados nos níveis estadual e/ou federal | <ul style="list-style-type: none"> 1 Acorizal 2 Água Boa 3 Alto Taquari 4 Barão de Melgaço 5 Barra do Bugres 6 Barra do Garças 7 Cáceres 8 Campo Novo do Parecis 9 Canarana 10 Chapada dos Guimarães 11 Cuiabá 12 Curvelândia 13 Diamantino 14 Dom Aquino 15 General Carneiro 16 Jaciara 17 Jangada 18 Juscimeira 19 Mirassol d'Oeste 20 Nossa Senhora do Livramento 21 Nova Marilândia 22 Nova Xavantina 23 Poconé 24 Porto Esperidião 25 Poxoréu 26 Rosário Oeste 27 Santo Antônio do Leverger 28 São Félix do Araguaia 29 Tangará da Serra 30 Terra Nova do Norte 31 Várzea Grande 32 Vera 33 Vila Bela da Santíssima Trindade 34 Comodoro 35 Nova Lacerda |
|--|---|

Dentre os bens patrimonializados em terras indígenas estão: o Ritual Yaokwã, do Povo Enawene Nawê, em Juína; a Kamukuaká, localizada no Parque Nacional do Xingu (PIX). Os 1.632 sítios arqueológicos encontram-se mais amplamente capilarizados, com presença em 73 municípios, incluindo aqueles com bens tombados e registrados em ambas as esferas de governo (SECEL, 2021; IPHAN, 2021).

O IPHAN e a Superintendência Estadual de Patrimônio Histórico e Museológico de Mato Grosso reconheceram seis (06) bens culturais que se constituem como referências de povos indígenas, sendo: 1) Ritual Yaokwã; 2) Língua Juruna; 3) Lugares Sagrados “Kamukuaká” e “Sagihenku”; 4) Modo-de-fazer as Bonecas Karajá; 5) Lugares Sagrados Pequizal e Taihãntesu (figura 16).

Figura 16: Territórios indígenas no estado de Mato Grosso, com localização dos bens patrimonializados e inventariados.



Apesar das proteções destes patrimônios culturais indicados, que demarcam a responsabilidade do estado de Mato Grosso e do Governo Federal nos processos de preservação das referências culturais que compõem a diversidade dos 141 municípios, até 2015 apenas 15 municípios possuíam legislações de preservação do patrimônio, destes apenas um (01) contemplou o patrimônio material e imaterial, demonstrando dificuldades do estado e seus entes federados em coordenar a construção e fomentar a institucionalização

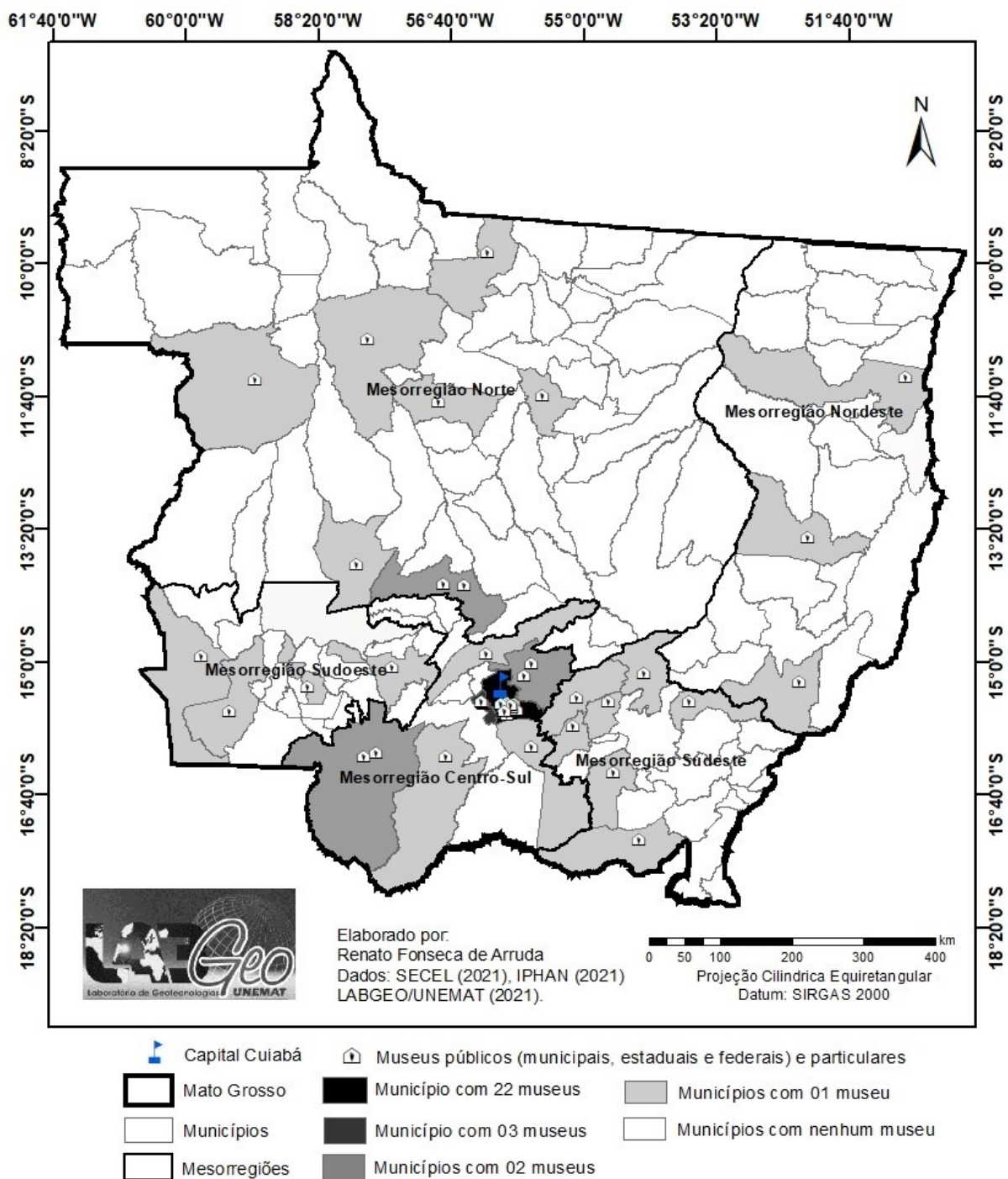
da gestão e preservação do patrimônio cultural nos municípios mato-grossenses (IBGE, 2015).

A partir de 2007, o Estado de Mato Grosso buscou institucionalizar políticas públicas de preservação do patrimônio e de museus por meio da construção e implementação de instrumentos importantes. Dentre eles, destaca-se o Sistema Estadual de Museus, criado por meio do Decreto nº 959, de 5 de dezembro de 2007, e o Sistema Estadual de Cultura, instituído pela Lei nº 10.362, de 27 de janeiro de 2016, juntamente com o Fundo Estadual de Cultura e o Plano Estadual de Cultura, criados pela Lei nº 10.363, também de 27 de janeiro de 2016. Contudo, não implementou o “Conselho Estadual de Patrimônio Histórico Cultural”, criado desde 1990 e revisado a composição da estrutura representativa em 2009.

Cumpra salientar que, até o ano 2000, o estado de Mato Grosso contava com apenas 11 museus públicos e um privado. A criação desses instrumentos, portanto, representaram um importante avanço na gestão e promoção da cultura, do patrimônio cultural e dos museus em Mato Grosso, uma vez que poderiam proporcionar estruturas e mecanismos para a organização, o fomento e o financiamento de ações através de diversas instituições públicas e privadas. Contudo, a partir de 2016, os eventos políticos, sociais e econômicos nacionais pautados pelos debates da macroeconomia e responsabilidade fiscal também impactaram direta e indiretamente na organização das políticas de museu e patrimônio cultural no Estado de Mato Grosso.

Desde os anos 2000, houve um aumento significativo no número de museus em todo o país, totalizando 3.482 instituições até novembro de 2021 (IBRAM, 2021). Em Mato Grosso, esse crescimento foi expressivo, pois saiu de onze (11) para 56 museus. Dentre esses museus, 22 estão concentrados na capital, Cuiabá, três (03) em Várzea Grande e dois (02) em Cáceres, definida administrativamente como Mesorregião Centro-Sul, que reúne um total de 34 museus. Além desta mesorregião, estado de Mato Grosso é dividido por mais quatro (04), sendo: a Mesorregião Norte, com oito (08) museus; a Mesorregião Nordeste com três (03); Mesorregião Sudeste, com sete (07); Mesorregião Sudoeste, com quatro (04), conforme a Figura 17. Contudo, Mato Grosso ainda figura dentre os estados brasileiros com menor quantidade de museus estaduais e municipais e bens tombados em nível federal, conforme apresentado no ANEXO 01.

Figura 17: Distribuição espacial dos 56 museus por mesorregiões e municípios com zero (00) a 22 museus entre os 141 municípios de Mato Grosso.



Dentre as tipologias de museus, em Mato Grosso há museus tradicionais, comunitários, virtuais, estações ecológicas com área de preservação permanente, centros de documentação, laboratórios com coleções científicas e museus universitários. Todos regidos por legislações de níveis federais, estaduais e municipais, bem como pelas normas do patrimônio natural, espeleológico, documental, bibliográfico, arqueológico, arquitetônico,

histórico, arquitetônico, urbanístico, mineral, marítimo, fluvial, científico e relacionadas aos bens de natureza imaterial.

Com um acervo arqueológico que conta com 1.346 sítios registrados em Mato Grosso, de acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológico em fevereiro de 2022 (Figura 18), o estado também possui oito (08) instituições de guarda e pesquisa listadas no banco de dados do IPHAN (2021b), que são responsáveis pela salvaguarda de parte dos acervos coletados a partir das pesquisas arqueológicas. Estes acervos são oriundos das ações geradas por meio da liberação de licenças ambientais para empreendimentos comerciais através dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

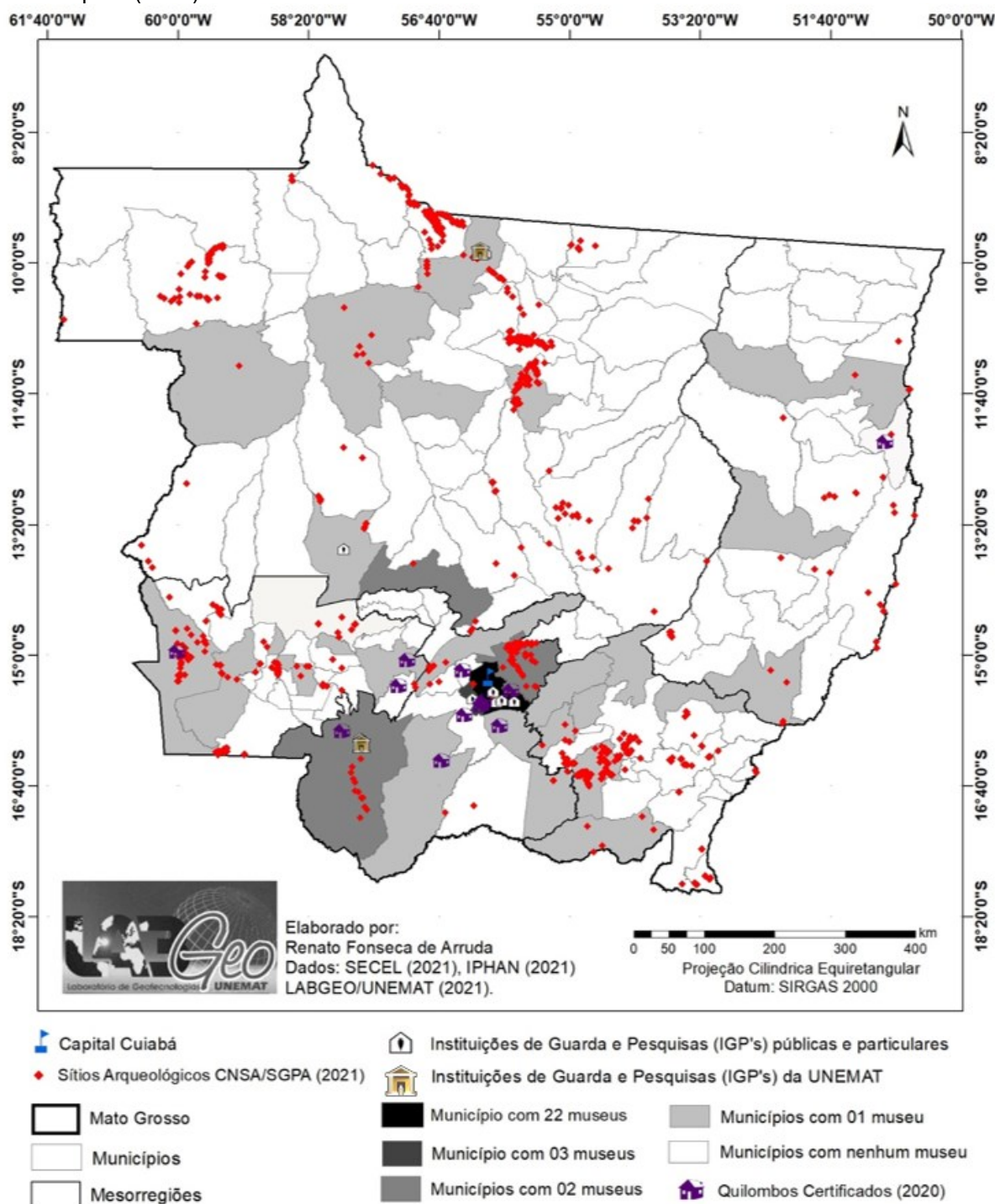
Diante desse cenário, é possível compreender melhor as possibilidades de atuação dos museus universitários, visando ir além de pesquisas de seus acervos, para também se ocupar de temas relacionados aos interesses das comunidades do seu entorno.

A UNEMAT é responsável por quatro (04) dos sete (07) museus universitários cadastrados no estado de Mato Grosso, conforme Granato; Abalada; Sudano (2021). Dentre esses quatro (04) museus da UNEMAT, dois (02) encontram-se cadastradas como Instituição de Guarda e Pesquisa, representando 28,57% das oito (08) instituições existentes e cadastradas como aptas com processos em avaliação ou fiscalização. Essas instituições têm contribuído na salvaguarda, proteção e conservação de um percentual importante do patrimônio cultural brasileiro, inclusive os que foram resgatados através das pesquisas arqueológicas (Figura 18).

Das instituições de guarda e endosso, uma (01) está cadastrada como apta, sendo a vinculada a UFMT; seis (06) enquanto aptas, com condicionamento para atender a Portaria 196/2016; e uma (01) que foi descadastrada pelo IPHAN, estando as mesmas distribuídas entre quatro (04) dos 141 municípios, especialmente Alta Floresta, Cáceres e Várzea Grande, cada um com uma (01) instituição e Cuiabá com quatro (04) (IPHAN, 2017a) (Figura 18).

Somando-se a esse cenário territorial e cultural, há 78 comunidades remanescentes de quilombos certificados (Figura 18) localizadas em mais de 10 municípios (PALMARES, 2021) e 43 povos de 16 etnias (FUNAI, 2021; FEDPCB-MT, 2021) em Mato Grosso que podem demandar ações de preservação do patrimônio cultural, inclusive através da musealização.

Figura 18: Localização dos sítios arqueológicos, quilombos, museus e Instituições de Guarda e Pesquisa (2021).

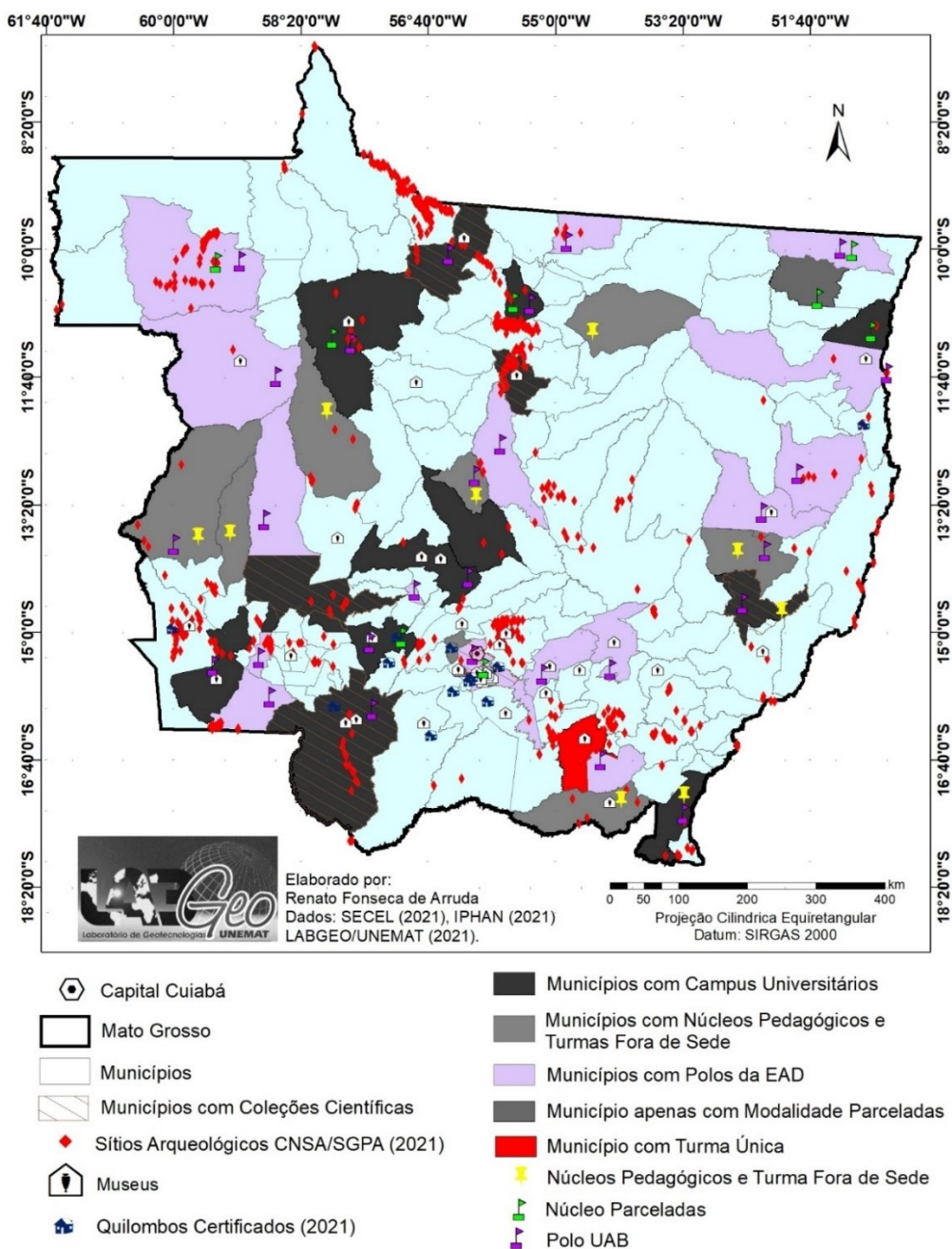


Apesar dos desafios à preservação do patrimônio cultural e a criação e manutenção dos museus públicos e particulares, esses demonstraram-se importantes mecanismos para a geração de trabalho e renda, bem como no combate às desigualdades sociais. Pois, permitem promover a garantia dos direitos humanos, inclusive os culturais, através de ações voltadas para o respeito a diversidade cultural e ao meio ambiente através da valorização dos saberes dos povos e comunidades tradicionais, além dos diferentes grupos das periferias.

Todavia, no que se refere a atuação nos museus, mesmo diante da existência de 56 museus em Mato Grosso, foi possível perceber a necessidade de formação, capacitação e pesquisa em museologia, patrimônio cultural, arquivos e conservação e restauração.

Nesse contexto, a Unemat possui um grande potencial de atuação devido à sua capilaridade, com presença em 45 municípios por meio de seus polos e *campi* universitários, inclusive os que abrigam museus (Figura 19).

Figura 19: Distribuição da UNEMAT em relação aos museus, coleções científicas, sítios arqueológicos, quilombos certificados.



As ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Unemat contribuem significativamente para a valorização e preservação da história e cultura locais, especialmente por meio de profissionais que atuam nos museus localizados nos municípios do interior através da realização de ensino, pesquisas e extensões sobre o patrimônio local, história e envolvimento da população na promoção do turismo cultural.

Dentre as coleções científicas, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) reúnem um acervo total de 3.152.773 amostras/peças em suas 17 coleções científicas, das quais 172.967 amostras estão disponíveis para consulta *online*, representando diferentes regiões e biomas do estado, como Cerrado, Pantanal e Amazônia.⁵⁸

A UNEMAT possui sete (07) dessas coleções, uma delas foi base para o desenvolvimento do Museu da Cidadania, implementado a partir de processo museológico. Embora os números variem entre diferentes sistemas de informação, esses dados são importantes para analisar as políticas de criação e gestão de acervos biológicos e suas presenças nos museus em Mato Grosso.

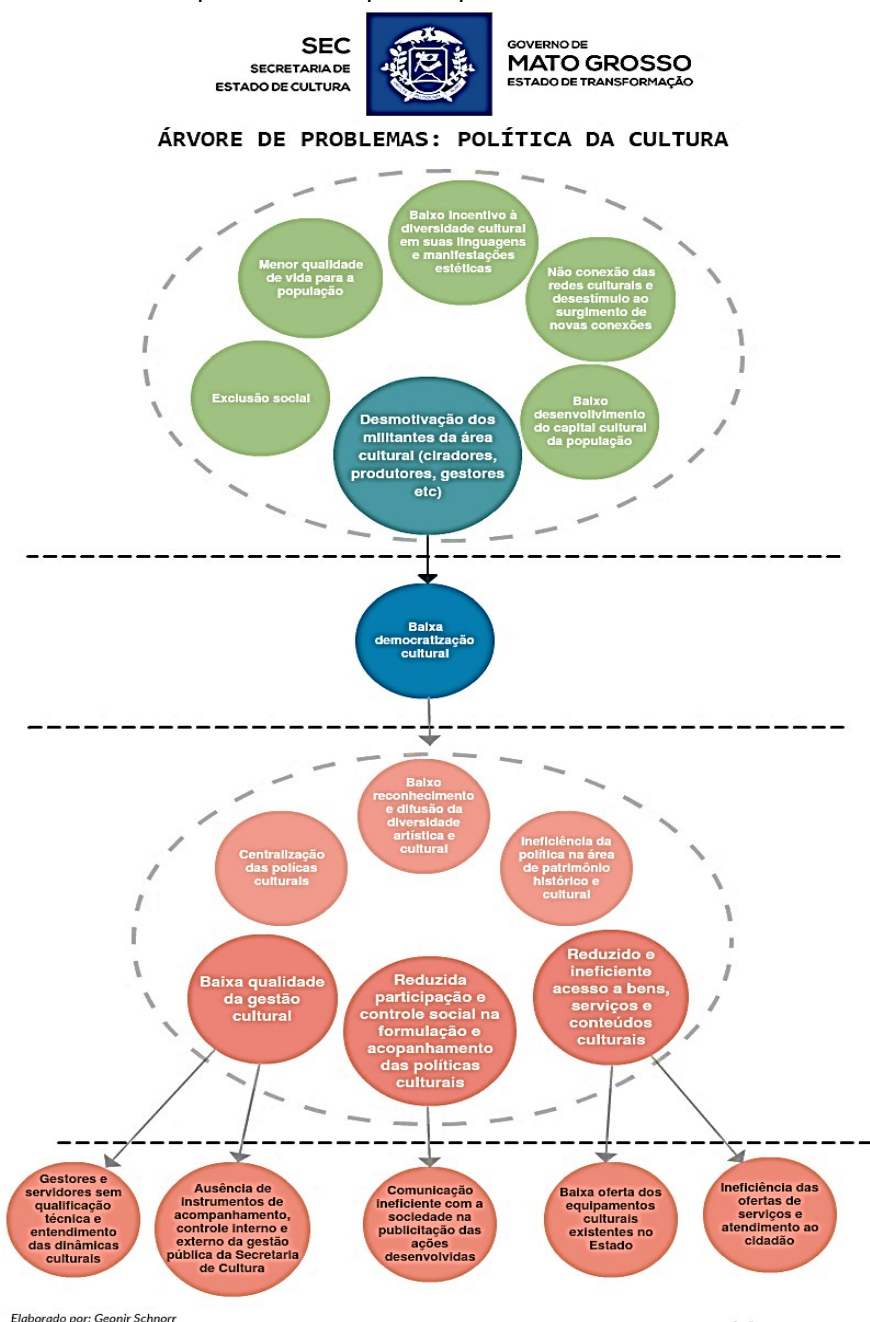
Ambas as universidades têm um papel relevante nesse cenário, tanto na produção de informações como na salvaguarda dos acervos biológicos e culturais para fins científicos, de memória e educacionais. Apesar de não ser o foco do diagnóstico das ações resultantes das políticas, as coleções científicas constituem-se num patrimônio cultural e natural único e de extrema relevância para a preservação de exemplares ainda desconhecidos por parte da população brasileira.

Entretanto, os dados acima também indicam fragilidades entre as instituições públicas responsáveis pela implementação das políticas de patrimônio cultural e políticas ambientais, como o ICMBio e o IPHAN. Dentre os problemas enfrentados pela Política Estadual de Cultura de Mato Grosso, o IBGE (2015) a partir dos dados da MUNIC e ESTADIC referentes ao ano de 2014 indicaram que há um baixo índice de investimentos pelos municípios em programas para a manutenção dos equipamentos culturais, como museus, arquivos, bibliotecas etc. Houveram ofertas de cursos de capacitação livre ou profissionalizante, mas com baixíssima concentração nas manifestações populares (19), preservação e conservação do patrimônio (6) e Gestão cultural (8).

Em 2016, a Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (SEC-MT), na gestão do governador Pedro Taques, apresentou uma árvore de problemas que ilustra os desafios enfrentados pela política pública de cultural no estado (Figura 20).

⁵⁸ speciesLink. **Network manager**. Sistema de Informação Distribuído para Coleções Biológicas: a Integração do Species Analyst e do SinBiota (FAPESP)", processo FAPESP 2001/02175-5. Disponível em: <http://splink.cria.org.br/manager/index?criaLANG=pt> Acesso em: 10/02/2022

Figura 20: Árvore de problemas da política pública de cultura em Mato Grosso.



Fonte: SEC-MT (2021).

A Arvore dos Problemas apresenta dois eixos centrais que levam a diversos desdobramentos, conforme descrição abaixo:

- Baixo incentivo à diversidade cultural em suas linguagens e manifestações estéticas;
- Não conexão das redes culturais e desestímulo ao surgimento de novas conexões;
- Baixo desenvolvimento do capital cultural da população;
- Desmotivação dos militantes da área cultural (criadores, produtores, gestores etc.);
- Exclusão Social;
- Menor qualidade de vida para a população.

- [Leva à] **Baixa democratização cultural** [que se desdobram em]
- Baixo reconhecimento e difusão da diversidade artística e cultural;
 - Ineficiência da política na área de patrimônio histórico e cultural;
 - Centralização das Políticas Culturais;
 - Baixa qualidade da gestão cultural;
 - Reduzida participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais;
 - Reduzido e ineficiente acesso a bens, serviços e conteúdos culturais;
- [Que se desdobram em]**
- Gestores e servidores sem qualificação técnica e entendimento das dinâmicas culturais;
 - Ausência de instrumentos e acompanhamento, controle interno e externo da gestão pública da Secretaria de Cultura;
 - Comunicação ineficiente com a sociedade na publicitação das ações desenvolvidas;
 - Baixa oferta dos equipamentos culturais existentes no Estado;
- Ineficiência das ofertas de serviços e atendimento ao cidadão (SCHNORR, 2016 **apud** SEC, 2021, p. 1, inclusão minha).

Mesmo após seis anos, esse cenário demonstra-se ainda desafiador no que se refere a institucionalização da gestão pública de cultura e da preservação do patrimônio cultural, tal como dos museus. Por outro lado, esses desafios revelam-se em oportunidades para a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

1.11 – Desafios dos museus e preservação do patrimônio na atualidade

A transformação da atuação estatal na implementação de políticas culturais foi um processo marcado por conflitos e disputas, especialmente a partir de 2014. Em escala nacional, diversos grupos expressaram preocupações com as mudanças sociais promovidas pela cultura durante os governos Lula e Dilma. Essas administrações buscaram fortalecer iniciativas contra-hegemônicas, combater disparidades regionais e valorizar conhecimentos, práticas, locais e territórios de comunidades historicamente marginalizadas.⁵⁹ Como resposta, houve reações políticas, comunicacionais e econômicas que visaram a minimizar ou neutralizar as ações do governo federal no incentivo, formulação e coordenação de políticas culturais. Tais esforços de grupos políticos liberais e neoliberais foram justificados pelo discurso de austeridade fiscal, enquanto se argumentavam que a responsabilidade das políticas culturais deveria recair sobre o setor privado.

Com o Golpe de Estado⁶⁰ que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT) em maio de 2016, os conflitos, disputas e divergências em relação a diferentes visões

⁵⁹ Este processo aconteceu através de fomentos, pesquisas, formação de profissionais, novas patrimonializações e musealizações com propósito de desconcentrar e descentralizar os processos de tomada de decisão nas etapas de formulação das políticas nacionais setoriais e implementação do plano nacional de cultura, incluindo os de preservação do patrimônio cultural e dos museus.

⁶⁰ Ver: Jinkings, Doria e Cleto (2016).

de futuro para o país se tornaram evidentes. A divisão política gerou transformações significativas no financiamento do ensino superior e nas políticas públicas federais de cultura, resultando em impactos negativos e descontinuidade de programas e projetos. Essas mudanças, por meio de desmantelamentos de instituições e interrupções de ações e financiamentos, tiveram repercussões em muitos estados do país.

Da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936 até o Ministério da Cultura em 1985, bem como após a redemocratização do país em 1988, a política cultural brasileira sofreu algumas mudanças em relação ao papel do Estado. De acordo com Rubim (2007), é marcada por tristes tradições. Mais recente, por exemplo, com o governo Collor de Mello (1990/1992) e com a posse do vice-presidente Michel Temer, após o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

No dia 12 de maio de 2016, no segundo dia de governo como interino, por meio da Medida Provisória (MP) no 726, o presidente interino Michel Temer assinou a extinção do Ministério da Cultura, após 24 anos de estrutura contínua, sendo pressionado política e socialmente a recriá-lo.⁶¹ Esse recuo aconteceu diante da proposta de reforma ministerial construída ano antes de assumir, efetivada em setembro de 2016 (BRASIL, 2016a, 2016b). Dentre as justificativas estava a necessidade de diminuir as despesas públicas (BRASIL, 2016c). Em 15 de dezembro de 2016, o Congresso Nacional aprova a Emenda à Constituição n° 55, de 2016, conhecida como PEC do teto dos gastos públicos (BRASIL, 2016d), que afetou diretamente as atividades básicas das universidades federais e estaduais, após ter sido implementada por estados brasileiros.

Após a recriação do Ministério da Cultura, ainda em maio de 2016, também foi criada a Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sem nenhuma justificativa sobre a sua finalidade, mesmo sem alterações na estrutura, missão institucional e as atribuições do IPHAN. Todavia, outros motivos revelaram-se estar na agenda política, como um do ex-ministro Geddel Vieira Lima, que foi exonerado em decorrência da tentativa de intervenção no IPHAN para que pudesse liberar a construção de um prédio de seu interesse, que estava embargada em Salvador em 2016.

O desmonte do Estado brasileiro em nível federal e a descontinuidade das políticas não se restringiram apenas aos setores da cultura de competência do MinC (BARBOSA &

⁶¹ Ainda no período de interino, a recriação do aconteceu somente após fortes pressões das manifestações de rua, como o movimento Ocupa MinC, que foi formado por estudantes e artistas que ocuparam por 70 dias o prédio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Movimento que alcançou mais de 100.000 artistas e trabalhadores da cultura, que também se mobilizaram em outros Estados, como São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco. O Ocupa MinC se iniciou no dia 16 de maio de 2016, no prédio Gustavo Capanema, onde funcionava parte das unidades Funarte e IPHAN. A ocupação ocorreu logo após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, dois dias antes da extinção do Ministério da Cultura pelo presidente em exercício Michel Temer, que acenou para recriação do órgão no dia 18 e efetivada no dia 25 de maio. O movimento contou com a mobilização e show de artistas consagrados, como: Erasmo Carlos, Seu Jorge, Caetano Veloso, Lenine, Otto, Arnaldo Antunes. E deu continuidade com a pauta de impedimento do presidente Michel Temer. No dia 25 de julho de 2016, o governo de Michel Temer através da Polícia Federal, promoveu a desocupação dos manifestantes de maneira arbitrária e sem aviso prévio do imóvel.

RIBAS, 2018), pois, se estendeu também para as áreas da educação, ciência e tecnologia durante o Governo de Michel Temer.

Um marco importante neste processo de descontinuidade e acentuado desinvestimento nos setores da cultura e educação, em particular, nos museus universitários, pode ser observado na noite do dia 02 de setembro de 2018, com o incêndio do Museu Nacional (MN), vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tinha um acervo com mais de 20 milhões de itens (Figura 21).

Figura 21: Incêndio do Museu Nacional, vinculado a UFRJ, no dia 02/09/2018.



Autor: Arruda, R. F. (2018).

O incêndio do MN representa ainda hoje uma perda imensurável à cultura material e histórica do país, tornando uma das infelizes referências nacionais sobre a proteção contra incêndios e resgates de acervos em museus universitários (ANDRADE, 2018; STAM, 2021; CARVALHO, 2021). Uma semana após o incêndio, o governo de Michel Temer editou e publicou a Medida Provisória nº 850 de 10 de setembro de 2018, que transformava o IBRAM, criado em 2009, em Agência Brasileira de Museus (ABRAM), estrutura de agência privada sem fim lucrativos e com contrato firmado com o governo brasileiro. Proposta essa que desde o final do século XX, colocada em debate nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, vinha sendo proposta para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No início de 2019, o governo recuou da proposta, mas ficou evidente o modelo de gestão que se buscava implementar no setor cultural.

Sob os ventos do neoliberalismo, com o mote principal de combate à corrupção e contra pautas progressistas e fundamentados em negacionismo histórico como arma política, entre os anos de 2015 e 2019 aconteceram ataques violentos a professores, pesquisadores,

estudantes, artistas, produtores culturais etc. nas redes sociais, jornais, grupos de WhatsApp e Telegram.

No setor da Educação os ataques aconteceram motivados e acompanhados por discursos de ódio, mentiras, cortes na educação e pesquisa, institucionalização de instrumentos para perseguição de opositores (CUNHA & OTA, 2020). Como referência de parte destes ataques, pode-se destacar as ações coordenadas por membros da Operação “Ouvidos Moucos”, que levou à violenta prisão e ao linchamento midiático, que desencadeou no suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, da Universidade Federal de Santa Catarina (AMORIM & FERRAREZE FILHO, 2017; VIANA & VILELA, 2019). Da mesma forma, os projetos de lei “Escola Sem Partido” coordenados por grupos de políticos e líderes religiosos liberais na economia e conservadores nos costumes que se espalharam nas câmaras e prefeituras municipais, assembleias legislativas estaduais e no congresso nacional (PENNA, 2018). O clima de perseguição e terror se instalou no âmbito das universidades e escolas públicas. Aconteceram intervenções nas nomeações de reitores, como foi o caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Acentuaram-se os ataques gratuitos aos trabalhadores das universidades públicas federais, com a promoção de atropelos regimentais para promover perseguições e intervenções. Da mesma forma, aumentaram os cortes orçamentários das universidades federais⁶² e das agências de fomento à pesquisa, ensino e extensão, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em contraste, ocorreram aumentos no orçamento militar.⁶³

Entre os militares e parte da sociedade civil, a agenda política do candidato Jair Bolsonaro de 2018, estruturada intelectualmente por Olavo de Carvalho desde 2016, promoveu uma trincheira de “guerra cultural” que vinha sendo travada desde o período eleitoral e, depois, foi transformada na agenda programática e política do governo novo governo a partir de 2019, que se expandiu através de setores conservadores nos costumes e neoliberais na economia, a exemplo: monarquistas,⁶⁴ militares, políticos e líderes religiosos.

⁶² GOMES, Rodrigo. Bolsonaro amplia orçamento dos militares e reduz o da educação. ‘Volta à idade das trevas’. **Rede Brasil Atual – RBA** (online). Publicada em 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/08/bolsonaro-orcamento-educacao-militares/> Acesso em 20 jan. 2020.

⁶³ Ministro reitera que foi pego de surpresa com corte de 92% das verbas para Ciência e Tecnologia. Agência Câmara de Notícias (online). Publicada em 13 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pego-de-surpresa-com-corte-de-92-das-verbas-para-ciencia-e-tecnologia/> Acesso em 20 jan. 2020.

⁶⁴ MEDEIROS, Jotabê. Monarquistas avançam na museologia nacional. **Arte Brasileiros** (online). Publicada em janeiro de 2022. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/museus/monarquistas-museologia/>

Sob o governo militar-civil-empresarial Bolsonaro,⁶⁵ desde 2019 as intervenções políticas nos órgãos da cultura promoveram mudanças significativas na implementação das políticas culturais, com cortes e extinção de programas.

Artistas, produtores culturais, pesquisadores e estudantes também foram alvos de ataques verbais e físicos violentos, promovidos principalmente por políticos e militantes de direita que escolhiam seus alvos e orquestravam os ataques nas redes sociais e programas jornalísticos. Aconteceram de maneira gratuita até mesmo a quem nunca captou recursos via Lei Rouanet, mas que se posicionaram contrários à barbárie instalada como projeto político de governo do candidato e eleito presidente, principalmente nos anos de 2018 e 2019.

Instituições como o IPHAN e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sofreram intervenções que visavam flexibilizar a proteção do patrimônio arqueológico, arquitetônico e paisagístico de várias de cidades brasileiras conjuntos tombados. Essas intervenções foram motivadas por interesses relacionados a grandes empreendimentos e especulação imobiliária, além de desrespeitar os resultados das seleções de candidatos que foram aprovados em processos eletivos para ocupar a direção de museus nacionais vinculados o IBRAM.⁶⁶

Neste momento, aconteceram cortes financeiros que vinham acontecendo desde o governo Temer, e a falta de mobilização dos movimentos culturais contribuiu para a extinção do MinC mais uma vez. Ele foi transformado em Secretaria Especial do Ministério da Cidadania, sob a justificativa da necessidade de promover adaptações administrativas para “evitar ações incoerentes e incompatíveis no âmbito da alta administração federal” (BRASIL, 2019b, p.1). As ações e recorrentes ataques do presidente Bolsonaro também demonstraram o intuito de promover o asfixiamento do setor cultural a fim tanto de calar as críticas e críticos (NUNOMURA, 2019) quanto garantir interesses particulares. Como esquecer as indicações do ex-ministro da cultura Roberto Alvim, que fez anúncio público citando e fazendo explicitamente alusão ao ministro nazista da Propaganda, Joseph Goebbels ou da nomeação do monarquista Olav Schrader para a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro?⁶⁷

Diferente das violências “brandas” e interesses particulares manifestados discretamente por ações dos diferentes grupos no governo Temer, desmascaradas após denúncia do ex-ministro da cultura, Marcelo Calero,⁶⁸ na defesa dos interesses dos

⁶⁵ BARRUCHO, Luis. Brasil de Bolsonaro tem maior proporção de militares como ministros do que Venezuela; especialistas veem riscos. **BBC News** (online). Publicada em 26 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51646346> Acesso em 21 jan. 2020.

⁶⁶ GÓIS, Anselmo. Museóloga não aceita indicação e faz crítica à Casa Civil de Bolsonaro. **O Globo** (online). Publicado em 03 de março de 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/museologa-nao-aceita-indicacao-e-faz-critica-casa-civil-de-bolsonaro.html> Acesso em 20 jan. 2020.

⁶⁷ Mudanças em cargos de direção do Iphan ampliam loteamento político. **Estadão – O Estado de S. Paulo**. Brasília: 24 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/12/24/mudancas-em-cargos-de-direcao-do-iphan-ampliam-loteamento-politico.htm> Acesso em: 20 mar. 2022.

⁶⁸ Calero gravou conversa em que tratou do caso Geddel com Temer. **Portal G1 - Globo**, publicado no dia 25 de novembro de 2016 às 08h36, atualizada às 14h50. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/calero-gravou-conversa-com-temer-em-que-trataram-do-caso-geddel.html> Acesso em: 20 mar. 2022.

empresários e grandes empreendimentos, o presidente Bolsonaro passou a questionar publicamente a atuação do IPHAN no âmbito do licenciamento ambiental. Foram realizadas intervenções através de nomeações políticas de superintendentes estaduais, diretores dos departamentos de patrimônio imaterial e material. De turismóloga esposa do policial federal que foi segurança do Bolsonaro e amigos da família⁶⁹ até pastores pentecostais e críticos ao órgão federal que trabalhavam para construtoras de hidrelétrica passaram a ocupar os cargos estratégicos de tomada de decisão.

Durante uma reunião ministerial em 2019, o presidente Bolsonaro externou sua notável falta de compreensão e consideração pelo patrimônio cultural do Brasil. Ele destacou a necessidade de intervenção no órgão federal de cultura, evidenciando um claro alinhamento aos interesses do bilionário Luciano Hang,⁷⁰ que também financiou sua campanha eleitoral. O presidente enfatizou, de forma bastante desrespeitosa, que o IPHAN estava atrasando projetos, citando um exemplo específico: "O IPHAN para qualquer obra no Brasil, como parou a do Luciano Hang. Enquanto tá lá um cocô petrificado de índio, para a obra, pô!".⁷¹ Essas atitudes e críticas ocorreram repetidamente, algumas até com indícios de crimes.⁷² Isso resultou em carta pública de defesa do patrimônio arqueológico por parte da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), como resposta a esses acontecimentos.⁷³

Após as desestruturações das instituições e intervenções políticas em áreas técnicas, como no IPHAN, no IBRAM e na Fundação Palmares, entre outros órgãos da administração federal, ocorreu um processo acelerado de interrupção dos investimentos que originalmente deveriam ser destinados para alcançar as metas delineadas no Plano Nacional de Cultura. Isso inclui também as metas relacionadas à preservação do patrimônio cultural e aos museus, que foram pactuadas no Plano Nacional Setorial de Museus (2010/2020) (MINC, 2010b).

Nesse contexto, os museus situados em ambientes universitários não foram poupados. Isso se deve tanto aos cortes financeiros que afetaram as universidades federais

⁶⁹ ZANINI, Fábio; SETO, Guilherme; BRAGA, Juliana. Nomeada sob críticas, nova presidente do Iphan tem vínculo de amizade com família Bolsonaro. **Painel coluna e blogs. Folha de S. Paulo**. Edição impressa, 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/05/nomeada-sob-criticas-nova-presidente-do-iphan-tem-vinculo-de-amizade-com-familia-bolsonaro.shtml?origin=folha> Acesso em: 20 mar. 2022.

⁷⁰ SOUSA, Ana Paula. Ataques de Bolsonaro ao Iphan extrapolam a questão cultural e atendem interesses bilionários. **Política, Carta Capital**, Edição nº 1199, de 16 de março de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-ataques-de-bolsonaro-ao-iphan-extrapolam-a-questao-cultural-e-atendem-interesses-bilionarios/> Acesso em: 20 mar. 2022.

⁷¹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA (SAB). Nota da SAB em solidariedade à equipe de arqueóloga/as e em defesa do patrimônio arqueológico em Rio Grande. **Site Oficial da SAB**. Pelotas-RS, 09 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=783 Acesso em: 10 mar. 2021.

⁷² PERASSOLO, João. Bolsonaro diz ter demitido diretores do Iphan por embargo a loja da Havan. Órgão do patrimônio teria interdito obra de Luciano Hang no RS. **Folha de São Paulo**. Publicado no dia 16 de dezembro de 2021 às 10h40, atualizado às 19h18. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/12/bolsonaro-diz-ter-demitido-diretores-do-iphan-por-embargo-a-loja-da-havan.shtml> Acesso em: 10 mar. 2021.

⁷³ SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA (SAB). Nota Da SAB sobre falas do presidente da República sobre a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro. **Site Oficial da SAB**. Quinta-feira, 16 de dezembro de 2021. Disponível em: https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=1186 Acesso em: 10 mar. 2021.

quanto aos desinvestimentos nos programas das agências nacionais de apoio à educação, pesquisa e extensão.

Em nível internacional, o Comitê Internacional para Museus e Coleções Universitárias (UMAC), do Conselho Internacional de Museus (ICOM), através de um conjunto de projetos desenvolveu estudos acerca da profissionalização do trabalho museológico no ensino superior, definições conceituais, planejamento estratégico, governança, estrutura organizacional e elaboração de diretrizes voltadas para a restituição e devolução de itens de museus e coleções universitárias.

Embora a construção e o fortalecimento de fóruns, encontros e redes internacionais, nacionais e estaduais, como exemplificado pela criação da Rede Brasileira de Museus Universitários em 2017,⁷⁴ não tenham sido suficientes para reunir e consolidar uma força política capaz de combater os desinvestimentos e mitigar os riscos de incêndio nos museus universitários, por outro lado, essas ações contribuíram para fortalecer espaços coletivos de expressão política em diferentes regiões do Brasil. Isso incluiu a articulação de profissionais e estudantes envolvidos na preservação do patrimônio museológico universitário (SILVA, 2019). Esses atores atuaram ativamente na resistência à transformação do IBRAM em ABRAM, além de abordarem, em meio às adversidades sanitárias, a criação de redes e políticas universitárias voltadas para museus e patrimônio, conforme poderá ser observado nos próximos capítulos. Isso se torna evidente considerando, por exemplo, o incêndio que ocorreu em 15 de junho de 2020 na Reserva Técnica do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa reserva guardava uma parte significativa do acervo, com mais de 260 mil peças e coleções científicas de plantas e reserva vegetal⁷⁵ (Figura 22).

⁷⁴ Ver: **Rede Brasileira de Museus Universitários**. Disponível em: <http://rbcmu.com.br/sobre-a-rede/> Acesso em 20 jan. 2020.

⁷⁵ Prédio do Museu de História Natural da UFMG pega fogo em BH. **Portal G1 Minas Gerais – Globo**. Publicado no dia 15 de junho de 2020 às 08h18. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/15/predio-do-museu-de-historia-natural-da-ufmg-pega-fogo-em-bh.ghtml> Acesso em: 10 mar. 2021.

Figura 22: Incêndio da Reserva Técnica do Museu de História Natural da UFMG, no dia 15/06/2020.



Fonte: Imagem: Divulgação/Bombeiros-MG.

A partir deste percurso das políticas de preservação do patrimônio cultural em todo o território nacional, incluindo a museal, buscou-se contextualizar esse processo histórico e traçar parte dos caminhos percorridos. Isso é compreendido como um resultado da "cultura da preservação", que é moldada por intelectuais, técnicos, pesquisadores, militantes sociais e políticos, conforme destacado por Arantes (1984, p.81).

Muitos museus universitários brasileiros enfrentam ainda hoje os problemas e desafios apontados, mas ainda assim buscam soluções alternativas para contribuir com a ampliação do acesso a recursos humanos e financeiros. Uma das alternativas atuais tem sido o estabelecimento de parcerias para obter endosso institucional, visando a preservação e guardar de acervos arqueológicos, bem como a expansão de coleções científicas. Isso tem viabilizado a formação e/ou a ampliação de coleções nas diferentes regiões do país.

As várias iniciativas também têm incitado análises sobre como as políticas de cultura e de preservação do patrimônio cultural foram incorporadas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Esse enfoque inclui a preservação do patrimônio cultural em geral, a observação do patrimônio cultural associado à ciência e tecnologia, e a construção, implementação e gestão dos museus universitários.

CAPÍTULO 2
UNEMAT: CAMINHOS ATÉ OS MUSEUS
UNIVERSITÁRIOS

2. UNEMAT: CAMINHOS ATÉ OS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Neste capítulo, pretende-se apresentar os museus e o patrimônio cultural dentro do contexto da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), destacando programas, projetos, debates políticos, instâncias e atores que foram responsáveis pela institucionalização desses processos. Além disso, busca-se estabelecer uma relação da política universitária com as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), que se configurou como um novo instrumento destinado a promover a institucionalização da gestão da preservação na agenda do patrimônio cultural e dos museus.

2.1 – Da criação à expansão do ensino superior em Mato Grosso

A UNEMAT, localizada na cidade de Cáceres, é uma universidade pública do Estado de Mato Grosso, situada a aproximadamente 235 km da capital, Cuiabá. Este estado possui a maior dimensão territorial entre as unidades da região Centro-Oeste, abrangendo uma área de 903.357,908 km², o que equivale a 10,61% do território nacional. Suas fronteiras fazem divisa com o Amazonas e Pará ao Norte, Tocantins e Goiás a Leste, Mato Grosso do Sul ao Sul, e Rondônia e Bolívia a Oeste (UNEMAT, 2018g, p.27).

A criação da UNEMAT está diretamente ligada ao processo de posicionamento político diante das disputas e relações de poder que permearam tanto o âmbito educacional quanto o cultural no estado de Mato Grosso durante a década de 1970. De acordo com Benfica (2019), em Mato Grosso

as instituições de ensino superior começaram a ser desenhadas nesse estado a partir da década de 1930, na capital do Estado, Cuiabá, e na cidade de Campo Grande. Na década de 1960, assistiu-se à criação de institutos isolados de ensino superior que culminariam, no início da década seguinte, na consolidação de um sistema de ensino superior, com o prevailecimento do setor público. Quando houve a divisão do Estado, em 1977, o sistema já estava operacional e serviu de base para a continuidade das atividades e expansão do sistema educacional, nas duas unidades da federação (BENFICA, 2019, p. 03).

Benfica (2019), expõe que as

primeiras universidades de Mato Grosso foram a Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, e a Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede em Campo Grande. Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a UEMT foi federalizada, tornando-se a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso ficou por alguns anos sem uma universidade estadual (BENFICA, 2019, p. 11).

A criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Cuiabá pelo governo militar veio acompanhada de promessas políticas para estabelecer uma unidade dessa universidade no município de Cáceres (ZATTAR, 2018). Esse processo também se alinhou

com a "reconstrução" da identidade mato-grossense, que se originou da divisão do estado em 1977 e se concretizou em 1979 com a criação do Mato Grosso do Sul.

Juntamente com essa reconfiguração territorial, estavam envolvidas as dinâmicas de poder local e as contendas em torno da memória e dos legados possíveis na esfera das histórias local e regional. Isso ocorreu em meio a uma nova onda de migração vinda do Sudeste e Nordeste, que foi impulsionada pela continuação do projeto de colonização financiado pelo Governo Vargas a partir dos anos 1940, conhecido como Marcha para Oeste. Esse projeto incentivava a criação e fixação de núcleos e povoados para a produção agrícola, sendo ampliado nas décadas de 1960 e 1970.⁷⁶

Conforme Zattar (2008)

No entremeio dos movimentos políticos e da linguagem por uma instituição de ensino superior que irromperam na segunda metade do século XX, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, situa-se história de criação do ensino superior que se ancora em duas imagens que projetam a sua trajetória: a de sua origem, constituída pela necessidade de formação de recursos humanos para atuar no magistério de 1º e 2º ano graus nas escolas de Cáceres e Região; e a de sua institucionalização, determinada sócio-politicamente, no ano em que se comemorava o bicentenário da cidade (ZATTAR, 2018, p. 18).

No processo de criação do IESC – Instituto de Ensino Superior de Cáceres, liderado pela administração municipal de Cáceres em 20 de julho de 1978, por meio da Lei n. 703/1978 e do Decreto Municipal 190/1978, um marco inicial para sua estadualização e subsequente transformação em Universidade, ocorreu de forma concomitante à fundação do Museu Histórico, da Biblioteca, do Arquivo Público Municipal de Cáceres e ao tombamento federal do Marco do Jauru. Diversos atores que estiveram envolvidos na implementação do IESC também contribuíram para a constituição do acervo do Museu Histórico⁷⁷. Esse engajamento se deu por meio da realização de chamadas públicas e da mobilização da comunidade local e regional para doações de itens, conforme mencionado por Arruda (2014). Esses esforços possibilitaram a construção de narrativas centradas nos valores e eventos associados às elites locais, as quais reivindicavam o título de "pioneiros" no processo de colonização da região oeste do país.

A trajetória que levou o IESC a se consolidar como uma instituição universitária de destaque no Ensino Superior teve um marco significativo três anos após a sua implementação,

⁷⁶ O processo aconteceu *a priori* a partir da atuação direta dos governos federal (SUDECO) e estadual até 1950, quando a política federal foi reorientada para absorver excedentes populacionais do Sul e Sudeste a partir de colonizações empreendidas por empresas privadas financiadas pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC) e a Comissão de Planejamento da Produção (CPP), que visavam atrair empresas. A partir da década de 1960, especialmente após o Governo Militar-Civil-Empresarial, os projetos de colonização foram coordenados pela Superintendência Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso – CODEMAT e o Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT junto com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), aos quais enfocaram a região que abrangia parte do município de Cáceres (GALVÃO, 2013).

⁷⁷ Emília Darci de Souza Cuyabano, que na época cursava graduação na UFMT e a partir de 1994 tornou-se professora titular da UNEMAT.

ou seja, a partir de setembro de 1981, quando surgiram esforços políticos para sua federalização por meio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Depois de esgotadas as possibilidades que adiavam a incorporação - mais relacionadas a atos institucionais e legais do que a questões financeiras - e que colocavam em dúvida o reconhecimento dos cursos de licenciatura plena em Letras, licenciatura de 1º Grau em Ciências Sociais e licenciatura de 1º Grau em Ciências, um grupo de políticos locais e prefeitos da região começou a demandar, a partir de 1985, a criação da Universidade Estadual do Vale do Guaporé (ZATTAR, 2008).

No limiar do ano de 1985, por meio da Lei Estadual nº. 4.960, datada de 19 de dezembro, o governador Júlio Campos instituiu a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FCUC), uma entidade autônoma vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Essa fundação passou a ser implementada no ano seguinte, com o objetivo de promover o ensino superior em diversas áreas do conhecimento, incentivar a pesquisa e disseminar conhecimento científico, técnico e cultural no âmbito do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, 2020; ZATTAR, 2008).

A expansão da Unemat teve início em 1987, quando foi implantado o curso de Pedagogia, com autorização concedida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-MT). Posteriormente, em 1989, o curso de Licenciatura Plena em Letras recebeu o reconhecimento por parte do Conselho Federal de Educação (CFE).

Além das disputas e discussões em torno do processo de federalização e da estadualização, a consolidação da Instituição de Ensino Superior no estado foi intrinsecamente ligada ao cenário cultural, conforme demonstra Zattar (2008, p.67-68). Através da Assessoria de Cultura, a FCUC organizou, no Esporte Clube Humaitá, um casarão histórico tombado individualmente nos níveis estadual e municipal, e integrado ao sítio histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico tombados pelos governos estadual e federal. Nesse local foi promovido uma amostra de artes visuais com o objetivo de “divulgar e valorizar os trabalhos dos artistas cacerenses e de outras regiões do país e, ao mesmo tempo, possibilitar aos visitantes o conhecimento da pintura regional”.

A partir do processo de elaboração da constituição da Unemat em 1988 e 1989, no âmbito estadual, a FCUC foi reorganizada como um Centro Universitário e passou a ser denominada FCESC, conforme estabelecido pela Lei Estadual n. 5.495/89.

No decorrer da década de 1990, enquanto buscava a consolidação como um centro universitário estadual com um plano de carreira e um orçamento sólido, a Unemat também empreendeu um processo de expansão para diversos municípios de Mato Grosso. Esse movimento teve início com a criação dos núcleos pedagógicos em Sinop, no ano de 1990, seguidos pelos de Alta Floresta, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, e Luciara em 1991. Posteriormente, em 1994, os núcleos pedagógicos de Barra do Bugres e Colíder

foram estabelecidos, seguidos por Tangará da Serra em 1995 e Juara em 1999, que efetivou a implementação em 2001. Esses núcleos pedagógicos se transformaram em campus por meio da Lei Complementar nº 30 de 15 de dezembro de 1993, a qual instituiu oficialmente a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT) (UNEMAT, 2022, online).

De acordo com a UNEMAT (2022),

Em 10 de agosto de 1999, a Universidade é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação por cinco anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica. Em 22 de março de 2012 a instituição foi recredenciada por 06 (seis) anos pela Portaria 002/2012-GAB/CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de 21/03/2012. (...).

A Unemat, desde sua criação, desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e às demandas específicas do Estado, tanto para formação de professores como para formação de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

O programa Parceladas da Unemat foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com objetivo de atender às demandas de formação de professores em diferentes regiões de Mato Grosso. (..)

O ensino a distância passou a ser ofertado pela Unemat em 1999, com objetivo inicial de formar professores da rede pública nos cursos de Pedagogia e Educação Infantil. A partir de 2008, a instituição integrou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), passando a ofertar cursos que beneficiam toda a comunidade. Em 2010, a Unemat passou a oferecer por meio da UAB também cursos de bacharelados e atualmente também oferta cursos de especialização lato sensu em diferentes áreas.

Por meio da Diretoria de Educação Indígena, atual Faculdade Indígena Intercultural, a Unemat passou a ofertar, a partir de 2001, cursos de licenciaturas específicos e diferenciados para mais de 30 etnias. Os cursos são oferecidos no campus de Barra do Bugres. (UNEMAT, 2022, online).

Nesse contexto, pode-se observar um esforço coletivo para a consolidar a instituição de ensino superior, que teve o foco principal a formação de professores. Com base em Zattar (2008), houve nesse processo de expansão destacou-se o Projeto Licenciaturas Plenas Parceladas. Esse projeto direcionou-se à formação em serviço continuado de professores da rede pública de ensino, representando um marco significativo nesse processo.

Os cursos “Parceladas” diferem dos currículos de ensino superior regular pela constituição da matriz curricular (Formação Fundação Básica e Formação Específica), pela pesquisa como princípio educativo, pelo processo de avaliação, período letivo (férias e recesso escolar) e integralidade do período das aulas (oito horas diárias).

A matriz curricular dos cursos constitui-se de dois eixos intrinsecamente ligados: a) Formação Fundamental Básica, com durabilidade de um ano e meio, com uma formação propedêutico-filosófica, com vistas à uma tomada de consciência histórica sobre a realidade sociocultural regional, na qual a universidade se faz presente, e a escolha mais ampla; e b) Formação Específica, com duração mínima de três anos, trabalha as especificidades do curso escolhido e as bases teóricas para a compreensão do processo educacional, com vistas à construção da práxis pedagógica (ZATTAR, 2008, p. 83).

Além dos cursos na modalidade “Parceladas”, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC) e a UFMT, a UNEMAT também desempenhou um papel

fundamental na execução do Programa de Formação de Professores de Ensino Fundamental (1ª e 2ª séries) a Distância, entre 1992 e 1995, cuja continuação se deu a partir de abril de 2000, por meio de convênio mediado pela Divisão de Ensino Aberto e a Distância. Os polos pedagógicos nos municípios de Nova Xavantina e Jauru possibilitaram a formação de 915 cursistas (ZATTAR, 2008; RIEDER, 2011).

Somando a esse panorama, a luta política por melhorias na organização institucional, que, em 1992, adotou o modelo de multicampi, com sede no município de Cáceres, interior do Estado de Mato Grosso. No ano subsequente, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) foi formalmente criada pela Lei Complementar nº. 030, de 15 de dezembro de 1993, e inaugurada em fevereiro de 1994.

Em 1996, a UNEMAT contabilizava 354 docentes, 122 técnicos e 2.793 estudantes (UNEMAT, 1996). Esse cenário passou por alterações gradativas através da política de expansão da universidade. No início do ano 2000, foram disponibilizados 49 cursos de graduação, abrangendo 7.092 alunos, quantitativo que aumentou para 72 cursos de ensino de graduação em 2003, contemplando 9.536 estudantes. Esses cursos se distribuíam entre 22 cursos de Bacharelado, 49 cursos de Licenciatura Plena, além de um (01) curso de Bacharelado e Licenciatura Plena, abarcando 10 *Campi* Universitários e 13 Núcleos Pedagógicos, conforme ilustrado na figura 23 (UNEMAT, 2003d).

Figura 23: Distribuição cartográfica dos Campi Universitários e Núcleos Pedagógicos.



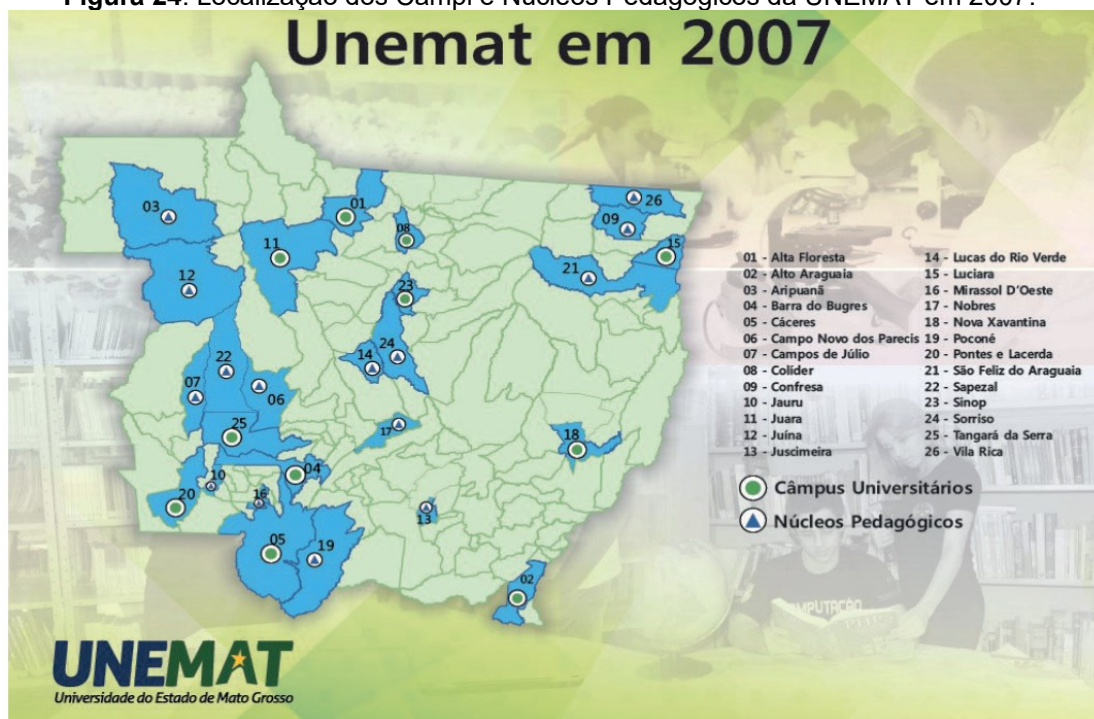
Fonte: UNEMAT (2003d).

No intervalo compreendido entre sua fundação a nível municipal em 1978 até a etapa de estadualização e implementação de 1994 a 2000, a universidade teve gestões de curta

duração, permeadas por embates políticos tanto para consolidar sua posição enquanto instituição de ensino superior quanto para edificar e solidificar diferentes áreas do conhecimento no Estado de Mato Grosso. Nesse âmbito, é relevante mencionar as gestões que se sucederam: de 1978 a 1986, estiveram à frente do IESC os professores Edival dos Reis Vieira (1978–1980); Miriam Benedita Moreira Menezes (27 de fevereiro de 1980); Geraldo Ferreira Gomes (1981–1982); Olga Maria Castrillon Mendes Araújo (1983–1985); Mário Leite Vidal Filho (1986–1988); Neuza Benedita da Silva Zattar - Coordenadora Pró-Tempore (Mar/out 1989); Carlos Alberto Reyes Maldonado - Coordenador (1989–1994) e Reitor (1994–1996); Rosa Maria da Cunha Garcia (fev./dez. 1996); Ilma Ferreira Machado (1996–1998); Arno Rieder (1998–2002); Taisir Mahmudo Karim Reitor (2002–2006) (UNEMAT, 2018).

Nesse mesmo período, a Unemat expandiu a oferta de cursos de ensino superior, englobando tanto os cursos regulares quanto os projetos “Parceladas” e de Educação a Distância. Paralelamente, suas infraestruturas foram ampliadas por meio da instalação de novos Campi e Núcleos Pedagógicos (Figura 24).

Figura 24: Localização dos Campi e Núcleos Pedagógicos da UNEMAT em 2007.



Fonte: UNEMAT, (2018, p.29).

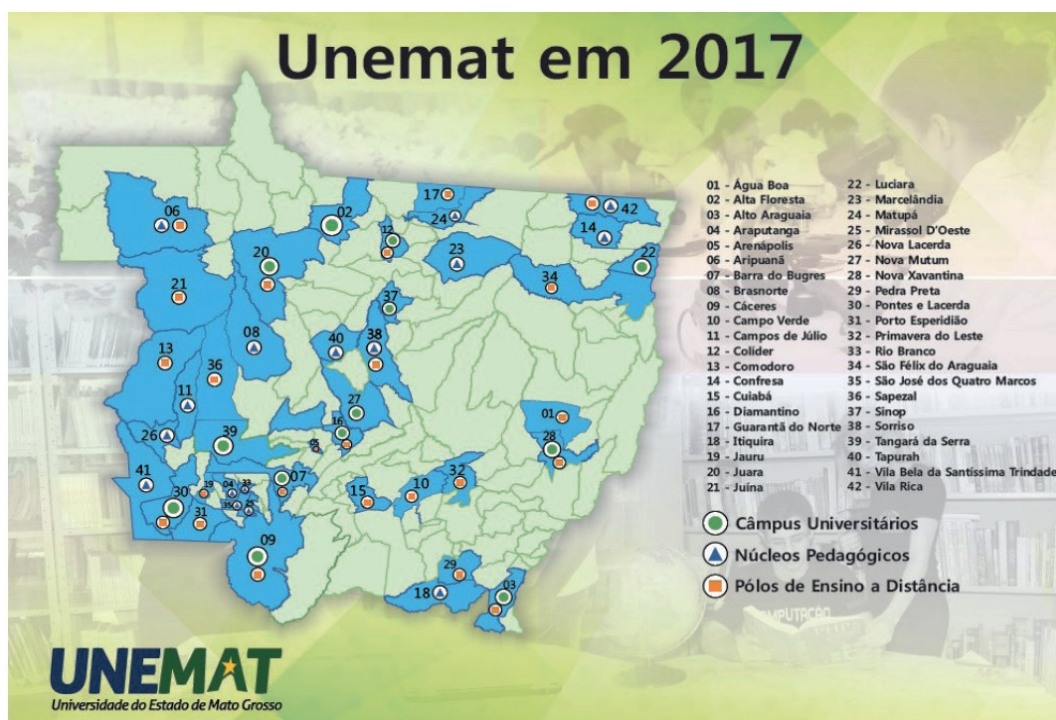
Conforme dados institucionais,

À época de sua criação, 1993, a estrutura organizacional da UNEMAT contemplava os seguintes campus e cursos: Sinop (Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia, Matemática); Alta Floresta (Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e também turmas Especiais em Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia, Matemática); Nova Xavantina (Licenciatura Plena em Ciências Biológicas); Alto Araguaia (Licenciatura Plena em Letras); Pontes e

Lacerda (Licenciatura Plena em Letras); Colíder (Licenciaturas Plenas Parceladas em Letras, Matemática, Biologia); Barra do Bugres (Licenciaturas Plenas Parceladas em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia); Luciara (Licenciaturas Plenas Parceladas em Ciências Biológicas, Matemática e Letras); Tangará da Serra (Bacharelado em Administração e em Ciências Contábeis e Licenciatura Plena em Letras) e Cáceres (Bacharelado em Direito e em Ciências Contábeis e Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia, Matemática, Biologia, História e Geografia). A sede administrativa mantém-se na cidade de Cáceres, e os campus encontram-se distribuídos em distâncias de, aproximadamente, 1.000 km (Alta Floresta) até 1.600 km (Luciara). Com essa configuração, fecha-se o que poderíamos chamar de “I Ciclo Expansionista da UNEMAT”. O Campus Universitário de Juara, criado como Núcleo Pedagógico em 2001, transformou-se em campus através da Resolução CONSUNI nº 014 de 2003. Em setembro de 2013, a UNEMAT absorveu, em transferência, os cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Educação Física e Administração oferecidos pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino - UNED e, em dezembro do mesmo ano, assumiu os cursos da União do Ensino Superior de Nova Mutum - UNINOVA, e a transferência dos bens móveis e imóveis (UNEMAT, 2018g, p.28).

Em 2017, a Unemat se fazia presente diretamente em 42 municípios com ofertas de cursos a partir de Núcleos Pedagógicos, Polos de Educação a Distância e *Campi* Universitários (Figura 25).

Figura 25: Localização dos Campi, Polos e Núcleos Pedagógicos da UNEMAT em 2017.



Fonte: UNEMAT (2018, p.29).

Apesar da quantidade de campus permanecer em treze (13), o cenário da oferta e criação de núcleos pedagógicos expandiu consideravelmente em 2021. A quantidade aumentou para 24 faculdades, 18 núcleos pedagógicos, além de 24 polos educacionais

dedicados à Educação a Distância. Essas unidades da Unemat garantem a capilaridade desta em 54 municípios mato-grossenses, conforme Tabela 10 (UNEMAT, 2020e).

Tabela 10: Municípios com Campus, polos e núcleos da Unemat

Campus		Núcleos e Polos			
1	Campus de Alta Floresta	1	Água Boa	17	Matupá
2	Campus de Alto Araguaia	2	Araputanga	18	Mirassol D'Oeste
3	Campus de Barra do Bugres	3	Arenápolis	19	Nova Lacerda
4	Campus de Cáceres	4	Aripuanã	20	Pedra Preta
5	Campus de Colíder	5	Brasnorte	21	Primavera do Leste
6	Campus de Diamantino	6	Campo Verde	22	Porto Esperidião
7	Campus de Juara	7	Campos de Júlio	23	Porto dos Gaúchos
8	Campus de Médio Araguaia	8	Cuiabá	24	Rio Branco
9	Campus de Nova Mutum	9	Confresa	25	Rondonópolis
10	Campus de Nova Xavantina	10	Comodoro	26	São José dos Quatro Marcos
11	Campus de Pontes e Lacerda	11	Guarantã do Norte	27	Sapezal
12	Campus de Sinop	12	Itiquira	28	Sorriso
13	Campus de Tangará da Serra	13	Jauru	29	Tapurah
		14	Juína	30	Vila Bela da Santíssima Trindade
		15	Lucas do Rio Verde	31	Vila Rica
		16	Marcelândia	32	São Félix do Araguaia

Fonte: UNEMAT (2021).

Estes cursos foram instituídos e regulamentados a partir de um conjunto de leis, decretos, resoluções, conforme indicado na tabela 11. Esses instrumentos legais asseguram a criação e a operação da Unemat até final de 2021.

Tabela 11: Atos normativos de criação da Unemat de 1978 a 2008.

1.	Lei nº 703, de 20 de julho de 1978, autoriza o poder executivo a criar o Instituto de Ensino Superior de Cáceres - IESC.	1978
2.	Decreto nº. 190/1978 cria o Instituto vinculado à Secretaria Municipal de Educação e de Assistência Social.	1978
3.	Lei Estadual nº. 4.960, de 19 de dezembro de 1985, o Poder Executivo instituiu a Fundação Centro Universitário de Cáceres - FCUC.	1985
4.	Lei Estadual nº. 5.495, de 17 de julho de 1989, altera a Lei n.º 4.960, para adaptação às normas da legislação de Educação, a fim de que passasse a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres - FCESC.	1989
5.	Lei Complementar nº. 14, de 16 de janeiro de 1992, a Fundação de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passa a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso – FESMAT.	1992
6.	Decreto nº. 1.236, de 17/02/92, implanta a estrutura organizacional a partir de maio de 1993.	1992
7.	Lei Complementar nº. 30, de 15 de dezembro de 1993, cria a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.	1993
8.	Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso homologa e aprova os Estatutos da FUNEMT e da UNEMAT através da Resolução N° 001/95-CEE/MT publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 14/03/1996.	1995
9.	Em 10 de agosto de 1999 a Universidade é Credenciada pelo Conselho Estadual de Educação, por 05 (cinco) anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica.	1999
10.	Lei Complementar N° 74, de 13 de dezembro DE 2000. Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, Plano de Carreira dos Profissionais Técnicos da Educação Superior, seus respectivos cargos e remuneração e dá outras providências.	2000
11.	Resolução N°. 022/2003 – CONSUNI Dispõe sobre o Estatuto da UNEMAT.	2003
12.	Portaria 064/2005 CEE/MT, no DO do Estado em 22/03/2005, recredenciada por 05 anos.	2005
13.	Lei Complementar nº. 319 de 30 de junho de 2008, modifica a organização da UNEMAT.	2008
14.	Resolução N° 001/2010 – CONSUNI Dispõe sobre o Estatuto da UNEMAT.	2010
15.	Resolução N° 002/2012 – CONCUR Homologa o Estatuto da UNEMAT.	2012
16.	Resolução N° 008/2019 – CONSUNI Homologa a Resolução nº 005/2019-Ad Referendum do CONSUNI que reorganiza a Estrutura Organizacional da UNEMAT.	2019

Até o término de 2021, a Unemat esteve a cargo da formação de aproximadamente 22 mil estudantes, com 21.647 envolvidos nos cursos de graduação e 1.505 na pós-graduação. Todos vinculados uma ampla gama de ofertas, compreendendo 67 cursos presenciais, 45 cursos diferenciados, 64 cursos de Educação a Distância, 33 cursos de pós-graduação. Essa última categoria incluía quatro (04) doutorados institucionais, quatro (04) doutorados interinstitucionais (DINTER), três (03) doutorados em rede, onze (11) mestrados institucionais, um (01) mestrado interinstitucional (Minter) e cinco (05) mestrados profissionais (UNEMAT, 2020e). Além disso, a instituição operava com o suporte de 1354 docentes e 742 profissionais técnicos administrativos até o ano de 2019.

No âmbito do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) para o período de 2017 a 2021, a Unemat estabeleceu seus “pilares estratégicos”: missão, visão, valores e princípios (UNEMAT, 2018a, p.32-33), conforme detalhado no quadro 07.

Quadro 7: Pilares estratégicos da Unemat (2014-2021).

<p>Missão <i>Oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática.</i></p>	
<p>Visão <i>Ser uma instituição multicampi de excelência em ensino, pesquisa, extensão e gestão com reconhecimento nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento</i></p>	
<p>Princípios <i>Autonomia didático-pedagógica, científica, administrativa, financeira, orçamentária e política</i> <i>Equidade e igualdade</i> <i>Descentralização</i> <i>Democracia</i> <i>Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão</i> <i>Laicidade</i> <i>Multidimensionalidade do conhecimento</i> <i>Pluralidade de ideias e conceitos</i> <i>Respeito Ética</i> <i>Valorização humana e profissional</i> <i>Sustentabilidade</i> <i>Gestão participativa</i></p>	<p>Valores Comprometimento Democracia Sustentabilidade Responsabilidade social Humanismo Qualidade Pluralidade</p>

Fonte: UNEMAT (2018a, p.32-33)

Essas diretrizes no âmbito da Unemat coincidem com os conceitos e valores estabelecidos nos instrumentos de gestão dos museus, a exemplo do plano museológico, os quais vêm sendo instituídos tanto por meio das leis e decretos que regem a administração pública e as políticas de museus e patrimônio cultural, quanto pelas instituições federais e estaduais. Isso estabelece uma interligação entre a Universidade, os Museus e a preservação, situando-os dentro das realidades em que operam e das comunidades por eles atingidas.

Estes pilares estratégicos em conjunto são fundamentais para compreender como a Universidade pode contribuir para abordar os desafios relacionados às políticas federais e estaduais de preservação do patrimônio cultural e a atuação dos museus universitários da Unemat no estado de Mato Grosso. Isso considera a abrangência da atuação da Unemat a nível estadual e seu papel na oferta de ensino superior a nível federal. Conforme detalhado pela UNEMAT (2018), baseado na estimativa do IBGE/PNAD/2014, em 2013,

a população estimada de Mato Grosso foi de 3.182.113 habitantes, o que representa 1,6% da população brasileira (201.032.714 habitantes) e 21,2% da população do Centro-Oeste (14.993.191 habitantes); 81,9% da população vivem na zona urbana, contra 18,1% na zona rural, sendo que a população é formada por 51,3% de homens e 48,7% de mulheres.

A ampliação do número de vagas na educação superior nacional foi considerável no período de 1996 a 2014. Segundo dados do Censo da Educação Superior/ INEP/MEC, o número de vagas ofertadas passou de 634.236 em 1996 para 3.545.294 em 2014. Em 1996, o número de 1.868.529 matrículas, foi ampliado em 2014 para 6.486.171. Esse aumento do número de vagas e matrículas também se repete no Estado de Mato Grosso que, no mesmo período, passa de 8.396 para 67.073, enquanto que o número de matrículas passa de 24.213 em 1996 para 128.419 em 2014 (UNEMAT, 2018a, p.28-29).

Desde a sua fundação, a Unemat passou por períodos de gestões curtas, marcadas por embates políticos, tanto no sentido de consolidar sua posição como instituição de ensino superior quanto na construção e fortalecimento de diversas áreas do conhecimento em Estado de Mato Grosso. Com a estabilidade política iniciada em 2002, a gestão universitária contou com um segundo mandato do prof. Taisir Mahmudo Karim Reitor (2006–2010), seguido por Adriano Silva (2010–2014), Dionei José da Silva (Mar/dez 2014) e Ana Maria Di Renzo (Jan 2015 – 2018).

Considerando o panorama atual da contribuição da Unemat na oferta de vagas educacionais em Mato Grosso, surgiu a pertinente questão: qual é o lugar da Cultura, dos Museus e do Patrimônio Cultural dentro desse contexto da universidade?

2.2 - Definindo diretrizes: Cultura e Museus no 1º Congresso Universitário da Unemat

Entre os anos de 1995 e 1996, aconteceu um debate interno voltado para a definição dos “rumos estratégicos” a partir do seu 1º Congresso Universitário da Unemat. Essa instância, responsável por decisões e formulações de macropolíticas, reuniu 124 delegados dos 10 *Campi* Universitários (Cáceres, Pontes e Lacerda, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Sinop, Colíder, Alta Floresta, Alto Araguaia, Nova Xavantina e Luciara). Durante esse congresso, diretrizes foram estabelecidas abrangendo os seguintes temas de desenvolvimento institucional para as próximas décadas, sendo:

papel da Universidade, autonomia, financiamento, avaliação institucional, currículo e práxis pedagógicas, formas de ingresso e periodicidade,

qualificação profissional, ciência e tecnologia, comunicação e cultura, integração latino-americana, formas de gestão, estrutura física, política e administrativa (UNEMAT, 1996, p.2).

Para compreender a integração dos museus na agenda institucional, é necessário considerar várias temáticas de relevância, incluindo financiamento, recursos humanos, planejamento e avaliação institucional, comunicação, cultura e expansão do acervo bibliográfico, da TV e da Rádio. Esses aspectos são fundamentais para o avanço da Ciência e da Tecnologia, e foram debatidos por diferentes participantes ao longo desse período e evento.

Esse processo remonta ao período anterior à promulgação da Lei Nº 9.394, datada de 20 de dezembro de 1996, que passou a ser conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Contudo, é importante apontar que esta lei não atribuiu a devida ênfase à relevância dos museus e da preservação do patrimônio cultural no contexto da educação nacional.

Uma das diretrizes voltadas para o desenvolvimento institucional presente nos debates do 1º Congresso Universitário que mantinha diálogo direto com as políticas públicas relacionadas aos museus e patrimônio cultural foi aquela que definia o papel social da Universidade, considerando os princípios de compromisso social e democracia (UNEMAT, 1996).

No princípio de Compromisso Social, pactuaram o entendimento de que

Uma universidade deve ter como Princípio, para a sua constituição, o conhecimento e a intervenção nos problemas sociais de seu tempo. Num país do Terceiro Mundo como o nosso, é inconcebível uma universidade que não tenha como eixo de atuação as problemáticas que geram a pobreza, a fome, o desequilíbrio ecológico, a violência e a perda da identidade cultural.

No caso de Mato Grosso, por suas características e pela necessidade de uma ação efetiva para a resolução dos seus problemas sócio-ambientais, a UNEMAT deve contribuir estrategicamente no processo como instituição de ensino, pesquisa e extensão, voltada ao atendimento das necessidades da maioria da população. Mas não somente isso. Deve ir além dos problemas e das demandas, com vistas à perspectiva de um futuro a longo prazo em todas as dimensões do conhecimento.

É urgente o tracejamento de uma política geral de intervenção e inserção na sociedade, a fim de identificar os problemas sociais na busca de alternativas relevantes para o homem realizar-se como pessoa e coletividade, garantindo o acesso e a participação de toda a população no processo de desenvolvimento.

É possível repensar um modelo de desenvolvimento para Mato Grosso, que possa servir como referência a um Projeto Nacional capaz de atender às necessidades da modernidade. (...)

A universidade deve apontar para essa modernidade, pois,

“Cabe à Universidade ajudar na definição de uma nova modernidade que assegure o funcionamento democrático de sociedade, eliminando o apartheid social, construindo uma economia eficiente com abertura em relação ao exterior, descentralizada e respeitando a ecologia. Uma modernidade ética, enfim, no sentido de ser definida por seus objetivos e não pelos meios que utiliza” (Cristovam Buarque, 1995).

Desta forma, caberá à UNEMAT gerar conhecimento necessário ao desenvolvimento de Mato Grosso, respeitar as características sócio-ambientais e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, através de pesquisas que apontem para o melhor aproveitamento sustentado dos recursos naturais, construindo a cidadania, o acesso ao conhecimento, à cultura, à tecnologia, enfim, à qualidade de vida como matriz e razão da existência da Universidade.

A UNEMAT deverá desenvolver linhas de pesquisas científicas e tecnológicas que revertam a exclusão social, elaborando um conhecimento pautado na realidade regional e buscando na tecnologia instrumentos de desenvolvimento (UNEMAT, 1996, p.3).

No princípio de Democracia,

Somente será possível conceber uma universidade engajada nas problemáticas de seu tempo se for capaz de comprometer-se com essa realidade. Este compromisso deve ser o fundamento basilar da universidade. Mas, para que isto ocorra, é necessário que haja “democracia” no sentido amplo da palavra. Democracia para professores, alunos e funcionários, para que possam sentir-se parte desse projeto e que tenham clareza do seu papel social, individual e coletivo. Através da democracia é que se pode construir o sujeito coletivo, capaz da práxis social e do compromisso.

Segundo Cristovam Buarque,

“O entendimento da democracia vai exigir a convicção de que a participação interna só se justifica como meio para que a Universidade se mantenha em sintonia com a sociedade em geral com sua luta por soberania e eficiência no caminho para a igualdade”

Com esse entendimento, a universidade deixa de exercer papel puramente acadêmico ou assistencialista, para ser propositora e atuante na realidade circundante com todas as suas contradições humanas e ambientais, interagindo com os sujeitos sociais e conquistando uma competência capaz de se refazer (UNEMAT, 1996, p.3).

Além destes princípios, a autonomia, financiamento e avaliação institucional se revelaram elementos cruciais. Também se tornou relevante observar as perspectivas a respeito da Ciência e Tecnologia, bem como da Comunicação e Cultura, aos quais foram adotadas como áreas de interesse e orientadoras de ações da UNEMAT nos próximos anos.

No âmbito da Comunicação, estavam presentes a estruturação da TV e da Rádio. A internet, apesar de ser considerada de maneira genérica e incipiente, destacava-se como um meio que mudaria (como realmente mudou) “todos os paradigmas que orientam as relações humanas” (UNEMAT, 1996, p.38). Durante o processo de expansão da Unemat,

a comunicação aparece como um dos maiores desafios à democracia interna, pois, ainda não se conseguiu implementar uma política de comunicação capaz de suprir as necessidades de uma instituição multicampi espalhada por um estado de proporções territoriais gigantescas. Isso tem acarretado o isolamento dos campi, a centralização política e administrativa, dificultando a efetivação da democracia pela desinformação, gerando a falta de identidade institucional, ausência de fóruns de debates e descontentamento (UNEMAT, 1996, p.39).

Quanto ao setor da Cultura, a partir do 1º Congresso Universitário a UNEMAT passou a ser orientada a

permitir o acesso e a valorização das manifestações culturais e artísticas populares, para que povo possa manter acesas as suas tradições. A UNEMAT tem por obrigação empenhar-se na pesquisa e na formação de grupos de estudo para **resgatar as tradições perdidas ou desestimuladas no âmbito popular, tentando incentivar a continuidade e, sobretudo, a divulgação e organização de eventos.**

Somente o empenho e o engajamento da Universidade na **valorização das diversidades culturais e manifestações artísticas do seu contexto** é que poderá **produzir inovações**, saindo-se, assim, da chamada “cultura alienada” que reproduz apenas as relações sociais ou de trabalho, convenientes à elite dominante. **Uma das razões de a Universidade não despertar no povo interesse em defendê-la está justamente nessa não valorização do que há de cultural e artístico no popular** (UNEMAT, 1996, p.44, grifos meus).

Com base em Michel de Certeau (1995) e em George Lucaks, os congressistas enfatizavam a necessidade de romper com as estruturas que privilegiavam uma cultura específica, deixando de lado outras expressões culturais, especialmente aquelas associadas às culturas populares. Além disso, destacavam que “A arte não é apenas o belo burguês” (UNEMAT, 1996, p.44). Neste sentido, vale citar integralmente o ponto “Postura da Universidade para com a Cultura”, que não apenas refletia a postura da Unemat, mas também definiu metas para o setor da Cultura. Neste constavam:

1. Postura da Universidade para com a Cultura

A UNEMAT, pelo fato de estar localizada em diferentes regiões do Estado, convivendo com diferentes grupos étnicos e culturais deve adotar uma postura relativizante:

- a) tratar igualmente todas as culturas, dissolvendo as dicotomias valorizantes entre cultura popular e erudita, rural, urbana e periférica, de origem européia, africana, indígena ou oriental;
- b) reconhecer que a formação da atual população matogrossense é pluriétnica;
- c) reconhecer a farsa do mito da democracia racial brasileira e atuar para o fim dos preconceitos raciais;
- d) respeitar as diferentes crenças religiosas.

2. Metas para a Cultura

A Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Mídias, deverá viabilizar as seguintes metas:

- a) todos os cursos existentes na Universidade **promoverão regularmente projetos na área da cultura**, criando, assim, **um acervo de fitas de vídeo, publicações e outros;**
- b) os campi da UNEMAT comporão um cronograma anual de eventos e outras atividades, na área cultural, e enviarão para a Coordenadoria de Cultura, que também definirá seus projetos no começo do ano. Os campi, independentemente dos eventos incluídos na programação geral, realizarão seus eventos específicos durante o ano;
- c) realização de um cronograma anual da UNEMAT, considerando os cronogramas apresentados pelos campi, conciliando as atividades afins. Em seguida, esse cronograma será encaminhado para apreciação pelo Conselho competente;
- d) destinará recursos financeiros para a execução das atividades propostas na programação;
- e) **manterá grupos permanentes ligados ao teatro, música e dança** e buscará o intercâmbio com outras instituições do Brasil e da América Latina;
- f) apoiará a publicação de obras de autores locais através da Editora da Universidade;

g) buscará parcerias com órgãos públicos e/ou privados para auxílio financeiro na realização **dos eventos e atividades culturais**.

3. Para o incremento da diversidade cultural no âmbito da UNEMAT, propõe-se:

- a) para criação e divulgação artística deverá ser implantado o Núcleo de Desenvolvimento Artístico, adotando políticas de valorização de cultura popular, responsável pelo estudo, repasse e divulgação do conhecimento acumulado pelo povo no cultivo de suas diversidades étnicas através dos meios de comunicação: rádio, TV educativa, Internet;
- b) manter grupos populares de dança, teatro, música e pintura;
- c) manter intercâmbio com os artistas plásticos regionais, criando ateliês para os alunos da rede pública de ensino;
- d) manter oficinas periódicas de teatro com objetivo de incentivar o hábito e o gosto pela representação;
- e) criar uma orquestra universitária e uma banda acadêmica;
- f) assegurar a **apresentação dos grupos de resgate da cultura popular** formados pela Universidade nos locais de origem, nas festas religiosas ou não, realizadas nos sítios e vilas e, ainda, nos encontros regionais, nacionais e internacionais;
- g) incentivar os pequenos artistas e autores acadêmicos, com publicações de literatura produzida em livros e revistas aprovadas pelo Conselho Editorial;
- h) criar espaço para as **exposições artísticas regionais**, nacionais e internacionais, produção e representação de peças teatrais, concertos musicais, ensaios e apresentações de dança, ou seja, um anfiteatro moderno, que congregue todos os fazeres culturais e artísticos;
- i) dotar a UNEMAT de **infra-estrutura para formação de um circuito permanente de cultura e arte**, com exibição coletiva de televisão e vídeo, salas de cultura contemporânea, com equipamentos correspondentes;
- j) incluir a **disciplina Antropologia Cultural e Social** em todos os cursos da UNEMAT;
- k) introduzir a **disciplina “História da África”** no curso de História da UNEMAT e na Escola de Aplicação;
- l) **realizar eventos** com a exibição da produção artística das diferentes etnias existentes no Estado;
- m) **reconhecer grupos interétnicos** no que se refere à sua inclusão nos setores de recepção, rádio, TV, jornal e propaganda da UNEMAT;
- n) realizar prioritariamente cultos ecumênicos (abrangendo, inclusive, as religiões não cristãs) nos eventos religiosos propostos pela UNEMAT;
- o) atentar para os modos formais de **educação dos povos indígenas do Estado**, oferecidos por órgãos oficiais ou não, a fim de que a UNEMAT contribua na produção de uma educação para o índio de forma crítica, reflexiva e teórica, respeitando a soberania dos povos indígenas (UNEMAT, 1996, p.45-47, destaques meus).

Apesar do enfoque pluralista em relação à cultura e da sensibilidade voltada para a cultura popular, torna-se evidente que, tirando a Educação dos povos indígenas e a implementação da disciplina de antropologia cultural em diversos cursos, área da Cultura não era apresentada como um campo de atuação profissional em si. Por outro lado, a promoção da área da cultura passou a se dar principalmente por meio de políticas que se baseavam em projetos de eventos pontuais, como os musicais, artísticos e teatrais. Essa abordagem pontual gerou fragilidades na consolidação das diferentes áreas do conhecimento a partir do ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação.

Notavelmente, a preservação do patrimônio cultural e os museus, inclusive os relacionados as ciências e tecnologias, não aparecem nos documentos levantados sobre o 1º

Congresso Universitário e seus debates setoriais, apesar do destaque dado à responsabilidade do Estado e suas instituições na proteção e conservação das criações científicas e tecnológicas, assim como dos conjuntos científicos, conforme estipulado nas Constituições Federal e a Estadual de Mato Grosso. Mesmo diante da já conhecida importância dos museus nacionais, regionais e universitários, bem como do debate avançado em nível nacional. Observou-se certo enfoque na construção de acervos a partir das ações e projetos envolvendo grupos artísticos. No entanto, essas iniciativas na educação universitária atuaram muitas vezes de maneira isolada, influenciada pelas afinidades de gestores e grupos específicos. Isso dificultou a consolidação enquanto áreas técnicas do conhecimento a partir de cursos regulares, inclusive nas artes, música, dança, museologia, arquivologia, cinema. Mesmo quando compreendidos a partir de suas “aplicações técnicas do conhecimento”, voltadas para “produzir novos bens e experiências culturais”, que sempre estiveram ligadas “à reprodução das elites” (FEATHERSTONE, 2000, p.64-65).

De acordo com Chauí (2001), nesse período a universidade pública brasileira deveria ser entendida como

uma **realidade completamente heterônoma**. A heteronomia é **econômica** (orçamento, dotações, bolsas, financiamentos de pesquisas, convênios com empresas não são decididos pela própria universidade), é **educacional** (currículos, programas, sistemas de créditos e de frequência, formas de avaliação, prazos, tipos de licenciaturas, revalidação de títulos e de diplomas, vestibulares e credenciamento dos cursos de pós-graduação não são decididos pela universidade), é **cultural** (os critérios para fixar graduação e pós-graduação, a decisão quanto ao número de alunos por classe e por professor, o julgamento de currículos e títulos, a forma da carreira docente e de serviços são critérios quantitativos determinados fora da universidade), é **social e política** (professores, estudantes e funcionários não decidem quanto aos serviços que desejam prestar à sociedade, nem decidem a quem vão prestá-los, de modo que a decisão quanto ao uso do instrumental cultural produzido ou adquirido não é tomada pela universidade) (CHAUÍ, 2001, p.58, grifos meus).

Nessa relação da Universidade com a Cultura, conforme Chauí (2001, p. 60), essa última costuma ser tratada a partir de como sociedade capitalista também opera a divisão social do trabalho, onde a cultura é vista como uma forma de compensar o lado “improdutivo”. A partir da universidade brasileira, esse processo acontece principalmente a partir da instrumentalização da cultura, onde nas ciências humanas, destacava que a cultura se encontrava imersa no “puro tecnicismo, que anula o sentido das humanidades, relegadas à condição de ornamento ou de anacronismo tolerado”. Na sua relação com a sociedade, a Universidade imperava a “racionalidade administrativa e pela eficácia quantitativa, opondo-se àqueles que lamentam o fim de uma universidade onde ensinar era uma arte e pesquisar, a tarefa de uma vida” (CHAUÍ, 2001, p. 60).

Na década de 1990, a Ciência e a Tecnologia no âmbito da Unemat passaram a se estabelecer de forma mais definida, aos quais foram entendidas base para a

formulação de uma política de desenvolvimento para o país, com vistas ao atendimento dos interesses e necessidades da maioria da população, contribuindo, assim, para a melhoria de sua qualidade de vida. As relações de dominação exercidas sobre a sociedade brasileira visam a restringir o seu desenvolvimento autônomo (UNEMAT, 1996, p.26).

Os problemas decorrentes da política neoliberal nas universidades públicas brasileiras eram amplamente reconhecidos, especialmente os efeitos de desestímulo e o baixo investimento em Ciência e Tecnologia (C&T). Isso resultava em cortes de verbas, descontinuidade de ações e projetos, operações com poucos recursos humanos e infraestrutura limitados. Essa situação destacava a necessidade da atuação do Estado e a sua responsabilidade como financiador de C&T, a fim de assegurar os interesses públicos. Neste sentido, entendia-se que as

universidades, especialmente as públicas, têm papel decisivo para o desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento direto, nas atividades de pesquisa e extensão, quanto à formação de recursos "humanos, no ensino de graduação e de pós-graduação.

Na conjuntura adversa, as universidades são afetadas naquilo que constitui sua atividade básica: a geração e a irradiação do conhecimento, numa perspectiva crítica e criativa. Para cumprir satisfatoriamente essa missão, há necessidade de pesquisa científica e tecnológica de qualidade. Entretanto, isso só é possível mediante, não apenas um fluxo contínuo de recursos financeiros que assegurem as condições plenas de desenvolvimento das pesquisas, mas também uma política de C&T clara e definida no sentido do interesse público e sob controle social.

O sistema de pesquisa existente nas universidades e nos institutos especializados tem sido, e continua sendo, reconhecidamente, subdimensionado para fazer frente ao desenvolvimento autônomo do país. Defronta-se, assim, com uma série de dificuldades que vêm drasticamente reduzindo a capacidade de trabalho.

A desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisas, a evasão de pesquisadores para o exterior, a corrida pelas aposentadorias de pesquisadores em plena atividade e o desestímulo pela carreira científica, são consequências da política governamental que não vem dando apoio à pesquisa científica e tecnológica. Com efeito, o governo, através de sua "política" de modernização, visa ao atrelamento da produção técnico-científica à produção industrial que, por sua vez, está subordinada à política "neoliberal".

Laboratórios construídos com recursos públicos são, nestes casos, considerados pelos pesquisadores como sendo para seu uso particular, dissociados das atividades de graduação e pós-graduação, caracterizando muitas vezes a apropriação privada do espaço público. Na política atual, os serviços de assessoria, participação em projetos empresariais e as bolsas de pesquisas que se prestam para a complementação salarial, representam mecanismos que envolvem a subordinação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores aos organismos financeiros.

Os critérios de seleção, considerando o mérito científico, as condições de infra-estrutura dos laboratórios e a capacitação de equipes de pesquisadores já consolidadas, levam à canalização dos recursos para esses grupos, que, por sua vez, possuem forte influência nos organismos de financiamento. Exclui-se, assim, a ascensão de grupos emergentes de pesquisa. (...)

A Universidade tem como uma de suas finalidades básicas a produção e disseminação do conhecimento, além de se constituir num fórum de reflexão e discussão de caráter pluralista. Neste sentido, a **indissociabilidade entre**

ensino, pesquisa e extensão constitui o alicerce que efetivamente possibilita a pesquisa científica e tecnológica (UNEMAT, 1996, p. 28, grifos meus).

A conjuntura nacional agravava os problemas no estado de Mato Grosso e colocava em risco o projeto de universidade autônoma, capaz de produzir conhecimento e oferecer contribuições para a solução de problemas sociais. Durante o processo de estadualização da Universidade, entre a comunidade acadêmica havia o entendimento de que o “desenvolvimento científico e tecnológico sempre foi insignificante. À ausência de uma política dos governos estaduais para a C&T é constante”, apesar do disposto no art. 352 da Constituição Estadual de Mato Grosso (1989), e da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), conforme art. 354 CE-MT 1989. O propósito dessas medidas era assegurar o reconhecimento de que:

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa básica, a autonomia e capacitação tecnológica e a difusão dos conhecimentos, tendo em vista o bem estar da população, a solução dos problemas sociais e o progresso da ciência (Art. 352 da Constituição Estadual de Mato Grosso In: UNEMAT, 1996, p. 27).

Dentro dos debates internos da Unemat, as diretrizes e os objetivos pactuados coletivamente no 1º Congresso Universitário já se reconheciam os desafios inerentes à consolidação da pesquisa científica e tecnológica. Igualmente, enfatizavam o importante papel da Unemat, que deveria assumir a responsabilidade de se “transformar em um polo irradiador de C&T, da prática da pesquisa e da formação de pesquisadores em nosso Estado” (UNEMAT, 1996, p. 27). Isso deveria ocorrer em “sintonia com os interesses sociais da maioria da população”, abrangendo “todas as linhas de pesquisa” (UNEMAT, 1996, p. 27). As atividades passam a ser estruturadas principalmente a partir de projetos de pesquisa, vinculados aos departamentos e faculdades. Esses projetos eram submetidos à aprovação dos órgãos colegiados pertinentes, sob a crença de que esse processo contribuiria para desburocratizar a formulação, monitoramento e avaliação. Apontavam ser vital criar mecanismos para acompanhamento. Isso visava, em parte, combater os atrelamentos de projetos aos interesses das agências financiadas, sejam elas públicas ou privadas, bem como a empresas e setores governamentais que interferiam na autonomia da universidade. Essas forças muitas vezes comprometiam a dedicação dos professores a projetos que não necessariamente atendiam aos interesses da maioria da população. Estabeleceu-se que a universidade deveria criar **centros de pesquisas**, que poderiam trabalhar com outras instituições, visando o desenvolvimento de suas respectivas áreas, conforme definição abaixo:

A UNEMAT deverá estabelecer uma política de relações institucionais permanentes com outras universidades, entidades e centros de pesquisa do Brasil e do exterior, tendo como principal fim o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos de interesse comum e a capacitação docente e técnica.

Estimulará que seus pesquisadores e técnicos participem de congressos, conferências e simpósios no Brasil e no exterior, bem como desempenhará esforços para a realização dos mesmos em suas dependências (UNEMAT, 1996, p.30-31, destaques meus).

É a partir dessas orientações que a Unemat e a sua comunidade acadêmica passaram a definir conceitos e a construir espaços, a adquirir infraestruturas e a criar mecanismos e instrumentos para o desenvolvimento e efetivação da sua política de pesquisa e de cultura, considerando os conflitos entre as diferentes áreas, o desequilíbrio nas relações de poder internamente, que, por vezes, ora promoveram a exclusão de grupos emergentes de pesquisa, ora canalizaram recursos para áreas específicas de grupos dominantes.

Neste processo, a partir do relatório final do 1º Congresso Universitário da Unemat pode-se observar que a criação dos museus universitários e a preservação do patrimônio cultural ainda não eram compreendidos como áreas dos conhecimentos relevantes a ponto de demandar uma intervenção a partir da universidade.

O que também pode ser analisado a partir de um contexto mais amplo, no qual a preservação do patrimônio e a criação de museus não figuravam dentre as prioridades das políticas públicas federal, estadual e municipais, apesar dos estudos e patrimonializações no município de Cáceres, sede da Unemat.

Até o ano de 1999, no Estado de Mato Grosso possuíam apenas onze (11) museus, destes dois (02) museus universitários ligados a UFMT, com concentração de sete (07) na capital Cuiabá, um (01) no município de Chapada dos Guimarães, um (01) em Várzea Grande, um (01) em Cáceres, um (01) em Rondonópolis. Em termos de patrimônio cultural, conforme observamos, apenas quatro (04) bens tombados em nível federal pelo IPHAN entre 1957 a 1985, localizados nas cidades de Chapada dos Guimarães, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres e Cuiabá. Em nível estadual, com 33 bens culturais tombados, estando 27 (vinte e sete) localizados na capital Cuiabá, um (01) em Santo Antônio do Leverger, um (01) em Vila Bela da Santíssima Trindade, um (01) em Chapada dos Guimarães, um (01) em Porto Esperidião, um (01) em Cáceres e um (01) em Várzea Grande (MATO GROSSO, 2000a; SECEL, 2017; IPHAN, 2021). De todos esses, exceto o território sagrado ligado aos povos indígenas da região do Vale do Jauru, conhecido como Taihãntesu e Pequisal e o Posto Telegráfico criado por Marechal Rondo em Porto Esperidião, todos os demais bens tombados foram valorados e valorizados a partir das referências culturais das elites locais e ligadas aos processos de colonização do oeste brasileiro a partir dos Bandeirantes.

Em decorrência das deliberações do 1º Congresso Universitário da Unemat e mediante as correlações de forças internas, a partir da segunda metade da década de 1990, considerando os problemas sociais estadual e a agenda política institucional da Unemat, pode-se observar que a política institucional passou a ser pautada principalmente pela qualificação do corpo docente, a política de absorção de recursos humanos, a aquisição de

prédio próprio, a política de publicação, a política de expansão de cursos tecnológicos (RIEDER, 2011; ZATTAR, 2008; UNEMAT, 2003d; UNEMAT, 2004d).

Além disso, mesmo sob as críticas internas alguns grupos de professores também passaram a recorrer a recursos de agências de fomento públicas e privadas, bem como a articulações com os municípios, atores políticos e outras instituições visando captar recursos e financiamento para a construção de seus laboratórios, pagamento de bolsas e financiamento de cursos de graduação e pós-graduação.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, ou seja, com mais de 20 anos de lutas internas, que os museus e o patrimônio cultural passaram a ser incluídos no planejamento anual da instituição, especialmente através da participação de professores na condição de consultores dos Ministérios Público Federal e Estadual na fiscalização e desenvolvimento de estudos para mitigação de impactos ambientais decorrentes de grandes empreendimentos que estavam sendo executados nas diferentes regiões do Estado onde a Universidade se fazia presente.

Conforme vamos observar nos capítulos 03 e 04, foi o que aconteceu com as propostas de Museu ligadas tanto ao Campus Universitário de Cáceres, que foi proposto enquanto meio para o fortalecimento da pesquisa nas áreas da paleontologia, arqueologia, etnografia e espeleologia através de um Centro de Pesquisa, quanto no Campus Universitário de Alta Floresta, que se iniciou através de um projeto de pesquisa e, depois, teve o seu prédio construído parcialmente através da captação de recursos oriundos do Fundo Estadual de Cultura de Mato Grosso, ambos em 1999, com seus terrenos doados pelas Prefeituras.

Nestes dois casos, as iniciativas partiram individualmente ou de um pequeno grupo de professores, sendo o primeiro ligado aos cursos de licenciatura plena em História e Geografia, o segundo a um professor de geologia e paleontologia do curso de licenciatura plena em Ciências Biológicas.

Além disso, na medida em que alguns municípios passaram a estruturar suas áreas ligadas a preservação do patrimônio cultural, como foi o caso de Cáceres, que atualizou sua lei municipal em e criou espaços de participação entre 1982 e 1994, a Unemat também passou a designar professores para atuar nesses processos e a mobilizar os diferentes atores sociais na defesa das referências culturais locais. De acordo com Arruda (2014), a atuação de professores e alunos do curso de História do Campus Universitário de Cáceres foi importante na mobilização popular contra a derrubada da Ponte Branca, que infelizmente não obteve êxito e a mesma foi derrubada em 1998.

Em termos de programa institucional e programas para o desenvolvimento da pesquisa, até agosto de 2000 a Universidade comemorava que um conjunto de professores tinham aprovado 20 das 30 propostas apresentadas que concorreram em edital da FAPEMAT, conforme constava na divulgação institucional da notícia nesse mesmo ano:

FAPEMAT APROVA PROPOSTAS DA UNEMAT

Ao todo 20 propostas, das 30 apresentadas, de projetos de pesquisa foram aceitas e aprovadas pela FAPEMAT, de acordo com o Edital 2000 da Fundação. O projeto e o formulário redigidos na íntegra deverão ser encaminhados até o dia 04 de agosto de 2000 à FAPEMAT, acompanhados de uma declaração da PRPPG/Unemat (UNEMAT, 2000a [s/n.]).

Os projetos executados entre os anos de 1999 e 2000, vinculados a professores/pesquisadores principalmente dos Campus de Cáceres, Alta Floresta e Nova Xavantina, abrangeram as diversas áreas das ciências ambientais, geografia, ciências contábeis, educação, história e linguística.

Parte destes projetos estiveram ligados aos programas de pós-graduação desenvolvidos oferecidos pela UNEMAT de maneira interinstitucional, parte voltado para a qualificação dos seus professores, como: o Mestrado Interinstitucional de Ecologia em convênio com o INPA; o Mestrado Interinstitucional de Linguística em convênio com a UNICAMP; e o Mestrado Interinstitucional em Educação em convênio com a UFRGS (UNEMAT, 2000b).

Por outro lado, alguns buscavam analisar os possíveis impactos de grandes empreendimentos nas populações locais e regionais, na fauna e na flora, como foi o caso dos ofícios do Reitor ao Ministério Público Federal visando disponibilizar seu quadro de professores para atuar no desenvolvimento de estudos de impactos ambientais e sociais ao longo dos anos de 1999 e 2000, conforme vamos ver no capítulo 4, no processo de criação do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”.

Todos esses projetos tornam-se importantes para a formação das coleções científicas biológicas da universidade, conforme identificado no processo de observação e levantamento das informações sobre as coleções científicas da Unemat abrigadas em laboratórios, onde alguns exercem funções de comunicação, exposição e atendimento ao público interno e externo.

A partir do ano 2000, também passaram a ser integrados a agenda política institucional as políticas de inclusão social, a criação da Editora da Unemat (2001), a política de expansão dos cursos de graduação, o plano de carreira, cargos e salários (ZATTAR, 2008; RIEDER, 2011), aos quais além de complementares também exerciam em diversos momentos internos papéis concorrentes com as concepções de desenvolvimento das áreas dos museus e preservação do patrimônio cultural, os quais passaram efetiva e paulatinamente a serem incluídos na agenda política da gestão universitária.

Entre os anos de 1999 e 2003, existiram quatro (04) propostas de Museu. Duas (02) foram executados na categoria de extensão, sendo um no Campus de Alta Floresta e o outro no Campus de Sinop. Uma na categoria de Centro de Pesquisa, que foi financiado através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Todavia, projetos e propostas de museus que

demandaram recursos próprios pela Unemat, como o projeto de extensão Museu do Migrante, ligado ao curso de Pedagogia do Campus de Sinop e a construção de um espaço cultural/museu no campus de Nova Xavantina, esse último previsto no Plano de Trabalho Anual de 2005, tiveram problemas com a continuidade das ações e o último acabou não sendo implementado (UNEMAT, 2003d).

Entre aprovar diretrizes normativas e implementá-las existem percursos, negociações e embates que não aparecem nos documentos. Estas só foram desveladas na observação e análise a partir de uma análise de um conjunto de documentos ligados aos eventos de médio e longo prazo dentro dos processos das políticas públicas, em específico.

O processo de criação e implementação dos museus no âmbito da Unemat acaba se desenvolvendo num momento de disputas políticas por recursos financeiros, infraestrutura, contratação de técnicos, formação e fortalecimento de redes e grupos de pesquisa que serviriam de base para a consolidação de diversas áreas do conhecimento, em que nem todos os sujeitos estavam familiarizados e preparados para acompanhar o processo de transformação das estruturas da Universidade, especialmente quando se tratava das unidades acadêmicas voltadas para garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Havia certa incompreensão sobre o que seria e qual o papel dos museus pela comunidade acadêmica entre os anos de 1999 e 2000, sendo um dos desafios enxergar para além da concepção de que os mesmos serviriam para a valorização e a realização de exposições que privilegiariam as “elites burguesas”. Essa noção parece ter contribuído para que os sujeitos engajados não tivessem tanta força política para conseguir recursos internos para a construção das infraestruturas e recursos humanos, conforme vamos ver a seguir. No caso do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), apesar da força política e administrativa da gestão do campus, que permitiu realizar articulações políticas para a aquisição de terreno pela prefeitura, não foi o suficiente para garantir investimentos internos. Da mesma forma, o Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), que tinha um Termo de Ajuste de Conduta movido pelo Ministério Público Federal.

Esse processo caminha junto com a construção e implementação das resoluções, portarias e instruções normativas que passaram a estabelecer e regulamentar as diferentes formas de organização numa universidade *multicampi* inserida num Estado com dimensão territorial de extensão continental.

2.3 - Entre normas e planejamento: base dos museus e coleções nas políticas de pesquisa e extensão na Unemat

É importante apresentar um conjunto de normas e diretrizes que, no início da década de 2000, contribuíram para a institucionalização da pesquisa e o fortalecimento das áreas das diversas áreas do conhecimento. Para tanto foi criado um Fundo de Investimento Multi Campi – FIMC e o Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão - FIDPEX a partir da Resolução Nº 057/2001, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Dentre os objetivos dos fundos constavam:

Art. 2.º Fica instituído o Fundo de Investimento Multi Campi - FIMC, com as seguintes finalidades:

- I - implementar e reestruturar bibliotecas e laboratórios;
- II - incrementar investimentos em estrutura física e operacional;
- III - melhorar a estrutura permanente didático-pedagógica;
- IV - viabilizar programas e/ou projetos de caráter institucional.

Parágrafo único. Fica vetado o uso dos recursos do Fundo (FIMC) de que trata este artigo para fins de consumo, diárias, passagens e serviços de terceiros (pessoa física).

Art. 3.º Os recursos do fundo de que trata o art. 2.º, serão compostos por:

- I - 5% (cinco por cento), no mínimo, dos recursos provenientes do Orçamento Geral da Fonte 121 (Tesouro do Estado) aprovados na LOA e previstos no PTA;
- II - 5% (cinco por cento), no mínimo, em caráter de taxa de administração, dos recursos provenientes de prestações de serviços via convênios e/ou contratos;
- III - recurso previsto pela Resolução n.º053/2001–CONSUNI, no art. 4.º, II;
- IV - 20% (vinte por cento) do valor líquido proveniente dos concursos realizados pela COVEST. (...)

Art. 4.º Fica instituído o Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão - FIDPEX, com a finalidade de viabilizar:

- I - contrapartidas institucionais de Programas/Projetos financiados por outras Instituições;
- II - Programas/Projetos de interesse institucional;
- III - participação de docentes e funcionários em eventos de caráter científico e/ou culturais, com a apresentação de trabalhos desenvolvidos na UNEMAT;
- IV - publicações da UNEMAT em projetos homologados pelos Conselhos competentes;
- V - contrapartidas em eventos regionais de pesquisa e de extensão (UNEMAT, 2001b, p.2).

Este fundo revelou-se importante para a estruturação de laboratórios e financiamento interno de projetos de pesquisa e extensão, porém também insuficientes para atender as demandas das diversas áreas em todos os *campi* universitários.

De acordo com Zattar et. al. (2018, p. 156) a partir de 1999 a Unemat mantém a política de expansão para a região norte do Estado com a criação de núcleos pedagógicos na região do Vale do Arinos, como foi o caso do Núcleo Pedagógico de Juara e pela Resolução nº 35/99 do CONEPE e pelo *Decisium* nº 59, de 1º de outubro de 1999, do CONSUNI. O Núcleo foi transformado em *Campus* Universitário de Juara, através da Resolução 014/2003 do CONSUNI, com a oferta de Licenciatura em Pedagogia. Esse Campus exercerá um papel importante na expansão dos museus no interior do Estado através da execução de projetos de pesquisa e extensão.

Este processo também esteve intrinsecamente articulado com os desafios impostos ao ensino superior e as universidades públicas federais e estaduais entre os anos de 1998 e 2002, que levaram a reformulação e reestruturação de áreas e disciplinas do conhecimento, bem como a definição de políticas nacionais para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão.

No contexto da extensão, a Unemat tornou-se signatária do Plano Nacional de Extensão Universitária, oriundo dos debates travados no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC no ano de 1998, atualizado em 1999. Dentre as áreas temáticas da Extensão, que deveriam se desdobrar regionalmente constavam inicialmente:

Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural (BRASIL, 2001, p.10).

Áreas essas que foram transformadas em conceitos mais genéricos a partir de 1999, sendo: “1) Comunicação; 2) Cultura; 3) Direitos humanos; 4) Educação; 5) Meio Ambiente; 6) Saúde; 7) Tecnologia; e 8) trabalho” (BRASIL, 2001, p.10), que passaram a constar nos editais de projetos de extensão com financiamento ou sem ônus para a Universidade.

Neste sentido, além de firmar o entendimento de que as “universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país”, também pautando a necessidade da “produção do conhecimento, via extensão” se fazer na “troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade” (BRASIL, 2001, p.10).

Questionavam-se o entendimento da extensão vista a partir de uma “compreensão tradicional, pautada na disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais)” (BRASIL, 2001, p.03). Para tanto, definiram em encontros que a “Extensão Universitária” se tratava de um

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de

teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (BRASIL, 2001, p.05).

Estas definições se alteram em relação ao Estatuto da Unemat aprovado e implementado em 1995, no qual trazia de modo mais genérico os fins, a estrutura e organização institucional *multicampi* da Universidade, na qual era composta pelo Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) e seus órgãos centrais, como a Reitoria e as Pró-Reitorias, os órgãos de administração didático-científica (Faculdades e Institutos, Departamentos), os órgãos de administração executiva (Divisões e Biblioteca Central) e os órgãos da administração regionalizada (Conselho Superior, Coordenadorias Regionais, Divisões da Administração Regional e Bibliotecas Regionais). Neste também se incluiu a figura do Conselho Curador (CONCUR), que assumiu a papel importante nos processos de tomada de decisões sobre a criação e extinção de infraestruturas, como foi o caso do Museu de Humanidades Alaíde Montecchi, como será abordado no capítulo 4.

A partir de 2002, após eleição interna e assumir como Reitor, Taisir Mahmudo Karim, também se iniciou uma reforma político administrativa que levou a aprovação do novo Estatuto da Unemat em outubro de 2003, através da Resolução n. 022/2003, pelo na sessão do CONSUNI. Nesta mudança foram reorganizados e redefinidos os princípios da Universidade, os quais passaram a ser mais abrangentes, incluindo os fins, onde a mesma aparece como promotora da cultura através do ensino, da pesquisa e da extensão, inclusive por meio da radiodifusão sonora e imagens. Essa abrangência toda estabelecida acabou por mascarar as fragilidades dos grupos ligados aos museus e a preservação do patrimônio.

Contudo, para as áreas do patrimônio cultural e dos museus, mesmo que de modo genérico, a LDBN (1996), no âmbito da educação superior essa lei estabeleceu no art. 43, inciso IV, um dispositivo importante mas que foi muito pouco trabalhado, onde acrescenta como dentre as finalidades da educação superior a promoção da “divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos **que constituem patrimônio da humanidade** e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (BRASIL, 1996).

A noção de que os conhecimentos culturais, científicos e técnicos constitui-se em patrimônio da humanidade não aparecia dentre as finalidades, objetivos e agenda institucional da Unemat, fato esse que também demandaria da instituição certa organização, estruturação, consolidação e fortalecimento de áreas do conhecimento e projetos políticos pedagógicos dos seus cursos.

Apesar do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia (PCC&T) ser debatido desde a década de 1990, seja como uma construção social (MENESES, 2012), seja como “conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos

(inclusive documentos em suporte papel), utilizados em laboratórios, as coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes de coleções biológicas e da terra” etc. (GRANATO & LOURENÇO, 2011, p.90).

Granato e Lourenço (2011, p.86) destacam uma análise importante desenvolvida sobre o patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia (PCC&T) no Brasil, onde acrescentam que os “acervos científicos e tecnológicos são frequentemente percebidos como acessórios ao texto, predominando sempre o seu aspecto ilustrativo. Sua utilização como fontes primárias é muitas vezes questionada e muito pouco praticada”.

Os autores op. cit. ressaltam os esforços de cooperação interministerial entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a publicação da Portaria 796 de 28 de outubro de 2008 para garantir a integração de atividades desenvolvidas pelos ministérios e estabelecidas no Plano Nacional de Cultura e no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (GRANATO & LOURENÇO, 2011).

Entender o processo de construção dos museus no âmbito da Unemat demandou compreender as normas para o desenvolvimento da Política de Pesquisa, suas formas de organização e as definições conceituais que perduram ainda nos dias atuais e refletiram na organização dos museus e da preservação do patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia, conforme podemos constatar na Resolução Nº. 109/2003 – CONEPE, de outubro de 2003. Esse documento demarca a institucionalização tanto da definição dos espaços de estruturação e a natureza quanto dos objetivos da pesquisa e o modelo de organização em Rede, onde a pesquisa passa a ser entendida por:

o processo e atividade investigativa e experimental que problematiza, analisa, critica e produz o conhecimento nas múltiplas características filosóficas e epistemológicas, considerando os contextos sócio-cultural, econômico, político, educacional e ambiental, os quais constituem as estruturas, organizações e relações nas complexas sociedades modernas, gerando ciência, tecnologia, arte e cultura.

Art. 2º A Pesquisa tem como objetivo a crítica, a produção e a socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico, tecnológico e cultural, articulando as teorias e as práticas sociais, realimentando o ensino, a extensão e a pesquisa, voltados para a Comunidade Acadêmica e à Sociedade, promovendo, assim, o seu desenvolvimento.

DA ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Art. 3º A Pesquisa será organizada e articulada, **preferencialmente**, em forma de **rede**, para a **compreensão da totalidade** das relações acadêmicas.

Parágrafo único. Entende-se por rede todo processo de articulação e interdimensionalidade que integra a pesquisa numa totalidade constituinte da produção e aplicação do conhecimento.

Art. 4º A Pesquisa será estruturada, de acordo com os seguintes aspectos:

I – Quanto aos espaços de estruturação;

II – Quanto à sua natureza;

III – Quanto à sua estrutura administrativa.

Art. 5º Quanto aos espaços de estruturação, a Pesquisa será:

I – Individual: quando a pesquisa for planejada e executada por um único professor/pesquisador;

II – Departamental: quando a pesquisa for planejada e desenvolvida por professores/pesquisadores de um único Departamento;

III – Interdepartamental: quando a pesquisa articular professores/ pesquisadores de dois ou mais Departamentos;

IV – Intercampus: quando a pesquisa integrar professores/pesquisadores de dois ou mais *Campi* Universitários da UNEMAT;

V – Interinstitucional: quando a pesquisa envolver duas ou mais Instituições e/ou Organizações Públicas e/ou Privadas, para a consecução dos objetivos propostos.

Art. 6º Quanto à sua natureza, a Pesquisa será:

I – Disciplinar: quando o conhecimento se desenvolver em uma única área;

II – Multidisciplinar: quando a estrutura organizacional for de justaposição de diferentes áreas do conhecimento, visando o esclarecimento de pontos comuns;

III – Interdisciplinar: ocorrerá na esfera da linguagem, com o objetivo de promover a interação entre dois ou mais constructos epistemológicos;

IV – Transdisciplinar: ocorrerá no campo da ação, com o fito de promover a cooperação entre diferentes áreas do conhecimento.

Parágrafo único. Serão priorizadas as naturezas inter e transdisciplinar, por representarem metodologias decorrentes de rompimento com a fragmentação do conhecimento.

Art. 7º A estrutura administrativa da Pesquisa será formada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Faculdades/Institutos e Departamentos, que se caracterizam pela articulação dos processos que têm como configuração organizacional **os Centros**, os Núcleos, os Grupos e **a Rede de Pesquisa**.

I – Da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: terá como objetivo gestar políticas de pesquisa, de articulação, financiamento, avaliação, além de registrar e divulgar os resultados das pesquisas;

II – Das Faculdades e Institutos: terão como finalidade a gestão e articulação da pesquisa nos campos do conhecimento da sua especificidade, podendo transpor fronteiras para fomentar pesquisas inter e transdisciplinares, inter-campi, inter-departamentais e inter-institucionais;

III – Dos Departamentos: terão como objetivo definir e estabelecer as linhas e as atividades de pesquisa, mediadas pelos grupos de pesquisa;

IV – Dos Centros de Pesquisa: são os espaços físico administrativos, localizados nos Campi Universitários da UNEMAT, que abrigam os Núcleos e os Grupos de Pesquisa, estruturados com salas de pesquisa, laboratórios, auditórios e equipados com enxoval de pesquisa, para a gestão, execução, avaliação e publicização da pesquisa da UNEMAT (UNEMAT, 2003a, p.1-2).

Estas definições pouco se alteram mesmo após as outras reformas administrativas que aconteceram visando a reorganização de administrativa, política, pedagógica, financeira de forma aprofundar a regulamentação e institucionalização de políticas universitárias setoriais (por meio nas resoluções, instruções normativas e portarias) e reconhecer os campi e cursos criados entre 2003 e 2019.

Neste processo de mudanças também aconteceram ações voltadas para promover maior integração entre a pesquisa, extensão e ensino. Contudo, se por um lado a noção de cultura aparece de forma genérica, a conservação dos acervos científicos e a preservação da Universidade não aparecem em consonância com as diretrizes dos direitos culturais estabelecidos pelas Constituições Federal e Estadual (1988 e 1989), bem como com as políticas nacionais de cultura, a preservação do patrimônio cultural e o Estatuto dos Museus implementadas em nível nacional a partir do Governo Lula, em 2003.

Por outro lado, no âmbito dos instrumentos de planejamento institucional, principalmente nos relatórios anuais e nos Planos Plurianuais de 2000 a 2003 e 2004 a 2007, e nos Planos de Trabalho Anuais de 2003, 2004, 2005 e 2006, surgem um conjunto de

propostas articulados ao programa de extensão universitária, bem como a continuidade pela implantação do Museu e Centro de Pesquisa de Cáceres (MHAM). Dentre as atividades de extensão executadas enquanto atividades museológicas em 2004 aparece: o MUHISNAF integrado ao Centro de Estudos Regionais de Alta Floresta – Museu Regional de História Natural de Alta Floresta entre os nove (09) projetos de extensão executados através do Departamento de Ciências Biológicas do Campus de Alta Floresta, na sua concepção inicial denominado “Museu Estadual de Paleontologia/ Arqueologia” (UNEMAT, 2005b, p.39); o Museu do Migrante, vinculado ao Departamento de Pedagogia do Campus Universitário de Sinop, dentre os 16 projetos executados (UNEMAT, 2005b, p.43).

Em 2005, visando a ampliação e manutenção das áreas do Programa de Extensão Universitária e Cultura, conforme Plano de Trabalho Anual da Unemat e na previsão de receita definida pela Lei Orçamentária do Estado de Mato Grosso, foram estabelecidos como metas a ampliação e manutenção de 137 projetos e o financiamento de 290 bolsas estudantis, bem como por estratégias foram definidas:

- a) Implementação de Projetos de Extensão voltados para as necessidades das comunidades;
- b) Promoção de eventos de cultura, esporte e lazer inerentes à realidade sócio-cultural das áreas de abrangência da Instituição;
- c) Fortalecimento da inserção local e regional da Universidade, garantindo comunicação e integração acadêmica e popular;
- d) Oferecimento de cursos, mini-cursos e seminários de aperfeiçoamento, capacitação e atualização abertos à sociedade;
- e) Consolidação e ampliação dos Núcleos e Centros de Extensão e suas respectivas atividades;
- f) Formação de parcerias com as organizações sociais e os diferentes setores da Instituição contribuir com a melhoria da qualidade de vida da coletividade;
- g) Interação da Universidade com a Sociedade, através de serviços extensionistas assistenciais.
- h) Promoção de políticas de apoio integral aos acadêmicos (UNEMAT, 2005c, p.26).

Neste caso, constavam: o MUHISNAF como meio para a promoção de “atividades acadêmicas, artísticas e culturais, com a implantação e auditório e salas de exposição”; a construção do “Espaço Cultural/Museu” em Nova Xavantina com a finalidade de com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de “ações de cultura e registros antropológicos regionais”; a Construção do Museu de Rochas e Minerais em Pontes e Lacerda, visando “melhorar a qualidade de ensino”; em Sinop, também buscavam a “construção do Centro cultural/Museu e Escola de Artes 400m” a fim de “dar suporte às atividades de formação sócio-cultural” (UNEMAT, 2005c, p.26,49, 50). Exceto o primeiro, estes museus concebidos e executados entre 2004 e 2006 através de projetos de extensão demandam um estudo pormenorizado a fim de compreender os valores, os objetivos e ações que foram desenvolvidos e as causas das descontinuidades, extinções e continuidades, haja vista que o recorte desta tese se fez por aqueles que estavam abertos e em vigência.

Os cenários políticos, administrativos e financeiros vão ser paulatinamente constituídos, conforme consta no anuário estatístico de 2007, que apresenta a evolução do quadro de pessoal desde 1998, incluindo professores e técnicos do ensino superior (Figura 26).

Figura 26: Evolução do quadro de pessoal entre 1998 e 2007.

QUADRO PESSOAL POR CAMPUS UNIVERSITÁRIO EM 2007

QUADRO DE SERVIDORES POR CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Campus	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alta Floresta	42	38	50	68	91	88	91	77	72	86
Alto Araguaia	35	32	37	48	57	57	54	63	79	77
Barra do Bugres	2	15	27	57	93	97	107	116	99	131
Cáceres	382	367	408	532	608	622	678	649	548	586
Colíder	1	5	2	5	6	8	10	13	16	25
Juara*	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-
Luciara	1	4	5	8	11	9	14	16	2	6
Nova Xavantina	35	42	43	53	51	60	68	68	64	67
Pontes e Lacerda	27	28	38	59	72	73	88	75	72	70
Sinop	93	90	106	147	170	192	213	194	162	205
Tangará da Serra	64	80	92	110	131	142	144	164	160	182
TOTAL	682	701	808	1087	1290	1348	1467	1453	1274	1435

Efetivos e Contratados

Os servidores de JUARA recebem pela folha de pagamento de SINOP.

Fonte: UNEMAT (2008).

O que não significa que essa ampliação tenha acompanhado as demandas decorrentes das expansões de novos campi, cursos, laboratórios, centros de pesquisa, como foi o caso da criação do MHAM, que, desde a sua inauguração em 2005, não obteve um técnico qualificado nas áreas das coleções do seu acervo. Em 2007, a Universidade passou a ter 12 *campi* universitários, com total de 1435 servidores, sendo 961 professores entre efetivos e contratados, e 475 técnicos, destes apenas 19 contratados (UNEMAT, 2008d).

Apesar das significativas mudanças na política de democratização do acesso ao ensino superior, como a criação de Cotas para alunos Negros, a criação e o fortalecimento da Faculdade Indígena Intercultural (FAIND)⁷⁸ e a criação de novos cursos e *campi* universitários, bem como a inauguração de dois museus entre final de 2004 (MUHISNAF) e início de 2005

⁷⁸ “Preocupada com a qualificação dos professores que atuavam/atua nas escolas em aldeias indígenas, a instituição passou a ofertar o curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas, com três habilitações: Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais. Para a primeira turma (2001-2006), foram ofertadas 180 vagas para Mato Grosso e 20 vagas para demais Estados do Brasil; destas, formaram-se 186 alunos. Desses outros Estados, a Unemat graduou acadêmicos representantes dos seguintes povos: Kaxinawa (AC), Manchineri (AC), Wassu Cocal (AL), Baniwa (AM), Tikuna (AM), Baré (AM), Pataxó (BA), Tuxá (BA), Tapeba (CE), Tupinikim (ES), Potiguara (PB), Kaingang (RS e SC) e Karajá (TO). Em 2005, teve início a segunda turma (2005-2009), com 100 vagas oferecidas somente para indígenas de Mato Grosso, das quais foram graduados 90 acadêmicos. Para a terceira turma (2008-2012), foram ofertadas 50 vagas e, para a quarta turma (2012-2015), mais 50 vagas. No ano de 2012-2016, além dos cursos de Licenciaturas Intercultural (2011-2016), a UNEMAT passou a ofertar também o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, para o qual abriu 50 vagas, todas ocupadas por professores de aldeias indígenas, pertencentes a 32 povos do Estado de Mato Grosso. A finalidade do curso é a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Médio e na Gestão da Educação Escolar Indígena. A partir do segundo semestre de 2015, a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT passou a atender 120 acadêmicos, sendo 60 do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural e 60 das Licenciaturas Intercultural, pertencentes às seguintes etnias: Apiaká, Aweti, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Chiquitano, Ikpeng, Manoki/Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamaiurá, Karajá, Kayabi/Kawaiwete, Kuikuro, Matipu, Mebêngokrê, Mehinako, Myky, Munduruku, Nafukwá, Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Paíter/Suruí, Kisêdjê/Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Waurá, Xavante e Yawalapiti”. Histórico FAIND. **Portal da UNEMAT (Online)**, maio de 2022. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=acervo>.

(MHAM), os processos e grupos que manifestaram interesses na área de Museu no âmbito da Universidade demonstrou-se bastante difusos e difíceis de mapear, considerando que não um banco de dados específico para a área de museus, como é o caso da Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contudo, mapear proposições a partir das diferentes áreas da universidade possibilitou contribuir na elaboração das diretrizes de propostas de um planejamento voltado para a implementação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural. Além disso, identificar parte dos trabalhos dos diferentes profissionais ligados à preservação revelou ser importante, como no caso do Dossiê de Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, desenvolvido por pesquisadores ligados ao IPHAN e ao Departamento de História, entre 2005 e 2007.

As teses dos Congressos Universitários revelaram-se em fontes inestimáveis para compreender as diversidades de proposições que acabam apresentando e conformando composições das diferentes áreas, diretrizes e prioridades pela comunidade acadêmica.

A partir das teses apresentadas no 2º Congresso Universitário em 2008 e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) elaborado a partir de 2006, foi possível identificar manifestações de interesse na construção do "Museu Memória e Identidade Indígena" entre 2007 e 2008. Esse projeto esteve especialmente ligado ao acervo constituído a partir das atividades da Faculdade Indígena Intercultural (FAIND), que possui o acervo denominado "Joana Saira" com cerca de 66.842 itens e um banco de dados composto por acervos de mídia trabalhos, textos, fotografias, fitas, CD's, DVD's, distribuídos por: "3.686 publicações; 5.671 fotos registradas; 57.000 documentos catalogados; 485 peças etnográficas cadastradas afora os "dados pessoais, educacionais e sócio-linguísticos sobre os professores indígenas" (UNEMAT, 2022, [s.n.])⁷⁹

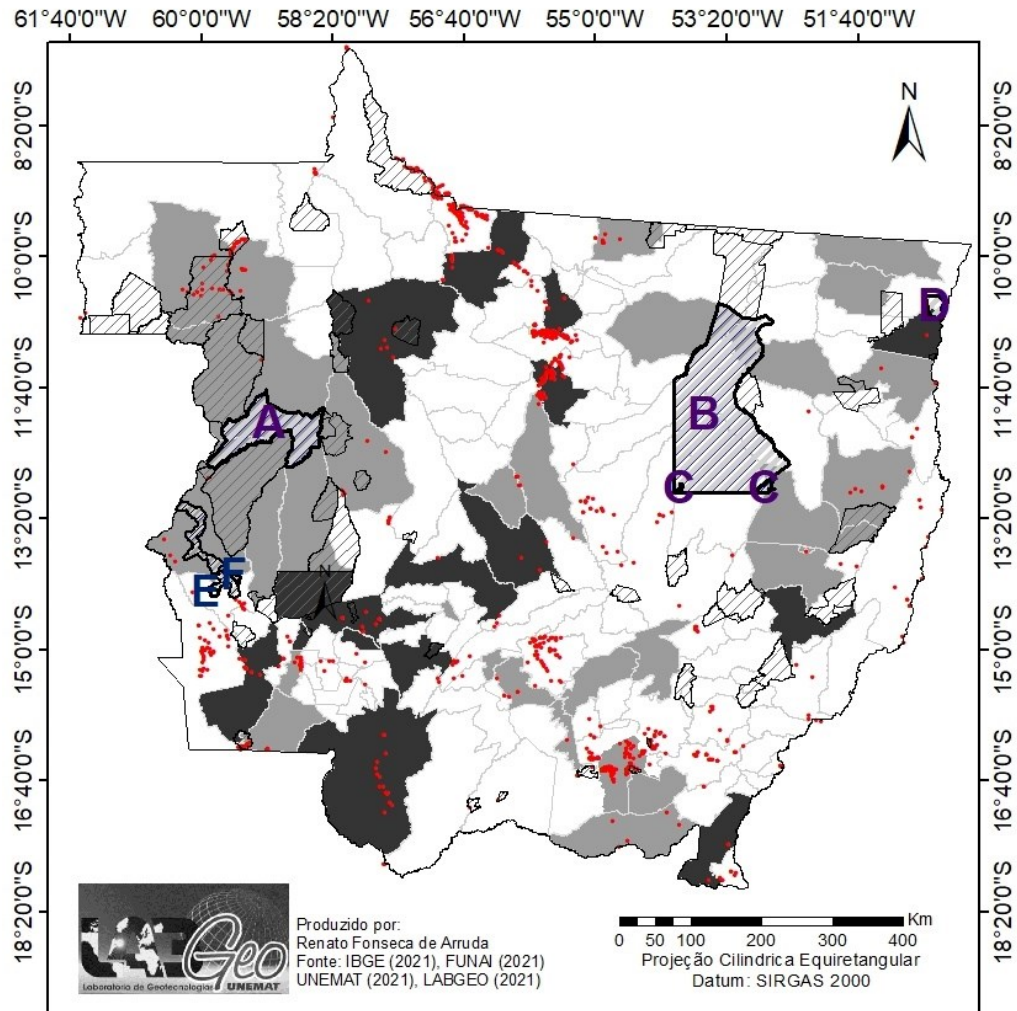
Diante da capilaridade da Universidade no municípios mato-grossenses, as suas ações na temática indígena, principalmente através da Faculdade Indígena (FAIND), contribui para a preservação do patrimônio cultural dos povos indígenas através de pesquisa, mas ainda precisa dominar a linguagem, metodologias e ações voltadas para a produção de dossiês (para o conhecimento, reconhecimento, acatamento e proteção) de lugares sagrados, saberes e fazeres e vestígios materiais de caráter histórico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e artístico existentes nos territórios indígenas mato-grossenses (Figura 27).

Conforme o FOENDEPA (2022, p.1) "essas populações são guardiãs de memórias e práticas culturais ancestrais. A integridade de seu território é fundamental na preservação e continuidade de suas identidades e culturas". Tais ações também se demonstram relevantes

⁷⁹ Acervo FAIND. **Portal da UNEMAT (Online)**, maio de 2022. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=acervo>

quando se refere a garantia de acesso aos territórios, onde muitos povos de diferentes etnias estão sendo privados e ameaçados por mineradoras, garimpeiros ilegais e especuladores fundiários.

Figura 27: Territórios indígenas com patrimônios materiais e imateriais indígenas.



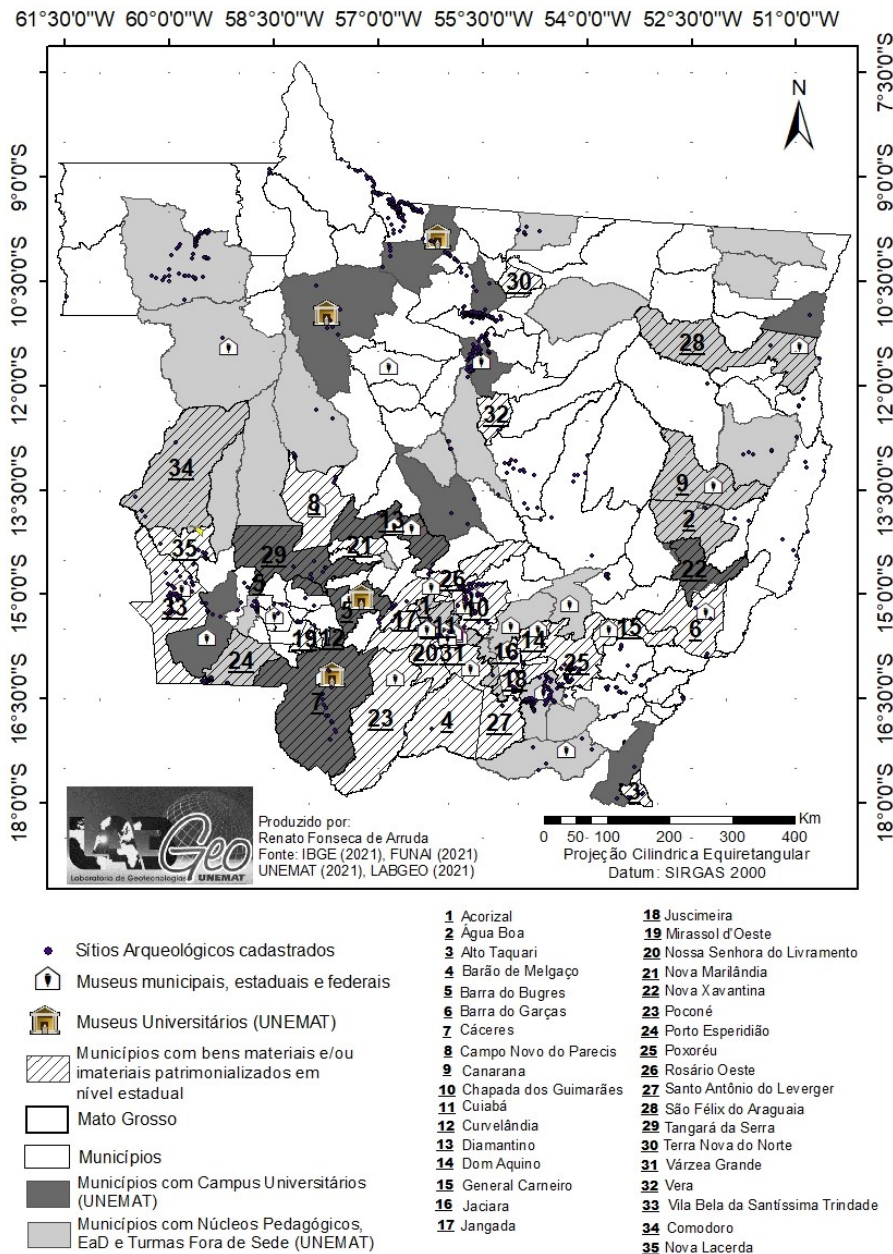
- Capital - Cuiabá
 - Sítios Arqueológicos cadastrados
 - Mato Grosso
 - Municípios
 - Municípios com Campus Universitários (UNEMAT)
 - Municípios com Núcleos Pedagógicos, EaD e Turmas Fora de Sede (UNEMAT)
 - Terras Indígenas (TI- 2019)
 - TI com Patrimônio Cultural Brasileiro
- Territórios com bens tombados, registrados e/ou inventariados pelos governos estadual e federal**
- A - Bem cultural (federal): Ritual Yaokwã
Local: Território Indígena Enawenê-Nawê
 - B - INDL (federal): Juruna; Kuikuro; Kalapalo; Matipu; Nahukua
Local: Território Indígena do Xingu (TIX)
 - C - Bens culturais (federal): "Kamukuwaká" e "Sagihenku"
Local: Território Indígena Pequizal do Naruvôtu
 - D - Bem cultural (federal): Modo-de-Fazer Boneca Karajá
Local: Território Indígena Tapirapê / Karajá
 - E - Bem cultural (estadual): Território Sagrado Pequizal
Local: Parcial no Território Indígena Vale do Guaporé
 - F - Bem cultural (estadual): Território Sagrado Taihantesu
Local: Parcial no Território Indígena Vale do Guaporé

Da mesma forma, a Unemat pode contribuir com a elaboração de planos de salvaguarda e ações de conservação visando garantir a implementação da Política Nacional de Patrimônio Imaterial (Decreto 3.551/2000), da Convenção Internacional da Diversidade Cultural (2005), da Convenção de Proteção e Promoção dos Museus e Coleções (2015) e do

Inventário Nacional da Diversidade Linguística, instituído através do Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, com o propósito de: promover e valorizar a diversidade linguística brasileira; fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil; e contribuir para a garantia de direitos linguísticos (IPHAN, 2022).

No campo dos museus, considerando os 55 museus mato-grossenses e a demanda por formação e pesquisas, podemos destacar o potencial de alcance das ações de ensino, pesquisa e extensão da Unemat aos municípios do interior do Estado, considerando a sua capilaridade, ou seja, por estar presente diretamente em 45 municípios com museus através de seus *campi* e polos universitários (Figura 26).

Figura 28: Distribuição dos museus, dos bens patrimonializados e a presença da universidade nos municípios.



A UNEMAT detém quatro (04) dos sete (07) museus universitários cadastrados no estado de Mato Grosso. Destes quatro (04), dois (02) encontram-se cadastrados como Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP), representando 28,57% das oito (07) instituições existentes e cadastradas como aptas com processos em avaliação ou fiscalização. Estas têm contribuído na salvaguarda e proteção de um percentual importante do patrimônio cultural brasileiro resgatado através das pesquisas arqueológicas realizadas no Estado.

No âmbito dos museus, além do MUHISNAF, que vamos analisar no capítulo 3, neste caso, pode-se observar uma tentativa de integração e usos da Política Nacional de Museus e da Política Nacional de Cultura a partir do “Museu Memória e Identidade Indígena”, onde se estabeleceu uma parceria com o Ministério da Cultura (MINC), a qual esse último investiria 185.000,00 e a Universidade deveria dar como contrapartida 46.750,00, proposta com meta que deveria ter sido cumprida até o ano de 2013, mas que até hoje não se concretizou (UNEMAT, 2008c, p.87).

Da criação e funcionamento do MHAM e MUHISNAF entre os anos de 2004 e 2005, conforme vamos analisar nos próximos capítulos, ao processo de criação e aprovação do PDI em 2008, pode-se observar duas diferentes formas de funcionamento da unidade museológica, sendo o primeiro por meio da configuração de Centro de Pesquisa e o último por projeto de extensão.

Neste caso, existiram outros problemas. De um lado uma estrutura engessada para lidar com os museus universitários, haja vista que entre 2003 e setembro de 2015, mesmo após a reforma da Política de Pesquisa realizada em 2007 (Resolução n. 085/2007, art. 9, inciso I), que estabeleceu a estrutura organizacional vínculo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), os Centros de Pesquisa eram concebidos como

estrutura física e organizacional, compreendendo os recursos humanos, espaço físico, instalações, equipamentos e laboratórios, para agregar núcleos, grupos, pesquisadores, tendo por objetivo criar ambiência para o **desenvolvimento da pesquisa**.

I. A criação dos Centros de Pesquisas resulta de políticas institucionais, articuladas pela PRPPG e visa atender as demandas de pesquisa da UNEMAT (UNEMAT, 2007, art., 9, Inciso I, p. 02).

Após uma nova reformulação da Política de Pesquisa em 2015, o conceito de Centro foi redefinido e passou a contemplar a extensão e o ensino, sendo estabelecido por

estrutura física e organizacional, os recursos humanos, as instalações, os laboratórios e equipamentos, tendo por objetivo criar a ambiência para o desenvolvimento da pesquisa, bem como da extensão e do ensino, quando necessário (UNEMAT, 2015, art, 9, Inciso I, p. 03).

Neste processo, também foi institucionalizado a partir da reformulação da Política de Pesquisa as coleções científicas e os laboratórios de ensino e pesquisa passaram a se constituir a partir das seguintes definições

IV. Da Coleção Científica: compreende a estrutura física e organizacional, os recursos humanos, as instalações, os laboratórios e equipamentos, tendo por objetivo abrigar e manter acervos científicos, considerando a geração de conhecimento vinculado a ele.

V. Do Laboratório de Ensino e Pesquisa: compreende a estrutura física e organizacional, os recursos humanos e as instalações do espaço da ambiência de ensino, em que a pesquisa e a extensão são ações concomitantes (UNEMAT, 2015, art, 9, Inciso I, p. 03).

Acerca das coleções científicas, no ano seguinte essa área através da Resolução n. 045/2016, que normatizou de modo a definir os critérios de implantação, bem como criou a Gestão do Programa de Coleções Científicas, entendida como “um conjunto de definições, orientações, regulamentação e propostas de ação em função de produzir, guardar e disponibilizar acervos científicos em forma de coleções, na UNEMAT” (UNEMAT, 2016a, p. 01). E por coleções científicas, ficou definido como

conjuntos documentados de material biológico, antropológico, arqueológico, paleográfico, geológico, histórico, artístico, documental e iconográfico, que tem por finalidade básica, proporcionar a guarda, conservação, organização e divulgação dos acervos para consultas e referências, local e/ou via sistemas de informação, para fins de ensino, extensão, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. (UNEMAT, 2016a, p. 01).

Estas definições de coleções científicas cumpriam com os propósitos e capacidades de atuação dos diversos grupos envolvidos na formulação, construção e gestão destas no âmbito institucional, contudo, demonstravam-se deslocadas e ignoravam as atribuições dos museus da Unemat.

Ao observar essas definições e normas que versam sobre as coleções científicas biológicas da Unemat, essas estão organizadas e integradas a sistemas de informação de uma rede nacional. Conforme o quadro a seguir, com todas as coleções científicas biológicas localizadas nos municípios do interior do Estado, a Unemat possui 41,18% das registras em Mato Grosso a partir do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBR, 2021). Todavia, nem todas as coleções científicas biológicas da Unemat (Quadro 8) estão nesse banco de dados nacional, em especial as dos museus.

Quadro 8: Quantidade de acervos com percentuais disponíveis online e unidades e Instituições responsáveis com período de inscrição e atualização

Qt.	Coleção	Cidade	Rede	Acervo	Online	%	Online Desde	Atualização
01	<u>CEMT</u>	Cuiabá	UFMT	3.000.000	56.423	1%	25/05/2012	31/05/2012
02	<u>CIAMT</u>	Cuiabá	UFMT	1.606	1.606	100%	29/05/2012	31/05/2012
03	<u>CMUFMT</u>	Cuiabá	UFMT	3.818	3.042	79%	28/05/2012	28/05/2012
04	<u>CNMT</u>	Sinop	UFMT, INCT, GBIF	9.360	10.071	107%	16/12/2011	06/02/2022
05	<u>COUFMT</u>	Cuiabá	UFMT	3.021	23	0%	29/05/2012	18/12/2012
06	<u>CPUFMT</u>	Cuiabá	UFMT	10.000	4.482	44%	14/12/2011	30/03/2017
07	<u>UFMT</u>	Cuiabá	UFMT, INCT, GBIF	41.151	30.799	74%	12/12/2013	23/12/2021
08	<u>UFMT-A</u>	Cuiabá	UFMT	10.541	10.541	100%	29/05/2012	04/09/2012
09	<u>UFMT-CAP</u>	Cuiabá	UFMT	1.183	1.183	100%	25/05/2012	25/05/2012
10	<u>UFMT-R</u>	Cuiabá	UFMT	10.093	10.093	100%	29/05/2012	04/09/2012
11	<u>CP-LIPAN</u>	Cáceres	UNEMAT	259	259	100%	16/10/2019	16/10/2019
12	<u>HPAN</u>	Cáceres	UNEMAT, UNEMAT, INCT, GBIF	8.500	7.319	86%	15/01/2014	30/09/2021
13	<u>HERBAM</u>	Alta Floresta	UNEMAT, INCT, GBIF	16.314	16.314	100%	22/11/2012	25/06/2019
14	<u>NX- Criptogamos</u>	Nova Xavantina	UNEMAT, INCT, GBIF	13.000	6.919	53%	29/05/2013	11/12/2019
15	<u>NX- Fanerogamas</u>	Nova Xavantina	UNEMAT, INCT, GBIF	15.000	4.966	33%	26/10/2020	21/12/2020
16	<u>TANG</u>	Tangará da Serra	UNEMAT, INCT	8.143	8.143	100%	24/09/2013	08/07/2021
17	<u>CM</u>	Nova Xavantina	UNEMAT	784	784	100%	29/09/2010	12/05/2015
	17 coleções			3.152.773	172.967			

Fonte: SIBR (2021).

Este levantamento sobre a organização das coleções, apesar de não ter sido o principal objeto deste estudo, forneceu subsídios importantes para as análises sobre as políticas de criação e gestão dos acervos com coleções biológicas de modo que contribuiu no processo de construção e desenvolvimento da justificativa sobre a relevância da política de museus e patrimônio cultural seus patrimônios museológicos salvaguardados no âmbito do estado de Mato Grosso.

Do ponto de vista da gestão das coleções, essas passaram a ser geridas a partir da coordenação um curador, que vai compor o Comitê Gestor de Curadores, formado como um órgão colegiado, que busca assessorar em deliberações e decisões sobre as políticas de coleções da Unemat (UNEMAT, 2016a).

Além disso, pode-se citar como referência a existência no campo da documentação histórica o Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral (NUDH/O/UNEMAT), criado enquanto órgão suplementar pela Resolução 009/92 do Conselho Curador, de 15 de junho de 1992, estruturalmente vinculado à Faculdade de Ciências Humanas do Campus Universitário Jane Vanini – Cáceres/MT, no qual visa a organização, conservação, catalogação e

divulgação do seu acervo constituído por documentos físicos e digitais organizados por fundos, tendo principalmente o: “Fundo Alexander Solon Daveron; Relatórios dos Presidentes da Província de MT; Fundo Gazeta Oficial de Mato Grosso (1890-1930); Mensagens dos Presidentes do Estado de Mato Grosso; *Matto Grosso Expedition 1931*”.⁸⁰

Na Política de Pesquisa da Unemat aprovada em 2015, ficaram conceituadas

Art. 2º Entende-se por Pesquisa o processo e a atividade investigativa e/ou experimental que problematiza, analisa, critica e produz o conhecimento, considerando os contextos sociocultural, econômico, político, educacional e ambiental, gerando ciência, tecnologia, inovação, arte e cultura.

Art. 3º A Pesquisa tem como objetivo a crítica, a produção e a socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico, tecnológico e cultural, articulando as teorias e as práticas sociais, realimentando o ensino, a extensão e a pesquisa, voltadas para a Comunidade Acadêmica e a Sociedade, promovendo, assim, o seu desenvolvimento. (UNEMAT, 2015, p. 02).

O seu desenvolvimento em termos institucional se dá a partir de:

I. Política Institucional de Pesquisa: conjunto de ações estratégicas, que resultam de planejamento institucional ou demanda proveniente das atividades dos pesquisadores e Grupos de Pesquisa;

II. Programa Institucional de Pesquisa: conjunto de ações que concorrem para atender demandas específicas, a partir de necessidades ou aproveitamento de oportunidades;

III. Projeto de Pesquisa: ação planejada, estruturada em objetivos, métodos e atividades baseadas em período de tempo e recursos definidos (humanos, materiais e financeiros), que visa a produzir determinados resultados. (UNEMAT, 2015, art.10, p. 02).

Por outro lado, a extensão universitária deveria ser executada através dos Centros de Extensão, conforme definido pela Política de Extensão aprovada pelo CONEPE em 2008, pela Resolução N. 081/2008, onde definiu os Centros de extensão como

ambiência para o desenvolvimento das atividades de extensão, podendo se caracterizar como o espaço físico administrativo e de debate, vinculado aos *Campi* Universitários da UNEMAT, compreendendo os recursos humanos, a estrutura física, instalações, equipamentos e laboratórios.

Parágrafo Único A criação dos Centros de Extensão resulta de políticas institucionais, articuladas pela PROEC e visa a atender as demandas de extensão nos Campi Universitários da UNEMAT (UNEMAT, 2007, p. 02).

Essas definições iam de encontro com as missões e abrangência das ações e atividades dos museus universitários, bem como o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além disso, alguns temas debatidos e deliberados no 2º Congresso Universitário em 2008 acabaram por interferir na organização dos museus, que foi visto quando debatido a

⁸⁰ Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral. **Portal da Unemat**, 2021. Disponível em: <http://caceres.unemat.br/portal/nudheo/>

descentralização da gestão orçamentária como “unidades complementares de ensino e pesquisa” (UNEMAT, 2008c, p.39). Neste caso, apontavam também sobre a necessidade de “normatizar as relações institucionais dentro da área para o uso de equipamentos comuns: laboratórios, biblioteca, museus, etc.” (UNEMAT, 2008c, p.14); de “normatizar, em conjunto com a Prefeitura do Campus, as relações institucionais dentro da área para o uso de equipamentos comuns: laboratórios, biblioteca, museus, etc.” (UNEMAT, 2008c, p.31).

Enquanto no contexto do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os anos de 2008 a 2014 tenha definido o Museu enquanto um “**Órgãos de Administração Didático-Científica**”, o que se observou foi que essa estrutura não implementada e nas reestruturações dos anos seguintes.

Entre a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional, ou seja, de um plano institucional de curto, médio e longo prazo, a inclusão nos Planos Anuais de Trabalho, nos Planos Plurianuais e a implementação das propostas, metas e diretrizes aprovadas nos Congressos Universitários e estabelecidas nos instrumentos de planejamento institucional (conforme pode-se identificar a partir das propostas de “Museu Memória e Identidade Indígena”, dos Museus em Sinop, Nova Xavantina e Pontes e Lacerda) existe um longo percurso permeado de múltiplos interesses, desvios, perdas, ganhos, conflitos, tensões e relações assimétricas de poder no âmbito da Unemat que impediram a consolidação e funcionamento pleno dos seus museus.

A proposta da construção do Museu “Museu Memória e Identidade Indígena” aparece nos debates políticos e institucionais nos dois últimos congressos universitários da Unemat, realizados nos anos de 2008 e 2017. Contudo, neste último, a proposta voltou a ser debatida, mas não foi incluída dentre as prioridades da universidade, que apontou a necessidade de *a priori* criar a política de gestão dos museus.

No Congresso Universitário de 2017, foram incluídas na pauta a política institucional tanto dos museus quanto da preservação do patrimônio cultural. Essas junto as políticas de permanência estudantil a partir do “financiamento para desenvolvimento de atividades complementares, aulas campo, museu, teatros e cinema” (UNEMAT, 2018f, p.139), bem como ligados a Extensão e a Cultura visando:

Estabelecer uma política de gestão de museus, arquivos institucionais e coleções científicas” (2018f, p.80),

Assegurar a conservação, preservação e restauração do patrimônio material e imaterial; (2018f, p.80)

Aprimoramento das políticas de gestão de museus, arquivos institucionais e coleções científicas. Objetivos: 1. Estabelecer uma política de gestão de museus, arquivos institucionais e coleções científicas. 2. Proporcionar a criação e manutenção de coleções científicas da biodiversidade mato-grossense. 3. Assegurar a conservação, preservação e restauração do patrimônio material e imaterial.

Metas: Até 2020 Estratégias: 1. Promover a discussão das políticas de museus, arquivos institucionais e coleções científicas. 2. Aprimorar as estruturas destinadas à promoção e divulgação da arte, cultura, ciência e

tecnologia. 3. Implementar regimentos e planos museológicos. 4. Identificar e caracterizar o acervo artístico e cultural da instituição 5. Realizar o aprimoramento de nossos museus e coleções científicas de forma integrada com a sociedade (UNEMAT, 2018f, p.118).

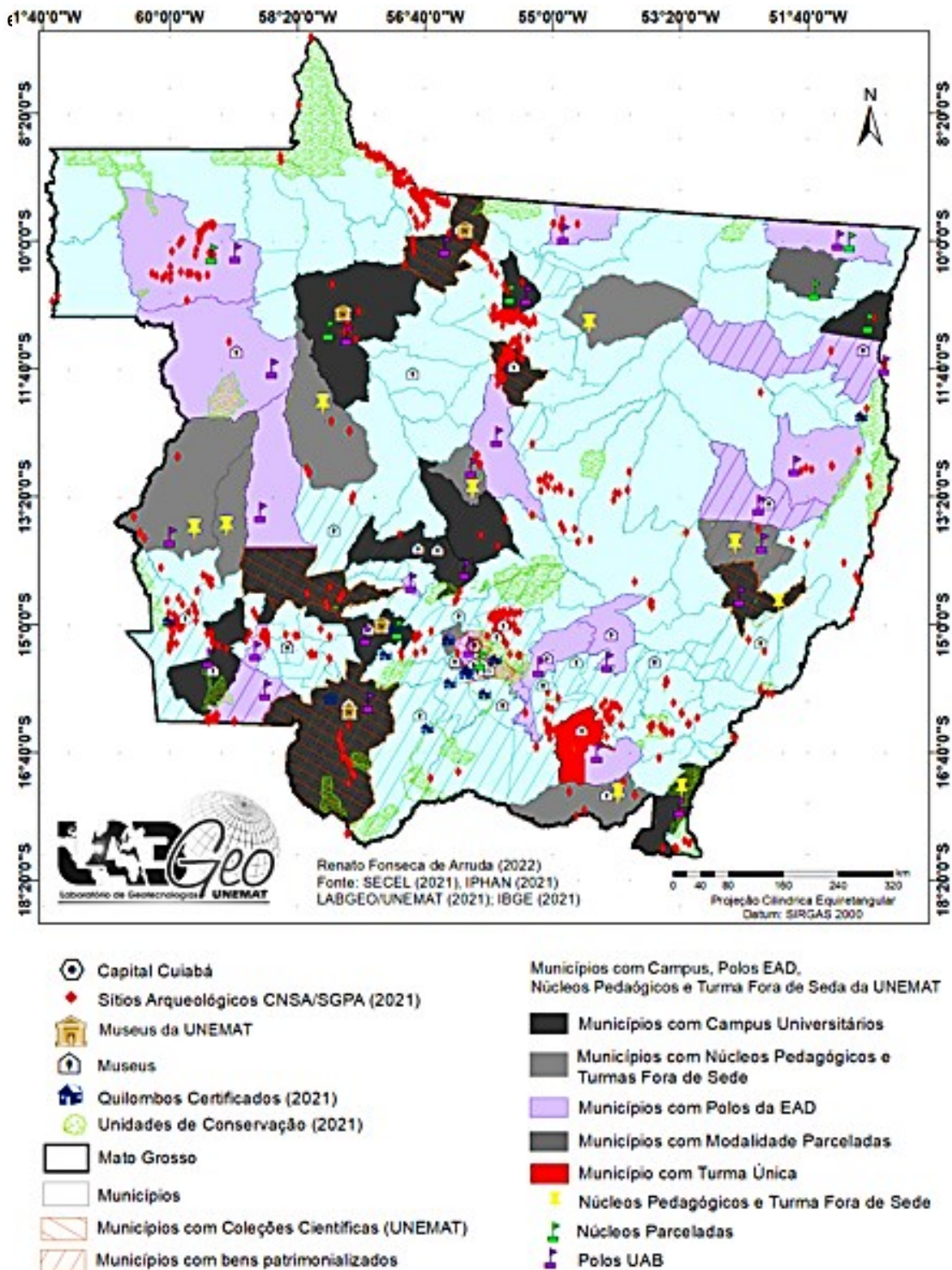
Entre os anos de 2004 e 2017, somente dois museus da Unemat estiveram abertos ao público externo a comunidade acadêmica, nos quais também se estabeleceram enquanto instituição de guarda e pesquisa de acervos arqueológicos em municípios do interior do estado de Mato Grosso. Todavia, apesar de ter cursos com disciplina voltada para a Arqueologia, especialmente no curso de história, a política de graduação e pós-graduação da Unemat não tem se voltado para atender as áreas de preservação do patrimônio cultural, inclusive as dos museus, tanto os seus quanto os demais em nível estadual.

Entre 2015 e 2019, partindo das práticas de ensino e projetos de pesquisa ligados ao curso de licenciatura em Pedagogia de Juara foram executados os projetos que levaram à criação do Museu do Vale do Arinos e que também vai recender a busca pela criação do Museu da Unemat no Campus Universitário de Sinop em 2019. Por outro lado, o Museu Casa Borges foi resultado e se estruturou enquanto um projeto de extensão ligado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo institucionalizado partir de 2018.

Isso num contexto de diversidade cultural e grande extensão territorial em que a Universidade tem contribuído muito aquém do que poderia na área da preservação do patrimônio cultural, considerando a sua capilaridade nos diversos municípios do Estado de Mato Grosso, inclusive na maioria dos 30 municípios com patrimônios culturais tombados e registrados em nível estadual, nos 76 que possuem sítios arqueológicos e nos 33 que reúnem os 55 museus municipais, particulares, estaduais e federais existentes no Estado (Figura 29).

A Unemat possui responsabilidade compartilhada na preservação do patrimônio cultural e ambiental, inclusive capacidade institucional para desenvolver estudos de impactos ambientais e sociais e a combater os ataques as comunidades tradicionais e povos originários. Pois possui uma grande capilaridade nos territórios mato-grossenses, que abrange os biomas Amazônico, Cerrado e Pantanal, ocupados por “45 etnias indígenas, 15 registros de povos e/ou grupos de indígenas isolados e outros 42 grupos sociais”, dentre os quais, merecem citação “quilombolas, ciganos, artesãos, agricultores familiares rurais, ribeirinhos, canoeiros, pescadores profissionais e de subsistência, fronteiriços, que totalizam 87 categorias sociais” (FEDPCB-MT, 2022, p.01).

Figura 29: Municípios com campus e polos da Unemat com coleções científicas, bens tombados, registrados e cadastrados nos níveis estadual e federal.



2.4 - UNEMAT e a sua política de Museu e Patrimônio Cultural

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) é uma instituição de ensino superior que busca estabelecer valores, princípios e objetivos em consonância com as

realidades e os problemas enfrentados pela sociedade mato-grossense. No entanto, apesar dessa missão, a universidade também enfrenta desafios no que se refere à preservação de seu patrimônio cultural, bem como na conservação e efetivação de seus museus. Neste texto, iremos explorar os problemas enfrentados pela Unemat nesses campos e apontar possíveis soluções para enfrentá-los.

Desde 2016, a Unemat vem enfrentando problemas na preservação do seu patrimônio cultural e museológico, os quais analisaremos nos próximos capítulos. Contudo, é importante destacar que esses desafios são reflexos da sociedade na qual está inserida. De acordo com o IBGE (2014), os problemas ligados a gestão da cultura enfrentam a: baixa institucionalidade da preservação do patrimônio em nível municipal (15 com legislação de patrimônio material e 01 de imaterial); apenas 26 museus nos municípios do interior do estado; pouca participação da sociedade civil; baixo investimento financeiro e em recursos humanos em níveis municipais e estadual; pouca capacitação técnica e profissionalizante nos campos da gestão cultural, preservação do patrimônio e conservação dos bens culturais; quadro técnico insuficiente, seja no IPHAN, que tem atualmente seis, seja na Superintendência Estadual de Patrimônio Histórico, que tinha sete (07) profissionais até 2014; falta de um banco de dados com os bens tombados, registrados e/ou inventariados pelos municípios.

A partir de 2019, tanto após a ação cível pública movidas pelo Ministério Público Federal, quanto após o resgate das urnas funerárias do Povo Munduruku que estava acondicionada no MUHISNAF, excetuando os existentes e implementados, a Unemat interrompeu a aprovação de novos projetos de extensão voltados para a criação de museus. Decisão essa que ia ao encontro das deliberações do 3º Congresso Universitário (2017), que apontava para a necessidade de criar uma política de gestão dos museus.

Após o veto na criação do Museu de Sinop em 2019, no final deste ano foi criado um Grupo de Trabalho virtual, que foi instalado com a finalidade de pensar os critérios e uma política universitária para o setor dos museus. Todavia, apesar das poucas reuniões e da evolução da Pandemia da Covid-19, o início dos trabalhos e reuniões aconteceu somente em agosto de 2020 visando estudar as leis e decretos sobre os museus brasileiros, bem como a permitir que a comunidade acadêmica pudesse conhecer os seus museus.

Neste processo, surgiram as propostas de organizar a 1ª Semana dos Museus da Unemat e construir o 1º Fórum dos Museus da Unemat com a finalidade tanto de propiciar o conhecimento dos trabalhos dos museus quanto de produzir dados que permitissem formular uma proposta de política universitária para o setor. Havia o entendimento consensual da Comissão de que a comunidade acadêmica desconhecia os seus museus universitários, enquanto que se desenvolvia estratégias para sensibilizar os gestores sobre a importância destes para a comunidade acadêmica na defesa dos direitos culturais e na transformação das diferentes realidades locais.

Neste processo, a preservação do patrimônio cultural da universidade se revelou como áreas também a serem pensados, haja vista a ausência ou a quantidade insuficiente de disciplinas com enfoque nessas áreas e de cursos em níveis de graduação e pós-graduação tanto no âmbito da universidade quanto em nos estados fronteiriços da região centro-oeste do país.

Além disso, a falta de profissionais no âmbito de todo funcionalismo público estadual para compor o quadro de servidos da Unemat, conforme estudo dos museus da Unemat, bem como os resultados do levantamento da manifestação de interesse de mais de 150 pessoas dos 1000 participantes da 1ª Semana de Museus da Unemat (2020), o levantamento dos municípios brasileiros realizado pelo IBGE (2014) e a árvore de problemas da política cultural apresentada pela Secretaria de Esporte Cultura e Lazer do Estado de Mato Grosso (2016).

Diante deste processo que se deu início na investigação com o propósito de levantar e sistematizar os problemas enfrentados pelos museus da Universidade, bem como na produção de um instrumento técnico que permitisse elaborar e institucionalizar a política universitária de museus e patrimônio cultural.

Se por um lado tinha os problemas relacionados à organização e funcionamento dos museus administrados diretamente pela Unemat, tanto o Centro de Pesquisa quanto o MUHISNAF que funcionava a partir de Projeto de Extensão, por outro existiam dificuldades por parte dos gestores em reconhecer os museus inaugurados em 2018, que funcionavam a partir da gestão compartilhada e estavam institucionalizados enquanto projetos de extensão.

Ao mesmo tempo, a partir de março de 2021 pode-se observar mudanças substanciais no âmbito da política de extensão e cultura da Unemat e na organização dos Centros, que implicaram diretamente na construção da Política Universitária de Museus e Patrimônio e na organização dos seus museus. Além disso, parte dos integrantes da Comissão da Política de Museus enxergavam com desconfiança as mudanças, considerando-as como um problema a construção coletiva e implementação das demandas do coletivo formado para buscar soluções aos problemas dos museus.

Em março de 2021, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura submeteu ao CONEPE duas minutas de resolução que mudaram o conceito dos Centro e que ampliou o conceito de cultura no contexto da política de extensão e cultura.

Acerca dos Centros, a Resolução n.011/2021 – CONEPE, aprovada no dia 30 de março de 2021, além de definir os trâmites para a sua aprovação e a estrutura organizacional também definiu como

um ambiente de integração, agregando núcleos e/ou grupos de pesquisa e programas, pertencente e **sediado em um órgão de administração didático-científica, com estrutura física e organizacional** que compreenda os recursos necessários para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão

Parágrafo único. O Centro obrigatoriamente deverá agregar duas ou mais modalidades especificadas no caput. (UNEMAT, 2021c, p.1).

Neste caso, essa definição passou a dialogar melhor com o conceito e a permitir construir conexões com as diretrizes e conceitos firmados nas áreas da museologia e do patrimônio cultural. Pois, na última definição não condicionava o desenvolvimento de no mínimo duas modalidades dentre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessa mudança havia uma busca pela consolidação da indissociabilidade e pela curricularização da extensão, conforme os debates existentes a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Cultura.

Além disso, mediante ao fato da organização administrativa instituída e em vigência não reconhecer os museus como órgãos ou unidades administrativas, também se fez necessário analisar atentamente de modo compreender como essa mudança implicaria na organização e o que ela dispunha a favor da política universitária de museus e patrimônio cultural.

Outro documento importante aprovado em 30 de junho de 2021 foi a Resolução N. 038/2021, que revisou e instituiu a nova Política de Extensão da UNEMAT. Neste contexto, define a extensão universitária como um “processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que promove a interação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (UNEMAT, 2021g, p1). A partir desta passou a ser estabelecido a creditação de extensão, compreendendo-a como “o registro de atividade curricular de Extensão no Histórico Escolar com escopo na formação dos alunos” (UNEMAT, 2021g, p2). Um ponto importante nesta mudança também correspondeu a definição das áreas temáticas, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. A Cultura antes apresentada de forma genérica, sem constar as possíveis áreas de abrangência, passou a ser definida por

cultura, **memória e patrimônio**; cultura e **memória social**; **cultura e sociedade**; **folclore, artesanato e tradições culturais**; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia; **produção cultural** e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; **capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural**; cooperação interinstitucional na área (UNEMAT, 2021g, p3, grifos meus).

Conforme observado, as áreas de abrangência na Cultura se tornaram referenciais importantes devido as conexões com as Políticas Nacionais de Patrimônio Cultural, Museu, Diversidade Cultural, Acervos Museológicos, Arquivo, Transparência. O fato da Universidade se pautar pelo Planejamento Institucional através do Plano Plurianual, do Planejamento Estratégico Participativo e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional também permitiu estabelecer conexões com os instrumentos de gestão dos museus, como o Plano Museológico. Todavia, essas articulações só aconteceram mediante a realização dos

diagnósticos dos quatro museus que estavam em funcionamento e articulados a Comissão da Política de Museus, que vamos ver nos próximos capítulos.

A análise dos fatores externos permitiu compreender a trajetória de construção e consolidação dos museus universitários da Unemat, as suas formas de organização, vínculos, financiamento, governança e comunicação. Tais fatores levaram a indagações sobre os museus para subsidiar e fundamentar a construção da proposta da política universitária de museus e patrimônio cultural.

Neste estudo, apesar do levantamento ter apontado o desenvolvimento de um conjunto dez (10) de propostas de museu no âmbito da universidade entre os anos de 2001 e 2019, especificamente a partir dos campus de: Sinop, com duas (02); Pontes e Lacerda, com uma (01); Nova Xavantina, com duas (02); Cáceres, com duas (02); Barra do Bugres, com duas (02); Juara, com uma (01), o objeto principal da pesquisa selecionado para o desenvolvimento dos diagnósticos museológicos foram os museus que estavam cadastrados e em funcionamento até 2019, bem como tiveram seus membros atuantes na construção da política e regulamentação do funcionamento dos museus no âmbito da universidade.

Os próximos quatro capítulos buscar-se-á desenvolver a apresentação do diagnóstico e a análise acerca dos fatores internos e externos, enfocando as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças de cada museu. Para tanto, fez-se necessário organizar na seguinte ordem: 1) Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), localizado no município e campus universitário de Alta Floresta; 2) Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”, em Cáceres, Campus Universitário “Jane Vanini”; 3) Museu Casa Borges, na cidade e Campus Universitário de Barra do Bugres; e, por fim, 4) Museu do Vale do Arinos, na cidade e Campus Universitário de Juara. Cada um desses museus será analisado em termos de sua trajetória e fatores internos e externos que afetam seu funcionamento, como: i) trajetória de criação do museu; ii) organização administrativa e de governança; iii) arquitetura do Museu: infraestrutura predial e administrativa; iv) formas e instrumentos de comunicação; v) análise dos fatores internos e externos dos museus.

CAPÍTULO 03

DIAGNÓSTICO DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA

3. DIAGNÓSTICO DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA

Sem patrimônio o povo não tem história. Sem história o povo não é nada" - F.R. Marinho. Partindo deste breve adágio, a questão do patrimônio cultural e natural assume importância extraordinária no sentido de representar a grande riqueza de que dispõem as comunidades para o entendimento e equacionamento das suas questões mais gerais (PAIXÃO, 2001, p.06).

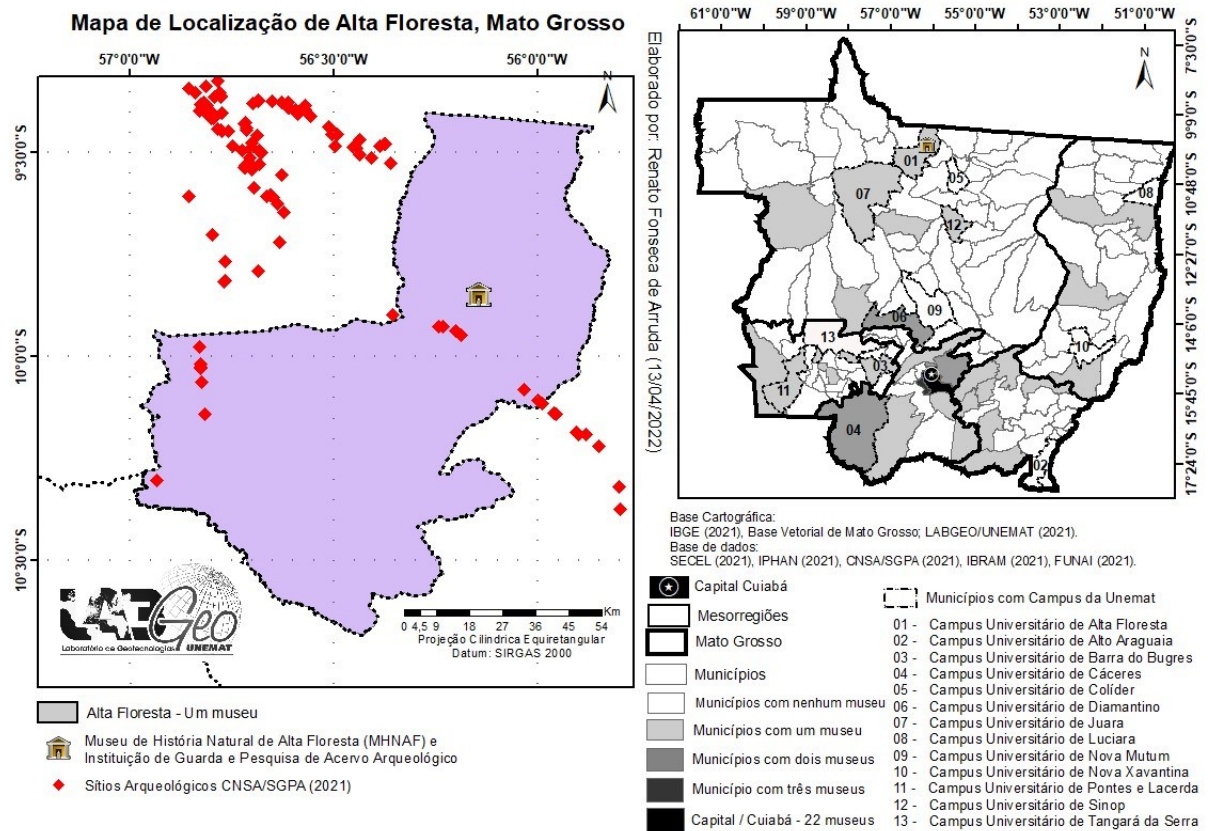
Este capítulo visa apresentar os resultados do diagnóstico museológico realizado no Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF). O diagnóstico foi desenvolvido com a finalidade de identificar fatores internos e externos que impactam as ações do museu e da universidade, bem como de contextualizar a trajetória do museu, suas áreas de abrangência e coleções, sua organização administrativa e forma de governança, a infraestrutura predial e administrativa, e as formas e instrumentos de comunicação utilizados. Por fim, busca-se apresentar as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas a partir do cruzamento das informações, com o propósito de viabilizar a identificação e apresentação de estratégias de ação, conforme metodologia apresentada na introdução da tese. Tais informações permitiram compreender os problemas enfrentados pelo museu e a construção de diretrizes adotadas na política universitária de museus e patrimônio da Unemat.

3.1 – Localização do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF)

O Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF) está localizado na cidade de Alta Floresta, à 800 km da Capital, Cuiabá, e 948 km de Cáceres, sede da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), na mesorregião norte⁸¹ e no bioma amazônico do Estado de Mato Grosso, na fronteira com o Pará (Figura 30).

⁸¹ A mesorregião norte do estado de Mato Grosso é uma divisão político-administrativa composta por 55 dos 141 municípios. É dividida em oito (08) microrregiões (Aripuanã, Alta Floresta; Colíder; Parecis; Arinos; Alto Teles Pires; Sinop e Paranatinga), que é habitada por aproximadamente 1.169.159 milhão de pessoas de diferentes grupos sociais (IBGE, 2021a).

Figura 30: Município de Alta Floresta, localização do Museu universitários que funciona como Instituição de Guarda e Pesquisa, vinculado ao Campus Universitário de Alta Floresta, da Unemat.



O município foi fundado em 18 de dezembro de 1979, oriundo de um processo de ocupação estratégica através da colonização privada fomentado durante o período da Ditadura Civil-Empresarial-Militar, após incentivos públicos para ocupação territorial a margem para a construção da BR 163 e três anos de processo de abertura de estrada e instalação da empresa colonizadora INDECO,⁸² de propriedade de migrante do sudeste, no município de Aripuanã, com fortes incentivos para migração de povos do sul do país (ROSA et. al., 2016).

Estudos de Rosa (2003), Rosa et. al. (2016) e Tafner Junior (2016) ajudam a compreender o processo histórico de ocupação e desenvolvimento do município de Alta Floresta e da região norte mato-grossense, que aconteceram em meio a tensões com povos originários que faziam morada na região.⁸³ Região essa que ainda mantém no imaginário social as memórias e histórias de conflitos por terras entre posseiros, grileiros, povos indígenas e comunidades tradicionais, que marcam diversos tipos de violência contra diversos

⁸² INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização foi a empresa privada que implantou o projeto de colonização Gleba INDECO no norte de Mato Grosso. Essa empresa pertencia a Ariosto da Riva, migrante do sudeste do país.

⁸³ De acordo com Rosa et. al. (2003, p.73) habitavam a região os povos Kayabi e Kreen-Akarôre. Após a construção da BR 163 ligando Cuiabá- MT a Santarém-PA, também foram contactados outros povos, como Jurema, Auyá, Trumai, Trikão, Aurá e Txukahamãe.

povos indígenas expulsos de suas terras para dar lugar aos empreendimentos colonizadores, voltados principalmente para a exploração de madeira, minérios, recursos hídricos.

Atualmente, o município possui extensão territorial de 8.955,41 km² e população estimada de 52.105 habitantes, constituindo a terceira maior concentração populacional de toda mesorregião norte. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,714 e o seu produto interno bruto corrente é o 16º e o *per capita* ocupa a 74ª posição estadual, com 30.101,46 (IBGE, 2021a).

Conforme pode-se observar no mapa acima, a mesorregião norte do estado possui um conjunto de cinco municípios com bens tombados em nível estadual e sete com uma soma de oito (08) museus, sendo que dois destes (Museu de História Natural de Alta Floresta e o Museu do Vale do Arinos) encontram-se vinculados a Unemat por diferentes formas, seja por meio dos seus quadros de docentes, pesquisadores e técnicos, seja por meio de projetos de pesquisa e extensão que tiveram importantes papéis nos processos de fundação e gestão.

Embora não seja o objeto principal desta análise desta tese, é importante salientar que a maioria dos bens musealizados e patrimonializados nesta mesorregião privilegiam valores e memórias que marcam os processos de colonização, pautados por vezes, nos discursos dos novos colonizadores, por vezes chamados de novos “bandeirantes”. Traço do processo de dominação através do agenciamento da memória, dos vestígios materiais, das culturas imateriais e das instituições como instrumento de poder.

3.2 – Trajetórias de criação e inauguração do MUHISNAF

A criação do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF) tem sua história ligada intrinsecamente ao processo de expansão da Unemat, a consolidação do campus universitário, do curso de licenciatura plena em Ciências Biológicas, ambos criados em 1992,⁸⁴ junto com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias, visando estudar e conhecer a biodiversidade da Amazônia Meridional.⁸⁵

A trajetória profissional do professor Jesus da Silva Paixão⁸⁶ também é importante neste processo, haja vista que se trata de um dos principais idealizadores e foi coordenador

⁸⁴ O Campus Universitário de Alta Floresta oferece desde 1992/1, o curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, atualmente, com um total de 3.140 horas/aulas, com prazo de 08 semestres, no mínimo e de 14 semestres, no máximo, para integralização curricular; autorizado pelo decreto 1.845 de 28/03/1996, publicado pela portaria 513 de 29/05/1996 (UNEMAT, Resolução nº 050/2013 – CONEPE).

⁸⁵ Alta Floresta – Do Sonho a Realidade – 25 Anos de História. Portal da Unemat Alta Floresta [Online]. Disponível em: <http://altafloresta.unemat.br/index.php/institucional/historico> Acesso em:

⁸⁶ Graduado em Geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1988). Mestrado em Geologia e Geoquímica pela Universidade Federal do Pará (1998). Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Desde 1992 atua como professor no curso de ciências biológicas do Campus de Alta Floresta, o qual exerceu a função de coordenador entre 2002 e 2006. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: poluição, arqueologia, paleontologia, paleoecologia, impactos ambientais e Amazônia. Em 2016 terminou um curso especialização em

de parte dos projetos que deram base a construção e implementação do museu, responsável pelas disciplinas de paleontologia e geologia no referido curso de 1992 a março de 2022, onde também exerceu além da coordenação do MUHISNAF o cargo de diretor da unidade regionalizada político, administrativa e financeira, Campus de Alta Floresta.

O processo de construção da proposta do museu contou com ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural de natureza histórica, arqueológica e paleontológica, tendo início a partir de projetos de pesquisa e extensão que foram elaborados e executados entre os anos de 1999 e 2021.

Um dos principais projetos que deu base a construção do museu foi o projeto de pesquisa “Fósseis”, que foi readequado e deu continuidade a outros projetos anteriores, iniciados em 1999, conforme será observado a seguir. Destes foi possível mobilizar a prefeitura e a câmara municipal de Alta Floresta para a doação da área de terras à Unemat para a implantação do Centro de Estudos Regionais de Alta Floresta e o Museu de História Natural de Alta Floresta, através da Lei Municipal nº 973/2000, de 05 de julho de 2000 (PMAF, 2000).

A partir da readequação do projeto “Fósseis”, que teve início em 2001, coordenado pelo prof. Jesus da Silva Paixão, foi executado através da participação de bolsistas e consultorias, bem como parceria com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta e a Secretaria Estadual de Cultural. Neste pode-se identificar seus principais objetivos, onde consta a criação do museu. Entre os objetivos, buscava-se:

- a) Caracterização da ocupação pretérita da porção norte do estado de Mato Grosso tanto pela megafauna pleistocênica, quanto por paleoíndios.
- b) Produção de dados paleontológicos e arqueológicos que propiciem o conhecimento das condições naturais pretéritas e de ocupação da região norte do estado de Mato Grosso.
- c) Difusão das informações geradas por intermédio da implantação de um **museu de história natural** (PAIXÃO, 2001, p.6).

Dentre as metas do projeto “Fósseis” constavam:

- 01 – Localizar e situar ocorrências de fósseis na região de Apiacás;
- 02 – Localizar e situar sítios arqueológicos na região de Alta Floresta;
- 03 – Identificar restos fósseis;
- 04 – Identificar e classificar os achados arqueológicos enquanto técnica de produção e utilidade;
- 05 – Obter da comunidade os materiais de cunho pré-histórico a fim de dar subsídios aos estudos;
- 06 - Desenvolver monografias individuais e artigos sobre os temas desenvolvidos no projeto;
- 07 - Promover a musealização do acervo;
- 08 - **Implantar em o Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia de Alta Floresta;**
- 09 - Produzir material didático-pedagógico para subsidiar o ensino de ciências naturais nos níveis fundamental e médio composto de software específico, acompanhado de kit de amostras didáticas;

10 - Produzir a Acta Florestensia de Ciências Naturais, veículo de comunicação impressa, de circulação trimestral para divulgação das atividades do projeto, bem como de artigos nas áreas de geologia, paleontologia, arqueologia, biologia (PAIXÃO, 2001, p.08).

Há nesta proposta um esforço tanto pela construção de um acervo de patrimônio científico quanto pela difusão de informações através da construção de um conhecimento sobre a biodiversidade, os vestígios arqueológicos, paleontológicos e geológicos da região. A proposta traz consigo os traços dos propósitos dos museus tradicionais de história natural e as suas funções na formação das coleções científicas.

A noção de museu adotada inicialmente, conforme Paixão (2001, p.8), inscrito no Projeto “Fóssil”, partiu da concepção deste enquanto um instrumento para a musealização dos dados paleontológicos e arqueológicos que seriam identificados, levantados e coletados de forma a constituir os acervos oriundos das pesquisas voltados para a “caracterização pretérita da porção norte do estado de Mato Grosso, tanto pela megafauna pleistocênica, quanto por paleoíndios” e a “difusão das informações”.

No projeto de implantação do Museu constava a previsão da soma de esforços políticos e institucionais, onde: a prefeitura além da doação do terreno municipal de 2.000 m² para a Universidade, também entraria com patrocínio de ações e gerenciamento da obra, inclusive vendendo patrimônio público do município (a Praça Rotatória) para levantar fundos para a construção;⁸⁷ a apresentação do projeto arquitetônico do imóvel de 70 m², aprovada pela divisão de museus da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso; concomitantemente, a equipe do Projeto no âmbito da Universidade seria a responsável por materiais necessários para o andamento da obra, o processo de captação dos recursos e o desenvolvimento das pesquisas e preparação dos materiais que seria exibidos, a exemplo: painéis, materiais pedagógicos, amostras etc. (PAIXÃO, 2001a, p.12).

Os desafios da criação do museu perpassaram desde a construção de rede de atores interessados na proposta, a captação dos recursos à execução do projeto de construção do imóvel do museu, que teve início em maio de 2001 após assinatura do convênio entre o coordenador do projeto com a Secretaria de Estado de Cultura, por meio de recursos do Fundo Estadual de Cultura.

Institucionalizado como um projeto de extensão e denominado o Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia de Alta Floresta, esse foi inaugurado simbolicamente com 95% da obra concluída em 28 de dezembro de 2004. Tratou-se do primeiro com enfoque nas áreas de paleontologia, geologia e arqueologia (Figura 31).

⁸⁷ Alta Floresta ganha o primeiro Museu Estadual de paleontologia. Diário News 24 horas (Online). Publicado em 29 de dezembro de 2004. In: Sociedade Amigos do Museu de História Natural de Alta Floresta (SAMAF). **Portfólio da Associação Amigos do Museu**. Alta Floresta, 2014.

Figura 31: Entrada do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF).



Fonte: MUHISNAF (2022).

Esta proposta segue um desdobramento de um conjunto de projetos de pesquisa e extensão que vão ganhando peso dentro da universidade na medida que vai se consolidando como um centro de referência em ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso, em especial nos e sobre os municípios e regiões do interior do Estado.

Neste sentido, pode-se destacar um conjunto de projetos de pesquisa e extensão, que derivaram em projetos culturais que levaram a construção do museu (Tabela 12), sendo que os executados até 2004 deram base à construção e inauguração simbólica do Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia. Um deles compoem a quantidade total de nove (09) projetos institucionalizados no campus de Alta Floresta neste mesmo ano (UNEMAT, 2005b).

Tabela 12: Projetos de Pesquisa e Extensão, bases institucionais do MUHISNAF (1999-2004).

Tipo	Nome do Projeto	Financiador	Ano	Bolsistas
Pesquisa	Caracterização da Paleomegafauna da região norte do Estado de Mato Grosso e suas implicações paleoambientais - Quadro 3.2.2	UNEMAT/ICNT	1999	--
Pesquisa	Caracterização da Paleomegafauna da região norte do Estado de Mato Grosso e suas implicações paleoambientais - Quadro 3.2.3	UNEMAT/ICNT	2000	--
Pesquisa	Projeto Fósseis - Caracterização da paleomegafauna da porção norte do estado de Mato Grosso e suas implicações paleoambientais (reformulação e solicitação de prorrogação)	UNEMAT	2001	--
Pesquisa	Caracterização da Paleomegafauna da região norte do Estado de Mato Grosso e suas implicações paleoambientais - Quadro 3.2.6	UNEMAT	2002	--
Pesquisa	Fósseis: Caracterização da Paleomegafauna da Região Norte do Estado de Mato Grosso e suas Implicações Paleoambientais	UNEMAT	2003	--
Pesquisa	Estudo e Preservação da Memória dos Colonos do Norte Matogrossense - Alta Floresta - Um Estudo de Caso - Quadro 3.2.5	FAPEMAT	2003	--
Pesquisa	Processos migratórios do norte matogrossense: da identificação das correntes migratórias a caracterização sócia econômica e ambiental da população de Alta Floresta - Mato Grosso	Edital 2004/1-FIDPEX	2004	--
Pesquisa	A cerâmica arqueológica no Norte de MT: tipologia, cronologia absoluta e correlações culturais	UNEMAT	2003	1
Extensão	CEPEA/CETRAS – Centro Permanente de Educação Ambiental - Quadro 3.2.7	UNEMAT	1998	--
Extensão	CEPEA/CETRAS – Centro Permanente de Educação Ambiental - Quadro 3.2.8	UNEMAT	1999	--
Extensão	CEPEA/CETRAS – Centro Permanente de Educação Ambiental - Quadro 3.2.9	UNEMAT	2000	--
Extensão	CEPEA/CETRAS – Centro Permanente de Educação Ambiental - Quadro 3.2.10	UNEMAT	2001	5
Extensão	CEPEA – Centro Permanente de Educação Ambiental - Quadro 3.2.11	UNEMAT	2002	5
Extensão	Museu Estadual de Paleontologia /Arqueologia	UNEMAT	2004	--

Fonte: UNEMAT (2003 e 2004b); Paixão (2001); Arruda (2022b).

Em toda universidade, em 2004 havia quatro (04) projetos de museus, sendo um (01) em Alta Floresta, um (01) em Cáceres, dois (02) únicos projetos de museus executados neste último ano em todos os *campi* da universidade (UNEMAT, 2005b). Para o ano seguinte, no planejamento orçamentário de 2005 e programas previstos no Plano Plurianual 2004 a 2007, o museu foi incluso junto a outros três projetos apresentados a partir dos *campi* de Pontes e Lacerda, Nova Xavantina e Sinop.

O Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia, inaugurado simbolicamente final de dezembro de 2004, entrou no conjunto de ações de cultura e extensão, voltadas para “promover atividades acadêmicas, artísticas e culturais, com a implantação e auditório e salas

de exposição” com previsão orçamentária de 1.829.333,00, oriundos de investimentos internos e externos (UNEMAT, 2005c, p.26).

As outras três propostas concorreram entre os 10 *campi* universitários (existentes até 2005) no programa de ação voltado para a construção, ampliação e reforma das estruturas físicas às atividades universitárias, especificamente com o objetivo de “promover a recuperação, manutenção e ampliação das instalações físicas de laboratórios, salas de aulas, auditórios, bibliotecas e outras instalações para o desenvolvimento adequado das atividades acadêmicas”, que tinha uma meta física de “construir, ampliar ou reformar as estruturas físicas em 3.500 metros quadrados”, contado com investimento interno de 807.962,00 (UNEMAT, 2005c, p.47-48).

Apesar da inauguração simbólica por não estar finalizado completamente, o museu de Alta Floresta não entrou no conjunto de ações para finalizar a construção da sua infraestrutura predial e produção e organização interna das exposições, mas concorreu e foi aprovado em editais internos de extensão, com áreas temáticas e linhas de extensão, especificamente nas áreas de Cultura e Divulgação Científica e Tecnológica com enfoque nas áreas de preservação do patrimônio cultural, educação patrimonial e museus (Tabela 13).

Tabela 13: Projetos com suas respectivas modalidades, financiador e quadro de bolsistas

Tipo	Nome do Projeto	Financiador	Ano	Bolsistas
Extensão	Popularização da Ciências – Exposição Permanente do Museu de História Natural de Alta Floresta	UNEMAT/ FIDPEX	2005	--
Extensão	Alta Floresta Educação patrimonial no ensino fundamental de Alta Floresta Cultura	UNEMAT	2007	02
Pesquisa	UNEMAT Itinerante	UNEMAT	2008	--
Pesquisa	Museu de História Natural de Alta Floresta (2011- contínuo até abril de 2021)	UNEMAT	2011	--
Extensão	Museu de História Natural de Alta Floresta	UNEMAT	2013	02

Fonte: UNEMAT (2005d, 2005e, 2007b, 2013b, 2020a); Arruda (2022b).

Conforme pode-se observar na tabela acima, em 2005 um projeto de extensão voltado para a organização das exposições foi aprovado no edital do Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão – FIDPEX, o qual previa o investimento de 5 mil reais em cada projeto dos 80 aprovados neste ano (UNEMAT, 2001; 2005d). Seguido, em 2007, por um projeto de educação patrimonial, ações desenvolvidas que integram as ações voltadas para o atendimento após a abertura efetiva do museu em 2007. Apesar de contar listado um projeto executado em 2008, não há informações pormenorizadas a seu respeito.

A partir do ato da sua inauguração simbólica, evidenciou-se que o mesmo não passou despercebido no meio político externo a universidade, pois contou com a participação de vereadores, prefeitos e secretários municipais; do coordenador do projeto “Fósseis”, que em 2004 também exercia o cargo político e administrativo de Coordenador do Campus de Alta

Floresta; e de técnicos e professores da Universidade. Essa inauguração marca a importância estadual e os traços políticos do museu, que passou a exercer na região do extremo norte de Mato Grosso o poder de pesquisar, selecionar, excluir, documentar, colecionar, expor, comunicar, conservar e difundir, bem como de contribuir no processo de atribuição de valores a memórias, grupos e atores sociais.

Para a comunidade da mesorregião norte e a Unemat, esse museu teve um peso político importante porque além de ser o primeiro museu (MATO GROSSO, 2004a), também foi o primeiro em nível estadual voltado para as áreas da paleontologia, geologia e arqueologia, tendo como enfoque a produção de conhecimento e difusão da ciência produzida a partir da Universidade.

Ao ser destaque na mídia regional, o discurso político acerca do museu também ganha contornos que vão se materializar posteriormente na construção dos acervos e exposições, a exemplo de quando foi associado ao passado histórico, lembrado de maneira heroica por determinados grupos sociais, conforme matéria ressalta a importância da parceria da prefeitura na construção e acrescenta que as “(...) salas onde estarão expostas peças e materiais que **ajudarão a contar a história da colonização, não só de Alta Floresta, mas de toda a região do extremo norte matogrossense** (sic.)”.⁸⁸

Entre a inauguração simbólica em 2004 e a abertura do Museu para o público aconteceu em 2007, pode-se observar três movimentos importantes que vão impactar nas ações e organização da unidade, sendo:

a) o desenvolvimento de um conjunto de pesquisas monográficas e trabalhos de iniciação científica que deram base a construção dos acervos, organização e comunicação das exposições, bem como às percepções sobre o patrimônio cultural da mesorregião norte de Mato Grosso;⁸⁹

b) a reestruturação e alteração do nome, passando a adotar um termo mais abrangente, ou seja, Museu de História Natural de Alta Floresta, com vínculo e gestão realizados por meio de Projeto de Extensão;

c) e a construção da Associação dos Amigos do Museu de História Natural de Alta Floresta, registrada em 2007, onde agregou uma rede de pessoas internas e externas a universidade que passaram dar um suporte as ações por meio da captação de recursos disponíveis por editais e fundos de cultura disponíveis a entidades da sociedade civil, com veto a participação de órgãos e unidades da administração pública estadual.

⁸⁸ Alta Floresta ganha o primeiro Museu Estadual de paleontologia. Diário News 24 horas (Online). Publicado em 29 de dezembro de 2004. In: Sociedade Amigos do Museu de História Natural de Alta Floresta (SAMAF). **Portfólio da Associação Amigos do Museu**. Alta Floresta, 2014.

⁸⁹ Fonte: Entrevista com o Prof. Dr. Jesus. Data: 15 de fevereiro de 2022.

Entre os anos de 2009 e 2011, as propostas de extensão estiveram integradas aos editais do Ministério da Educação, especialmente o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, que contou com atuação e investimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Contudo, não foi identificada nenhuma proposta ligada a preservação do patrimônio cultural e ao museu de Alta Flores. Por outro lado, neste mesmo edital foi identificado a submissão de um projeto de aproximadamente 80 mil em 2016, que foi aprovado, mas não contemplado por recursos, nas linhas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.⁹⁰

A infraestrutura do Museu foi projetada para abrigar acervos paleontológicos, geológicos, arqueológicos e coleções biológicas oriundos das pesquisas produzidas no âmbito da universidade através de seus projetos, mas a partir de 2010 também passou a fornecer endosso institucional, conforme os parâmetros da Lei nº 3.924/1961 e a Portaria IPHAN nº 07/1988, que dispõe sobre o patrimônio arqueológico e seus procedimentos, respectivamente.

3.3 - Organização administrativa e governança do MUHISNAF

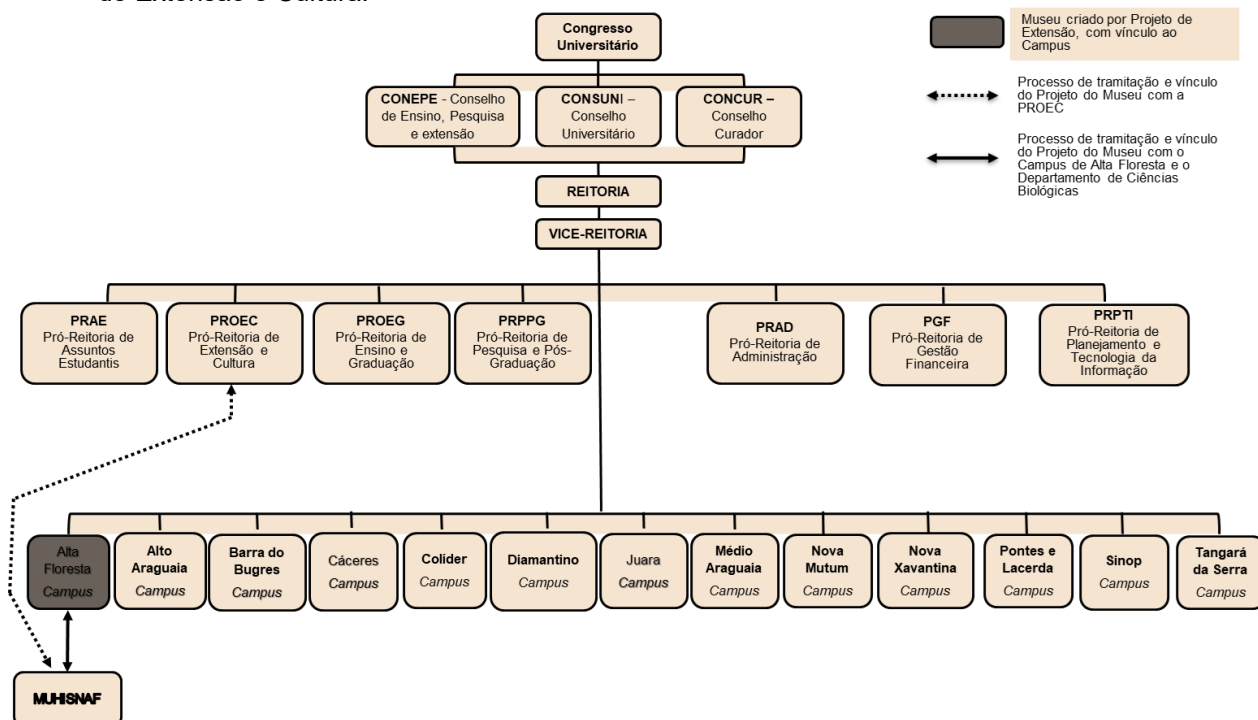
A proposta do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF teve início em 1999, com a construção e execução dos projetos de pesquisa e extensão que deram base a construção do Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia.

Aprovados nas instâncias de gestão de projetos, como o colegiado de curso, faculdade e Pró-Reitoria, esses projetos estavam vinculados principalmente ao departamento de Ciências Biológicas e ao Campus Universitário de Alta Floresta.

A inauguração simbólica do museu ocorreu em 28 de dezembro de 2004, e desde então ele funcionou até abril de 2021 de acordo com as normas estabelecidas para os projetos. A abertura, o funcionamento e a sua transformação em Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF) aconteceu em 2007. Até abril de 2021, o MUHISNAF já havia passado por diversas transformações e desafios em sua gestão (Figura 32).

⁹⁰ Projeto MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA - Patrimônio cultural: presentes do passado, de 80.155,20. Coordenador JESUS DA SILVA PAIXÃO. UNEMAT. Classificado, mas não contemplado com recursos. PÚBLICA ESTADUAL. Linha 9: Preservação do patrimônio cultural Brasileiro 4.9.3 Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural. Ministério da Educação, Resultado ProExt 2016.

Figura 32: Vínculo principal da infraestrutura do MUHISNAF ao Campus universitário e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A gestão museológica do MUHISNAF foi desempenhada sob a categoria de coordenação de projeto de pesquisa e extensão pelo professor, geólogo e paleontólogo Jesus da Silva Paixão, com a colaboração de uma equipe que variou de 03 a 07 de professores e 05 alunos, que desenvolveram as atividades de caráter permanente a partir dos objetivos definidos inicialmente, depois redefinidos de acordo com as equipes e período de execução (MUHISNAF, 2011).

Apesar da criação de dois (02) Centros de Pesquisa da Unemat denominados Museu em dezembro de 2004, com organização e critérios para criação e funcionamento das unidades regulamentadas posteriormente através da Resolução n. 085/2007 – CONEPE, que disciplinou a Política de Pesquisa na universidade (UNEMAT, 2001; 2007c).

A rede de membros e colaboradores do Museu se formaram a base dos projetos, sendo que no âmbito da universidade tem sido composta por dois doutores, dois mestres e um estudante do ensino médio. Composição essa que aumentou ou diminuiu de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros para a execução das ações do projeto.

Para tanto, a execução foi desenvolvida a partir do Grupo de Pesquisa “O processo de ocupação do norte de Mato Grosso: paleoecologia, paleofauna, cultura material e suas relações”,⁹¹ formado a partir de 2002 e liderado pelo referido coordenador, na grande área de

⁹¹ Grupo de Pesquisa “O processo de ocupação do norte de Mato Grosso: paleoecologia, paleofauna, cultura material e suas relações”. **Diretório de Cadastro dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes** (Online). Último envio: 31/08/2021. Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6409700854083967

Ciências Exatas e da Terra e Geociências, com as linhas de pesquisa: Arqueologia pré-histórica; Educação Patrimonial; Educação Ambiental; Metodologia de ensino; Educação e Saúde; Geologia regional; Paleoecologia; Palinologia; Processo histórico de ocupação.

De acordo com a detalhamento no Diretório de Cadastro dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes, em agosto de 2021 o Grupo de Pesquisa apresentava-se com a seguinte finalidade e objetivos

grupo se destina a avaliar os processos de ocupação pré-histórica da região norte-matogrossense, com ênfase em restos da cultura material (cerâmica pré-histórica, indústria lítica, arte rupestre), além dos aspectos referentes a evolução paleoecológica regional, baseando-se em restos de paleomastofauna e dados palinológicos. Como principal referência pretende compreender as formas com que se tratou o ambiente natural regional em tempos pretéritos, considerando suas limitações e possibilidades de suporte natural, comparando-se às atuais formas de ocupação do espaço, para tanto considerando as principais atividades sócio-econômicas desenvolvidas a nível regional: agropecuária, mineração, exploração vegetal e ecoturismo.⁹²

Em 2007, alinhada as diretrizes dos debates para a consolidação da política nacional de museus, que se materializou na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus, também foi criada a Sociedade Amigos do Museu de Alta Floresta (SAMAF), entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, composta pela diretoria, colaboradores, pesquisadores associados, monitores e bolsistas (IPHAN, 2016b, p. 49-57).

Dentre as ações, a SAMAF tem atuado junto ao museu tanto para subsidiar a captação de recursos por meio de editais de fundos e programas públicos de cultura quanto para auxiliar na contratação de profissionais e serviços demandados no projeto de extensão, com enfoque nas áreas de: Arqueologia; Paleontologia; Geologia e Mineralogia; Educação patrimonial; Educação Ambiental; Economia Criativa; Economia criativa; Popularização das ciências; Processo histórico de ocupação; Evolução (SAMAF, 2019a).

Dentre os objetivos da SAMAF, atualizado em dezembro de 2010, constam:

- a) construir um quadro social e realizar movimentos comunitários destinados a adquirir recursos visando ao aumento e à atualização do acervo do Museu de História Natural de Alta Floresta, bem como à melhoria de suas instalações;
- b) estimular a realização de atividades culturais no município, de modo a atuarem como fatores dinâmicos de seu desenvolvimento;
- c) incentivar o desenvolvimento de agentes culturais comunitários, apoiando o engajamento de pessoas e entidades às ações do Museu;
- d) promover, só ou juntamente com outras instituições, atividades culturais, como: conferências, simpósios, reuniões e exposições de caráter artístico e cultural, currículos de estudos, debates;
- e) participar ativamente dos programas educacionais do Município, principalmente os de alfabetização, desenvolver campanhas de popularização das ciências, estimulando o interesse pelas ciências, especialmente as ciências naturais;
- f) apoiar atividades promovidas pela UNENÍAT em Alta Floresta, especialmente no campo das ciências naturais;

⁹² Grupo de Pesquisa, 2021, op. cit,

- g) desenvolver estudos, pesquisas, produção e divulgação de informações, conhecimentos técnicos e científicos sobre a promoção da cultura, da defesa e conservação do patrimônio histórico e preservação e conservação do meio ambiente;
- h) promover ações educativas, culturais e de defesa ambiental para a sustentabilidade (SAMAF, 2014b, p.4).

A SAMAF definiu um conjunto de estratégias que permitiram articular as ações do MUHISNAF com as diretrizes e proposições que pautaram a construção da Política Nacional de Museus e a Política Nacional Cultura Viva através da sua transformação num dos Pontos de Cultura no Estado de Mato Grosso Convênio SEC/Minc 045/2009 (SAMAF, 2014b, p.3), haja vista que as mesmas eram vistas “como entidades colaboradoras, desde que submetam seus projetos à aprovação prévia e expressa das instituições a que se vinculam” (MINC, 2010a, p. 42).

Em 2014, conforme figuras 33-A-B-C, a SAMAF era constituída por uma rede com cinco (05) monitores e bolsistas e quinze (15) profissionais em julho de 2014, sendo um (01) de geologia/paleontologia, um (01) de arqueologia, sete (07) de ciências biológicas, duas (02) de pedagogia, um (01) de história, um (01) com formação em química e direito, um (01) de filologia, um (01) em contabilidade (SAMAF, 2014b, p.2).

Figura 33 A-B-C: Folheto do Ponto de Cultura no Museu



Fonte: MUHISNAF (2022).

Estrategicamente, a SAMAF definiu um conjunto diretrizes para alcançar os objetivos traçados, sendo:

- a) realização de prestação de serviços, onerosos ou não, de cursos, congressos, seminários, encontros, conferências e ciclos de estudos, bem como serviços técnicos laboratoriais e de campo;
- b) desenvolvimento e patrocínio de pesquisas e atividades de extensão que representem uma contribuição para o progresso da Ciência e Cultura, assim como para a preservação dos patrimônios culturais e natural;

- c) estabelecimento de acordos e entidades congêneres; institutos e órgãos de fomento à pesquisa do País e do Exterior, para intercâmbio de informações e experiências entre especialistas de recursos naturais e do patrimônio cultural;
- d) apoio a associações que visem objetivos semelhantes aos seus, no campo dos recursos naturais, bem como às que objetivem a preservação do patrimônio, de qualquer natureza e o equilíbrio ecológico;
- e) incentivo e assessoramento à formação científica, tecnológica e cultural de pesquisadores, professores, profissionais e especialistas dos recursos naturais e patrimônio;
- f) produção, edição, publicação e distribuição, onerosa ou não, de obras e periódicos de recursos naturais e patrimônio, de filmes, vídeos, fitas de áudio, discos, multimídia e mídia digital e outras peças de reprodução escrita, sonora e/ou visual que abordem temas com interesse para a SAMAF;
- g) qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP ou outra modalidade de organização instituída por lei, que lhe permita estabelecer convênios ou parcerias específicos ou genéricos;
- h) assessoria e consultorias, onerosa ou não, sobre temas relacionados com os recursos naturais e patrimônio;
- i) concessão de prêmios a pesquisadores, autores e técnicos de arte, vídeos, multimídia e mídia digital, espetáculos musicais e artes cênicas, em concursos e festivais de Comunicação produzidos e realizados no Brasil sobre temas de interesse da SAMAF;
- i) (sic) manutenção de centros de documentação e pesquisa, em convênio com instituições educacionais e/ou culturais e apoio à organização de entidades de informação, como museus, arquivos ou bibliotecas de acesso ao público;
- l) promoção de outras atividades, onerosas ou não, que contribuam para a consecução dos seus objetivos;
- m) observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência (IPHAN, 2016b, Documento – 0045763, p. 49-50).

Da sua fundação em 2007 até a comemoração dos seus dez anos (2017), a SAMAF foi composta por nove (09) membros efetivos fundadores, seis (06) colaboradores, cinco (05) pesquisadores e dezessete (17) colaboradores bolsistas.⁹³

O museu enquanto projeto de extensão também é definido como um “projeto em construção” (Figuras 34 e 35). Desde que foi institucionalizado considerando o seu caráter contínuo sem ônus para a universidade, esteve submetido as normas de proposição e coordenação de projetos, programas e centros de extensão, que foram aprovados, regulamentados e conceituados na universidade (UNEMAT, 2008a; 2008b; 2013a).

⁹³ EFETIVOS FUNDADORES: 1) Ana Aparecida Bandini Rossi, 2) Clades Zimmermann, 3) Dirceu da Rosa Martins, 4) Eliete Tereza Franchini Fouto, 5) Giancarlo Benetti, 6) Luciene Castuera de Oliveira, 7) Rosane Duarte Rosa Seluchinesk, 8) Jesus da Silva Paixão e 9) Vanderson Ricardo Jorge; COLABORADORES: 1) Anderson Flores (in memorian), 2) Ataídes Ribeiro Cruz, 3) Berenice Torres Sabino Paixão, 4) Délcio Gustavo Zwich, 5) Erliete Pissinini Porto e 6) Nilton Souza Arantes; PESQUISADORES: 1) Mendelson Guerreiro de Lima, 2) Marco Antônio Camilo de Carvalho, 3) Célia Regina Araújo Soares Lopes, 4) Solange Aparecida Arrolho da Silva e 5) Gerlane Medeiros; e com os COLABORADORES BOLSISTAS (Estudantes): 1) Andreia Aparecida Franco, 2) Cristiane Della Giustina, 3) Cristiano de Oliveira Schuingues, 4) Francisco Forte Stuchi, 5) José Carlos Antunes, 6) Luiz Paulo Araújo de Oliveira, 7) Marcelo Barbosa, 8) Marraiane Ana da Silva, 9) Nelson Rodrigues, 10) Taynara Antunes dos Santos, 11) Francielly da Cunha Teixeira, 12) Michaelli Yuri Yoshitome, 13) Érica Luzia Zimmermann, 14) Maria Michele da Silva Paz, 15) Jaqueline Pysklevitz, 16) Antonia Aldenir Gomes da Silva e 17) Maria Elza. CAMAF, 2017, p.2.

Figura 34: Banner na parte interna do MUHISNAF.



Fonte: IPHAN (2016b, Documento 0045816).

Figura 35: Edital Complementar de Bolsa 01/2008, de fluxo contínuo de extensão

Ord.	Campus	Unidade	Título	Área Temática	Orientador	Equipe	Colaboradores/ Voluntários
1	Campus de Alta Floresta	Coordenação de Cursos	Museu de História Natural de Alta Floresta	Cultura	Prof. Jesus da Silva Paixão	Prof. Eliete Franchini Fouto, Prof. Rosane Rosa	
2	Campus de Alta Floresta	Departamento de Ciências Biológicas	Plasmidoma Alimativa Bacteriana	Tecnologia Produzida	Prof. Silange	Prof. Clivine Suedde	Prof. Luiz Antonio Jacintho
3	Campus de Alta Floresta	Departamento de Ciências Biológicas	Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas	Educação	Prof. Mariana		
4	Campus de Alta Floresta	Departamento de Ciências Biológicas	Diagnóstico ambiental participativo de micro-organismos hidrológicos	Meio Ambiente	Prof. Amândeo Frederico	Prof. Elismar Roberto, Prof. Cátine	
5	Campus de Alta Floresta	Departamento de Ciências Biológicas	Revisão de Políticas Ambientais RSCA	Meio Ambiente	Prof. Thiago José de Carvalho	Prof. Lídio Figueiras	Stacy Kelly Samara

Fonte: UNEMAT (2008).

Dentre as portarias dos projetos aprovados que institucionalizou o MUHISNAF no âmbito da universidade entre 2004 e 2011, foi possível identificar apenas uma, sendo a Portaria nº 1925/2011, que a partir de 01 de julho do referido ano foi considerado de caráter contínuo e prorrogado automaticamente até 30 de agosto de 2021 (UNEMAT, 2021a), quando foi transformado e teve sua estrutura regulamentada como Centro de Pesquisa e Extensão (Tabela 14).

Tabela 14: Resoluções e Portarias que institucionalizaram o projeto e centro Museu (MUHISNAF).

Norma	Publicação	Instância	Situação	Descrição
Portaria 1925/2011	06/12/2011	Reitoria/PROEC	Revogado	Designa os professores coordenadores e membros da equipe, para atuarem no projeto de extensão, "Museu de História Natural de Alta Floresta": Prof. Dr. Jesus da Silva Paixão – Coordenador; Eliete Tereza Franchini Fouto - Colaboradora.
Portaria 1084/2020	17/08/2020	Reitoria/PROEC	Encerrado	Autoriza membros a coordenar e participar de projeto de extensão universitária – Laboratório de Arqueologia e Geociências da UNEMAT.
Portaria 1557/2021	31/08/2021	Reitoria/PROEC	Vigente	Revoga a Portaria 1925/2011.
Resolução 03/2021	29/03/2021	CONEPE	Vigente	Dispõe sobre a institucionalização do Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural - MUHISNAF, do Campus Universitário de Alta Floresta.
Resolução 14/2021	13/04/2021	CONSUNI	Vigente	Aprova a criação e o Regimento do Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural do Campus Universitário de Alta Floresta – MUHISNAF.
Portaria 1111/2021	23/06/2021	Reitoria/PROEC	Vigente	Autorizar os membros a coordenarem e participarem do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão. " MUHISNAF - Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural de Alta Floresta. Coordenação: Jesus da Silva Paixão; Membros: Luciene Castuera de Oliveira e Rosane Duarte Rosa Seluchinesk.

Fonte: UNEMAT (2011; 2020; 2021a; 2021b); Arruda (2022b).

Alguns projetos também foram articulados e executados junto ao Museu, como do Laboratório de Arqueologia e Geociências, viabilizando ações de estudo dos acervos. Esse laboratório só aparece no levantamento realizado pelo IPHAN através da Ordem de Serviço

nº 02, de 20 de maio de 2016, aplicado em 21 de junho de 2016, quando identifica um conjunto de fragilidades do MUHISNAF enquanto Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IPHAN, 2016b, Documento – 0045763, p. 101-120).

Na busca pelos documentos normativos que ajudassem a compreender os caminhos da construção da infraestrutura, de institucionalização e da gestão do MHANF a partir de um projeto de extensão no âmbito da universidade, pode-se identificar a ausência de um mecanismo digital para acesso à documentação museológica mais completa, ou seja, contemplando todos os atos normativos e administrativos, relatórios técnicos e ofícios relacionados aos projetos e seus resultados. Isso dificultou o levantamento e análise de parte dos dados e processos de gestão do museu e preservação dos acervos, constatação esta que serviu para a indicação de problemas e proposição de diretrizes de ação relacionadas ao cumprimento dos dispositivos de acesso à informação e transparência, bem como a necessidade de organização administrativa da documentação museológica no âmbito da universidade.

Parte significativa das informações foram extraídas de documentos fornecidos pelo coordenador do Museu, incluindo projetos e relatórios, sendo complementadas através da pesquisa sobre os processos de endosso institucional da instituição de guarda no arquivos do IPHAN e por relatos extraídos de diálogos que aconteceram entre agosto de 2020 e março de 2022, período de desenvolvimento do diagnóstico museológico e no processo de sistematização das propostas de diretrizes que pautaram a construção da política universitária de museus e patrimônio cultural.

Neste processo da pesquisa documental a partir da museologia, os documentos levantados foram entendidos a partir da concepção alargada de documento e crítica necessária defendida por Jacques Le Goff, ou seja,

(...) o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (...). O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Ao longo do período de execução e institucionalização dos projetos vinculados ao departamento de Ciências Biológicas e ao Campus de Alta Floresta, pode-se observar o alargamento dos principais objetivos dos projetos e suas áreas de atuação, que tinham enfoque inicialmente nas áreas de paleontologia, arqueologia e biologia, passando a contemplar também o campo da história local e regional, a educação patrimonial, assumindo um o conceito alargado de patrimônio cultural e do “museu-fórum” (CÂNDIDO, 2017; 2019),

com enfoque nos bens materiais e imateriais da região norte de Mato Grosso, os quais seriam apontados pela comunidade local e resultados de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da UNEMAT, assim como a disponibilização dos dados, acervos e informações obtidas para a comunidade, notadamente como instrumento de apoio didático pedagógico para as escolas da região.

No âmbito do MUHISNAF, dada a sua peculiaridade de estar institucionalizado enquanto projeto de extensão, apesar do indicativo de que estaria também submetido as normas e diretrizes do Programa de Coleções Científicas, observou-se que não foi identificado a instalação de um comitê gestor e nem designado integrantes para exercer a função de curador, conforme Resolução nº 045/2016, no seu Art. 6º, que defini que

O ProCI será constituído por Coleções Científicas, que serão agrupadas em Áreas Temáticas, tais como, Botânicas, Zoológicas, Microrganismos Fitopatogênicos, Banco de Tecidos e Germoplasmas, Paleontológicas, Antropológicas, Arqueológicas, Paleográficas, Históricas e Documentais, Geológicas, Artísticas e Iconográficas e Computacionais, entre outras e suas Sub-áreas (sic.) (UNEMAT, 2016a, p.2).

Além disso, estas transformações estão relacionadas as ações voltadas para cumprir os requisitos de instituição de guarda e endosso institucional, conforme pode-se identificar em demanda oficializada pelo IPHAN através do Ofício nº 392/2016, que solicitou os atos constitutivos, regimento interno, cópia do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros, planta baixa técnica com o nome e dimensões dos compartimentos do museu (IPHAN, 2017).⁹⁴

Estas transformações marcaram parte da trajetória de institucionalização e organização do MUHISNAF no âmbito da universidade que, após ser aprovado pelas instâncias superiores como um Centro de Pesquisa e Extensão no dia 13 de abril de 2021 (UNEMAT, 2021a), também se fez necessário a redefinição de sua missão, objetivos e funções, conforme registro no formulário a Resolução nº 25/2016 – CONEPE.

O museu passou a ter em seu regimento tanto as ações até então já desenvolvidas através de projetos, como as de iniciação científica, pesquisa e extensão nas áreas temáticas de Extensão: Cultura, Educação e Meio Ambiente; de Pesquisa em: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Ciências Humanas (UNEMAT, 2020a, p. 3), quanto as ações de prestação de serviços, regulamentadas através das resoluções 026/2021 – CONSUNI (UNEMAT, 2021d; 2021f) e nº 07/2018 – MEC/CNE, da Política Nacional de Extensão. Contudo, nenhuma delas enfocam as áreas das ciências sociais aplicadas, que inclui a pesquisa e extensão a partir da museologia e conservação e restauração.

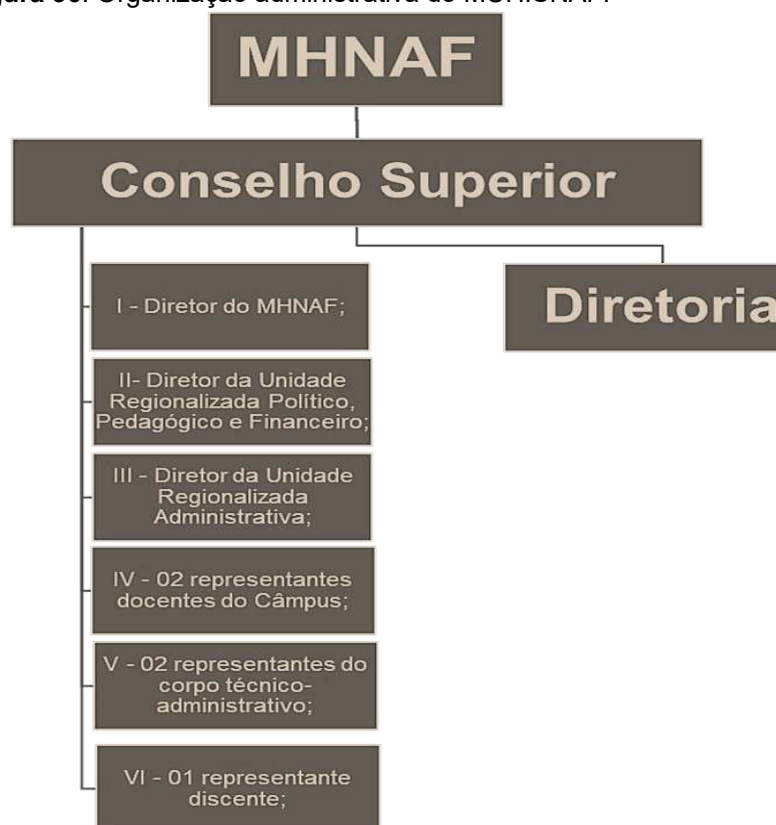
Também foi criado a unidade Conselho Superior e a Diretoria. Contudo, a estrutura administrativa para a gestão do Museu/Centro manteve basicamente a mesma do projeto de

⁹⁴ IPHAN. Parecer Técnico nº 0909/2017 – CNA/DEPAM/IPHAN, Brasília – DF, 12 de junho de 2017. In: _____. **2016b**. documento (0045763). pg. 224

extensão do MUHISNAF, ainda centrada na figura do coordenador do projeto, contando com os colaboradores e alunos. A diretoria não foi dividida de forma a contemplar as divisões administrativas e financeira, o lotacionograma da equipe profissionais para as áreas da secretaria, museólogos, arqueólogos, conservadores e restauradores.

Após o ato de regulamentação do Museu, o Conselho Superior passou a ser composto por 08 membros e a Diretoria, com um (01) coordenador e dois (02) membros (Portaria n. 1.111/2021), respeitando os artigos 09º, 10º e 14º da Resolução 14/2021 (Figura 36).

Figura 36: Organização administrativa do MUHISNAF.



Fonte: UNEMAT (2021, Artigo 15º, §1º), organizado pelo autor.

Os membros do Conselho Superior e a Direção do Museu passaram a ter o tempo de mandato de gestão determinado de 04 anos, aproximando-se neste ponto das escolhas dos diretores dos museus nacionais sob a responsabilidade da administração federal. A escolha da diretoria ficou definida para ser realizada através de Assembleia Geral da primeira instância (Resolução 14/2021, Artigo 15º, §1º). O vínculo do MUHISNAF ficou mantido como uma unidade administrativa III do Câmpus de Alta Floresta (Figura 38).

Figura 37: Apresentação do Museu no site oficial do campus como uma de suas unidades administrativa.



Fonte: Site Oficial da UNEMAT (2021).

O MUHISNAF passa a ser definido a partir da seguinte compreensão:

Art. 1º O Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural de Alta Floresta - MUHISNAF é **órgão da administração regional do Câmpus Universitário de Alta Floresta** da Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” - UNEMAT, vinculado à Diretoria de Unidade Regionalizada Político Pedagógico e Financeira (...).

Art. 3º A organização e funcionamento do MUHISNAF são regidos pela legislação vigente, pelo **Estatuto e Regimento Geral da UNEMAT**, por normas complementares, por seu **Plano Museológico** e por este **Regimento Interno**.

Art. 4º O MUHISNAF tem **autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial**, nos termos da legislação correspondente. (UNEMAT, Resolução 14/2021, 2021a, p. 02).

Além dessa noção, também foi definido os princípios, abarcando:

- I. A valorização da dignidade humana;
- II. A promoção da cidadania;
- III. O cumprimento da função social;
- IV. A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI. O intercâmbio institucional;
- VII. A democratização das atividades educacionais;
- VIII. O pluralismo de ideias, concepções pedagógicas, tecnológicas, culturais e artísticas;
- IX. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;
- X. A interdisciplinaridade entre as distintas áreas do saber;
- XI. A garantia da qualidade nas ações desenvolvidas pelo museu;
- XII. A integração entre educação escolar, trabalho e práticas sociais;
- XIII. O incentivo a práticas culturais de diferentes matrizes étnicas;
- XIV. A defesa dos direitos humanos e do meio ambiente ecologicamente equilibrado (UNEMAT, Resolução 14/2021, 2021a, p. 02).

As atribuições e objetivos encontram-se definidos nos artigos 6º e 7º da Resolução 14/2021, que implementou o Regimento interno do MUHISNAF, ficando:

Art. 6º O MUHISNAF tem **por objetivo geral** a conservação, investigação, comunicação, interpretação e exposição, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, relativas ao patrimônio material e imaterial, à memória e identidade da Amazônia mato-grossense por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Seus objetivos específicos são:

- I. Desenvolver e promover a ciência e os múltiplos saberes por meio da pesquisa e da difusão da cultura e dos recursos naturais;
- II. Empreender e estimular atividades de extensão sócio-educativocultural junto a instituições de ensino direcionadas a públicos de diferentes segmentos sociais, como agente de difusão científico-cultural, promovendo o fortalecimento das identidades e o respeito à diversidade;
- III. Elaborar e implementar programas de exposição de caráter sócio-educativocultural, visando promover acesso a bens culturais e estimulando a reflexão e o reconhecimento de valores simbólicos;
- VI. Desenvolver ou apoiar o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do patrimônio cultural e dos recursos naturais da região.

Art. 7º São **funções do MUHISNAF**:

- I. Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações e atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura nas áreas de Ciências Naturais e Humanas e áreas afins, que apresentem características interdisciplinares;
- II. Planejar a aplicação dos recursos orçamentários que lhe forem alocados e administrar os bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- III. Coordenar e implementar a política de recursos humanos do museu, com vista ao seu bom funcionamento, tanto no que se refere ao quadro de docentes pesquisadores quanto profissionais técnicos;
- IV. Criar mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias;
- V. Desenvolver e promover a ciência, por meio da pesquisa, da cultura e da extensão;
- VI. Promover ações voltadas à formação de recursos humanos que incentivem o exercício da investigação científica e da prática pedagógica, regulamentadas pelos projetos político pedagógicos dos Cursos da UNEMAT;
- VII. Atender à comunidade na forma de prestação de serviços, em assuntos relacionados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, a fim de contribuir com a sociedade nas demandas relacionadas à missão institucional do MUHISNAF (UNEMAT, Resolução 14/2021, 2021a, p.03).

Esta mudança encontra-se pautada pela organização da universidade a partir da organização das unidades administrativas internas com uma estrutura de gestão estratégica, com definição de missão, valores, diretrizes, objetivos, funções.

Nesse sentido, de acordo com Desvallées & Mairesse (2010, p. 29), pode-se entender que a gestão museológica deste museu da Unemat abarca

essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao *marketing*, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2010, p. 47).

Conforme observamos acima, desde a sua criação em 2004 até a sua abertura e formalização a partir de Projeto de Extensão em 2007, contando com uma rede de profissionais de diferentes campos profissionais e, especialmente, com recursos estaduais e federal, o Museu passou a ampliar e/ou construir novas coleções ligadas às áreas de ciências ambientais, paleontologia, geologia, história, etnografia e arqueologia.

Em termos de organização administrativa, o Museu foi organizado a partir de uma rede articulada de pesquisadores da Unemat, lideranças políticas e servidores municipais e federais, pesquisadores ligados aos projetos de guarda e endosso institucional de acervo arqueológico para empreendimentos ligados a geração de energia.

Entre 2004 a 2021, a coordenação e direção do museu foi desenvolvida através da estrutura administrativa do projeto de extensão, que leva o mesmo nome do museu, conforme observou-se (Tabela 15).

Tabela 15: Designação da coordenação do projeto MUHISNAF

Direção	Período	Número da Portaria
Jesus da Silva Paixão	- 01/07/2011 Vigência Contínua	1925/2011
	- 01/07/2020 a 30/06/2020	1084/2020
	- 01/08/2020 a 31/07/2021	578/2020

Entre 2020 e 2021, após início dos debates e o processo de construção da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, considerando a inexistência da unidade administrativa denominada Museu na estrutura político, administrativa, financeira e pedagógica da Universidade (conforme definida por lei e organizada pelos dos órgãos superiores - Congresso Universitário, CONSUNI, CONCUR, CONEPE) e a necessidade de regulamentar as unidades com infraestrutura física da universidade, os diretores e coordenadores dos museus da Unemat, incluindo do MUHISNAF, foram orientados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) a institucionalizar enquanto Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão, com nome “fantasia” de Museu.

Após a criação do Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural do Campus Universitário de Alta Floresta – MUHISNAF no dia 13 de abril de 2021, (UNEMAT, Resolução 14/2021, 2021a) a coordenação foi designada ao professor Dr. Jesus da Silva Paixão, geólogo de formação, para a instalação administrativa e desempenho das funções, o qual tem exercido ininterruptamente desde a sua inauguração simbólica em 2004 e abertura ao público em 2007. Outras duas profissionais foram credenciadas para atuar na equipe e designadas para compor a diretoria do Museu/Centro, conforme Portaria 1111/2021.

Na proposta do MUHISNAF enquanto Centro de Pesquisa e Extensão, conforme resolução que versa sobre os Centros de Pesquisa e Extensão (2021), há a possibilidade de integração de caráter membro permanente como “recursos humanos agregados”. Neste caso,

manteve-se na equipe além das mencionadas acima uma (01) pedagoga com mestrado da comunidade externa e dois (02) estudantes de graduação em biologia, formando uma equipe de seis (06) integrantes, que vai sendo ampliada a partir dos projetos que vão sendo aprovados (Tabela16).

Tabela 16: Membros da Gestão interna do Centro de Pesquisa e Extensão / MUHISNAF

Nº	Portaria	Período	Funções	Membros	Formação
i)	1111/2021	Contínuo a partir de 14/04/2021	Coordenação / Direção	Prof. Jesus da Silva Paixão – Coordenador	Graduado em Geologia. Mestre em Geologia e Geoquímica. Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais.
			Equipe da Diretoria	Profa. Luciene Castuera de Oliveira	Licenciada em Ciências Biológicas. Especialista em Biologia Molecular. Mestre em Genética e Melhoramento. Doutorado em Ecologia e Conservação.
			Equipe da Diretoria	Profa. Rosane Duarte da Rosa Seluchinesk	Graduada em Pedagogia. Mestre em Educação. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.
ii)	Formulário de Implantação de Centros	--	Membro da comunidade / Recurso humano agregado	Eliete Tereza Franchini Fouto	Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia. Mestrado em Educação.
			Recurso humano agregado	Aparecido Borges Ferreira	Discente
			Recurso humano agregado	Milena Macaiewski Ferreira	Discente

Fonte: UNEMAT (2020a; 2021b; 2005d).

A partir destes integrantes, agora sob a organização de Centro de Pesquisa e Extensão, foi mantido o vínculo do projeto de extensão Museu de História Natural de Alta Floresta, integrado o Grupo de Pesquisa “O Processo de Ocupação do Norte de Mato Grosso: Paleocologia, Paleofauna, Cultura Material e suas Relações” e o Programa de Extensão “Cultura e Conhecimento: caminhos da cidadania”, todos coordenados pelo professor Dr. Jesus da Silva Paixão, bem como o Grupo de Pesquisa “Água, Floresta e Gente” e o projeto “Mulheres e meio ambiente”, ambos coordenados pela professora Dra. Rosane Duarte Rosa Seluchinesk (Tabela 17).

Tabela 17: Grupos de Pesquisa, Programa de Extensão e Projetos com os coordenadores

Tipo	Nome do Projeto	Coordenador(a)
Grupo de Pesquisa	O Processo de Ocupação do Norte de Mato Grosso: Paleoeecologia, Paleofauna, Cultura Material e suas Relações	Jesus da Silva Paixão
Extensão	Museu de História Natural de Alta Floresta	Jesus da Silva Paixão
Programa de Extensão	Cultura e Conhecimento: caminhos da cidadania	Jesus da Silva Paixão
Grupo de Pesquisa	Água, Floresta e Gente	Rosane Duarte Rosa Seluchinsk
Extensão	Mulheres e meio ambiente	Rosane Duarte Rosa Seluchinsk

Fonte: UNEMAT (2005d; 2005e; 2007b; 2013b; 2020a; 2022b); Arruda (2022b).

Dentre os principais objetivos do Museu encontra-se a pesquisa técnica sobre bens do patrimônio cultural da região norte de Mato Grosso, a qual decorre do apontamento das comunidades locais, de atividades acadêmicas da UNEMAT, assim como da disponibilização dos dados, acervos e informações obtidas para a comunidade, notadamente como instrumento de apoio didático pedagógico para as escolas da região.

Conforme levantamento, a construção do Museu contou com recursos financeiros da Lei Estadual de Cultura/Fundo Estadual da Cultura e a estruturação conta com recursos da UNEMAT, bem como do Programa Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, Além do Programa Cine Mais Cultura de apoio a implantação do CINECLUBE MASTODONTE.⁹⁵ Porém, não foi possível realizar um levantamento pormenorizado de quantos recursos financeiros foi investido pela Universidade na construção e manutenção do Museu.

Em algumas produções acadêmica sobre as experiências decorrentes dos projetos executados no MUHISNAF, encontrou-se o uso do conceito de museu a partir da definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), como “toda instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público que adquire, conserva, pesquisa e expõe coleções de objetos de caráter cultural ou científico para fins de estudo, educação e entretenimento” (SCHUINGUES et. al., 2012, p. 158). Todavia, a sua institucionalização a partir de um projeto de extensão destoa desta definição devido ao fato destes não ter o caráter permanente, apesar de ter sido instituído reconhecendo o seu caráter contínuo.

⁹⁵ Entre 2007 e 2017, foram desenvolvidos ou esteve em andamento os seguintes projetos desenvolvidos através da SAMAF: 1) Convênio Pontos de Cultura (Minc/SEC-MT) – Concluído; 2) Adequação espaço interno (cobertura) – Concluído; 3) Adequações/reformas auditório – Concluído; 4) UHE Colíder Flora – Coordenação Célia Regina Araújo Soares - Concluído; 5) UHE Colíder Fauna – Coordenação Mendelson Guerreiro de Lima - Concluído; 6) CHTP Flora – Coordenação Célia Regina Araújo Soares - Concluído; 7) CHTP Fauna – Coordenação Mendelson Guerreiro de Lima - Concluído; 8) UHE Castanheira Ictiofauna – Coordenação Solange Aparecida Arrolho da Silva - Concluído; 9) Instrumentalização das oficinas (cerâmica, artesanato mineral) – Concluído; 10) Convênio CINEMAISCULTURA (Minc) – Em andamento; 11) Adequação salas de exposições – Em andamento; 12) Adequação do laboratório – Em andamento; 13) Ampliação do acervo do museu – Em andamento; 14) Melhorias em infraestrutura (mobiliários, equipamentos etc.); 15) Reforma e pintura do Campus I; 16) Construção dos laboratórios de zoologia; 17) UHE Salto de Apiacás – Arqueologia – Em andamento; 18) UHE Colíder - Arqueologia – Em andamento; 19) Linha de Transmissão Cláudia-Colíder - Arqueologia – Em andamento; 20) UHE São Manoel - Paleontologia – Em andamento (CMAF, 2017, p.3).

Apesar de constar como entidade importante para a captação de recursos financeiros, a SAMAF não foi inserida no regimento como parte da gestão, que também vem sendo compartilhada em diversos momentos com a prefeitura municipal. Além disso, embora criada com a finalidade de exercer atividades complementares a mesma era composta basicamente pelos mesmos integrantes e colaboradores do projeto de extensão do MUHISNAF.

Assim, a participação da comunidade externa que se soma na gestão desse museu da universidade, especialmente através de organizações da sociedade civil, não foi prevista no regimento interno, demandando a posteriori uma revisão do regimento interno de modo a regulamentar a gestão compartilhada já existente, inclusive com a previsão da integração de entidades e representantes de comunidades detentoras de referências culturais locais e regionais expressas a partir dos acervos a fim de consolidar uma estrutura administrativa mais participativa, plural, inclusiva e democrática.

Sendo assim, a sua uma estrutura administrativa instituída e regulamentada como Centro de Pesquisa e Extensão não reflete e nem contempla a unidade que tem se apresentado enquanto um dos modelos próprios de gestão compartilhada de museus da universidade. O que nos permite destacar que para a região norte do estado de Mato Grosso se trata de uma *inovação e tecnologia social* (MEDEIROS, 2017 et. al, 2017) própria, estruturada a partir do seu caráter de rede, que vem sendo desenvolvida de forma modesta através das experiências dos projetos e estratégias utilizadas para a gestão deste museu.

Além disso, a sua institucionalização do Museu a partir da categoria de projeto de extensão oportunizou tanto a definição de objetivos e metas a serem alcançadas a curto prazo, gerando um planejamento anual das ações, quanto a revisão das suas ações, objetivos, metodologias. Apesar de não ter um plano museológico, esta estrutura de projeto se assemelha as etapas de implementação de ações e metas geralmente definidas a partir do plano museológico.

Estas mudanças em torno da institucionalização e gestão do MUHISNAF aconteceram em decorrência de um esforço coletivo que envolveu articulações, ações e proposições ligadas: i) demandas para regularização do museu enquanto instituição de guarda e endosso de acervos arqueológicos; ii) aos anseios dos sujeitos e gestores que movimentaram as atividades do Grupo de Trabalho “Política de Museus”, aos quais promoveram um debate sobre a necessidade de uma política universitária de museus e patrimônio cultural; iii) a construção de meios para regulamentar a criação da política de gestão dos museus, galerias de arte e coleções científicas visitáveis (UNEMAT, 2018b); iv) os problemas relacionados a falta de recursos humanos e financeiros; v) a natureza e a abrangência dos museus e a sua ampliação conceitual considerando a estrutura administrativa da universidade, que também aconteceu simultaneamente a mudança do perfil dos Centros, que passaram a ser concebidos

a partir de então como um ambiente integrador voltado para promover de forma indissociável pesquisa, ensino e extensão (UNEMAT, 2021c, Resolução 011/2021 Art. 2).

Além disso, é importante ressaltar que estas transformações também estiveram ligadas a propostas e eventos que afetariam em curto, médio e longo prazo a continuidade das ações do MUHISNAF, como o advento da aproximação da aposentadoria de diversos professores ligados aos temas dos museus, incluindo o coordenador do projeto de extensão, que poderia impactar negativamente na formação, catalogação, documentação, divulgação e na gestão do seu acervo e suas coleções científicas.

Ao longo desta pesquisa pode-se observar também que os debates e apontamentos também iam ao encontro das aspirações políticas definidas no 3º Congresso Universitário da Unemat em torno da necessidade de criar uma política de gestão dos museus (UNEMAT, 2018b).

Identificou-se também, neste processo, a relação com um conjunto de eventos que aconteceram entre os anos de 2014 e 2020 no âmbito da gestão da universidade, seja os relacionados a ausência de regulamentação de endossos institucionais a projetos de pesquisa arqueológica ligados a grandes empreendimentos agrícolas, mineradoras e geração de energia, no qual um deles inseriu a Universidade no centro de um litígio que ganhou destaque nacional entre o Povo Munduruku e um grande empreendimento de geração de energia, que provocou a destruição dos *Ipi Cekay'Piat* ("lugares sagrados"), a retirada de doze (12) *Itiğ'a* (urnas funerárias) e o resgate das urnas funerárias pelo Povo Munduruku em 25 de dezembro de 2019; seja após problemas jurídicos enfrentados pela universidade na gestão do Museu de Humanidades "Alaíde Montecchi" e preservação de seus acervos arqueológicos, que se arrasta desde o termo de ajustamento de conduta que viabilizou a criação do museu em 2001.

Apesar de reunir parte de acervos arqueológicos e geológicos oriundos de pesquisas e doações da comunidade ao museu, após o MUHISNAF ser credenciado como Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico pelo IPHAN em 2010⁹⁶ e a atuar em parceria com projetos de estudos de impactos ambientais e pesquisa arqueológica, por meio do fornecimento de endosso institucional para a guarda de acervos desta natureza, a universidade não abriu concurso público ou contratou profissionais para atender as necessidades ligadas ao quadro técnico nas suas áreas de atuação.

A ausência de arqueólogo e museólogo é um ponto ressaltado nas análises técnicas do IPHAN nos processos que avalizam a continuidade do museu como instituição de guarda. Todavia, conforme relatos da coordenação do museu, há uma grande dificuldade na contratação de profissionais das áreas de arqueologia, museologia, conservadores e

⁹⁶ IPHAN. Anexo 04 - Museu de Hist. Natural de Alta Floresta. In: _____. **Processo: 01425.000269/2018-03. 0792558.** Inquérito Civil Público - Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Mato Grosso. Data de Registro: 03/05/2018. p.34 Disponível em: https://is.gd/iphan_icp_2018

restauradores e historiadores do patrimônio para atuar no interior do estado de Mato Grosso, considerando a ausência de cursos de formação nestes setores, dificultando estruturar as áreas de conservação e pesquisa dos acervos.

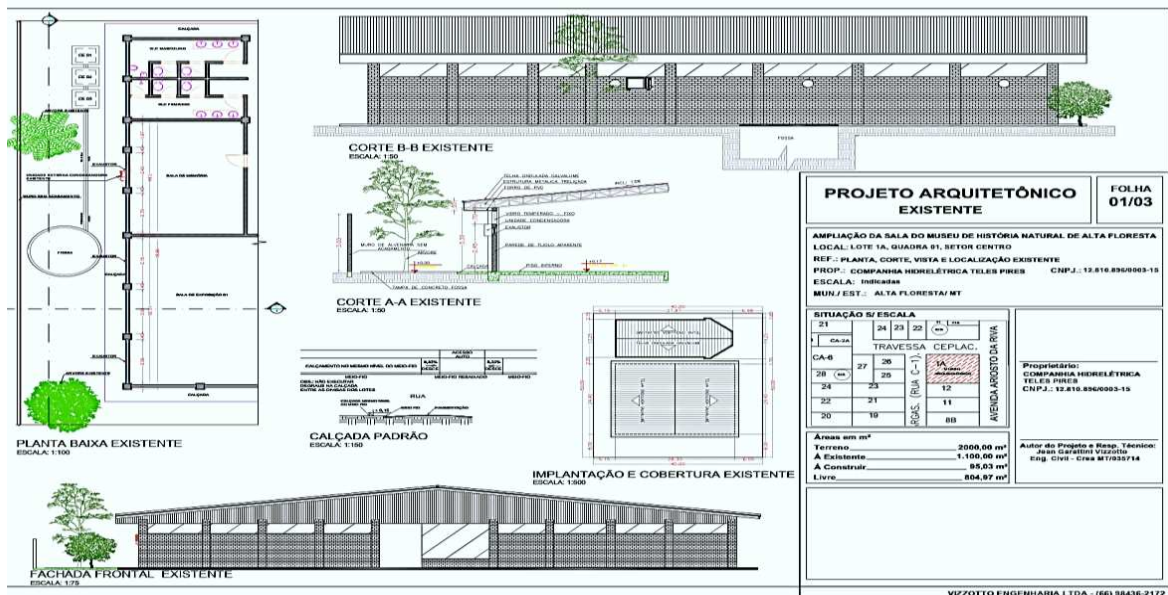
Esta organização e transformações do museu encontra-se intrinsecamente ao processo de construção da infraestrutura predial, que foi executada através de convênios com a prefeitura, governo estadual e investimentos da própria universidade, conforme detalhado a seguir.

3.4 – Arquitetura do Museu: infraestrutura predial e administrativa

De acordo com Desvallées & Mairesse (2010, p. 29), pode-se compreender como arquitetura (museal) como “a arte de conceber, de projetar e de construir um espaço destinado a abrigar as funções específicas de um museu e, mais particularmente, as de uma exposição, da conservação preventiva e ativa, do estudo, da gestão e do acolhimento de visitantes”. Apesar deste conceito estar centrado num espaço físico e uma estrutura arquitetônica, pode-se também partir desta definição para pensar as estruturas e características dos museus virtuais.

O MUHISNAF possui sua arquitetura museal que vem sendo idealizada e projetada para tal finalidade. Conforme descrito acima, a obra inicial previa uma construção de 70 m², que passou a ter aproximadamente 1100 m² e custo final de 500 mil reais, correspondendo a ocupação de 55% dos 2.000 m² de todo terreno (Figuras 38).

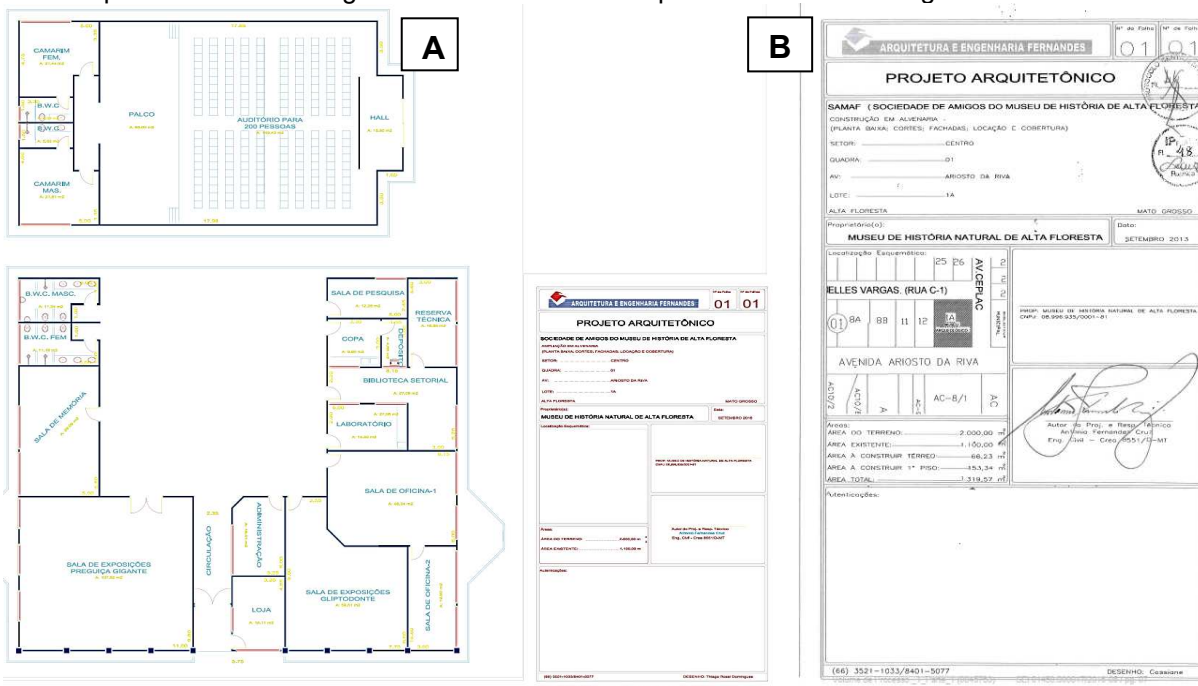
Figura 38: Projeto Arquitetônico de Ampliação do MUHISNAF, Eng. Jean Garattini Vizzotto.



Fonte: MUHISNAF (2022); Arruda (2022b).

O projeto arquitetônico com planta baixa (Figura 39) detalha mais a atual configuração da infraestrutura do MUHISNAF, onde a reserva técnica e o espaço para guarda de acervos vem sendo apontada como inadequada para grande quantidade.

Figura 39A/B: Projeto Arquitetônico da ampliação em Alvenaria do MUHISNAF, autoria e responsabilidade do eng. Antônio F. Cruz. Criada para a Sociedade Amigos do MUHISNAF.



Fonte: MUHISNAF (fev. 2022); IPHAN (2016b – Documento (0045763) p. 96).

Conforme consta no projeto arquitetônico acima, a estrutura do imóvel é constituída por um (01) anfiteatro, com capacidade para 200 pessoas (Tabela 18).

Tabela 18: Metragens da área Interna do Auditório do MUHISNAF

Local	Medidas	Descrição/Função
1 - Camarim Feminino	A = 21,44 m ²	Sala para preparo e descanso para apresentações.
2 - Palco	A = 65,00 m ²	Espaço de apresentações.
3 - Hall	A = 15,90 m ²	Espaço de entrada do auditório.
4 - Camarim Masculino	A = 21,61 m ²	Sala para preparo e descanso para apresentações.
5 - Banheiro Feminino	A = 5,02 m ²	Banheiro Feminino.
6 - Banheiro Masculino	A = 5,02 m ²	Banheiro Masculino.
7 - Auditório	A = 149,43 m ²	Sala com assentos para plateia.

Fonte: MUHISNAF (2021); Arruda (2022b).

Além disso, um (01) laboratório de conservação, uma (01) reserva técnica - RT, uma (01) sala de oficina e educação patrimonial e museal, três (03) salas de exposição, uma (01) sala da administração, uma (01) biblioteca, uma (01) lojinha, uma (01) cozinha, dois (02) banheiros (Quadro 09).

Quadro 9: Área Interna e Externa do MUHISNAF

	Local	Medidas	Descrição/Função
1 -	Loja	A = 15,11 m ²	- Contém suvenires, camisetas e demais produtos que representam a memória da visita ao Museu.
2 -	Administração	A = 16,01 m ²	- Abriga os postos de trabalho administrativo. Espaço reúne a área com os materiais administrativos.
3 -	Sala de Exposição – Preguiça Gigante	A = 107,62m ²	Sala de exposição de longa duração, com acervo permanente de paleontologia e geologia.
4 -	Sala de Memória	A = 29,00m ²	Sala de exposição de longa duração, com acervo permanente das áreas de história e etnografia.
5 -	Banheiro Feminino	A = 11,18 m ²	Banheiro Feminino
6 -	Banheiro Masculino	A = 11,34 m ²	Banheiro Masculino
7 -	Sala de Pesquisa	A = 12,24 m ²	Abriga os postos de trabalho de investigações em arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
8 -	Copa	A = 9,90 m ²	Espaço interno de alimentação.
9 -	Depósito	A = 4,60 m ²	Sala que reúne os acervos permanentes das áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
10 -	Reserva Técnica	A = 16,80 m ²	Sala que reúne os acervos permanentes das áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
11 -	Biblioteca Setorial	A = 27,08 m ²	Sala reúne acervo bibliográfico das áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
12 -	Laboratório	A = 14,50 m ²	Sala de pesquisa acerca dos acervos permanentes das áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
13 -	Sala de Oficina 01	A = 48,34 m ²	Sala de pesquisa acerca dos acervos permanentes das áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
14 -	Sala de Oficina 02	A = 19,80 m ²	Sala de pesquisa acerca dos acervos permanentes das áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e geologia.
15 -	Sala de Exposição - Gliptodonte	A = 59,51 m ²	Sala de exposição de longa duração, com acervo permanente das áreas de paleontologia, geologia, história e geologia.
16 -	Área Externa	A = 804,97 m ²	Área ao ar livre com jardim, utilizada para realização de atividades educativas. Potencial para exposições itinerantes.

Fonte: MUHISNAF (2021); Arruda (2022b).

Todavia, com a finalidade de atender apontamento técnico do IPHAN para garantir o endosso institucional de guarda de acervo, tem se reorganizado os espaços para adquirir novos acervos, a exemplo da destinação da biblioteca para armazenamento de acervo arqueológico. Isso demonstra certa priorização das exposições em relação a RT.

Desde a inauguração simbólica do MUHISNAF, em dezembro de 2004, a estrutura arquitetônica foi paulatinamente ampliada através de projetos aprovados em editais de programas federais e estaduais de incentivo à cultura e, após 2010, por meio de parcerias com empreendimentos e projetos de pesquisas arqueológicas, fornecendo endosso institucional. Há algumas propostas para garantir a ampliação da reserva técnica e laboratório de conservação do MUHISNAF em andamento, sendo uma que prevê a construção térrea de 180 m² e outra no pavimento superior de 490 m² a serem concretizadas principalmente a partir de endossos institucionais para armazenamento de acervos arqueológico. Dentre os possíveis projetos de financiamento para construção e ampliação consta o “Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder” (Figura 40) (MUHISNAF, Processo nº 01425.000316/2010-53).

Figura 40: Projeto Arquitetônico com proposta de ampliação em alvenaria do piso térreo

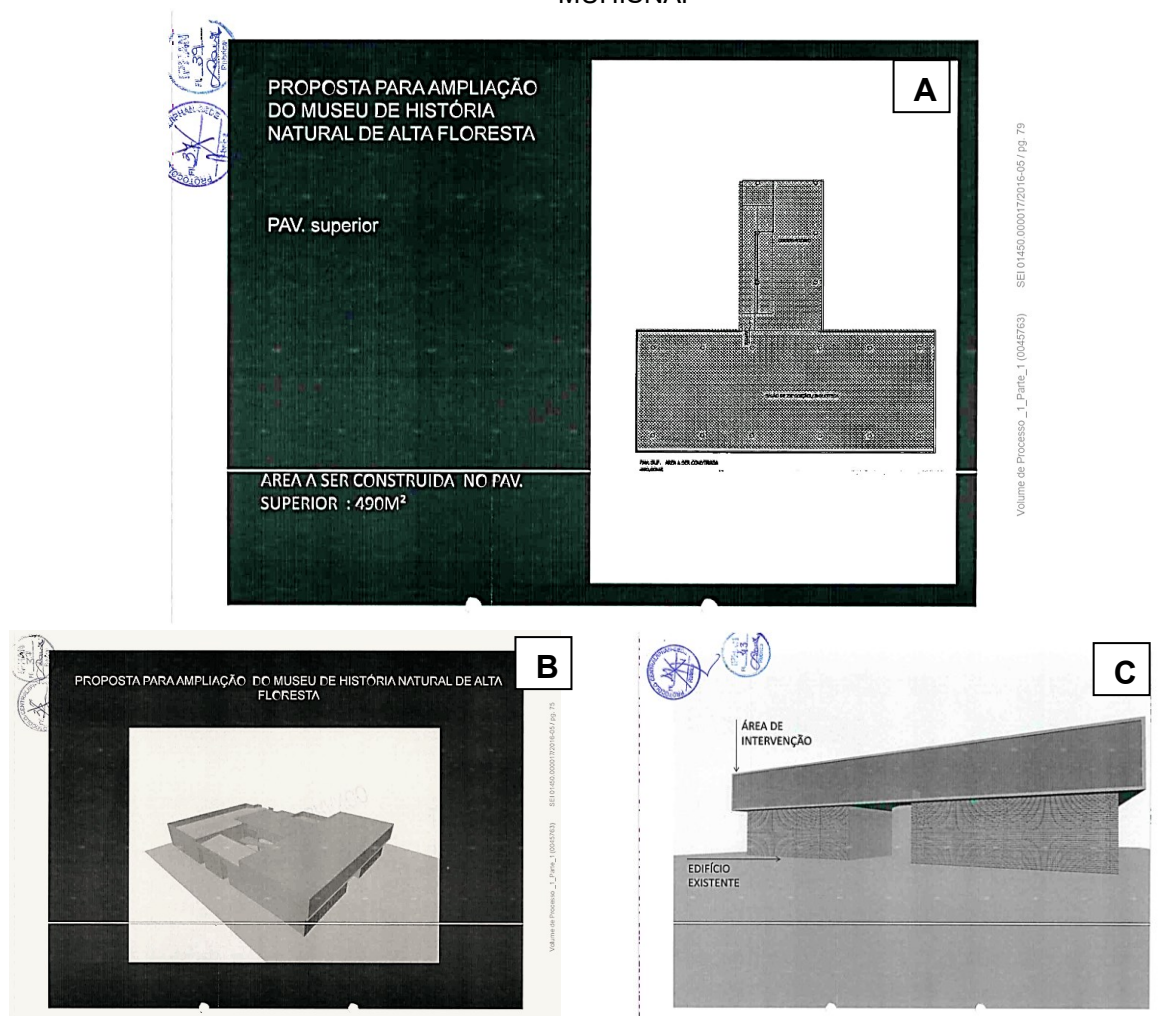


Fonte: IPHAN (2016b - Documento (0045763), p.77).

Estas ações de proposta de ampliação encontravam-se em meio à disputa com o Museu Paranaense para garantir que o MUHISNAF exercesse a função de instituição de endosso original do projeto acima mencionado e o cumprimento de diretrizes após a atualização das normas infralegais da arqueologia (Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015, Portaria IPHAN nº 196/2016, Ordem de Serviço IPHAN nº 002/2016), constando também propostas de ampliação a partir da construção do pavimento superior equivalente a 490 m² (Figuras 41 A-B-C), somando uma área de 670 m², com valor estimado de 804 mil reais (IPHAN, 2016a, p.93). Todavia, tal proposta foi considerada inviável pela COPEL.

Dentre as ações previstas a partir do endosso institucional aos projetos arqueológicos contratados pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), conforme Ofício nº 444/2014 - CNA/DEPAM/IPHAN, presente no parecer técnico nº 0873/2015 – CNA/DEPAM/IPHAN, de 19 de junho de 2015, constavam a necessidade da “Copel GeT” efetuar além do envio de amostras do acervo arqueológico para datação no exterior e realizar o processo licitatório dos serviços de museologia e outros serviços para deixar o MUHISNAF adequado para receber a coleção arqueológica e promover a guarda definitiva, como: **“Contratação do Diagnóstico Museológico; Consultoria para o projeto de adequação da estrutura da Reserva Técnica (caso necessário); Aprovação do Iphan para as adequações propostas (se existente); Execução de adequação eventualmente necessária”** (IPHAN, 2016b, p.8).

Figura 41 A-B-C: Projeto Arquitetônico com proposta de ampliação do pavimento superior do MUHISNAF



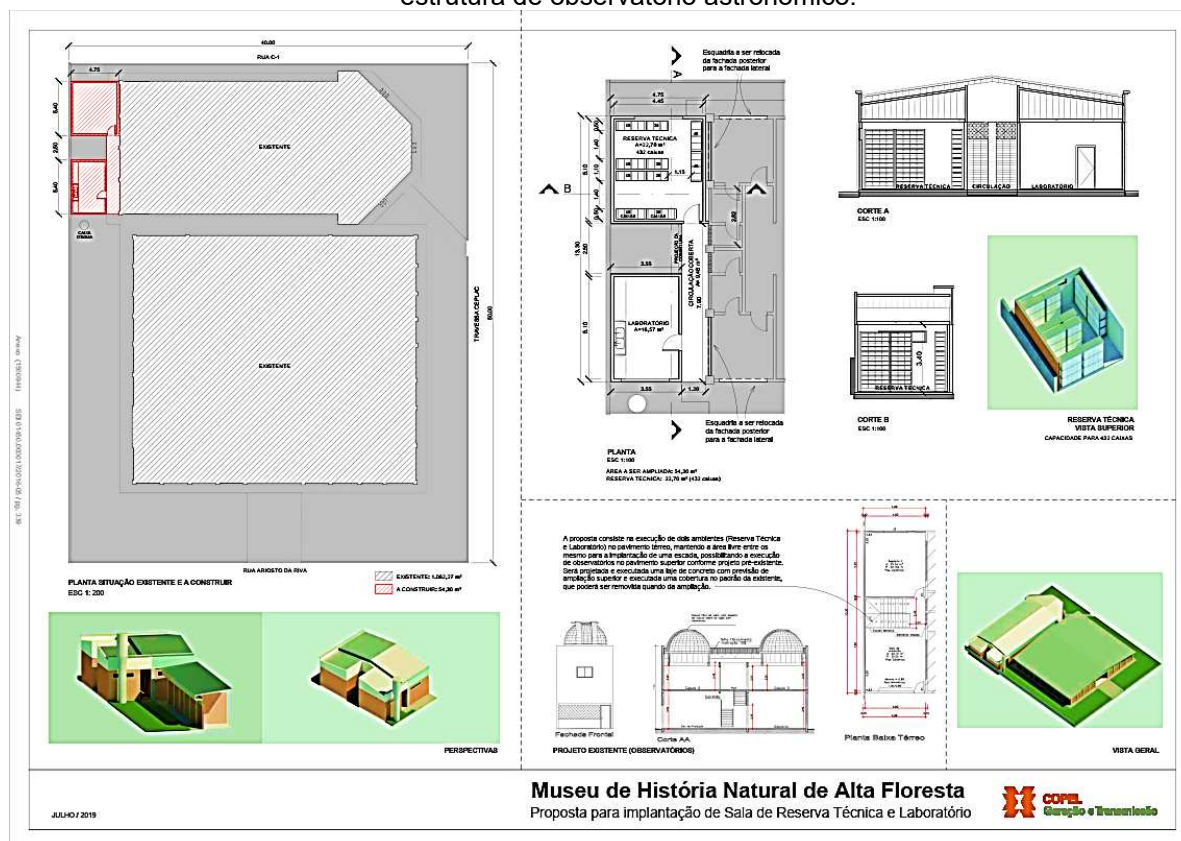
Fonte: IPHAN (2016b, documento (0045763), p. 79, 75, 81).

Para viabilizar a autorização do endosso institucional e acompanhar as ações previstas de modo a atestar as condições do MUHISNAF para receber a coleção arqueológica proveniente do "Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder (Processo nº 01425.000316/2010-53), o IPHAN promoveu uma fiscalização *in loco*, onde identificou um conjunto de problemas na infraestrutura, inclusive apontando a necessidade de cumprir os itens indicados acima, com a ampliação das reservas técnicas que precisavam ser atendidas para então autorizar o recebimento de novas coleções (IPHAN, 2016b, p.23).

Além disso, há manifesto interesse na construção de um Observatório ao lado da Reserva Técnica, encaminhado com respostas as dúvidas da arqueóloga Francini Medeiros da Silva em 09 de maio de 2017, onde destaca que o espaço será destinado a exposição ou criação de um observatório de astronomia de aproximadamente 100m², proposta única no extremo norte de Mato Grosso (IPHAN, 2016b, p.213-217).

Propostas essas que passaram a ser implementadas a partir de estudos técnicos e documentos institucionais que organizados a partir de 2019, onde os dois ambientes no pavimento térreo manterá uma área livre para a implantação de escada para o piso superior apresentado no projeto pré-existente, que prevê a ampliação do piso superior (Figura 42).⁹⁷

Figura 42: Projeto Arquitetônico com proposta da Sala Reserva Técnica e Laboratório, com estrutura de observatório astronômico.



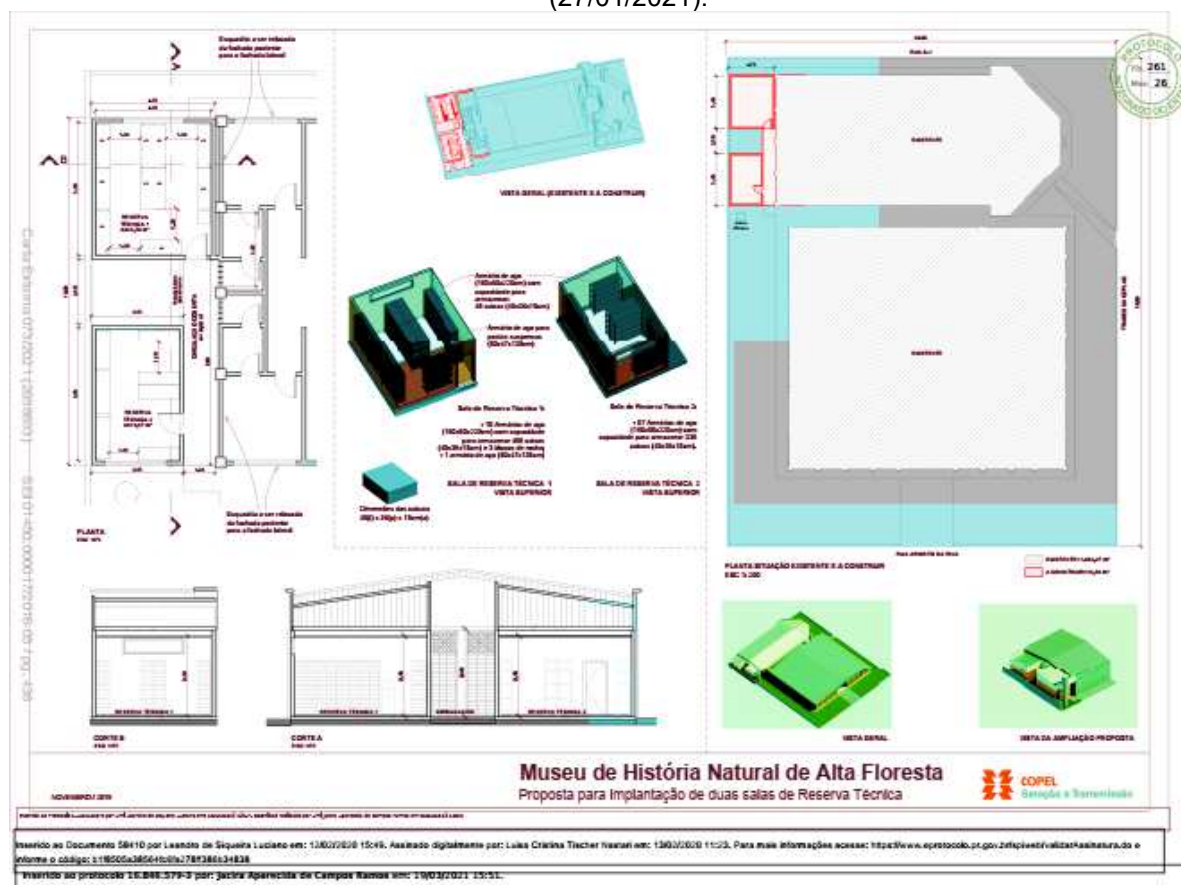
Fonte: IPHAN (2016b, p.337).

Entre 2019 e fevereiro de 2021, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires financiou a ampliação do museu através da construção de uma sala anexa de exposição de 95 m² junto com as instalações elétricas e sanitárias voltadas para reorganização das exposições permanentes de geologia, paleontologia e arqueologia, aumentando a capacidade da promoção de ações de educação patrimonial e popularização das ciências (Figura 43).⁹⁸

⁹⁷ Despacho 73.2019 COSOL/CNA/DEPAM. Brasília, 10 de outubro de 2019. Projeto existente (Observatórios) In: IPHAN, 2016b – documento (0045763), p. 337.

⁹⁸ Companhia Hidrelétrica Teles Pires entrega ampliação do Museu de História Natural de Alta Floresta. Assessoria CHTP. **Jornal Mato Grosso do Norte Online**. Alta Floresta e Região. Atualidades. Quarta-feira, 10 de março de 2021. Disponível em: <https://www.jornalmtnorte.com.br/atualidades/companhia-hidreletrica-teles-pires-entrega-ampliacao-do-museu-de-historia-natural-de-alta-floresta/14752>

Figura 43: Projeto Arquitetônico com proposta da Sala - Reserva Técnica, aprovada pelo IPHAN (27/01/2021).



Fonte: IPHAN (2016b, documento (0045763), p. 438).

Em março de 2022, através de outro termo de cooperação entre a Universidade do Estado de Mato Grosso e a Companhia Paranaense de Energia – COPEL pela parceria no desenvolvimento do projeto arqueológico da área da usina hidrelétrica de Colíder, o museu anunciou mais uma ampliação oriunda das negociações decorrentes dos endossos, agora de mais uma reserva técnica com a finalidade de ampliar a área de estudos e pesquisas e adquirir equipamentos de climatização e desumidificação.⁹⁹ Estas ações ligadas a arquitetura museal encontram-se interligadas a missão e objetivos do MUHISNAF, onde as coleções constituem num grande diferencial dos demais centros de pesquisa e extensão da universidade.

3.5 - Acervos e Coleções Científicas do MUHISNAF

A formação do acervo e coleções do MUHISNAF está associada a trajetória profissional da equipe do Projeto de Extensão que criou e institucionalizou o museu no âmbito da universidade. E foram essas trajetórias que viabilizaram o alargamento do campo de atuação da universidade sobre a preservação do patrimônio ambiental na região norte do

⁹⁹ Publicada licitação para ampliação do museu da Unemat em Alta Floresta. Por Lygia Lima. **Portal da Unemat (Online)**. Notícias: publicação de 02 de março de 2022. Disponível em: https://is.gd/mhnaif_publicidade_licitacao22

Estado de Mato Grosso para além das áreas de ciências ambientais, integrando também outras áreas sob a perspectiva do patrimônio cultural, como: a paleontologia, a geologia, a história, a etnografia e a arqueologia. Assim, as coleções científicas da universidade passaram também a abranger as áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

A composição do acervo se deu através de diferentes áreas e frentes de atuação de modo que permitiu a inauguração simbólica em 2004 e a abertura ao público em 2007.

Metodologicamente, a construção do acervo e coleções do MUHISNAF foi desenvolvida inicialmente de forma articulada às estratégias adotadas para a execução do Projeto Fósseis (PAIXÃO, 2001), que esteve pautada na “metodologia de amostragem” com análise de imagens de satélite a fim de caracterizar as áreas de ocorrência dos eventos fossilíferos; em estudos das diretrizes e normas legais instituídas “através da Lei n. 3.924/1961 e o Decreto-Lei 25/37”, com possibilidade de promover “coleta *in loco*”; e, via “chamada comunitária, via meios de comunicação,” para que membros da comunidade pudessem doar os materiais históricos, paleontológicos e arqueológicos da região que estiverem sob suas posses para compor o “documentário” da Unemat, processo este que iniciou a partir do Centro de Estudos Regionais de Alta Floresta, registrados nos livros de controle de doação (Figuras 44, 45, 46 e 47).

Figura 44: Cartaz da ação para levantamento e doação de acervos.



Figura 45: Ficha para diagnóstico de acervo arqueológico rápido.

Figura 46: Cartaz da ação para levantamento e doação de acervos

Figura 47: Formulário para cadastro das doações e doadores de acervos em 1999.

Fonte: IPHAN (2021). In: SEI Processo: 01450.000017/2016-05. Doc. 0045816.Anexo: CD_anexo_1

Somando-se as estratégias metodológicas para aquisição e formação de acervo e coleções acima mencionadas, conforme exposto, o MUHISNAF também se estruturou a partir de 2010 a fim de se tornar e atuar como instituição de endosso e guarda de acervos arqueológicos, permitindo assim a sua formação e ampliação do acervo. Paulatinamente passou a ser ampliada através dos profissionais (com formações pouco integradas aos debates da museologia, arquivologia, do patrimônio cultural e ciência da informação) engajados no processo de execução dos projetos de extensão e projetos culturais, financiados também por meio dos editais e programas federais e estaduais de incentivo à cultura.

O acervo encontra-se organizado pelas áreas e coleções de: i) arqueologia, ii) História/Memória, iii) Paleontologia, iv) Geologia, v) Zoologia / Ciências Naturais. Conforme Inventário de bens patrimoniais disponibilizado ao IPHAN em 2015, o pelo MUHISNAF possui cerca de 1.705 itens/peças, distribuídos em fragmentos e artefatos cerâmicos, líticos, fósseis, réplicas de fósseis, animais taxidermizados, esqueletos e crânios diversos (Tabela 19).

Tabela 19: Resumo Inventário de bens patrimoniais do MUHISNAF (2015).

1 -	Fragmentos cerâmicos	1.249
2 -	Artefatos cerâmicos	19
3 -	Artefatos líticos	271
4 -	Fósseis	81
5 -	Réplicas de fósseis	24
6 -	Animais taxidermizados	16
7 -	Esqueletos completos	21
8 -	Crânios diversos	24

Fonte: IPHAN (2016b, Documento 0045763. pg. 61).

Acerca do registro das atividades de curadoria, pesquisa e tratamento do acervo do MUHISNAF, a universidade vem apresentando desde 2019 em seu anuário estatístico um levantamento com o registro de atividades entre os anos de 2015 e 2020. Neste são apontadas de forma genérica as unidades de acervos, os conservados, documentados, expostos e constituído por doações. Contudo pode-se observar o aumento exponencial de acervo conforme Tabela 20, apresentado a partir do relatório anual, com ano-base de 2020.

Tabela 20: Atividades de curadoria, pesquisa e tratamento por quantidade de acervo do MUHISNAF

Atividades	2015	2016	2017	2018
- Unidades de acervo	1.705	62.843	62.862	62.874
- Acervos conservados	1.705	62.843	62.862	62.874
- Acervos documentados	1.705	62.843	62.862	62.874
- Acervos expostos	364	728	1.092	1.456
- Acervos por doação	1.705	1.809	1.828	1.840

Fonte: UNEMAT (2021e).

Atualmente, conforme a pesquisa documental, foi possível identificar certa incompatibilidade entre os dados oficiais e os apresentados em relatórios e processos de arqueologia. A partir desta pesquisa, foi levantado aproximadamente 67.522 mil peças/itens, sendo a maior parte física e a outra digital. Contudo, faz-se necessário um diagnóstico museológico direcionado especificamente ao MUHISNAF a fim de aprofundar o estudo e a identificação do número exato do acervo, haja vista que parte das informações podem ter sido perdidas por problemas tecnológicos ou na gestão do acervo digital.

A coleção geológica é constituída por minerais e rochas provenientes do contexto geológico que abarca as regiões do rio Teles Pires e Juruena, bem como de outras partes do país. Até setembro de 2021, essa encontrava-se constituída por aproximadamente 148 peças, contemplando registros minerais composto por pedras brutas e cristais (Figura 48).

Figura 48: Expositores e peças do acervo geológico do MUHISNAF.



Fonte: MUHISNAF (2022).

A coleção de memória e história enfoca o processo da colonização da região norte do Estado de Mato Grosso. Sua construção surge em meio ao processo de construção do MUHISNAF, sendo objeto de apresentação de estudo em evento.¹⁰⁰ É constituída por aproximadamente 4.748 peças/itens, a qual reúne acervos na maior parte digital, com arquivos documentais, iconográficos e artefatos, como: máquinas de escrever, aparelhos de televisão, acervos Indígenas, álbuns fotográficos da Escola Estadual "Vitória Furlani da Riva", álbum da Família Carmino, itens digitalizados e presentes nas fichas de catalogação (Figuras 49 e 50). Através destes, a proposta do museu contribuiu com a preservação de vestígios do

¹⁰⁰ Projeto de Organização e Exposição do Acervo da Sala "Memória da Colonização" no Museu de História Natural de Alta Floresta. In: **II Seminário de Extensão Universitária da Região Centro Oeste**, 2008. Disponível em: <http://www.unemat.br/eventos/serex/?link=painel>

passado que marcam o processo histórico de ocupação do município de Alta Floresta e da região. Essa coleção encontra-se parcialmente exposta na Sala de Memória do MUHISNAF.

Figura 49: Sala de memória com parte dos acervos coletados e doados.



Figura 50: Sala de memória com parte dos acervos coletados e doados.



Fonte: IPHAN (2016b - Doc. 0045816).

A coleção de zoologia se desenvolveu a partir de atividades pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas no curso de ciências biológicas, articulando as áreas da biologia, a química e a saúde. O acervo físico possui 257 peças físicas e 18 digitais, composto por esqueletos, elementos esqueléticos, animais taxidermizados, insetários, modelos didáticos. Busca-se a partir destas contemplar diversos aspectos da biologia animal, inclusive relações entre animais e ambiente (Figura 51).

Figura 51: Expositores com acervos da coleção de zoologia



Fonte: IPHAN (2016b - Doc. 0045816).

A coleção de paleontologia é composta por um acervo físico constituído 48 réplicas na sala de exposição e 13 peças/itens que estão acondicionados na reserva técnica, contendo itens que representam fósseis, como partes de dinossauros, megafauna. A sua formação conta com uma atuação importante da SAMAF que através de convênio com a Secretaria Estadual de Cultura, o Ministério da Cultura e a empresa *Magma Flow*, montaram uma grande réplica de um fóssil de dinossauro conhecido como Abelissauro, mais presente na região de

Chapada dos Guimarães, no Centro Sul de Mato Grosso.¹⁰¹ O acervo digital possui 18 unidades, divulgadas no site do MUHISNAF, quando ainda em funcionamento. A formação desta coleção contou com projetos financiados através de leis e programas de incentivo à cultura (Figuras 52 e 53).

Figura 52: Expositores e peças do acervo paleontológico (Réplica de Dinossauro).



Figura 53: Expositores e peças do acervo paleontológico (Preguiça Gigante).



Fonte: MUHISNAF (2022).

A coleção etnográfica é constituída por um acervo físico com aproximadamente 100 peças/itens, com arte indígena oriunda de diversos povos da região norte do estado de Mato Grosso. Dentre os itens há remos, arcos e flechas, artes plumárias (cocar e corpo), cestarias, cerâmicas, chocalhos ritualísticos, sementes (Figura 54).

Figura 54: Expositores e peças do acervo etnográfico.



Fonte: MUHISNAF (2022).

¹⁰¹ Museu de história Natural recebe réplica de fóssil de dinossauro. **Portal da Unemat**, publicada em 22 de agosto de 2014. Disponível em: <http://afi.unemat.br/index.php/servicos/imagens/item/318-museu-de-historia-natural-recebe-replica-de-fossil-de-dinossauro>

Por fim, a coleção arqueológica é constituída por especialmente por artefatos líticos polidos e artefatos cerâmicos. A sua formação remonta ao início do projeto do Museu, porém só aumentou substancialmente entre 2010 e 2019, após o período em que o museu passou a endossar projetos e a guardar acervos arqueológicos, produzidos a partir de oito (08) projetos, especialmente a partir do empreendimento UHE Colíder e da LD 138 KV da Fazenda a SE Salto Paraíso (Tabela 21).

Tabela 21: Lista de empreendimentos e projetos de arqueologia, com seus respectivos anos, que depositaram no Museu as peças arqueológicas resgatadas.

Ano	Processo	Projeto	Outorga	Validade
2010	01425.0003.16/2010-53	Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder.	01/11/2010	01/03/2012
2013	01425.0003.16/2010-53	Programa Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder.	01/11/2010	01/11/2010
2012	01425.0003.16/2010-53	Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder.	15/02/2012	15/10/2013
2013	01425.0003.16/2010-53	Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder.	01/10/2013	01/06/2015
2014	01425.0008.19/2012-38	Diagnóstico Arqueológico da LT 500kV UHE Colíder -SE Cláudia.	24/02/2014	24/06/2014
2015	01425.0001.61/2015-60	Prospecção Arqueológica Intensiva, Monitoramento e Educação Patrimonial na área de implantação da LT 500 kV UHE Colíder -SE Cláudia.	20/07/2015	20/06/2016
2015	01425.0003.16/2010-53	Programa de Prospecção Arqueológica e Monitoramento da LD 236 kV da Fazenda a SE Salto Paraíso.	28/09/2015	28/05/2017
2015	01425.0006.58/2013-27	Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder.	26/10/2015	26/10/2016

Fonte: IPHAN (2018, Processo SEI 01425.000269/2018-03, Anexo 04, pag. 120); Arruda (2022b).

Parte do acervo também vem de doações da comunidade, resultado do Projeto de Levantamento do Patrimônio Cultural (material e imaterial) de Alta Floresta, porém a maioria provém da arqueologia de contrato, que destina uma taxa de 5% sobre o contrato para endossar pesquisas de diagnóstico e prospecção (PARELLADA, 2014). As pesquisas desenvolvidas no âmbito dos projetos de diagnóstico arqueológico também estimulam doações por parte dos moradores locais e da região (Figuras 55 e 56).

Figura 55: Formulário de diagnóstico arqueológico para identificação e doação de peças arqueológicas.

Relatório do Estudo Arqueológico Preliminar da LT 500 KV UHE Colíder – SE Claudia 2014
Coord.: Arqueóloga Dra. Claudia Inês Paretada

DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DA LT 500 KV UHE COLÍDER – SE CLAUDIA
COPEL / Engenharia / Museu de História Natural de Alta Floresta - Unemat
Rede Integrada de Memória Regional: Participe você também! A sua colaboração é fundamental na compreensão da história do vale do rio Teles Pires

Nome: _____
Data de nascimento: _____ Cidade onde nasceu: _____
Endereço: Rua _____ n. _____
Bairro/Comunidade: _____
Município: _____ Estado: _____
Nome da escola: _____
Série que estuda: _____ Período (manhã, tarde, noite): _____

Histórias de Família
Há quanto tempo mora na região: _____
Motivo da vinda (da família) para a região: _____

Atividades:
Mora com a família: _____
Grau de escolaridade (para funcionários e professores): _____
Já visitou um museu, se afirmativo qual ou quais, onde, o que mais gostou: _____

Verifique se já observou alguns desses materiais, assinale com x, e indique o local:
LÍTICOS: () 1 () 2 () 3 () 4 () Outros líticos diferentes.
Encontrou em: _____
CERÂMICOS: () 5 () 6 () 7 () Outras cerâmicas diferentes.
Encontrou em: _____
ARTE RUPESTRE: () 8 () 9 () 10 () Outras diferentes.
Encontrou em: _____
FÓSSEIS E OSSOS COMPARATIVOS: () 11 () 12 () 13 () Outros diferentes.
Encontrou em: _____

162

Figura 56: Formulário auxiliar para compreensão do caráter histórico da região do Vale do Teles Pires.

Relatório do Estudo Arqueológico Preliminar da LT 500 KV UHE Colíder – SE Claudia 2014
Coord.: Arqueóloga Dra. Claudia Inês Paretada

DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DA LT 500 KV UHE COLÍDER – SE CLAUDIA
COPEL / Engenharia / Museu de História Natural de Alta Floresta - Unemat
Ficha auxiliar: Rede Integrada de Memória Regional

LÍTICOS



1. Ponta de flecha 2. Lâmina de machado 3. Mó 4. Mão de pilão

CERÂMICOS



5. Vasilhame 6. Cachimbos 7. Fragmentos cerâmicos

ARTE RUPESTRE



8. Blocos com formas 9. Gravuras rupestres 10. Pinturas rupestres

FÓSSEIS E MATERIAIS ZOOLOGICOS COMPARATIVOS



11. Dentes grandes 12. Ossos pesados 13. Crânios de animais

163

Fonte: IPHAN (2018, Processo SEI 01425.000269/2018-03); Arruda (2022b).

Estas chamadas se somam as estratégias para a constituição e ampliação da coleção de paleontologia, arqueologia e história, compostas por fósseis autênticos e réplicas de organismos desde o Pré-Cambriano até o Quaternário, bem como de ferramentas utilizadas no cotidiano rural e da cidade, álbuns de família etc., normalmente vindo dos garimpos do rio Teles Pires e moradores de Alta Floresta e municípios da região (Figuras 57 e 58).

Figura 57: Reserva técnica com acervo arqueológico



Figura 58: Expositores com acervo arqueológico.



Fonte: MUHISNAF (2022).

De toda forma, o acervo do MUHISNAF constitui-se num riquíssimo patrimônio cultural museológico brasileiro, com coleções únicas no país, formadas por artefatos arqueológicos e indígenas, registros minerais, documentos e vestígios históricos da ocupação da região norte de Mato Grosso (Tabela 22).

Tabela 22: Coleções do Museu de História Natural de Alta Floresta – MHNFAF*

Coleções	Quantidade de objetos¹	Discriminação da coleção
1) <i>Arqueologia</i>	Acervo Físico - peças	
	R.T ² :	254 unid. Artefatos cerâmicos, Artefatos líticos, fragmentos cerâmicos, registros rupestres, fragmentos orgânicos.
	UHE Colíder:	60.958 unid.
	Projeto ECOS:	150 unid.
	Exposição:	71 unid.
	Acervo Digital:	20 unid. Presente no site.
<i>Local de Guarda: Reserva técnica 1 e 2; Reserva técnica 3; Sala Preguiça Gigante.</i>		
2) <i>História/Memória</i>	Acervo Físico - peças	
	Documentos:	105 unid. Máquinas de escrever, Aparelhos de Televisão, Acervos Indígenas. Não há registro de inventário.
	Tecnologia:	39 unid.
	Acervo Digital:	49 unid. Presente no site.
		4.500 unid. Álbuns fotográficos E.E. "Vitória Furlani da Riva".
		15 unid. Álbum da Família Carmino
	20 unid. Fichas de catalogação	
<i>Local de Guarda: Sala de memória e Arte indígena</i>		
3) <i>Paleontologia</i>	Acervo Físico - peças	
	Exposição:	48 unid. Registros Fósseis, com partes de dinossauros, megafauna
	R.T.:	13 unid.
	Réplicas:	48 unid.
	Acervo Digital:	18 unid. Presente no site.
<i>Local de Guarda: Reserva técnica e Sala Preguiça Gigante.</i>		
4) <i>Geologia</i>	Acervo Físico - peças	
	R.T.:	07 unid. Registros minerais composto por pedras brutas e cristais,
	Exposição:	141 unid.
	Acervos Digitais:	-- Peças não estão digitalizadas.
<i>Local de Guarda: reserva técnica</i>		
5) <i>Zoologia</i>	Acervo Físico - peças	
	Exposição:	241 unid. Esqueletos, elementos esqueléticos, animais taxidermizados, insetários, modelos didáticos.
	Mod. anatômicos:	16 unid.
	Acervo Digital:	18 peças Presente no site.
<i>Local de Guarda: Sala Gliptodonte</i>		
6) <i>Etnografia</i>	Acervo Físico - peças	
	Arte indígena:	100 unid. Composto por remos, arcos e flexas, artes plumárias (cocar e corpo), cestarias, cerâmicas, chocalhos ritualísticos, sementes.
	Acervo Digital:	20 unid. Fichas de catalogação.
<i>Local de Guarda: Sala de memória e Arte indígena</i>		

¹ Quantidade aproximada, considerando que o acervo se encontra em fase de inventário. ² RT: Reserva Técnica. *Fonte: Arruda (2022b). Levantamento por formulário no mês de setembro de 2021, atualizado em fevereiro de 2022. Responsável: Jesus da Silva Paixão. Complementação: Renato F. Arruda

Acerca dos processos de formação e a apresentação do panorama atual do acervo e coleções científicas do MUHISNAF, bem como a aplicação das regras que versam sobre o programa de gestão das coleções científicas, constatou-se um distanciamento entre vigência da norma e implementação das curadorias das coleções científicas regulamentada pela universidade, conforme definidas pela Resolução nº 045/2016 art. 5º, que estava subordinada à "Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e, administrativamente, ao Campus", bem como indicada a criação de um comitê gestor das coleções, com indicação do curador pelos pares, devendo este ser doutor.

Entre 2016 até 2022, período ainda de vigência das normas sobre as coleções científicas, as atividades e composição administrativa do MUHISNAF aconteceram sob as normas de gestão dos projetos de extensão e pesquisa, que esteve vinculado ao

departamento de ciências ambientais, ao campus de Alta Floresta e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

As atividades inerentes as curadorias das coleções museológicas do MUHISNAF foram exercidas através da equipe e coordenação do projeto, compreendidas a partir da definição de Lessa (2011 p.04), onde acrescenta que estão relacionadas “à gestão e prática de todas as etapas do processo de conservação e guarda de coleções museológicas, a partir do momento que elas dão entrada na instituição responsável por sua salvaguarda”.

Observa-se, portanto, que o MUHISNAF possui uma política de aquisição de acervo, sendo está promovida através de doações, pesquisas e endosso institucional, com registros e termos de doação. Porém, ainda é necessário criar critérios mais objetivos, demonstrando os processos para aprovação, publicação e regulamentação a fim de viabilizar a implementação no âmbito da nova estrutura administrativa, agora sob as normas do Centro de Pesquisa e Extensão. Além disso, as coleções do MUHISNAF não estão completamente catalogadas e nem há um instrumento para integração dos acervos dos museus da/ou vinculados a universidade.

3.6 – Instrumentos de inventário e gestão do acervo do MUHISNAF

A Unemat não possui um sistema informatizado geral integrado para catalogação e inventário dos acervos dos seus museus, desta forma os dados a seguir apresentados foram extraídos de documentos institucionais do IPHAN e do MUHISNAF gerados para atender as demandas por informações relacionadas aos endossos institucionais, bem como decorrente do preenchimento de formulário aplicado com a finalidade de identificar o número de peças de cada um dos acervos e coleções.

Os sistemas de informação voltados para a gestão da documentação, acervos e coleções museológicos têm se revelado imprescindíveis, ainda mais na era da cibercultura e, em meio, as necessidades de garantir a transparência, a popularização da ciência e promover a democratização do acesso à informação (CANDIDO, 2006).

A pesquisa acerca dos sistemas de informação utilizado pelo MUHISNAF encontra-se intrinsecamente ligado a necessidade de compreender o processo de documentação museológica de maneira mais ampla no âmbito da universidade, fato este que não se esgota no processo de lançamento das informações no banco de dados físico e digital do museu.

De acordo com Ferrez (1991, p.4-5), pode-se identificar sete pré-requisitos para garantir a eficácia de um sistema de documentação museológica, o qual também deve ter espaço para se respeitar a complexidade a partir de um conjunto de categorias de informação, sendo: “1. Clareza e exatidão dos dados”; “2. Definição dos campos de informação que irão compor a base de dados do sistema”; “3. Normas e procedimentos”; “4. Controle de

terminologia”; “5. Catálogos”; “6. Numeração dos objetos”; “7. Segurança da documentação”. Estes pré-requisitos são importantes porque garantem desde a etapa de documentação até a disponibilização das informações científicas de cada item do acervo ao público.

Para Cândido (2006, p.36), o sistema de documentação museológica

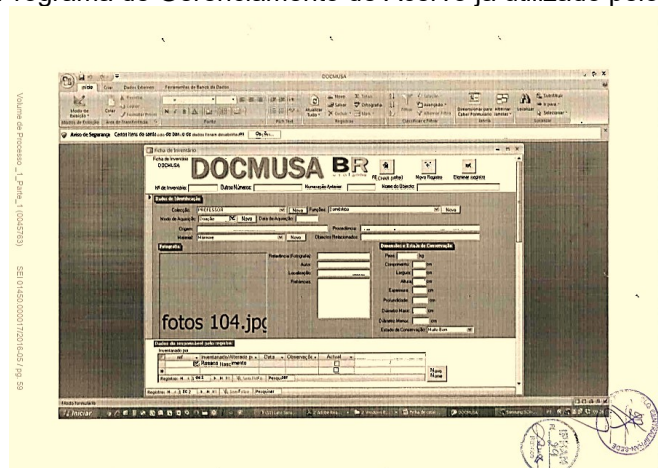
deve garantir, ainda, que certos dados sobre os objetos sejam documentados antes ou concomitantemente à sua entrada no museu, evitando-se o risco de perdê-los. É o caso de informações relacionadas aos proprietários dos bens, ao uso que dos mesmos fizeram, entre outras (CÂNDIDO, 2006, p.36).

Cândido (2006, p.47) também permite compreender diferentes metodologias e instrumentos disponíveis, como o caso da proposta com um manual de inventário desenvolvido e proposto pela Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais – SUM / MG, destacando a abrangência da planilha para 37 (trinta e sete) campos, divididos em 6 (seis) partes, constituída pelas seguintes:

- 1ª parte: Identificação do Objeto - campo 1 ao 19;
 - 2ª parte: Análise do Objeto - campo 20 ao 23;
 - 3ª parte: Conservação do Objeto - campo 24 ao 26;
 - 4ª parte: Notas - campo 27 ao 32;
 - 5ª parte: Reprodução Fotográfica - campos 33 e 34;
 - 6ª parte: Dados de Preenchimento – campo 35 ao 37;
- Anexo: Imagem Digitalizada (CÂNDIDO, 2006, p.47).

Neste sentido, foi possível identificar algumas investidas do MUHISNAF na implementação de programas e métodos para inventário e gerenciamento de seus acervos e coleções. Por exemplo, o *software* DOCMUSA - BR, Vol. 1, 2009¹⁰² (Figura 59) foi informado ao IPHAN como um de seus instrumentos de gerenciamento de acervo, bem como a planilha denominada “Inventário Geral do Acervo”.

Figura 59: Programa de Gerenciamento de Acervo já utilizado pelo MUHISNAF.



Fonte: IPHAN (2016b, p. 59 – doc. 0045763).

É interessante destacar que este processo de informatização do Museu chegou a ser objeto de publicação no II Seminário de Extensão Universitária da Região Centro Oeste, 2008

¹⁰² IPHAN. DOCMUSA BR. In: _____. **Processo: 01450.000017/2016-05.** Volume de Processo _1_Parte_1 (0045763). pg. 59

(PAIXÃO, 2008). Por outro lado, a planilha “Inventário Geral do Acervo” (Figuras 60) traz as seguintes variáveis: código, coleção (arqueologia, paleontologia, geologia, zoologia etc.), classe (Cerâmica, lítico lascado, lítico polido, coco cerâmico etc.), período de aquisição, local, designação e origem.

Figura 60: Programa de Inventário de Acervo do MUHISNAF

1	MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA						
2	INVENTÁRIO GERAL DO ACERVO						
3	CODIGO	COLEÇÃO	CLASSE	AQUISIÇÃO	LOCAL	DESIGNAÇÃO*	ORIGEM (Donador, pesquisador)
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
31							
32							
33							

Fonte: IPHAN, (2016b p.59)

Além destes, também foi identificado o uso de uma ficha de inventário do acervo, com início de aplicação em 2017. Neste levantamento consta o preenchimento de 40 itens, com enfoque no: digitalização do item; nome; código; município/localidade; época; coleção; designação; autoria do preenchimento da ficha; função; material/técnica; procedência; marca/inscrição/legenda; estado de conservação; especificação do estado de conservação; descrição formal; dados históricos; observações; e referências (Figura 61).

Figura 61: Ficha de Gerenciamento dos Acervos Etnográfico e Histórico.

1. Foto	
2. Acervo:	3. Caixa Código:
Acervo Etnográfico do Museu de História Natural de Alta Floresta-MT	ETN/040
4. Município/Localidade:	5. Época:
Alta Floresta-MT	
6. Coleção:	7. Designação:
Coleção Etnográfica	Pé de ferro
8. Autoria:	9. Função:
Elizabete C de Padua de Faria	Utilizado pelos sapateiros para o encaixe dos sapatos para posterior concerto ou mesmo a fabricação deles
10. Material/Técnica:	11. Procedência:
Ferro	
12. Marca/Inscrição/Legenda:	13. Estado de conservação:
	Bom
14. Especificação do estado de conservação:	

Encontra-se enferrujado porém utilizável
15. Descrição formal:
O pé de ferro apresenta três escovas, sendo um para sapatos maiores, outro para menores e outro para concerto apenas da parte anterior dos sapatos
16. Dados históricos:
Trata-se de antigo instrumento do ofício de sapateiro que era usado como anteparo para rebater pregos tachinhas da reprega dos calçados num tempo em que ainda praticavam-se solas (ou colocavam-se molas-solas) ou solas, em que se pregavam rebuços ou tachinhas metálicas ou emborachadas nas pontas dos solas ou nos bicos dos calçados etc. Nas sapatarias, além do anelão com avental de couro e de pé-de-ferro, havia colas, prensas, tesouras, molas, gramas, sovadas, tornos, socas, martelos, fichas (amarradas), pontas, espichadores, vestidores, formas de madeira estimulando pés, agulhas, linhas e cordões diversos, pedaços de couro, lixadeiras, escovas e escovadores, palmilhas, solas de vários modelos, rebuços, pregos, tachinhas. De todo e por das paredes sempre pendiam vários pares de sapatos, alguns esquecidos no local e outros aguardando pela hora da entrega ou do concerto. Com a fabricação em série de calçados com material de pouco valor e praticamente descartáveis, reduziu-se significativamente o número de clientes dos sapateiros que, por sua vez, aposentaram ou morreram sem deixar sucessores.
17. Observações:
Contém 1 peça e esta exposta na sala de memória do Museu de História Natural de Alta Floresta-MT.
18. Referências:
Pé de ferro (ou bigorna de sapateiro) - São João del-Rei - MG. Acesso em 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.patrimineira.com.br/empiric_noticia.php?id_noticia=2927

Fonte: IPHAN (2016b - Documento nº 0046312).

Identificou-se, assim, o uso de três tipos instrumentos de documentação museológica para inventariar, catalogar, digitalizar e fornecer informações integradas acerca de cada bem do acervo do MUHISNAF.

Embora o museu tenha adotado alguns instrumentos de controle e gestão de seus acervos, conforme numeração das peças em exposição e parte do acervo arqueológico (Figuras 62, 63 e 64), constatou-se certa fragilidade e defasagem nas informações disponibilizadas através dos Anuários Estatísticos Anuais da Universidade, nos anos de 2018, 2019 e 2020, especialmente quando se apresenta um panorama geral dos acervos dos museus da universidade, além da estrutura de conservação e pesquisa e as áreas de abrangência das coleções.

Figura 62: Fragmentos arqueológicos, com nomeação e número de inscrição expostos.



Figura 63: Peças da Coleção Zoológica, com nomeação e número de inscrição.



Figura 64: Fragmentos arqueológicos na RT, com nomeação e nº de inscrição.



Fonte: IPHAN (2016b - Documento nº 0046312).

Estes instrumentos para gestão dos acervos e coleções estiveram associados a necessidade de um, Plano Museológico, junto com as políticas e programas. Assim, identificou-se que apesar de um sistema de segurança e autorização da prefeitura para funcionamento, inexistente um seguro dos acervos.

Além disso, as recomendações técnicas presentes no Parecer Técnico nº 1288/2016 – CNA/DEPAM/IPHAN para endossos institucionais a projetos de arqueologia têm apontado uma relação de ações, obras emergenciais e equipamentos necessários para viabilizar a organização da infraestrutura e conservação das coleções, especialmente a partir da gestão de risco das coleções, a exemplo as indicações para: “instalação de películas anti-UV ou cortinas do tipo blackout nas janelas com a finalidade de reduzir a iluminação que incide sobre a reserva técnica e as salas de exposição”. Da mesma forma, a “contratação de serviço de diagnóstico museológico e a aquisição de equipamentos, prateleiras e troca de equipamentos enferrujados”, para melhor expor ou alocar as peças que estão diretamente no chão, a ampliação e construção de laboratórios de conservação (IPHAN, 2016b, p.141).

Conforme observou-se nos anuários estatísticos de 2006 a 2021, identificou-se apenas um instrumento de levantamento de informações, aplicado a partir de 2018, contemplando apenas número de atividades e exposições, tratamento de unidades de acervo e atendimento a comunidade externa a partir das ações de curadoria e pesquisa, com variáveis genéricas

para obter um panorama e auxiliar no planejamento da universidade de forma a atender as demandas dos seus museus ou na criação de novos (Figuras 65).

Figura 65: Instrumento de Acompanhamento dos museus.

1	Museu	
3	Atividades e Exposições	2021
4	Atividades de curadoria e pesquisa - projetos de pesquisa / exposição	
5	Exposições temporárias e itinerantes	
6	Projetos de pesquisa para exposições e catálogos	
7	Exposições de longa duração	
8	Exposições temporárias e itinerantes	
9	Total	
11	Atividades de curadoria e pesquisa - tratamento de unidades de acervo	2021
12	Unidades de acervos	
13	Acervos conservados	
14	Acervos documentados	
15	Acervos expostos	
16	Acervos por doação	
17	Total	
19	Atendimento a Comunidade Externas	2021
20	Número de visitantes com necessidades especiais e visitantes de programas especiais	
21	Número de visitas técnicas e estágios de observação atendidos pelos serviços de acervos (Visitas Técnicas)	
22	Número de escolas visitantes	

Fonte: UNEMAT (2022b).

Entretanto, do início da sua aplicação em 2018 até fevereiro de 2022, apesar de algumas inconsistências na quantidade de acervos e somatória total das atividades, pode-se observar que o MUHISNAF tem preenchido o formulário de modo a fornecer parte das informações. Ações estas impactadas pela pandemia do Covid-19, que interrompeu o atendimento direto ao público externo.

Nestes processos de pesquisa, coleta, organização, inventário, documentação, comunicação, musealização de acervos e gestão dos museus, enquanto campo do conhecimento ligado às ciências sociais aplicadas, cabe destacar que a Museologia possui um papel conhecimento técnico específico que requer a formação de profissionais para o seu exercício. Porém, além do quadro profissional vinculado na execução e manutenção do Projeto de Extensão, observou-se a ausência de profissionais contratados para os trabalhos ligados a museologia, arqueologia, educação patrimonial e museal, história ligada ao patrimônio cultural e conservadores e restauradores.

A partir deste ponto também pode-se apresentar o outros relacionados a infraestrutura arquitetônica, administrativa e de governança, especialmente a estrutura do edifício, a gestão do acervo, a laboratório de pesquisa, as reservas técnicas, aos sistemas auxiliares, ao mobiliário e acondicionamento, as áreas expositivas. Um diagnóstico arqueológico realizado pela a arqueóloga Francini Medeiros da Silva, com resultado apresentado no dia 21 de junho de 2016, traz um panorama da situação do MUHISNAF a fim de que o mesmo possa atuar

como instituição de guarda e endosso institucional, com base na Ordem de Serviço IPHAN nº 002/2016, do IPHAN (IPHAN, 2016b).

No âmbito da infraestrutura administrativa em 2016, a arqueóloga indicava que o mobiliário e a estrutura de acondicionamento do acervo arqueológico eram compostas por três (03) prateleiras de aço; três (03) armários de aço; uma (01) gaveta em aço; três (03) mesas de madeira para suporte de computador; duas (02) cadeiras de escritório (p. 109).

Além da adequação da infraestrutura do imóvel com a construção de reservas técnicas, conforme Parecer Técnico nº 08732015 – CNA/DEPAM/IPHAN, Brasília – DF, 19 de junho de 2015, desde 2014 havia a orientação e indicação da necessidade de contratar uma consultoria para o desenvolvimento do diagnóstico museológico (IPHAN, 2016b, p.03) dentre as ações condicionadas à liberação dos projetos e consolidação do endosso institucional. A contratação deste serviço ficou a cargo da COPEL – Companhia Paranaense de Energia, porém, ao longo das tratativas o serviço de museologia foi substituído pelo diagnóstico arqueológico, conforme consta no parecer técnico do IPHAN elaborado em 2016 (IPHAN, 2018a, p.9). Conforme Tabela 23, foram destacadas ausências e fragilidades sobre:

Tabela 23: Lista de fragilidades do MUHISNAF

Nº	Pontos
1-	materiais para a redução de risco e melhora da climatização (materiais construtivos não inflamáveis, isolamento térmico, porta corta fogo etc.);
2-	vistoria de corpo de bombeiro; plano de evacuação;
3-	laboratório de conservação e restauração; recepção;
4-	desenvolvimento de pesquisas e publicações em relação ao acervo arqueológico;
5-	conservação preventiva (controle ambiental, acondicionamento/ armazenamento adequado etc.);
6-	conservação curativa (intervenções no acervo para fins de “curar” deteriorações (dessalinização cerâmica, consolidação de ossos etc.);
7-	restauração (ações de reintegração pictórica, montagem de cerâmica etc.);
8-	área para refeições com botijão de gás;
9-	microscópio e aparelhos para análise;
10-	infraestrutura e exposições sem acessibilidade p/ pessoas com deficiência;
11-	treinamento da equipe de segurança em relação ao acervo;
12-	treinamento dos funcionários de limpeza da Unemat em relação ao acervo;
13-	equipe composta por secretário, museólogo, arqueólogo, conservadores e restauradores;
14-	treinamento da equipe em relação ao uso de sistemas auxiliares (segurança, climatização, mecanismos contra incêndio);
15-	política de acervos; plano museológico; plano de evacuação de acervos;
16-	seguro do acervo; protocolos para manuseio e movimentação de acervo;
17-	protocolo de utilização da Reserva Técnica;
18-	protocolo de higienização dos acervos; protocolo de limpeza dos espaços;
19-	protocolo para registro de intervenção de conservação e restauração;
20-	Inventário sem seguir as normas do IPHAN;
21-	documentos de pesquisa arqueológica arquivados;
22-	Deterioração do prédio (infiltração/ fissuras/ encanamento/ telhados), especificamente uma fissura no teto da Reserva Técnica;
23-	Aplicação de pesticida no edifício;
24-	02 extintores na área externa (um de água e outro de pó químico) e 04 extintores no auditório (dois de água e dois de pó químico);
25-	Objetos arqueológicos doados aguardando acondicionamento na Reserva Técnica;
26-	Aparelho e instrumentos para análise e medidores de umidade relativa e temperatura;
27-	Cortinas / filtro UV / controles de poluentes / telas
28-	Suportes próprios para peças grandes

29-	Sistema de Segurança, amortecimento de impactos e alarme em contato automático na seguradora;
30-	Sistema de combate e alarme contra incêndio;
31-	Acondicionamento do acervo em conjunto pertencente a mesma tipologia
32-	Higienização do acervo da Reserva Técnica;
33-	Regras para acesso nas áreas expositivas, com permissão de fotografar e transito
34-	Expografias para público com deficiência
35-	Expografias interativas
36-	Sala de Exposição III “Sala de Memória” com cheiro forte e Salas de Exposição I “Sala Gliptodonte” e II “Sala Preguiça Gigante” com exatores, hoje sem uso porque foram instalados ar-condicionado.

Fonte: SILVA (2016b, p.101-119).¹⁰³ Organização: Arruda (2022b).

Diante da necessidade de criar unidade técnica para viabilizar ações sobre áreas de conservação, conforme recomendações nos pareceres técnicos para a aprovação do endosso institucional, em 2020, em meio a pandemia da Covid-19, pode-se observar a submissão e aprovação de dois projetos integrados as ações e finalidades do MUHISNAF (Tabela 24), com membros ligados a universidade e ao ensino superior na área de ciências biológicas e educação.

Tabela 24: Projetos integrados ao MUHISNAF a partir da universidade

Nº	Portaria	Período	Projetos / Programa	Coordenador e membros	Formação
i)	1084/2020	01/07/2020 a 30/06/2021	Projeto de Extensão: Laboratório de Arqueologia e Geociências	Prof. Jesus da Silva Paixão – Coordenador	Graduado em Geologia. Mestre em Geologia e Geoquímica. Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais.
				Prof. Nilton de Souza Arantes - Equipe	Graduado em Química e Direito. Especialista em Metodologia do Ensino Superior; e Direito Público.
ii)	578/2020	01/08/2020 a 31/07/2021	Projeto de Extensão: Cultura e Conhecimento: Caminhos de Cidadania	Prof. Jesus da Silva Paixão – Coordenador	--
				Profa. Luciene Castuera de Oliveira - Equipe	Licenciada em Ciências Biológicas. Especialista em Biologia Molecular. Mestre em Genética e Melhoramento. Doutorado em Ecologia e Conservação.
				Profa. Rosane Duarte da Rosa Seluchinesk - Equipe	Graduada em Pedagogia. Mestre em Educação. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.
iii)	789/2022	01/08/2021 a 31/12/2021	Programa de Extensão: Cultura e Conhecimento: Caminhos de Cidadania	Prof. Jesus da Silva Paixão – Coordenador	--
				Profa. Luciene Castuera de Oliveira - Equipe	--
				Profa. Rosane Duarte da Rosa Seluchinesk - Equipe	--

Fonte: UNEMAT (2020b; 2020c; 2022a); Arruda (2022b).

¹⁰³ SILVA, Francini Medeiros da. **Diagnóstico arqueológico**, entregue no dia 21 de junho de 2016. In: Ordem de Serviço IPHAN nº 002/2016. IPHAN. 2016b.

Após a criação da estrutura administrativa do Museu enquanto Centro de Pesquisa e Extensão, dentre os equipamentos disponíveis, conta:

computadores, câmeras fotográficas, filmadora, impressoras multifuncionais, equipamentos de áudio e vídeo, expositores, acervo bibliográfico, coleções didático-científicas (arqueologia, paleontologia, etnografia, biologia), equipamentos de laboratório (microscópio biológico, microscópio estereoscópio, microscópio digital, balança, agitadores, banho maria, centrífuga, torno elétrico para cerâmica, forno elétrico para cerâmica, tornos manuais, estações de processamento mineral, tamborilador, lupas) (UNEMAT, 2020a, p.7).

A construção de toda infraestrutura e aquisição de equipamentos, somando-se aos projetos e o programa de extensão universitários demonstram certo esforço em organizar as unidades administrativas e governança do museu e, ao mesmo tempo, certa limitação para instituir determinadas funções e atividades ligadas à pesquisa, conservação e comunicação museológica.

Apesar da criação e funcionamento ininterrupto do curso de museus desde os primeiros anos da década de 1930, pode-se observar a existência até o início dos anos 2000 de apenas 02 cursos de graduação em museologia no país, com concentração destes no Rio de Janeiro e na Bahia, além da pós-graduação *lato sensu* criada em São Paulo. Isto certamente impactou na formação, consolidação e exercício profissional nos setores dos museus no interior do país, seja na formação, organização, documentação, conservação e comunicação, seja organização de exposições, pesquisa e fruição do conhecimento acerca e partir dos acervos e coleções científicas.

Desta forma, metodológica e teoricamente, a execução dos Projetos que implementou o MUHISNAF foi desenvolvida através de “análise e catalogação”, bem como registro escrito, gráfico e fotográfico com “descrição morfológica e biométrico” desenvolvendo uma “confrontação com registros paleontológicos e arqueológicos existentes” e classificados pela “zoobotânica ou cultural dos materiais”. O conceito de musealização foi apresentado de forma genérica como processo de criação do Museu, com a organização das coleções e exposições (PAIXÃO, 2001, p.11).

Essa busca por instrumentos metodológicos para catalogação, documentação e comunicação às áreas da “zoobotânica ou cultura dos materiais” (PAIXÃO, 2001, p.11) está relacionado também a ausência de formação através de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de museus, arquivos, conservação e restauração, ou mesmo disciplinas obrigatórias nas graduações regulares da universidade que atravessam as ações dos museus e patrimônio cultural, a exemplo: história, arqueologia, pedagogia, engenharia civil, ciências ambientais, direito, administração etc.

A escassez de profissionais da museologia e especialistas em preservação e conservação do patrimônio cultural ainda perdura nos dias atuais, mesmo diante da expansão

dos cursos de graduação em museologia no país após a implementação da Política Nacional de Museus e a expansão das universidades federais a partir de 2003, com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação que alcançaram a região Centro-Oeste.

Os cursos mais próximos de Mato Grosso encontram-se na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade Estadual de Goiás (UEG), na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC) e na Universidade de Brasília (UNB), porém com aproximadamente 1.500 km de distância entre a Cidade de Goiás e Alta Floresta, no extremo norte do Estado.

A contratação temporária de profissionais encontra-se entre os desafios relatos do coordenador do MUHISNAF, mesmo mediante a viabilidade financeira adquirida em alguns períodos através de endossos institucionais e da universidade.¹⁰⁴ Isso também se agrava pelo fato da maior concentração de museus e bens culturais tombados e registrados no Estado estar em Cuiabá, capital.

Outro ponto importante se trata de que estes recursos tecnológicos para a gestão dos acervos não se limitam a apenas ao seu preenchimento das informações, pois também demandam conhecimento teórico, metodológico e jurídico das áreas do patrimônio cultural, museologia, biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação.

Do ponto de vista das atividades voltadas para a popularização da ciência e educação patrimonial e museal, estas foram executadas através de um conjunto de projetos e ações a partir do acervo e suas respectivas coleções.

3.7 – Atividades do MUHISNAF: exposições, educação e a comunidade externa

As exposições museológicas do MUHISNAF são construções produzidas a partir das coleções de arqueologia, paleontologia, geologia, história e zoologia, aos quais possuem peças que foram selecionadas e com intenções de comunicar ideias, transmitir conceitos e informações.

Nos casos e projetos levantados, pode-se observar que as ações educativas tiveram como princípio o uso dos acervos como recurso pedagógico e mnemônico aos visitantes, onde pudessem contemplar narrativas sobre que vão desde a evolução humana e animal até o processo de ocupação do território hoje reconhecido como município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso.

Após a abertura à comunidade externa da universidade, em 2007, foram executados outros projetos de extensão complementares ligados a educação não formal e educação patrimonial (UNEMAT, 2007e) e educação ambiental, vinculados a área da cultura e articulado a exposições e mobilizações comunitárias.

¹⁰⁴ PAIXÃO, Jesus da Silva. Reunião do Grupo de Trabalho – Política de Museus, realizada em 11/2020.

As atividades passaram a constituir a base do trabalho de gestão, curadoria e pesquisa realizados antes, durante e depois do processo de criação do MUHISNAF, que passou a ter seus objetivos revisados ao longo de sua consolidação, onde destaca contemplar atualmente a pesquisa técnica-científica sobre o patrimônio cultural material e imaterial da região norte de Mato Grosso. Contudo, em trabalhos científicos publicados sobre as ações do MUHISNAF, os objetos dos estudos estão centrados basicamente a área da educação articulada à comunicação científica (SCHUINGUES, 2012) e com o uso de parte do acervo para a realização da tese de doutorado do coordenador (PAIXÃO, 2010) do museu e de trabalhos de conclusão de curso.

Ao longo da sua consolidação, as ações de projetos integrados ao MUHISNAF foram fomentadas através de diferentes fontes, sendo uma parte através da SAMAF submetidas a fundos e editais federais e estaduais de cultura, especialmente entre os anos de 2010 e 2015, outra através do financiamento da universidade com a manutenção da infraestrutura do museu e oferta de bolsas de graduação aos alunos vinculados ao curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas do Campus Universitário de Alta Floresta, da Unemat.

O MUHISNAF adotou diversas estratégias para promoção de suas atividades, seja partindo da concepção das exposições como uma das “formas possíveis de conhecer conteúdos, conceitos básicos, procedimentos, valores, concepções e políticas científicas”, seja enquanto meios para “desenvolver estratégias científicas” para a educação em ciências a partir de atividades de “aprendizagem não formal” (OLIVEIRA et. al, 2015, p. 313). Parte das mesmas passaram a ser organizadas a partir das demandas relacionadas as análises técnicas para aprovação do museu como instituição de endosso e guarda de acervo arqueológico.

As exposições do MUHISNAF passaram a ser construída simultaneamente aos trabalhos de formação das coleções científicas nas diversas áreas do museu, ainda em 2004. Atualmente, as atividades de curadoria e pesquisa estão sendo realizadas através de trabalhos internos, com ações pontuais em decorrência das restrições impostas pela pandemia. Todavia, em termos de registro, documentação e divulgação das atividades de curadoria e exposições desenvolvidas a partir dos projetos de extensão ligado ao Museu no âmbito dos relatórios de gestão da universidade, observou-se que este trabalho passou a ser somado com regularidade entre os anos 2018 e 2020 (Tabela 25).

Tabela 25: Atividades e exposições do Museu MUHISNAF.

Atividades e Exposições	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Atividades de curadoria e pesquisa – projetos de pesquisa e exposição	01	01	01	01	01	01
Exposições temporárias e itinerantes	-	-	-	-	-	-
Exposições de longa duração	03	03	03	03	03	03
Exposições virtuais	-	-	-	-	-	01
Total de Atividades	04	04	04	04	04	05

Fonte: UNEMAT (2020).

Apesar do levantamento contemplar informações desde 2015, apenas dentre o período acima que aconteceu o levantamento com registro das variáveis de curadoria e exposições realizadas através dos museus da universidade, indiferente da sua forma de vínculo (UNEMAT, Relatório Anual 2019).

A pandemia do Covid-19, com início em dezembro de 2019, impactou diretamente na abertura e, conseqüentemente, no fluxo de pessoas no museu. Foram mantidas as 03 exposições permanentes, sendo que as mesmas consideradas de longa duração. Contudo, conforme identificado, pode-se observar a existência de mais de três exposições com acervos de diferentes áreas no âmbito das três salas de exposição permanente. As exposições são centradas nos objetos, com legendas pequenas e atribuídas a partir do olhar dos técnicos e bolsistas que atuaram no Museu.

Entre 2009 e 2016, o MUHISNAF foi contemplado a partir de diversos projetos submetidos a editais nacionais e estaduais, tendo inclusive pelo Programa Nacional Pontos de Cultura, onde obteve 180 mil reais de investimentos, que foram utilizados para o “desenvolvimento de melhorias na estrutura de visitação, ampliação de atividades e serviços” inclusive para a “implantação de uma experimentoteca de ciências naturais e a instalação de um mini observatório astronômico”. A implementação desta última proposta vem sendo pleiteada atualmente por meio de projetos de endosso e guarda arqueológica.¹⁰⁵ Esta proposta materializa a noção tradicional de museu, enfocada na tradição humanista e enciclopédica, que articulavam biblioteca, museu, coleções científicas, observatório astronômico (HERNÁNDEZ, 2006, p.23). Neste caso, a partir das áreas de zoologia, paleontologia, arqueologia e história, integrando um observatório astronômico.

Observa-se, assim, certo deslocamento voltado para a integração da concepção de museu tradicional focado nos processos museológicos de formação das coleções e a sua responsabilidade na preservação destes patrimônios para a atuação integrada com a redefinição do seu papel social, conforme pode-se observar no conjunto de projetos executados junto a SAMAF entre 2007 e 2018, conforme veremos a seguir.

Além de espaço de produção de conhecimento, o MUHISNAF também é compreendido como importante à educação e popularização da ciência, conforme pode-se observar em estudo coletivo de Oliveira et. al. (2015, p.314), quando debate e apresenta as atividades desenvolvidas com escolas do município na 1ª Semana do Museu de História Natural de Alta Floresta em 2015.

¹⁰⁵ Museu da Unemat é aprovado como Ponto de Cultura em Mato Grosso. **Portal da Unemat** (Site oficial), publicada no dia 11 de setembro de 2009. Disponível em: <https://url.gratis/oMlcrf> http://portal.unemat.br/index.php/revistamedicina/galeria/noticia_imprimir.php?pg=noticia/4893/Museu%20da%20Unemat%20%E9%20aprovado%20como%20Ponto%20de%20Cultura%20em%20Mato%20Grosso

Nota-se, portanto, mesmo diante de uma proposta de museu interdisciplinar voltado para a interação e socialização das populações e comunidades de seu entorno, especialmente alunos das escolas da região norte de Mato Grosso, estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação do Campus Universitário de Alta Floresta, não foram identificadas até o presente momento instrumentos e meios voltados para participação de povos indígenas e comunidade externa a universidade que se identificavam como detentores de parte dos seus acervos arqueológicos e etnográficos. Integrando museu e biblioteca, a estrutura e os acervos são colocados a partir de um caráter enciclopédico, abordando parte da evolução humana até a ocupação recente do território, com a apresentação parcial e poucos detalhes dos acervos e coleções expostos. Contudo, tem contado com monitores para a realização da mediação entre o público e os acervos e coleções.

3.8 – Atendimento a comunidade interna e externa pelo MUHISNAF


Apesar da existência do livro de registro de visita, identificou-se irregularidade no controle de público e atendimento da comunidade externa, bem como inconsistências nos números apresentados em relatórios pela universidade e o museu. Apresenta a visitação por meio das ações executadas através dos projetos, conforme os acima mencionados.

Além de espaço de produção de conhecimento, o MUHISNAF também é compreendido como importante à educação e popularização da ciência, conforme pode-se observar em estudo coletivo de Oliveira et. al. (2015, p.314), quando debate e apresenta as atividades desenvolvidas com escolas do município na 1ª Semana do Museu de História Natural de Alta Floresta em 2015.

Nos anos de 2011 e 2015, período de execução de projetos financiados através da Política Nacional de Pontos de Cultura e de editais do fundo de cultura do Estado de Mato Grosso, o museu desenvolveu um conjunto de atividades que ampliou o seu público, chegando a 6006 pessoas (MUHISNAF, 2012) e 16.092 participantes (IPHAN, 2016b), respectivamente.

Este alcance decorreu, em certa medida, dos financiamentos obtidos através dos fundos e editais federais e estadual de cultura, conforme pode-se observar no conjunto de projetos executados junto a SAMAF entre 2007 e 2018 (Tabela 26; Figuras 66 a 71).

Tabela 26: Projetos com cursos, oficinas e projetos realizadas entre 2010 e 2016 em parceria com a SAMAF

<p>Programa Cine Mais Cultura - Cineclube Mastodonte: criado no âmbito do Museu através do Ponto de Cultura gerido pela SAMAF, considerando a proposta da Política Nacional de cultura de ampliação no país, funcionou entre 10 de junho de 2010 a outubro de 2018, com chamamento e divulgação através do seu Blog ativo até 2016 e das 02 páginas do Facebook.</p>	<p>Figura 66: Cineclube Mastodonte</p> 
<p>ii) Oficina Tramando o Buriti: Objetivou capacitar pessoas para retirar da natureza a matéria-prima e transformá-la em fonte de renda, mas de forma sustentável;</p>	<p>Figura 67: Tramando o Buriti</p> 
<p>iii) Oficina de Noções Básicas de Desenho: Buscou ensinar técnicas simples que possibilitassem aos alunos fazer desenhos artísticos com facilidades, proporcionando condições de evolução contínua. Tal proposta também foi voltada para proporcionar aos alunos uma alternativa de opção cultural e atividade que pudesse lhe trazer renda. Nesta foram apresentados métodos eficientes para elaboração de desenhos que pudessem ser utilizados no lazer e no trabalho;</p>	<p>Figura 68: Oficina de Desenho.</p> 
<p>iv) Oficina Bonsai: Arte milenar, relaxante, reconhecida como terapia ocupacional, requer atenção diária. Destaque para atitudes voltadas ao autoconhecimento e à procura de equilíbrio entre Natureza e Ser Humano;</p>	<p>Figura 69: Oficina de Bonsai.</p> 
<p>v) Papelart: Teve como objetivo transmitir aos educandos a técnica da reciclagem de papel favorecendo reflexões e discussões sobre temas da educação ambiental e o que a partir disso pode ser vivenciado no cotidiano das pessoas, bem como utilizar o papel reciclado e outros materiais reutilizáveis como processo artístico e criativo;</p>	<p>Figura 70: Oficina Papelart.</p> 
<p>vi) Curso de escultura em cerâmica: visou proporcionar o conhecimento e formação básica em artes voltada para alunos da rede de ensino de Alta Floresta. Proposta realizada com apoio do Ministério da Cultura e da Prefeitura, funcionou em 2014.</p>	<p>Figura 71: Curso de Cerâmica.</p> 

Fonte: Arruda (2022b); Levantamento e organização pelo autor. Fotos: MUHINAF (2021).

Em relatórios anuais de 2019 e 2020, a Universidade apresenta dados quantitativos de 2015 inferiores a publicações de integrantes do museu, onde trazem números superiores. Além disso, há ausência de informações sobre alguns anos.

O registro de atendimento ao público é realizado de forma manual, através do Livro Ata que fica na entrada e saída do museu. Todavia, a indicação da movimentação com atendimento a comunidade externa pelo Museu nos relatórios anuais da universidade aconteceu apenas nos anos de 2015 e 2016, onde foram indicados os números de visitantes portadores de alguma deficiência, visitas técnicas e estágios de observação atendidos pelos serviços de acervo, visitantes em geral e de escolas visitantes, apresentando um aumento relevante entre os anos, conforme consta no Tabela 27.

Tabela 27: Atendimento a comunidade externa do Museu

Atividades	2015	2016
Visitas espontâneas	2.654	
Visitas monitoradas	1.720	
Nº de visitantes com alguma deficiência e visitantes de programas especiais	--	41
Nº de visitas técnicas e estágios de observação atendidos p/ serviços de acervo	01	03
Nº de visitantes (alunos das escolas de ensino fundamental e médio)	568	1.766
Nº de visitantes (comunidade em geral)	420	1.100
Nº de escolas visitantes	40	69

Fonte: MUHISNAF (2012); UNEMAT (2020).

De toda forma, de acordo com Jesus da Silva Paixão (2016, p. 88-89), até 2016 o museu recebeu diferentes públicos, a partir de três eixos, tendo os relacionados a:

- i) “exposições permanentes”, com aproximadamente “5 mil” por ano, decorrentes de “visitas deliberadas e não programadas” de grupos escolares e acadêmicos com atividades complementares de ensino;
- ii) “oficinas e cursos”, com alcance que chegaram a “cerca de “500 participantes” em oficinas temáticas, desenvolvidas ou apoiadas pelo museu”;
- iii) “eventos artísticos e culturais”, muitos deles não relacionados as áreas de atuação do museu, mas apresentados como importantes para a formação de público, que ao serem realizados nas dependências do museu, especialmente os que aconteceram no auditório, onde alcançaram anualmente aproximadamente “10.000” pessoas.

A partir de 2020, com o advento da pandemia da Covid 19, o museu produziu eventos virtuais que atingiu um público direto de aproximadamente 1.000 participantes. Para alcançar esse público, identificou-se o uso de alguns recursos disponíveis atualmente que compõe o quadro de veículos de comunicação a ampliação do espaço de ação do museu.

3.9 – Comunicação: entendimento, meios e instrumentos usados

A importância da comunicação museológica a partir das suas expografias e meios de comunicação é inegável e se constitui como um recurso poderoso na mediação entre o passado e o presente através da memória histórica.

Neste caso, apoiado em Hernández (1998, p.6), buscou-se identificar os meios de comunicação do MUHISNAF a fim de compreender como o mesmo tem estabelecido uma linguagem para dialogar com a sociedade cada vez mais diversa, além disso, enquanto “um referente cultural, orientada no sólo a la conservación de su amplo patrimonio, sino también a la difusión de sus contenidos científicos”.

Neste sentido, ainda com base na autora, o museu é visto como linguagem e comunicação, seja através de suas coleções, seja por meio de sua arquitetura e organização. Com isso, um conjunto de elementos que constituem o sistema de comunicação museal foram levantados a fim de identificar como estão organizadas atualmente e como estão integradas a comunicação da universidade.

Para tanto, além das coleções apresentadas acima, foi levantado a identidade visual, os instrumentos, as exposições, os canais de comunicação e as redes sociais, também integrando a estrutura de comunicação a arquitetura do museu, conforme estrutura da matriz organizada para observar os instrumentos, seus pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Diante do objetivo deste diagnóstico museológico, voltado para subsidiar a construção da política universitária de museus e patrimônio cultural e instrumentos para a sua implementação, não foi possível aprofundar nos aspectos de comunicação a partir das coleções, considerando as linguagens utilizadas e as pesquisas desenvolvidas. Considera-se necessário, para tanto, um estudo mais aprofundado sobre as coleções de cada museu.

Cada vez mais tem-se ampliado o número de plataformas, redes sociais e canais de comunicação na internet, ao mesmo tempo que também tem se revelado os desafios da articulação das atividades museológicas com as plataformas e mídias digitais, com seus recursos tecnológicos. Atualmente diferentes plataformas e redes sociais fornecem espaços de interação e relações sociais com perfis individuais e corporativos, como a Facebook, Instagram, Tik Tok¹⁰⁶, a Youtube¹⁰⁷ e a Twitter¹⁰⁸, e tem se consolidado enquanto grandes

¹⁰⁶ A TikTok é uma plataforma líder para criar e partilhar vídeos curtos (a «Plataforma»). In: Tik Tok. Termos de Serviços, março de 2022. Disponível em: https://www.tiktok.com/legal/terms-of-service?lang=pt_BR

¹⁰⁷ Plataforma de audiovisual voltada para o compartilhamento de informações. De acordo com a empresa, a sua “missão é dar voz a todos e mostrar a eles o mundo. Acreditamos que todos merecem ter voz e que o mundo é um lugar melhor quando ouvimos, compartilhamos e construímos comunidade por meio de nossas histórias”. In: Youtube. Sobre a Empresa, março de 2022. Disponível em: <https://about.youtube/>

¹⁰⁸ É uma rede social com característica de microblog pessoal. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/twitter>

empresas na produção e consumo de conteúdo digital. Neste cenário, os museus têm contribuído a partir de diferentes tipos de possibilidades a fim de democratizar o acesso, popularizar a ciência e oportunizar o contato e o fornecimento de seus serviços aos diferentes públicos.

Neste caso, foram levantadas as diferentes tecnologias da informação e tipos de canais, bem como seus recursos de acessibilidade, considerando tanto a arquitetônica quanto a comunicacional e programática. Assim, identificou-se que o museu possui: i) uma (01) identidade visual, a partir de uma logo que foi pouco modificada ao longo dos anos; ii) uma (01) identidade visual da SAMAF e de projetos executados de forma integrada, como o Cinema Mastodonte; iii) duas (02) *fanpages* na rede social Facebook; iv) uma (01) conta no Instagram; v) um (01) blog com informações sobre o Cinema Mastodonte; vi) um (01) site oficial, que está fora do ar, mas que foi possível identificar a) apresentação de exposições virtuais com parte do acervo, organizadas a partir das áreas de enfoque do museu; b) apresentava as oficinas disponíveis; c) reunia e disponibilizava produções bibliográficas, como monografias, artigos, dissertações e teses; d) divulgava ações e lojinha virtual do museu; e) disponibilizava uma ficha de Diagnóstico Arqueológico Rápido – DAR (Figuras 72 a 84).

1 - Logomarca

Figura 72: Logo do Museu e do Site



Figura 73: Logo do Museu, presente em Catálogos e Redes



Figura 74: Logo do Ponto de Cultura



Figura 75: Logo da SAMAF



Figura 76: Logo do Cineclube integrado ao Museu



2 – Site - 01

Figura 77: Site institucional do Museu [Link](#). (2012/2021)

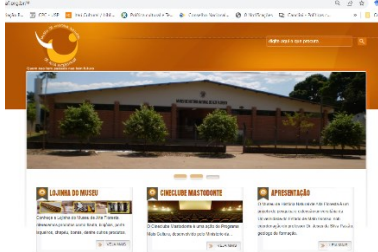
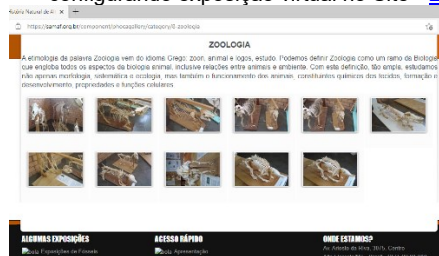


Figura 78: Amostras do acervo de Zoologia, configurando exposição virtual no Site - [Link](#)

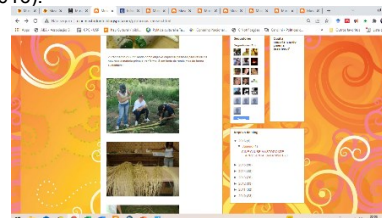


3 – Blog - 01

Figura 79: Blog do Cineclube Mastodonte - [Link](#) (2010 a 2016).



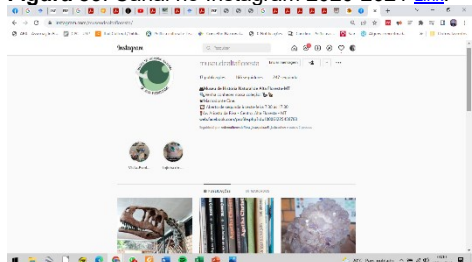
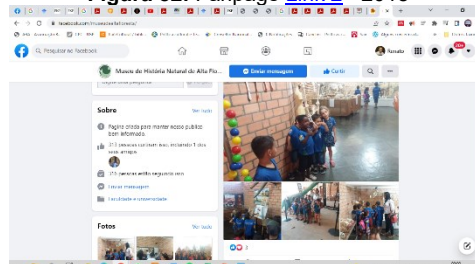
Figura 80: Blog do Cineclube Mastodonte- [Link](#) (2010 a 2016).



4 – Facebook: duas *fanpages*

Figura 81: Fanpage [Link 1](#) – 2020 a 2022

5 – Instagram: uma conta

Figura 83: Canal no Instagram 2020-2021 [Link](#).Figura 82: Fanpage [Link 2](#) - 2018

6 – Parcerias federais e estaduais

Figura 84: Site do Museu, indicando registros digitais, parcerias e projetos com recursos estadual e federal



Conforme observou-se, o site oficial está fora do ar; o blog, em desuso; uma (01) das duas (02) páginas no Facebook, encontra-se em uso, mas desatualizada. Outra, tem servido como repositório de imagens e acervo documental das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2018; O canal no Instagram foi criado ao longo do ano de 2020, mesmo período da última página do Facebook, mas não foi atualizada desde dezembro de 2021 (Tabela 28).

Tabela 28: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MUHISNAF

Rede	Criação	Publicações	Última Atualização	Seguidores	Seguindo
Instagram	23/07/2020	17	09/12/2021	166	247
Facebook -1	06/01/2021	03	06/01/2021	60	-
Facebook -2	02/03/2018	26	29/10/2018	316	-
Blog do Cine Museu	06/2010	143	06/01/2016	19	--
Site	09/2011	diversas	01/2021	--	--

Apesar da existência das plataformas e redes sociais digitais apresentadas, que se constituem enquanto poderosos recursos tecnológicos, o MUHISNAF possui contas no *Tik Tok*, *Twitter* e *Youtube*. Além disso, embora esteja fora do ar, o Site não está vinculado a estrutura de comunicação oficial da Universidade, que é apresentado apenas a partir do site do Campus Universitário de Alta Floresta da Unemat.

No canal do Instagram, das 17 publicações realizadas, a comunicação do museu através das redes sociais aconteceu ao longo do ano de 2021, com oito (08) postagens, abordando temas de literatura, poesia, mineralogia e paleontologia. No ano de 2020, especialmente durante o período do desenvolvimento do Grupo de Trabalho da Política de Museus, aconteceram nove (09) publicações, com enfoque principal na divulgação da identidade visual e apresentação das dependências e entrada do museu.

Identificou-se, conforme tabela acima, uma duplicação da página do MUHISNAF no Facebook, onde tem dividido esforços e público, sendo que as duas reúnem 366 seguidores. A página criada em 2018 concentrou suas publicações na divulgação das ações que receberam alunos das escolas do município de Alta Floresta e região neste mesmo ano. A página criada em janeiro de 2021 possui apenas três publicações, com enfoque diverso.

Parte dos trabalhos ligados a comunicação a partir das plataformas digitais, como alimentação do *Site* e das redes sociais (Instagram, Facebook) vem sendo desenvolvidos pelos bolsistas de graduação, coordenador e membros do MUHISNAF.¹⁰⁹ Todavia, o museu não dispõe de uma assessoria de comunicação, técnicos de tecnologia da informação e recursos como acesso ao datacenter e provedor da universidade à disposição para desenvolver os trabalhos relacionados a comunicação científica e interações virtuais com o público interessado nos serviços prestados ao público externo e interno.

Nas plataformas analisadas, apesar do site estar fora do ar, pode-se constatar que nenhuma das informações contemplaram os requisitos de descrição de imagens e conteúdo de modo a viabilizar a acessibilidade digital.

As redes sociais e plataformas do museu foram identificadas e analisadas neste diagnóstico museológico porque compõem o conjunto de informações aos quais permitem compreender que as conexões e interações entre o museu, suas coleções e atividades síncronas e assíncronas a comunidade interna e externa a universidade, aos quais além de promover a difusão da cultura científica também auxilia na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural a partir da transformação das estruturas de comunicação e práticas culturais de diferentes grupos sociais.

Partindo de André Desvallées e François Mairesse (2013, p.37), entendeu-se que

o museu comunica de maneira específica, por meio de um método que lhe é próprio, bem como utilizando todas as outras técnicas de comunicação (...). Diversos museus – pelo menos os maiores – possuem um departamento de relações públicas, ou um “departamento de programas públicos”, que desenvolve as atividades destinadas a comunicar e a atingir diversos setores do público, que são mais ou menos bem definidos, por meio de atividades clássicas ou inovadoras (eventos, encontros, publicações, “animações extramuros” etc.). Neste contexto, os importantes investimentos feitos por muitos museus em seus sites na internet constituem uma parte significativa da lógica comunicacional destas instituições. Como resultado, têm-se as várias exposições virtuais ou ciberexposições (domínio no qual o museu pode apresentar uma expertise real), os catálogos digitalizados, os fóruns de discussão mais ou menos sofisticados, e as diversas incursões dessas instituições nas redes sociais (YouTube, Twitter, Facebook, etc.) (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.37).

Neste sentido, as redes sociais foram concebidas a partir da contribuição de Raquel Recuero (2009, p.30), onde acrescenta que “as conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais, que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores”.

¹⁰⁹ PAIXÃO, Jesus da Silva. **Relato oral em Reunião de Grupo de Trabalho**, fevereiro de 2021.

Segundo a autora (2009, p.36), as interações entre os diferentes atores com os canais na internet se dão através da ideia de relação social, que é “independente do seu conteúdo”. Para a autora,

O conteúdo de uma ou várias interações auxilia a definir o tipo de relação social que existe entre dois interagentes. Do mesmo modo, a interação também possui conteúdo, mas é diferente deste. O conteúdo constitui-se naquilo que é trocado através das trocas de mensagens e auxilia a definir a relação. Mas não se confunde com ela, que pode ter conteúdos variados (RECUERO, 2009, p.30).

Para proporcionar uma ampla gama de materiais instrucionais de comunicação, foram realizadas pesquisas sobre as coleções do MUHISNAF, a partir das quais foram desenvolvidos diversos tipos de materiais, como catálogos, panfletos e *folders*, disponibilizados tanto em suportes físicos quanto digitais (ALVES; GUIZELLINI; VIDOTTI, 2020). Entre os anos de 2010 e 2016, o museu publicou um folder em suporte físico, que apresenta brevemente informações sobre o museu, seus serviços, as exposições e suas respectivas áreas, fundamentados na legislação da arqueologia. A publicação é resultado de projetos culturais que captaram recursos das leis de incentivo à cultura, e suas ações decorrentes foram realizadas pelo Ponto de Cultura Amigos do Museu, aprovado no âmbito do Programa Cultura Viva (Figuras 85 e 86).

Figura 85: Frente do Folder do Museu



Figura 86: Verso do Folder do Museu



Fonte: MUHISNAF (2022).

Esse conteúdo do folder acima também é utilizado material instrucional digital, conforme identificado também para o ano de 2018. Além deste, o MUHISNAF também possui um boletim informativo com 16 páginas, com informações mais pormenorizadas dos objetivos, abrangência e projetos desenvolvidos através do Ponto de Cultura, quando esteve em vigência (Figuras 95, 96 e 97). Este recurso instrucional indica uma rede mais ampla de profissionais vinculados ao museu, onde consta na equipe um arqueólogo.

Figura 87 A-B-C: Folheto do Ponto de Cultura no MUHISNAF



Fonte: MUHISNAF (2022).

Apesar das limitações na comunicação museal, observa-se que a equipe gestora do MUHISNAF implementou estratégias para viabilizar o ensino e aprendizagem a partir das coleções científicas, que foram constituídas, organizadas e conservadas. No entanto, é importante ressaltar que a linguagem utilizada não contempla os diferentes públicos com deficiência física, psíquica e cognitiva, e o material instrucional é pouco variado, composto apenas por um boletim, um folder e as redes sociais. Essa situação está relacionada tanto à equipe técnica, que é composta basicamente por três quadros efetivos, quanto à disponibilidade limitada de recursos financeiros para a produção de conteúdo, pesquisa e organização de materiais, como catálogos físicos e digitais, livros etc.

A compreensão desses pontos relacionados à comunicação museológica produzida e pensada a partir do MUHISNAF é fundamental para refletir sobre a configuração e a conformação da proposta da política universitária de museus e patrimônio cultural. Isso envolve considerar a abrangência e o caráter inter e multidisciplinar dessa política universitária e museal, bem como seus possíveis desdobramentos em diretrizes de ação do plano da universidade para promover a preservação dos acervos científicos e os bens culturais da população mato-grossense e brasileira.

3.10 – Investimentos no MUHISNAF

Para garantir o desenvolvimento das atividades que compõem a missão institucional, objetivos e funções das instituições museológicas, torna-se imprescindível investir em recursos humanos e financeiros. Sobretudo nos museus públicos, faz-se necessário garantir um orçamento para a gestão e realização das atividades fins museais estabelecidas, a partir dos instrumentos de gestão, como o Plano Museológico. Dessa forma, a manutenção, a

conservação, a comunicação e a valorização dos acervos culturais e científicos que compõem o patrimônio cultural do país podem ser garantidas, bem como viabilizar a promoção do acesso e da democratização do conhecimento acadêmico para a população em geral.

Vale destacar que os investimentos não só fomentam a preservação do patrimônio cultural, mas também impulsionam o desenvolvimento cultural e econômico das diversas regiões do país, contribuindo para o fortalecimento e promoção das identidades culturais dos diferentes povos.

O financiamento dos projetos de pesquisa e a manutenção do MUHISNAF aconteceu a partir de diferentes fontes de incentivo. Dentre eles estão a Universidade, o Endosso Institucional de Guarda de Arqueologia, projetos incentivados pelo fundo estadual de cultura e programas do governo federal. Entretanto, não foi possível identificar a somatória total de investimento anual mesmo diante dos indicativos nos documentos relacionados aos endossos institucionais, que tem custeado a ampliação da infraestrutura e aquisição de equipamentos para conservação dos acervos.

Os investimentos identificados restringiram-se a custeio de pessoal, bolsas de graduação para pesquisa e extensão, bem como a contratação de pessoal para a manutenção predial, limpeza e segurança. Os serviços de limpeza são contratados através do tamanho em m² da área, das características e natureza dos espaços. Em relação ao Museu, constatou-se que a área construída é de 1.195,03 m², com um terreno total de 2.000 m², incluindo uma área externa de 804,97 m². Devido a essa extensão, a Universidade necessita contratar profissionais para garantir a limpeza, conservação desses espaços.

Devido aos investimentos estarem agrupados em um contrato geral, esses custeios não estiveram presentes na documentação. Contudo, foi possível desenvolver uma estimativa dos valores com base na Instrução Normativa do Governo Estadual de Mato Grosso, que regulamenta a contratação de serviços terceirizados pela administração indireta.¹¹⁰ Nesse caso, essa organização inviabilizou identificar os investimentos em cursos de qualificação e capacitação aos funcionários das empresas terceirizadas atuantes na limpeza e vigilância.

O MUHISNAF não possui aporte financeiro fixo para a promoção de ações vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu*. No que se refere a organização e desenvolvimento das exposições permanentes, a partir dos relatos pode-se identificar que as ações têm sido realizadas através da equipe gestora e seus bolsistas, com recursos

¹¹⁰ O art. 18 da Instrução Normativa Conjunta SAD/SEFAZ/SEPLAN nº 002, de 29 de novembro de 2006, que disciplina a sistemática de aquisições e contratações da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e da Administração Indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, estabelece que os serviços de limpeza e conservação sejam contratados por metro quadrado, devendo o órgão/entidade adequar a sua metragem total ao número mínimo de profissionais. O parágrafo segundo do mesmo artigo, da norma supracitada, preconiza que se exigirá pelo menos 01 (um) profissional a cada 650 m de área administrativa interna, pelo menos 01 (um) profissional a cada 350 m² de área hospitalar ou de grande movimento de pessoas e pelo menos 01 (um) profissional a cada 1.250 m de área externa.

eventualmente oriundos de projetos aprovados pela SAMAF em editais e programas de incentivo à cultura, como o Programa Cultural Viva (2009, 2011), o Programa Pontos do Mato (2014).

Desde a sua fundação, o MUHISNAF conta com a sua loja, pensada como meio de garantir a sustentabilidade financeira de parte das ações do museu desde o projeto arquitetônico. No entanto, não há instrumento de controle de entrada e nem saída dos recursos.

Da transformação do Museu em Centro de Pesquisa e Extensão, esse constava uma infraestrutura administrativa, arquitetônica principal e equipamentos disponíveis, contendo:

computadores, câmeras fotográficas, filmadora, impressoras multifuncionais, equipamentos de áudio e vídeo, expositores, acervo bibliográfico, coleções didático-científicas (arqueologia, paleontologia, etnografia, biologia), equipamentos de laboratório (microscópio biológico, microscópio estereoscópio, microscópio digital, balança, agitadores, banho maria, centrífuga, torno elétrico para cerâmica, forno elétrico para cerâmica, tornos manuais, estações de processamento mineral, tamborilador, lupas) (UNEMAT, 2020a, p.7).

Dentre as formas de financiamento de suas ações e projetos foram elencados;

- a) cooperação com a SAMAF – Sociedade de Amigos do Museu de História Natural de Alta Floresta;
- b) Agências de fomento estadual, nacionais e internacionais;
- c) Endossos institucionais;
- d) Consultorias;
- e) Comercialização de produtos oriundos de suas atividades;
- f) Orçamento UNEMAT (UNEMAT, 2020a, p.7-8).

Em relação ao planejamento estratégico anual e quinquenal, seguindo as orientações da Política Nacional de Museus, verificou-se a falta de aporte financeiro para viabilizar a contratação de profissionais especializados que possam elaborar: i) Plano Museológico; ii) Programa de Aquisição e Descarte de Acervos Físicos e Digitais; iii) Programa de Gestão de Risco e Arquitetônico; iv) Programa Educativo; v) Programa de Desenvolvimento de Projetos; vi) Programa de Comunicação; vii) Programa de Pesquisa e Extensão a partir dos acervos científicos.

Embora o 3º Congresso Universitário da Unemat tenha apontado para a necessidade de construir a política de gestão dos museus, arquivos e bibliotecas, não foram identificados indicadores de investimento para a contratação de profissionais técnicos para subsidiar a conservação dos acervos e as montagens de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, bem como para oferecer programas com o propósito de subsidiar a gestão da preservação dos acervos por meio da catalogação, inventário e disponibilização.

3.11 - Gestão e planejamento do MUHISNAF

Para uma melhor compreensão da gestão museológica, foi importante reconhecer a sua relação intrínseca com os aspectos legais, normativos e conceituais que permeiam o

patrimônio cultural e as instituições museais. Apesar de estar vinculado institucionalmente à Universidade, o MUHISNAF foi construído e estruturado fisicamente, principalmente, através de recursos externos, como o endosso institucional de guarda de patrimônio arqueológico e programas e fundos de cultura estaduais e federais.

A universidade investiu basicamente em recursos humanos, bolsistas e manutenção predial do museu, enquanto que parte dos investimentos financeiros, principalmente após 2010, decorreram da atuação do MUHISNAF como Instituição de Endosso e Guarda de Acervo Arqueológico. Para cumprir as normas estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que regulamenta e credencia as instituições de guarda de acervos arqueológicos em nível nacional, o MUHISNAF vem se organizando e se estruturando. Neste processo, ficou evidente a importância da Sociedade Amigos do MUHISNAF na captação de recursos financeiros e na contratação de recursos humanos. Além disso, a gestão administrativa e financeira dos projetos culturais integrados aos projetos de extensão, como é o caso do Ponto de Cultura, possibilitou a mobilização e participação de diversas comunidades escolares locais e regionais.

A conservação do acervo, os agentes de deterioração e a manutenção e condição predial não foram analisados de forma pormenorizada, conforme um estudo de gestão de risco, devido aos desafios impostos pela limitação de fontes documentais, financeiras e restrições de tempo. Os investimentos em recursos financeiros foram considerados parcialmente, com enfoque em especial nos custos de serviços e custeio com recursos humanos. Foram analisados os: instrumentos de gestão e governança; recursos humanos, organização e lotacionograma; planejamento e parte dos instrumentos de financiamento, integrados a projetos e programas. A seguir, serão apresentados os gráficos, percentuais e quadros relacionados a esses aspectos.

O diagnóstico museológico do MUHISNAF, a partir de variáveis metodologicamente pautadas nas matrizes SWOT, PESTEL e GUT, foi desenvolvido simultaneamente aos processos de organização e consolidação da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat, que considerou os pontos positivos e negativos do museu.¹¹¹

No que se refere ao índice de favorabilidade calculado através dos resultados da análise das variáveis da matriz SWOT, identificou-se que está em -5%, demonstrando um

¹¹¹ A identificação e análise dos fatores internos e externos divididos a partir das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, respectivamente, foram desenvolvidas considerando a metodologia ligada às áreas de gestão e planejamento, que permitiu identificar e construir um conjunto de variáveis a partir das ações, áreas de abrangência, governança, organização administrativa e atuação do MUHISNAF. Estas foram construídas de forma que também servissem para articular com as variáveis dos demais museus da universidade e permitissem organizar o ranqueamento e construção de um índice de favorabilidade com maior pontuação definidas a partir da Gravidade (G), Urgência (U) e Tendência (T) (conhecidas como matriz GUT) estabelecidas para resolução dos problemas (ÁVILA, 2014), bem como correlaciona-las de modo a apresentar possíveis estratégias e propostas para subsidiar a construção de planos de ação dos museus universitários (FERREIRA, et. al., 2014).

cenário um pouco equilibrado, porém, com a necessidade de investir mais tempo em análise para encontrar melhores estratégias para solucionar os problemas internos (Ávila, 2014).¹¹²

As fraquezas internas estão maiores que as forças, fazendo-se necessário investir na construção de um plano museológico, com estratégias, programas e metas de ação para reduzir as fraquezas. No caso dos fatores internos e externos (forças e fraquezas; oportunidades e ameaças, respectivamente) foram identificados quatro, correspondendo aos tópicos mais relevantes de cada um deles, conforme a Tabela 29.

Tabela 29: Análise dos percentuais e valores dos fatores internos e externos (MUHISNAF)

Fatores		%	Valor	Tópico mais relevante e análises
Internos	Forças	28%	1888	<p>Tópico mais relevante: Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças</p> <p>Análise: As forças estão mais baixas que as fraquezas. Importante elaborar o plano museológico, com plano estratégico anual de ação contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos.</p>
	Fraquezas	30%	1994	<p>Tópico mais relevante: Quadro de profissionais especializados, mas com número insuficiente para atender as ações de pesquisa, extensão (educação, ensino, comunicação, difusão) diferentes áreas, especialmente nas de museologia, história, com especialização em patrimônio cultural, conservação e restauro.</p> <p>Análise: As fraquezas estão maiores que as forças. Isso é um sinal de alerta que existem ações que demandam atenção e melhoria de modo a efetivar a implantação do Museu a partir da categoria centro de pesquisa e museu. Importante elaborar o plano museológico, com plano estratégico anual de ação contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos. Sugere-se investir em articulação política interna na universidade, visando implementar e fortalecer a Rede de Museus, de modo que possa abrir concurso público para atender as demandas das áreas técnicas do museu.</p>
Externos	Oportunidades	19%	1269	<p>Tópico mais relevante: Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT.</p> <p>Análise: As oportunidades estão mais baixas do que as ameaças. Todavia, mediante a mudança no cenário político nacional e estadual há a possibilidade de contribuir em diversas áreas. Para tanto, vale a pena pensar em planos de ação para reduzir as ameaças.</p>
	Ameaças	23%	1547	<p>Tópico mais relevante: Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual.</p> <p>Análise: As ameaças estão maiores que as oportunidades. Como sugestão, destaca-se a necessidade de pensar em planos de ação anual para diminuir os riscos delas acontecerem o quanto antes. Sugere-se investir em articulação política interna e externa junto a diferentes atores sociais ligados ao congresso nacional, assembleia e câmaras municipais legislativas, conselhos de cultura, redes de profissionais de museus e patrimônio e movimentos sociais que atuam em ambientes nacionais, estaduais e municipais, visando fortalecer e ampliar as ações tanto da Rede de Museus da Unemat quanto de outras redes e fóruns de profissionais de modo que possa romper com as imposições e viabilizar e ampliar os investimentos direto nos museus públicos para atender as demandas das suas áreas técnicas, inclusive para abertura de concurso público ou contratação de técnicos.</p>

Fonte: Arruda (2022b), atualizado e ampliado para o desenvolvimento dessa tese.

¹¹² Conforme apontado, o índice de favorabilidade foi calculado subtraindo as notas das variáveis das forças e oportunidades pelas notas das fraquezas e ameaças. Por isso ela aponta para um percentual que varia de -200% a +200% indicando o equilíbrio do ambiente em que atua o Museu. Para tanto, consta definido a variação de: -200% a -100%, muito desfavorável; -100% a -30%, desfavorável; -30 a +30, equilíbrio; 30 a 100%, favorável; 100 a 200%, muito favorável. Sua fórmula é: $IF = (((Forças + Oportunidades) - (Fraquezas + Ameaças)) / ((Forças + Oportunidades) + (Fraquezas + Ameaças))) \times 2$ (ÁVILA, 2014).

Conforme Arruda (2022), no que diz respeito aos fatores internos do MUHISNAF, foram levantados e analisados 28 vetores relacionados às forças e 25 às fraquezas (ANEXO 7 e 8). Com base nos fatores elencados e na matriz GUT, foram identificados dez (10) fatores internos (Tabela 30).

Tabela 30: Fatores internos – Análises das Forças e Fraquezas do MUHISNAF

Análise das forças	1015	Análise das fraquezas	1125
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	125	Quadro de profissionais especializados, com quantidade insuficiente em relação as demandas do museu.	125
Exposições físicas de longa duração a partir de seus acervos abertas ao público, com legendas e expositores	125	Plano Museológico, elaborado e assinado por um museólogo com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	125
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	125	Fundo financeiro voltado fomentar a elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	125
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	100	Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	125
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	100	Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubo, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	125
Equipe entrosada	100	Ausência de Núcleos e Programas de extensão, ensino e pesquisa	100
Participação em Programas Nacionais, Estadual e Municipal de Cultura	100	Plano Estratégico de Ação Anual	100
Desenvolve e executa projetos de extensão, ensino e pesquisa	80	Dependência de recursos financeiros	100
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	80	Registro patrimonial dos acervos, para controle e combate a furtos e roubos	100
Atende escolas públicas e privadas e as comunidades do entorno e da cidade	80	Atualização e Manutenção do site	100

Fonte: Arruda (2022b), atualizado e ampliado para o desenvolvimento dessa tese.

No que se refere aos fatores externos mais relevantes, também foram analisados um conjunto de fatores, sendo 21 relacionados às oportunidades e 13 às ameaças (ANEXO 09 e 10). Com base nesses fatores, foram elencados outros dez (10) principais fatores externos (Tabela 31).

Tabela 31: Fatores Externos – Oportunidades e Ameaças do MUHISNAF

Top 10 - Oportunidades	965	Top - 10 Ameaças	1110
Apoiar a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	125	Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	125
Consolidar enquanto referência de museu universitário na região norte de Mato Grosso e Centro-Oeste	100	Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	125
Aproveitar políticas governamentais	100	Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	125
Propor e ofertar cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	100	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados e elaboração, manutenção e continuidade das atividades técnicas setoriais dos museus	125
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade ou em parcerias com o Museu	100	Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	125
Contribuição na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade e da região norte do Estado	100	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	125
Produção de Informações Científicas e socialização do conhecimento no campo do patrimônio cultural e museus	100	Desinteresse popular por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus e de ações socioambientais	100
Possibilidade de parcerias estratégicas	80	Instabilidade financeira da Universidade	100
Novos estudos decorrentes de estudos técnicos de projetos para o agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	80	Escassez de recursos humanos e empresas com serviços especializados no interior de Mato Grosso, especialmente nas áreas de enfoque do museu.	80
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	80	Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional	80

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Esses fatores internos e externos abordaram assuntos, valores e problemas de distintas naturezas, abrangendo desde questões políticas e financeiras até aspectos técnicos e administrativos. Nesse contexto, destaca-se que esses problemas não são exclusivos deste museu universitário, como por exemplo, a dificuldade na realização de investimentos para a contratação de técnicos. Além disso, a força está centrada na diversidade de suas coleções científicas, que correspondem a um patrimônio museológico e científico com valor inestimável, principalmente por estar vinculado a uma Universidade com unidades presentes em distintas regiões do estado de Mato Grosso, algumas delas com poucos museus e/ou nenhum bem patrimonializados, em especial no extremo norte do estado, região central da América do Sul, que ainda preserva marcas das confluências de diferentes povos.

Esses dados possibilitam subsidiar não apenas a construção dos valores e diretrizes da política universitária de museus e patrimônio, mas também para nos insumos para a elaboração dos instrumentos de planejamento das ações e investimentos prioritários da universidade e do MUHISNAF. Com isso, construiu-se uma análise cruzada dos fatores internos e externos de forma a possibilitar uma análise do potencial ofensivo para se desenvolver as possíveis melhores estratégias de modo que pudesse impulsionar as forças e reduzir as fraquezas relacionando-as com oportunidades e ameaças.

Neste sentido, foram correlacionadas cinco (05) principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (as mais bem pontuadas em "Fatores internos" e "Fatores externos") a fim de apontar de forma objetiva as sugestões de estratégias e ações (Quadro 09). Ao serem correlacionadas com os problemas no âmbito das políticas culturais, também se analisou as questões territoriais que permearam as construções e o fortalecimento das identidades territoriais, da inclusão social, da promoção do desenvolvimento social.

Quadro 10: SWOT CRUZADA – Análise com recomendações após comparação entre forças e oportunidades / Fraqueza e ameaça

Forças e Fraquezas	Na sua Unidade	Oportunidades e Ameaças	Na sua Unidade	Tipo de estratégia	Recomendação
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Possibilidade de parcerias estratégicas	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Exposições de longa duração a partir de seu acervo	Força	Consolidar enquanto referência de museu universitário na região norte de Mato Grosso e Centro-Oeste	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Força	Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Força	Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.

Forças e Fraquezas	Na sua Unidade	Oportunidades e Ameaças	Na sua Unidade	Tipo de estratégia	Recomendação
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubo, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Fraqueza	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Fraqueza	Aproveitar políticas governamentais	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Força	Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Exposições de longa duração a partir de seu acervo	Força	Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

CAPÍTULO 04
DIAGNÓSTICO DO MUSEU DE HUMANIDADES
“ALAÍDE MONTECCHI”

4. DIAGNÓSTICO DO MUSEU DE HUMANIDADES “ALAÍDE MONTECCHI” (MHAM)

Este capítulo apresenta o resultado do diagnóstico museológico do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), com o objetivo de identificar os fatores internos e externos que impactam nas suas ações. Além disso, busca-se contextualizar a trajetória do museu, suas áreas de abrangência e coleções, organização administrativa, governança, infraestrutura, instrumentos de comunicação. Por fim, será apresentada 10 forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, que foram cruzadas para a identificação problemas e estratégias de ação, bem como a compreensão dos problemas que também afetam outros museus da universidade e que são importantes para a definição de diretrizes da política universitária para os campos disciplinares dos museus e patrimônio cultural.

4.1 – Localização do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM)

Desde a fundação como Vila Maria do Paraguay, em 06 de outubro de 1778, o município de Cáceres e as instituições públicas instaladas em seu território se colocaram como guardiões de parte da memória desse processo de ocupação histórica do território oeste brasileiro (ARRUDA, 2014). No entanto, esse processo de ocupação ocorreu de maneira violenta e simbolicamente excludente, deixando de fora uma parcela da diversidade social, política, cultural e étnica da região.

Atualmente, o município tem cerca de 95.339 mil habitantes, o que resulta em uma densidade populacional média de 3,61 hab./Km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,708, com a maioria da população, cerca de 76.558 pessoas, concentrada na cidade. Cáceres é o sexto (6º) município mais populoso de Mato Grosso, conforme IBGE (2021b). No entanto, em termos de arrecadação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, Cáceres ocupa a 9ª e a 106ª posição em nível estadual, respectivamente. Isso se deve ao fato de que a base econômica do município é sustentada pelo comércio, serviços, agropecuária e indústria (IBGE, 2010a; IBGE, 2013a; 2021b).

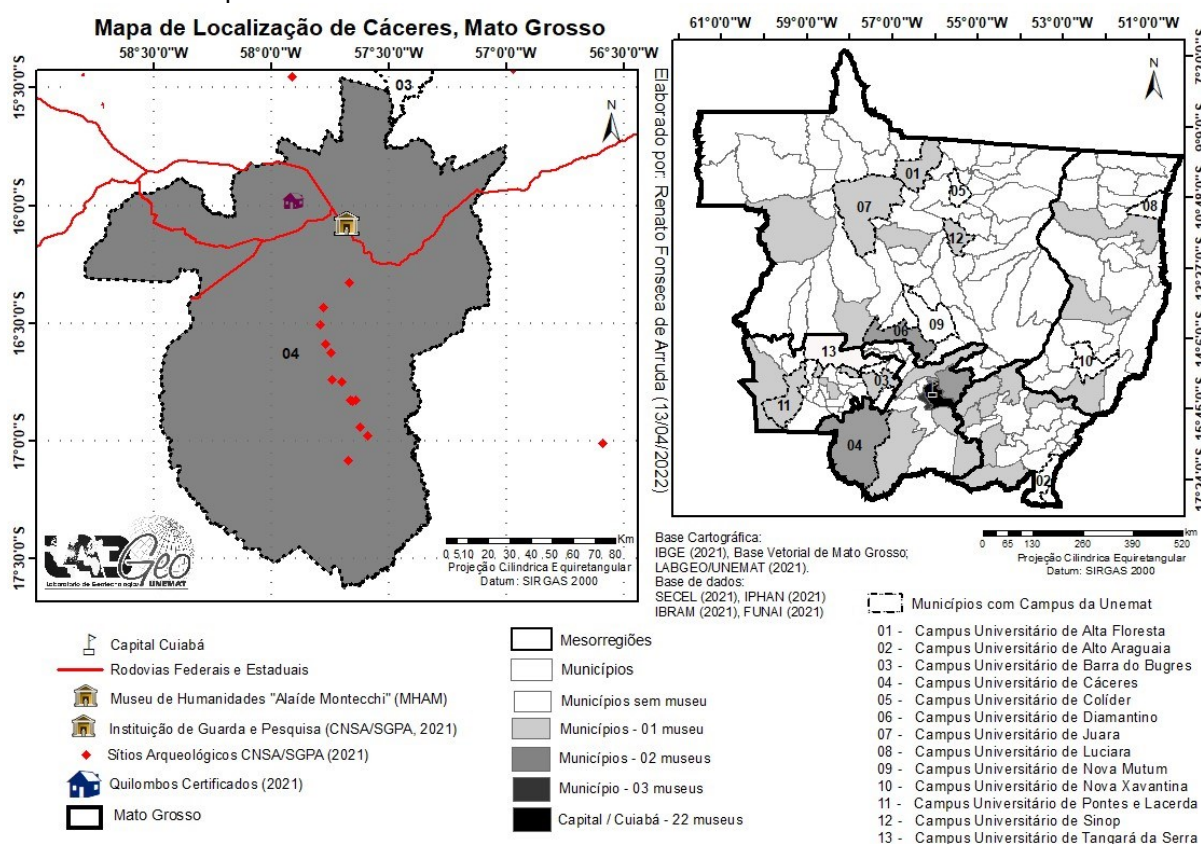
No que se refere a política pública municipal de cultura, Cáceres tem uma história de atuação sistemática na preservação do patrimônio cultural desde 1977, quando o município estava envolvido em disputas políticas de divisão do estado de Mato Grosso e no planejamento das comemorações dos 200 anos da cidade. Neste período, foram criados o Museu Histórico Municipal, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal de Cáceres por meio da Lei nº. 695 de 09 de maio de 1978 (CÁCERES, 1985). Além disso, o Marco do Jauru¹¹³ foi

¹¹³ O Marco do Jauru é um monumento arquitetônico em pedra de Lioz. No processo de tombamento federal nº 966-T-1977, esse bem encontra-se inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 464, de 04/10/1978 e no Livro do Tombo Belas Artes, sob nº 530, de 04/10/1978. A sua construção requerer mais estudos, porém, conforme descrito no processo de tombamento federal, o

tombado pelo IPHAN, e a Lei Municipal, nº 891, de 1982, criada e implementada visando a proteção do patrimônio cultural de natureza Material (ARRUDA, 2014).

O Museu de Humanidades "Alaíde Montecchi" (MHAM) é um museu e centro de pesquisa pertencente à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Inaugurado em 2005, o MHAM está localizado na cidade de Cáceres, situada na mesorregião centro-sul,¹¹⁴ que também abriga o Campus Universitário "Jane Vanini" e a sede administrativa da UNEMAT (Figura 88).

Figura 88: Município de Cáceres, com localização do Museu de Humanidade "Alaíde Montecchi", que está habilitado parcialmente como instituição de guarda e pesquisa de patrimônio arqueológico vinculado ao Campus Universitário da Unemat.



A cidade de Cáceres está a uma distância de 230 km da capital político-administrativa do estado, Cuiabá, e abrange uma área territorial de 24.351,408 km² que abrange a transição entre os biomas pantanal, cerrado e amazônico, além de integrar a faixa de fronteira com a Bolívia e ser cidade gêmea com San Matias (BO).

monumento foi construído em Lisboa, Portugal, com duas partes: uma representando os limites da coroa portuguesa e outra os da espanhola, visando demarcar e estabelecer um limite do domínio territorial entre Portugal e Espanha na América, conforme firmado no Tratado de Madri (1750), sendo montado e fixado a margem do rio Jauru em 18 de janeiro de 1754. Mediante aos demais acordos que anularam o Tratado de Madri, em especial o Tratado de El Pardo (1761) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777), o Marco deixou de exercer sua finalidade demarcatória até 1801, quando o Tratado de Badajoz reafirmou e garantiu a maioria das definições limítrofes estabelecidas no Tratado de Madri (ARRUDA, 2014, p.65).

¹¹⁴ A mesorregião Centro-Sul do estado de Mato Grosso é uma divisão político-administrativa composta por três microrregião com soma de 18 dos 141 municípios. É dividida em quatro (04) microrregiões (Alto Paraguai; Rosário Oeste; Cuiabá; Alto Pantanal, com os seguintes municípios: Alto Paraguai, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Rosário Oeste, Acorizal, Jangada, Rosário Oeste, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Várzea Grande, Barão de Melgaço, Cáceres, Curvelândia, Poconé), que é habitada por aproximadamente 1.173.024 milhão de pessoas de diferentes grupos sociais e etnias (IBGE, 2021b).

É importante destacar que a Unemat, tal como a conhecemos atualmente, foi fundada num movimento municipal, com a criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), em 20 de julho de 1978, por meio da Lei Nº 703. Esse Instituto foi estadualizado posteriormente, pela Lei no 4960, de 19 de dezembro de 1985, conforme pode-se observar.

Em Cáceres, a preservação do patrimônio cultural de natureza material é realizada desde 1982, existindo atualmente 105 bens protegidos¹¹⁵ a partir dos seguintes instrumentos de proteção, nos níveis municipal, estadual, federal e internacional, sendo: tombamento, registrado, cadastro e chancela em níveis internacional, federal e estadual, além dos que estavam com processo administrativo em aberto (Quadro 11).

Quadro 11: Bens e instituições culturais patrimonializados e musealizados em Cáceres - MT.

Nº	Bens e instituições culturais	Esfera	Tipo de acautelamento	Natureza do bem	Ano
1-	Marco do Jauru	Federal	Tombamento	Patrimônio Material	1978
2-	Museu Histórico Municipal de Cáceres	Municipal	Lei Municipal	Patrimônio Museológico	1978
3-	Arquivo Público Municipal	Municipal	Lei Municipal	Patrimônio Documental	1978
4-	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres (CAUPC)	Federal	Tombamento	Patrimônio Material	2012
5-	46 sítios arqueológicos, incluindo: Sítio Arqueológico Índio Grande; Carne Seca; Facão; Descalvado I e II; Santo Antônio das Letras; Cemitérios São Miguel Arcanjo e Pita Canudos etc.	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1991 a 2018
6-	43 imóveis no Centro Histórico e seu entorno.	Municipal	Tombamento	Patrimônio Material	1996
7-	Reserva da Biosfera do Pantanal - Estação Ecológica de Taiamã	Unesco	Chancela	Patrimônio Natural	2000
8-	Fazenda Descalvados	Estadual	Tombamento	Patrimônio Material	2001
9-	Centro Histórico de Cáceres	Estadual	Tombamento	Patrimônio Material	2002
10-	Capela de Nossa Senhora do Carmo, na comunidade Taquaral	Municipal	Tombamento	Patrimônio Material	2002
11-	Centro de Pesquisa e Museu de Humanidades "Alaíde Montecchi" – UNEMAT	Estadual	Resolução 36/2004 CONSUNI	Patrimônio Museológico	2004
12-	Modo de Fazer a Viola-de-Chocho	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2005
13-	Fazenda Jacobina	Estadual	Tombamento	Patrimônio Material	2007
14-	Ofícios dos Mestres de Capoeira	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2008
15-	Roda de Capoeira	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2008
16-	Pesca Artesanal da comunidade tradicional ribeirinha	Federal	Processo em Aberto	Patrimônio Imaterial	2016

Fonte: Arruda (2014); MMA (2015); IPHAN (2021a).

¹¹⁵ Além destes, apesar da inconstitucionalidade, também conta no município a declaração legislativa estadual do Bovino Pantaneiro como Patrimônio Cultural e Genético pela Lei nº 9.393, de 21/06/2010.

A partir desse conjunto de bens tombados, registrados ou com processos em aberto, nota-se que a Unemat ocupou um papel importante na formulação e implementação das políticas municipal, estadual e federal de preservação do patrimônio cultural e museológico, haja vista que muitos dos seus professores e pesquisadores atuaram nos espaços institucionais de execução das políticas públicas municipais de memória, como conselhos de cultura e patrimônio cultural, desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão. Por exemplo, alguns de seus quadros de profissionais se posicionaram contra a demolição da Ponte Branca, em 1998; coordenaram e participaram de estudos e escavações arqueológicas entre 1999 a 2004 através do Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI);¹¹⁶ conduziram pesquisas sobre o patrimônio espeleológico do município e da região sudoeste de Mato Grosso; coordenaram e participaram da Comissão Especial de Preservação e Tombamento (CEPT) entre 1990 e 2021; desenvolveram estudos técnicos entre 2004 e 2008, que subsidiaram a construção do dossiê de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres pelo IPHAN em 2010, reconhecido de forma provisória em 2010 e definitivamente em 2012.

Contudo, a Unemat é constituída por contradições, haja vista que, ao passo que teve membros que atuaram sistematicamente junto a sociedade civil e no suporte a elaboração técnica de dossiês voltados para a patrimonialização de bens culturais, também tiveram parte dos seus quadros de professores atuando na defesa dos interesses da especulação imobiliária e junto as diversas gestões municipais que patrocinavam por omissão ou outros fatores a destruição de diversas referências culturais da população cacerense.

Embora tenha se iniciado com um grupo reduzido de “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1982) do patrimônio, com formações multidisciplinares nas áreas dos respectivos acervos científicos produzidos, e com engajamento politicamente na construção do museu, a Unemat tem demonstrado exercer um papel de extrema relevância na política nacional e estadual de museus e patrimônio cultural. Além de se posicionarem na defesa pública da preservação do patrimônio cultural e somado na construção e desconcentração de museus no interior do estado, nas áreas de paleontologia, espeleologia, etnografia, arqueologia, os museus têm atuado na guarda e proteção de acervos destas áreas, provenientes de projetos de pesquisa e extensão, bem como em endossos institucionais de pesquisas arqueológicas. A exemplo: o MUHISNAF e o Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” – MHAM.

¹¹⁶ Criado em 1998 pela Resolução nº. 004/98, de 02 de abril, com vínculo ao curso de Licenciatura em História do campus de Cáceres, o NAI desempenhou um papel relevante em levantamentos arqueológicos e estudos relacionados aos povos indígenas de Mato Grosso. O primeiro levantamento arqueológico aconteceu em novembro de 1998, coordenado pela arqueóloga Nanci Vieira (UERJ) e Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP), com a colaboração dos professores Luciano Pereira da Silva, Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho, Elias Renato Januário, Alaíde Montecchi e Acir Montecchi.

4.2 – Do “presente de grego” a regulamentação do MHAM

A trajetória de criação, implementação e funcionamento do Museu de Humanidades “Alaide Montecchi” (MHAM), localizado no Campus Universitário “Jane Vanini”, de Cáceres, Mato Grosso é complexa, cheia de desvios, embates políticos, tensões e disputas por espaços de poder, acomodações políticas, recursos financeiros e consolidação de áreas de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da universidade. Se, por um lado, surge da indicação técnica de um conjunto de profissionais internos e externos à universidade, que atuou tanto como perito para os Ministérios Públicos Federal e Estadual e enquanto pesquisadores para a empresa, visando analisar e mitigar os possíveis impactos ambientais e sociais decorrentes de uma grande obra realizada na região sudoeste do estado de Mato Grosso,¹¹⁷ que estava sob contratação da empresa GasOcidente entre os anos de 1999 e 2001. Por outro, também decorreu das tensões entre pesquisadores, a gestão universitária e os Ministérios Públicos, que se intensificaram a partir do ano de 2002, após cobranças para que a universidade cumprisse o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado no 10 de novembro de 2000 e aditivado em 10 de setembro de 2003,¹¹⁸ com o propósito de construir e implantar um centro de pesquisa em arqueologia, espeleologia e paleontologia e uma unidade de conservação, que seriam geridos pela universidade (MPF, 2020).

Entre os anos de 1999 e 2000, a reitoria da Universidade encaminhou ao Ministério Público Federal três ofícios solicitando agenda para debater a participação do seu quadro de profissionais técnicos e as possíveis contribuições aos projetos de estudo de impactos ambientais. No entanto, não foram atendidos a contento, mas que acabou sendo acatada a proposta na medida em que surgiu a possibilidade de reverter os recursos para a construção de um Museu (350 mil) e de uma Unidade de Conservação (100 mil), fato este que gerou a *posteriori* diversos desdobramentos e embates com o Ministério Público Federal.

Como condicionante, constava no TAC assinado em 2000 que era dever da Universidade, através de sua instância colegiada superior (Conselho Curador), criar o museu de modo que passasse a existir jurídica e efetivamente, bem a regulamentar o seu funcionamento dentro do prazo de 90 dias, considerando a inexistência da unidade Museu em sua estrutura jurídica e administrativa. Como objetivos, na cláusula III foram definidos:

- a) Adquirir, conservar, fomentar, pesquisar e difundir o patrimônio e os conhecimentos nas áreas de arqueologia, espeleologia, etnografia e paleontologia;

¹¹⁷ A universidade apresentou ao Ministério Público Federal um conjunto de profissionais que poderiam atuar junto aos projetos ligados a GASOCIDENTE. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Processo 1000097-49.2018.4.01.3601, 2020. p.983

¹¹⁸ Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 10 de novembro de 2000, somado aos aditivos em 10 de setembro de 2003, celebrados pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE-MT), representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Prefeitura Municipal de Cáceres e da Gasocidente do Mato Grosso LTDA (GASMAT) com a UNEMAT.

- b) Desenvolver projetos de educação sobre o patrimônio público, histórico, cultural e ambiental do Estado de Mato Grosso, nas áreas específicas do MUSEU (sic).
- c) Qualificar docentes, somente em nível de pós-graduação e nas áreas específicas de atuação do MUSEU, admitindo-se a qualificação de discentes, desde que integrantes de projetos de pesquisas dessas áreas.
- d) Apoiar técnica e financeiramente pesquisas ligadas às áreas específicas de arqueologia, espeleologia, etnografia e paleontologia, em desenvolvimento ou a serem desenvolvidas, com a participação obrigatória de Pesquisadores da UNEMAT, facultando-se a participação de Terceiros, isto é, de Pesquisadores Colaboradores, quer sejam independentes, quer de outras Instituições ((MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601/ Num. 6164454, 2020. p.1636 ou p.3855).

De maneira mais objetiva e focada nas ações do Museu, foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Promover a valorização do Patrimônio Arqueológico, Etnográfico, Paleontológico e Espeleológico de Mato Grosso;

Objetivo específicos:

- Oferecer condições para a guarda de material arqueológico proveniente de pesquisas desenvolvidas em Mato Grosso e que hoje se encontram em instituições de outros Estados, tais como o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Goiás, Museu Dom Borco (sic) (Campo Grande/MS) entre outros;
- Oferecer condições de acondicionamento e exposição para o acervo etnográfico sob a guarda do NAI/UNEMAT;
- Criar estrutura para o desenvolvimento de ações de proteção ao Patrimônio Arqueológico do Estado, por meio do cadastramento e monitoramento de sítios arqueológicos e espeleológicos;
- Fomentar em Cáceres a criação de grupo de trabalho interdisciplinar nas áreas de arqueologia, espeleologia, etnologia e paleontologia, por meio da realização de cursos específicos de capacitação e especialização;
- Promover ações de salvamento arqueológico, sob a orientação técnico-científica de arqueólogos devidamente habilitados;
- Desenvolver ações e campanhas de educação ambiental-patrimonial, de forma permanente, por meio da difusão do acervo arqueológico, espeleológico, etnográfico e paleontológico; e
- Difundir os resultados das pesquisas arqueológicas, espeleológicas, etnográficas e paleontológicas desenvolvidas no Estado de Mato Grosso (MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601/ Num. 6164454, 2020. p.1641 ou p.3860).

Da aplicação dos recursos oriundos do TAC, consta que:

A aplicação dos recursos financeiros, materiais e humanos que caberão em prol do MUSEU, obedecer-se-á ao Plano Executivo pelo MUSEU elaborado (Planilha de Orçamento do Museu e Cronograma de Desembolso), devendo tais recursos serem aplicados ao longo de um ano, inclusive na fase inicial de criação, instalação e estruturação do Museu, e depois de uma forma permanente, fixando-se o prazo de apresentação do Plano em três meses, contados da data da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, tudo sob a fiscalização dos MINISTÉRIOS PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL (MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601/ Num. 6164454, 2020. p.1641 ou p.3860).

A UNEMAT, por vezes vista como duas instituições (Fundação X Universidade), deveria apresentar ao MPF e MPE os documentos de criação do Museu e da Unidade de

Conservação para que os recursos fossem repassados para com a finalidade de implantar as unidades. Neste processo, acerca do Museu, conforme o Termo de Ajustamento de Conduta, a UNEMAT também coube:

Cláusula Quarta – Obrigam-se a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Universidade do Estado de Mato Grosso a providenciar os instrumentos e mecanismos jurídicos necessários à legal criação do Centro de Pesquisa e Museu, no prazo de três meses, contados da data da assinatura do Presente Termo de Ajustamento de Conduta, tudo sob a fiscalização dos MINISTÉRIOS PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL (sic.), no prazo de três meses, de modo que ao final desse prazo, **o referido Centro de Pesquisa e Museu passe a jurídica e efetivamente existir.**

Inciso I – Obrigam-se a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Universidade do Estado de Mato Grosso a se absterem de cercear, por qualquer modo, as autonomias técnico-científica, administrativa, orçamentária e financeira do CENTRO DE PESQUISA E MUSEU (MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601, 2020, p. 1024 – 1062, grifos meus).

A partir das proposições da universidade e dos termos do TAC, observou-se dois pontos relevantes: o primeiro acerca do desconhecimento área da museologia e da necessidade de uma diversidade de profissionais capacitados para atuar na instituição museal no âmbito da universidade, culminando em certo apagamento dos diversos profissionais dos museus; o segundo, corresponde as manifestações sobre a importância de garantir que a estrutura do museu como um centro de pesquisa, que fosse capaz de servir efetivamente às atividades museológicas, com profissionais especializados nas respectivas áreas, desempenhando funções diretamente relacionadas ao seu funcionamento. No entanto, nesse momento, apesar das cobranças do Ministério Público e da reestruturação da Universidade, implementada a partir de 1999, nem os membros do Conselho Curador da Universidade tinham sido indicados pelo Governador ou pelas entidades com assento. A primeira sessão do Conselho foi agendada para o dia 10 de agosto de 2001, mas foi adiada para uma nova sessão extraordinária no dia 24 de agosto, devido à falta de indicação de representantes pelos segmentos docentes e discentes (Dia e horário) (MPF, 2020).

Depois de recomendações do MPF para evitar a perda e devolução dos recursos financeiros do TAC, devido ao descumprimento das cláusulas XII e V, inciso V, o Reitor Arno Rieder criou o Museu de Arqueologia, Espeleologia, Etnografia e Paleontologia de Cáceres por meio de *Ad Referendum* através da Resolução 001/2001, com a inclusão do seu Regimento Interno.¹¹⁹ A criação foi aprovada por unanimidade na 1ª Sessão do Conselho

¹¹⁹ “Como é sabido e ressabido por Vossa Magnificência, no mês de novembro de 2000, restou firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre essa Conceituada Instituição de Ensino Superior, através da Fundação mantenedora, e a pessoa jurídica de direito Privado GasOcidente Ltda, tomado pelos Ministérios públicos, oportunidade em que a FUNEMAT obrigou-se à instrumentalizar medidas jurídicas de instituição do Museu de Arqueologia e Unidade de Conservação, dentro outras condutas ajustadas. / Passados mais de 06 (seis) meses da assinatura do referido Título Executivo Extrajudicial, a FUNEMAT não cumpriu com as obrigações que lhe cabia, em especial a devida instituição falada, uma vez que a forma escolhida e comunicada ao parquet, através do ofício nº 0021/01-GR, datado de 12/02/01, de vossa lavra, com o devido respeito, não se presta a tal desiderato. / Deveras, necessário se faz, à evidência, o ato administrativo exarado pelo Conselho Curador da FUNEMAT,

Curador, que se reuniu no dia 24 de agosto de 2001, mas antes passou por debates em meio a acusações de problemas eleitorais na indicação de docentes. Nessa reunião do Conselho Curador, um dos conselheiros ressaltou a relevância do Museu para Cáceres e para o estado de Mato Grosso. Todavia, os descontentamentos também foram manifestados, inclusive pelo Reitor Arno Rieder e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação Áurea Regina, devido aos tratamentos recebidos quando: i) solicitaram informações; ii) propuseram parcerias nos estudos técnicos e avaliações dos impactos sociais das obras. O Reitor detinha interesse direto nesse processo porque tinha uma propriedade rural numa das localidades impactadas pelas obras, e fez reiteradas manifestações apontando sua insatisfação ao longo de um ano.

A criação do museu encontra-se inserida num contexto histórico e político da universidade, com muitas tensões e disputas políticas internas e externas, em especial, em Cáceres, que estiveram interligadas as pressões de uma obra do grande empreendimento de abrangência internacional, que cortou o estado de Mato Grosso entre os anos de 1999 a 2002, impactando de diversas formas a partir da obra de construção de um gasoduto iniciado pela empresa GasOcidente na Bolívia até chegar no município de Cuiabá.

A partir dos termos do TAC, ocorreu o reconhecimento e a priorização das áreas de paleontologia, espeleologia, etnografia e arqueologia interligadas as atribuições do museu e a unidade de conservação sob responsabilidade das ciências ambientais, considerando-os enquanto unidades importantes para o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre e na região sudoeste de Mato Grosso. De acordo com a justificativa para a criação do “Centro de Pesquisa e Museu Arqueológico, Espeleológico, Etnográfico, Paleontológico de Cáceres”

O Estado de Mato Grosso e em especial o município de Cáceres, apresentam significativo Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Espeleológico, ainda em muito desconhecido e que está sujeito a impactos negativos decorrentes do acelerado processo de expansão econômica vivido hoje por este Estado. Constata-se que há, de um lado, os excepcionais atributos apresentados pelo Patrimônio Arqueológico, Espeleológico, Etnográfico e Paleontológico de Cáceres e do Estado, e por outro, a **quase absoluta ausência local de condições para promover a sua proteção e difusão. Assim, torna-se urgentíssima a criação de um Museu, com espaços e laboratórios específicos, a fim de preservar e estudar o patrimônio existente no Estado, bem como difundir a educação patrimonial voltada para aquelas áreas científicas** (MPF, 1999” - Ofício PR/MT/PT/ nº 203, Cuiabá, 06 de julho de 2001. In: MPF, 2020, p. 2548).

Justificativa essa que foi utilizada 13 anos depois pelo IPHAN sobre o MHAM, quando desenvolveu um estudo com a finalidade de habilitar instituições de endosso institucional de acervo arqueológico em Mato Grosso, em 2014.

referendado a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, bem como a vinculação das Unidades a serem Instituídas, conforme prevê o Artigo 16 do Estatuto da multicitada Fundação Pública, sendo certo que, sem tal providência, os valores devidos pela GasOcidente, **apesar de estarem a disposição, não poderão ser depositados na conta corrente já fornecidos por vossa magnificência**, através do ofício 022/01-GR, datado de 13/02/01” (Ofício PR/MT/PT/ nº 203, Cuiabá, 06 de julho de 2001. In: MPF, 2020, p. 2548).

Neste processo de criação, apesar das divergências com a gestão do prof. Arno Rider, até o final de 2001, nos primeiros anos após a assinatura do TAC, a Universidade somou esforços e se mobilizou para conseguir a aquisição de áreas para a construção das propostas. Neste processo, a universidade designou um conjunto de pesquisadores e professores para compor e coordenar o museu, que atuaram entre os anos de 2001 e 2003. Durante esse período, surgiram três propostas para o uso dos recursos destinados à construção do MHAM. A primeira proposta, vinculada ao grupo da Geografia e ao Curso de História, era o uso de parte dos recursos para a construção do Museu e aquisição de um lugar para criar uma estrutura de reserva ambiental para o desenvolvimento de pesquisas pela Universidade. O segundo grupo, das ciências ambientais, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa e ao Curso de Licenciatura em Biologia, defendia que a totalidade dos recursos fosse destinado à construção de um espaço e aquisição de um lugar para atividades relacionadas a preservação ambiental, uma vez que os recursos foram obtidos por meio de ações mitigatórias para reparação de impactos ambientais. Por fim, o grupo de professores ligados ao curso de Letras, que acreditavam que a proposta não era relevante, tendo em vista as fragilidades da época, como infraestrutura insuficiente do campus universitário e os problemas relacionados ao ensino.

Diante das demandas e articulações que se intensificaram em diversas instâncias da Universidade, sob pressão do Ministério Público, a Unemat tentou soluções junto à Câmara Municipal e à Prefeitura. Buscava-se a doação de terrenos públicos do município ou a cessão de imóveis, com a finalidade de abrigar o museu junto ao Museu Histórico Municipal e a criação da Unidade de Conservação.

A conquista do terreno aconteceu com a doação do terreno em 02 de maio de 2002 pelo município de Cáceres, após a aprovação e promulgação da Lei Municipal nº 1.785, localizado no antigo Aeroporto, com 283.124,26 m², para a construção do Museu e da Cidade Universitária. Em 2004, através da Lei Municipal 1.876, de 19 de março de 2004, aconteceu a doação do terreno urbano com 454.471,06 m², localizado na área central, próximo à beira da baía do Malheiros, na margem esquerda do Rio Paraguai, para a construção da Unidade de Conservação. Contudo, a efetiva transferência não aconteceu.

Apesar da conquista do terreno, com a posse do Reitor Taisir Mahmud Karim, através de um ato *Ad Referendum* do Conselho Curador, expresso na Resolução 004/2002, ocorreu a extinção do Museu, que existia apenas na Resolução nº 001/2001, onde criou o Museu e o seu regimento interno. A justificativa para a extinção se ancorou nos argumentos de que o inciso I da cláusula IV e incisos II e II da Cláusula V do TAC feriam a autonomia universitária e desrespeitava a organização da mesma. Contudo, os documentos desvelam as disputas existentes, inclusive acerca dos recursos financeiros e entre as corridas pela consolidação das áreas disciplinares e redes de pesquisadores da universidade, que acabaram por refletir nas dificuldades de implantação efetiva do museu.

Diante da extinção do Museu e perda dos recursos, considerando que os Ministérios Públicos Federal e Estadual (MPF/MPE) passaram a destacar que, caso a Universidade não cumprisse as cláusulas do TAC, iria procurar outra instituição para destinar os recursos para que fosse aplicado nas ações das respectivas áreas. Por outro lado, internamente, tanto a professora e pesquisadora que foi perita dos MP's, Alaíde Montecchi, quanto alguns pesquisadores dos departamentos de História e Geografia da universidade se organizaram para cobrar respostas e agilizar a implementação do Centro de Pesquisa e Museu, retomando o diálogo a partir do Colegiado Regional do Campus Jane Vanini, em Cáceres.

No dia 27 de fevereiro de 2003, com a participação de representantes da administração do Campus e central da Universidade, através do Reitor, professores e estudantes, o Colegiado Regional se reuniu com pauta principal de debater o Projeto Museu. Nessa, o Campus assume a responsabilidade pelo Museu, a sua manutenção e o “pagamento de pesquisadores, professores que fossem possíveis entrar em folha de pagamento”, devendo encaminhar um ofício ao MPF.

Contudo, mediante ao seu caráter político, acadêmico e administrativo, num coro composto por professores, técnicos e estudantes, com poucos participantes ligados à área da preservação do patrimônio cultural e dos museus, nesse debate surgiram indagações sobre o uso ou não dos recursos para a construção e criação do Museu, chegando a ser cogitado a devolução dos recursos financeiros, mas com receios de “ter problemas com a justiça”. Apesar das falas de gestores aprovando mediante os anseios dos departamentos e projetos, também se destacavam as que apontavam: os termos do TAC “ditavam normas” e que “a universidade não poderia aceitar”, conforme fala do Reitor Taisir; as manifestações de “preocupação de garantir o futuro do museu sem problemas”; e as que sugeriam que o projeto fosse “discutido por pessoas responsáveis e competentes”.

Nessa reunião colegiada que debatia sobre os rumos do museu universitário, duas falas chamaram a atenção, sendo: 1ª) do representante discente do curso de direito, que, apesar do seu parecer favorável a Reitoria, também chegou ora a destacar o museu como um “problema da Unemat e não de alguns. E que projetos (...) nem sempre trazem os benefícios que (...) todos esperam”, ora a propor a “devolução do dinheiro [ao MPF] e não assumir o projeto” de criação do Museu; 2ª da professora Vera Maquêa, representante docente, que mesmo reconhecendo a importância do Museu, destacou que o projeto se tratava de um “**presente de grego**, colocado, ou melhor, **dado a Universidade**, sem contar os inúmeros problemas enfrentados pelos cursos” (Ata da Sessão do Colegiado Regional In: MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601, 2020, p. 2875-2880 / 3073).

Dessa reunião, caso as falas acima tivessem prevalecido, teria levado a extinção definitiva do Museu e a devolução dos recursos. Todavia, a decisão tomada foi de agendar uma reunião de um grupo de professores com o procurador federal a fim de discutir as

cláusulas que feriam a autonomia universitária, bem como aditivar o TAC de modo a garantir o respeito a organização da universidade. Falas essas que mascaravam os múltiplos interesses que permeavam o acesso aos recursos, as disputas por áreas físicas e a consolidação de áreas, grupos e redes de pesquisadores na Universidade.

Conforme pode-se observar, mediante as contestações internas relacionadas a criação do Museu posterior ao TAC em 10 de novembro de 2000, através do Ofício/PR/MT/PT/Nº 71/03, fl. 03, em 2003, o MPF reafirmava a importância da implantação efetiva do Museu e da Unidade de Conservação, nos quais visavam cumprir a finalidade da instituição, em especial a pesquisa científica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

“Pesquisa Científica” – que é a finalidade exclusiva do Museu e da Unidade de Conservação -, não se confunde com “graduação superior”, por isto, as instalações físicas, equipamentos, recursos humanos e financeiros do Museu e da Unidade de Conservação somente poderão ser utilizados para cumprir, repita-se, a sua finalidade específica de “pesquisa científica”, tal como fixado na Cláusula Quarta, inciso IV, Termo de Ajustamento de Conduta, cabendo à Unemat, por outros meios, prover as despesas da “graduação superior” de seus alunos (MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601, 2020, p. 1741/1877).

Diante desse entendimento, o MPF repactuou o acordo no dia 10 de setembro de 2003, com o Aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Centro de Pesquisa e Museu Arqueológico, Espeleológico, Etnográfico e Paleontológico de Cáceres (MAEPEC). Neste, a nova redação foi estabelecida nas “Cláusulas Quarta, e seus incisos I e IV; Cláusula Quinta, e seus incisos I, II, III e V; Cláusula Sexta; Cláusula Décima Quinta e Inciso I”, passando a definir que:

CLÁUSULA QUARTA

Obriga-se a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO e UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO de acordo com a sua normativa interna, conforme reza a sua Autonomia Constitucional, providenciar os instrumentos e mecanismos jurídicos necessários à legal criação do MUSEU e seu Regimento Interno, tudo em conformidade com as decisões de seus Conselhos Superiores.

INCISO IV

Os fins pedagógicos e culturais do MUSEU serão normatizados em Regime Próprio e Aprovado pelo CONEPE e CONSUNI.

CLÁUSULA QUINTA

Obriga-se a FUNEMAT a título de contrapartida garantir a manutenção física e de pessoal do MUSEU, de acordo com as Leis e o Estatuto da FUNEMAT, e o seu Orçamento.

INCISO I

O quadro de pessoal, assim como a coordenação do MUSEU deverão ser compostos por pessoal da UNEMAT, e devem ser referendados pelo CONEPE e CONSUNI.

CLÁUSULA SEXTA

Quanto à contrapartida na Cláusula Quinta, obriga-se a FUNEMAT a investir os recursos financeiros, e a UNEMAT a investir os recursos humanos e materiais, em prol do MUSEU e da Unidade de Conservação, desde o

primeiro ano de sua existência, conforme normas internas, respaldadas pela sua Autonomia Constitucional, Artigo 207-CF. (MPF, Processo 1000097-49.2018.4.01.3601, 2020, p. 547).

Diante desse novo acordo, o diálogo com a equipe designada para coordenar o extinto Museu foi retomado, já com a conquista do novo terreno e início da construção, etapa essa que veio a partir de projeto arquitetônico e decisões centralizadas da Reitoria. Este não passou pela apreciação coletiva da equipe de pesquisadores das áreas de espeleologia, arqueologia e paleontologia, o que refletiu num projeto arquitetônico com espaços pouco adequados para desenvolver funções museais, tais como a porosidade do tijolinho, que retém poeiras e dificulta trabalhos técnicos de conservação dos acervos.

A recriação do Museu enquanto Centro de Pesquisa aconteceu em 16 de dezembro de 2004, a partir da Resolução 036/2004 CONSUNI, como unidade administrativa multidisciplinar, cuja responsabilidade e obrigação foi de receber e salvaguardar os materiais arqueológicos, etnográficos, espeleológicos e paleontológicos provenientes dos estudos técnicos e resgates da obra do Gasoduto, aos quais visavam cumprir o art. 225 da Constituição Federal e o art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85. Todos os equipamentos de exposição, armários e parte do acervo foram organizados a partir do financiamento oriundo do TAC, enquanto o acervo major vem dos projetos executados pelo Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI), criado em 1998.

Neste processo, o Museu passou a ser regulado principalmente pela Resolução Nº 109/2003 – CONEPE, que interferiu diretamente na organização do Centro de Pesquisa e Museu, disciplinado pela Política de Pesquisa. No seu art. 7º, ficou definido que

A estrutura administrativa da Pesquisa será formada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Faculdades/Institutos e Departamentos, que se caracterizam pela articulação dos processos que têm como configuração organizacional os Centros, os Núcleos, os Grupos e a Rede de Pesquisa (UNEMAT, 2003a, p.03).

O Museu e Centro de Pesquisa passou a ser estruturado por processos e regido principalmente pela configuração organizacional integrada às ações da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, concebido a partir da definição de Centro de Pesquisa, enquanto:

(...) espaços físico-administrativos, localizados nos Campi Universitários da UNEMAT, que abrigam os Núcleos e os Grupos de Pesquisa, estruturados com salas de pesquisa, laboratórios, auditórios e equipados com enxoval de pesquisa, para a gestão, execução, avaliação e publicização da pesquisa da UNEMAT (UNEMAT, 2003a, p.03).

Sob a coordenação de um professor que não esteve envolvido inicialmente no projeto do Museu e nem tinha produção acadêmica ligada a arqueologia, paleontologia e espeleologia, também foi designado dois técnicos alheios as áreas de abrangência no período de inauguração do Centro de Pesquisa e Museu de Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres (CPMAEAPEC / MAHM), que aconteceu no dia 7

de março de 2005, na cidade universitária do Campus de Cáceres, localizada no bairro Santos Dumont, Cáceres, Mato Grosso, se configurando numa das primeiras obras da Cidade Universitária do Campus Universitário de Cáceres (Figura 89).

Figura 89: Entrada Principal do MHAM.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Ao

fundo do Museu, na área verde, a administração superior da Instituição construiu uma praça, visando abrigar

espaços de lazer, entretenimento e cultura é destinada a estudos, reflexões e interação de jovens e adultos que visitam a futura sede do campus da Unemat no município, situada no antigo aeroporto da cidade. O que antes era ponto de reencontros e partidas sede lugar a ambientes de pesquisa, difusão de conhecimentos e convivência comunitária.¹²⁰

A inauguração demonstrou o caráter político e a potência simbólica do Museu, haja vista que contou com a participação de deputado federal, prefeito, governador do estado, equipe da reitoria, representantes do IPHAN e dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

4.3 - Organização administrativa e governança do MHAM

O último Termo de Ajustes de Conduta (TAC) pactuado em 2003 entre o MPF e a Unemat indicava o compromisso institucional em criar e aprovar o regimento do museu, que chegou a ser construído no ano da inauguração, em 2005, mas não chegou a ser apresentado,

¹²⁰ Praça construída no complexo que abriga o Museu da Unemat em Cáceres é espaço de leitura e convivência. Portal da UNEMAT, publicado 20/05/2005 às 18:11. Disponível em: <https://abre.ai/areaverdemuseucaceres>. Acessado em: 03 dez. 2021.

apreciado e aprovado pelo CONEPE e CONSUNI, implicando assim na ausência de normas e regras que disciplinassem a gestão do museu.

Nesta proposta de regimento, constavam as diretrizes, conceitos e organização a partir da: personalidade e autonomia; princípios; objetivos; competências; funções; estrutura; organização e funcionamento; programas de pós-graduação *strictu sensu*; cursos de pós-graduação *lato sensu*; núcleos de pesquisa e extensão; áreas específicas do conhecimento; corpo docente / pesquisadores; corpo técnico-administrativo; estágios e monitorias; eleições; e disposições gerais. Com isso, a organização didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial seriam definidas pelo Regimento Interno do Museu, que ficou sob a responsabilidade dos coordenadores, indicados politicamente, aos quais, mesmo sem o regimento, passaram a expandir paulatinamente as áreas para as artes plásticas e abandonar as áreas de enfoque, como a arqueologia, a espeleologia, a paleontologia.

Com a Resolução Nº 085/2007 – CONEPE, que disciplinou a nova política de pesquisa na Unemat, também definiu e traçou objetivos dos Centros de Pesquisa, vinculando-os administrativamente às coordenações de cada Campus, e academicamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Com essa nova resolução, até então sem regimento, o Museu passou a ter como objetivo “agregar pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento para a realização de pesquisa e pós-graduação de caráter multi, inter e transdisciplinar, em âmbito nacional e internacional” (UNEMAT, 2007, Art. 20, p.6). Além disso, a organização deveria ser composta pelo “Coordenador e o Conselho Superior do Centro de Pesquisa” (UNEMAT, 2007, Art. 21, p.6), com mandato de quatro (04) anos para o presidente e vice-presidente (UNEMAT, 2007, Art. 23, p.6). O Museu tinha como possibilidade realizar convite aos “grupos e núcleos de pesquisa da UNEMAT”, que poderiam contribuir no “desenvolvimento dos projetos” (UNEMAT, 2007, Art. 26, p.6).

Neste processo, mediante a reconciliação dos diferentes grupos políticos, bem como com as reformulações das políticas, normas e estruturas administrativas da Unemat, o Museu não apareceu enquanto uma unidade político-administrativa da área da pesquisa, com autonomia didático-pedagógico, administrativa, financeira e patrimonial. Fato constatado nas resoluções que institucionalizaram e disciplinaram a política de pesquisa entre os anos de 2003 e 2020, inclusive na que tratou das coleções científicas, presente nos acervos do museu, e criou a figura do curador no âmbito da Universidade. A denominação Museu só vai aparecer nas normas institucionais a partir da Resolução 011/2021, que redefiniu a função dos centros de pesquisa, visando a integralização da extensão e do ensino (Tabela 32).

Tabela 32: Normas, data de publicação, instância e situação na UNEMAT até 2022

Norma	Publicação	Instância	Situação	Descrição
Resolução 11/2021	29/03/2021	CONEPE	Vigente	Dispõe sobre Centros e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNEMAT.
Resolução 45/2016	22/08/2016	CONEPE	Vigente	Normatiza a implantação e a Gestão do Programa de Coleções Científicas da UNEMAT.
Resolução 107/2015	16/09/2015	CONEPE	Vigente	Normatiza a Política de Pesquisa na UNEMAT.
Resolução 85/2007	31/08/2007	CONEPE	Vigente	Disciplina a Política de Pesquisa na UNEMAT.
Resolução 109/2003	24/10/2003	CONEPE	Vigente	Disciplina a Política de pesquisa na UNEMAT.

Da mesma forma, o Regimento Interno do Centro de Pesquisa e Museu de Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres (CPMAEAPEC), que estava sob responsabilidade de seus coordenadores, não foi partilhado, debatido e aprovado nas instâncias colegiadas, deixando o museu num vazio normativo e com certa incapacidade de promoção de ações para fortalecer as áreas de enfoque. Os caminhos da organização e o vínculo do Museu nesse período não ficam claros, dando a entender que esse estaria submetido as resoluções e instruções normativas que disciplinaram a área da pesquisa e administrativamente a Reitoria, e não ao Campus, conforme estabelecia a Resolução Nº 085/2007 – CONEPE.

Mesmo sem aprovação dos órgãos colegiados superiores, a minuta do Regimento Interno foi utilizada para fundamentar a justificativa do uso indevido do espaço do laboratório do museu para a execução de projetos de pesquisa por grupos que não atuavam em sua estrutura administrativa e alheios as suas áreas de abrangência (Processo 95906/2014 - MPF, 2020, p. 712 / 3460).

Recorrente era a ausência dos debates teóricos e metodológicos, dos parâmetros e das diretrizes da museologia, bem como do campo do patrimônio cultural material e imaterial, em especial entre 2003 e 2016, quando iniciaram a construção e a implementação da Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e a Política Nacional de Museus (PNM), com oficinas coordenadas pelo Departamento de Museus do IPHAN sobre os Planos Museológicos. Além disso, identificou-se a ausência de debates que articulavam o museu e seus acervos aos campos da conservação, restauração, estudos históricos, arqueologia, paleontologia e espeleologia. Assim, nota-se que este fato desencadeou outras fragilidades e inviabilizou o processo de implementação efetiva do Museu e o Centro de Pesquisa, deixando a unidade à mercê das decisões políticas dos gestores da universidade.

Desde a sua abertura em 2005, o Ministério Público Federal (MPF) foi provocado várias vezes para acompanhar o cumprimento dos termos do TAC pela UNEMAT. Durante o período de 2010 a 2014, o MPF atuou para contribuir com a repatriação do acervo arqueológico, que deveria ter ficado sob a guarda do Museu da Unemat, mas que foi

depositado no Museu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Além disso, investigou e acionou juridicamente a Unemat para garantir que a mesma cumprisse as determinações e efetivasse a criação e implantação do museu por meio da: criação do seu Regimento Interno, a contratação de recursos humanos, a adequação do prédio com sistemas de segurança e combate a incêndios, a aquisição de arquivos deslizantes e equipamentos técnicos de conservação, a obtenção de licenças e alvarás do Corpo de Bombeiros para abrigar o acervo e, por fim, a elaboração do seu Plano Museológico.

A partir de 28 de julho de 2015, através da Diretoria Político Pedagógico e Financeiro do Campus Universitário de Cáceres, a Unemat instituiu uma comissão para construir o Regimento Interno do Museu, composta por cinco (05) professores, um (01) técnico e uma (01) acadêmica, com início em 28 de julho até 28 de setembro de 2015, com prorrogação até 15 de abril de 2016 e indicação da professora Marli Auxiliadora de Almeida como presidente da Comissão.¹²¹ Como resultado desse trabalho, produziu-se a minuta de Regimento Interno com um conjunto de proposições decorrentes do diagnóstico dos problemas e demandas do Museu,¹²² resultando na homologação da Resolução 06/2018.

A partir de 2014, o Campus Universitário foi instado pelo MPF, que designou uma equipe para resolver parte dos problemas e garantir a efetiva implementação do Museu. *Pari passu*, a Unemat aprovou a sua nova Política de Pesquisa, em 2015. No entanto, apesar das experiências de quatro (04) professores da Comissão, inclusive os que também assumiram a direção do Museu, nenhum dos membros possuía formação técnica específica nos campos disciplinares da espeleologia, paleontologia, conservação e restauração e produção cultural. Essa falta de especialistas foi identificada em pareceres técnicos que ressaltavam a importância de se contratar um museólogo para o Museu.

A demanda pela elaboração do Regimento Interno do Museu estava em conformidade com o Decreto Estadual nº 2.293, de 14 de abril de 2014, que define no art. 2º a obrigação de criação de um instrumento de gestão para regulamentar a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual, incluindo o Museu.¹²³

Assim, o Museu e Centro de Pesquisa passou a ser objeto da readequação administrativa, a qual resultou na criação de seu “plano diretor” em 2017, irregularmente denominado de plano museológico,¹²⁴ e na aprovação do seu Regimento Interno em 04 de

¹²¹ Comissão composta pelos professores Adriana Nolibos Baccin, Luciano Pereira da Silva, Wellington Pedrosa Quintino, Marli Auxiliadora de Almeida e Agnaldo Rodrigues da Silva; pelo técnico Rogério Luís Gabilan Sanches; e a acadêmica Ludmila Araújo Benvenuti. Portaria. nº 006/2015; Portaria nº 013/2015; Portaria nº002/2016. In: UNEMAT, 2018e. p.02,04,06

¹²² Of. nº 002/2017 – CAC-Colegiado Regional. In: UNEMAT, 2018 op. cit., p. 46-47

¹²³ Parecer nº 007/2016 do Colegiado Regional do Campus de Cáceres. In: UNEMAT, 2018e. p.18

¹²⁴ O entendimento de estar irregular foi pelo fato de que embora tenha sido construído por um técnico universitário e aprovado no Colegiado Regional, isso não invalida o caráter ilegal porque não contou com a participação e assinatura de um museólogo, que possui atividade profissional reconhecida desde 1985).

abril de 2018. Ambos os documentos ratificaram a característica do Museu enquanto Centro de Pesquisa, de caráter multidisciplinar, com vínculo administrativo enquanto órgão de administração regional, vinculado ao campus (MATO GROSSO, 2008 [S./N.]).

Além disso, a Resolução nº 006/2018 - *ad referendum*, depois aprovada pelo Conselho Universitário - definiu sua vinculação como órgão da administração regional do Campus Universitário Jane Vanini, subordinado à Diretoria de Unidade Regionalizada Político Pedagógico e Financeira (UNEMAT, 2018).

Essas ações e eventos demandaram a criação de normas que regulamentaram o funcionamento mínimo do Museu, conforme Tabela 33, onde as apresentam desde a sua institucionalização em 2005 até os dias atuais, garantindo a sua operação na universidade.

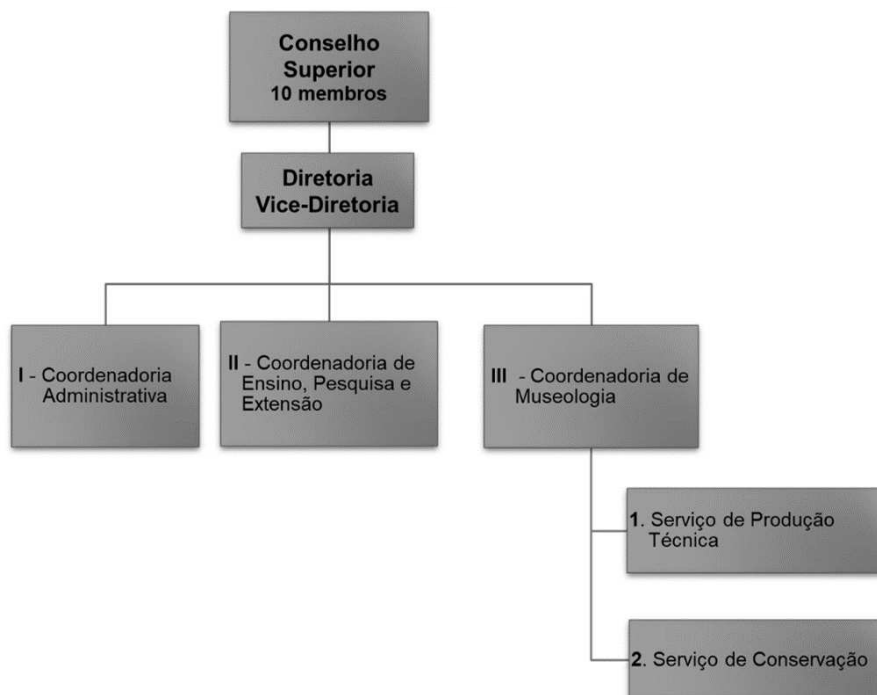
Tabela 33: Normas, data de publicação, instância e situação atual e descrição relativas ao MHAM

Norma	Publicação	Instância	Situação	Descrição
Resolução 25/2018	05/11/2018	CONSUNI <i>Ad Referendum</i>	Vigente	Homologa a Resolução nº 006/2018- Ad Referendum do CONSUNI que dispõe sobre o regimento do Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.
Resolução 06/2018	04/04/2018	CONSUNI <i>Ad Referendum</i>	Vigente	Dispõe sobre o regimento do Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.
Resolução 36/2004	16/12/2004	CONSUNI	Vigente	Cria o Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres.
Resolução 37/2004	16/12/2004	CONSUN	Vigente	Homologa a Resolução nº 004-A/2003-Ad Referendum CONSUNI, que dispõe sobre a Criação do Museu de Ciências da Universidade do Estado de Mato Grosso.
Resolução 004/2001	05/11/2002	Conselho Curador - <i>Ad Referendum</i>	Vigente	Revoga a Resolução nº 001/2001 - Ad Referendum do Conselho Curador, que cria o Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Espeleologia, Etnografia e Paleontologia de Cáceres ("Museu" e a Unidade de Conservação Ambiental).
Resolução 002/2001	24/08/2001	Conselho Curador - <i>Ad Referendum</i>	Revogada	Homologa a Resolução nº 001/2001 - <i>Ad Referendum</i> do Conselho Curador, que cria o Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Espeleologia, Etnografia e Paleontologia de Cáceres ("Museu" e a Unidade de Conservação Ambiental, e dá outras providências.
Resolução 001/2001		Conselho Curador - <i>Ad Referendum</i>	Revogada	Resolução nº 001/2001 - <i>Ad Referendum</i> do Conselho Curador, que cria o Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Espeleologia, Etnografia e Paleontologia de Cáceres ("Museu" e a Unidade de Conservação Ambiental, e dá outras providências.

Com a aprovação do Regimento Interno, o Museu teve a sua denominação alterada para Museu de Humanidades "Alaíde Montecchi" (MHAM) e passou a adotar uma abordagem mais ampla em sua atuação com a inclusão do conceito de Humanidades para legitimar tal ampliação. Seu lotacionograma institucional passou a ser composto por duas (02) instâncias

administrativas, conforme o art. 10: o Conselho Superior, com dez (10) membros, incluindo representantes da unidade regionalizada, um (01) diretor, um (01) vice-diretor, três (03) coordenações e dois (02) serviços especializados; e a Diretoria e a Vice-Diretoria, com mais três coordenações: i) Administrativa; ii) de Ensino, Pesquisa e Extensão e a iii) Museologia, responsável pelos serviços de: 1) Produção Técnica e 2) Conservação (Figura 90).

Figura 90: Lotacionograma e organização do MHAM.



Conforme o Art. 13º alíneas I a XII da Resolução nº 006/2018, o Conselho Superior passa a exercer as funções de: apreciar alterações do Regimento Interno; estabelecer diretrizes acadêmicas e administrativas; aprovar calendários de reunião; aprovar subprogramas de planejamento, acompanhamento e avaliação de metas anuais definidas em plano de trabalho anual; aprovar plano quadrienal de gestão da diretoria; realizar avaliação de metas anual institucional e individual, discutir e aprovar orçamento do MHAM; aprovar a criação, extinção, vinculação ou desvinculação de Centros e Núcleos e outros órgãos complementares no âmbito do MHAM; propor aos colegiados regional e superiores da Unemat a criação de cursos e programas, nas distintas áreas do conhecimento; apreciar projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura a serem desenvolvidos no MHAM; apreciar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas e subprogramas previstos no Plano Museológico (UNEMAT, 2018).

O Conselho Superior, quando instalado, passará a ser composto por: um(a) (01) Diretor(a); um(a) (01) Vice-Diretor(a); um(a) (01) Diretor(a) de Unidade Regionalizada Político Pedagógico e Financeiro; dois (02) representantes docentes dos Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão; dois (02) representantes docentes dos Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão; dois (02) representantes do corpo técnico-administrativo; uma (01) representante discente.

Ficou definido no art. 12º que os mandatos dos docentes e técnicos passam a ser de quatro (04) anos, sendo eleitos em reunião pública e os técnicos também em reunião pública entre os que compõem os recursos humanos do MHAM. Assim, os membros do Conselho Superior e a Direção do Museu passaram a ter tempo determinado de 04 anos. A presidência do Conselho Superior se dará através do(a) Diretor(a) do Museu. Os alunos passam a ocupar assento por dois (02) anos, devendo ser eleitos em reunião pública, desde que os mesmos estejam vinculados a grupos de pesquisa, programas e projetos ligados aos núcleos ou as ações de ensino, pesquisa e extensão que fazem parte dos Centros.

A partir da aprovação do Regimento Interno do MHAM, em 2018, conforme o Art. 2º da Resolução 25/2018, o museu passou a ser definido enquanto:

O Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres é órgão da administração regional do câmpus universitário Jane Vanini da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), vinculado à Diretoria de Unidade Regionalizada Político Pedagógico e Financeira, de caráter multidisciplinar (UNEMAT, 2018d, p. 01).

Neste processo, o Museu passou a ser os seguintes objetivos geral e específico:

Art. 7º O MHAM tem por objetivo geral a conservação, investigação, comunicação, interpretação e exposição, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, relativas ao patrimônio material e imaterial, à memória e identidade fronteiriça da cidade histórico-colonial de Cáceres por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Seus objetivos específicos são:

- I. Desenvolver e promover a ciência e os múltiplos saberes por meio da pesquisa e da difusão da cultura do povo cacerense;
- II. Empreender e estimular atividades de extensão sócio-educativocultural junto a instituições de ensino direcionadas a públicos de diferentes segmentos sociais, como agente de difusão científico-cultural, promovendo o fortalecimento das identidades e o respeito à diversidade;
- III. Elaborar e implementar programas de exposição de caráter sócio-educativocultural, visando promover acesso a bens culturais e estimulando a reflexão e o reconhecimento de valores simbólicos (UNEMAT, 2018d, p. 03).

Dentre as funções, definiu-se que:

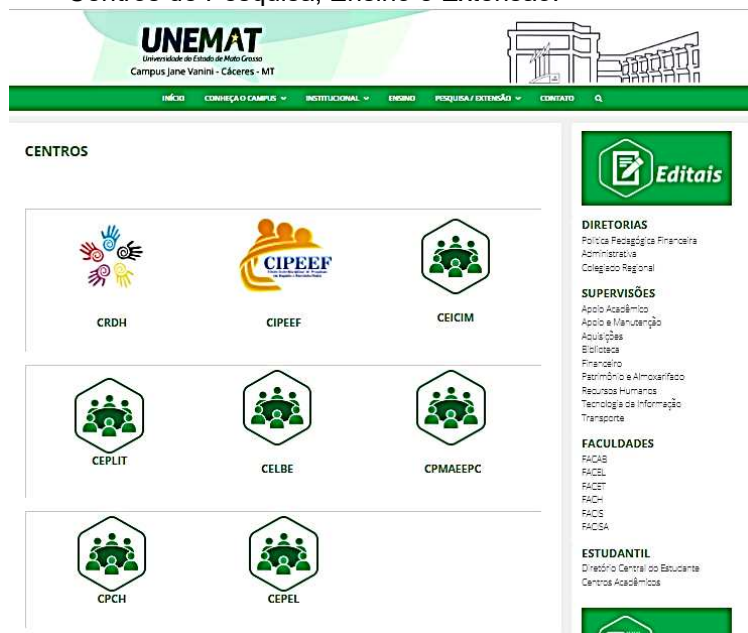
Art. 8º São funções do MHAM:

- I. Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações e atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura na área de Ciências Humanas e áreas afins, que apresentem características interdisciplinares;
- II. Planejar a aplicação dos recursos orçamentários que lhe forem alocados e administrar os bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
- III. Coordenar e implementar a política de recursos humanos do museu, com vista ao seu bom funcionamento, tanto no que se refere ao quadro de docentes pesquisadores quanto profissionais técnicos;
- IV. Revisar seu Regimento Interno, em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral da UNEMAT;
- V. Desenvolver e promover a ciência, por meio da pesquisa, da cultura e da extensão;
- VI. Promover ações voltadas à formação de recursos humanos que incentivem o exercício da investigação científica e da prática pedagógica, regulamentadas pelos projetos políticos pedagógicos dos Cursos da UNEMAT;
- VII. Atender à comunidade na forma de prestação de serviços, em assuntos relacionados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, a fim de

contribuir com a sociedade nas demandas relacionadas à missão institucional do MHAM (UNEMAT, 2018d, p. 01).

O MHAM passou a estar ligado expressamente ao Campus Universitário de Cáceres “Jane Vanini”, com indicação do diretor pró-tempore em março de 2019, o qual ficou responsável por completar a diretoria através da indicação do vice-diretor, das coordenações e serviços, bem como promover a composição a partir de grupos de pesquisa, núcleos de pesquisa e extensão, pesquisadores e professores colaboradores. Porém, mesmo após quatro (04) anos de vinculação ao Campus Universitário “Jane Vanini” e a indicação do seu Diretor, em março de 2022, o MHAM não cumpriu com parte das deliberações e nem ocupava os canais oficiais da unidade regionalizada, conforme contava no site (Figura 91).

Figura 91: Site do Campus de Cáceres, com indicação dos seus Centros de Pesquisa, Ensino e Extensão.



Os motivos para tanto são diversos, conforme pode-se identificar entre 2020 e 2022, passando tanto por divergências políticas e acadêmicas, quanto pela ausência de técnicos, recursos financeiros e profissionais com capacidade técnica para pensar a comunicação museológica e as pesquisas do museu e a partir dos seus acervos.

Esta mudança, institucionalizada através da Resolução 006/2018, indica um esforço para se implementar o regimento interno que instituiu um novo modelo de gestão do Museu, considerando a sua inexistência, visando tanto a responder demandas jurídicas e institucional acerca da necessidade de salvaguardar os acervos de responsabilidade do Museu e da Universidade quanto do interesse em romper com as gestões de curto período, conforme observaremos nas nomeações abaixo. Desde a criação até as sucessivas gestões do Museu sob a natureza de Centro de Pesquisa, esse contou com coordenadores de diversas áreas do conhecimento, conforme o Quadro 12, a seguir.

Quadro 12: Nomeações de diretores e membros, com períodos de Gestão do MHAM

Nº	Portaria	Direção	Formação	Período	Descrição
i)	752/2022	Acir Fonseca Montecchi	Graduação em História (1994). Mestrado em História (2001).	-28/02/2022 -28/05/2025	Designa para a função de Diretor.
ii)	564/2019	Acir Fonseca Montecchi	Graduação em História (1994). Mestrado em História (2001).	-01/03/2019 -28/02/2022	Designa para a função de Diretor.
iii)	2656/2016	Marli Auxiliadora de Almeida	Graduação em História (1990). Mestrado (2002) e Doutorado em História (2013).	-01/08/2016 -01/12/2018	Designa para a função de Diretora.
iv)	0327/2016	Marli Auxiliadora de Almeida	Graduação em História (1990). Mestrado (2002) e Doutorado em História (2013).	-03/02/2016 -31/07/2016	Designa para a função de Diretora.
v)	2655/2016	Agnaldo Rodrigues da Silva	Graduado em Letras. Mestrado (2002) e doutorado em Letras (2006).	22/01/2016	Revoga a Portaria 156/2016, que o designou para a função de diretor.
vi)	156/2016	Agnaldo Rodrigues da Silva	Graduado em Letras. Mestrado (2002) e doutorado em Letras (2006).	-01/01/2016 -31/12/2016	Designa para a função de Diretor.
vii)	361/2015	Agnaldo Rodrigues da Silva	Graduado em Letras. Mestrado (2002) e doutorado em Letras (2006).	-01/02/2015 -31/12/2015	Designa para a função de Diretor.
viii)	--	Wellington Pedrosa Quintino	Graduado em Letras (1992). Mestrado (2000) e doutorado em Linguística (2012).	-01/01/2014 -01/12/2014	Designa para a função de Diretor.
ix)	969/2012	Wellington Pedrosa Quintino	Graduado em Letras (1992). Mestrado (2000) e doutorado em Linguística (2012).	-05/03/2012 -31/12/2012	Designa para a função de Diretor.
x)	376/2011	Luciano Pereira da Silva	Graduação em História (1996). Mestrado em História, concentração em Arqueologia (2007).	-03/01/2011 -31/12/2011	Designa para a função de Diretor.
xi)	--	Wellington Pedrosa Quintino	Graduado em Letras (1992). Mestrado (2000) e doutorado em Linguística (2012).	-01/03/2005	Designa para a função de Diretor.
xii)	194/2004	Luciano Pereira da Silva	Graduação em História (1996). Mestrado em História, concentração em Arqueologia (2007).	-02/02/2004	Designado para coordenar a implantação do Centro de Pesquisa e Museu.
xiii)	922/2002	Alaíde Montecchi Durão	Graduação em História Natural (1976). Mestrado em Geociências (1999).	-05/11/2002 -03/07/2003	Designou membros para compor a Equipe Técnica do Centro de Pesquisa e Museu.
		Wellington Pedrosa Quintino	Graduado em Letras (1992). Mestrado (2000) e doutorado em Linguística (2012).		
		Acir Fonseca Montecchi	Graduação em História (1994). Mestrado em História (2001).		
		Anderson Marques do Amaral	Graduado em Engenharia Agrônoma (1993). Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (1998). Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais (2010)		
		Luciano Pereira da Silva	Graduação em História (1996). Mestrado em História, concentração em Arqueologia (2007).		
xiv)	--	Alaíde Montecchi Durão	Graduação em História Natural (1976). Mestrado em Geociências (1999).	- 07/2001 - 07/2003	Designada para coordenar o Centro de Pesquisa e Museu.

Obs.: Informações produzidas a partir de portarias disponíveis no Portal da Universidade e coleta nos currículos de todos que constam na lista. Os espaços com traços correspondem a informações e documentos que não foram encontrados nos arquivos consultados. Adaptado, revisado e ampliado de Arruda (2022b).

A partir deste quadro com os diretores, embora a maioria já estivessem envolvidos desde a implantação da unidade museológica, pode-se perceber uma alta rotatividade e curtos períodos de gestão do Museu. Ao analisar os documentos acessados, identificou-se também tanto a descontinuidade das ações e dificuldades no enfretamento e resolução dos problemas existentes desde a sua fundação quanto a falta de planejamento a curto prazo de forma a cumprir com as metas e propostas do “Plano Museológico”.¹²⁵

Quanto aos últimos quatro (04) anos de gestão do MHAM, após a indicação do diretor *pro-tempore*, conforme definido no art. 29º da Resolução 25/2018, considerando os dois anos e meio da pandemia do COVID-19, as ações ficaram basicamente paralisadas e o acesso restrito. Ainda assim, observou-se dificuldades e interesses que moveram e inviabilizaram o diretor no processo de implantação da parte administrativa do museu, pois o mesmo não conseguiu nomear o seu vice-diretor(a), os três coordenadores e os dois responsáveis pelos serviços. Nesse interim, ficou apenas com uma equipe de três servidores, estando uma afastada por problemas de saúde. Acerca de núcleos de pesquisa, também não mobilizou pela reativação do Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI) e nem pela integração de outros núcleos e grupos de pesquisa.

A aproximação do término do mandato do diretor do MHAM, que faria quatro (04) anos em março de 2023, pois foi empossado em março de 2019 (UNEMAT, 2019a), somada a ausência do Conselho Superior e do quadro de pesquisadores que deveriam compor o quadro técnico com poder de escolher o próximo dirigente ou a recondução do atual, observou-se movimentos políticos visando, se necessário, recorrer ao departamento de História ou outras instâncias e dirigentes políticos que não constavam no regimento interno.

Apesar dos objetivos do Museu em focar a preservação e a pesquisa do patrimônio cultural da região sudoeste e da província serrana de Mato Grosso, visando comunicar e difundir o conhecimento científico a partir da democratização do acesso aos dados, acervos e informações obtidas para a comunidade, notadamente como instrumento de apoio didático pedagógico para as escolas da região, o que se identificou foi que, diante das fragilidades ligadas a ausência de profissionais qualificados nas suas áreas, a falta de investimentos financeiros para efetiva implantação do Museu, a baixa quantidade de pesquisas e a as fragilidades na conservação dos acervos, ocorreu a implementação de projetos de áreas que não tinham relação com as coleções e objetivos traçados inicialmente. Com isso, somando-se a ausência de uma Política de Aquisição e Descarte de Acervos, o Museu passou

¹²⁵ No diagnóstico da composição do quadro com os diretores do MHAM, não foi possível mapear na documentação museológica administrativa levantada e disponibilizada a nomeação do/dos diretor(es) que exerceu/exerceram o cargo nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2013. Fato este que indica a necessidade de uma urgente organização da documentação arquivística documental museológica.

paulatinamente a ampliar e a construir novas coleções que passaram a compor os acervos de história e artes visuais.

Existe uma lacuna no âmbito da Universidade quando se refere a presença de profissionais especializados nos museus, abrangendo áreas da arquivologia, biblioteconomia, museologia e arquitetura, além de outras disciplinas que foram regulamentadas, como arqueologia (BRASIL, 2018) e história (BRASIL, 2020e), e as que estão em debate no Congresso Nacional por meio de Projetos de Lei, a exemplo dos conservadores e restauradores, paleontólogos e antropólogos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019a; 2019b; 2020).

Diante desse cenário, tornou-se imperativo refletir sobre a importância da contratação, formação e capacitação desses profissionais. Com isso, pode-se assegurar a preservação adequada acervos científicos, por meio de práticas eficientes de conservação e o desenvolvimento de uma comunicação adequada e eficaz. Refletir sobre esses aspectos tornou-se fundamental para a proposição de diretrizes aos museus de modo que pudessem desempenhar o seu papel de forma integral, destacando a relevância dos profissionais especializados na preservação de valores, saberes, fazeres e aspectos da cultura material a partir de critérios científicos.

No processo de readequação e reorganização do MHAM em 2018, visando a ampliar a proposta inicial de preservação de acervos científicos das áreas de arqueologia, etnografia, espeleologia e paleontologia, observou-se que foram incorporadas outras áreas sob a justificativa de que aconteceram mudanças no seu contexto histórico de criação e a necessidade de contemplar a formação étnica da região, que é composta por descendentes de grupos sociais remanescentes de indígenas, afro-brasileiros, portugueses e espanhóis, além de sua geografia fronteiriça. O museu passou, então, a receber uma designação de “Humanidades”, que foi objeto de posicionamento crítico por parte de um pesquisador da área de arqueologia e patrimônio cultural da Universidade, e que já foi diretor do museu.

Por certo, também existem outros problemas de pano de fundo que motivaram essas mudanças, especialmente os referentes a necessidade de investimentos financeiros voltados para a constituição de um quadro técnico especializado e capacitado, bem como uma política institucional voltados para a institucionalização do Centro de Pesquisa de modo a viabilizar a sua capacidade de execução de programas e projetos. Esses problemas estão expressos em diversos documentos institucionais, seja acerca das dificuldades na contratação, seja mediante a necessidade de vaga em concurso público para atender as demandas do MHAM, cujos problemas foi objeto da Ação Civil Pública contra a Universidade, para que a mesma cumprisse os termos do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de 2003.

No que se refere a gestão do MHAM, nota-se períodos curtos de gestão, com mudanças anual ou bianual dos diretores, a qual podem ter impactado negativamente, seja

na estruturação administrativa estruturação com recursos humanos e financeiros e no desenvolvimento dos programas e ações de médio e longo prazo, seja salvaguarda e proteção dos acervos.

Ao analisar a composição organizacional e lotação técnica de todas as instâncias do MHAM, embora aquém do necessário, a proposta de estruturação e composição viabilizaria um salto qualitativo na medida em que passaria a ter a dez membros do Conselho Superior e a Diretoria com, aproximadamente, 06 membros (MHAM - Resolução nº 006/2018, Art. 11º e Art. 15º, respectivamente). Por outro lado, pode-se perceber a grande dificuldade e múltiplos interesses em se implementar ou não essa estrutura, haja vista que de 2018 até 2022, o quadro técnico é composto apenas pelo Diretor, um técnico administrativo e uma auxiliar de serviços gerais (afastada por motivos de saúde). O Conselho Superior com seus membros e as coordenações das áreas, com seus respectivos membros, não foram indicados e empossados. De 2019 e fevereiro de 2022, a Direção foi ocupada por um professor do curso de História, com graduação e mestrado nessa área, e experiência na área de antropologia. Porém, nenhuma qualificação ou capacitação em museus. No tocante a segurança e limpeza, há um quadro de profissionais contratados através de empresas terceirizadas.

Observa-se na Resolução 006/2018, que regulamentou o MHAM, a ausência de espaços que garantam a participação da comunidade externa à Universidade, tal como define o Art. 30 do Decreto Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, seja através de entidades da sociedade civil organizada residentes no entorno, grupos de interesse especializado, Associação de Amigos do Museu, seja de representantes de etnias que cederam acervos etnográficos para o Núcleo de Assuntos Indígenas ou comunidades atingidas pelo empreendimento do Gasoduto Gasocidente Bolívia-Mato Grosso.

Outro ponto importante foi o processo de indicação das coordenações e setores da Diretoria do MHAM, que, apesar de apontar a necessidade de experiência e formação, se agravava pela ausência de técnicos e pesquisadores com formação e capacitação para desenvolver programas e projetos a partir dos acervos.

Do ponto de vista da participação da comunidade externa a universidade na governança museológica, pode-se identificar a inexistência de espaços nas resoluções de criação e regulamentação da estrutura organizacional do MHAM, inclusive para garantir a participação de uma associação de amigos de museus ou da comunidade externa, seja do entorno, seja as ligadas aos acervos.

Os problemas elencados sobre a organização administrativa e a governança do MHAM estão interligadas as disputas por espaços com infraestruturas para abrigar laboratórios, salas de exposições, salas de aula no âmbito da universidade. Nesse quesito, o espaço do museu despertou interesse de diversos grupos de diferentes áreas alheias as dos acervos, dada a perceptível subutilização.

4.4 – Arquitetura museal: estrutura predial e territorial do MHAM

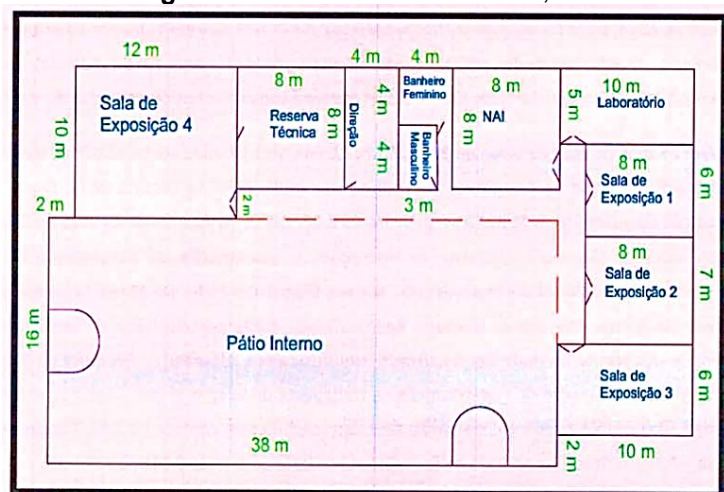
Do ponto de vista da arquitetura museal, para acessar as informações fez-se necessário recorrer aos processos do IPHAN, abertos com a finalidade de habilitar o MHAM enquanto uma instituição de guarda e endosso institucional da arqueologia, inclusive sob a justificativa de garantir a repatriação do acervo de arqueologia composto por mais de 40 mil peças que estão guardadas no Museu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Foram solicitadas informações à direção e ao quadro técnico do museu, porém as que foram repassadas estavam dispersas e abordavam pontos selecionados, sem ater as demandas presentes nos relatórios anuais de gestão museológica. O acesso visava compreender a situação do programa arquitetônico e a gestão dos riscos dos acervos. Isso devido ao museu estar fechado por causa das: normas de saúde pública; problemas de goteira, porta e janelas quebradas; fragilidades identificadas na sua organização administrativa e governança; e na gestão da documentação museológica.

Conforme descrito, o MHAM encontra-se localizado na Cidade Universitária do Campus Universitário “Jane Vanini”, no terreno que abrigou o antigo aeroporto estadual em Cáceres-MT. A sua estrutura arquitetônica é térrea, de concreto, alvenaria convencional e tijolo maciço sem reboco, com duas entradas no pátio interno cercado em “L”. A sua área construída é de 1.796,78 m², distribuídos a partir de salas de exposições, laboratórios, reservas técnicas, área aberta, banheiros, secretaria e copa. O levantamento *in loco* e os documentos permitiu uma análise de um conjunto de plantas baixas e arquitetônicas, com distintas funções e diferentes níveis de qualidade de conservação.

Neste caso, apesar do levantamento de três plantas baixas, buscou-se apresentar neste ponto a planta baixa mais inteligível e produzida para parecer técnico do IPHAN de 2014, decorrente de uma vistoria técnica que produziu um conjunto de recomendações de adequações a serem realizadas pelo e no MHAM. E a que foi elaborada em 2014, com a finalidade de atender parte das recomendações do IPHAN, especialmente sobre a sua configuração arquitetônica e espacial, o plano de combate a incêndio, com as respectivas medições das áreas internas e externas (Figura 102).

Figura 92: Planta baixa do MHAM, 2014



Fonte: IPHAN, 2014. Relatório de Fiscalização

Conforme a planta acima, o edifício possui: quatro (04) salas de exposições, tendo a 1, 2 e 3 interligadas diretamente; duas (02) reservas técnicas, uma destinada ao NAI – Núcleo de Assuntos Indígenas, subdividida em duas salas por divisória MDP, contendo um arquivo deslizante e outra subdividida em 04 pequenas salas por divisórias MDP e outro arquivo deslizante; um (01) laboratório, dois (02) banheiros – masculino e feminino; uma (01) sala de administração (direção) integrada a uma (01) cozinha, com gás de cozinha e fogão na parte interna (IPHAN, 2014; MHAM, 2018). Somando-as ao pátio interno, o imóvel possui 11 ambientes internos e corredores, perfazendo 1.796,78 m² (Tabela 34).

Tabela 34: Legenda da Planta Baixa Interna do MHAM

Local	Área	Descrição/Função
Espaço 1 - Exposição	A= 112,50 m ²	Salas de exposições 1, 2, 3 e 4 para apresentações de curta/longa duração: dividem espaço exposições temporárias e acervo permanente
Espaço 2 - Laboratório	A= 50 m ²	Abriga os postos de trabalho de investigações em arqueologia, antropologia, etnografia, paleontologia e espeleologia.
Espaço 3 – Projeto NAI	A= 37,36m ²	O Núcleo de Assuntos Indígenas armazena e executa exposição de peças próprias de artefatos da sociedade indígenas, como artes e culturas.
Espaço 4 - Banheiros	A= 37,60m ²	Banheiro Masculino e Feminino
Espaço 5 – Secretaria e cozinha	A= 27,82 m ²	Abriga os postos de trabalho administrativo.
Espaço 6 – Reserva Técnica	A= 60 m ²	Divida em 4 por divisórias, abriga os postos de trabalho para Diretoria, projetos de extensões e sala de reuniões e/ou sala de depósito.
Espaço 7 – Sala de Exposição	A= 117,16 m ²	Sala de exposição de longa duração (acervo permanente):
Espaço 8 – Área aberta	A= 68,48 m ²	Corredor coberto
Espaço 9 – Área sem cobertura	A= 291,72 m ²	Área ao ar livre com jardim de bambu, fonte de água, acervo permanente, utilizada para realização de atividades educativas. Potencial para exposições itinerantes.

Fonte: MHAM (2018).

A edificação do MHAM passou por vistorias técnicas do IPHAN em 2014 e 2015, onde indicaram o seu bom estado de conservação e o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estrutural. Contudo, no parecer técnico do IPHAN (2015, p.12), o programa arquitetônico, a gestão de risco dos acervos passou por uma nova análise, que atualizou as informações sobre as condições de uso e ocupação, considerando o ambiente político, os atores e partes interessadas, os aspectos administrativos e operacionais, o contexto econômico, os aspectos

legais, o ambiente físico e o ambiente sociocultural, bem como os problemas relacionados a gestão de risco dos acervos a partir dos 10 agentes de risco: forças físicas, dissociação, UR inadequada, temperatura inadequada, luz e UV, poluentes, pragas, água, fogo e criminosos (IBERMUSEUS/ICCROM, 2017; IBRAM, 2013 e 2021; IPHAN, 2014 e 2015).

O MHAN deveria envidar esforços para resolver os problemas relacionados as condições estruturais apropriadas para a conservação dos acervos arqueológico, especificamente sobre a: i) necessidade de implantação de medidas de proteção nos vidros das janelas contra raios UV; ii) implantação de sistema de segurança; iii) reposição de trancas nas janelas; iv) substituição de aparelhos de ar condicionado; v) implantação de sistema de controle de temperatura e umidade; vi) implantação de sistema de combate a incêndios e furtos (IPHAN, 2015). A partir da visita *in loco* em dezembro de 2021, pode-se constatar a permanência das fragilidades, bem como de uma gestão museológica pouco articulada com as diretrizes de seu plano diretor denominado “Plano Museológico”, produzido em 2017.

As salas do museu encontravam-se ocupadas de várias formas, sendo por suportes e acervos para exposições, armários com acervos, estruturas voltadas para atividades de conservação dos acervos (Tabela 35).

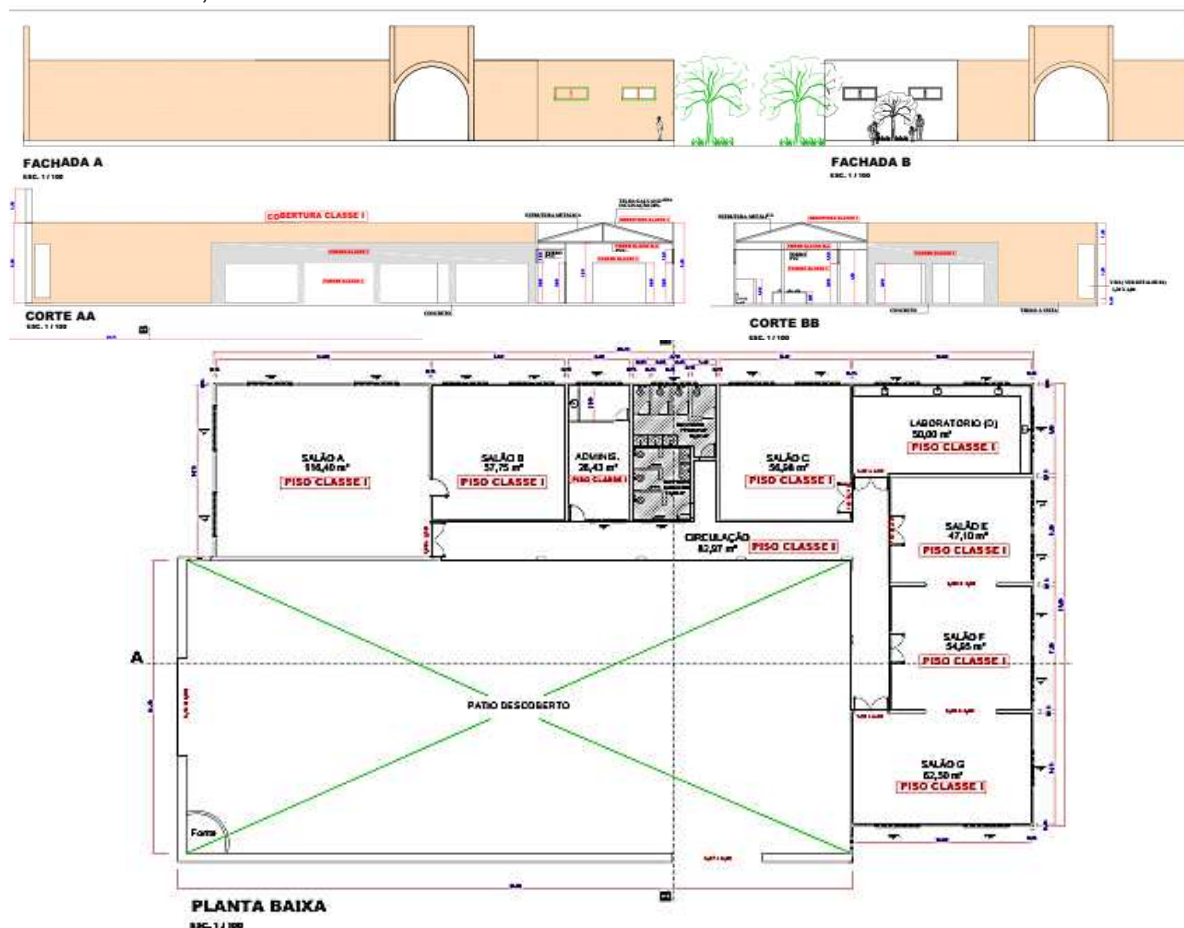
Tabela 35: Situação de ocupação dos espaços do MHAM

Laboratório de arqueologia	Estava fechado, com chave da porta quebrada, e janela apenas encostada, impossibilitando entrada e análise do espaço.
Salda de exposição 01	Tinha peças dos acervos etnográfico, artístico e histórico, bem como de projetos de educação sem código de inventário e identificação das peças. Os expositores (metal e vidro) estavam em desuso.
Salda de exposição 02	Continha peças dos acervos etnográfico, artístico e histórico, bem como de projetos de educação. Havia expositores (metal e vidro) em desuso e divisórias de madeira que serviam para ancorar as obras artísticas e pedagógicas em isopor.
Salda de exposição 03	Possuía peças dos acervos etnográfico, artístico e histórico, bem como de projetos de educação. Os expositores (metal e vidro) estavam desuso. Havia divisórias de madeira que serviam para ancorar as obras artísticas em isopor decorrentes dos projetos de ensino.
Salda de exposição 04	Tinha peças dos acervos: i) etnográfico, especialmente do Fundo Quilombola, com fotografias; ii) artístico, com os telas e réplicas em barro; iii) histórico com documentos do fundo quilombola; iv) espeleológico e artístico, com fotografias das cavernas da região de Cáceres. Não foi identificado um projeto expográfico que orientasse a organização das peças expostas, com informações técnicas e contemplando os requisitos de acessibilidade. Foram identificados que existiam equipamentos de escritório amontoados e expositores com o acervo fotográfico quebrados. Parte das obras de arte estavam sem informações técnicas claras sobre os autores e doações. A sala foi dividida por um separador de madeira de forma a criar uma pequena sala aberta que abriga o Fundo Quilombola, composto por materiais de escritório e administrativo, caixas com documentos e fotografias sem estar integrado com os demais acervos da sala de exposição. Pode-se constatar que tinham expositores (metal e vidro) em desuso.
Reserva técnica 01/ NAI	Área dívida com MDP, que separava parte dos acervos arqueológico, bibliográfico e documental do arquivo deslizante, desligado e sem controle interno de temperatura, que condicionava a maioria do acervo etnográfico do Fundo NAI. Parte desta sala também parecia servir como depósito de equipamentos do laboratório.
Reserva técnica 02	Possuía um arquivo deslizante, mas em desuso. Foi instalado para receber o acervo oriundo do endosso institucional da GasOcidente, que está sob a guarda do Museu da UFMS, em Campo Grande - MS. Também continha peças do acervo artístico escorados no chão e a sala não tinha controle de temperatura e nem estrutura para acondicionar o acervo artístico.
Sala da Direção e Cozinha	Havia equipamentos de escritório administrativo e vigilância num só espaço. Foi dividido com divisória para dar espaço a uma pequena cozinha, que possui pia, torneira, fogão, botijão de gás, geladeira, bebedouro. Na parte da direção há parte do acervo bibliográfico, documentos administrativos, peças do acervo etnográfico e artístico.
Pátio interno	Possuía uma fonte de água, uma pequena plantação de bambu, decorado com peças do acervo artístico e um bebedouro.
Pátio externo	Na parte externa da lateral esquerda do imóvel há uma área arborizada com mangueiras e bancos de cimento em baixo conectados por calçadas cimentadas; na parte da frente, lateral e fundo tinham esculturas em formato de fonte instaladas no jardim fechado pela mureta e tela de aço.

Fonte: IPHAN (2015). Adaptado, revisado e ampliado de Arruda (2022b).

No que se referia ao alvará do corpo de bombeiros, foram tomadas atitudes de forma a responder a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal de forma que a universidade cumprisse os termos do TAC, firmado há 20 anos, conforme a contratação do serviço de engenharia civil para a elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PTEC do Museu (Figura 93). Todavia, não se identificou a relação com as normas técnicas emitidas pelo Instituto Brasileiro de Museus entre 2011 e 2021 sobre a gestão de risco dos acervos e arquitetura dos museus, havendo referência apenas referência as Normas Técnicas: do Corpo de Bombeiros nº 11/2019, Resistência ao Fogo dos elementos de construção; nº 08/2019 – Acesso de viatura na edificação; nº 12/2019 – Controle de Materiais e Acabamento.

Figura 93: Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PTEC do MHAM. Autoria: Eng. Adilson Reis, 2019.



Fonte: MHAM (2022).

A partir de 2020, com o advento da pandemia de Covid 19, acentuada a partir de março de 2020, diversas ações no âmbito da universidade foram paralisadas, dentre essas os encaminhamentos para solucionar parte das fragilidades inerentes a gestão de risco dos acervos. Na parte externa do MHAM, conforme visita *in loco*, foi possível observar que o fundo se encontrava bem arborizado, com a praça, um percurso e bancos de concreto para fins de

reuniões e lazer da comunidade universitária e externa, onde também guardava uma das peças artísticas que estavam quebradas.

Na parte da frente, o museu estava integrado ao conjunto de obras de arte criado no processo de sua construção, inserido no complexo arquitetônico e paisagístico composto por hangares, pista de avião, estação de passageiros, casa do zelador construídos com a finalidade de implantar efetivamente o 1º Aeroporto da região oeste do estado de Mato Grosso (Figuras 94 a 97), pavimentado na década de 1970 (MENDES, 2009).

Figura 94: Parte externa da frente do Museu.



Fonte: Arruda, R. F. (2021).

Figura 95: Parte externa junto ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.



Fonte: Arruda, R. F. (2021).

Figura 96: Parte externa do Museu com acervo artístico na rotatória e entrada do Museu e do conjunto arquitetônico e paisagístico.



Fonte: Arruda, R. F. (2021).

Figura 97: Parte externa integrada ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.



Fonte: Arruda, R. F. (2021).

No que se refere ao planejamento institucional na área do programa arquitetônico, apesar de constar a proposta de Plano Museológico do MAHM (2018), fez-se necessário compreender a sua importância e inter-relação com o Programa de Gestão de Risco instituído pelo IBRAM desde 2013 e atualizado em 2020, especialmente após os recorrentes incêndios existentes nos museus universitários, como os casos do Museu Nacional vinculado à UFRJ

(2018) e o Museu de História Natural da UFMG (2020), os quais geraram perdas irreparáveis ao memória nacional e ao patrimônio cultural brasileiro.

Neste caso, foi possível levantar os espaços e instalações compreendendo-as a partir das funções dos centros de pesquisa da Unemat, mas também interligadas a missão, objetivos e funções museológicas de “acesso universal de seus usuários, trabalhadores, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, os critérios de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão e linguagem expográfica” (IBRAM, 2020, p.7).

No entanto, não foi realizado uma avaliação da estrutura arquitetônica porque não se tratava do objetivo principal deste trabalho. Conforme exposto acima, parte dos apontamentos já vinham sendo realizados por técnicos em arquitetura do IPHAN, condicionando os reparos e consertos à habilitação do MHAM como instituição de guarda e endosso institucional de acervos arqueológicos, inclusive para receber o acervo a ser repatriado da UFMS.

Ao compor um complexo de bens culturais, o MHAM tem como potencial a ampliação de seus acervos das áreas de paleontologia, espeleologia, arqueologia, conforme previsto inicialmente, para ações de musealização e patrimonialização do território do 1º Aeroporto da Região Sudoeste de Mato Grosso, o qual se constitui como importante “referência cultural” (FONSECA, 2001) do povo mato-grossense sob guarda da universidade.

4.5 - Acervos científicos do MHAM

O MHAM foi constituído com o propósito de subsidiar pesquisas, conservar acervos e comunicar com a sociedade mato-grossense por meio dos acervos de arqueologia, espeleologia, paleontologia e etnografia oriundos da Província Serrana, do município de Cáceres, coletados entre 1998 e 2004.

Conforme apresentado, as pesquisas visavam estudar os impactos ambientais e sociais das obras para construção de um gasoduto entre a Bolívia e Cuiabá pela empresa GasOcidente Bolívia-Mato Grosso. Nesse contexto, o museu foi fundado com o propósito de preservar parte das coleções científicas, inclusive as derivadas dos projetos de pesquisa e extensão executados através do Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI), além de apoiar, guardar e pesquisar o acervo arqueológico ligado às obras da GasOcidente.

Neste tópico, parte do diagnóstico museológico, enfocou-se na gestão dos acervos científicos sob a guarda do MHAM, visando elaborar indicadores para a política universitária de museus e patrimônio cultural, bem como para o planejamento universitário. Vale ressaltar que o estado de conservação de cada coleção não foi abordado nesta análise. O enfoque justificou-se também pela falta de informações nas bases de dados e relatórios da

universidade, o que implica em ações decorrentes do planejamento da política de memória institucional e do desenvolvimento das áreas dos museus e coleções científicas visitáveis.

Ademais, apesar de constar na natureza do Museu e Centro de Pesquisa a abrangência em acervo paleontológico, durante a pesquisa não foram encontrados documentos ou itens que indicassem a sua existência entre os acervos sob responsabilidade do MAHM. Também não foram identificadas pesquisas sobre este tema ou sobre o seu acervo. Diferente do MUHISNAF, por exemplo, no MHAM não há projetos nessa área que possibilitou a construção de réplicas.

Desde 2016, a Unemat vem somando esforços para a implantação e a gestão do seu Programa de Coleções Científicas, conforme Resolução nº 045/2016. Com isso, as coleções científicas passariam a ter a sua estrutura organizacional composta nominalmente por diversas áreas temáticas e subáreas, contemplado as coleções: Botânicas; Zoológicas; de Microrganismos Fitopatogênicos; Banco de Tecidos e Geoplasmas; Paleontológicas; Antropológicas; Arqueológicas; Paleográficas; Históricas e Documentais; Geológicas; Artísticas; Iconográficas; Computacionais.

Embora esta resolução mencione as coleções nas áreas de arqueologia, paleontologia, história e artes, não há nenhuma menção àquelas que estavam sob a guarda dos museus da Universidade, nem foram definidas as atribuições dos seus diretores e coordenadores de área na gestão das coleções. Para abordar essa questão, a resolução criou a figura do Curador e do Comitê Gestor de Curadores de Coleções (UNEMAT, 2016a, art. 6º §1º e art. 7º).

4.5.1 – Acervo Arqueológico

A formação do acervo arqueológico do MHAM iniciou antes da sua criação, especialmente através das pesquisas desenvolvidas entre 1998 e 2003, com ações interdepartamentais coordenadas pelo Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI) e realizadas nas regiões alagadas de Cáceres em parceria com o IPHAN-MT (profa. e arqueóloga Dra. Maria Clara Migliácio), o laboratório de Antropologia Biológica – UERJ (Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira).¹²⁶

A partir dos estudos desenvolvidos neste período e com a criação do Museu, a Universidade passou a ser indicada como instituição de guarda dos materiais coletados em Mato Grosso, em especial dos sítios arqueológicos: Jatobá, Índio Grande, Indiavaí. E também

¹²⁶ Neste caso, apesar de não encontrar nos documentos analisados há relatos de que nesse período e projetos de pesquisas e escavações arqueológicas também contaram com a participação do professor Pedro Paulo de Abreu Funari, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

guardou materiais oriundos de pesquisas e resgates nos municípios de Unaí (MG) e Riacho Balsamo (PE) (IPHAN, 2014; MHAM, 2018).

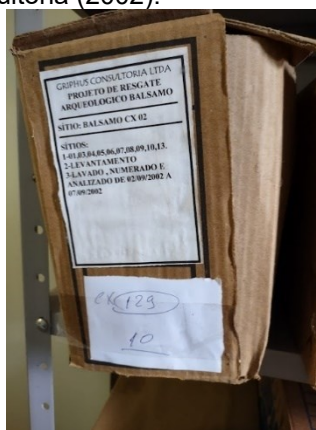
Em 2021, pode-se estimar que todo o acervo arqueológico do MHAM tinha cerca de 100 mil peças/fragmentos, considerando as 1.204 embalagens, cada uma reunindo de 01 a 434 peças/fragmentos, acondicionados em 148 caixas de arquivo (Figuras 98 a 103).¹²⁷

Figura 98: Caixas com fragmentos arqueológicos de diversos projetos de resgate entre 1999 e 2002.



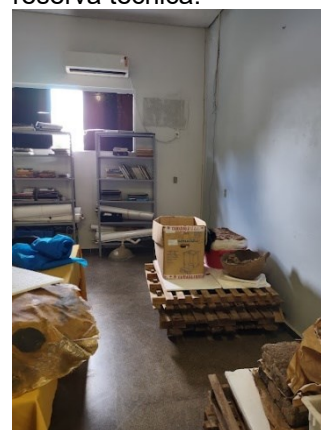
Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 99: Caixa 129, com fragmentos do Projeto de Resgate Arqueológico Balsamo, realizado pela Griphus Consultoria (2002).



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 100: Urnas com fragmentos do ossos acondicionadas na sala de reserva técnica.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 101: Crânio e cerâmicas acondicionados no arquivo deslizante.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 102: Cerâmicas acondicionadas no arquivo deslizante.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 103: Urnas com fragmentos do ossos acondicionadas na sala de reserva técnica.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Estas informações, reunidas a partir deste diagnóstico museológico, não constam nos relatórios, anuários estatísticos e planos plurianuais da Universidade referente aos anos de 2002 a 2020. Por outro lado, o MHAM, junto ao MPF e o IPHAN, tomou iniciativas com a finalidade de repatriar o acervo arqueológico que foi acondicionado para a instituição de guarda no Mato Grosso do Sul mediante as circunstâncias de desenvolvimento e resgate pelo trabalho de levantamento, prospecção e resgate no trecho mato-grossense de obras da empresa GASMT (GasOcidente do Mato Grosso Ltda.), nos anos de 1999 a 2002.

¹²⁷ Ofício. 02/2020 – MHAM/UNEMAT, de 01 de outubro de 2020. Relação de peças do acervo arqueológico, endereçado ao IPHAN-MT. Cáceres, UNEMAT, 2020.

O acervo arqueológico oriundo das escavações nas obras da GasOcidente encontra-se parte depositado no museu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e se constitui por fragmentos de vasilhas cerâmicas e peça inteiras, tendo: estatuetas antropomorfas, artefatos e fragmentos líticos lascados, pingentes, urnas funerárias. O resgate/salvamento deste acervo aconteceu nos sítios arqueológicos Jauru, Riacho São Sebastião 3 e 4 e Ribeirão da Piraputanga 1, áreas atingidas pela faixa de serviço do Gasoduto no município de Cáceres.

A responsabilidade pela guarda e curadoria deste acervo arqueológico foi atribuída ao prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins, ligado ao Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História, Campus de Aquidauana da UFMS. Todavia, o acervo arqueológico encontra-se abrigado em duas instituições, tendo mais de 16 mil peças sob guarda do Museu de Arqueologia da UFMS (MUARQ), dentro de aproximadamente 200 caixas-arquivo em polionda, acomodadas em estantes de aço em sala climatizada no acervo técnico instalado na cidade de Campo Grande (MS). Uma menor parte encontra-se abrigado no setor de arqueologia do Museu de História do Pantanal (MUPHAN), em Corumbá (MS).

A partir da Ação Civil Pública contra o IPHAN e a Unemat, desde 2010 o MPF atua junto para viabilizar a repatriação do acervo arqueológico ao MHAM, oriundo de diversos sítios arqueológicos (Tabela 36).

Tabela 36: Lista de Sítios Arqueológicos e quantidade de suas peças localizados em Mato Grosso do Sul

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS		QUANTIDADE DE PEÇAS ARQUEOLÓGICAS
SIGLA	DENOMINAÇÃO	
PP1	Ribeirão Piraputanga 1	1.216
AG1	Serra Santana 1	03
DC1	Córrego Água Doce 1	31
DC2	Córrego Água Doce 2	27
PP3	Serra da Chapadinha 1	17
SE1	Riacho São Sebastião 1	189
SE2	Riacho São Sebastião 2	02
CA1	Córrego Canal 1	06
FG1	Córrego Formigueiro 1	16
JU2	Rio Jauru 2	30
CÇ1	Baía do Caiçara 1	347
SE3	Riacho São Sebastião 3	9.549
SE4	Riacho São Sebastião 4	4.700
PP2	Córrego Piraputanga 2	133
SC2	Serra da Chapadinha 2	01
FL1	Ribeirão das Flechas 1	01
Total peças arqueológicas		16.268

Fonte: Relatório Fiscalização 0005-Arqueo, Div.Téc SE/IPHAN, 31/07/2015, p. 11; ARRUDA, 2022.

É interessante observar que tais informações acabam indo de encontro com os relatos concedidos ao “*Diário On Line*” pelo arqueólogo responsável Gilson Martins nos anos 2000, no qual informava o salvamento de “mais de 40 mil peças” a partir dos “21 sítios arqueológicos” datados de “800 e 2,3 mil anos do presente”, encontrados no caminho do gasoduto Bolívia-Mato Grosso. Destes, ressalta-se a importância do sítio arqueológico

encontrado na “Serra em Cáceres, próximo ao Córrego Água Doce” que tinha “cerâmicas de, no mínimo, 1450 anos” (MPF, 2020, p. 1736 e 1872).

A criação do MHAM encontra-se intrínseca a preservação dos acervos arqueológicos acima mencionados, que tem tornado a Unemat objeto de ações do MPF estabelecidas nos termos do TAC firmado em 2000, e aditivado em 2003. As ações do MPF e denúncias anônimas viabilizaram a estruturação do museu de forma mais efetiva porque passou a obrigar juridicamente a universidade e os seus gestores a implementar ações para que garantissem o efetivo funcionamento do MHAM enquanto um centro de pesquisa nas áreas prioritárias, que, por vezes, não são compreendidas a partir da noção e funções de museu universitário, que passa a ter dentre as suas funções a execução prioritária das atividades interligadas ao ensino, a pesquisa e a extensão.

Após a análise dos documentos e relatos nas reuniões do Grupo de Trabalho “Política de Museus” e no 1º Fórum de Museus da Unemat realizado em 2020, verificou-se que Unemat ainda não adequou plenamente a estrutura física e nem adotou medidas para suprir a ausência de recursos humanos necessários para autorizar e efetivar a transferência, o acondicionamento e a musealização do acervo arqueológico, conforme recomendado pelo IPHAN e a ser arcado pela empresa GASMAT (Relatório Fiscalização 0001-Arqueo, Div.Téc SE/IPHAN de 09/12/2014 - IPHAN, 2014, p. 46) e pelo Procedimento Comum Cível, de 12 de junho de 2018, impôs multa diária de 1.000,00 pelo descumprimento dos termos do TAC há quase 20 anos (MPF, 2020).

Adicionalmente, o MHAM está processo de readaptação interna e reforma arquitetônica para atender às demandas do parecer técnico do IPHAN, a fim de se tornar plenamente apto a endossar e guardar novos acervos arqueológicos, decorrentes de mitigações ambientais por grandes empreendimentos no estado de Mato Grosso.

4.5.2 – Acervo Etnográfico: coleções indígenas e de comunidades quilombolas

O acervo etnográfico indígena do MHAM é composto por mais de 1500 peças e tem origem na participação do Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI) na “Conferência Ameríndia de Educação”, ocorrida em 1997. O acervo inclui uma grande variedade de artefatos, como arte plumária, tecidos, cestaria, cerâmica, adornos corporais, remos, arcos e flechas, artes plumárias (cocar e corpo), cestarias, cerâmicas, chocalhos ritualísticos e sementes, provenientes de grupos indígenas do estado de Mato Grosso e outros estados do Brasil, assim como do exterior (Figuras 104 e 105).

Figura 104: Acervo etnográfico indígena acondicionado no arquivo deslizante da sala do NAI, com cocares, flechas, cestarias e redes inventariados.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 105: Acervo etnográfico indígena acondicionado no arquivo deslizante da sala do NAI, com cocares, cerâmicas, redes inventariados.



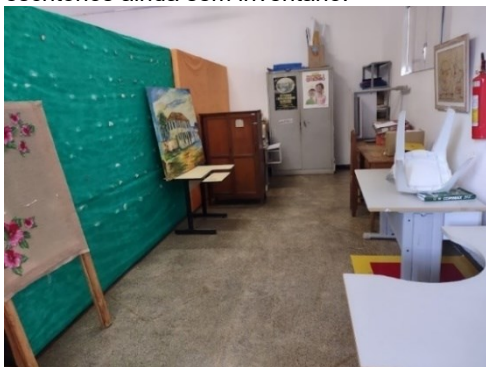
Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Artefatos esses que foram confeccionados por trinta grupos indígenas matogrossenses, dentre eles, Xavante, Paresi, Munduruku, Kaiabi, Kalapalo, Nambikwara; bem como por outros trinta grupos indígenas de outras regiões do país, tais como Guarani, Kaingang, *Wai Wai* e Terena (MHAM, 2018). Após enfrentar dificuldades para regularizar a institucionalização do NAI e encerramento de suas atividades na universidade, ocorreu a doação e integração do acervo ao MHAM, conforme previsto nos termos do TAC de 2000 e seu aditivo de 2003, sendo a doação aprovada pelo colegiado de História (MHAM, 2018).

Entre 2005 e 2021, o acervo etnográfico foi ampliado mediante a execução de projetos de pesquisa de professores ligados ao MHAM. Além disso, foram incorporados acervos fotográficos e documentais relacionados aos temas dos quilombos, contendo milhares de fotografias e documentos, porém, sem registros de vínculos com as ações e projetos institucionalizados no/pelo museu.

O acervo etnográfico quilombola é constituído por mais de 7.100 peças/itens, e está em processo de doação pelo professor doutor Antônio Eustáquio Moura. Esse acervo foi produzido entre os anos 2000 e 2014, ao longo da execução de projetos de extensão e pesquisa, inclusive da pesquisa da tese de doutorado do pesquisador. Os projetos abrangeram comunidades dos municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé, na mesorregião centro-sul de Mato Grosso (MHAM, 2018). Até dezembro de 2021, o acervo estava armazenado em uma parte da Sala de Exposições 04 do MHAM, contendo artes em tecido, fotografias, documentos de terras e regularização de quilombos em Mato Grosso (Figuras 106 e 107).

Figura 106: Acervo etnográfico quilombola acondicionado na sala de exposição 04, com caixas de documentos, fotografias e materiais de escritórios ainda sem inventário.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 107: Acervo etnográfico quilombola acondicionado na sala de exposição 04, com caixas de documentos, fotografias e materiais de escritórios ainda sem inventário.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

A ampliação dos acervos redefiniu as áreas de atuação do MHAM, pois, além do acervo etnográfico indígena, também foram incorporados os acervos quilombola e histórico, incluindo equipamentos agrícolas que refletem as práticas culturais de povos migrantes que ocuparam a região oeste do estado de Mato Grosso.

4.5.3 – Coleção de Espeleologia

A formação do acervo espeleológico do MHAM teve início com a consultoria da pesquisadora Alaíde Montecchi, do Departamento de Geografia da Unemat, durante a execução do Projeto GasOcidente Bolívia-Mato Grosso, nos anos de 1999 a 2001. O acervo foi constituído principalmente por fotografias, inicialmente em meio digital, contendo cerca de 5.000 exemplares que foram perdidos durante os processos de mudança e *backup* de computadores do MHAM entre 2005 e 2014.

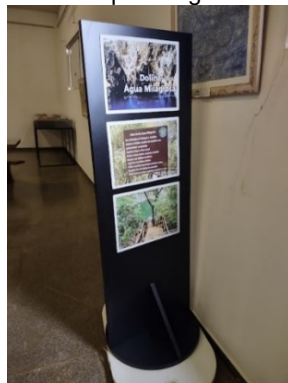
Até dezembro de 2021, o acervo espeleológico continha 15 fotografias impressas (Figuras 108 a 110), com tamanho entre 25x38, 30x30 e 30x45cm, expostas com outras peças da exposição permanente de artísticas plásticas na Sala de Exposição 04 (MHAM, 2018).

Figura 108: Acervo espeleológico exposto na sala de exposição 04



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 109: Foto da Dolina Água Milagrosa, parte do acervo espeleológico.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 110: Panorâmica da sala de exposição 4, com parte do acervo espeleológico em fotografia.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

A análise do acervo espeleológico permitiu o desenvolvimento de reflexões sobre a importância da segurança dos acervos digitais e suas informações, bem como de uma política de bancos de dados digitais tanto para o MHAM, quanto para os demais museus da Unemat.

A perda de mais de 5.000 fotografias, em formato digital, que constituíam um acervo científico único da Universidade e do país, relegou a invisibilidade, desconhecimento e esquecimento o mapeamento das cavernas da região sudoeste do estado de Mato Grosso.

Neste caso, fez-se necessário pensar na inclusão de um dispositivo normativo na política de museus e patrimônio cultural mediante a urgente necessidade de proteção dos acervos museológicos digitais, bem como a reflexão sobre a recomposição do acervo digital através da necessidade de se empreender uma pesquisa documental nos arquivos do IPHAN, do MPF e da Empresa GasOcidente para identificar, ao menos parte, do acervo perdido.

4.5.4 – Acervo de Artes

Embora as artes visuais não estivessem como área principal de abrangência do MHAM, a ampliação para essa área ocorreu devido aos projetos patrocinados pelos diretores. Em especial, em decorrência dos projetos que não estavam relacionados aos acervos arqueológico, paleontológico, espeleológico e etnográfico.

A coleção artística do MHAM é diversa e constituída por obras de diferentes naturezas, projetos e períodos. Inclui-se obras autênticas e exclusivas, produzidas tanto para compor os bens integrados ao acervo arquitetônico e paisagístico, quanto oriundas de projetos de exposições artísticas que foram realizadas entre os anos de 2005 a 2015.

No que diz respeito às obras de artes plásticas e visuais, destaca-se um conjunto de telas que foram adquiridas por meio de doações, projetos educativos e aquisições de artistas de diversas regiões de Mato Grosso. O acervo conta com 67 peças, incluindo esculturas em fibra de vidro, pinturas em fibra de vidro inspiradas na arte rupestre, fonte e escultura em cimento, que foram criadas durante o processo de construção do museu.

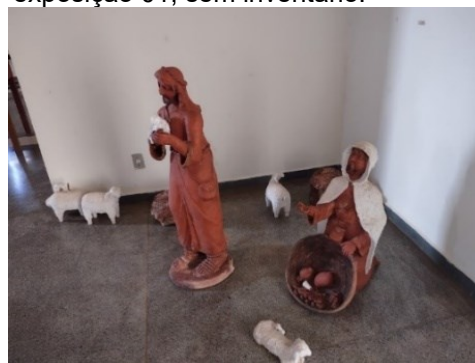
Além disso, o acervo também inclui obras de arte em telas a óleo produzidas a partir de 2009, bem como pinturas em isopor, um presépio em barro e uma escultura/quadro em barro, que não possuem informações técnicas de doação, período de criação, autores e local de origem (Figuras 111 a 114).

Figura 111: Bens móveis e integrados aludindo arte rupestre e esculturas em fibra de vidro no pátio interno e externo.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 112: Presépio em cerâmica que compõem o acervo artístico da sala de exposição 01, sem inventário.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 113: Pinturas em isopor que compõem o acervo artístico da sala de exposição 03, sem inventário.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 114: Pinturas em tela que compõem o acervo artístico da sala de exposição 04.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Parte do acervo artístico, com seus respectivos autores, encontram-se listados no documento “Plano Museológico”, em vigência desde 2018 e válido até 2027 (MHAM, 2018).

4.5.5 – Acervo Histórico

A constituição do acervo histórico do MHAM, além de sua documentação museológica e os demais acervos, é apresentado a partir de um conjunto de 19 revistas (de 1996 a 2005) e cerca de 30 peças de metal, como ferros de passar roupa antigos, moedores de café, torrador de café antigo, facão antigo, roda de ferro pequena, moedor de carne de ferro antigo e serra antiga. No entanto, durante a pesquisa, não foram encontrados os documentos de doação nem etiquetas que indicassem a origem deste acervo, nomes dos doadores e o período de doação (Figuras 115 e 116).

Figura 115: Acervo privado depositados na sala de exposição 02.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Figura 116: Acervo privado depositados na sala de exposição 02.



Autor: Arruda, R. F. (12/2021).

Em reuniões, observou-se o acondicionamento de peças particulares de ex-diretor do MHAM, dentre essas as etnográficas indígenas, artefatos cerâmicos religiosos e outros itens que ainda não tinham sido doados. Isso denota certa confusão e dificuldades de organização dos acervos público e privado no âmbito do museu.

Na tabela 37, logo abaixo, consta uma síntese dos acervos e coleções científicas sob a guarda do MHAM e da Universidade, identificados após levantamento documental e aplicação de questionários junto às equipes técnicas dos museus. Com isso, foram identificados cerca de 100.000 fragmentos do acervo arqueológico, 49 peças no acervo de História, incluindo bibliografias, documentos e utensílios domésticos, 15 peças fotográficas no acervo de espeleologia, aproximadamente 8600 peças no acervo etnográfico e 67 peças no acervo artístico. Além disso, há mais de 16 mil peças em vias de repatriação. Nesse sentido, ao considerar todas as coleções, o acervo do MHAM possuía cerca de 108.000 peças, formada da sua fundação até dezembro de 2021.

Tabela 37: Coleções do MHAM*. Aprox. 108.751 itens

Acervo	Quantidade de objetos ¹	Discriminação da coleção
1) Arqueologia	Acervo Físico: +-100 mil fragmentos R.T: 148 caixas de arquivo; 1.204 embalagens, cada uma com 01 a 434 fragmentos Exposição: 00 peças	Artefatos cerâmicos, Artefatos líticos, fragmentos cerâmicos, fragmentos orgânicos. Artefatos cerâmicos, líticos, malacológicos estruturas e anexos funerários. Materiais dos sítios arqueológicos: Jatobá, Índio Grande, Indiavaí, estes situados em Mato Grosso. Tem um acervo de Unaí (MG) e Pernambuco, recebidos através de endosso institucional.
	Acervo Digital: 00 peças	Peças não estão digitalizadas e inventariadas.
Local de Guarda: Reserva técnica (RT)		
2) História/ Memória/ Bibliográfica	Acervo Físico: 49 peças Materiais de ferro: 30 peças Exposição: 30 peças Bibliografias: 19 revistas	Um conjunto de ferros de passar roupa antigos; um conjunto de moedores de café; um torrador de café antigo; um facão antigo; roda de ferro pequena; um moedor de carne de ferro antigo; 01 serra antiga; Conjunto de Revistas datadas de 1996 a 2005.
	Acervo Digital: 00 peças	Peças não estão digitalizadas e inventariadas.
Local de Guarda: Salas de Exposição 01 e 02		
3) Paleontologia	Acervo Físico – 00 peças Material.: 00 peças Réplicas: 00 peças Exposição: 00 peças	Embora tenha o nome, no acervo não há registros Fósseis, com partes de dinossauros, megafauna.
	Acervo Digital: 00 peças	Peças não estão digitalizadas e inventariadas.
Local de Guarda: Reserva técnica		
4) Espeleologia	Acervo Físico – 15 peças Fotografias: 15 peças Exposição: 15 peças	Painéis fotográficos que resultam da realização de trabalho técnico-científico na Província Serrana de Cáceres à época do empreendimento do Gasoduto.
	Acervos Digitais: 5.000	Peças não estão inventariadas.
Local de Guarda: Sala de Exposição 04		
5) Artística	Acervo Físico - 67 peças Telas: 25 Pinturas em isopor: 07 Pintura em fibra de vidro: 08 Arte em barro na parede: 01 Quadro modelado em barro: 03 Esculturas em fibra de vidro: 07 Réplicas de casas em barro: 07 Esculturas em cimento: 04 Quadro com Mapa antigo: 01 Esculturas de Presépio: 05	Telas em óleo, pinturas em isopor, presépio em barro, escultura/quadro em barro, esculturas em fibra de vidro, pinturas em quadros de fibra de vidro, fonte e escultura em cimento, mapa antigo. As obras de artes plásticas foram doações de artistas cacerenses e de outras partes do estado.
	Acervo Digital: 20 peças 10 peças – exposição itinerante 10 peças – exposição permanente	Presente no site. Os demais não estão digitalizados e disponíveis online.
Local de Guarda: Salas de Exposição 01, 02, 04, Sala da Administração.		
6) Etnografia	Acervo Físico: 8.600 peças Fundo NAI: 1.500 peças Exposição: 40 peças Fundo Quilombola: 7.100 peças Exposição: 00 peças	Acervo do fundo NAI - Arte plumária, cestaria, cerâmica e adornos corporais provenientes de diversos grupos indígenas de Mato Grosso e de outros estados e regiões do Brasil, assim como do exterior. Artefatos confeccionados por artesãos de trinta grupos indígenas do estado mato-grossense, dentre eles, Xavante, Paresi, Munduruku, Kaiabi, Kalapalo, Nambikwara, como também provenientes de outros trinta grupos indígenas de outras regiões do país, tais como Guarani, Kaingang, Wai Wai e Terena. O referido acervo advém de doação feita pelos grupos indígenas quando de sua participação na "Conferência Ameríndia de Educação", ocorrida em 1997. Composto por remos, arcos e flechas, artes plumárias (cocar e corpo), cestarias, cerâmicas, chocalhos ritualísticos, sementes. No fundo Quilombola consta documentos, artes em tecido, fotografias que se encontra em fase de doação pelo professor aposentado Antônio Eustáquio Moura.
	Acervo Digital: --	Peças não estão digitalizadas e inventariadas.
Local de Guarda: Reserva técnica, Sala do NAI e Sala de Exposição 04.		

¹ Quantidade aproximada, considerando que o acervo se encontra em fase de organização. *Fonte: Arruda (2022b), com levantamento por formulário no mês de setembro de 2021, atualizado a partir de visita técnica em dezembro de 2021. Responsável pelo preenchimento: Téc. Manoel. Atualização em 2022, considerando o Plano Diretor do MHAM (2018) e os objetivos dessa tese.

4.6 – Instrumentos de inventário e gestão do acervo e coleções museológicas

A Unemat não possui um sistema informatizado geral e integrado para catalogação e inventário dos acervos dos seus museus, desta forma os dados a seguir apresentados foram extraídos de documentos institucionais do IPHAN e do MHAM, gerados para atender as demandas por informações relacionadas aos endossos institucionais, bem como decorrente do preenchimento de formulário aplicado com a finalidade de identificar o número de peças de cada um dos acervos e coleções, considerando as suas áreas de vínculo (ANEXO 06).

A pesquisa acerca dos sistemas de informação utilizado pelo MHAM encontra-se intrinsecamente ligado a necessidade de compreender o processo de documentação museológica de maneira mais ampla no âmbito da universidade, fato este que não se esgota no processo de lançamento das informações no banco de dados físico e digital do museu.

Do ponto de vista da conservação dos acervos a partir dos 10 agentes de risco, pode-se identificar a necessidade de um estudo técnico com o propósito de atualizar o parecer técnico do IPHAN de 2014, inclusive com a finalidade de propor e atualizar as prioridades a partir das proposições elencadas no “Plano Museológico” que tem validade de 2017 a 2027.

No que se refere ao quadro de profissionais e técnicos especialistas nas áreas dos acervos, conforme parecer técnico do IPHAN em 2015 e ação do MPF em 2018, identificou-se que a universidade ainda não possui e nem contratou, apesar da ação movida pelo MPF em 2018.

Acerca da capacitação do quadro de pessoal, não foi identificado uma previsão de realização de cursos para qualificação do quadro técnico com o propósito de desenvolver o inventário das coleções, sua digitalização, a elaboração de catálogos etc. Não consta nos documentos e relatos a existência de um sistema, a exemplo do DOCMUSA ou em planilha digital do Excel, para o inventário das coleções do MHAM. Parte do acervo etnográfico e arqueológico encontra-se inventariado num caderno de registro do Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI).

No que se refere a segurança contra roubos e furtos, observou-se a ausência de um sistema digital tal como os citados acima, dificultando assim o balanço e o combate esses tipos de risco tal como previsto no Plano Museológico – 2017-2027 (MHAM, 2018).

4.7 - Projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão do MHAM

Os projetos, núcleos e grupos de pesquisa devem ser os pilares das ações e organização do MHAM, tal como estabelecido pela política universitária de pesquisa, onde cria, define e normatiza o conceito, a estrutura organizacional e as funções dos Centros de Pesquisa (Resoluções 109/2003; 085/2007; 107/2015); bem como nos termos do TAC

assinado pela universidade, o MPF, a Prefeitura e outros parceiros (UNEMAT, 2003, 2007 e 2015; MPF, 2020).

Após a elaboração da proposta de “Plano Museológico”, bem como a reformulação e criação do Regimento Interno do MHAM em 2018, o mesmo passou a balizar suas ações através da extensão no seu regimento e adotou o conceito de Humanidades, ampliando o campo de atuação e as responsabilidades de fomentar e salvaguardar os seus acervos. Entre 2005 e 2021, foram executados vinte e dois (22) projetos a partir do contexto do museu, sendo seis (06) de pesquisa, treze (14) de extensão e dois (02) indefinidos (Tabela 38).

Tabela 38: Projetos, ano de execução, natureza, coordenadores e equipe.

N.	Ano	Projetos	Natureza	Vínculo	Prof.(a)/Pesquisador(a)
1-	2005 a 2006	Projeto Einstein: Popularização da Ciência	Extensão	Coordenação Participação	Vitérico Jabur Maluf Carlos Alfredo Arguello Celso Fanaia Teixeira.
2-	2004 a 2007	Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos da FAED/UNEMAT: concepções, resultados e novos desafios	Pesquisa	Coordenação Participação	Letícia Ema Cappi Lígia Cappi Manzini
3-	2005	Projeto de análise e pesquisa de material arqueológico (PAMA): acervo do NAI	Pesquisa	Coordenação Participação	Luciano Pereira bolsistas
4-	2005 a 2007	Projeto de Mobilização das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas para Gestão da Bacia do Rio das Mortes	Pesquisa	Coordenação	Alexandre Régio da Silva
5-	2006 a 2008	Gestão da Escola como Prática Simbólico-Educativa: Participação e Grupalidade	Pesquisa	Coordenação Participação	Emília Darci S. Cuiabano Maria C. S. Teixeira USP Maria do Rosário S. Porto
6-	2006 a 2008	Desvendando os Quilombos: Apoio à visibilização, organização e empoderamento das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Poconé	Extensão	Coordenação	Antônio Eustáquio de Moura
7-	2011 a 2012	Nós e os outros: Diversidade Étnica e Cultural, Visibilização e Empoderamento de Comunidades Negras Rurais dos municípios de Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Barra do Bugres	Extensão	Coordenação	Antônio Eustáquio de Moura
8-	2011 a 2012	Educação Patrimonial, Gestão Participativa e Sustentabilidade no Município de Cáceres	Extensão	Coordenação Participação	Luciano Pereira da Silva Sandra Mara A. da Silva Neves Antônio A. U. do L. Albuquerque Renato Fonseca Arruda
9-	2006 a 2016	A Etnografia do Alto Pantanal: um estudo do comportamento comunicativo humano em Cáceres	Extensão	Coordenação Participação	Wellington Pedroza Quintino Mariza Pereira da Silva Mirami Gonçalves Sá dos Reis Taisir Mahamud Karim
10-	2008 a 2016	Laboratório de Neurotoxicologia e Genética	Pesquisa	Coordenação Participação	Áurea Regina Alves Ignácio Luciana Melhoranção Vilma Barreto Vila Leandro Nogueira Pressinotti
11-	2013 a 2014	A cultura material Bororo e o ensino de História	--	Coordenação Participação	Marli Auxiliadora de Almeida discentes do curso de História
12-	2016 a 2017	Estudos de História Indígena e produção de material didático do Programa de Iniciação à Docência PIBID no acervo etnográfico do NAI	--	Coordenação Participação	Marli Auxiliadora de Almeida professores supervisores e bolsistas PIBID
13-	2016	Exposição e Ciclos de Palestras sobre Cultura e Arte Índia: homens e mulheres no Bororo Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia - UNEMAT	Extensão	Coordenação	Marli Auxiliadora de Almeida
14-	2017	Pesquisa científica: Replicação de crânio indígena em 3D, realizado parcialmente.	Pesquisa	Coordenação	Luciano Pereira da Silva
15-	2017 a 2018	Exposição Fotográfica Quilombos de Poconé	Extensão	Coordenação	Antônio Eustáquio de Moura

2019 16- a 2019	13ª edição da Primavera dos Museus - "Museu por dentro por dentro dos Museus"	Extensão	Coordenação	Acir Fonseca Montecchi
2020 17- a 2021	1ª edição da Semana de Museus da Unemat	Extensão	Coordenação Participação	Adriana Baccin Todos os diretores dos Museus da Unemat e convidados externos.
2020 18- a 2021	1º Fórum de Museus da Unemat	Extensão	Coordenação Participação	Adriana Baccin. Todos os diretores dos Museus da Unemat e convidados externos.
2021 19- a 2021	19ª Semana Nacional de Museus: O futuro dos museus: recuperar e reimaginar	Extensão	Coordenação	Acir Fonseca Montecchi
2021 20- a 2021	15ª Primavera dos Museus – Perdas e recomeços	Extensão	Coordenação	Acir Fonseca Montecchi
2021 21- a 2021	Mostra Cidade e Patrimônio: entre memórias e histórias SEMCTUR	Extensão	Coordenação	Rachel Tegon de Pinho
2021 22- a 2021	Oficina de Desenho à mão livre, com o arquiteto e artista plástico Carlos Pina, Centro Histórico de Cáceres.	Extensão	Coordenação	Acir Fonseca Montecchi

Fonte: MHAM (2018); Adaptado, revisado e ampliado de Arruda (2022b).

De todos os coordenadores dos projetos, apenas dois tem produção científica em pelo menos uma das áreas principais de abrangência do museu, sendo os professores: Marli Auxiliadora de Almeida e Luciano Pereira da Silva, cujos trabalhos, projetos e experiências abarcam as áreas de etnografia e arqueologia, respectivamente.

Os professores Acir Montecchi e Rachel Tegon apresentavam experiências em conselhos de cultura e patrimônio, bem como em projetos de ensino de educação patrimonial, porém, nenhuma produção de pesquisa no âmbito do patrimônio cultural, seja o edificado, seja acerca de outras referências da cidade, incluindo os ligados ao patrimônio museológico e museus universitários.

A professora Adriana Baccin executou projetos vinculados administrativamente a Assessoria de Cultura do Campus Universitário Jane Vanini e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade, porém sem nenhuma produção acadêmica nas áreas do patrimônio cultural e dos museus.

Os demais professores que coordenaram e participaram dos projetos citados, apesar de alguns atuarem como diretores do MAHM, não há nenhuma produção acadêmica oriundas de pesquisas que foram balizadas teórica e metodologicamente pelas abordagens da museologia e do patrimônio cultural.

O primeiro projeto citado, por exemplo, tem mais relação com o Museu de Ciências criado através da Resolução n. 37/2004, em 16 de dezembro de 2004, que possui relação direta com o departamento do curso de Matemática e a Faculdade de Ciências Exatas do Campus Universitário de Cáceres.

Em 2014, o MPF solicitou esclarecimentos devido a uma denúncia de desvio de função e objetivos do MHAM, especialmente sobre os usos das dependências e espaços do museu que deveriam ser destinados para promover a conservação, restauração, pesquisa e

comunicação dos acervos relacionados as áreas de paleontologia, espeleologia, arqueologia e etnográfica (MPF, 2020). A partir desse episódio, o Universidade foi obrigado a deixar de ceder o espaço físico do laboratório a projetos vinculados ao CELBE – Centro de Pesquisa de Limnologia, Biodiversidade, Etnobiologia do Pantanal, enfatizado também nos documentos e relatórios oriundos de visitas técnicas do IPHAN.

Dentre os projetos de pesquisa acima, apenas um esteve ligado aos acervos de paleontologia, arqueologia, espeleologia. Outros projetos, sendo a concentração em extensão, estiveram ligados à área de etnografia. Nenhum deles abordaram a temática das artes plásticas e visuais, bem como a área de História. Contudo, realização de exposições e ações educativas ligadas as artes plásticas, contemplando as temáticas indígena e quilombola, ampliaram a partir de 2009. Dentre esses, poucos projetos tiveram catálogos, com divulgações online etc.

Por outro lado, apesar de constar no documento “Plano Museológico 2017-2027” (MHAM, 2018), as informações apresentadas demonstraram-se frágeis, pois poucos projetos promoveram a integração de grupos de pesquisa, com equipe técnica e temas articulados aos acervos e áreas de abrangência do museu.

Outro ponto importante ressaltado no Regimento Interno do MHAM foi atuação de forma indissociável do ensino, pesquisa e extensão, favorecida pela Política de Extensão Universitária da Unemat, criada em 2020, que tornou obrigatória a extensão para fins de creditação nos cursos de graduação. Contudo, a ausência de projetos, grupos e núcleos de pesquisa consolidados, com pesquisadores e rede de colaboradores vinculados ao museu e centro de pesquisa e extensão, constituem-se em fatores que tem fragilizado a implantação efetiva da estrutura organizacional do MHAM, bem como o desenvolvimento de pesquisas a partir dos acervos, visando desenvolver conservação, restauração, expografias, comunicação museológica, paleontologia, espeleologia, arqueologia, educação patrimonial e educação museal.

4.8 – Atividades: exposições, educação e a comunidade externa

O MHAM tem se organizado para atender a comunidade acadêmica e externa a partir da extensão universitária, com oferta de cursos, eventos, minicursos e exposições (Tabela 39).

Tabela 39: Exposições, cursos, minicursos, oficinas e eventos entre 2015 e 2021.

N.	Projetos, exposições, cursos	Ano
01-	Exposição “Patrimônio Histórico de Cáceres em Arte Cerâmica” – Ceramista Ita.	2005
02-	Exposição “Esse Homo” – Ceramista Ita.	2005
03-	Exposição: Artesanato Indígena	2006
04-	Exposição “Apocalipse Brasil” – Ceramista Ita.	2007
05-	Exposição: Um Olhar por Mato Grosso - Autor: Amaro Dias	2008
06-	Exposição “O doméstico e o ritual no universo Xarayes: uma viagem arqueológica ao Pantanal da pré-história tardia” – Curadora Maria Clara Migliácio	2009
07-	Mostra Foto Arte Ambiental da Estação Ecológica de Taiamã, de autoria do analista ambiental Daniel Luis Z. Kantek	2009
08-	Exposição “Flor da Terra” – Ceramista Ita.	2012
09-	Exposição “Coletiva de Pinturas” – 12 artistas de Cáceres e Região	2013
10-	Exposição – Cidade de Patrimônio: Entre Memórias e Histórias	2013/ 2014
11-	Exposição e Ciclo de Palestras - Cultura e Arte Índia: “Homens e Mulheres no Bororo”	2016
12-	I Congresso Internacional de Medicina (CINMED)	2016
13-	Exposição Artística: Mundo Animal – Uma provocação. Artista Gervane de Paula, curadoria de Carolina Marcorio.	2016
14-	ENCAESES (Encontro Cacerense de Economia Solidária)	2016
15-	I Fórum de Integração Ensino - Serviço - Comunidade e do I Seminário de Metodologias Ativas para o Ensino na Saúde.	2016
16-	Exposição: Mundo Animal - Autor: Jervane de Paula.	2017
17-	Exposição Fotográfica Quilombos de Poconé (MT). Autor: Professor Antônio Eustáquio de Moura	2017
18-	Visita guiada Exposição Fotográfica – Quilombos de Mato Grosso	2018
19-	18ª Semana Nacional dos Museus	2019
20-	Curso de Arqueologia Histórica, executado na Fundação Cultural de Cáceres	2019
21-	Minicurso: Introdução à Arqueologia, executado na Fundação Cultural de Cáceres	2019
22-	13ª Primavera dos Museu	2019
23-	1ª edição da Semana de Museus da Unemat	2020
24-	1º Fórum de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat	2021
25-	15ª Primavera dos Museus.	2021

Fonte: Arruda (2022b), adaptado, revisado e ampliado.

Dentre as exposições, cursos, minicurso acima observou-se que 20 das 25 delas não constam nos relatórios anuais. Nessa pesquisa, não constam informações relacionadas ao público visitado, custeio e manutenção, projetos culturais executados no Museu entre os anos de 2005 a 2021. Isso demonstra a necessidade de um estudo pormenorizado para compreender as ações, quadro de visitantes, perfis dos públicos, bem como as fragilidades institucionais. Além disso, dentre as exposições realizadas, apenas uma (01) tinha relação direta com o acervo arqueológico do museu e o município de Cáceres. As demais exposições e mostras tiveram ora o enfoque no aspecto artístico, ora na mediação entre as referências culturais e naturais da região e as artes plásticas.

No que se refere as informações de público e atendimento a pessoas com deficiência, exceto a 1ª Semana de Museus da Unemat e o 1º Fórum de Museus e Patrimônio Cultural de 2021, as demais informações não apareceram nos anuários estatísticos e relatórios anuais

da Universidade, demonstrando outras fragilidades na comunicação interna da universidade com as gestões dos museus. Neste caso, inexistiu uma padronização de questionário com questões abrangendo as diversas áreas dos museus de forma a permitir uma análise das atividades de curadoria, pesquisa e exposição, exposições temporárias, itinerantes e de longa duração.

O registro de atendimento ao público é realizado de forma manual no Livro Ata, que ficava na entrada e saída do MHAM. Todavia, o atendimento a comunidade externa de forma pormenorizada não apareceu nos relatórios anuais da universidade, constando apenas nas tramitações internas, onde relatórios indicavam o montante de: visitantes portadores de alguma deficiência; visitas técnicas e estágios de observação atendidos pelos serviços de acervo; visitantes em geral e de escolas visitantes, apresentando um aumento relevante entre os anos (Tabela 40).

Tabela 40: Atendimento a comunidade externa do MHAM.

Atividades	2016	2017	2018	2019	2020
Visitas espontâneas	--	--	--	--	--
Visitas monitoradas	--	--	--	--	--
Nº de visitantes com alguma deficiência e visitantes de programas especiais	--	--	--	--	--
Nº de visitas técnicas e estágios de observação atendidos p/ serviços de acervo	--	--	--	--	--
Nº de visitantes (alunos das escolas de ensino fundamental e médio)	--	--	662	--	--
Nº de visitantes (comunidade em geral)	911	700	--	1.100	--
Nº de escolas visitantes	--	--	12	--	--
Nº de participantes nas Atividades <i>online</i>	--	--	--	--	1900

Fonte: CPMAEPEC (2016; 2017); MHAM (2018; 2019); UNEMAT (2020); Facebook MHAM (2020).

Com início da pandemia do Covid-19, em dezembro de 2019 até março de 2022, as ações do MHAM foram impactadas diretamente na sua abertura para as comunidades acadêmica e externa, quanto na conservação dos acervos e execução de projetos de pesquisa e extensão. Nesse período, não foram identificadas abertura para o público em respeito as normas de afastamento social. Entretanto, em 2020, durante a 1ª Semana dos Museus da Unemat e na 15ª Primavera dos Museus foram apresentadas parte dos acervos e projetos do museu. As exposições físicas consideradas de longa duração encontravam-se desmontadas.

Conforme identificado, as exposições parcialmente instaladas estavam centradas nos objetos, algumas com legendas pequenas e atribuídas a partir do olhar dos técnicos e bolsistas, sem garantir a acessibilidade comunicacional com públicos com deficiência física visual, por exemplo. Além disso, num dos eventos foram apresentadas as ações contendo uma intérprete de libras para garantir minimamente a acessibilidade comunicacional. Especialmente para as ações virtuais, o alcance da comunidade interna e externa aconteceu a partir de um conjunto de instrumentos de comunicação utilizados neste processo.

4.9 – Comunicação: entendimento, meios e instrumentos usados pelo MHAM

O MHAM também foi compreendido como linguagem e comunicação, seja através de suas coleções, seja por meio de sua arquitetura e organização (HERNÁNDEZ, 1998). Com isso, um conjunto de elementos que se conformam enquanto um sistema de comunicação museal.

Atualmente diferentes plataformas e redes sociais possuem potenciais imensuráveis enquanto espaços de interação e relações sociais com perfis individuais e corporativos, como a Facebook, Instagram, Tik Tok¹²⁸, a Youtube¹²⁹ e a Twitter.¹³⁰ Neste sentido, reconhecendo a relevância destes que se buscou analisar como o MHAM tem se apropriado destes recursos na produção de conteúdo digital, seja com a finalidade de democratizar o acesso e popularizar a ciência, seja para oportunizar o contato e o fornecimento de seus serviços aos diferentes públicos.

Além das coleções apresentadas acima também foram identificados e analisados a identidade visual, os instrumentos, os canais de comunicação e as redes sociais, também integrando a estrutura de comunicação a arquitetura do museu, conforme estrutura da matriz organizada para observar os instrumentos, seus pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças.

De contato oficial direto e a distância com a equipe do museu, consta divulgados um E-mail (museu@unemat.br) e o telefone (65 - 3224-1438). Visando ir além da análise dos aspectos arquitetônicos e visuais, também buscou analisar a sua estrutura de comunicação programática. Assim, identificou-se que o museu possui: i) duas logomarcas (02) que conformam a sua identidade visual nos meios digitais por meio do site oficial <<http://www2.unemat.br/museu/>> e das redes sociais, sendo que uma foi criada após a mudança de denominação do museu em 2018. Identificou-se também que se um (01) canal no *Youtube* <youtube.com/channel/UcKAt68_gwx_CphAluFwgeOg>; uma (01) *Fanpage* <<https://www.facebook.com/mhamunemat/>> e uma (01) comunidade <<https://www.facebook.com/groups/371331433909264/>> no *Facebook*; uma (01) conta no *Instagram* <https://instagram.com/mhamunemat_> (Figuras 117 a 123).

¹²⁸ A TikTok é uma plataforma líder para criar e compartilhar vídeos curtos (a «Plataforma»). In: Tik Tok. Termos de Serviços, março de 2022. Disponível em: https://www.tiktok.com/legal/terms-of-service?lang=pt_BR

¹²⁹ Plataforma de audiovisual voltada para o compartilhamento de informações. De acordo com a empresa, a sua “missão é dar voz a todos e mostrar a eles o mundo. Acreditamos que todos merecem ter voz e que o mundo é um lugar melhor quando ouvimos, compartilhamos e construímos comunidade por meio de nossas histórias”. In: Youtube. Sobre a Empresa, março de 2022. Disponível em: <https://about.youtube/>

¹³⁰ É uma rede social com característica de microblog pessoal. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/twitter>

Figura 117: Logo do Museu no Site e Panfletos



Fonte: Site oficial da Unemat

Figura 118: Logo do Museu nas Redes



Fonte: Canal oficial do MHAM

Figura 119: Fanpage do MHAM



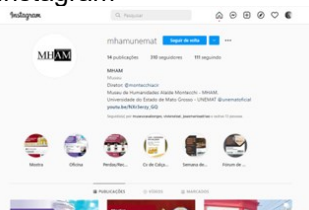
Fonte: Canal oficial do MHAM

Figura 120: Site institucional do Museu.



Fonte: Site oficial da Unemat

Figura 121: Canal no Instagram



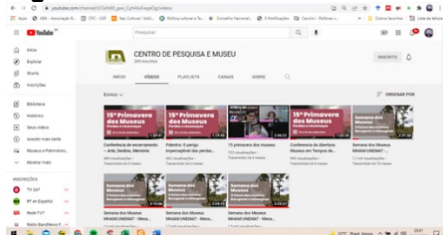
Fonte: Canal oficial do MHAM

Figura 122: Comunidade Facebook.



Fonte: Canal oficial do MHAM

Figura 123: Canal no Youtube.



Canal oficial do MHAM

Conforme observou-se, o site oficial está desatualizado, mas ainda foi possível identificar exposições virtuais e descrição de parte do acervo; a *fanpage* e a comunidade no *Facebook*, encontram-se em uso. Os canais no *Instagram* e no *Facebook* foram criados ao longo dos anos de 2020 e 2021, respectivamente (Tabela 41).

Tabela 41: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MHAM.

Rede	Criação	Publicações	Última Atualização	Inscritos	Seguindo
Instagram	14/10/2020	14	14/05/2022	346	110
Fanpage Facebook	15/10/2020	18	14/05/2022	937	-
Comunidade Facebook	02/03/2018	02	09/11/2021	57	-
Youtube	21/10/2020	09	07/05/2022	427	--
Site	09/2007	diversas	01/2008	--	--

Fonte: Organizado pelo autor (17/05/2022)

Apesar da existência das plataformas e redes sociais digitais no Facebook e Instagram, que se constituem enquanto poderosos recursos tecnológicos, o MHAM não possui contas no *Tik Tok* e *Twitter*.

O Site estava vinculado a estrutura de comunicação oficial da Universidade, porém não aparece na estrutura de comunicação oficial do *Campus* Universitário “Jane Vanini”, de Cáceres. Além disso, mediante a reestruturação da comunicação no site, a página poderá ser retirada da internet.

O ano de 2020, especialmente durante os trabalhos do “GT Política de Museus”, aconteceram nove (04) publicações no Instagram, com enfoque principal na divulgação da identidade visual e apresentação das atividades que estavam sendo realizadas *online*. Em 2021, a comunicação aconteceu com postagens relacionadas aos eventos e oficinas ofertadas, abordando temas de cidade e patrimônio cultural. Dentro de um dos eventos aconteceu um trabalho com enfoque na arqueologia, única ação de relação direta com os acervos.

Na *fanpage* do Facebook, criada em 2020, as publicações concentraram na divulgação das ações que receberam alunos das escolas do município, bem como na divulgação de eventos e oficinas.

Nas plataformas analisadas pode-se constatar que nenhuma das informações contemplaram os requisitos de descrição de imagens e conteúdo de modo a viabilizar a acessibilidade digital.

O museu não dispõe de uma assessoria de comunicação, técnicos de tecnologia da informação e recursos como acesso ao datacenter e provedor da universidade à disposição para desenvolver os trabalhos relacionados a comunicação científica e interações virtuais com o público interessado nos serviços prestados. Parte dos trabalhos ligados a comunicação ocorre a partir das plataformas digitais, como alimentação do *Site* e das redes sociais (Instagram, Facebook) vem sendo desenvolvidos pelos bolsistas de graduação, coordenador e membros do MHAM.¹³¹

As redes sociais e plataformas do museu identificadas e analisadas neste diagnóstico museológico compõem o conjunto de informações que permitem compreender que as conexões e interações a partir das suas coleções e atividades síncronas e assíncronas entre o museu e as comunidades interna e externa, aos quais além de promover a difusão da cultura científica também auxiliam na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural a partir da transformação das estruturas de comunicação e práticas culturais de diferentes grupos sociais.

¹³¹ Montecchi, Acir Fonseca. **Relato oral em Reunião de Grupo de Trabalho**, fev. 2021. apud Arruda, 2022.

Na visita *in loco* identificou-se que foram produzidos alguns materiais de divulgação de ações desenvolvidas no MHAM, como catálogo de exposição produzido em 2012 e panfletos, que estão desatualizados e pouco abordam as diferentes coleções científicas (Figuras 124, 125 e 126).

Figura 124: Catálogo da Exposição Flor da Terra

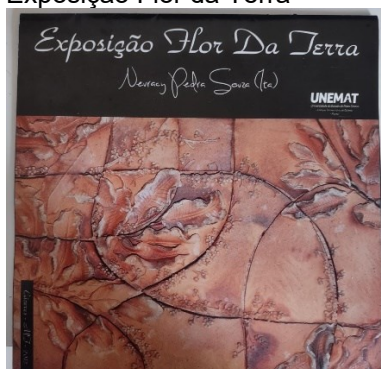


Figura 125: Catálogo da Exposição Flor da Terra

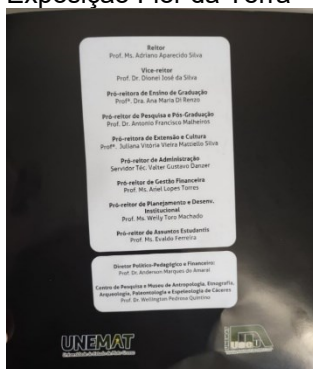


Figura 126: Panfleto do MHAM



Fonte: MHAM (12/2021).

Fonte: MHAM (12/2021).

Dentre esses, inclusive os materiais instrucionais, as notícias apresentadas no *site* e nas redes sociais, não contemplavam os diferentes públicos com deficiência física, psíquica e cognitiva. Além disso, identificou pouca variedade de material instrucional (havendo apenas um catálogo e um panfleto) para suprir a comunicação museal no contexto do museu.

Ainda mediante aos desafios enfrentados e esforços empreendidos, destaca-se a preocupação com a comunicação por parte da equipe gestora do MHAM, especialmente para que viabilize a divulgação das ações de extensão. Isso tem relação tanto com o tamanho da equipe técnica, composta por basicamente dois quadros efetivos e permanentes, quanto com a disponibilidade de poucos recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisa, a produção de conteúdo e a organização de maior diversidade de material, como catálogos físicos e digitais, livros etc.

4.10 – Investimentos no MHAM

Os investimentos no Museu aconteceram através de diferentes fontes de incentivo. Dentre elas estão a Universidade, Endosso de Projetos de Arqueologia, Emendas Parlamentares e Projetos financiados através de Agências de Fomento à Pesquisa.

Entretanto, nesse diagnóstico os documentos com dados sobre o investido anualmente na manutenção, custeio de pessoal, regularização arquitetônica, sistemas de segurança e combate a incêndio, furtos e roubos através das diferentes fontes não foram identificados. Este caso se repete basicamente em todos os museus universitários da Unemat, inclusive os de gestão compartilhada.

Para compreender as forças e fragilidades do MHAM, identificou-se que os investimentos têm acontecido basicamente com custeio com pessoal, bolsas de graduação voltadas para ensino, pesquisa ou extensão, manutenção predial, limpeza e segurança¹³². Nesse sentido, uma lista dos serviços e ações encontravam-se com informações defasadas e sem constar nos relatórios, como: quadro de servidores especializados; contratação de pessoal; manutenção predial; manutenção e conservação dos acervos; desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão; combate a incêndio; comunicação museal e montagem de exposições; comunicação e divulgação científica.

Os indicadores acima configuram-se como parte essencial das demandas por aporte de recursos financeiros, especialmente para suprir as necessidades técnicas e administrativa a fim de viabilizar a missão e execução dos objetivos traçados no Regimento Interno, bem como as demandas apontadas na proposta de Plano Museológico, aprovada pelo Conselho Regional do Campus de Cáceres, bem como na implementação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, aprovada em maio de 2022. Tais indicadores revelam-se essenciais para, minimamente, atender parte das necessidades e ações dessa unidade museológica, que vão ao encontro das atividades da missão universitária e diretrizes ligadas a pesquisa, ao ensino e a extensão.

No que tange ao ensino e pós-graduação, pode-se identificar que o MHAM não possuía aporte financeiro e nem recursos humanos para o desenvolvimento de ações, bem como oferta de disciplinas ou práticas laboratoriais vinculadas a cursos de graduação ou programas de pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu*.

Acerca das exposições, que se encontravam todas desmontadas, observou-se que as ações foram majoritariamente desenvolvidas através da equipe gestora e seus bolsistas, em parceria com projetos de extensão.

Apesar de ter uma ação cível pública que cobra da Universidade a contratação de recursos humanos, conforme definido nos termos do TAC, bem como pressão dos servidores e associação de docentes da Unemat, devido a fatores políticos e orçamentários, não há previsão para a contratação de profissionais e materiais de consumo para subsidiar a elaboração e montagem de exposições permanentes, temporárias e itinerantes.

No tocante a gestão administrativa, observou-se que não havia no Planejamento Estratégico da Unemat (2019) indicativo de investimento nos museus universitários e na preservação do patrimônio cultural, culminando na falta de previsibilidade para investimento

¹³² Atualmente a Universidade contrata serviços de limpeza através do tamanho em m² da área, das características e natureza dos espaços. Neste sentido, constatou-se que o Museu possui uma área construída de 1.195,03 m², num terreno com 2.000 m², constando uma área externa de 804,97 m². Nessa soma, a Universidade demanda em serviços de limpeza, conservação e asseio para esse espaço a contratação de 02 profissionais bem como com seguranças com vigilância desarmada com trabalho de 12 / 36 horas (MATO GROSSO, IN SAD SAD/SEFAZ/SEPLAN nº 002, de 29 de novembro de 2006).

em recursos humanos especializados para garantir a manutenção, a conservação, a pesquisa dos acervos, bem como para subsidiar a gestão da preservação dos acervos através da catalogação, inventário e disponibilização digital para consulta e pesquisas.

No planejamento estratégico do MHAM, há uma proposta de plano museológico elaborado por uma comissão de técnicos da Universidade, porém observou-se que o mesmo não contou com a assinatura e participação de um museólogo, que possui exercício profissional regulamentado desde 1985. Em vista disso, também se observou a ausência do aporte de recursos financeiros para viabilizar a resolução dos problemas e metas apontados no “Plano Museológico do MHAM” (2018), a exemplo a necessidade da contratação de profissionais especialistas voltados para subsidiar a elaboração, atualização e implementação do: Plano Museológico; Programa de Aquisição e Descarte de Acervos Físicos e Digitais; Programa Educativo; Programa de Desenvolvimento de Projetos; Programa de Comunicação; Programa de Pesquisa e Extensão a partir dos acervos científicos. Da mesma forma, suporte técnico e financeiro para a efetivação da implementação de programas de extensão, ensino e cultura e a adesão/criação de núcleos e grupos de pesquisa para efetivar o funcionamento do Centro de Pesquisa / Museu.

Conforme consta no Plano Museológico (2017) e no relatório da consultoria *Arqueológica*, em seus relatórios e laudos técnicos (2015), a falta de investimento para a contratação de técnicos especializados tem impactado negativamente na implementação da missão e dos objetivos no que se refere a segurança, climatização, combate a incêndio, pesquisa e conservação, bem como para fazer cumprir um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e Aditivo, firmados entre o Ministério Público Federal, a GasOcidente Bolívia Mato Grosso e a Universidade quando no ato de criação do museu e nos processos seguintes.

4.11 - Gestão e planejamento do MHAM

Assim como um monumento, o MHAM tem como característica principal ter sido pensado e criado como um museu universitário, com o objetivo principal de ser um centro de pesquisa atuante como instituição de guarda e endosso institucional, bem como local de pesquisa e conservação nas áreas de arqueologia, paleontologia e espeleologia. Dentre os principais objetivos encontravam-se a preservação e pesquisa técnica do patrimônio cultural da região sudoeste e da província serrana de Mato Grosso, com o propósito de comunicar e difundir o conhecimento científico a partir da democratização do acesso aos dados, acervos e informações obtidas para a comunidade, notadamente como instrumento de apoio didático pedagógico para as escolas da região.

O MHAM passou a atuar na guarda de acervos arqueológicos desde o seu processo de criação, que aconteceu em 2005, inclusive quando abrigou os acervos oriundos dos

projetos de pesquisa do NAI. No entanto, o mesmo vem se estruturando para atender as normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN), que regulamenta e credencia as instituições de guarda de acervos arqueológicos em nível nacional.

No caso do MHAM, observou-se a ausência de uma entidade de personalidade jurídica sem fins lucrativos, como a Sociedade de Amigos do Museu, fato esse que tem inviabilizado que a equipe técnica consiga captar recursos financeiros externos oriundos de agências de fomento à pesquisa e a editais de fundos nacional, estadual e municipal de cultura.

Neste diagnóstico museológico do MHAM, desenvolvido simultaneamente aos processos de organização e consolidação da política universitária de museus e patrimônio cultural, também se produziu uma análise com a finalidade de compreender os seus pontos positivos e negativos, considerando as forças e fraquezas. Para tanto, metodologicamente, as análises e organização das variáveis também estiveram pautadas nas matrizes SWOT/FOFA, PESTEL e GUT, aos quais foram organizadas a partir de um conjunto de variáveis que refletiam parte da situação da organização do museu, conforme apontado no MUHISNAF.

Os investimentos em recursos financeiros foram considerados apenas parcialmente, em especial a partir de custos de serviços e custeio com recursos humanos. Foram analisados principalmente os instrumentos de gestão e governança, recursos humanos, organização e lotacionograma, planejamento e parte dos instrumentos de financiamento, integrados a projetos e programas, aos quais são apresentadas a seguir a partir das tabelas, percentuais e quadros.

No que se refere ao índice de favorabilidade calculado através dos resultados da análise das variáveis da matriz SWOT, pautada na Matriz de análise GUT, identificou-se que está em -36%, demonstrando um cenário desfavorável. Neste caso, as análises indicam a necessidade de investir mais tempo em análise para encontrar melhores estratégias para solucionar os problemas internos, inclusive pela construção de planos de ações direcionados a mitigar as principais ameaças e para diminuir o peso negativo de algumas fraquezas (Ávila, 2014).

As fraquezas internas do MAHM estão maiores que as forças, fazendo-se necessário investir energia na nas estratégias, programas e metas de ação para reduzir as fraquezas, bem como na mediação política a fim de fortalecer a rede de museus para a consolidação de um movimento político forte na defesa do patrimônio cultural museológico da Unemat. No caso dos fatores internos e externos (forças e fraquezas; oportunidades e ameaças, respectivamente) foram identificados inicialmente quatro, correspondendo aos tópicos mais relevantes de cada um deles (Tabela 42).

Tabela 42: Valores dos fatores internos e externos (MHAM)

Fatores		%	Valor	Tópico mais relevante e análises
Internos	Forças	17%	1105	<p>Tópico mais relevante: Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças</p> <p>Análise: As forças estão mais baixas que as fraquezas. Importante elaborar o plano museológico, com plano estratégico anual de ação contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos.</p>
	Fraquezas	39%	2454	<p>Tópico mais relevante: Quadro de profissionais com número insuficiente para atender as ações de pesquisa, extensão (educação, ensino, comunicação, difusão) diferentes áreas, especialmente nas de museologia, história, com especialização em patrimônio cultural, conservação e restauro.</p> <p>Análise: As fraquezas estão maiores que as forças. Isso é um sinal de alerta que existem ações que demandam atenção e melhoria de modo a efetivar a implantação do Museu a partir da categoria centro de pesquisa e museu. Importante elaborar o plano museológico, com plano estratégico anual de ação contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos. Sugere-se investir em articulação política interna na universidade, visando implementar e fortalecer a Rede de Museus, de modo que possa abrir concurso público para atender as demandas das áreas técnicas do museu.</p>
Externos	Oportunidades	24%	1491	<p>Tópico mais relevante: Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT.</p> <p>Análise: Há mais oportunidades do que ameaças e isso indica um futuro promissor, só falta alinhar quais forças vão otimizar as chances delas acontecerem de fato.</p>
	Ameaças	20%	1269	<p>Tópico mais relevante: Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual.</p> <p>Análise: As ameaças estão menores que as oportunidades. Como sugestão, destaca-se a necessidade de pensar em planos de ação anual para diminuir os riscos delas acontecerem o quanto antes. Sugere-se investir em articulação política interna e externa junto a diferentes atores sociais ligados ao congresso nacional, assembleia e câmaras municipais legislativas, conselhos de cultura, redes de profissionais de museus e patrimônio e movimentos sociais que atuam em ambientes nacionais, estaduais e municipais, visando fortalecer e ampliar as ações tanto da Rede de Museus da Unemat quanto de outras redes e fóruns de profissionais de modo que possa romper com as imposições e viabilizar e ampliar os investimentos direto nos museus públicos para atender as demandas das suas áreas técnicas, inclusive para abertura de concurso público ou contratação de técnicos.</p>

Fonte: Arruda (2022b), atualizado e ampliado.

As análises e fatores indicados acima decorreram do estudo técnico desenvolvido por Arruda (2022) no processo de debate da política universitária de museus e patrimônio cultural, ampliado para esta pesquisa de tese, onde foi possível construir, quantificar, analisar e qualificar um conjunto de fatores internos e externos.

No âmbito dos fatores internos do MHAM foram levantados e analisados 26 vetores relacionados as forças e 31 as fraquezas (ANEXO 11 e 12). A partir destes, com base na matriz GUT, elencou-se outros dez (10) principais fatores internos (Tabela 43).

Tabela 43: 10 Fatores internos – Análises das Forças e Fraquezas do MHAM

Análise das forças	668	Análise das fraquezas	1100
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	125	Quadro de profissionais com número insuficiente	125
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	80	Fundo para elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	125
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	80	Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	125
Área externa e auditório para eventos	80	Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubos, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	125
Proteção ao patrimônio arqueológico da região sudoeste de Mato Grosso	60	Ausência de Programas de extensão, ensino e pesquisa	100
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	60	Quadro de profissional, com técnicos especializados nas áreas de museologia, arqueologia, conservação, restauração, educação patrimonial e museal, Expografia, projetos culturais	100
Baixa rotatividade de Profissionais	48	Registro patrimonial dos acervos, para controle e combate a furtos e roubos	100
Acesso público, gratuito aos acervos, com horários de abertura definidos e publicizados	45	Atualização e Manutenção do site, que se encontra vinculando ao site oficial da Unemat	100
Plano Diretor Estratégico - 2017/2027	45	Falta de recursos tecnológicos e equipamentos para digitalização, documentação, inventário, catalogação e disponibilização digital do acesso as informações dos acervos físicos	100
Estrutura institucional com autonomia pedagógica e administrativa	45	Falta acessibilidade comucacional, programática, metodológica, instrumental, digital e atitudinal.	100

Fonte: Arruda (2022b), atualizado e ampliado.

Acerca dos fatores externos mais relevantes e as análises que foram indicados acima também foram quantificados, analisados e qualificados um conjunto de fatores, sendo 21 relacionados as oportunidades e 13 as ameaças (ANEXO 13 e 14). A partir destes foram elencados outros dez (10) principais fatores externos (Tabela 44).

Tabela 44: Fatores Externos – Análises das Oportunidades e Ameaças do MHAM

Top 10 – Oportunidades	940	Top - 10 Ameaças	1110
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	125	Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	125
Consolidar enquanto referência de museu universitário na região sudoeste de Mato Grosso e Centro-Oeste	100	Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	125
Aproveitar políticas governamentais	100	Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	125
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade	100	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	125
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	100	Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	125
Produção de Informações Científicas e socialização do conhecimento no campo do patrimônio cultural e museus	100	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	125
Possibilidade de parcerias estratégicas	80	Desinteresse por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus e de ações socioambientais	100
Novos estudos decorrentes de estudos técnicos de projetos para o agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	80	Instabilidade financeira da Universidade	100
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	80	Escassez de recursos humanos e empresas com serviços especializados no interior de Mato Grosso	80
Somar na efetivação do Sistema e do Fundo Nacional de Cultura	75	Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional	80

Fonte: Organizada a partir do diagnóstico elaborado por Arruda (2022), considerando a necessidade de atualização e ampliação para o desenvolvimento desta tese.

Os fatores internos e externos do MHAM abordaram assuntos, valores e problemas de distintas naturezas, perpassando pela política, financeira, técnica e administrativa. Neste caso, encontra-se interligado a problemas que não são exclusivos deste museu universitário da UNEMAT, seja na realização de investimentos para a contratação de técnicos, seja no quesito força, que está centrada na diversidade de coleções científicas e que correspondem a um patrimônio cultural museológico e científico com valor inestimável, principalmente por estar vinculado a Universidade e numa com dezenas de bens culturais tombados e registrados

na região sudoeste do norte do estado de Mato Grosso, fronteira com a Bolívia, região central da América do Sul, onde ainda hoje existem marcas das confluências de diferentes povos.

As variáveis apresentadas possibilitaram pensar nos instrumentos para a elaboração dos instrumentos de planejamento das ações e investimentos prioritários da universidade e do MHAM. Ao serem correlacionadas com os problemas enfrentados no âmbito das políticas culturais, também se destacam questões territoriais e sociais que possibilitam uma análise dos potenciais ofensivos e possíveis estratégias de modo a impulsionar as forças e reduzir as fraquezas, relacionando-as com oportunidades e ameaças. Neste sentido, foram correlacionadas cinco principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (as mais bem pontuadas em "Fatores internos" e "Fatores externos") a fim de apontar de forma objetiva as sugestões de estratégias e ações (Quadro 13).

Quadro 13: SWOT CRUZADA – Análise após comparação entre forças e oportunidades / fraqueza e ameaça do MHAM

Forças e Fraquezas	Unidade	Oportunidades e Ameaças	Unidade	Tipo de estratégia	Sugestão de Ação
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Possibilidade de parcerias estratégicas	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Área externa e auditório para eventos	Força	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Força	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.

Forças e Fraquezas	Unidade	Oportunidades e Ameaças	Unidade	Tipo de estratégia	Sugestão de Ação
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Fundo para elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	Fraqueza	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Baixa rotatividade de Profissionais	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Atualização e Manutenção do site, que se encontra vinculando ao site oficial da Unemat	Fraqueza	Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Fraqueza	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Atualização e Manutenção do site, que se encontra vinculando ao site oficial da Unemat	Fraqueza	Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.

Forças e Fraquezas	Na sua Unidade	Oportunidades e Ameaças	Na sua Unidade	Tipo de estratégia	Sugestão de Ação
Registro patrimonial dos acervos, para controle e combate a furtos e roubos	Fraqueza	Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Falta de recursos tecnológicos e equipamentos para digitalização, documentação, inventário, catalogação e disponibilização digital do acesso as informações dos acervos físicos	Fraqueza	Aproveitar políticas governamentais	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Ausência de Programas de extensão, ensino e pesquisa	Fraqueza	Aproveitar políticas governamentais	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Quadro de profissional, com técnicos especializados	Fraqueza	Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Fundo para elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	Fraqueza	Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.

Fonte: ARRUDA (2022), revisado e ampliado.

CAPÍTULO 5
DIAGNÓSTICO DO MUSEU DO VALE DO
ARINOS

5. DIAGNÓSTICO DO MUSEU DO VALE DO ARINOS (MUVA)

Este capítulo traz o diagnóstico museológico do Museu do Vale do Arinos (MUVA). Por meio deste, foram identificados fatores internos e externos que afetaram as ações do museu desde a sua fundação. Aqui serão apresentados a trajetória do MUVA, suas áreas de atuação, coleções, organização administrativa, governança, infraestrutura e instrumentos de comunicação. Também indica 10 forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, que foram analisadas para a identificação de problemas e elaboração de diretrizes. Essas informações também foram relevantes para a definição de diretrizes prioritárias da política universitária para os campos disciplinares dos museus e patrimônio cultural da Unemat.

5.1 – Localização do Museu do Vale do Arinos - MUVA

O MUVA está localizado na cidade de Juara, mesorregião norte e microrregião Arinos,¹³³ distante 716 km da capital político-administrativa estadual, Cuiabá, e 731 km de Cáceres, sede da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). O município é o sexto maior do Estado com uma extensão territorial de 22.632,71 km² e está inserido no bioma amazônico, uma região terras indígenas com diversos povos além dos que povoaram a região a partir da década de 1970 (Figura 127).

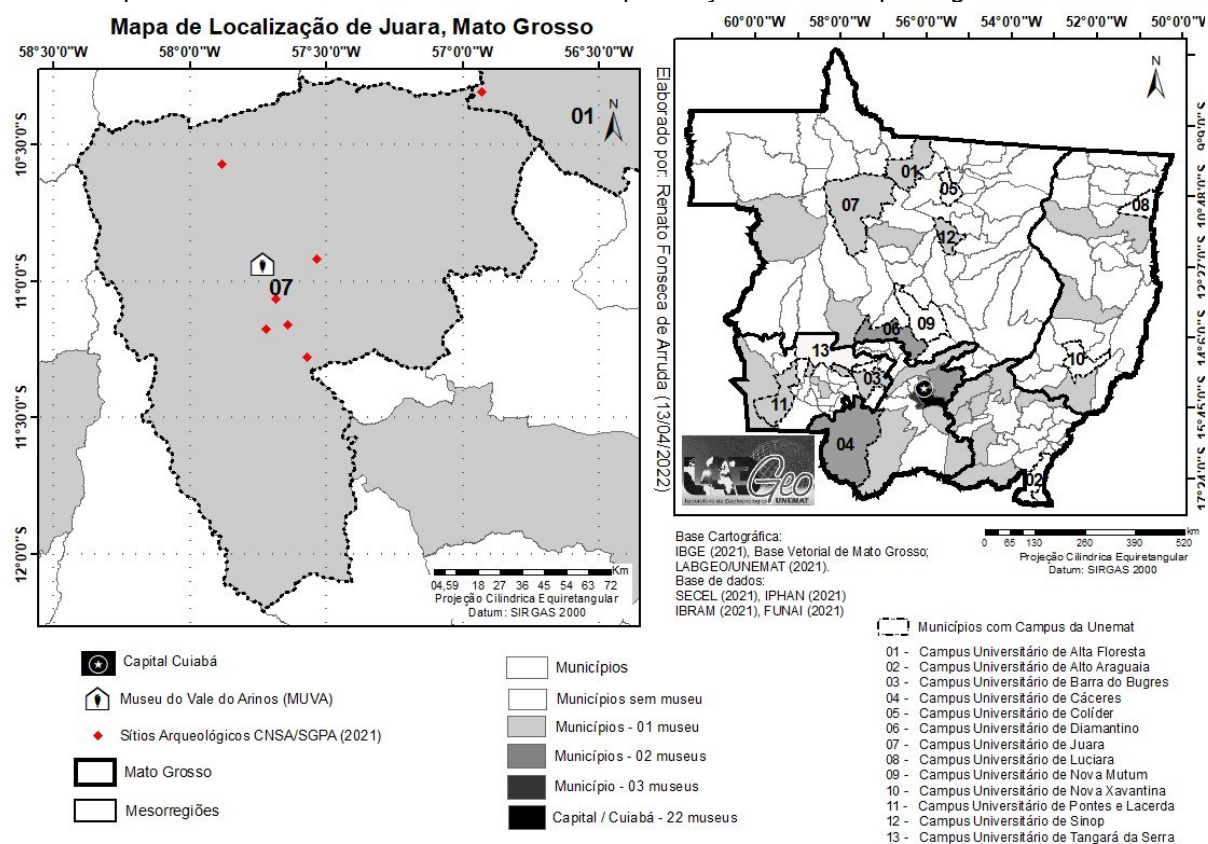
Atualmente, Juara tem uma população estimada de 32.791 mil pessoas, destas aproximadamente 26.020 possuem domicílio na área urbana e 6.771 na área rural. Ao todo, o município possui em média 1,45 hab./Km², sendo o 14º município mais populoso do Estado, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,682.

Em 2019, ocupava a 35ª posição em nível estadual quando analisado o seu Produto Interno Bruto (PIB) corrente e a 90ª no PIB *per capita*, haja vista que a base econômica se sustenta pela agropecuária, serviços e administração pública (2021c).

A fundação do município decorreu das políticas de colonização da Amazônia e do Centro-Oeste empreendidas pelos governos na década de 1970, especialmente através da “Operação Amazônia”, com a finalidade de ocupação dos espaços entendidos como “vazios” (LEITE & FALCÃO, 2019, p.5).

¹³³ A mesorregião norte do estado de Mato Grosso é uma divisão político-administrativa composta por 55 dos 141 municípios. É dividida em oito (08) microrregiões (Aripuanã, Alta Floresta; Colíder; Parecis; Arinos; Alto Teles Pires; Sinop e Paranatinga), que é habitada por aproximadamente 1.169.159 milhão de pessoas de diferentes grupos sociais. A microrregião Arinos é composta por seis (06) municípios, sendo Juara o maior e mais populoso desta região (IBGE, 2021c).

Figura 127: Municípios de Juara, onde fica localizado o Museu do Vale do Arinos (MUVA) e o Campus Universitário de Juara da Unemat e a presença de sítios arqueológicos.



O processo de ocupação territorial do município de Juara, concebido a partir de um empreendimento de colonização, aconteceu a partir da empresa privada Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica (SIBAL) em 1971, quando comprou mais de 30 mil hectares de terra instalou as primeiras bases na beira do córrego Água Boa para a construção da Gleba Taquaral, localidade que acolheu as primeiras famílias oriundas das regiões Sul e Sudeste em 1972, que migraram para a localidade seduzidas pelas propagandas e campanhas publicitárias e construíram paulatinamente o novo povoado (JOANONI NETO, 2008).

O processo de ocupação território até a construção do município passou por alguns momentos que iniciam na formação do Povoado Taquaral em 1971, seguindo com a criação do Distrito de Juara em 06 de junho de 1976 e a emancipação de Porto dos Gaúchos, sendo transformado em município em 23 de setembro de 1981 (MATO GROSSO, 1981). É em meio a esse processo de ocupação e construção do novo município e da nova unidade político-administrativa e financeira de Juara que também vão emergir os conflitos de terra com os povos indígenas que ocupavam a região, culminando seis (06) anos depois na delimitação do território indígena Apiaká e Kayabi pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 14 de julho de 1987, onde ainda hoje estão presentes os povos Rikbaktsa, Kayabi, Apiaká e Munduruku (BRASIL, 1987).

Trata-se, portanto, de um município criado na década de 1980 e constituído pelas contradições, disputas e silenciamentos na história de ocupação dos territórios entendidos como “vazios”, aonde também foram (e ainda são) perpetuadas histórias saudosistas e diversos tipos de violência simbólica contra os povos originários e grupos minoritários que ocuparam a região em busca da riqueza prometida.

Assim como Alta Floresta, os municípios da região noroeste de Mato Grosso, incluindo Juara, surge do fluxo de migração promovido pelo Estado, que se aliou às empresas de colonização da década de 1970, com interesses tanto de minorar as pressões sociais e econômicas de regiões mais populosas do país quanto as buscas e ambições do novo lugar a ser construído, lugar de prosperidade inculcado no imaginário social através das propagandas diretas e indiretas como a região do “Eldorado” e que estava “tudo por fazer” (LEITE & FALCÃO, 2019; JOANONI NETO, 2008).

Em termos de construção e fortalecimento de uma comunidade imaginada municipalista a partir de um novo lugar construído a partir de diferentes povos e culturas, a estratégia dos projetos de colonização para o fortalecimento dos laços sociais e a constituição da identidade local aconteceu por meio dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG's), escolas, vilas rurais, associações de produtores rurais que foram transformados em espaços de construção de um “*lócus* comunitário” que também serviram aos interesses privados e individuais principalmente dos migrantes (JOANONI NETO, 2008, p.216).

Neste processo, as políticas públicas de cultura e educação ocuparam um lugar central na construção e consolidação diversas identidades forjadas a partir do novo município. Em 1999, a Universidade do Estado de Mato Grosso criou o núcleo pedagógico com o curso de Pedagogia no município de Juara, que foi transformado em 2003 no Campus Universitário de Juara, o qual visava democratizar o acesso ao ensino superior, bem como promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a produção científica de modo a fomentar a valorização da cidadania, a identificação dos problemas socioeconômicos da região e a busca pela solução dos problemas de forma crítica e reflexiva.

Entre os anos de 2006 e 2014, a política municipal de cultura de Juara teve como principal objetivo integrar a cultura ao desenvolvimento local, com enfoque na promoção de ações ligadas a diversidade cultural voltadas para crianças e jovens a partir de leitura, teatro, cinema e dança, integradas aos equipamentos como: bibliotecas, unidade de ensino superior, centro cultural.

Do ponto de vista do planejamento a partir da construção do Plano Municipal de Cultural, do Sistema Municipal de Cultura de Juara, conforme as diretrizes da Política e do Plano Nacional de Cultural, pode-se identificar que o município foi aos poucos assumindo responsabilidade e alargando o seu campo de atuação para as áreas dos museus e arquivos, porém sem garantir a criação dos instrumentos de gestão acima; com quadro de dois

servidores e sem promover a formação e capacitação; sem ter legislação de proteção ao patrimônio cultural.

Em termos das ações oriundas das políticas de cultura estadual e federal, o município não possui bens tombados por essas esferas, apesar da sua rica diversidade cultural com lugares sagrados e sítios arqueológicos.

Do ponto de vista da patrimonialização em nível federal, no município de Juara constam quatro (04) sítios arqueológicos no Cadastro Nacional de Bens Arqueológicos do IPHAN em dezembro de 2021 e duas (02) expressões e saberes ligados a Capoeira, registradas como patrimônio imaterial brasileiro.

Em nível municipal, a Câmara Municipal de Juara aprovou em 2011 a Lei Municipal n. 2.176, datada de 19 de maio, com a finalidade de criar o Museu do Colonizador, cuja finalidade era de “resgatar e preservar as peças que ajudaram a construir a história do município”, podendo o seu acervo ser desenvolvido por meio de “convênios com órgãos ou entidades ligadas aos colonizadores” (JUARA, 2011 art. 2º e 3º).

Por outro lado, quando se buscou informações a respeito da implementação do Museu do Colonizador, pode-se notar que esse não chegou a ser implantado efetivamente. Fato esse que desencadeou um movimento a partir da universidade no sentido de somar esforços para transformar os projetos de extensão “Museu do Vale do Arinos” (MUVA) numa instituição criada e implantada em nível municipal, tal como será visto a partir do que foi aprovado e implantado em 2018 (Tabela 45).

Tabela 45: Bens e instituições culturais patrimonializados e musealizados em Juara, MT

Nº	Bens e instituições culturais	Esfera	Tipo de acatamento	Natureza do bem	Ano
1-	Loca da Cobra – Abrigo sob rocha com artefatos cerâmicos e arte rupestre expressa por pintura, cadastrado por Irmhild Wüst e equipe (UFG)	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1988
2-	Loca do Parto – Abrigo sob rocha com artefatos cerâmicos e arte rupestre expressa por pintura e gravura, cadastrado por Irmhild Wüst e equipe (UFG)	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1988
3-	Loca do Morro Vermelho – artefato cerâmico e arte rupestre expressa por pintura, cadastrado por Irmhild Wüst e equipe (UFG)	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1988
4-	Loca do Morro Sozinho – Abrigo sob rocha com arte rupestre expressa por pintura, cadastrado por Irmhild Wüst e equipe (UFG)	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1988
5-	Ofícios dos Mestres de Capoeira	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2008
6-	Roda de Capoeira	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2008
7-	Museu Histórico de Juara	Municipal	Lei Municipal	Patrimônio Museológico	2011

Fonte: IPHAN (2021a); Arruda (2022b), revisado e ampliado.

5.2 - De “Elefante Branco” ao Museu do Vale do Arinos (MUVA)

A criação do MUVA trouxe consigo tensões sociais e políticas que atravessam as noções de museu e os domínios da história que compõem a instituição. Esse foi antecedido pelo Museu Municipal do Colonizador, criado em 2011, mas, não implantado, mesmo diante da previsão de parcerias e gestão compartilhada com entidades ligadas aos grupos locais, que se colocaram na defesa da memória histórica saudosista e personalista do processo de ocupação do território e formação do município.

A idealização e fundação do MUVA decorreu da militância cultural de professores, alunos e pesquisadores da Unemat, articulados aos diversos grupos sociais locais, aos quais desde 2015 executaram projetos de pesquisa e extensão que propiciaram o desenvolvimento de reflexões sobre as diferentes realidades local e regional do município, levando-os a propor ações de transformação da realidade local.

Este processo encontra-se permeado de tensões expressas através de diferentes atores sociais e políticos, especialmente sobre exclusividade das entidades que ficariam responsáveis pela implantação e gestão do museu. Por exemplo, o debate sobre o Projeto de Lei n. 004/2017 na Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR) da Câmara Municipal de Juara, que propunha a criação, implementação e gestão do Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural, Natural e Artístico do Vale do Arinos, no lugar do antigo Museu do Colonizador, criado em 2011. O museu era considerado um “elefante branco” e de enfoque restrito, legitimando, portanto, a criação de um novo museu municipal mais abrangente. De acordo com os vereadores, era necessário que o museu cumprisse a sua finalidade e deixasse de existir apenas na lei.¹³⁴

De acordo com o PL 004/2017, o novo museu tinha como finalidade “identificar, recolher, catalogar, registrar, preservar, defender, inventariar, pesquisar, expor e dar publicidade aos testemunhos da cultura material e imaterial relacionadas com a Região do Vale do Arinos e com a anuência dos municípios”.¹³⁵ Para tanto, contava com a atuação direta da Universidade na gestão, produção de pesquisa, documentação, conservação, exposições e comunicação museológica.

O PL 004/2017 estabelecia ao mesmo tempo o local de criação e vinculava a responsabilidade pela implantação e gestão a UNEMAT e ao Instituto Ecumam - organização social de direito privado e sem fins lucrativos. A esse modelo de organização administrativa do museu também aconteceram críticas. Nesse, chegou a ser inserida uma emenda propondo a retirada do Ecumam.

¹³⁴ Projeto que cria Museu do Vale do Arinos tramita na Câmara Municipal de Juara. **Câmara Municipal de Juara [online]**. Notícias, Juara, 2017a. Disponível em: <https://www.juara.mt.leg.br/institucional/noticias/projeto-que-cria-museu-do-vale-do-arinos-tramita-na-camara-municipal-de-juara> Acessado em: 10 fev. 2022.

¹³⁵ Juara, 2017a, op. cit.

Por outro lado, conforme o vereador Leo Boy (ligado politicamente aos pesquisadores da Unemat e do Instituto Ecumam), fazia-se necessária garantir essa participação porque desconhecia a existência de entidades interessadas e, se valendo da experiência anterior, destacava:

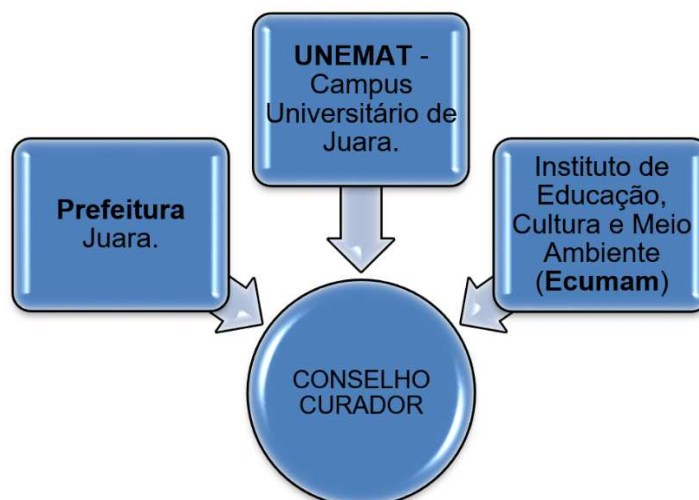
Desafio qualquer cidadão que venha a participar de conselhos, comissões e agora na criação de museu, voluntariamente, para que venha cair no esquecimento. **Criamos uma lei ou criamos mais um elefante branco no município de Juara?** Deixar a gestão aberta pode se transformar em ninguém para cuidar realmente das nossas relíquias, das nossas obras de arte.¹³⁶

Foi sob esse clima em torno do movimento político e técnico, com o debate sobre o modelo de gestão, a localização e a declaração de ausência de recursos para a abertura do museu pela prefeitura municipal que o projeto de lei foi aprovado em 17 de dezembro de 2017, resultando na Lei Municipal n. 2.682, de 15 de janeiro de 2018.

Além de revogar a criação do Museu do Colonizador, a Lei Municipal n. 2.682/2018 também estruturou o MUVA como autarquia, formada pelo Conselho Curador enquanto órgão soberano e com a função de indicar o diretor e os membros da diretoria, composto por três (03) representantes do Poder Executivo Municipal, um (01) do Poder Legislativo, três da Unemat, três (03) do Ecumam, um (01) das etnias indígenas (JUARA, 2018).

Neste sentido, o MUVA foi criado como uma autarquia da administração pública municipal de Juara/MT de gestão compartilhada, com responsabilidades programática, estrutural, pesquisa e construção de capacidades e comportamental (RANDIN, 2010) com a Prefeitura de Juara, a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus de Juara/MT e o Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos – ECUMAM¹³⁷ (Figura 128).

Figura 128: MUVA e as instituições que compõem Conselho Curador.



¹³⁶ Juara, 2017a, op. cit.

¹³⁷ De acordo com o estatuto do Ecumam (2016), definido em seu art. 1º, que essa é uma “associação civil, democrática, ampla, livre e independente dos órgãos públicos governamentais e da iniciativa privada, sem vínculo religioso, sem fins lucrativos e de duração indeterminada”.

Em termos da gestão museológica, o MUVA passou a compartilhar com a prefeitura, a organização da sociedade civil e a Unemat os projetos de pesquisa e extensão em vigência, vinculados ao Campus Universitário de Juara. O Instituto Ecumam se trata de uma entidade sem fins lucrativos, criada em 29 de maio de 2017, com enfoque principal nas atividades de museus, exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares, conservação de florestas nativas, produção cinematográfica, artes cênicas, danças música, bibliotecas e arquivos etc. (ECUMAM, 2019).

O processo de criação do MUVA revela, portanto, a importância da Unemat e dos diferentes atores sociais e entidade da sociedade civil organizada e sem fins lucrativos, como o Ecumam, na implementação da Política Nacional de Museus, bem como na promoção de ações voltadas para a implantação de uma instituição museológica voltadas para proteção e difusão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural, Natural e Artístico do Vale do Arinos (Figura 129).

Figura 129: Reunião de definição da localização do MUVA.



Fonte: Câmara Municipal de Juara (2018).

O MUVA foi inaugurado no dia 08 de dezembro de 2018, localizado no prédio onde foi a 1ª CIA de Polícia Militar e a central de vídeo monitoramento da cidade (Figura 130),¹³⁸ adquirindo neste processo mais um elemento agregador de valor simbólico relevante. Conforme estatuto e regimento (MUVA, 2020), as áreas de enfoque foram: História; Arqueologia; Antropologia, Educação, Arte e Cultura.

¹³⁸ Museu do Vale do Arinos será inaugurado no aniversário de Juara. **Câmara Municipal de Juara** [online], Juara, 2017b. Disponível em: <https://www.juara.mt.leg.br/institucional/noticias/museu-do-vale-do-arinos-sera-inaugurado-no-aniversario-de-juara> Acessado em: 10 fev. 2022.

Figura 130: Localização do MUVA, Praça dos Colonizadores, centro de Juara-MT



Fonte: Prefeitura de Juara (2022).

Para Marcelo Manhuari Munduruku (2019), a localização do prédio e a instalação do museu nesse possui um significado importante, haja vista que

(após ser conseguido com muitas lutas) fora pintado pelos indígenas com as respectivas cores tradicionais de cada etnia, o que configura uma afronta à cúpula do poder político e econômico local. Mas para chegar até a “praça dos colonizadores” fora empreendido muitas lutas, muitos esforços, muitas estratégias e muita dedicação (MUNDURUKU, 2019, p.7).

De acordo com Marcelo Manhuari Munduruku (2019, p.1), a partir de seu relato de experiência na coordenação da área de etnologia do MUVA, demonstra como a criação do museu foi importante para os povos indígenas da região do Vale do Arinos, haja vista que se tratou da primeira vez que a “população indígena tem um espaço de participação efetiva garantido em lei junto à um órgão da administração pública municipal”, inclusive com a presença indígena permanente nos processos de “gestão e planejamento”, possibilitando o “empoderamento”, o “protagonismo” na difusão da diversidade histórica e cultural indígena.

O alargamento da atuação do museu refletiu na ampliação dos acervos do a partir das noções de história plural, participação popular e diversidade cultural. Essa participação do Município, da Unemat, do Instituto Ecumam e dos Povos Indígenas da região de Juara tem-se revelado fundamental para garantir uma maior representatividade na gestão da unidade museológica. Todavia, tem implicado em conflitos com distintos grupos sociais locais que reivindicam um museu pautado na história saudosista e enfocada em personagens políticas locais, conforme identificado em notícias de jornais com circulação em Juara.

Com perfil de unidade administrativa multidisciplinar, de gestão compartilhada e constituído enquanto museu de caráter universitário, ou seja, voltado para o desenvolvimento

de ensino, pesquisa e extensão, o MUVA passou torna responsável por receber, coletar, organizar, inventariar, catalogar, proteger e salvaguardar os acervos arqueológicos, etnográficos, paleontológicos, históricos, artísticos e naturais provenientes tanto dos estudos técnicos e projetos de extensão e pesquisa quanto das comunidades locais através de doações dos diferentes grupos sociais da região norte do estado de Mato Grosso.

Ainda em 2018, a gestão compartilhada foi organizada na Lei nº 2.682, onde destaca que:

Art. 1º Fica criado o Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural, Natural e Artístico do Município de Juara, vinculado ao Poder Público Municipal, à Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT/Campus de Juara/MT e ao Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente - ECUMAM, por meio do Conselho Curador (Juara, 2018).

Entre 2018 e 2020, o museu reorganizou a estrutura administrativa, após passar por uma atualização através da Lei 2.874, de 16 de outubro de 2020, bem como elaborou e aprovou o Estatuto e o Regimento Interno (Tabela 46).

Tabela 46: Leis e normas do MUVA de 2018 a 2021

NORMA	PÚBLICAÇÃO	INSTÂNCIA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
Lei municipal nº 2.682	15/01/2018	Prefeitura de Juara	Vigente	Cria no âmbito do município de Juara o "Museu do Vale do Arinos, sob a organização de gestão compartilhada entre município Unemat e o Ecumam.
Lei municipal nº 2.874	16/10/2020	Prefeitura de Juara	Vigente	Altera a lei que criou no âmbito do município de Juara o "Museu do Vale do Arinos, sob a organização de gestão compartilhada entre município, Unemat e o Ecumam.
Estatuto	2020	MUVA	Vigente	Institucionaliza o Museu do Vale do Arinos e cria as suas estruturas administrativas com as participações da Unemat, do Instituto Ecumam e de lideranças dos povos indígenas da região de Juara.
Regimento Interno	2020	MUVA	Vigente	Regulamenta e organizar no Museu do Vale do Arinos as participações da Unemat, do Instituto Ecumam e de lideranças dos povos indígenas da região de Juara.

Fonte: ARRUDA (2022b), ampliada e revisada.

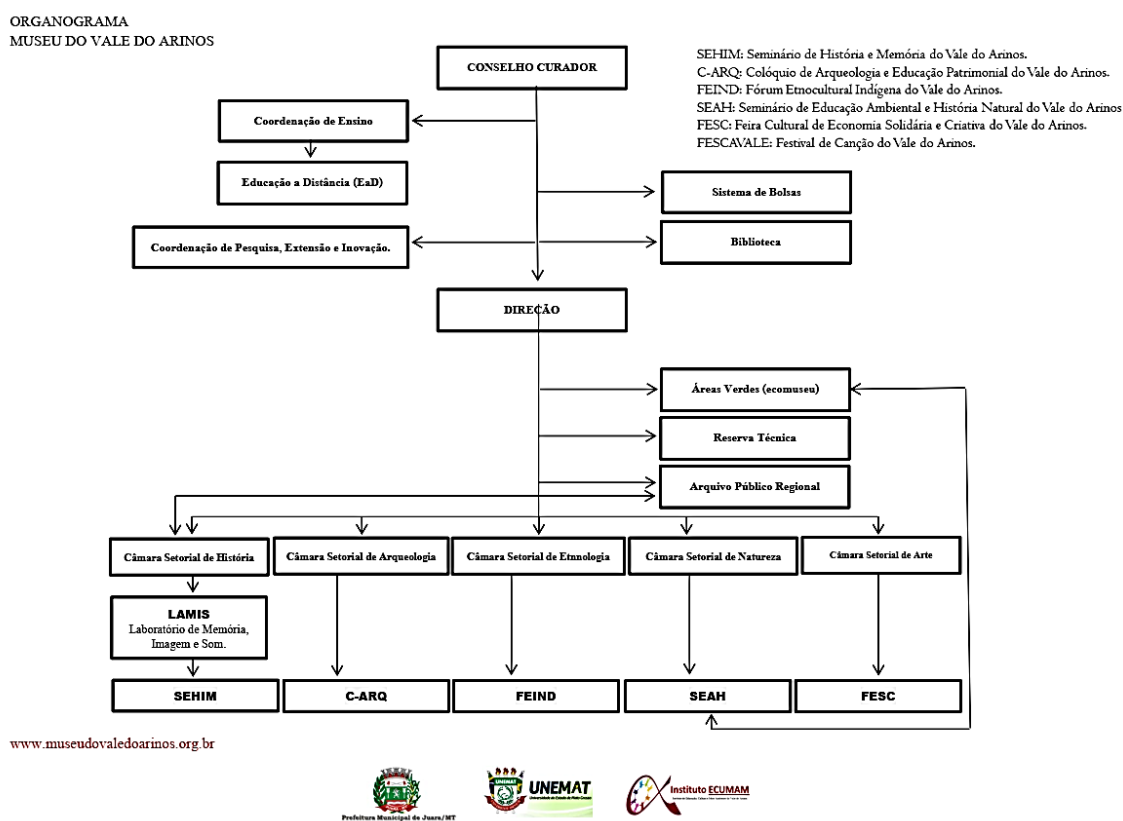
No processo de implantação em 2018, o MUVA tinha a sua organização composta pelo i) Conselho Curador e o ii) Coordenador Geral, que deve ser indicado ou destituído pelo primeiro. Enquanto instância máxima, o Conselho Curador inicialmente deveria ser composto por: três (3) representantes do poder público municipal; três (3) representantes da Unemat; três (3) representantes do Instituto Ecumam; um (01) representante indígena (JUARA, 2018).

Com a reformulação em 2020, através da Lei Municipal nº 2874, o MUVA passou a ser composto por onze integrantes distribuídos por: dois (2) representantes do poder público municipal; dois (2) representantes da Unemat; dois (2) representantes do Instituto Ecumam; quatro (04) representantes das etnias indígenas, tendo cada uma um assento, sendo um (01)

representante da etnia indígena Apiaká; um (01) representante da etnia indígena Kayabi; um (01) representante da etnia indígena Munduruku; um (01) representante da etnia indígena Rikbaktsá (JUARA, 2020, art. 10).

Com a elaboração do Estatuto e do Regimento interno em 2020, o museu passou a ter a seguinte organização/lotacionograma (Figura 131): i) Conselho Curador; ii) coordenação de ensino EaD; iii) Biblioteca; iv) Coordenação de Pesquisa, Extensão e Inovação; v) Direção; vi) área verde; vii) Reserva Técnica; viii) arquivo público regional; ix) Câmara Setorial de História; x) Câmara Setorial de Arqueologia; xi) Câmara Setorial de Etnologia; xii) Câmara Setorial de Natureza; xiii) Câmara Setorial de Artes (JUARA, 2020).

Figura 131: Organização administrativa e lotacionograma do MUVA



Fonte: MUVA (2022); Arruda (2022b).

Em 2020, a reformulação trouxe alterações na organização e redefiniu a finalidade e objetivos do MUVA, que ficaram mais amplos:

Art. 2º O Museu tem por finalidade identificar, recolher, catalogar, registrar, preservar, defender, proteger, recuperar, restaurar, intervir, inventariar, estudar, pesquisar, expor e divulgar os testemunhos da diversidade histórica e cultural, material e imaterial, relacionados com Juara, e com microrregião do Vale do Arinos, onde tenha anuência para atuar, bem como o patrimônio natural, ecológico e ambiental, como forma de promover cidadania, o avanço científico e o desenvolvimento regional sustentável.

Art. 3º São objetivos do Museu:

I - Abrigar todo o acervo histórico, antropológico, arqueológico, etnocultural, artístico, natural e paleontológico ou qualquer bem ou objeto de interesse relacionado com a história do município de Juara e a região do Vale do Arinos;

II - Preservar, divulgar e manter sob sua guarda e conservação, realias e utensílios antigos e documentos de diversos gêneros que contribuam com o conhecimento e estudos dos mais diversos aspectos, com características e identificações da cultura e da história de Juara/MT e a microrregião do Vale do Arinos;

III - Estabelecer as normas e os procedimentos necessários para o recebimento e guarda de acervos, de mostras e amostras científicas;

IV - Realizar estudos, pesquisas, extensão, publicações, promover eventos e outras atividades científicas e culturais pertinentes aos temas do Museu, formando um banco de dados a respeito do patrimônio histórico, arqueológico, etnocultural, natural e artístico do município de Juara e microrregião do Vale do Arinos;

V - Difundir o acervo por meio de instrumentos midiáticos como forma de promover o livre acesso às informações do Museu;

VI - Coletar, selecionar, tratar e organizar objetos e materiais doados, encontrados ou descobertos pelo Museu do Vale do Arinos, em reserva técnica museológica própria, estruturada conforme exigências da museologia e da legislação pertinente, utilizando métodos museológico-científicos de catalogação e de conservação;

VII - Promover a preservação, conservação e recuperação de bens, objetos e patrimônio de valor histórico, cultural, natural, ecológico e ambiental;

VII - Tornar possível a recuperação de coleções por meio de pesquisas contextuais, tipológicas, referenciais e simbólico-estéticas, além das necessárias, para fins de exposição e referência;

IX - Instituir e manter intercâmbio com Museus e outras instituições congêneres;

X - Firmar parceria técnica e científica com instituições públicas, privadas ou do terceiro setor para oferecer cursos de capacitação, graduação e/ou pós-graduação nas áreas de abrangências ou de interesse do Museu (JUARA, 2020, p.1-2).

Além disso, definiu na sua estrutura e regimento a responsabilidade pela realização de eventos culturais de caráter regional, como o Seminário de História e Memória do Vale do Arinos, o Colóquio Regional de Arqueologia do Vale do Arinos, o Seminário de Educação Ambiental e História Natural do Vale do Arinos e o Festival de Canção do Vale do Arinos.

O MUVA (JUARA, 2018), em corresponsabilidade com a universidade a o Ecumam, tornou-se responsável pela realização de um conjunto de eventos definidos como oficiais da microrregião do Vale do Arinos, conforme pode-se observar abaixo.

- a) Seminário de História e Memória do Vale do Arinos - SEHIM;
- b) Colóquio de Arqueologia e Educação Patrimonial do Vale do Arinos- C-ARQ;
- c) Fórum Etnocultural Indígena do Vale do Arinos - FEIND;
- d) Seminário de Educação Ambiental e História Natural do Vale do Arinos- SEAH;
- e) Feira Cultural de Economia Solidária e Criativa do Vale do Arinos- FESC;
- f) Festival de Canção do Vale do Arinos – FESCAVALE (JUARA, 2018, p.2).

Conforme o Estatuto do MUVA (2020), todos os eventos acima devem ocorrer, no mínimo, uma vez a cada 4 anos. Desde a constituição do museu (JUARA, 2018) já acontecem o Colóquio de Arqueologia e Educação Patrimonial do Vale do Arinos- C-ARQ; o Seminário de Educação Ambiental e História Natural do Vale do Arinos- SEAH; a Feira Cultural de Economia Solidária e Criativa do Vale do Arinos- FESC; e o Festival de Canção do Vale do Arinos – FESCAVALE (JUARA, 2018).

Em 2019 iniciou-se a organização do evento Seminário de História e Memória do Vale do Arinos – SEHIM, mas foi interrompido em razão do advento da pandemia. O museu realizou em maio de 2020 o evento “Colóquio de Arqueologia e Educação Patrimonial do Vale do

Arinos- C-ARQ”, que já teve duas edições, e contou com palestrantes arqueólogos em nível de mestrado e doutorado e em parceria com o IPHAN. Em razão da Unemat ser instituição cogestora, todos os eventos que vem sendo realizados desde dezembro de 2018 através do MUVA são institucionalizados e oferecem certificação de extensão aos participantes.

Conforme Marcelo Manhuari Munduruku (2019), que atua na coordenação de etnologia do MUVA, em seu relato de experiência destaca que este espaço constitui,

antes de tudo, um espaço político e um espaço de empoderamento indígena, o qual então abre novas possibilidades e novas perspectivas, pois nunca antes foi possível o diálogo com órgãos da administração pública municipal de forma igualitária, democrática e participativa, porém agora estamos inseridos na gestão e planejamento da política indigenista municipal. Essa mudança no paradigma local abre caminhos para novas políticas indigenistas no âmbito municipal e regional – o que é muito importante frente às conjunturas da política nacional e suas heranças excludentes – no campo da história e da cultura indígena, bem como fomenta o desenvolvimento regional sustentável (MUNDURUKU, 2019, p. 1-2).

A composição do quadro de servidores e técnicos do Museu tem sido designada através dos membros do Conselho Curador, salvo em casos especiais, que indicados do quadro de pessoal do poder executivo municipal (art. 5º-A). Todavia, há uma expressa consideração de que, em caso de o Museu conseguir dotações orçamentárias próprias, com anuência do Conselho Curador, fica autorizado a elaborar processo seletivo simplificado para a contratação de pessoal, para os cargos de agente administrativo, serviços gerais, técnicos especializados, cientistas e bolsistas (Parágrafo Único).

Na reformulação também foi incluída a necessidade dos servidores passarem por treinamentos técnicos e capacitações nas áreas de atuação no Museu (Art. 5º-B) e a autorização para celebrar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades públicas ou privadas ou do terceiro setor, instituições de ensino e receber doações de pessoas físicas para a manutenção e desenvolvimento dos trabalhos (Juara, 2020, Art. 7º).

O MUVA tem uma estrutura complexa que tem permitido a gestão compartilhada dentre duas instituições públicas, sendo a Prefeitura e a Unemat, e uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, conforme observado.

Durante os últimos 3 anos e meio de gestão e organização do museu, dois representantes da sociedade civil assumiram a direção do MUVA, indicados pelo Conselho Curador, que se encontrava presidido por um dos representantes da Unemat. O Conselho Curador não tem função administrativa, tal função compete à Direção. As câmaras técnicas, por outro lado, foram ocupadas por integrantes envolvidos nos projetos e de diferentes áreas do conhecimento.

Do ponto de vista Munduruku (2019), na gestão e do planejamento a partir desse modelo de organização de gestão compartilhada, o MUVA corresponde ao

primeiro espaço (e único até o momento) definitivo garantido em lei onde sempre haverá participação indígena com poder de decisão final a partir da voz indígena.

O Museu do Vale do Arinos é para nós indígenas uma extensão das nossas aldeias, um lugar de nossa cultura na cultura não indígena, o que o faz também um espaço de integração onde nós podemos conhecer e conviver com o outro sem deixar de sermos nós (MUNDURUKU, 2019, p. 9).

Ao dizer que o MUVA é visto como uma extensão das aldeias do povo Munduruku, essa manifestação também nos levou refletir sobre a participação dos demais membros do museu e representantes dos povos Kaiabi, Apiaká e Rikbaktsá. Nesse sentido, evidenciou-se poucos relatos, contudo, a configuração como um espaço de acolhimento e abrigo de diversos indígenas quando na cidade certamente fortalece esse vínculo com os diferentes povos. Ação essa de extrema relevância, mas também nos leva a refletir sobre a arquitetura museal, as exposições, a conservação do acervo, os riscos existentes e a necessária capacitação dos indígenas de modo a compreender as problemáticas em torno da conservação.

O Estatuto do MUVA definiu como princípio a gestão democrática e participativa, com eleição prevista para renovar a sua diretoria a cada 4 anos, composta pelos cargos de direção e coordenações das câmaras, a partir dos membros do Conselho Curador, considerando a participação das instituições e povos indígenas vinculados. Administrativamente, foi gerido por diferentes sujeitos que, apesar de formações diversas, os mesmos possuíam laços políticos e afetivos com o museu desde o processo de construção da proposta (Tabela 47).

Tabela 47: Nomeações de diretores e coordenadores, períodos de gestão até 03/2022.

Nº	Portaria	Nome	Formação	Período	Designação
i)	01/2022	José Guilherme de Araújo Filho	Graduado em Administração.	04/01/2022 22/06/2022	Diretor.
ii)	01/2022	Rosalia de Aguiar Araújo	Graduado em Biologia.	04/01/2022 22/06/2022	Coordenadora da Câmara Setorial de Natureza
iii)	01/2022	Marcelo Manhuari Munduruku	Graduado e Mestrado Intercultural.	04/01/2022 22/06/2022	Coordenador da Câmara Setorial de Etnologia
iv)	01/2022	Jairo Fleck Falcão	Graduado e Mestre em História. Doutor em Educação.	04/01/2022 22/06/2022	Coordenador da Câmara Setorial de História
v)	01/2022	Saulo Augusto Moraes	Graduado em Pedagogia. Especialista em Ensino Superior. Mestrando em Educação.	04/01/2022 22/06/2022	Coordenador da Câmara Setorial de Artes
vi)	01/2018	Saulo Augusto de Moraes	Graduado em Pedagogia. Especialista em Ensino Superior. Mestrando em Educação	22/06/2018 22/06/2022	Coordenador Geral
vii)	01/2018	Rosalia de Aguiar Araújo	Graduado em Biologia.	22/06/2018 22/06/2022	Coordenadora da Câmara Setorial de Natureza
viii)	01/2018	Marcelo Manhuari Munduruku	Graduado e Mestrado Intercultural.	22/06/2018 22/06/2022	Coordenadora da Câmara Setorial de Etnologia
ix)	01/2018	José Guilherme de Araújo Filho	Graduado em Administração.	22/06/2018 22/06/2022	Coordenador da Câmara Setorial de Arte
x)	01/2018	Jairo Fleck Falcão	Graduado e Mestre em História. Doutor em Educação.	22/06/2018 22/06/2022	Coordenadora da Câmara Setorial de História
xi)	01/2018	Saulo Augusto Moraes	Graduado em Pedagogia. Especialista em Ensino Superior. Mestrando em Educação	22/06/2018 22/06/2022	Coordenador da Câmara Setorial de Arqueologia

Fonte: Arruda (2022), com levantamento ampliado de portarias e currículos de todos.

Este modelo de organização administrativa e institucional não existe nos outros museus da Unemat. Se por um lado, essa tem favorecido as atividades do MUVA, com contribuição direta na execução de projetos de pesquisa, extensão e/ou culturais, bem como na manutenção e formação da equipe de trabalho, hoje composta por 11 pessoas/profissionais. Por outro, identificou-se certas dificuldades dessa equipe em implementar uma estrutura administrativa municipal com recursos humanos e financeiros, garantidos a partir do orçamento municipal e da universidade. Com isso, parte dos membros passaram a exercer suas atividades em forma voluntária, ou seja, sem ônus financeiro para as instituições públicas envolvidas.

A partir de 2019, a universidade debateu mecanismos para regulamentar a criação e o funcionamento de museus universitários, institucionalizados via projetos de extensão e/ou pesquisa. Nesse caso, além dos problemas jurídicos oriundos do MHAM, que pressionava a contratação de profissionais para o museu, além do evento que aconteceu no dia 25 de dezembro de 2019, quando cerca de 70 indígenas do Povo Munduruku adentraram nas dependências do MUHISNAF e resgataram as 12 urnas funerárias (*Itiğ'a*, na língua Munduruku) da etnia Munduruku, incorporadas à coleção arqueológica universitária por meio de endosso institucional, e que foram retiradas sem anuência dos lugares sagrados, *Karobixexe* (Cachoeira das Sete Quedas), localizados nas margens do rio Teles Pires, no Mato Grosso, impactados pelas obras das hidrelétricas de São Manoel e Teles Pires desde 2010.¹³⁹

A aprovação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat, em maio de 2022, estabeleceu critérios para os museus municipais que tem gestão compartilhada com a universidade. Esses obrigam-se a construir um termo de cooperação técnica com o propósito de se integrar como um Museu Associado a Rede de Museus da Unemat, a ser firmado com centros, núcleos, grupos de pesquisa, ensino e extensão. A partir disso, também possam planejar uma agenda programática a partir das suas áreas de enfoque (UNEMAT, 2022d).

5.3 – Trajetória e gestão do MUVA no âmbito da UNEMAT

O MUVA foi criado como espaço de participação popular e inclusivo, organizado a partir do princípio da participativa popular, da emancipação e autonomia dos sujeitos, com compartilhamento de responsabilidades entre poder público e sociedade civil, substituindo a proposta do Museu do Colonizador (JUARA, [2011](#)). Essa construção aconteceu através de

¹³⁹ ARINI, Juliana. **Povo Munduruku resgata 12 urnas funerárias de museu no Mato Grosso**. Amazônia Real (online). Publicado em: 27/12/2019 às 00:23. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/povo-munduruku-resgata-12-urnas-funerarias-de-museu-no-mato-grosso/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

um conjunto de Projetos de Extensão e de Pesquisa com interface a Extensão, institucionalizados desde 2015 (Tabela 48).

Tabela 48: Projetos de Pesquisa e Extensão, seus coordenadores, portaria e período do MUVA

Norma	Publicação	Instância	Coordenação	Situação	Descrição
Portaria 1177/2021	02/07/2021 Execução 07/21 a 06/23	Reitoria	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Vigente	Autoriza o Projeto de Pesquisa "Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes".
Portaria 512/2021	25/03/2021 Execução 03/21 a 03/22	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão "Expografia Indígena Kawaiwete (Kayabi).
1493/2020	08/10/2020 Execução 09/20 a 08/21	Reitoria/ PROEC	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão "Educação Patrimonial no Vale do Arinos: ações de extensão e pesquisa no âmbito do Museu do Vale do Arinos"
1155/2020	24/08/2020 Execução 02/20 a 10/20	Reitoria	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Encerrado	Autoriza o Projeto de Pesquisa "Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes".
498/2019	08/02/2019 Execução 12/18 a 16/19	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão - Coletânea: Brasilidade poética e interfaces digitais
499/2019	08/02/2019 Execução 12/18 a 06/19	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão Biblioteca Museopedagógica.
502/2019	08/02/2019 Execução 12/18 a 05/19	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Projeto de Extensão "Núcleo de Educação Permanente a Distância-NEPAD",
1959/2019	03/07/2019 Execução 06/19 a 12/19	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Projeto de Extensão "Coletânea: Brasilidade Poética e Interfaces Digitais"
3333/2018	12/09/2018 Execução 08/18 a 06/20.	Reitoria/ PROEC	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Encerrado	Projeto de Extensão "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural, Natural e Artístico do Museu do Vale do Arinos (Museu do Vale do Arinos)",
Portaria 2528/2018	11/07/2018 Execução 01/06 a 12/18	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão Biblioteca Museopedagógica.
3402/2018	18/09/2018 Execução 05/18 a 12/18	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Projeto de Extensão "Núcleo de Educação Permanente a Distância-NEPAD", Campus de Juara,
2874/2018	07/08/2018 Execução 06/18 a 12/18	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Projeto de Extensão "Coletânea: Brasilidade Poética e Interfaces Digitais"
Portaria 2396/2017	19/06/2017 Execução 01/18 a 12/18	Reitoria	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Encerrado	Autoriza o Projeto de Pesquisa "Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes".
Portaria 0561/2017	22/02/2017 Execução 01/01 a 03/17	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos.
Portaria 1009/2017	25/04/2017 Execução 04/03 a 06/17	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos.
Portaria 1434/2017	01/06/2017	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Revoga a Portaria 1009/2017 , que autoriza a coordenação do Projeto de Extensão "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos.
Portaria 1435/2017	04/03/2017 Execução 03/03 a 12/17	Reitoria/ PROEC	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos.
Portaria 1557/2016	24/08/2016 Execução 08/04 a 12/16	Reitoria/ PROEC	Saulo Augusto de Moraes	Encerrado	Autoriza o Projeto de Extensão "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos.
Portaria 1941/2015	11/08/2015 Execução 06/15 a 12/17	Reitoria	Jairo Luís Fleck Mário Falcão	Encerrado	Autoriza o Projeto de Pesquisa "Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes".

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Em relato de experiência, Moraes (2021) ressaltava a importância do projeto de pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes” e os desafios enfrentados no processo de implantação desse modelo de museu, pautado na diversidade dos povos. E isso gerou desconfortos nos grupos políticos e locais que se colocam herdeiros do legado histórico de colonizadores da região.

Para garantir o funcionamento e execução de algumas atividades, o Instituto Ecumam atuou na captação de recursos financeiros junto ao fundo estadual de cultura e a Petrobrás, que apoiaram a realização de eventos culturais e acadêmicos promovidos pelo MUVA e Unemat. Além disso, os projetos de pesquisa e extensão viabilizaram a produção de conhecimento sobre as ações desenvolvidas, nos quais foram publicados em revistas e eventos acadêmicos, entre 2019 e 2021.

Os projetos institucionalizados na universidade tiveram uma diversidade de integrantes que formaram uma equipe interdisciplinar, chegando a 21 membros, vinculados profissionalmente a universidade e ao Instituto Ecumam, com lideranças indígenas coordenando “área de etnologia” e na construção das exposições, que passaram a constituir e consolidar as áreas do museu a partir de conhecimentos transversais, unindo na prática debates teóricos e metodológicos as experiências e saberes dos povos diferentes povos do município.

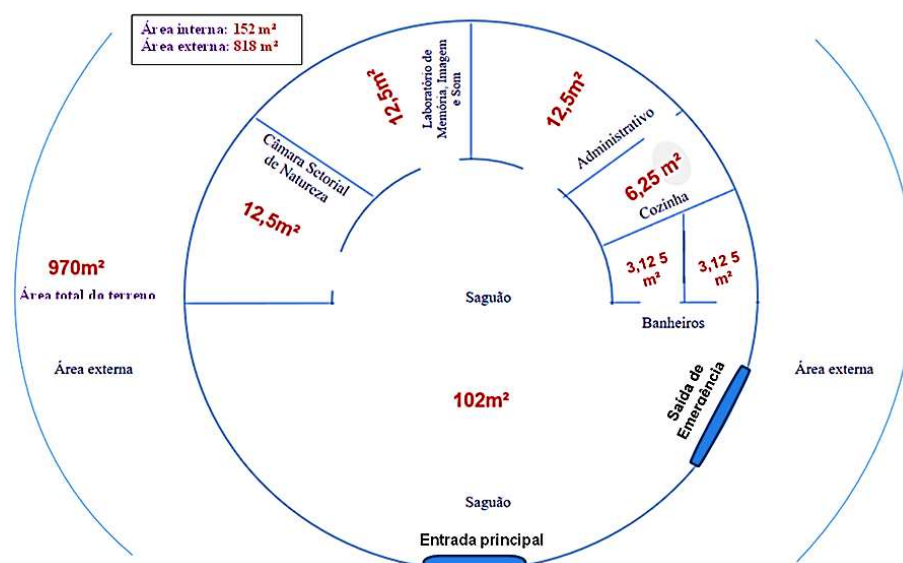
Apesar dessa equipe ampla e multidisciplinar, associada as experiências de parte dos integrantes, notou-se a ausência de profissionais com formações específicas nas áreas de museologia, conservação e restauração e ciência da informação, constituindo numa fragilidade local e uma oportunidade para a Universidade. Essa ausência constitui-se numa das fragilidades que impossibilitam o desenvolvimento das atividades institucionais ligadas ao inventário, conservação e organização dos acervos. Com isso, a contratação de profissionais com tais especialidades torna-se imprescindível para a salvaguarda, organização, armazenamento, conservação, exposição e divulgação dos acervos científicos museológicos, a conservação da arquitetura, o desenvolvimento do plano museológico e dos programas de combate ao risco de incêndio.

5.4 - Arquitetura do MUVA: infraestrutura predial e administrativa

Do ponto de vista da arquitetura museal, o MUVA possui muitos desafios, pois não possui um Programa de Gestão de Riscos e Combate a Incêndio com aprovação pelo Corpo de Bombeiros. Além disso, o museu não tinha uma planta baixa do imóvel. Pois, foi cedido pela equipe do museu um desenho com aferição das metragens de cada cômodo. De acordo com relatório técnico do MUVA (2022) a sua área construída é de 152 m², correspondendo a 15,67% dos 970m² de todo terreno. Na planta disponibilizada, a estrutura do imóvel é constituída por: um (01) Laboratório de Memória, Imagem e Som; uma (01) Sala da

Administração; uma (01) sala da Câmara Setorial de Natureza; uma (01) cozinha; uma (01) sala de exposição permanente; dois (02) banheiros (Figura 132).

Figura 132: Esboço da planta baixa do prédio do MUVA.



Fonte: MUVA (2022); Arruda (2022b).

O esboço da planta baixa (MUVA, 2022) apresenta as metragens por área no prédio do museu (Tabela 49).

Tabela 49: Legenda das metragens do MUVA

Local	Medidas	Descrição/Função
1 - Sala de Exposições	A = 102m ²	- Contém suvenires, camisetas e demais produtos que representam a memória da visita ao Museu.
2 - Administração	A = 12,5m ²	- Abriga os postos de trabalho administrativo. Espaço reúne a área com os materiais administrativos.
3 - Câmara Setorial de Natureza	A = 12,5m ²	-
4 - Laboratório de Memória, Linguagem e Som	A = 12,5m ²	Sala de exposição de longa duração, com acervo permanente das áreas de história e etnografia.
5 - Banheiro Feminino	A = 3,125m ²	Banheiro Feminino
6 - Banheiro Masculino	A = 3,125m ²	Banheiro Masculino
7 - Área Externa	A = 818m ²	Área ao ar livre com jardim, utilizada para realização de atividades educativas. Potencial para exposições itinerantes.

Fonte: MUVA (2022); ARRUDA (2022b), revisado e ampliado.

Outro ponto importante, quando se trata da arquitetura do museu, corresponde a fachada de vidro do MUVA. Essa gera danos irreversíveis as peças expostas. Ao passo que a fachada possui pinturas com traços que se constituem em referências culturais dos quatro povos indígenas do município (Figura 133).

Figura 133: Fachada da Entrada do MUVA (02/2022).



Fonte: MUVA (2022); Arruda (2022b).

Nesse caso, o diagnóstico museológico possibilitou apontar forças e fraquezas, inclusive as necessidades de ações ligadas a gestão museológica de forma viabilizar o acondicionamento, a segurança arquitetônica, a gestão de riscos e a conservação do acervo, considerando o ambiente físico, aspectos administrativos e operacionais e os 10 agentes de deterioração que impactavam na conservação do acervo. Por exemplo, o vidro da fachada não protegia parte do acervo dos raios solares, como na coleção entomológica, nos artesanatos indígenas e peças geológicas (Figuras 134, 135 e 136) ou mesmo a existência de um bebedouro na parte interna, área com a exposição dos acervos (Figura 137)

Figura 134: Peças da coleção entomológica do MUVA



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Figura 135: Peça da coleção etnográfica afixada na parede.



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Figura 136: Expositores com peças das coleções de arqueologia e etnografia.



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Figura 137: Peça da coleção de artística próximo ao bebedouro.



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Esses problemas apontados permitiram identificar, analisar e apontar diretrizes e estratégias de ação na política universitária de museus e patrimônio cultural, incluindo meios e instrumentos para subsidiar as ações dos museus associados através dos processos museológicos e centros de pesquisa, ensino e extensão de caráter autodeclarados como unidades museológicas no âmbito da universidade.

5.5 - Acervo e as coleções científicas do MUVA

A conservação e a salvaguarda das referências culturais da região do Vale do Arinos constituíam-se nas principais finalidades do MUVA, haja vista a necessidade de ampliar os estudos de espeleologia, arqueologia e paleontologia. Por outro lado, as coleções do museu derivam principalmente dos projetos de pesquisa e extensão executados entre os anos de 2015 e 2020, através de parcerias entre a Universidade, o Instituto Ecumam e indígenas. Com a reorganização e redefinição dos objetivos, o MUVA passou a focar:

- I - Objetos antigos sobre atividades ligadas à ocupação do ser humano em Juara e na microrregião do Vale do Arinos;
- II - Fósseis de animais pré-históricos;
- III - Materiais líticos e cerâmicos produzidos por indígenas e proto-indígenas;
- IV - Objetos/artefatos cerâmicos, da arte plumária, da cestaria, do artesanato, da caça e pesca do manejo de roças e outros produzidos por indígenas deste município e da microrregião do Vale do Arinos onde tenha anuência para atuar;
- V - Fotografias, e vídeos e registro técnicos de sítios e abrigos arqueológicos;
- VI - Fotografias, vídeos e registros técnicos de gravuras e pinturas rupestres;
- VII - Fotografias, vídeos e registro técnicos de cavernas (espeleologia), cachoeiras e quedas d'água, naturais, paredões e chapadas;
- VIII - Todo o acervo fotográfico e videográfico iconográfico e de registros técnicos de importância histórica, cultural e natural do município de Juara e da microrregião do Vale do Arinos onde tenha anuência para atuar;
- IX - Outros bens do patrimônio histórico, cultural e natural definidos pelo Museu como pertinentes à sua coleção e/ou de seu interesse;
- X - fotografias, vídeos e registros técnicos de edificações antigas das missões e do período de colonização (JUARA, 2020, art. 4, p.1-2).

Esses enfoques contrastam com a proposta do museu municipal de 2011, que buscava salvaguardar histórias e memórias dos colonizadores. No MUVA, ampliou-se a perspectiva de história, indo para além da valorização do passado heroico de uns grupos sociais, onde as coleções científicas abrangeram também as áreas de: arqueologia, etnografia, meio ambiente, paleontologia, espeleologia, etnografia, geologia e artes, compostas por fotografias físicas e digitais, peças arqueológicas oriundas dos povos indígenas da região, documentos e obras de arte (Tabela 50).

Tabela 50: Tipos Gerais de Acervos do MUVA

Histórico	<i>“Documentos iconográficos; fotografias; audiovisual; patrimônio material (rua histórica de paralelepípedo, cinema da década de 1970; máquinas de datilografia; câmeras fotográficas; TVs; rádios; cédulas de dinheiro; moedas; discos vinil e CD; fitas VHS; aparelho de vídeo K7; revistas; jornais; livros; objetos relacionados a vida rural; radiolas; tear de madeira; aparelhos de rádios (primeira rádio local); aparelhos hospitalares (primeiro hospital da cidade) entre outros”.</i>
Arqueológico	<i>“Líticos polidos; líticos lascados; bacias de oficina lítica; cerâmicas, sítios arqueológicos, abrigos rupestres”.</i>
Etnológico	<i>“Cestaria; plumária (cocares e corpo); arco e flecha; remos; bordunas; colares (pescoço, braços, pernas e corpo); chocalhos ritualísticos; óleos corporais e de cabelo; sementes, pinturas tradicionais indígenas na parede do prédio entre outros (todos relacionados às etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsá)”.</i>
Natural	<i>“Insetários diversos; paleontológico; registros fotográficos de cavernas, grutas, paredões; chapadas, rios, ilhas, florestas (fauna e flora regionais) – uma ilha no rio Arinos para a construção de uma Estação Ecológica (em processo de aquisição)”.</i>
Artístico	<i>“Telas; esculturas em madeira; artesanatos em madeira, pano, plástico, metal; mesas, bancos, cadeiras, pinturas em tecidos; bonecas de pano; brinquedos artesanais; livros regionais; artesanatos diversos da cadeia pública de Juara; artesanatos da Associação de Artesãos do Vale do Arinos – estes materiais se dividem em acervos permanentes e para comercialização”.</i>
Geológico	<i>“Exemplares de diferentes mostras geológicas regional (pedras utilizadas para fabricar joias)”.</i> (Acervo permanente).

Fonte: MUVA (2022); Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Os itens das coleções foram coletados principalmente a partir dos projetos de pesquisa e extensão da Unemat, interligados a projetos culturais executados pelo Instituto Ecumam, que tem como ponto de concentração e articulação o MUVA, a unidade administrativa municipal.

Contudo, não fica clara a propriedade dos bens acondicionados no MUVA, fazendo-se necessário a construção de um dispositivo legal e normativo, com definição clara dos critérios de posse, destinação e propriedade das coleções científicas materiais físicas e digitais produzidas, armazenadas, conservadas e expostas no e partir do museu.

Projetos de extensão e culturais executados em territórios indígenas com a finalidade de identificar sítios arqueológicos (Figura 138), inclusive sob demanda de etnias e lideranças indígenas, tem possibilitado o registro documental de saberes e fazeres, o apoio ao desenvolvimento do artesanato indígena, revelando-se importante na construção e ampliação das coleções, como as de arqueologia e etnográfica (Figura 140).

Figura 138: Visita ao Sítio arqueológico “Lage I” localizado em Juara-MT.



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Figura 139: Peças da coleção de etnografia.



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

A partir de um achado paleontológico, indicado como um fóssil de uma preguiça gigante, o MUVA estendeu as suas coleções para a área da paleontologia (Figura 140).

Figura 140: Peça que compõem parte das coleções paleontológica, geológica e arqueológica.



Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Da coleção etnográfica, parte das peças expostas são cedidas por lideranças indígenas, que ficam disponíveis para venda aos visitantes (Figuras 141 e 142).

Figura 141: Artesanatos indígenas expostos e a venda.

Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Figura 142: Artesanatos indígenas expostos e a venda

Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Nas coleções de história e artes, as peças expostas (figuras 143 e 144) são de propriedade do Instituto Ecumam, porém isso vem sendo avaliado diante do interesse em transferir definitivamente às instituições públicas. Conforme relatório do MUVA e fala do diretor, isso poderá acontecer na medida em que o MUVA passar a ser implantado efetivamente na administração municipal.

Figura 143: Acervo Histórico de Numismática

Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

Figura 144: Artesanatos indígenas e obras de arte expostos e a venda

Fonte: Moraes (2022); MUVA (2022).

De toda forma, sendo ou não da universidade, essa possui responsabilidades compartilhadas com a administração municipal e o Ecumam na conservação do acervo, tal como consta definido pela Constituição Federal, art. 216, § 1º, onde a preservação passou a ser de responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade.

Atualmente, o acervo do MUVA possui aproximadamente 219 peças, dentre físicas e digitais, distribuídas pelas áreas de: arqueologia, história local, ciências biológicas e ambientais, paleontológico, geológico, artístico e etnográfico (Tabela 51).

Tabela 51: Coleções do Museu de Vale do Arinos - MUVA*

Acervo	Quantidade de objetos¹	de Discriminação da coleção
1) Arqueológico	Acervo Físico: 50 peças Exposição: 00 peças	Artefatos líticos polidos e cerâmicos, sítios arqueológicos, abrigos de pinturas rupestres e petroglifos registrados junto ao CNSA e identificados (não registrado no CNSA).
	Acervo Digital: 10 peças	Fotografias não estão inventariadas.
Local de Guarda: Sala de Exposição		
2) Histórico	Acervo Físico – 18 peças Exposição: 18 peças	Documentos iconográficos; fotografias; audiovisual; patrimônio material (rua histórica de paralelepípedo, cinema da década de 1970; máquinas de datilografia; câmeras fotográficas; TVs; rádios; cédulas de dinheiro; moedas; discos vinil e CD; fitas VHS; aparelho de vídeo K7; revistas; jornais; livros; objetos relacionados a vida rural; radiolas; tear de madeira; aparelhos de rádios (primeira rádio local); aparelhos hospitalares (primeiro hospital da cidade) entre outros.
	Acervo Digital: 05 peças	Fotografias não estão inventariadas.
Local de Guarda: Sala de Exposição		
3) Natural	Acervo Físico – 50 peças Material.: 00 peças Réplicas: 00 peças Exposição: 00 peças	Insetário e uma área verde, identificação de chapada.
	Acervo Digital: 05 peças	Fotografias não estão inventariadas.
Local de Guarda: Câmara Setorial de Natureza e Área Externa		
4) Paleontológico e Geológico	Acervo Físico – 01 peça Exposição: 01 peça	Possível fóssil de preguiça gigante. Líticos polidos; líticos lascados; bacias de oficina lítica; cerâmicas, sítios arqueológicos, abrigos rupestres.
	Acervos Digitais: 05 peças	Fotografias não estão inventariadas.
Local de Guarda: Sala de Exposição		
5) Artístico	Acervo Físico - 10 peças	Telas em óleo, pinturas em isopor, presépio em barro, escultura/quadro em barro, esculturas em fibra de vidro, pinturas em quadros de fibra de vidro, fonte e escultura em cimento, mapa antigo. As obras de artes plásticas foram doações de artistas cacerenses e de outras partes do estado. Artesanatos
	Acervo Digital: 05 peças	Presente no site. Os demais não estão inventariados.
Local de Guarda: Sala de Exposição.		
6) Etnológico	Acervo Físico: 60 peças Exposição: 40 peças	Plumária e artesanatos Kayabi, Apiaká e Munduruku.
	Acervo Digital: --	--
Local de Guarda: Sala de Exposição		

¹ Quantidade aproximada, considerando que o acervo se encontra em fase de organização. *Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado Levantamento por formulário no mês de setembro de 2021. Responsável: Saulo Augusto de Moraes.

Apesar de estar acondicionado no imóvel do MUVA, os acervos etnográfico, arqueológico, geológico, histórico e artístico encontram-se sob a guarda principal do Instituto Ecumam, com parte dele exposto para visitação ou acondicionados nas salas das câmaras técnicas e outras dependências, por meio de cessão ao museu. No que se refere aos instrumentos de inventário e gestão das coleções, pode-se identificar que apenas uma pequena parte encontra-se inventariada.¹⁴⁰ Quanto ao acervo digital e a documentação museológica, estes encontram-se acondicionados nos bancos de dados e equipamentos tanto do museu quanto dos coordenadores dos projetos e membros da diretoria.

Diante do exposto, com o diagnóstico realizado, a Unemat passa a ter informações tanto do montante geral, quanto das fragilidades nas condições de conservação e acondicionamento, possibilitando desenvolver um planejamento voltado para fomentar e investir em pesquisas, formação e extensão, considerando as ações de conservação, estudo etnográfico, arqueológico.

Nesse sentido, a Universidade desempenha papel essencial nessas áreas e funções a partir do quadro de pesquisadores que atuam tanto nas áreas de preservação do patrimônio cultural e dos museus quanto na desconstrução de processos e valores que privilegiam de determinados grupos sociais e provocam uma violência simbólica e cultural nos grupos subalternizados.

Apesar da vigência do Estatuto dos Museus e do Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso, o MUVA não possui um plano museológico com estratégias de ação a curto, médio e longo prazo para superar os problemas ligados aos programas de recursos humanos, arquitetônico, financeiro, conservação, comunicação e educação, bem como não tem uma política de documentação museológica, de aquisição e de descarte de acervos físicos e digitais.

As coleções do MUVA compõem um cenário aberto na sala de exposição que além de atender a comunidade local, também são expostas e utilizadas no desenvolvimento de estágios curriculares supervisionados e disciplinas regulares dos cursos de Pedagogia e Administração da Unemat. Conforme Relatório Técnico do MUVA (2022), desde 2018 o MUVA possibilitou o desenvolvimento de relatórios de estágio, em torno de 5 artigos publicados em anais de evento e revistas (como a Revista de Antropologia da USP e eventos internacionais na Argentina e no Brasil – Rede-CT), uma monografia e uma dissertação de mestrado (PPGEdu/Unemat), além de publicações em anais de eventos científicos locais.

Apesar da presença de artefatos arqueológicos e manifesto interesse, o museu ainda não se tornou uma Instituição de Endosso e Guarda de Acervo Arqueológico. Pois, para isso

¹⁴⁰ Conforme relatos do coordenador do museu em reuniões de planejamento e construções da proposta da política universitária que aconteceram nos anos de 2020 e 2021

deverá se adequar as normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que regulamenta e credencia as instituições em nível nacional.

Ao analisar as exposições, o acesso pela comunidade externa e os projetos educacionais a partir dos anuários estatísticos da Unemat, de 2018 a 2020, constatou-se que o MUVA não aparece enquanto um museu, mas sim enquanto um projeto de extensão, sem informações sobre as visitas e serviços disponibilizados. Ainda assim, foram identificados junto a realização do: Colóquio de Arqueologia e Educação Patrimonial do Vale do Arinos- C-ARQ; Seminário de Educação Ambiental e História Natural do Vale do Arinos- SEAH; Feira Cultural de Economia Solidária e Criativa do Vale do Arinos- FESC; Festival de Canção do Vale do Arinos – FESCAVALE (MUVA, 2020).

5.6 - Comunicação: atendimento, meios e instrumentos usados pelo MUVA

A comunicação museológica do MUVA foi analisada a partir das linguagens expressas nas suas coleções, arquitetura e lugar, fazendo-se necessário a identificação de um conjunto de elementos que se conformavam enquanto sistema de comunicação museal (DESVALLÉES, 2014). Para tanto, observou-se diferentes plataformas e redes sociais, como Facebook, Instagram, Tik Tok¹⁴¹, Youtube¹⁴² e Twitter,¹⁴³ catálogos, entre outros, para apontar os seus pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças a política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat.

O museu possui um site institucional, que foi criado em 2019 e dois (02) canais nas redes sociais, uma fanpage do Facebook e uma no Instagram. De contato oficial direto e a distância, além das redes sociais, também consta: **i) E-mail:** museudovaledoarinos@gmail.com; **ii) telefone:** (66) 3556-1808.

Diante das despesas necessárias para manter o *site* oficial, no período dessa pesquisa estava fora do ar, mas ainda com exposições virtuais e descrição de parte do acervo acessíveis através do repositório virtual de sites <https://web.archive.org/web/20200812001018/http://www.museudovaledoarinos.org.br/>. A *fanpage* no Facebook encontra-se em uso. Os canais no Instagram e no Facebook foram criados ao longo dos anos de 2019 e 2020, respectivamente (Tabela 52).

¹⁴¹ A TikTok é uma plataforma líder para criar e compartilhar vídeos curtos (a «Plataforma»). In: Tik Tok. Termos de Serviços, março de 2022. Disponível em: https://www.tiktok.com/legal/terms-of-service?lang=pt_BR

¹⁴² Plataforma de audiovisual voltada para o compartilhamento de informações. De acordo com a empresa, a sua “missão é dar voz a todos e mostrar a eles o mundo. Acreditamos que todos merecem ter voz e que o mundo é um lugar melhor quando ouvimos, compartilhamos e construímos comunidade por meio de nossas histórias”. In: Youtube. Sobre a Empresa, março de 2022. Disponível em: <https://about.youtube/>

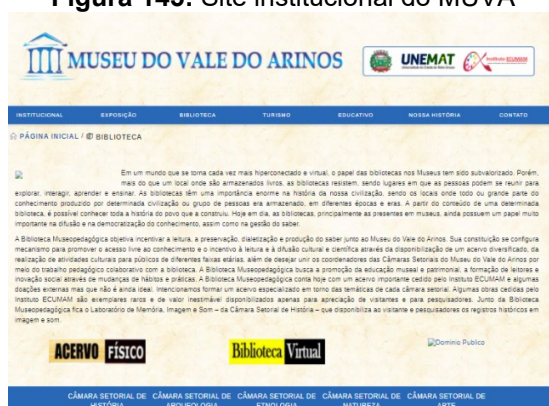
¹⁴³ É uma rede social com característica de microblog pessoal. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/twitter>

Tabela 52: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MUVA

Rede	Criação	Publicações	Última Atualização	Inscritos	Seguindo
Instagram	20/12/2020	13	23/03/2022	280	--
Fanpage Facebook	06/02/2020	32	23/03/2022	1.177	-
Site	12/2019	diversas	12/2020	--	--

Fonte: Arruda (2022b).

A presença do MUVA na internet acontece através de três canais, compostos pelas redes sociais e seu *site* oficial (Figuras 146 a 149). O MUVA não possui contas no Tik Tok, Twitter e nem comunidade no Facebook, tal como identificado noutros museus da Unemat.

Figura 145: Site institucional do MUVA

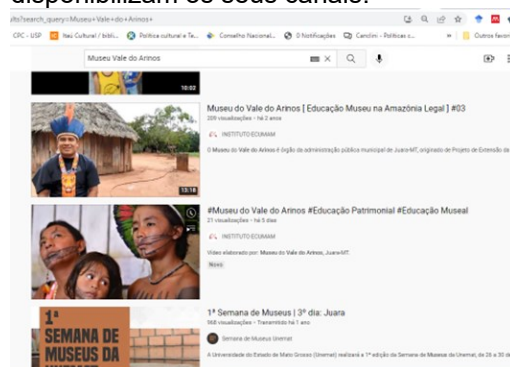
Fonte: Site oficial do MUVA.

Figura 146: Instagram do MUVA

Fonte: Canal oficial do MUVA.

Figura 147: Fanpage do MUVA no Facebook.

Fonte: Canal oficial do MUVA.

Figura 148: O MUVA não possui conta no Youtube, porém, a Unemat e o Ecumam disponibilizam os seus canais.

Fonte: Canal oficial da Unemat e do Ecumam.

No ano de 2019, a partir da criação do seu site oficial, conforme livro de registro – disponível fisicamente na instituição – de visitas *on-line* o site institucional www.museudovaledoarinos.org.br registrou 9.500 visitas.¹⁴⁴ Além de estar fora do ar, até maio de 2022 o Site do MUVA não estava vinculado a estrutura de comunicação oficial da Universidade e nem do município de Juara.

¹⁴⁴ Dentre essas visitas presenciais e *online* tiveram indicações de pessoas do incluindo países como “Estados Unidos da América, Canadá, Portugal, Nigéria, Costa do Marfim, Romênia, Filipinas, Suíça entre outros, e cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, São Luís, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Ribeirão Preto, e cidades do estado de Mato Grosso como Cuiabá, Sinop, Tangará da Serra, Juína, Barra do Garças, Lucas do Rio Verde, Cáceres entre outras” (MUVA, 2022, p.4).

Acerca de canais no Youtube e no Tik Tok, pode-se constatar que os eventos foram transmitidos através do Facebook e dos canais da Unemat. Na página do Facebook, o museu encontra-se aberto para visitação do público, respeitando as normas da pandemia para atender os requisitos de combate a pandemia do novo Coronavírus. O funcionamento encontra-se publicitado na fanpage do Facebook das 08h às 21h.

O MUVA contava com expressiva participação presencial de escolas públicas e visitas de moradores e turistas até final de 2019, período de início da pandemia da Covid, que suspendeu as visitas públicas. Neste ano, foram registradas “1.651 visitas físicas, e visitas guiadas de 04 escolas públicas de educação básica, dentre as quais uma escola rural, todas com grupos entre 20 e 30 alunos (as)” (MUVA, 2022, p.04). Os registros de atendimento ao público acontecem de forma manual através do Livro Ata, que fica na entrada e saída. Apesar desse registro, nos relatórios anuais não foram identificados nesse atendimento os visitantes portadores de alguma deficiência; as visitas técnicas e estágios de observação atendidos pelos serviços de acervo; os visitantes em geral e de escolas visitantes. Além disso, o museu não tem produzido catálogos das exposições permanentes e materiais instrucionais desenvolvidos a partir dos acervos para suprir a comunicação museal.

Nas redes sociais, a comunicação museológica não contempla os diferentes públicos com deficiência física visual. Além disso, identificou-se pouca variedade de material instrucional.

No âmbito da Universidade, há preocupação com a comunicação, especialmente para sejam divulgadas as ações de extensão executadas através dos museus. Contudo, a baixa adesão tem forte relação com ausência de profissionais da comunicação na equipe técnica do museu e os poucos recursos financeiros destinados pelas instituições públicas envolvidas.

5.7 - Investimentos no MUVA

Os investimentos financeiros no MUVA aconteceram através de diferentes fontes de incentivo. Dentre elas estão: a Universidade, a Prefeitura de Juara e projetos incentivados pelo Fundo Estadual de Cultura. Nesse diagnóstico, não foi possível levantar os investimentos anuais e pormenorizados pelas três instituições mantenedoras. Portanto, faz-se necessário um estudo técnico dos investimentos em recursos humanos, aquisição de equipamentos, serviços técnicos especializados de terceiros, construção de reservas técnicas e laboratórios etc.

Por outro lado, há custeios que aparecem a partir dos projetos de extensão e pesquisa, já apresentados, mesmo estando institucionalizados sem ônus para a Universidade. A partir desses, foi possível viabilizar a participação de professores nas coordenações de áreas técnicas e no Conselho Curador, bem como permitiram a formação através do financiamento

de bolsas de extensão e estagiários. Além disso, a universidade tem contribuído para a realização dos eventos.

Contudo, não há aporte financeiro regular e anual para o desenvolvimento de ações vinculadas aos programas de formação, seja para ofertar vagas de estagiários, seja para capacitação nos níveis de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu* dos profissionais envolvidos em todas as áreas do museu.

Em que pese ser um museu municipal, ao partilhar a gestão junto com a sociedade civil, justifica-se os recursos financeiros demandados para suprir as necessidades técnicas e administrativas, bem como para fazer cumprir a missão e objetivos traçados no Estatuto e no Regimento Interno do MUVA, que vão ao encontro do investimento em pesquisa, ensino e extensão da Universidade.

Na gestão administrativa museológica, embora haja um quadro de profissionais razoável indicado através das três instituições gestoras para coordenar os setores de abrangência, faltam recursos financeiros e vontade política para viabilizar a contratação de técnicos especializados, bem como remunerar os coordenadores das áreas.

A prefeitura de Juara tem garantido o investimento para a contratação do diretor e serviços de limpeza e segurança das áreas externa e internas do museu.

O Ecumam conseguiu aprovar dois projetos culturais por editais do Fundo Estadual da Cultura de Mato Grosso em 2019, que possibilitou a ampliação de pesquisas e ações através da contratação de recursos humanos.

Por outro lado, não há programas e projetos para subsidiar a gestão da preservação dos acervos através da catalogação, inventário e disponibilização digital para consulta e pesquisas. Parte dos projetos institucionalizados na Universidade também provém de projetos culturais aprovados em editais de pesquisa ou cultural de fundos de investimentos públicos, sendo coordenados por meio do Instituto Ecumam ou da Unemat.

A Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat, aprovada em 09 de maio de 2022 pelo Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONEPE), abre a possibilidade de maior investimento nas atividades dos museus associados a Rede de Museus da Unemat. Contudo, a ausência dos instrumentos de planejamento e gestão, como o Plano Museológico,¹⁴⁵ pode implicar em dificuldades para a consolidação das atividades, a efetividade dos projetos de extensão e pesquisa e a implementação da política universitária.

¹⁴⁵ Acerca do planejamento, observou-se a ausência do aporte de recursos financeiros para viabilizar a contratação de profissionais voltados para subsidiar a elaboração de: Plano Museológico; Programa de Aquisição e Descarte de Acervos Físicos e Digitais; Programa Educativo; Programa de Desenvolvimento de Projetos; Programa de Comunicação; Programa de Pesquisa e Extensão a partir dos acervos científicos; Programa de Combate a Incêndios, Furtos e Roubos.

5.8 - Gestão e planejamento do MUVA

O MUVA constitui-se como uma autarquia da administração pública municipal de Juara/MT, com gestão compartilhada junto com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus de Juara/MT e o Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos - ECUMAM, criado pela Lei Municipal N° 2.682/2018 e reorganizado pela Lei Municipal nº 2874, de 16/10/2020. O Museu do Vale do Arinos ainda não dispõe de recursos financeiros próprios. Nem os recebem da administração municipal. Contudo a administração municipal está autorizada pela Câmara Municipal a fazer repasses financeiros, o que ainda não ocorreram.

A Unemat e a Prefeitura de Juara, juntas, tem cedido equipamentos como: computadores, mesas, armários, ar-condicionado, bebedouro e sistema de segurança digital (câmeras de circuito interno). Além disso, conforme exposto, a prefeitura cedeu equipamentos (em menor quantidade) e designou dois vigilantes noturnos, presenciais, e custeia o telefone fixo, internet, energia e água. Em janeiro de 2022, a Unemat contratou uma estagiária para cumprir meio expediente de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos (Arruda, 2022).

Os Problemas de infraestrutura predial ficavam sob responsabilidade da prefeitura. A limpeza do museu é realizada duas vezes por semana dividida entre uma colaboradora da prefeitura e outra da Unemat. O Instituto Ecumam é responsável pela identificação, traslado e custeio de acervos em geral, além de quatro colaboradores fixos junto ao Museu do Vale do Arinos. O MUVA reivindica o caráter regional e tem buscado anuência formal das prefeituras das cidades de Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã para atuar livremente na identificação, coleta e estudo de patrimônios históricos e culturais. Também tem conquistado anuência formal de povos indígenas da região para atuar nas Terras Indígenas (MUVA, 2022).

Neste diagnóstico museológico, consta uma análise dos pontos positivos e negativos do museu e das fragilidades da Universidade. Para tanto, conforme exposto, metodologicamente, as análises e a organização das variáveis foram pautadas nas matrizes SWOT/FOFA, PESTEL e GUT, aos quais foram organizadas um conjunto de variáveis que refletiam a situação do museu. Neste estudo não foi realizado análise técnica referente a conservação do acervo, manutenção predial e de investimentos financeiros, bem como análise de risco. As análises referentes a conservação do acervo, os agentes de deterioração e a manutenção e condição predial ocorreram a partir de levantamentos documentais, porém, com restrições de acesso as fontes documentais, limitação financeira e tempo indisponível.

Os investimentos financeiros foram considerados apenas parcialmente, em especial a partir de custos de serviços e custeio com recursos humanos. Foram analisados

principalmente os instrumentos de gestão e governança, recursos humanos, organização e lotacionograma, planejamento e parte dos instrumentos de financiamento, integrados a projetos e programas, aos quais são apresentadas a seguir a partir das tabelas, percentuais e quadros.

No que se refere ao índice de favorabilidade, calculado através dos resultados da matriz SWOT, pautada na Matriz GUT, identificou-se que está em -6%, demonstrando um cenário desfavorável. Nesse caso, pode-se indicar a necessidade de investir mais tempo em análise para encontrar melhores estratégias para solucionar os problemas internos, inclusive na construção de planos de ações direcionados a mitigar as principais ameaças e para diminuir o peso negativo de algumas fraquezas (Tabela 53).

Tabela 53: Análise dos percentuais e valores dos fatores internos e externos (MUVA).

Fatores		%	Valor	Tópico mais relevante e análises
Internos	Forças	29%	1828	<p>Tópico mais relevante: estrutura de gestão, com espaço democrático e plural de representatividade entre os diferentes grupos sociais da região.</p> <p>Análise: As forças estão mais baixas que as fraquezas. Importante elaborar o plano museológico, com plano estratégico anual de ação contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos.</p>
	Fraquezas	32%	2024	<p>Tópico mais relevante: ausência de recursos financeiros para o pagamento do quadro de profissionais especializados, que ainda são insuficientes.</p> <p>Análise: As fraquezas estão maiores que as forças. Isso é um sinal de alerta que existem ações que demandam atenção e melhoria de modo a efetivar a implantação do Museu a partir da categoria de Museu Associado. Importante desenvolver o termo de cooperação e o plano museológico, com plano estratégico anual de ação contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos. Sugere-se investir em articulação política interna na universidade, visando implementar e fortalecer a Rede de Museus, de modo que possa abrir concurso público para atender as demandas das áreas técnicas do museu.</p>
Externos	Oportunidades	19%	1221	<p>Tópico mais relevante: possibilidade de promover a formação e capacitação de recursos humanos a partir da oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação nos campos da preservação do patrimônio cultural, da gestão museus e conservação dos acervos museológicos, bem como o apoio à implementação e efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT.</p> <p>Análise: Há mais oportunidades do que ameaças e isso indica um futuro promissor, só falta alinhar quais forças vão otimizar as chances delas acontecerem de fato.</p>
	Ameaças	19%	1198	<p>Tópico mais relevante: ausência dos museus no planejamento estratégico e relatórios da Universidade e as leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual a partir de 2018, com sugestão de se investir em articulação política interna e externa.</p> <p>Análise: As ameaças estão um pouco abaixo das oportunidades. Como sugestão, destaca-se a necessidade de pensar em planos de ação anual para diminuir os riscos delas acontecerem o quanto antes. Sugeriu-se investir em articulação política interna e externa junto a diferentes atores sociais ligados ao congresso nacional, assembleia e câmaras municipais legislativas, conselhos de cultura, redes de profissionais de museus e patrimônio e movimentos sociais que atuam em ambientes nacionais, estaduais e municipais, visando fortalecer e ampliar as ações tanto da Rede de Museus da Unemat quanto de outras redes e fóruns de profissionais de modo que possa viabilizar as demandas das suas áreas técnicas, inclusive para abertura de concurso público ou contratação de técnicos.</p>

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

As análises e os fatores acima decorreram do diagnóstico e do estudo técnico desenvolvido por Arruda (2022) ao longo dos debates no processo de formulação da política

universitária de museus e patrimônio cultural, ampliados para esta pesquisa de tese, onde foi possível construir, quantificar, analisar e qualificar um conjunto de fatores internos e externos.

No âmbito dos fatores internos do MUVA, foram construídos e analisados vetores relacionados as forças, com 30 tópicos e as fraquezas, com 22 (ANEXO 15 e 16). A partir destes, com base na matriz GUT, elencou-se outros dez (10) principais fatores internos (Tabela 54).

Tabela 54: 10 Fatores internos – Análises das Forças e Fraquezas do MUVA

Análise das forças	954	Análise das fraquezas	1200
Possui estrutura de gestão democrática e igualitária, com integração de povos indígenas e sociedade civil organizada	125	Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	125
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	125	Acessibilidade comunicacional, atitudinal e metodológica ao conteúdo do museu para pessoas com deficiência e estrangeiros	125
Estrutura institucional com autonomia pedagógica, administrativa e financeira	100	Dependência de recursos financeiros público por meio de acesso a editais	125
Baixa rotatividade de Profissionais	100	Quadro de profissional, com técnicos especializados com plano de carreira ou contratados	125
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	100	Plano Museológico, com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	125
Plano Estratégico de Ação Anual, partindo de Projetos de Pesquisa e Extensão	100	Recursos financeiros com financiamento perene e suficiente para garantir as ações de pesquisa, comunicacional, difusão científica e administrativa do Museu	125
Acesso público, gratuito aos acervos, com horários de abertura definidos e publicizados	80	Manutenção e atualização do site, vinculando-o ao site oficial da Unemat	125
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	80	Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubo, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	125
Ações, programas e projetos de extensão, ensino e pesquisa	80	Insuficiência de recursos financeiros para desenvolver as ações, programas e projetos de extensão, ensino e pesquisa	100
Equipe coesa, entrosada e engajada	64	Banco de dados com inventário digital de todos os acervos disponível para consulta e pesquisa	100

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Acerca dos fatores externos mais relevantes, as análises apontam para um conjunto de 22 oportunidades e 13 ameaças (ANEXO 17 e 18). A partir destes foram elencados outros dez (10) principais fatores externos (Tabela 55).

Tabela 55: Fatores Externos – Análises das Oportunidades e Ameaças do MUVA

Top 10 - Oportunidades	808	Top - 10 Ameaças	1015
Promover formação e capacitação de recursos humanos a partir da oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação nos campos da preservação do patrimônio cultural, da gestão museus e conservação dos acervos museológicos.	125	Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	125
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	125	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	125
Produção de Informações Científicas, popularização da ciência e socialização do conhecimento	100	Ausência de concurso público ou contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	125
Aproveitar políticas governamentais	75	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	125
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade	75	Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	100
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	75	Instabilidade financeira da Universidade, com pouco aporte aos projetos e museus	100
Promover a integração entre o conhecimento científico e o conhecimento popular	75	Desinteresse por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus e de ações socioambientais	80
Possibilidade de parcerias estratégicas	60	Recursos humanos e empresas especializados com número limitados no interior de Mato Grosso	80
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	50	Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional (Pontos de Cultura e de Memória)	80
Consolidar enquanto referência de museu universitário na região norte de Mato Grosso e Centro-Oeste	48	Falta de efetividade e Eficiência dos Sistemas, Planos e Fundos Nacionais, Estadual e Municipais de Cultura	75

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

As forças e fraquezas, oportunidades e ameaças foram identificadas através do diagnóstico museológico e da pesquisa documental, podendo subsidiar não apenas a

construção dos valores e diretrizes da política universitária de museus e patrimônio, mas também a elaboração dos instrumentos de planejamento das ações e investimentos prioritários da universidade, da prefeitura de Juara e do Ecumam no âmbito do MUVA.

Com isso, também foi construída uma análise cruzada dos fatores internos e externos de forma a identificar as possíveis estratégias de ação de modo a impulsionar as forças e reduzir as fraquezas, relacionando-as com oportunidades e ameaças. Neste sentido, foram correlacionadas cinco (05) principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (as mais bem pontuadas em "Fatores internos" e "Fatores externos") a fim de apontar de forma objetiva as sugestões de estratégias e ações (Quadro 14). Ao serem correlacionadas com os problemas enfrentados no âmbito das políticas culturais, também se pensou tanto na missão, valores e objetivos da universidade perante a sociedade quanto nas questões territoriais que permeiam as construções e fortalecimentos das identidades territoriais, da inclusão social, da promoção do desenvolvimento social.

Quadro 14: SWOT CRUZADA – Análise após comparação entre forças e oportunidades / Fraqueza e ameaça do MUVA.

Forças e Fraquezas	Unidade	Oportunidades e Ameaças	Unidade	Tipo de estratégia	Recomendação
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Força	Possibilidade de parcerias estratégicas	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Possui estrutura de gestão democrática e igualitária, com integração de povos indígenas e sociedade civil organizada	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Força	Ausência de concurso público ou contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Baixa rotatividade de Profissionais	Força	Recursos humanos e empresas especializados com número limitados no interior de Mato Grosso	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Força	Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional (Pontos de Cultura e de Memória)	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Fraqueza	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Plano Museológico, com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	Fraqueza	Instabilidade financeira da Universidade, com pouco aporte aos projetos e museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Estrutura institucional com autonomia pedagógica, administrativa e financeira	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.

Forças e Fraquezas	Unidade	Oportunidades e Ameaças	Unidade	Tipo de estratégia	Recomendação
Recursos financeiros com financiamento perene e suficiente para garantir as ações de pesquisa, comunicacional, difusão científica e administrativa do Museu	Fraqueza	Ausência de concurso público ou contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubo, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Fraqueza	Instabilidade financeira da Universidade, com pouco aporte aos projetos e museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Estrutura institucional com autonomia pedagógica, administrativa e financeira	Força	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Fraqueza	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Plano Museológico, com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	Fraqueza	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Quadro de profissional, com técnicos especializados com plano de carreira ou contratados	Fraqueza	Ausência de concurso público ou contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Recursos financeiros com financiamento perene e suficiente para garantir as ações de pesquisa, comunicacional, difusão científica e administrativa do Museu	Fraqueza	Ausência de concurso público ou contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

CAPÍTULO 6
DIAGNÓSTICO DO MUSEU CASA BORGES

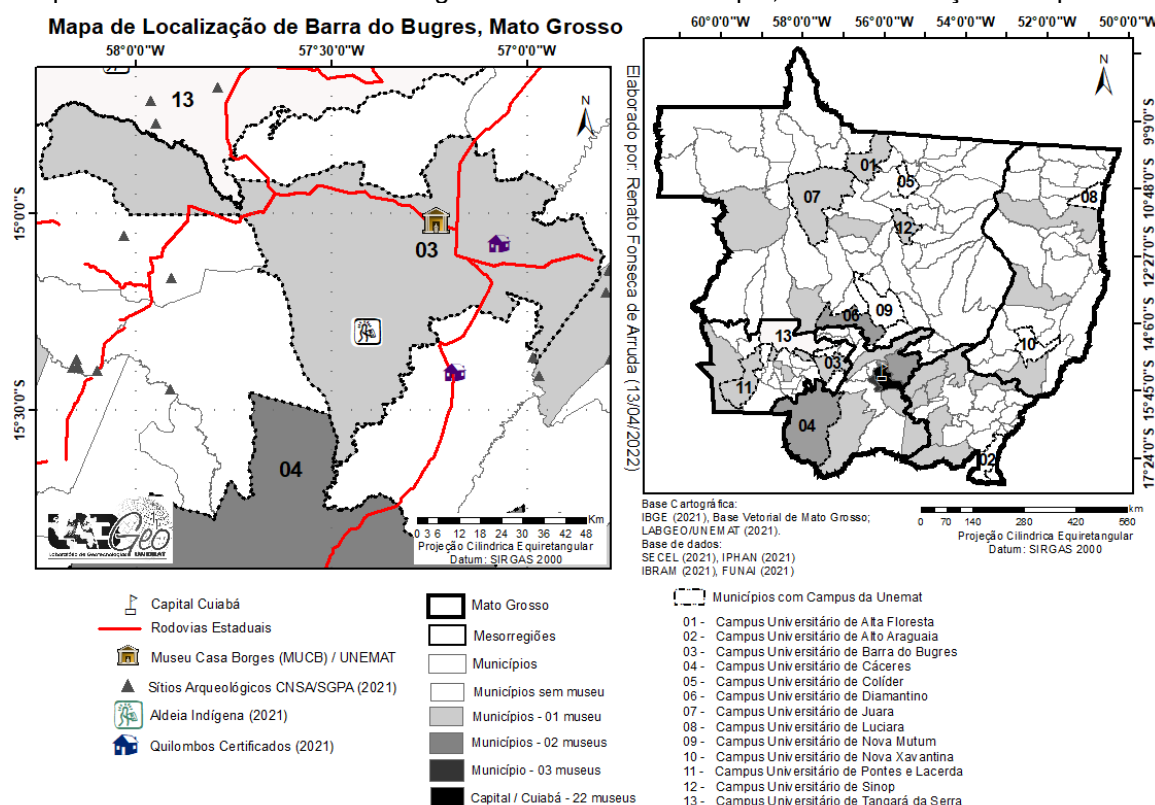
6. DIAGNÓSTICO DO MUSEU CASA BORGES (MUCB)

Este capítulo traz o diagnóstico museológico do Museu Casa Borges (MUCB), com identificação dos fatores internos e externos que afetavam as ações do museu. Para tanto, serão apresentados a trajetória do MUCB, suas áreas de atuação, sua forma de organização, governança, infraestrutura e instrumentos de comunicação. Também constam 10 forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, que foram analisadas com o propósito de subsidiar a identificação de problemas e a elaboração de diretrizes da política universitária dos museus e patrimônio cultural da Unemat.

6.1 – Localização do Museu Casa Borges - MUCB

O Museu Casa Borges encontra-se localizado na cidade de Barra do Bugres, na mesorregião sudoeste do estado de Mato Grosso,¹⁴⁶ faixa de transição entre os biomas amazônico, cerrado e pantanal, distante a 164 km da capital Cuiabá e a 153 km de Cáceres, sede da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Essa mesorregião possui seis municípios com bens tombados em nível estadual e outros três municípios com um museu, cada (Figura 149).

Figura 149: Localização do município de Barra do Bugres e do Museu Casa Borges, vinculado ao Campus Universitário de Barra do Bugres e a Prefeitura Municipal, com identificação dos quilombos.



¹⁴⁶ A mesorregião sudoeste do estado de Mato Grosso é uma divisão político-administrativa composta por 22 dos 141 municípios. É dividida em três (03) microrregiões (Alto Guaporé, Tangará da Serra; Jauru), que é habitada por aproximadamente 365 mil de pessoas de diferentes grupos sociais (IBGE, 2021b).

Barra do Bugres possui atualmente uma extensão territorial de 5.976,86 km² e a população estimada de 35.642 habitantes, constituindo a 3^a maior concentração populacional da mesorregião sudoeste de Mato Grosso. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,693 e a sua receita corrente corresponde a 21^a com o produto interno bruto *per capita* de 36.984,98, colocando o município na 57^a posição estadual (IBGE, 2021b).

O município de Barra do Bugres foi fundado no dia 31 de dezembro de 1943 e instalado oficialmente em 19 de abril de 1944, após a sua emancipação de Cáceres. Entretanto, esse processo esteve intrinsecamente ligado as lutas pelo território que se estende às margens dos rios Bugres e Paraguai, historicamente ocupado pelo Povo Umutina e com áreas de quilombos. Entre metade dos séculos XIX e XX, aos poucos, essas terras cederam lugar a comerciantes e patrões poaeiros, que tinham como objetivo cultivar produtos de subsistência e explorar a poaia (ipecacuanha). Esse processo seguiu-se pela implantação da linha telegráfica pelo Marechal Rondon e pela luta contra a Coluna Prestes (OLIVEIRA, 2013 e 2019).

Esses eventos deixaram suas marcas históricas cravadas nos diversos lugares e na memória da cidade e do Estado. É a partir dessa ocupação, em meio a processos históricos de formação territorial, bem como da sua diversidade cultural que o município consolidou as suas referências culturais, como as festas de Santo, as práticas culturais do Siriri e Cururu, os rituais, os saberes e fazeres do Povo Umutina.

Apesar de não ter uma lei municipal de proteção do patrimônio cultural com os instrumentos de acautelamento (tombamento, registro, inventário, chancela da paisagem cultural), o sistema e fundo municipal de cultura, o município de Barra do Bugres possui no seu Plano Diretor de 2006, art. 71, inciso I, a Zona Urbana Especial de Interesse Histórico (ZEIH),¹⁴⁷ no qual possui diversos casarões antigos de tipologia neocolonial, *arte deco* e contemporânea, bem como continha as proposições de criação de um museu histórico municipal e um museu na Aldeia Umutina, especificamente nos casarões construído pelo militar sertanista Marechal Cândido Rondon, que são reconhecidos como patrimônio cultural pelo governo do Estado de Mato Grosso.

Dentre as referências culturais patrimonializadas e musealizadas, pode-se identificar que além da Zona Especial de Interesse Histórico e o Museu Casa Borges (MUCB), o município possui também dois imóveis tombados pelo governo estadual como patrimônio

¹⁴⁷ “Tem início na confluência da Rua Claro Ramos da Silva com a Rua Voluntários da Pátria; daí segue por esta última sentido “leste” até a Rua Silvio Monteiro; defletindo à esquerda, segue pela Rua Silvio Monteiro até a Rua Mato Grosso; defletindo à direita segue pela Rua Mato Grosso, cruzando a Avenida Marechal Cândido Rondon, até o limite da Escola Estadual José Ourives, incluindo-a; defletindo à direita por este limite até a Avenida Brasil; defletindo à esquerda pela Avenida Brasil, até a Avenida Deputado Hitler Sansão, deflete à direita por esta via, até a Rua Frederico Josetti; defletindo à direita segue por esta via, até a Rua Claro Ramos da Silva; daí deflete à direita pela Rua Claro Ramos da Silva, até chegar ao ponto inicial desta descrição, fechando uma área de 46.653,56 m² ou 4,66 ha.” (BARRA DO BUGRES, 2006, art. 71, inciso I);

cultural, dois sítios arqueológicos, um território com seis comunidades remanescentes de quilombo e três referências culturais de natureza imaterial registrados em nível federal. Estes formam um conjunto de sete bens culturais patrimonializados e/ou musealizados nas esferas federal, estadual e municipal (Tabela 56).

Tabela 56: Bens patrimonializados e/ou musealizados em Barra do Bugres (MT).

Nº	Bens e instituições culturais	Esfera	Tipo de acautelamento	Natureza do bem	Ano
1-	Sítio arqueológico - Gruta da Camarinha, arte rupestre	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1994
2-	Sítio arqueológico – Jauquara, sítio de superfície sobre elevação com artefatos líticos.	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Material	1994
3-	Modo de Fazer a Viola-de-Chocho	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2005
4-	Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH)	Municipal	Gestão Urbana	Patrimônio Material	2006
5-	Casas Históricas da Aldeia Umutina	Estadual	Tombamento Port. 036/2008	Patrimônio Material	2008
6-	Ofícios dos Mestres de Capoeira	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2008
7-	Roda de Capoeira	Federal	Registro	Patrimônio Imaterial	2008
8-	Território Vão Grande – Baixius, Buriti Fundo, Camarinha, Do Tinga, Morro Redondo, Queimado, Tinga, Vaca Morta, Vão Grande, Vãozinho, Vermelhinho.	Federal	Tombamento/ Quilombo	Patrimônio Cultural	1988

Fonte: IPHAN (2021a); MDS (2011); Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Nesse caso, a Unemat também contribuiu diretamente na implementação das políticas municipais setoriais de museus e do patrimônio cultural tanto através de seus profissionais e ações de extensão e pesquisa, quanto por meio do desenvolvimento de estudos técnicos e a musealização de casarão histórico. Esse fato foi analisado também nos casos do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), do Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), do Museu do Vale do Arinos (MUVA) e do Museu Casa Borges (MUCB).

6.2 – Museu Casa Borges (MUCB): de projeto de extensão à gestão compartilhada

A construção de dois museus em Barra do Bugres vem sendo debatida e desde o início da primeira década dos anos 2000 encontra-se institucionalizada pelas diretrizes da Política Municipal de Educação (BARRA DO BUGRES, 2019), da Política Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e da Política de Desenvolvimento Sustentável da Aldeia Umutina no Plano Diretor de Barra do Bugres, aprovado pela lei complementar municipal n.012 de 08 de dezembro de 2006, especialmente indicando a necessidade da criação do museu histórico municipal (BARRA DO BUGRES, 2006, Art. 47, Inciso VI) e do ‘museu na aldeia para exposição de objetos e documentos históricos da Aldeia Umutina e da Comissão Marechal Rondon’ (BARRA DO BUGRES, 2006, Art. 60, Inciso I).

A proposta de criação do MUCB surgiu em meio aos debates entre pesquisadores e alunos de diferentes áreas do conhecimento no Campus Universitário de Barra do Bugres desde 2005, indo ao encontro dos interesses locais que pensavam na construção de um museu indígena (UNEMAT, 2006).

Nesse contexto, incluía a proposta do “Museu Memória e Identidade Indígena”, debatida e aprovada no 2º Congresso Universitário da Unemat, que aconteceu em dezembro de 2008 (UNEMAT, 2008c). Como resultado dos debates, a Resolução *Ad Referendum* nº 018/2009 CONSUNI, além de criar o 3º Grau Indígena também incluiu o museu a ser implantado (UNEMAT, 2016b). Contudo, a implantação dessa proposta não aconteceu e foi reapresentada como Museu Oral das Línguas e Culturas Indígenas de Mato Grosso no documento orientador do 3º Congresso Universitário, instância máxima deliberativa, em novembro de 2017 (UNEMAT, 2017a). Foi aprovada a criação do acervo material e imaterial dos povos indígenas e a construção da política de gestão dos museus (UNEMAT, 2018f).

Nas propostas de museu indígena no âmbito da universidade, ambas estiveram vinculadas as ações da Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI), do Campus Universitário de Barra do Bugres. Através de seus cursos de graduação em licenciatura intercultural e pedagogia intercultural, buscava-se “reelaborar os processos históricos e atuais dos contatos interculturais e fortalecer a consciência de índios-cidadãos que mantêm as suas culturas, línguas e os seus projetos societários”.¹⁴⁸

Diferente da proposta do Museu Indígena da Unemat, no qual propunha primeiro a construção da sua estrutura física, o Museu Casa Borges (MUCB) foi implantado a partir de um conjunto de projetos de extensão e trabalhos de conclusão de curso entre 2012 e 2019, decorrentes de esforços políticos e técnicos de diferentes atores e grupos sociais, seja de alunos e professores pesquisadores do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Campus Universitário em Barra do Bugres, seja de munícipes e agentes políticos locais que incluíram na agenda política do município a proposta de construção do museu, legitimada pelo Plano Diretor, que constava a construção do museu histórico municipal desde 2006 (BARRA DO BUGRES, 2006, art. 47, inciso I).

Na universidade, as ações enfocaram principalmente os seguintes temas: técnicas de construtivas vernacular em adobe; tipologias arquitetônicas; história da arquitetura; história local; uso e sustentabilidade da conservação das casas indígenas e casarões antigos dos tempos dos padrões da poaia; ocupação e formação da cidade; e conservação do patrimônio edificado. Por outro lado, em 2015, antes da aquisição da Casa Borges, foi desenvolvido um trabalho de conclusão de curso com uma proposta de transformar a Casa num museu de história (FACCIONI, 2015).

¹⁴⁸ Histórico – Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI). **Portal UNEMAT** [Online]. dezembro de 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=historico>

As pesquisas dos alunos e ações extensionistas aconteceram principalmente sob a coordenação dos pesquisadores e professores das áreas de história e arquitetura, nos quais publicaram artigos acadêmicos, divulgando suas reflexões sobre alguns casarões, que depois passaram a compor a equipe dos projetos de criação e implantação do museu Casa Borges.¹⁴⁹

Em 2013, a Câmara Municipal de Barra do Bugres aprovou a Lei Municipal Nº 2.072/2013, com base no Plano Diretor e os apontamentos da ZEIH, autorizando o Poder Executivo Municipal a adquirir o imóvel de adobe e tipologia neocolonial, construído na década de 1950, considerado de interesse histórico, a fim de implantar a Casa de Cultura (BARRA DO BUGRES, 2013). De acordo Deina et. al. (2013), o imóvel de arquitetura colonial encontrava-se em boas condições de uso, com a preservação das características arquitetônicas da época de construção (entre 1952 e 1953). Do ponto de vista do uso, o imóvel residencial encontrava-se locada a duas famílias.

Todavia, de acordo com Waldow & Adrião (2019), a aquisição do imóvel da família Herculano Borges, um comerciante e servidor público, se efetivou em 2016 com a finalidade de implantar um museu, mas ficou fechada por dois anos, ou seja, até 2018, sem recursos humanos e financeiros.

De casa e comércio da família do Sr. Herculano Borges, a partir de 2018 a parte residencial do imóvel cedeu espaço ao MUCB, que segue a tipologia de casa-museu (Figuras 162 e 163). Lugar esse que faz emergir uma “poética específica” a partir desse “diálogo entre o público e o privado”, bem como entre as múltiplas “dimensões discursivas” que nos permitem pensar tanto sobre as práticas culturais e construtivas locais, quanto acerca das relações de poder emanadas a partir deste lugar e da sua musealização (RANGEL & ALMEIDA 2017, p.1).

Figura 150: Museu Casa Borges, em dia atividades abertas à comunidade em 2019.



Fonte: MUCB, 2022.

Figura 151: Museu Casa Borges, março de 2022.



Fonte: MUCB, 2022. Autor: João M. Adrião

Com base em Rangel & Almeida (2017, p.1), ao considerar a Casa Borges enquanto uma casa-museu, na sua condição clássica, a mesma pode ser entendida como “um espaço que guarda as marcas físicas e simbólicas da sua origem, que são presentificadas e

¹⁴⁹ Ver: Oliveira (2013, 2019); Carignani, G. et. al (2013); Carignani & Reis (2014); Faccioni (2015); Bastos & Lourenço & Adrião (2020).

ressignificadas não só pelo processo de reconstrução da memória provocado pelos discursos expositivos, mas também pelo olhar do visitante”.

Neste sentido, apesar de não possuir os bens móveis e integrados e se ater na conservação, no uso do imóvel e na comunicação museológica e artística, na proposta de museu-escola com exposições itinerantes e acervos digitais, o MUCB pode ser concebido como um “lugar de memória” (NORA, 1993), no qual surge com a finalidade de contribuir para pensar e expor os apelos pela memória histórica local, a busca pela democratização e acesso a cultura, as relações de poder, os discursos gerados e difundidos, e o papel da universidade na implementação de políticas públicas de cultura, museu e patrimônio cultural.

A criação e implementação do MUCB se deu através de dois projetos de extensão, desenvolvidos por etapas e renovados anualmente a partir de abril de 2018, os quais foram coordenados pelo professor João Mário de Arruda Adrião (Tabela 57), em parceria com o Departamento de Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Barra do Bugres; a assessoria da Coordenação de Turismo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo. Dentre os objetivos principais constavam: pesquisar, preservar, divulgar, incentivar o patrimônio cultural do município de Barra do Bugres e região.

Tabela 57: Portarias e Projetos o Museu no âmbito da Unemat, com vigência.

Norma	Publicação	Instância	Coordenação	Situação	Descrição
Portaria 1964/2021	20/10/2021	PROEC/Reitoria	João Mário de Arruda Adrião	Vigente até 2022	PROJETO DE EXTENSAO - Autoriza os membros a coordenarem e participarem do projeto de extensão universitária "Casa Borges: arte, cultura e educação patrimonial - etapa II".
Portaria 1659/2021	17/09/2021	PROEC/Reitoria	João Mário de Arruda Adrião	Encerrado	PROJETO DE EXTENSAO - Autoriza os membros a coordenarem e participarem do projeto de extensão universitária "Casa Borges: arte, cultura e educação patrimonial".
Portaria 1080/2020	17/08/2020	PROEC/Reitoria	João Mário de Arruda Adrião	Encerrado	PROJETO DE EXTENSAO - Autoriza os membros a coordenarem e participarem do projeto de extensão universitária "Casa Borges: arte, cultura e educação patrimonial".
Portaria 204/2020	04/02/2020	PROEC/Reitoria	João Mário de Arruda Adrião	Encerrado	PROJETO DE EXTENSAO - Museu de Barra do Bugres - Restauração e Reabilitação da Casa Borges.
Portaria 390/2018	07/02/2018	PROEC/Reitoria	João Mário de Arruda Adrião	Encerrado	PROJETO DE EXTENSAO - Museu de Barra do Bugres - Restauração e Reabilitação da Casa Borges.

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

A partir de abril de 2018, os trabalhos aconteceram em nível de articulação, planejamento e coordenação das obras no imóvel, com a finalidade de atualizar os estudos técnicos desenvolvidos por estudantes e viabilizar a recuperação, a restauração e a reabilitação do imóvel (UNEMAT, 2018).¹⁵⁰

¹⁵⁰ UNEMAT (Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Relatório – Diretrizes para restauração da Casa Borges – Projeto Museu Casa Borges, de agosto a novembro de 2018. Barra do Bugres, 2018.

Em meio ao processo de reforma do imóvel ocorreu a organização das exposições para a inauguração do MUCB, que aconteceu em julho 2018, com enfoque nas áreas de: História local, História da Arquitetura, Arte Visuais e Cultura Regional, com diretrizes de não adquirir acervos físicos permanentes.

6.3 - Organização administrativa e governança do MUCB

Entre abril de 2018 e novembro de 2021, o MUCB funcionou conforme a organização administrativa das equipes dos projetos de extensão da Unemat, em cooperação com o município de Barra do Bugres, por meio de gestão compartilhada. A universidade foi a principal unidade gestora do museu, em parceria com o município através da cessão do imóvel, manutenção predial, água e luz para a execução dos projetos de extensão e atividades de ensino e pesquisa, passando a também conferir o caráter de museu universitário, com espaço para o desenvolvimento da difusão científica e artística, além da preservação do patrimônio cultural.

Neste período, a equipe principal do MUCB foi formada por professores e alunos vinculados ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Campus Universitário de Barra do Bugres, institucionalizados por meio de cinco (05) projetos de extensão, que foram executados ou ainda estão em vigência, contando com nove integrantes que colaboraram na execução das ações dos projetos e implementação do museu, sendo uma das integrantes a que desenvolveu a proposição de requalificação da casa enquanto museu, em 2015 (Tabela 58).

Tabela 58: Membros dos Projetos de Extensão, com períodos de gestão MUCB

Nº	Portaria	Nome	Formação	Período	Designação
i)	1964/2021	João Mário de Arruda Adrião	Graduado em arquitetura e urbanismo, mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental.	01/01/2022 31/12/2022	Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Coordenador – Casa Borges: Arte, Cultura e Educação patrimonial – Etapa II
		Priscila Waldow	Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em História.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de coordenadora de área
		Mayara Simer de Araújo Petroni	Graduada em Arquitetura e Urbanismo.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de coordenadora de área
ii)	1659/2021	João Mário de Arruda Adrião	Graduado em arquitetura e urbanismo, mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental.	02/09/2021 31/12/2021	Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Coordenador - Casa Borges: Arte, Cultura e Educação patrimonial
		Priscila Waldow	Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em História.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de coordenadora de área - Casa Borges: Arte, Cultura e Educação patrimonial

	Gabryelle Guedes	Graduanda em Arquitetura e Urbanismo		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Bolsista
	Viviane Dourado	Graduanda em Arquitetura e Urbanismo		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de bolsista
iii) 1080/2020	João Mário de Arruda Adrião	Graduado em arquitetura e urbanismo, mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental.	01/09/2020 10/09/2021	Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Coordenador - Casa Borges: Arte, Cultura e Educação patrimonial
	Priscila Waldow	Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em História.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de coordenadora de área - Casa Borges: Arte, Cultura e Educação patrimonial
	Gabryelle Guedes	Graduanda em Arquitetura e Urbanismo.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Bolsista
	Viviane Dourado	Graduanda em Arquitetura e Urbanismo.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de bolsista
iv) 204/2020	João Mário de Arruda Adrião	Graduado em arquitetura e urbanismo, mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental.	02/11/2019 30/11/2020	Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Coordenador – Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges
	Carlos Edinei de Oliveira	Graduado e Mestrado em História, Doutorado em Educação.		Autorizado para desempenhar a coordenação de área no Projeto – Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges
	Priscila Waldow	Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em História.		Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de coordenadora de área - Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges
v) 390/2018	João Mário de Arruda Adrião	Graduado em arquitetura e urbanismo, mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental. Doutorando em Museologia e Patrimônio.	01/11/2017 01/11/2019	Autorizado para desempenhar a coordenação do projeto onde exerce a função de Coordenador – Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges
	Carlos Edinei de Oliveira	Mestrado em História, Doutorado em Educação.		Autorizado para participar como membro do Projeto – Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges
	Mara Cistina de Oliveira Faccioni	Graduada em Arquitetura e Urbanismo.		Autorizada para desempenhar a atuar junto ao Projeto – Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges
	Jéssica Teixeira Satter	Graduada em Arquitetura e Urbanismo.		Autorizada para desempenhar a atuar junto ao Projeto – Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges

Fonte: Arruda (2022), ampliado devido aos objetivos desta pesquisa.

Esses projetos de extensão enfocaram a preservação do patrimônio material, nas histórias locais e nos diferentes grupos sociais através de exposições e atividades de educação patrimonial. Afora o imóvel da Casa, que também possui no anexo um mercadinho e um extenso terreno, o MUCB não possui acervos e coleções científicas de natureza física. As atividades museológicas foram desenvolvidas através da doação de documentos e coletas de relatos que compõem os acervos e informações disponibilizadas pelas comunidades locais e do Estado.

Em vista disso, o MUCB tem se colocado como um instrumento de mobilização de diferentes grupos sociais, incluindo a comunidade de intelectuais e artistas mato-grossenses, de modo que possam participar das ações do museu, com a apresentação de seus trabalhos através de exposições temáticas, aos quais também são disponibilizadas como recurso didático-pedagógico para as escolas do município e tem democratizado o acesso as diferentes produções culturais mato-grossenses. Os resultados anuais das atividades foram apresentados em eventos acadêmicos, especialmente os voltados para o debate e socialização da extensão universitária.

Em meio ao processo de construção da política universitária de museus e patrimônio cultural, somando-se aos debates sobre as formas de organização dos museus no âmbito da Unemat e atentos a organização do Museu do Vale do Arinos (MUVA), o MUCB foi criado na estrutura administrativa, política e financeira do município de Barra do Bugres por meio da lei 2.472/2021, em 07 de dezembro de 2021, com a gestão compartilhada entre o município e a universidade, a ser regulamentada por meio de termo de cooperação ou com outras entidades públicas e organizações afins.

Com isso, o MUCB passa a ser estruturado enquanto um museu municipal subordinado diretamente ao Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Barra do Bugres (Lei Municipal nº 2.472/2021, Art. 3º), mas permanecendo a característica de museu universitário. Pois, apesar dessa mudança, as manifestações identificadas apontam para o interesse político de manter a gestão museológica sob a responsabilidade da Unemat, que devem providenciar o termo de cooperação técnica entre o departamento de Arquitetura e Urbanismo e o município.

Nesse processo, os professores João Mário de Arruda Adrião e a Mayara Simer de Araújo Petroni, servidores da universidade, permaneceram no exercício das funções de coordenadores do projeto de extensão “Casa Borges: arte, cultura e educação patrimonial - etapa II”, executados no museu. Manteve-se a continuidade do caráter extensionista, com a possibilidade de desenvolvimento de projetos de extensão, ensino e pesquisa, incluindo a organização de exposições ligadas aos campos das artes, história, memória e educação. Para tanto, definiram os seguintes objetivos, dispostos no Art. 2º da Lei Municipal nº 2.472/2021, sendo:

- I – a valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural de Barra do Bugres como modo de fomentar o exercício da cidadania e cumprir a sua função social;
- II – a promoção de ações educativas como oficinas, seminários, encontros, palestras, eventos, exposições, dentro outras, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para a ampliar o acesso da sociedade às manifestações artísticas, culturais e ao patrimônio material e imaterial da sociedade barrabugrense;
- III – o incentivo ao turismo, com vistas à geração de emprego e renda para o município, e a produção artística e cultural de Barra do Bugres;
- IV – a promoção do desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes das escolas do município e da região (Barra do Bugres, 2021, Art. 2º).

Conforme a definição na Lei Municipal, além da preocupação com o caráter educativo do museu através da produção de exposições, oficinas, encontros, seminários, tornava-se ainda mais evidente a preocupação com a preservação do patrimônio cultural (material e imaterial), a valorização da diversidade cultural, o exercício da cidadania, o fomento à economia da cultura através do turismo e o cumprimento da sua função social.

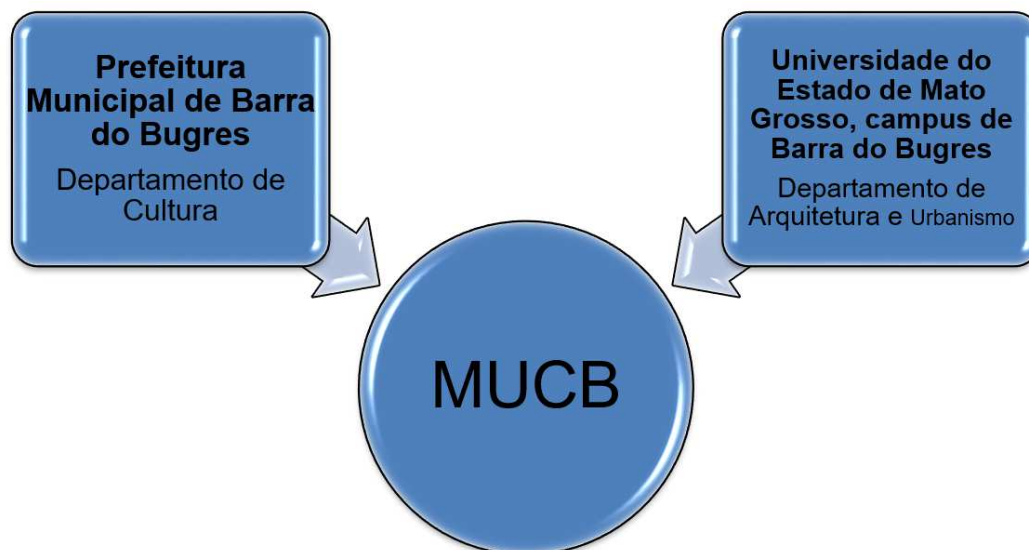
Ao longo deste período e processo de mudanças, mediante a ausência da política universitária de museus e patrimônio e nem um regulamento para a criação e funcionamento dos museus no âmbito da universidade, com indefinição de um lotacionograma e responsabilidades, o MUCB foi gerido sob uma coordenação desempenhada através dos projetos de extensão da universidade.

Em nível municipal, até março de 2022, no desenvolvimento da pesquisa documental não foi identificado portarias municipais que designassem servidores ou a contratação de técnicos. Entretanto, corroborando com a proposta de continuidade da gestão compartilhada, foi possível analisar o planejamento do MUCB de 2022, interligado ao Projeto de Extensão em vigência, para o desenvolvimento do Termo de Cooperação Técnica com e sem repasses de recursos entre a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unemat, pensado *a priori* para dois anos, a fim de dar continuidade na parceria para desenvolver as ações culturais, bem como permitir a execução do projeto de extensão que propôs atividades a serem executadas ao longo do ano de 2022.

Apesar da Unemat estabelecer critérios através da Política Universitária de Museus e Patrimônio, quando se refere as normas de indicação dos membros que vão compor as coordenações e setores da Diretoria dos Museus com gestão compartilhada, esses precisam ser regulamentados e definidos nos Termos de Cooperação Técnica, considerando a necessidade de experiência e formação nas áreas de abrangência dos Museus. No âmbito da universidade, acabou desvelando um problema porque não há técnicos com formação ou capacitação para auxiliar na execução das ações e programas do museu, que são desenvolvidas a partir de áreas secundárias e através de bolsistas.

Com a reforma, a gestão do MUCB passou a funcionar através do docente vinculado ao departamento de Arquitetura e Urbanismo da Unemat e do Departamento de Cultura do município de Barra do Bugres (Figura 152).

Figura 152: Vínculos do MUCB, considerando o termo de cooperação em elaboração e a estrutura de funcionamento dos projetos de extensão que criou o museu.



Do ponto de vista da participação da comunidade externa na gestão e governança museológica, seja no âmbito da Universidade, seja no da prefeitura, não constava na estrutura organizacional do MUCB a participação de associação de amigos de museus e das comunidades externas ligadas ao território do entorno e aos acervos digitais, em exposição virtual, conforme vamos apresentar mais à frente.

Essa característica de gestão compartilhada de museu que nasce de ações universitárias com os municípios de Mato Grosso estimulou a Unemat a construir a sua política universitária de museus e patrimônio cultural, bem como a Rede de Museus da Unemat, em maio de 2022.

Embora esteja em via de implantação, a política universitária passou a balizar a atuação dos pesquisadores de modo que pudessem se organizar para além da gestão dos museus através de projetos de extensão, caracterizados como processos museológicos. Que passassem a construir núcleos, grupos e centros de pesquisa, ensino e extensão em nível interno da universidade para que a execução articulada dos projetos com o ensino e a pesquisa.

Apesar desta organização, os projetos de extensão da universidade contribuíram diretamente na implantação dos museus e de suas funções através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com ações voltadas para garantir os direitos culturais e as metas do Plano Nacional de Cultura. Todavia, observou-se a necessidade de se criar e implementar um museu da universidade em Barra do Bugres, visando somar na institucionalização de projetos

relacionados aos campos dos museus e patrimônio cultural, inclusive para viabilizar a constituição e aquisição de acervos próprios, armazenar, proteger e pesquisar e comunicar.

Neste caso, isso se esbarra nos desafios tanto nos desafios existentes para a implementação da proposta de criação do Museu Indígena quanto da implantação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, que tem levado os *campi* universitários a não reconhecer os museus que são geridos através de projetos de extensão enquanto uma unidade administrativa, laboratório de ensino, pesquisa e extensão em artes, museus, história e patrimônio cultural, conforme pode-se constatar no site oficial do *Campus* Universitário de Barra do Bugres.

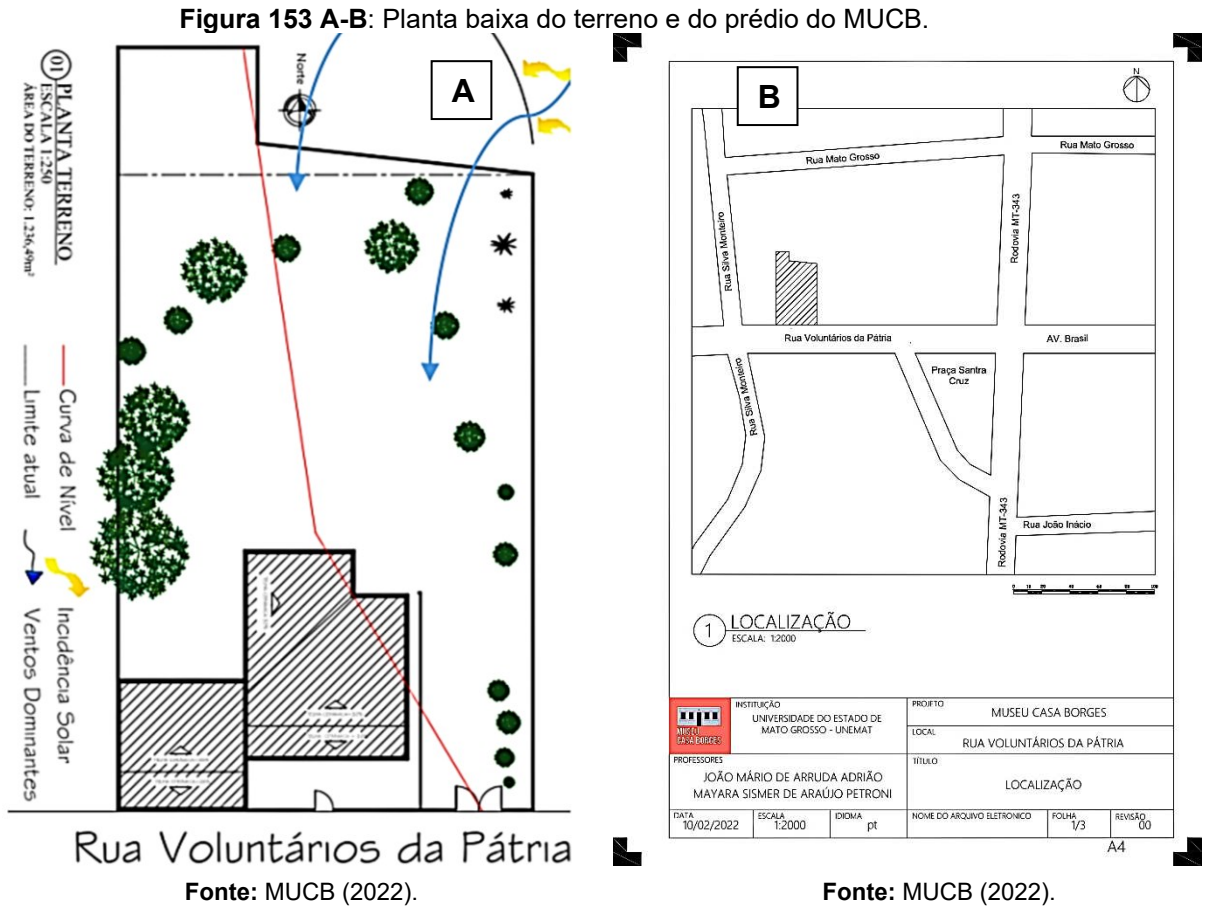
No que se refere ao planejamento do MUCB, esse tem acontecido anualmente através da execução e avaliação dos projetos de extensão. Este processo tem como ponto positivo essa análise permanente sobre os objetivos e o cumprimento das ações propostas. Por outro lado, observou-se dentre as dificuldades a incorporação na equipe profissionais dos museus, como um museólogo e produtores culturais, que poderiam auxiliar na construção e implementação do plano museológico, com definição da missão, valores, objetivos, funções, programas e metas a curto, médio e longo prazo. Instrumento esse, que tem se revelado muito importante na gestão dos museus, conforme também estabelecido no Estatuto dos Museus (2009). Contudo, a ausência de um orçamento para as ações dos museus da Universidade, bem como de profissionais de museu em nível estadual levou a universidade a barrar projetos como o intitulado Museu Casa Borges, sendo a exclusão do termo “museu” uma tentativa de inviabilizar possíveis ações jurídicas.

6.4 – Arquitetura do Museu: estrutura predial e territorial

Para investigar a arquitetura museal do MUCB, recorreu-se a sua documentação museológica, produzida e disponibilizada através das coordenações dos projetos de extensão, do arquivo central da Unemat (que publica as legislações, portarias e resoluções), do arquivo digital do município e da câmara municipal de Barra do Bugres. Além disso, foi possível analisar a parte administrativa e gerencial, as formas de financiamento e os problemas envolvidos através desse diagnóstico museológico, bem como pautar diretrizes que subsidiaram a elaboração da proposta da política universitária de museus e patrimônio cultural da universidade.

De acordo com a Lei Municipal nº 2.072/2013, que autorizou em 2013 o município de Barra do Bugres a adquirir o imóvel da proprietária Andreлина Santos Borges, localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 80 e 90, Bairro Nova Esperança, o terreno possui 1.219,65 m² que deveria ser desmembrado de uma área maior de 1.638,00 m², essa aquisição visava viabilizar a criação de uma Casa de Cultura na área declarada no Plano Diretor do Município

como Zona Especial de Interesse histórico (ZEIH) (BARRA, 2013). Nas duas (02) plantas arquitetônicas disponibilizadas, consta a localização, a vizinhança e a área construída do MUCB (Figuras 153 A-B).



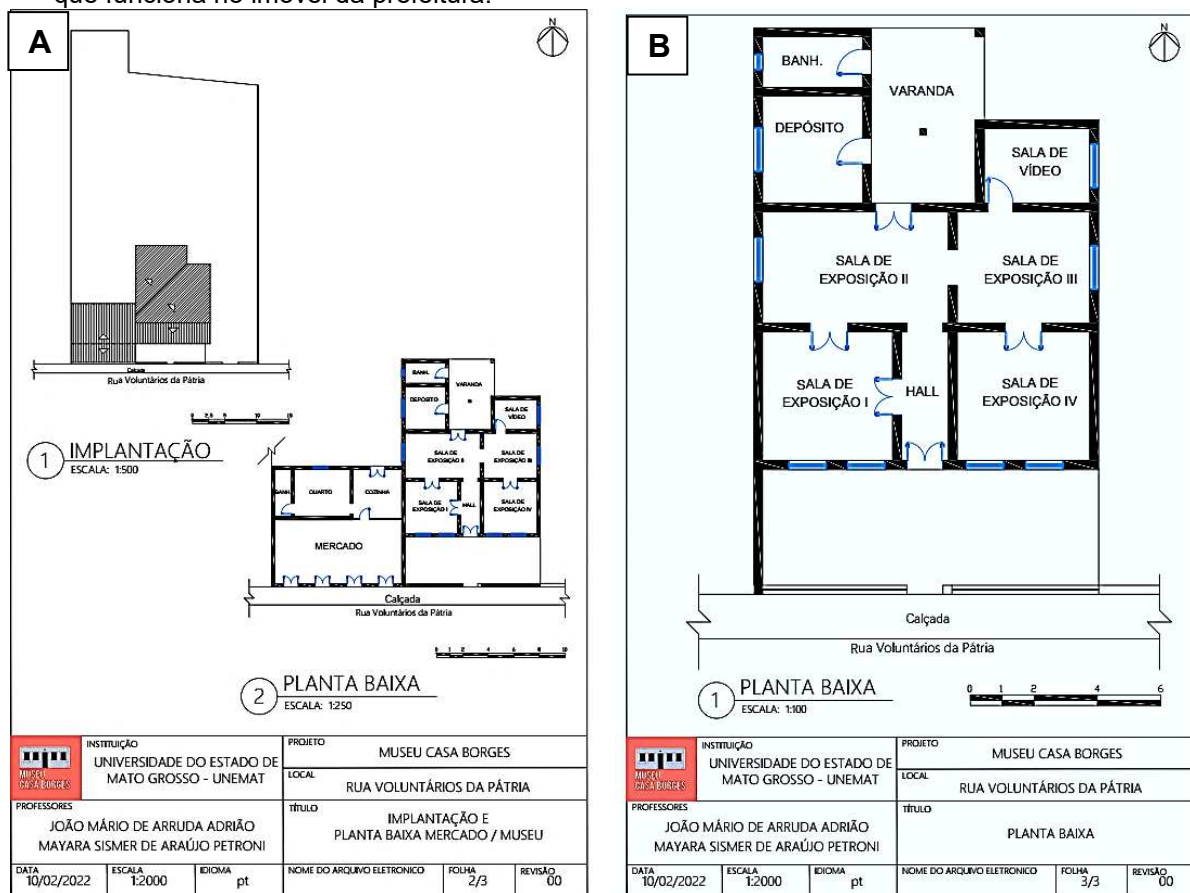
De acordo com Deina et. al (2013, p.6)

A casa foi construída entre 1955 e 1956, sendo que a sua fundação fora executada em pedra canga socada, paredes de adobe revestidas com uma mistura de areia de goma (argilosa), com estrume de gado, pode-se notar que a estrutura da casa fora feita em forma de esteio com aroeira e a fachada principal se configura com tijolos maciço de barro, em uma vez.

A cobertura original era de telha capa canal artesanal, que após alguns anos foi substituída por telha cerâmica industrializada, trazida de Minas Gerais, uma parte do piso é constituída de mosaico, e a outra parte de cimento queimado desempenado. A casa foi construída por José Valeriano de Moraes, mestre pedreiro, morava em Cuiabá, mas veio para o estado de Mato Grosso de Minas Gerais, de onde vieram também a família dos proprietários da casa (DEINA, 2013, p.6).

Ocupando 12,46% dos 1.219,65 m² do terreno, a área construída do MUCB é de 152 m², distribuída por quatro (04) salas de exposições permanentes; um (01) Laboratório de Memória, Imagem e Som; um (01) Depósito; um (01) banheiro (Figuras 154 A-B).

Figura 154 A-B: Planta baixa do terreno, contendo a área do prédio do Museu e de um Comércio Local que funciona no imóvel da prefeitura.



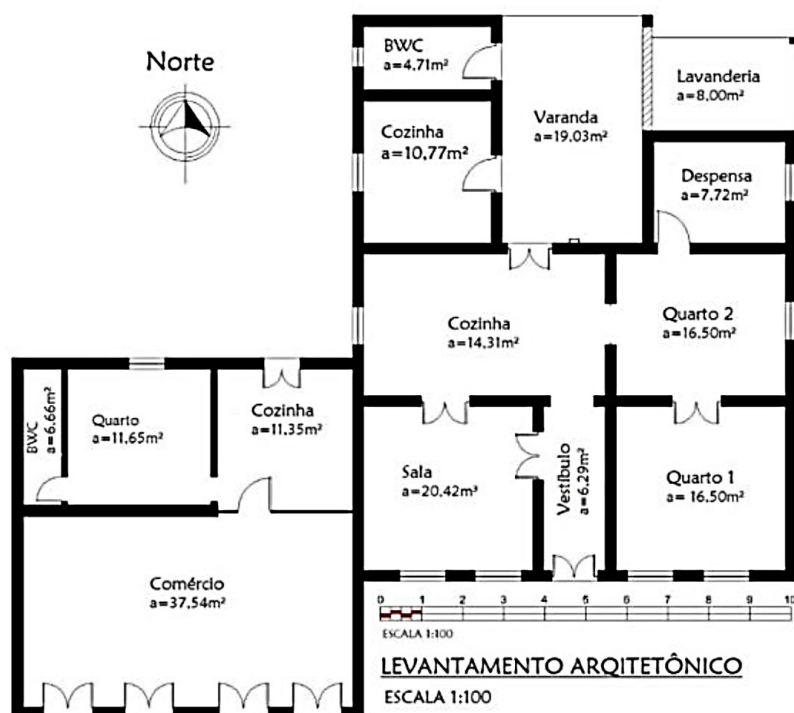
Fonte: MUCB (2022).

Fonte: MUCB (2022).

Nas plantas arquitetônicas, não estão presentes o espaço de trabalho administrativo, mas, para garantir os usos, destaca-se o extenso quintal que vem sendo utilizado para o desenvolvimento de oficinas, rodas de conversa, exposições temporárias e itinerantes ao ar livre.

Por ser identificada como uma casa-museu, a fim de registro histórico, os usos iniciais dos cômodos do imóvel, tal como apresentado nas plantas baixas (Figura 155), foram identificados com a participação da neta da proprietária da Família Borges, que também auxiliou na produção de informações sobre os usos e a trajetória histórica da construção do imóvel (WALDOW & ADRIÃO, 2019).

Figura 155: Planta baixa com m² por espaço do prédio do MUCB.



Fonte: MUCB (2022).

A partir deste mapeamento, pode-se identificar as metragens da área total do terreno e do casarão por cômodo. Estes espaços foram divididos de acordo com o tamanho, nome e funções (que passaram a ter após a implantação do MUCB, mesmo após a sua municipalização, conforme informações do planejamento das atividades para o ano de 2022 (Tabela 59).

Tabela 59: Legenda das Plantas Baixas do MUCB

Local	Medidas	Descrição/Função
1 - Sala - Salão de exposição 1	A = 20,42 m ²	- Sala de exposição de curta duração, com acervo cedido das áreas de história, etnografia e artes.
2 - Quarto 1 - Salão de exposição 2	A = 16,50m ²	Sala de exposição de curta duração, com acervo cedido das áreas de história, etnografia e artes.
3 - Cozinha 1 - Salão de exposição 3	A = 14,31m ²	- Sala de exposição de curta duração, com acervo cedido das áreas de história, etnografia e artes.
4 - Quarto 2 - Salão de exposição 4	A = 16,50m ²	Sala de exposição de longa duração, com acervo permanente das áreas de história e etnografia.
5 - Hall	A = 6,26m ²	--
6 - Despensa – Sala de vídeo	A = 7,72 m ²	Sala de oficinas de audiovisual
7 - Cozinha 2 – Depósito	A = 10,77 m ²	Espaço de guarda provisória dos acervos não expostos
8 - Varanda	A = 19,03 m ²	--
9 - Banheiro Feminino	A = 4,71m ²	Banheiro Feminino e Masculino
10 - Área Externa	A = m ²	Área ao ar livre com jardim, utilizada para realização de atividades educativas. Potencial para exposições temporárias e itinerantes.
11 - Área interna	A = 152 m ²	Área construída do Museu

Fonte: MUCB (2022); Arruda (2022b), revisado e ampliado.

O conhecimento destas informações revelou-se importante, haja vista que a sua apresentação sistematizada pode viabilizar o desenvolvimento do planejamento de ações, inclusive orçamentário, para a alocação de recursos humanos e destinação de recursos financeiros para contribuir na manutenção do espaço e das atividades expográficas

6.4.1 – Manutenção do MUCB

De acordo com o documento de Planejamento – 2022 (MUCB, março de 2022), a manutenção predial é pautada pelos tópicos de: limpeza, tubulação de esgoto, telhado, onde será necessário:

Limpeza

- Limpeza do quintal, com retirada de material ali depositado.
- Limpeza interna da casa, com retirada de material não pertencente ao mobiliário do Museu. A limpeza deve ser feita com varrição de piso e vasculho de teto e paredes, e uso de pano úmido no piso, seguido de aplicação de cera. Não deve ser usado água para lavagem de piso ou paredes, já que as paredes da Casa são feitas de adobe – Tijolos de terra crua, e sensíveis à umidade.

Tubulação de esgoto

- Revisão geral das caixas de inspeção e tubulação que atravessa o terreno e se encontra obstruída, com vazamento no quintal nas épocas de maior umidade. As caixas danificadas devem ser refeitas, com tampa de concreto assentadas com argamassa fraca e aterradas, e substituição da tubulação onde for necessário.

Telhado

- Substituição de telhas quebradas na sala de vídeo.

INSTALAÇÕES FÍSICAS

Iluminação

- Instalação de luminárias internas e refletores na fachada e quintal, de acordo com proposta do arquiteto e expógrafo Jeff Keese. O projeto prevê a instalação de lâmpadas tubulares LED nas salas de exposição, comandadas por dois circuitos independentes, o que permite acendimento de um conjunto de luminárias ou do total de cada sala, de acordo com a necessidade. Um refletor para iluminação da fachada frontal, e dois refletores para iluminar o quintal (...). Todo material (lâmpadas, conectores, refletores, fios, interruptores, etc.) foram adquiridos com recursos de projeto de extensão OCA – Oficina Comunitária de Arquitetura, da professora Soneize Miranda, do curso de arquitetura e urbanismo da Unemat campus Barra do Bugres.

Prevenção de Incêndio

- Instalação de equipamento de combate a incêndio e sinalização interna, de acordo com o projeto de Prevenção e Combate a Incêndio elaborado pelo professor Cleber Martins, arquiteto e engenheiro de Segurança (...). Todo material (extintores, suportes, tapetes sinalizadores, lâmpadas de emergência, sinalização, etc) foram adquiridos com recursos de projeto de extensão OCA – Oficina Comunitária de Arquitetura, da professora Soneize Miranda, do curso de arquitetura e urbanismo da Unemat campus Barra do Bugres.

Bebedouro

- Aquisição e instalação de um bebedouro ou revisão do bebedouro existente.

Letreiro

- Elaboração de projeto e execução de letreiro “Museu Casa Borges”, em substituição ao existente, degradado pela ação do tempo (MUCB, Planejamento 2022, p. 2).

Neste caso, observou-se que mesmo não tendo um programa de arquitetura museal, o MUCB produz o planejamento considerado o conjunto de estudos técnicos, como

mapeamento de danos no imóvel, que foi produzido a partir de trabalhos de conclusão de curso dos alunos da Unemat e de extensão. Isso tem viabilizado a captação de recursos para reformas, abertura anual e a construção das exposições. Nesse caso, observou-se empenho da equipe do MUCB para resolver os problemas técnicos relacionados as condições da estrutura arquitetônica (Figuras 156 e 157).

Figura 156: Parte interna do MUCB, março de 2022.



Fonte: MUCB (2022).

Figura 157: Parte externa com a fachada frontal, março de 2022.



Fonte: MUCB (2022).

No que se refere aos 10 agentes de risco, o MUCB revelou-se um caso distinto porque não possuía acervos físicos e seus equipamentos e documentos administrativos ficavam alocados nos laboratórios dentro da Universidade. Além disso, estava fechado devido as medidas de segurança de saúde pública desde 2020. Nesse sentido, não foi possível identificá-los. Contudo, no campo da museologia, identificou-se a necessidade de planejar ações e envidar esforços para a: i) implantação de medidas de proteção das janelas contra raios UV; ii) implantação de sistemas de segurança; iii) aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado; iv) implantação de sistema de controle de temperatura e umidade; v) implantação de sistema de combate a incêndios e furtos.

6.5 – Política de Acervo e Coleções do MUCB

O Museu Casa Borges (MUCB) tem se caracterizado como um museu-casa sem acervos físicos, fugindo do modelo tradicional constituído por coleções físicas. Por outro lado, difere dos museus contemporâneos que faz o uso permanente dos recursos audiovisuais por diversos fatores, inclusive pelos poucos recursos. Nesse sentido, suas ações acontecem com exposições de acervos físicos, viabilizadas através de projetos e trabalhos de conclusão de curso, com estratégias para a sua produção e abertura ao público, abordando as seguintes temáticas: povos indígenas, comunidades quilombolas, entre outras.

Além disso, as exposições de arte são realizadas através de chamadas públicas aos artistas plásticos locais e do estado, que fazem a cessão das obras de arte para uso temporário, cabendo a equipe da Universidade a curadoria, o traslado e a devolução das obras até o museu, a elaboração do projeto expográfico, a montagem e desmontagem das

exposições. Por outro lado, o MUCB possui um conjunto de documentos digitais compostos por fotografias, vídeos, relatórios, plantas etc., decorrentes da execução dos projetos de extensão, que possibilitaram a formação dos acervos temáticos digitais e as exposições virtuais, que se encontram expostas no site do museu e nas suas redes sociais.

Dentre as exposições virtuais no *site* do MUCB encontram-se: 1) Povo Balatiponé-Umutina: Presente – Passado – Futuro, publicada em 26 de setembro de 2020, com 136 fotografias, 2 registros audiovisuais e um documento; 2) Comunidades Quilombolas de Barra do Bugres: Memórias, Saberes e Fazeres, publicada em 22 de agosto de 2020, com 100 fotografias, reunindo cartazes; 3) Barra do Bugres: Natureza, História e Cultura, Publicada Em 21 De Julho De 2020, com 55 fotografias; 4) Especial Mulheres, publicada em 8 de abril de 2020, com 25 fotografias. Além destas, o MUCB reuniu num blog informações dos artistas que expuseram seus trabalhos em atividades do museu. Todas as exposições virtuais contam narrativas sobre o acervo, autoria e suas referências (Figuras 158 a 163).

Figura 158: Exposição Povo Balatiponé-Umutina



Figura 160: Exposição – Barra do Bugres: Natureza, História e Cultura



Figura 162: Blog com apresentação dos artistas



Figura 159: Exposição Comunidades Quilombolas de Barra do Bugres



Figura 161: Exposição – Especial Mulheres

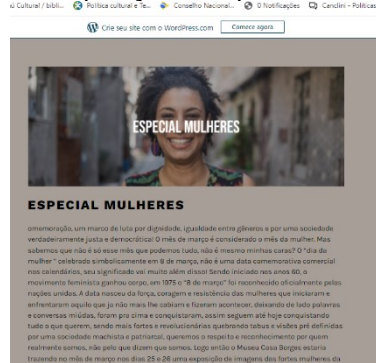


Figura 163: Blog com apresentação dos artistas



Fonte: Site oficial do MUCB.

As plataformas digitais do MUCB se revelam importantes repositórios de documentos que abordam memórias de mulheres barrabugrenses, do povo Umutina e de artistas plásticos mato-grossenses. Todavia, constatou-se a ausência de uma política de aquisição e descarte e de um sistema integrado de inventário e catalogação do acervo digital, que possam viabilizar a organização dos acervos num banco de dados digital integrado, com acesso virtual, possibilitando o conhecimento da documentação museológica produzida e/ou sob a custódia do museu.

6.6 – Atividades: exposições, educação e a comunidade externa

De acordo com relatório do MUCB (2022), entre 2018 e 2020, ou seja, antes da pandemia da Covid-19, foram desenvolvidas 19 ações, divididas por: oito exposições com os seguintes temas: povos indígenas, história local, mulheres e comunidades quilombolas, artistas plásticos; três mostras culturais, com oficinas de artes; dois projetos com oficinas de fantoche, jardinagem, modelagem, pintura, mosaico, argila, tinta natural, terrário; uma feira com a temática sobre os povos e mulheres indígenas; um sarau cultural; um concurso de fotografias; um encontro de literatura e roda de leitura; dois eventos virtuais, sendo a Semana e o Fórum de Museus da Unemat, estes últimos com atividades oriundas dos projetos de extensão e visando a construção da política universitária de museus e patrimônio cultural (Tabela 60).

Tabela 60: Exposições, oficinas e eventos entre 2018 e 2021.

N.	Projetos, exposições, cursos	Ano
01-	Exposição Museu Casa Borges – Apresentação dos projetos, acervos artísticos, feira gastronômica e apresentações culturais.	2018
02-	Viva a Cidade - Exposição de Arte, Cultura e História de Barra do Bugres	2018
03-	Oficinas na Casa Borges – Fantoche de papel machê, jardinagem com garrafa pet, modelagem em argila e pintura/carimbo em tecido.	2018
04-	1ª Mostra de Artes – acervos artísticos e artesanais	2018
05-	Oficinas de mosaico, modelagem de argila, pintura com tinta natural, terrário, tranças	2019
06-	1ª Edição – Sarau Casa Borges: apresentações de música, poesia e karackê	2019
07-	6ª Expoarte	2019
08-	2ª Mostra de Artes – bate papo com artistas, lançamento e <i>Flash Day Tatto</i> .	2019
09-	I Feira Indígena Intercultural de Mato Grosso, com venda de artesanatos, espaço de arte, educação e cultura de mulheres indígenas; espaço vídeo sobre os povos indígenas de Mato Grosso	2019
10-	Exposição Umutina	2019
11-	7ª ExpoArte	2019
12-	3ª Mostra de Artes – bate papo com artistas, lançamento e <i>Flash Day Tatto</i> .	2019
13-	1ª Semana de Museus da Unemat – Exposição Virtual	2020
14-	1º Fórum de Museus da Unemat	2021
15-	Concurso Barra do Bugres em um Click	2021
16-	Projeto Leitura Museu Casa Borges: Leia o Mundo	2021
17-	Exposição Virtual - Os artistas do Museu Casa Borges	2021
18-	8ª ExpoArte	2021
19-	9ª ExpoArte	2021

Fonte: MUCB (2022); Arruda (2022b), revisado e ampliado.

As exposições, oficinas e eventos acima foram contabilizadas a partir de variáveis gerais nos relatórios estatísticos anuais dos anos de 2018 e 2019. Nos anos de 2020 e 2021, as informações do MUCB estavam juntas as do Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF). Todavia, mediante a pesquisa documental de ambos os museus, foram identificadas e separadas as informações sobre as curadorias e pesquisas, exposições temporárias, itinerantes e de longa duração, exposições virtuais referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020. Neste período, no MUCB aconteceram 17 ações, sendo que, a partir de 2020, as atividades ocorreram sem o atendimento presencial ao público, respeitando as normas de saúde pública federais, estadual e municipal (Tabela 61).

Tabela 61: Atividades e Exposições do MUCB

Atividades	2018	2019	2020
Atividades de curadoria e pesquisa – projetos de pesquisa e exposição	01	01	01
Exposições temporárias e itinerantes	04	09	-
Exposições de longa duração	-	-	-
Exposições virtuais	-	-	01
Total de Atividades	05	10	02

Fonte: UNEMAT (2021e); MUCB (2022); Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Nota-se, portanto, que o MUCB surge como uma proposta de casa-museu interdisciplinar, voltado para a interação das populações e comunidades e socialização dos saberes, fazeres e memórias, especialmente com alunos das escolas municipais, estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação do Campus, em Barra do Bugres.

Nesse processo, os projetos do MUCB passaram a integrar ações debatidas no âmbito da universidade acerca da proposta do Museu Indígena da Unemat desde 2007. Todavia, apesar de contar com integrantes indígenas, do território quilombola e da comunidade local, não foram identificados espaços na estrutura administrativa, voltados para garantir a participação das comunidades de detentores ou atingidos pelas ações. Além disso, no contexto das exposições, a mediação museal requer um estudo pormenorizado a fim de que possa viabilizar um planejamento das ações, seus impactos, quadro de visitantes e os perfis dos públicos.

6.7 – Atendimento a comunidade interna e externa pelo MUCB

O MUCB conta com um livro ata de registro de visita, que fica na entrada e saída nos dias que estão abertos e com atividades, mas não foi possível analisar o controle de público e atendimento a comunidade externa a partir desse documento. Por outro lado, os relatórios institucionais anuais de 2018 a 2020 e as publicações de discentes e professores do museu apresentaram informações relevantes sobre a quantidade de pessoas que frequentam o museu, sendo parte dessas com inconsistências devido as diferenças nos números de visitantes, incluindo portadores de alguma deficiência, visitas técnicas e estágios de observação atendidos pelos serviços de acervo, visitantes em geral e de escolas visitantes.

As informações específicas do MUCB não foram apresentadas nos relatórios anuais da Universidade.

Acerca dos eventos, foi possível identificar a sua participação na 1ª Semana de Museus da Unemat esteve interligada a chamada nacional de programação da Política Nacional de Museus, coordenada pelo IBRAM.

Nas produções científicas sobre as atividades do MUCB, com relatos sobre o atendimento a comunidade externa, podem ser identificadas entre 25 de julho de 2018 e 06 de dezembro de 2019, a visita de 3.409 visitantes. Dentre as doze atividades realizadas, constam: exposições, mostras, oficinas. Dessas, a que mais teve público sobre o Povo Umutina, que recebeu no período de exposição 814 visitantes, com 739 alunos das escolas do município dentre esse total (WALDOW & ADRIÃO, 2019; BASTOS, 2020).

As atividades e dados do museu têm propiciado a produção de conhecimento sobre as diferentes realidades local e o levantamento, a organização e a divulgação da produção científica dos integrantes do museu em forma de artigos e livros.

Em decorrência da pandemia, a visita na parte interna encontrava-se vetada devido as normas internas de combate a pandemia. Contudo, identificou um esforço da equipe do museu para retomar as atividades e atendimento da comunidade externa a partir de 2022.

6.8 – Comunicação: entendimento, meios e instrumentos usados pelo MUCB

Essencialmente, as atividades do MUCB enfocam a comunicação científica e artística voltada para a valorização do patrimônio cultural mato-grossense e barrense. Para tanto, além das exposições no museu-casa, também foram adotadas um conjunto de estratégias para o seu desenvolvimento.

Aas coleções apresentadas acima somam-se a identidade visual, os instrumentos, os canais de comunicação e as redes sociais como base de análise dos pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças do museu. Ao longo deste estudo, catálogos e folders com enfoque nas exposições não foram produzidos. Todavia, a comunicação museológica aconteceu a partir de diferentes plataformas e espaços. Neste caso, como a presença nos espaços do museu, nas redes sociais, site e blog.

O museu possui como contato oficial direto, um e-mail (m.casaborjes@gmail.com) e um formulário pelo site. Além disso, possui: i) uma logomarca, que forma a identidade visual; uma *Fanpage* (<https://www.facebook.com/museucasaborjes>) e uma comunidade (<https://www.facebook.com/museucasaborjes/community/>) no *Facebook*; uma conta no Instagram <https://www.instagram.com/museucasaborjes/>; o site oficial (<https://museucasaborjes.wordpress.com/pagina-inicial/>) e o Blog com biografia dos artistas plásticos atuantes em Mato Grosso (<https://museucasaborjes.blogspot.com/>) (Figuras 164 a 169).

Figura 164: Logo do MUCB



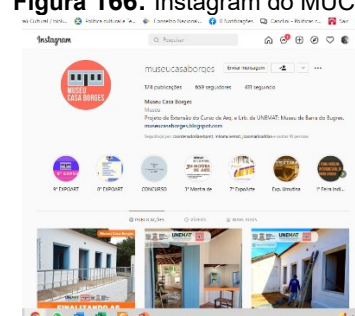
Fonte: MUCB (2022).

Figura 165: Fanpage do MUCB



Fonte: MUCB (2022).

Figura 166: Instagram do MUCB



Fonte: MUCB (2022).

Figura 167: Site do MUCB



Fonte: MUCB (2022).

Figura 168: Comunidade do MUCB no Facebook



Fonte: MUCB (2022).

Figura 169: Blog do MUCB



Fonte: MUCB (2022).

O *site* oficial com as exposições virtuais, a *fanpage* e a comunidade no Facebook encontram-se em uso desde 2019. O canal no Instagram foi criado em 2018, contendo maior número de publicação e inscritos (Tabela 62).

Tabela 62: Levantamento das plataformas e redes sociais de comunicação do MUCB

Rede	Criação	Publicações	Última Atualização	Inscritos	Seguindo
Instagram	12/09/2018	171	23/03/2022	643	110
Fanpage Facebook	06/07/2019	141	07/03/2022	198	-
Comunidade Facebook	10/2019	05	07/08/2021	196	-
Site	10/2019	diversas	12/2020	--	--
Blog	06/2021	diversas	08/2021	--	--

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Apesar da existência das plataformas e redes sociais digitais no Facebook e Instagram, que se constituem enquanto poderosos recursos tecnológicos, o MUCB não possui contas no *Tik Tok*, *Twitter* e nem canal no *Youtube*.

Os eventos *online* são transmitidos através dos canais da Unemat, bem como o site e o blog se constituem nas principais bases na internet, contendo, conforme observado, a apresentação das exposições virtuais e se constituem em repositórios virtuais dos acervos sobre os artistas, respectivamente.

A partir do diagnóstico museológico, acerca da a comunicação museal, pode-se observar que não existem materiais instrucionais disponíveis no *site* e nas redes sociais de modo a contemplar os diferentes públicos com deficiência física, psíquica e cognitiva. Contudo, observou-se a preocupação com a comunicação de modo que possa viabilizar a

divulgação das ações de extensão. Um fator importante que implica nesse quesito é o tamanho da equipe técnica, composta por basicamente três professores da universidade, bem como a disponibilidade de poucos recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisa e extensão através da produção de conteúdo e organização de maior diversidade de material, como catálogos físicos e digitais, livros etc.

6.9 – Investimentos no MUCB

Os investimentos no MUCB aconteceram através de diferentes fontes de incentivo da Unemat e da Prefeitura de Barra do Bugres, a fim de inaugurar e desenvolver as suas atividades entre os anos de 2018 e 2021.

No anuário estatístico de 2018 (UNEMAT, 2019b), o MUCB constava como projeto de extensão institucionalizado no âmbito da universidade sem ônus, que subsidiou com investimento em recursos humanos através de seus professores/pesquisadores, que também exerceram funções de equipe técnica administrativa e certificação, bem como contratação de bolsistas.

A análise de um conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças à gestão museológica, como: contratação de pessoal, reforma e construção de laboratório e reserva técnica, investimento em combate a incêndio e furtos, seguro de acervos, entre outros, serviram de base para a formulação da variável de investimentos no índice de favorabilidade através da matriz GUT. Com isso, foi possível as necessidades técnicas e administrativas para cumprir os objetivos traçados tanto no projeto de extensão e no programa de extensão da universidade, quanto na lei municipal, aos quais vão ao encontro das atividades de pesquisa, ensino e extensão e da política universitária de museus e patrimônio da Unemat, aprovada em 2022.

O custeio com recursos humanos e técnicos especializados nas áreas do museu, como arquitetura e artes, envolve bolsas de extensão destinadas a alunos de graduação. Por outro lado, a prefeitura garante a manutenção predial, como limpeza interna e externa, luz, água e segurança. Não existe aporte financeiro destinado para o desenvolvimento e promoção de programas com ações de educação museal e patrimonial, com formação para estagiários, graduandos e pós-graduandos *stricto sensu* e/ou *lato sensu*.

Além disso, não há programas e projetos para ampliar a gestão da preservação dos acervos digitais através de novas aquisições, da catalogação, inventário e organização de banco de dados digital para consulta e pesquisas.

No planejamento, também não consta aportes financeiros para viabilizar a contratação de profissionais voltados para subsidiar a elaboração de: Plano Museológico; Programa de Aquisição e Descarte de Acervos Físicos e Digitais; Programa Educativo; Programa de

Desenvolvimento de Projetos; Programa de Comunicação; Programa de Pesquisa e Extensão a partir dos acervos científicos; Programa de Combate a Incêndios, Furtos e Roubos.

Nos relatórios anuais da universidade (UNEMAT, 2019b, 2020e, 2021e), bem como do MUCB não foram identificadas informações específicas sobre quanto a mesma tem alocado anualmente, inclusive se alguns dos projetos foram incentivados pelo Fundo Estadual de Cultura. Isso implica diretamente na ausência de recursos permanentes para contratação de profissionais especializados para subsidiar a montagem de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, bem como estruturar o museu enquanto um centro de pesquisa.

Além disso, a participação da universidade na gestão compartilhada do MUCB revelou-se importante na implementação de um centro de pesquisa, com enfoque nos campos de conhecimento de abrangência. Contudo, faz-se necessário aprofundar o estudo técnico acerca dos investimentos para recursos humanos, aquisição de equipamentos, serviços técnicos especializados de terceiros, construção de reservas técnicas e laboratórios etc. que pode ser desenvolvido no processo de construção do plano museológico.

6.10 – Gestão e planejamento do MUCB

Nessa etapa, as análises compuseram o estudo técnico do MUCB que subsidiou simultaneamente o desenvolvido da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat, bem como a construção, quantificação e qualificação de um conjunto de fatores internos e externos, pautados teórica e metodologicamente na museologia (CANDIDO, 2019) e correlacionados com as matrizes SWOT, PESTEL e GUT, organizadas a partir de um conjunto de variáveis que refletiram a organização institucional e permitiram apontar o índice de favorabilidade do desenvolvimento das ações e funcionamento desse museu.

No contexto institucional a Universidade, o MUCB foi estruturado através de investimentos internos via recursos humanos, bolsistas, deslocamento e proteção das obras de arte cedidas para exposições e mostras. A partir de dezembro de 2021, mesmo com a municipalização, o museu não foi inserido na lei orçamentária anual da administração de Barra do Bugres. Por outro lado, no âmbito da Unemat, a construção de mecanismos por meio da política universitária de museus e patrimônio cultural apontavam para a inclusão dos museus no planejamento estratégico e no plano de desenvolvimento institucional.

As responsabilidades pela gestão do museu não mudaram após a municipalização, permanecendo aos custeios pela prefeitura e com os projetos de extensão pela Unemat, com cessão de profissionais e o desenvolvimento de projetos para garantir as atividades do museu. Todavia, o desenvolvimento de um termo de cooperação técnica se faz necessário para institucionalizar e regulamentar a participação da universidade e seus profissionais no âmbito da gestão compartilhada do MUCB.

No índice de favorabilidade, identificou-se que o mesmo estava -2%, demonstrando um cenário equilibrado para a execução dos projetos de pesquisa, ensino e extensão. Por outro lado, foram desenvolvidas as análises sobre a importância dos investimentos em recursos humanos qualificados e financeiros, nas quais possibilitaram apontar estratégias para solucionar os problemas internos e externos relacionados ao MUCB. No caso dos fatores internos e externos, considerando os 26 vetores relacionados as forças e 28 as fraquezas, foram apontados os quatro tópicos mais relevantes de cada um deles, com indicativo das percentagens das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (Tabela 63).

Tabela 63: Análise dos percentuais e valores dos fatores internos e externos do MUCB

Fatores		%	Valor	Tópico mais relevante e análises
Internos	Forças	23%	1509	<p>Tópico mais relevante: Quadro técnico profissional e as coleções científicas digitais dos campos das artes, arquitetura, patrimônio cultural com acervos diversificados e que são ampliados por projeto.</p> <p>Análise: As forças estão mais baixas que as fraquezas. Importante elaborar o plano museológico, contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos.</p>
	Fraquezas	30%	1946	<p>Tópico mais relevante: Ausência de Centro de Pesquisa com Núcleos e Programas de extensão, ensino e pesquisa em Preservação do Patrimônio Cultural. Isso implica na sobrecarga dos profissionais especializados, que atuam com número insuficiente para atender as ações de pesquisa, extensão (educação, ensino, comunicação, difusão) diferentes áreas, especialmente nas de museologia, história, com especialização em patrimônio cultural, conservação e restauro.</p> <p>Análise: As fraquezas estão maiores que as forças. Isso é um sinal de alerta que existem ações que demandam atenção e melhoria de modo a criar instrumentos para garantir a gestão compartilhada e a implantação do Museu Associado enquanto um centro de pesquisa e extensão. Importante elaborar o plano museológico, contendo programas e metas para alcançar a missão, as funções e os objetivos que foram definidos. Sugere-se investir em articulação política interna na universidade, visando implementar e fortalecer a Rede de Museus, de modo que possa abrir concurso público para atender as demandas das áreas técnicas do museu.</p>
Externos	Oportunidades	26%	1335	<p>Tópico mais relevante: Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat.</p> <p>Análise: As oportunidades estão mais altas que as ameaças. Mediante a mudança no cenário político nacional e estadual há a possibilidade de contribuir em diversas áreas, inclusive com a implementação da política universitária de museus e patrimônio cultural e com o desenvolvimento e municipalização das áreas de museus e patrimônio cultural no estado de Mato Grosso. Para tanto, vale a pena pensar em planos de ação para reduzir as ameaças.</p>
	Ameaças	21%	1697	<p>Tópico mais relevante: Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual.</p> <p>Análise: As ameaças são menores que as oportunidades. Como sugestão, destaca-se a necessidade de pensar em planos de ação anual para diminuir os riscos e aumentar a atuação. Sugere-se investir em articulação política interna e externa junto a diferentes atores sociais que atuam em ambientes nacionais, estaduais e municipais, visando fortalecer e ampliar as ações tanto da Rede de Museus da Unemat quanto de outras redes e fóruns de profissionais de modo que possa romper com as imposições e viabilizar e ampliar os investimentos direto nos museus públicos para atender as demandas das suas áreas técnicas, inclusive para abertura de concurso público ou contratação de técnicos.</p>

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Neste caso, as fraquezas internas estavam maiores que as forças, fazendo-se necessário investir para além do projeto de extensão institucionalizado anualmente, como na construção de um plano museológico, com estratégias de captação de recursos financeiros,

programas e metas de ação para reduzir as fraquezas a médio e longo prazo. Por outro lado, através de suas ações, o MUCB alcançou uma atuação regional nas áreas de patrimônio cultural material, cultura popular, história da arquitetura e artes visuais ligado as culturas poaieira, indígenas e quilombolas que o coloca diante de um cenário com muitas oportunidades.

Dentre os fatores internos do MUCB, foram levantados e analisados 26 vetores relacionados as forças e 28 as fraquezas. A partir destes, com base na matriz GUT, elencou-se outros dez (10) principais fatores internos (Tabela 64) (ANEXO 19 e 20).

Tabela 64: Análises das Forças e Fraquezas do MUCB

Análise das forças	885	Análise das fraquezas	1175
Coleções científicas digitais dos campos das artes, arquitetura, patrimônio cultural com acervos diversificados e que são ampliados por projeto.	125	Ausência de Centro de Pesquisa com Núcleos e Programas de extensão, ensino e pesquisa em Preservação do Patrimônio Cultural.	125
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone.	100	Quadro de profissionais especializados, com número insuficiente.	125
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu.	100	Plano Museológico, elaborado e assinado por um museólogo com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	125
Acesso público, gratuito aos acervos, com horários de abertura definidos e publicizados.	80	Fundo financeiro voltado fomentar a elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos.	125
Desenvolve e executa projetos de extensão e ensino.	80	Parcos Recursos financeiros para serviços gráficos voltados para a atualização de publicações e materiais informativos.	125
Promove a interiorização dos projetos e ações no campo das artes visuais, patrimônio cultural e arquitetura.	80	Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo.	125
Acervos digitais com potencial inovador	80	Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubos, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos.	125
Atende escolas públicas e privadas e as comunidades do entorno e da cidade.	80	Participação em Programas Nacionais, Estadual e Municipal de Cultura.	100
Área externa viável para realização de exposições e eventos abertos.	80	Dependência de recursos financeiros.	100
Projeto de extensão como planejamento estratégico anual.	80	Programa e Incentivo financeiro da Unemat para Institucionalização de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Ensino e Extensão.	100

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

No âmbito dos fatores externos, também foram analisados e elencados os dez mais relevantes sobre as oportunidades e ameaças (Tabela 65), extraídos a partir das 22 oportunidades e 13 ameaças (ANEXO 21 e 22).

Tabela 65: Fatores Externos – Análises das Oportunidades e Ameaças do MUCB

Top 10 - Oportunidades	1035	Top - 10 Ameaças	1150
Auxiliar na Implementação e efetivação dos Sistemas e Fundos Nacional, Estadual e Municipais de Cultura e Patrimônio Cultural	125	Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	125
Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	125	Falta de previsão de abertura de concurso público da universidade e município com vagas para atender os diversos setores do museu	125
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	125	Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	125
Consolidar enquanto referência de museu universitário	100	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	125
Aproveitar políticas governamentais	100	Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	125
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade ou em parcerias com o Museu	100	Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	125
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	100	Desinteresse popular por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus, das conhecimentos das artes e de ações socioambientais	100
Produção de Informações Científicas e socialização do conhecimento no campo do patrimônio cultural e museus	100	Escassez de recursos humanos e empresas com serviços especializados no interior de Mato Grosso	100
Possibilidade de parcerias estratégicas	80	Instabilidade financeira da Universidade	80
Novos estudos decorrentes de estudos técnicos de projetos para o agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	80	Falta de efetividade e Eficiência dos Sistemas, Planos e Fundos Nacionais, Estadual e Municipais de Cultura	80

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Neste caso, parte das oportunidades e ameaças encontradas demonstraram-se ser exclusivos desse museu universitário, seja na realização de investimentos para a contratação de técnicos, seja no quesito força, que está centrada na diversidade de coleções, patrimônio cultural museológico e científico, de valor inestimável, principalmente por se tratar de Estado com poucos museus estaduais, nenhum museu federal vinculado ao IBRAM, poucos bens tombados e registrados, bem como muitas referências culturais ainda por serem estudadas de forma a garantir a preservação e difusão da diversidade cultural dos diferentes povos.

A partir desse diagnóstico, com as variáveis e pontos elencados, as análises podem subsidiar construções dos instrumentos de planejamento, gestão e governança compartilhada do MUCB. Para tanto, a análise cruzada dos fatores internos e externos possibilitaram identificar potenciais de ação e possíveis estratégias de modo que pudessem impulsionar as forças e reduzir as fraquezas, relacionando-as com oportunidades e ameaças. Neste sentido, foram relacionadas as cinco principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (as mais bem pontuadas em "Fatores internos" e "Fatores externos"), possibilitando apontar de forma objetiva as sugestões relacionadas as estratégias e ações (Quadro 15).

Quadro 15: SWOT CRUZADA – Análise após comparação entre forças e oportunidades / Fraqueza e ameaça do MUCB

Forças e Fraquezas	Na sua Unidade	Oportunidades e Ameaças	Na sua Unidade	Tipo de estratégia	Recomendação
Coleções científicas digitais dos campos das artes, arquitetura, patrimônio cultural com acervos diversificados e que são ampliados por projeto	Força	Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Força	Consolidar enquanto referência de museu universitário	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Força	Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Quadro de profissionais especializados, com número insuficiente	Fraqueza	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Força	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia de confronto	Requer a elaboração de um Plano Anual Estratégico para o desenvolvimento de ações de cunho técnico e político para modificar o ambiente a favor do Museu.

Forças e Fraquezas	Na sua Unidade	Oportunidades e Ameaças	Na sua Unidade	Tipo de estratégia	Recomendação
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Força	Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Procure criar programas de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver as vantagens e competências para ampliar e se consolidar enquanto unidade museológica universitária e cultural de referência nos níveis estadual e nacional.
Fundo financeiro voltado fomentar a elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	Fraqueza	Auxiliar na Implementação e efetivação dos Sistemas e Fundos Nacional, Estadual e Municipais de Cultura e Patrimônio Cultural	Oportunidade	Estratégia de reforço	Procure criar planos de ação para aproveitar melhor as oportunidades que o ambiente proporciona.
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubos, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Fraqueza	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Fraqueza	Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Ameaça	Estratégia defensiva	Isto pode ser um sinal de que é necessário fazer mudanças para proteger e garantir o bom funcionamento com as atividades básicas do Museu.

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

CAPÍTULO 7

DA POLÍTICA AOS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE MUSEUS

7. DA POLÍTICA AOS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE MUSEUS

Neste capítulo, busca-se contextualizar os problemas, prognósticos, modelos de gestão e governança, diretrizes, normas, valores e a integração dos dados dos museus que serviram de base para as proposições e problematização dos percursos da Política de Museus e Patrimônio Cultural e Rede de Museus da Unemat.

7.1 – Do Coletivo da Política de Museus da Unemat e as justificativas da política

A Unemat organiza sua estrutura administrativa, financeira e acadêmica ligada ao ensino, pesquisa e extensão a partir dos cursos, faculdades, centros, núcleos e unidades administrativas nos *campi*. A partir de 2018, o Congresso Universitário da Unemat definiu como prioridade a criação de uma política de gestão de museus no âmbito da Universidade. Antes dessa diretriz, não havia nenhum instrumento jurídico e normativo que definia os conceitos, normas da institucionalização, organização administrativa, lotacionograma e critérios para a criação de museus.

A partir de 2019, a Universidade interrompeu a criação dos novos museus por meio de projetos de pesquisa e extensão. Isso após a tramitação da proposta de criação de um museu no Campus Universitário do município de Sinop, localizado na mesorregião norte do estado de Mato Grosso, manifestada em projeto submetido *a priori* à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e exposição de motivos na 1ª Semana dos Museus da Unemat, realizada em outubro de 2020. Com a reprovação desse projeto, ocorreu uma mobilização entre grupos de diferentes *campi* da universidade mediante as características temporárias dos projetos de extensão, aos quais possuíam fragilidades em propostas desta natureza, que tem perspectiva de continuidade e requer um planejamento a curto, médio e longo prazo.

No âmbito desse cenário, que foi criado o Coletivo da Política de Museus da UNEMAT, constituído *a priori* de maneira informal através de um grupo do WhatsApp, em julho de 2019. Foi diante das articulações políticas e da capilaridade dos atores sociais comprometidos com a proposta do Museu de Sinop, considerando a relevância política do campus universitário local da Unemat, bem como as implicações nos museus já consolidados por meio de projetos de extensão.

Em maio de 2020, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura formalizou a “Comissão de Política de Museus”, composta por dez membros, sendo sete vinculados à Unemat (Diretora de Cultura e mais três membros da PROEC), três coordenadores de projetos de pesquisa e extensão ligados aos museus (MUCB, MUHISNAF e MUVA), além de três convidados

externos, dois associados aos projetos de museus (um do MUVA e outro ao Projeto de Museu de Sinop, vetado) e um convidado pelo diretor do MHAM.¹⁵¹

Em março de 2021, mediante uma mudança normativa, ainda que mantendo a quantidade de integrantes, ocorreu uma recomposição dos nomes da Comissão, considerando os membros que participavam efetivamente dos debates e da construção da Política.¹⁵²

Foi a partir deste contexto que se desenvolveu os diagnósticos dos quatro (04) museus da Unemat, apresentados nos capítulos 3, 4, 5 e 6, conforme exposto nos capítulos anteriores, onde destacam-se por suas características distintas, complexas e inovadoras em nível estadual, formadas a partir das condições, contradições locais e articulações de pesquisadores e grupos sociais articulados nos *campi* da universidade, localizados nas diferentes regiões do Estado de Mato Grosso. As intervenções políticas, administrativas e financeiras nesses museus levaram à construção das suas formas de organização, gestão, forças, fraquezas, ameaças e oportunidades.

O Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF), inaugurado em 2004 e aberto ao público em 2007, esteve nos relatórios da Unemat na condição de projeto de extensão sem ônus. Este contou com equipe gestora dos projetos, bolsistas, com poucas mudanças nas equipes desde quando era um projeto de pesquisa e extensão. Em 2021, o MUHISNAF foi institucionalizado como um Centro de Pesquisa e Extensão, conforme observado no capítulo 3. Neste processo, também elaborou sua proposta de Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MHNAF (a ser publicada).

O Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” (MHAM), de 2005 a 2018, mesmo sendo objeto de ação cível pública movida pelo Ministério Público Federal, na estrutura institucional da universidade, este aparece de maneira genérica como um dos centros de pesquisa, vinculado aos diferentes órgãos e instâncias da Unemat, como consta nos relatórios de 2018 e 2019 (UNEMAT, 2018; 2019). Os projetos executados, o atendimento das comunidades internas e externas, o número de exposições permanentes, temporárias e

¹⁵¹ Conforme Portaria nº 1129/2020, da UNEMAT, que designou membros para compor a Comissão Especial – Comissão Política de Museus pelo período de 26/05/2020 a 31/12/2022. Dentro os membros da PROEC tiveram: Adriana Nolibos Baccin - Presidente; Andrea dos Santos Oliveira; Andreia Botelho de Carvalho; Maria do Socorro de Sousa Araújo. Coordenadores de Projetos de Museu: Jesus da Silva Paixão (MUHISNAF); João Mário de Arruda Adrião (MUCB); Jairo Luis Fleck Falcão (MUVA). Enquanto membro externo: Saulo Augusto de Moraes (MUVA); Tiago Alinor Hoissa Benfica (Projeto de Museu de Sinop) e Renato Fonseca de Arruda (convidado pelo diretor do MHAM, Acir Fonseca Montecchi, que não constava nessa designação, mas que contribuiu diretamente nos debates e construções).

¹⁵² Conforme Portaria nº 461/2021, da UNEMAT, que designou membros para compor a Comissão Especial – Comissão Política de Museus pelo período de 18/03/2021 a 31/12/2022. Dentro os membros da PROEC tiveram: Adriana Nolibos Baccin - Presidente; Gisele Carignani; Janaina Heloysa Santos. Coordenadores de Projetos de Museu: Jesus da Silva Paixão (MUHISNAF); João Mário de Arruda Adrião (MUCB); Jairo Luis Fleck Falcão (MUVA). Diretor do MHAM: Acir Fonseca Montecchi. Enquanto membro externo: Saulo Augusto de Moraes (MUVA); Tiago Alinor Hoissa Benfica (Projeto de Museu de Sinop) e Renato Fonseca de Arruda (convidado pelo diretor do MHAM).

itinerantes, a quantidade de coleções e as suas áreas de abrangência não são apresentados noutros documentos da universidade e dos museus. Ao longo do tempo, desde a fundação, a gestão administrativa enfrentou alta rotatividade e dificuldades técnicas e políticas para implementar o seu regimento e compor quadro de responsáveis pelas áreas de abrangência. Exceto do MHAM, que possuía regimento e vínculo administrativo com o *Campus* de Cáceres e a sua Diretoria de Unidade Regionalizada Política, Pedagógica e Financeira – DPPF, no âmbito da universidade os demais museus encontravam-se vinculados aos departamentos dos cursos, aos *campi* e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Entre 2016 e 2018, o Museu do Vale do Arinos (MUVA) e o Museu Casa Borges (MUCB) são constituídos a partir de projetos de pesquisa e extensão sem ônus para a universidade e articulações locais, voltados para ações de preservação do patrimônio cultural, considerando a identificação e a musealização de bens culturais locais, como os casos das culturas indígenas e das memórias locais do município de Juara e região do Vale do Arinos, bem como a de restauração e reabilitação do casarão histórico da família Borges em Barra do Bugres, respectivamente. Desde suas fundações, esses garantiram anualmente a execução de ações de pesquisa, coleta, exposições, formação e comunicação, com a participação de bolsistas de extensão, com investimento da universidade. As equipes de gestão tiveram pouca rotatividade.

Mediante aos seus vínculos com a universidade e os projetos existentes, somente o MHAM e o MUHISNAF encontravam-se cadastrados e habilitados como Instituição de Guarda e Endosso Institucional pelo IPHAN. Por outro lado, o MUVA e o MUCB construíram e consolidaram suas formas de participação da universidade via gestão compartilhada. Essas diferentes formas de gestão viabilizou a integração de maior ou menor quantidade de membros da equipe técnica (Tabela 66).

Tabela 66: Vínculos e Organização dos Museus da Unemat

	MUHISNAF	MUCB	MHAM	MUVA
Vínculos	Campus de Alta Floresta/ Departamento/ PROEC	Campus de Barra do Bugres/ Departamento/ PROEC	Campus de Cáceres/ DPPF	Campus de Juara/ Departamento/ PROEC
Ano / Vidência	01/07/2007 - 2022	01/05/2018- 2022	01/04/2004 - 2022	15/01/2015 - 2022
Tipo de Gestão	Direta Unemat/ Amigos do Museu	Compartilhada Unemat/Prefeitura	Direta Unemat	Compartilhada Unemat/ Prefeitura/ Ecumam
Equipe	03	06	02	10
Tipo de estrutura	Gestão Direta por Projeto	Projeto de Extensão	Gestão Direta e Processual	Híbrida/ Projeto, Processo, colegiada
Instituição de Guarda e Pesquisa Arqueológica	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Apesar da gestão direta, o MHAM sofreu diversas interferências políticas e administrativas que inviabilizaram a efetiva implantação do quadro técnico, a consolidação enquanto centro de pesquisa, bem como o desenvolvimento das rotinas e instrumentos de conservação dos acervos e suas coleções. Por outro, os museus criados a partir de projetos garantiram o vínculo com a universidade e deram maior estabilidade e autonomia administrativa aos coordenadores, que tiveram a liberdade para executar as ações, articulações institucionais e composição da equipe técnica.

Os museus da Unemat com a gestão compartilhada estão inseridos num processo cada vez mais recorrente nas universidades brasileiras. Assim como o MUCB, criado com a finalidade de restaurar e reabilitar os usos de um casarão histórico na cidade de Barra do Bugres entre os anos de 2018 e 2020, neste mesmo período pode-se identificar um caso semelhante na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o projeto de extensão voltado para a reativação do Museu de Arte Sacra da Misericórdia e documentação de seu acervo de esculturas devocionais, que tinha sido fechado em 2016 (CANCELA, 2020). Esses fatos demonstram, em certa medida, a relevância das universidades públicas estaduais na área da preservação do patrimônio cultural e implementação das políticas nacional e estaduais de museus.

Após ser fundado a partir de um projeto de extensão em 2018, o Museu Casa Borges (MUCB) passou por um processo de amadurecimento da equipe e das relações institucionais que refletiu na sua institucionalização pela administração municipal de Barra do Bugres, em 2021. Isso em meio aos trabalhos da Comissão da Política de Museus, que vinha pensando estratégias para garantir a gestão compartilhada de museus com a universidade através de termos de cooperação técnica. No caso do MUCB, o termo passou a ser elaborado por intermédio do Departamento de Arquitetura e do Campus Universitário de Barra do Bugres.

Os diagnósticos dos museus da Unemat possibilitaram compreender como a gestão dos museus estavam relacionadas às dificuldades de organização institucional no contexto da universidade, que variavam de acordo com as realidades locais e dos seus diferentes atores engajados na construção, implantação e gestão.

As informações sobre a gestão, coleta, documentação e comunicação museológica eram pouco abordadas e, por vezes, tiveram informações destoantes, como a ausência de uma base de dados para registro de acervo museológico, que aparece como inexistente, mas que ao longo da pesquisa identificou-se que, por alguns períodos, dois museus adotaram o uso do DOCMusa BR, de planilhas de inventário (Tabela 67).

Tabela 67: Panorama da gestão dos museus -12/2020

	MUHISNAF	MUVA	MHAM	MUCB
1. Quantidade de membros efetivos da equipe do Museu	3	10	2	6
2. A instituição possui uma política de acervo?	Não	Não	Não	Não
3. A instituição possui base de dados do acervo, podendo ser acessada pelo público, em seu nível de consulta mínimo, de forma remota?	Não	Não	Não	Não
4. A instituição possui um banco de dados para registro de acervo museológico – como Excel, Access, Donato, entre outros?	Não	Não	Não	Não
5. A instituição disponibiliza instrumentos de pesquisa ao público (geral ou pesquisadores) sobre o acervo museológico?	Sim	Sim	Não	Não
6. A instituição realiza o registro de patrimônios imateriais salvaguardados pela instituição nas instâncias competentes (Coordenação de Patrimônio da SECEL-MT, IPHAN, Municípios etc.)	Não	Não	Não	Não
7. A instituição possui acesso público, gratuito, com horários de abertura previamente definidos e publicizados?	Sim	Sim	Sim	Sim
8. A instituição divulga suas pesquisas referentes ao acervo por meio de publicações, catálogos, artigos e outros materiais?	Sim	Sim	Sim	Sim
9. A instituição desenvolve e executa ações, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão estruturados para públicos diversificados (estudantes, idosos, pessoas com deficiência, etc.)?	Sim	Sim	Não	Sim
10. A instituição elabora rotineiramente material de comunicação referente às exposições (ex.: folder)?	Sim	Não	Sim	Sim
11. A instituição possui canais para divulgação da programação e serviços disponíveis (site, boletins, newsletter, convites, etc.)?	Não	Sim	Sim	Sim
12. A instituição possui plano museológico?	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Em síntese, os museus da Unemat abarcam importantes áreas do conhecimento, porém, com poucos incentivos para o desenvolvimento de pesquisas, conservação, gestão de risco, comunicação científica e educação patrimonial e museal. Esses promovem aproximações entre os diversos campos disciplinares, conforme dados levantados em dezembro de 2020, nas áreas de arqueologia, arquitetura, artes, etnologia/ antropologia, história, geologia, paleontologia, natureza, ciências da natureza e zoologia (Tabela 68).

Tabela 68: Panorama das áreas dos Museus

	MUHISNAF	MUCB	MHAM	MUVA
Equipe	03	06	02	10
Instituição de Guarda e Pesquisa Arqueológica	Sim	Não	Sim	Não
Nº. de itens do acervo	62.862	--	108.751	215
Áreas de Concentração				
Arqueologia	X		X	X
Arquitetura		X		
Patrimônio Cultural	X	X	X	X
Artes		X	X	X
“Cultura”		X	X	X
Antropologia		X	X	X
Etnografia		X	X	X
Geologia / Ciências da Terra	X			
História	X	X	X	X
Natureza / Estações Ecológicas				X
Paleontologia	X		X	
Espeleologia			X	
Saúde / Corpo Humano	X			
Zoologia	X			

Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

As referidas áreas do conhecimento e os museus estiveram vinculados aos cursos regulares de graduação em Arquitetura, Ciências Biológicas, Geografia, História e Pedagogia através de professores e pesquisadores efetivos e contratados para disciplinas que tratavam ou permitiam abordar aspectos da arqueologia, paleontologia, antropologia, artes, história, geologia, zoologia. Todos os museus enfocavam as áreas de História e Patrimônio cultural. As áreas de artes, etnografia/antropologia e a “cultura” constam em três, dos quatro museus. Apenas o MUHISNAF possui coleções científicas biológicas, que perpassam a zoologia, ciências da terra e demais áreas de saúde e corpo humano.

Dentre os museus, o MHAM e o MUHISNAF se valeram apenas da legislação do patrimônio arqueológico para se estruturar enquanto instituição de caráter permanente. As legislações sobre a proteção do patrimônio museológico, criada desde 2009, não constavam como base jurídica para garantir suas permanências e proteção de seus acervos.

Apesar de serem abordadas, reservada as práticas do MUVA, as temáticas do patrimônio cultural e da museologia apareceram de maneira genérica e pouco articuladas aos debates teóricos e metodológicos desses campos. Por outro lado, as normas, as leis e as diretrizes foram utilizadas como recurso legal de forma protocolar para garantir a guarda de acervos. Isso implicou nos processos de composição das equipes técnicas que atuaram nas gestões dos museus de administração direta, que apresentaram menor quadro de profissionais. Todos sem museólogos, conservadores e restauradores, e historiadores do patrimônio cultural, conforme define carta do IPHAN (2009).

A institucionalização de museus por meio de projetos provocou a universidade a pensar sobre a necessidade de implementar uma política de extensão mais fluida e viabilizou a organização e reunião dos diferentes atores sociais para promover ações da preservação do patrimônio cultural e museais. Exceto o MUVA, os relatórios dos demais museus possibilitaram conhecer as ações desenvolvidas, número de exposições, público-alvo e acervos. Esses museus possibilitaram desenvolver um maior número de publicação dos resultados sobre os projetos executados, bem como o desenvolvimento de outras modalidades de trabalhos acadêmicos. Contudo, demonstraram-se frágeis pelo caráter temporário e condicionado aos atores engajados de forma interna e externa, sem previsão de ser uma instituição permanente e critérios sobre coleta, conservação, comunicação, difusão dos saberes e destinação das coleções formadas e documentações. No MUHISNAF, por exemplo, o seu coordenador se aposentou no início de 2022 e o museu corria o risco de ter suas atividades interrompidas, caso o mesmo não pudesse prosseguir suas atividades como professor colaborador, bem como não tivesse ocorrido a sua transformação em centro de pesquisa e extensão, conforme [Resolução N. 011/2021 \(UNEMAT, 2021\)](#).

Sobre o MHAM, apesar de ser um centro de pesquisa desde a sua fundação, não há trabalhos acadêmicos publicados em eventos ou periódicos que abordassem a constituição

de seu acervo e coleções, atendimento ao público, visitas, exposições etc. Isso se deve a diversos fatores, seja devido as recorrentes mudanças de diretores – a maioria não tinha formação nas áreas e nem desenvolviam pesquisas com os acervos –, seja em decorrência da incompreensão dos papéis, missões, visões e objetivos dos museus universitários, bem como da falta de investimento em recursos humanos e financeiros.

Acerca dos investimentos financeiros, a Universidade e os municípios não destinaram nos seus orçamentos recursos para viabilizar o desenvolvimento de atividades internas e externas. Neste sentido, após identificar a diversidade de cultura organizacional e política,¹⁵³ e a organização *multicampi* da universidade e de gestão compartilhada dos museus, os problemas serviram de base para a construção da proposta de política universitária de museus e patrimônio cultural abrangente, integrada as normas internacionais, nacionais e estaduais.

Para avançar nessa construção da Política Universitária de Museus e Patrimônio integrada as políticas nacional e estadual, bem como aos instrumentos jurídicos dos museus e patrimônio cultural, a Comissão da Política de Museus enxergou também a necessidade de conhecer e reconhecer os diferentes grupos e demandas de novos museus na universidade.

7.2 – Prognóstico do alcance interno da Política de Museus e Patrimônio Cultural

No período compreendido entre setembro e dezembro de 2020, a Comissão da Política de Museus, por iniciativa, desenvolveu um formulário com o intuito de identificar as unidades administrativas da Unemat que operavam dentro da perspectiva museológica e manifestavam interesse na criação de um museu universitário em seus respectivos *campi* ou polos acadêmicos (ANEXO 04). Nessa etapa, o formulário foi enviado pela assessoria de cultura da PROEC e presidenta da Comissão da Política de Museus por e-mail às Diretorias Política Pedagógica Financeira (DPPF) dos 13 *campi* universitários, no dia 29 de setembro de 2020.¹⁵⁴ Entretanto, o número de respostas por e-mail foi muito baixo. Até final de dezembro de 2020, apenas dois *campi* responderam a demanda, sendo o de Sinop e de Pontes e Lacerda, através do Josivaldo Constantino dos Santos (DPPF) e da Jocilaine Garcia (Docente/DPPF), respectivamente.

Nessa prospecção dos museus no contexto da universidade, identificou-se a execução de um projeto de extensão ligado ao Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação, vinculado ao Campus de Nova Xavantina-UNEMAT, financiado com recursos externos do CNPq e FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato

¹⁵³ A noção de cultura política nessa análise seguiu a definição de Secchi (2017, p.85), onde acrescenta que se trata de o “conjunto de predisposições coletivas interiorizadas que legitimam o comportamento político dos atores em um processo político. Implícito nesse conceito está o entendimento de uma relação de dependência entre cultura política e comportamento político”.

¹⁵⁴ Foi anexado o ofício nº368/2020 – PROEC referente a solicitação de informações e manifestação de interesse em implementar um museu através do formulário de Prognóstico.

Grosso), entre os anos de 2010 e 2012, coordenado pela pesquisadora Beatriz Schwantes Marimon, vinculada ao departamento de Ciências Biológicas (Quadro 16).

Quadro 16: Composição e início do Museu da Cidadania

Período de vigência	Direção do Museu da Cidadania (Nova Xavantina)	N. da Resolução	Projeto executado
- 15/07/2010 - 15/07/2012	Beatriz Schwantes Marimon	i) Resolução 12/2011 CONEPE Ad Referendum	Museu da Cidadania - MUCid Projeto de Pesquisa com interface a Extensão: "Museu da Cidadania" do Departamento de Ciências Biológicas do Campus Universitário de Nova Xavantina.

A partir do "Museu da Cidadania", foram desenvolvidas uma série de ações de extensão na região leste do estado de Mato Grosso.

O projeto atendeu 15 municípios que foram selecionados a partir dos critérios: menor IDH, menor renda per capita, maior índice de analfabetismo e presença de assentamentos de reforma agrária e terras indígenas. Dentre os municípios atendidos, 11 também fazem parte do Território da Cidadania – Baixo Araguaia, um programa do Governo Federal que visa reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões mais carentes e isoladas do País (www.territoriosdacidadania.gov.br). Os municípios atendidos apresentam nove terras indígenas e o IDH médio é de 0,687, valor inferior ao do estado de Mato Grosso (0,796) e do Brasil (0,813).

O projeto esteve focado na difusão do conhecimento científico e tecnológico e na demonstração prática destes conhecimentos dentro de um contexto local e regional. Para isso, contou com uma equipe multidisciplinar qualificada e parcerias com os municípios envolvidos, viabilizando o acesso do público em geral ao conhecimento científico e tecnológico e promovendo ações que contribuirão com a redução das desigualdades sociais (MUCID, 2013, p.2).

Em vista disso, com o encerramento do projeto, a partir da Comissão, foi realizado uma consulta aos quatro coordenadores dos laboratórios responsáveis pelas coleções científicas biológicas do Campus para compreender se o Museu da Cidadania ainda estava em funcionamento e para onde foram destinados os equipamentos, veículos e coleções oriundos do projeto. Foram realizadas 5 reuniões, sendo 04 gravadas. A reunião sem gravação aconteceu com a professora Beatriz Schwantes Marimon, doutora em Ecologia, ex-coordenadora do Museu da Cidadania. Conforme Arruda (2022), as aconteceram com: César Enrique de Melo,¹⁵⁵ Elaine Sílvia Dutra¹⁵⁶ e Diogo Andrade Costa,¹⁵⁷ possibilitando identificar que os equipamentos e acervos foram direcionados para o laboratório de Zoologia, que

¹⁵⁵ Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, curador da Coleção de peixes do Laboratório de Ictiologia e Limnologia.

¹⁵⁶ Mestre em Genética e Bioquímica, Coordenadora do Laboratório de Biodiversidade do Cerrado (LABIC/UNEMAT/NX) e Curadora da Coleção Zoológica da UNEMAT/Nova Xavantina

¹⁵⁷ Doutor em Entomologia, coordenador do Laboratório de Entomologia, onde se encontra a Seção da Coleção Científica de Entomologia.

passou a exercer parte das atividades museológicas antes executadas pelo Museu da Cidadania, como atendimento ao público com ações de educação ambiental (DULTRA, 2021).

Apesar do DPPF do Campus de Nova Xavantina não preencher o formulário de prognóstico, somando as manifestações de Pontes e Lacerda e Sinop, observou-se que os casos acima indicam o potencial para a criação de mais três museus da universidade. Diante disso, foi aprofundado o estudo sobre os modelos de gestão e governança dos museus no âmbito da Unemat.

7.3 – Modelos de gestão dos museus da/na Unemat e a governança pública

As gestões dos museus da Unemat respeitaram os percursos administrativos internos. Para além das manifestações de interesses oriundas dos *campi* universitários e do levantamento do Museu da Cidadania, as vinculações dos museus demonstraram-se difusas e acompanharam as mudanças nas resoluções internas de extensão e pesquisa da universidade.

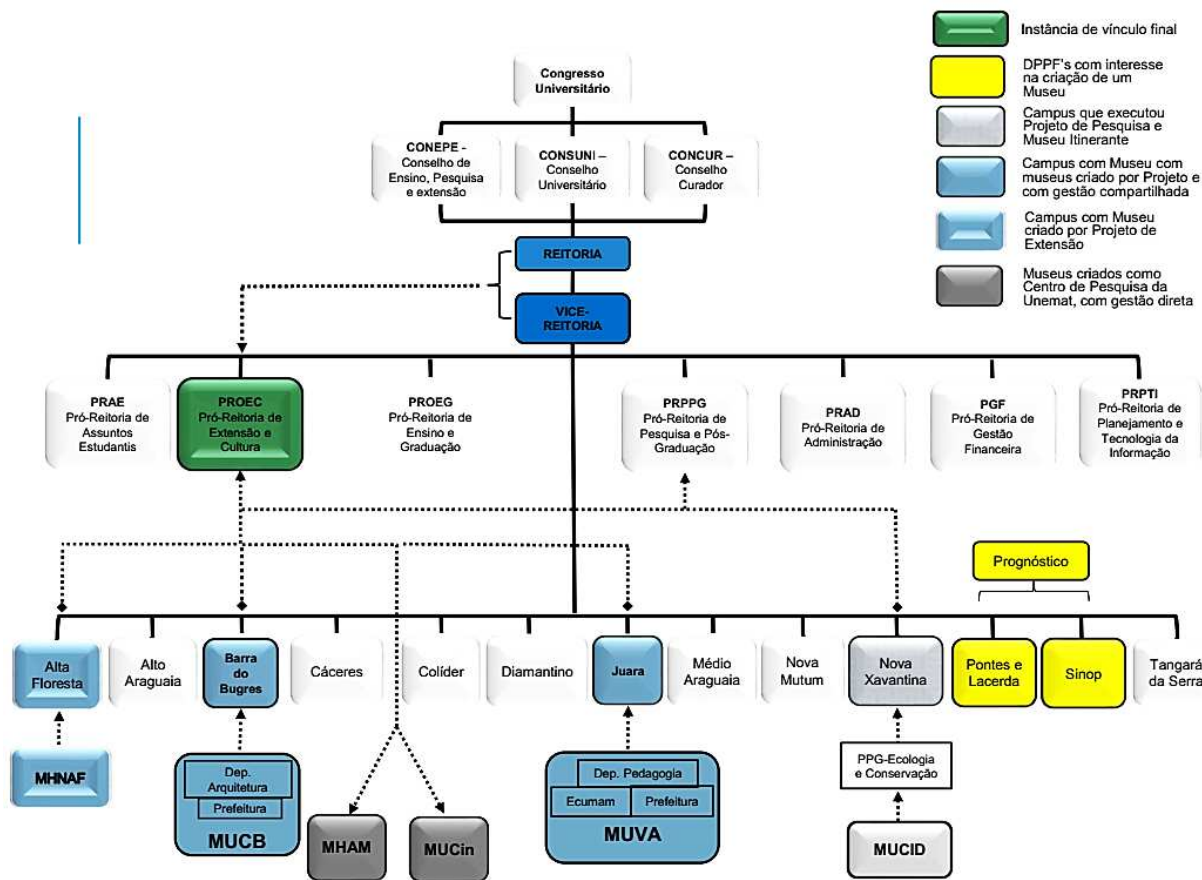
Os quatro (04) museus estiveram vinculados as diferentes unidades administrativas, seja os regidos através dos projetos de pesquisa ou extensão, seja pelas composições realizadas diretamente pelas gestões da Unemat, através de indicações políticas dos diretores.

Ao identificar das formas de vínculo dos museus nas unidades acadêmicas da Universidade, também se constatou o caso do Museu de Ciências (MUCI), criado por resolução em 2004, como Centro de Pesquisa, mas deixou de ter no título o termo Museu no processo de regulamentação.

O MHAM esteve ligado diretamente a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e a Reitoria até 2018, mas após a sua regulamentação passou a ser vinculado diretamente ao Campus Universitário de Cáceres e a diretoria deixou de ser indicação política da gestão da Reitoria da Universidade.

Conforme apresentado nos diagnósticos, o MUVA e o MUCB estiveram ligados em primeira instância aos departamentos de Pedagogia e Arquitetura, respectivamente, e, em última instância na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que garantiu a sua institucionalidade no âmbito da universidade (Figura 170).

Figura 170: Percursos administrativos para a criação e vinculação dos museus no âmbito da Unemat até 2018.



Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Do ponto de vista da governança pública no âmbito dos museus da universidade, conforme estabelece no art. 2º do Decreto 9.203/2017, enquanto um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2017, art. 2º, Inciso I), esses devem estar pautados pelos princípios da: “capacidade de resposta, integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência” (BRASIL, 2017, art. 3º).

Contudo, os museus da universidade vinham trabalhando com base nas tradições e habilidades estabelecidas e desenvolvidas no cotidiano pelos diferentes sujeitos nas estruturas da Unemat e municípios, sem mecanismos observar os critérios de lideranças e espaços institucionais regulamentados para direcionar e monitorar as estratégias e diretrizes de gestão.

A governança pública não deve ser confundida com a governança participativa, que conforme Teixeira & Gomes (2019, p. 533), “caracteriza como a existência de espaços públicos (Habermas, 2003) que permitem a legitimação das escolhas públicas decorrentes da

ação governamental, a partir da interação direta dos grupos ou redes de interesse na implementação da Política Pública”.

Dentro do contexto da governança participativa, somente a estrutura administrativa do MUVA, instituída através da Lei Municipal, garantia a participação da comunidade externa e grupos étnicos. O MUCB também foi criado no âmbito municipal. No entanto, para regulamentar a participação desses na estrutura da Unemat e na Rede de Museus sob a categoria de Museu Associado, conforme a Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, requer a criação ou integração a partir de um centro de pesquisa, ensino e extensão e a elaboração do termo de cooperação técnica, com ou sem repasses de recursos, entre os municípios e a universidade.

Por outro lado, apesar da criação por meio de lei municipal do MUCB e a criação e regulamentação do MUHISNAF como Centro de Pesquisa e Extensão em 2021, este último interligado a uma Sociedade de Amigos do Museu, ambos não incluíram a participação da comunidade externa às suas instâncias deliberativas de planejamento e tomadas de decisão. Após a sua transformação do MUHISNAF em Centro de Pesquisa e Extensão, o vínculo principal passou a ser a estrutura com núcleos, grupos de pesquisa vinculados ao Campus Universitário de Alta Floresta.

Com exceção do Museu da Cidadania, que encerrou suas atividades em 2012, essas formas de organização e institucionalização dos museus na Unemat permaneceram ao longo dos anos, mas terão que se organizar de forma a viabilizar a implementação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, aprovada em 09 de maio de 2022. As leis federais e estaduais de preservação do patrimônio cultural, coleções científicas e museus possibilitaram propor a reorganização dos percursos dos processos internos de criação, implantação e gestão dos museus no âmbito da Unemat.

7.4 - Definições, diretrizes da política universitária de museus e patrimônio da Unemat

Com base em Nascimento Jr (2011), entende-se que a proposta da Política Universitária de Museus e Patrimônio da Unemat está articulada às noções e diretrizes das políticas públicas, nos quais devem

buscar a construção de indicadores que permitam avaliar sua abrangência e seu desenvolvimento. Essa necessidade é ainda mais premente na área da gestão cultural, que tem pouca tradição na construção de números que demonstrem sua importância para o desenvolvimento humano (NASCIMENTO JR., 2011, p.xi).

No processo de formulação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat fez-se necessário empreender um estudo dos instrumentos normativos e legais da Unemat, bem como delimitar conceitualmente as noções de: museu; patrimônio cultural;

bens culturais passíveis de musealização; centro de documentação histórica; museu virtual; processos museológicos; museu de território; coleções científicas visitáveis; galerias de arte; casas de patrimônio; pontos de memória; unidades de conservação da natureza; educação patrimonial; educação museal; gestão compartilhada; cadastro do patrimônio museológico; instituições de guarda e pesquisa; inventário; degradação; destruição; inutilização; reserva técnica; e unidades museológicas (ANEXO 23).

A noção de museu manifestada pelos diferentes membros do coletivo “Política de Museus UNEMAT” pautava-se pelo modelo tradicional, considerado como uma unidade com infraestrutura voltada para atendimento ao público e organização de exposições, sendo as áreas técnicas de coleta, documentação, catalogação, conservação e comunicação museal apresentadas como ações secundárias.

O caráter genérico também foi constatado no “Plano Museológico 2017-2027” do MHAM, onde acrescenta como “uma unidade acadêmico-administrativa de caráter multidisciplinar da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), vinculado ao câmpus Jane Vanini, em Cáceres”. Da mesma forma, a noção de política de museus, que era apresentada enquanto instrumento voltado para regulamentação de ações.

Apesar dos trabalhos, enfoques e diretrizes dos museus, a preservação do patrimônio cultural material e imaterial pouco aparecia de forma clara nos debates da formulação da política universitária. Isso demandou articular ações que demonstrassem a complementariedade das áreas, as suas peculiaridades e a necessidade de formação e capacitação de pessoal, considerando os instrumentos, conceitos e normas legais ora complementares, ora concorrentes.

Nesse sentido, ao invés de focar apenas na Política de Museus, conforme definido no 3º Congresso Universitário, o conhecimento técnico sobre os campos dos museus e patrimônio cultural foi determinante para pautar a ampliação e mudança para Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat, denominando-a de “Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Acervos e Coleções Científicas”. Para tanto, buscou-se o alargamento conceitual de museu, conforme definição do Estatuto dos Museus (2009), regulamentado em 2013, os planos nacionais e estadual de cultura, os parâmetros estabelecidos pelos sistemas estaduais de cultura, museus e arquivos de Mato Grosso e a transversalidade da atuação dos museus nos tempos atuais. Com isso, possibilitou que os atuais e as outras projetadas futuras de museus da Unemat pudessem focar as referências culturais e os patrimônios material e imaterial (tombados, registrados e inventariados) nacionais, estaduais e municipais, bem como as ações de proteção, conservação e salvaguarda, musealização e patrimonialização de modo a dialogar com a política universitária, pautando-a a partir de valores mais plurais, democráticos, inclusivos e articuladas aos diferentes campos disciplinares do saber dentro da Unemat.

As contribuições técnicas articuladas às legislações, políticas, programas¹⁵⁸ e debates expostos resultaram na proposta de definição da Política, institucionalizada pela Resolução 008/2022:

Art. 1º. A Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis, Galerias de Arte da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat, doravante **Política de Museus e Patrimônio Cultural**, constitui-se enquanto um **conjunto de princípios, valores e diretrizes** que tem como **premissa** balizar a realização, organização e difusão de práticas orientadoras, estratégicas e operacionais, de forma coerente, concertada e indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão nas unidades museológicas da Universidade, consolidando assim a integração de processos de construção do conhecimento voltados para garantir os direitos culturais e o fortalecimento da transformação social e territorial, da democracia e cidadania cultural, da democratização do acesso à ciência, da participação popular, da interação com a sociedade e do desenvolvimento cultural sustentável (ARRUDA, 2022, p.1; UNEMAT, 2022e, p.4).

Além das definições conceituais e fundamentações legais, a proposta da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat foi dividida a partir de três eixos, considerando os debates do Fórum Permanente de Museus Universitários, sendo: Governança e Gestão; Profissionais, formação e pesquisa; Museus e Sociedade.

As diretrizes foram divididas em três eixos e debatidas com os diretores e coordenadores dos museus a partir de consultas individualizadas, bem como com a equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e a Comissão de Resolução, entre setembro de 2021 e março de 2022. Em processo interno, tramitou na Comissão de Extensão e Cultura (CSEC)¹⁵⁹ do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), que através da Parecer 001/2022-CSEC, recomendou para aprovação na íntegra. Em sequência, foi submetida aos conselheiros do CONEPE, no dia 09 de maio de 2022, sendo:

I - Eixo 1: Gestão e Governança

- a) Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social, memória institucional, galerias de arte, pontos de memória, casa de patrimônio e dos museus visa à democratização da produção do conhecimento de modo a garantir a diversidade, a pluralidade e o acesso aos bens e referências culturais no estado de Mato Grosso;
- b) Estímulo e apoio a municipalização das políticas de museu, preservação do patrimônio cultural, casas de patrimônio, pontos de cultura e galerias de arte, de

¹⁵⁸ Os debates de Arruda (2014), Cunha Filho, (2020), Chagas (2016), Chauí (2001), Chuva (2019), Nascimento Jr. (2020), Hernández (2006) e Cândido (2019), bem como no Art. 1º e seu Parágrafo Único da Lei Federal n.11.904/2009, do Estatuto dos Museus; Decreto Federal n. 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto dos Museus; Portaria Federal n. 422, 30/11/2017, que institui a Política Nacional de Educação Museal; os valores e princípios da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005); a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (UNESCO, 2003); a Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, coordenada pelo Brasil e aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua sessão 38ª em 17 de novembro de 2015; a Lei Estadual nº 10.363 - 27/01/2016, do Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso; o Decreto Estadual nº 959, 05/12/2007, que instituiu o Sistema Estadual de Museus; a Lei Estadual nº 11.323 de 2021; que definiu as diretrizes e normas estaduais de preservação do patrimônio cultural; o Decreto Estadual nº 1.654, 29/09/1997, o Decreto Estadual nº 5.567, 26/11/2002 e o manual de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, que instituem e regulamentam o Sistema de Arquivos do Estado de Mato Grosso – SIARQ /MT.

¹⁵⁹ Comissão de Extensão e Cultura (CSEC), composta pela: Presidente: Tanismare Tatiana de Almeida Vice Presidente: Ana Cristina Perón Domingues. Relatora: Alessandra Conceição de Oliveira Secretário: Alexandre Pereira do Amaral (UNEMAT, 2022d).

modo que a Unemat possa participar, direta e indiretamente, na construção e gestão de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares, museus virtuais, galerias de arte, lugares de memória, inventários, entre outros, vinculados a Política Nacional de Museus, Política Nacional de Patrimônio Cultural, as Políticas de Cultura, Patrimônio Cultural e Museus mato-grossenses e nas ações de preservação e gerenciamento das unidades de preservação do patrimônio cultural em níveis municipais, estadual e federal através de diretorias, comissões e conselhos de proteção e preservação do patrimônio cultural;

c) Incentivo a criação de programas e ações que viabilizem a preservação e o combate a degradação, a inutilização e a destruição através do planejamento, da conservação e da sustentabilidade do patrimônio cultural e museus e acervos científicos submetidos ao processo de musealização no âmbito de processos museológicos e unidades museológicas da Universidade;

d) Promoção da Gestão compartilhada democrática, com participação direta de comunidades detentoras dos saberes e expressões culturais, alvo da política universitária de museus e patrimônio cultural, suas unidades museológicas e/ou museus vinculados;

e) Incentivo à participação social na formulação, implementação execução das ações educativas nas unidades museológicas, bem como na gestão das coleções e seus acervos documentais e coleções visitáveis de modo a fortalecer a governança e estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais na proteção e preservação das suas referências culturais;

f) Desenvolvimento de Programa Educativo e Cultural nos Planos Museológicos e/ou Estratégicos e estabelecimento entre suas atribuições: missão educativa; referências teóricas e conceituais; diagnósticos de sua competência; descrição dos projetos e plano de trabalho; registro, sistematização e avaliação permanente de suas atividades e formação continuada dos profissionais do museu;

g) Incentivo a criação de mecanismos de financiamento, fomento e apoio a programas, projetos e ações de conservação, pesquisa e educativas, complementando sua dotação orçamentária permanente;

h) Incorporação da contribuição dos setores das unidades museais como parte integrante das programações e na constituição da memória por meio do registro e divulgação de suas ações.

II - Eixo 2: Profissionais, formação e pesquisa

a) Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo mato-grossense e brasileiro;

b) Integração das práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços devido às pessoas;

c) Promoção da intersectorialidade das ações educativas e formação profissional, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural e museus com as demais áreas da cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano, tecnologia e outras áreas correlatas;

d) Difusão do patrimônio cultural, dos museus, das coleções, dos saberes e práticas dos museus e dos saberes e fazeres patrimonializados e/ou musealizados como temas transversais e interdisciplinares;

e) Busca pela garantia e manutenção do equilíbrio das funções museológicas de salvaguarda, pesquisa, difusão, comunicação e formação ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

f) Valorização dos profissionais dos campos dos museus, do patrimônio cultural, da educação museal e patrimonial, incentivando a atualização, formação e aperfeiçoamento, por meio de cursos da profissão;

g) Potencialização do conhecimento específico dos campos do patrimônio cultural, gestão da preservação e conservação dos acervos científicos, da educação museal, da educação patrimonial de forma a consolidar esses campos, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências e do estímulo à viabilização dos cursos de nível superior e pós-graduação nestas áreas;

h) Valorização e Promoção da troca de experiências por meio de parcerias nacionais e internacionais para a realização de estágios profissionais;

- i) Fortalecimento da pesquisa em educação em museus e patrimônio cultural e em contextos nos quais ocorrem processos museais e patrimoniais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento científico;
- j) Promoção do desenvolvimento e da difusão de pesquisas específicas dos campos por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área.

III - Eixo 3: Museus e sociedade

- a) Valorização dos patrimônios culturais sob a guarda e cuidados das unidades e processos museológicos, compreendendo-os como unidades de valor estratégico e único nos diferentes processos identitários e de formação, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;
- b) Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição das referências culturais a serem inventariadas, registradas, tombadas e/ou musealizadas;
- c) Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades;
- d) Valorização do território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- e) Favorecimento às relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- f) Reconhecimento de que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- g) Incentivo a integração das políticas de patrimônio cultural e museus às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- h) Estímulo a programas, projetos e ações que visem o reconhecimento dos museus, instituições de guarda e pesquisa, pontos de memória, casas de patrimônio, acervos e coleções universitárias como estruturas indispensáveis à formação profissional e ao desenvolvimento da cidadania cultural;
- i) Difusão de ações voltadas para a realização de curadoria compartilhada do acervo científico e cultural para fins de exposições e eventos, assegurando perspectivas interdisciplinares e formas de integração da comunidade universitária e universidade com o público externo (UNEMAT, 2022e, p.11-13).

Estes eixos e diretrizes tiveram como base os fundamentos estabelecidos no art. 207 da Constituição Federal, que prevê a indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão, articulados também tanto as leis e normas federais do patrimônio cultural e museus, quanto aos art. 215, art. 216 e art. 216-A da Constituição Federal de 1988; ao Plano Nacional de Cultura; ao Sistema e Plano Estadual de Cultura; a Lei nº 10.362, 27/01/2016; a Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Patrimônio Material; a Portaria IBRAM nº 605, de 10 de agosto de 2021, com a Política Nacional de Educação Museal - PNEM; a Lei Ordinária Estadual nº 10.362/2016, do Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso, com seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento; e, por fim, as propostas do V Fórum de Museus Universitários (2018).

No processo de análise das universidades públicas federais e estaduais com redes e sistemas de museus e patrimônio cultural, aos quais poderiam e subsidiaram a construção e proposição da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, as existentes continham diretrizes gerais que regulamentavam apenas as redes e sistemas. Nenhuma delas serviram

de base para a construção de uma política universitária setorial, integrando as áreas dos museus e do patrimônio cultural.

A UFRJ, a UFU e a UFBA criaram seus sistemas de museus, acervos e patrimônio cultural com funções de abarcar os seus patrimônios culturais e científicos. Essas instituições possuem diferentes normas e percursos para a institucionalização e organização dos museus. Por outro lado, a UFMG, a UFPE, a UFRGS, a UFOP, a UFPB a UFPEL, a UEFS e a USP criaram suas redes de museus e acervos, também respeitando suas formas de organização e as suas culturas institucionais. Algumas dessas instituições, as experiências ultrapassavam os 20 anos, enquanto a maioria das Redes de Museus das universidades federais e estaduais foram criadas a partir de 2015.

No âmbito da Unemat, conforme Arruda (2022) diferentes atores envolvidos no processo de construção foram ouvidos. Nesse processo, ocorreu a identificação da cultura institucional e a construção das diretrizes.

Ao aprovar nos dois conselhos a política universitária de museus e patrimônio cultural, com conceitos, valores, diretrizes, critérios, regras e parâmetros ligados aos princípios das políticas públicas de cultura, museus e patrimônio cultural federais e estadual, integrando-a as políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade deu um passo importante na ampliação da inserção da temática e no fortalecimento de campos disciplinares com enfoque no patrimônio cultural e museus no contexto das universidades públicas brasileiras.

Após a aprovação da Política, dentre os desafios observados constam os relacionados a efetiva implementação pelos diferentes atores políticos e técnicos envolvidos ou que possam assumir a gestão da universidade e dos museus, especialmente após a aprovação e homologação das resoluções pelos demais órgãos deliberativos da Unemat (Conselho Curador). Parte dos problemas enfrentados na gestão dos seus museus estão relacionados a falta de equipe técnica qualificada e isso pode refletir na implementação desta política universitária, com continuidade nas ações e diretrizes. Para suprir essa demanda de pessoal a curto prazo, algumas instituições federais de ensino superior estão buscando se articular de forma interinstitucional, como o caso do Mestrado Interinstitucional (MINTER) em Museologia e Patrimônio, criado em 2019, através do termo de cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).¹⁶⁰

¹⁶⁰ Ver: Mestrado Interinstitucional (Minter) em Museologia e Patrimônio realiza sua aula inaugural na segunda-feira (11), **Notícias UFPE**, 08 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/mestrado-interinstitucional-minter-em-museologia-e-patrimonio-realiza-sua-aula-inaugural-na-segunda-feira-11-/40615

7.5 – Arquitetura e organização institucional da Rede de Museus da Unemat

A formação dos museus universitários da Unemat traz elementos importantes para pensar a arquitetura e organização da sua rede de museus, bem como o enfrentamento e monitoramento dos problemas, o alinhamento de diretrizes, metas e resultados, a avaliação das atividades desenvolvidas, que perpassaram as decisões e modelos de gestão: ora centralizados e rígidos e estáveis; ora descentralizados, compartilhados e adaptáveis aos propósitos e objetivos estabelecidos. As estruturas organizacionais dos museus, da rede de museus e a sua inserção no organograma da Universidade não são neutras, pois correspondem a resultados de atos políticos, ou seja, escolhas, seleções, exclusões (CHIAVENATO, 2003; SECCHI, 2009).

Debater a arquitetura e a organização da estrutura institucional que sejam capazes de viabilizar a coordenação da implementação da política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat torna-se um desafio para quaisquer instituições de ensino superior nos dias atuais, considerando que muitos museus nas universidades analisadas se estruturaram a partir de projetos e indivíduos que formam além dos cursos de graduação, também os grupos de pesquisa, núcleos, mestrados, doutorados institucionais, museus e acervos da ciência e tecnologia.

De acordo com Arruda (2022), entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, apesar do acúmulo teórico e metodológico com a abordagem sistêmica das políticas culturais, da construção dos sistemas de cultura, no âmbito da universidade as mesmas não estavam tão claras para os diferentes atores envolvidos no processo de construção. A organização da política e a denominação de Rede ou Sistema de Museus foi objeto de longos debates entre os membros do *Coletivo da Política de Museus UNEMAT*, que junto com os gestores da Universidade, demonstravam mais familiaridade com o conceito de rede. Constatação realizada a partir dos diálogos direto com os diretores, coordenadores e equipe da PROEC, bem como após as falas na 1ª Semana de Museus da Unemat em outubro de 2020 e do 1º Fórum de Museus da Unemat, realizado em fevereiro de 2022.

Esses debates foram essenciais para a construção da minuta da política universitária e definição da arquitetura como rede de museus e organização dos novos museus, mas contendo valores e diretrizes da abordagem sistêmica.

A arquitetura institucional da Rede de Museus da Unemat demandou análises das redes e sistemas de museus das universidades federais e estaduais (UFMG, UFRGS, UFPEL, UFPE, UFPB, UFOP, UFU, UFRJ, UFBA, UEFS, USP, Paraná), visando compreender sobre como e onde estavam vinculadas nas hierarquias institucionais. Porém, conforme observou-se nos capítulos anteriores, no âmbito da Unemat também fez-se necessário um estudo da arquitetura e organização institucionais e dos processos de criação, implantação e

funcionamento de projetos de museus, que tinham relações diretas com as áreas e linhas de extensão definidas na [Resolução 093/2015](#), considerando a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012.

Um conjunto de resoluções orientaram, regulamentaram e deliberam acerca dos projetos, sendo: i) bolsas de extensão e ações voluntárias ([Resolução 035/2020 - CONEPE](#)); ii) da Câmara de Extensão ([Resolução 026/2020](#)); iii) da criação dos Centros e Núcleos de Ensino ([Resolução 011/2021 - CONEPE](#) / [Instrução Normativa 003/2021 - UNEMAT](#)); iv) dos critérios de aprovação e realização de eventos e cursos ([Resolução 010/2021 - CONEPE](#)); iv) da Política de extensão da UNEMAT ([Resolução 017/2013](#)); da prestação de serviços ([Resolução 026/2021 - CONSUNI](#)); vi) por fim, de Projetos e Programas ([Resolução 009/2021 - CONEPE](#)).

Essas resoluções serviram de base para a estruturação da política universitária de museus e patrimônio cultural, considerando os potenciais existentes dos museus universitários da Unemat ou associados a rede, bem como acerca do quadro de pessoal que se encontra empenhado no desenvolvimento das atividades.

Nesse sentido, os museus criados a partir dos projetos de extensão e, posteriormente, institucionalizados em nível municipal, com funcionamento a partir da gestão compartilhada (o MUVA e o MUCB), demandaram uma análise dos instrumentos legais adequados para garantir esse tipo de atuação institucional, indo além do vínculo através dos projetos. Para tanto, buscou referência no Estatuto dos Museus (2009), na Lei Federal n. 10.019/2014 e nas Leis Estaduais de Gestão Compartilhada n. 446/2016, n. 10.362/2016 e 10.363/2016 e na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE n 001/2016.

Sendo assim, em síntese, a organização da arquitetura institucional da Rede de Museus da Unemat foi pautada na abordagem sistêmica, com princípio de atuação em rede, visando viabilizar o atendimento das leis federais e estaduais, bem como das cartas e declarações internacionais relacionadas aos museus e do patrimônio cultural, considerando as atividades fins da universidade, especialmente na promoção e desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão.

A Rede de Museus da Unemat foi criada com a finalidade de coordenar a implementação da Política Universitária e de subsidiar as unidades museológicas, inclusive com recursos humanos e financeiros, bem como aprovar projetos de museus, coordenar a execução do Fórum Permanente de Museus, acompanhar a implementação das metas, apoiar na busca recursos externos. Conforme a definição estabelecida na Resolução 008/2022, art. 11, essa tem como missão

formular, propor, coordenar e avaliar a implementação política universitária de museus e patrimônio cultural, bem como fomentar ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio das Unidades de Museológicas

integradas a Rede de Museus da Unemat (ARRUDA, 2022b; UNEMAT, 2022e, p,12).

Enquanto espaço de avaliação e construção de diretrizes da Política, foi pactuado coletivamente através das comissões e do coletivo que o Fórum de Museus e Patrimônio cultural da Unemat seria um

evento bienal, com foco nos problemas estaduais e objetivo de refletir, avaliar e construir diretrizes para a Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat, visando consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus e unidades museológicas vinculadas a Rede de Museus (ARRUDA, 2022b; UNEMAT, 2022e, p,16).

Os pontos de cultura, os instrumentos, valores, diretrizes e definições conceituais do patrimônio cultural, os diferentes modelos de museus, com normas e instrumentos de gestão e planejamento, a exemplo do Plano Museológico -, os inventários, a educação patrimonial, a educação museal, os cadastros do patrimônio museológico e arqueológico, dentre outros, foram incorporados à Política de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat.

Apesar das fragilidades da organizações em rede, que, em muitos casos, ficam submetidas aos interesses dos gestores dos museus e demais atores e instituições, as diretrizes da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat também se pautou na [Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, do IPHAN](#), que instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, sendo:

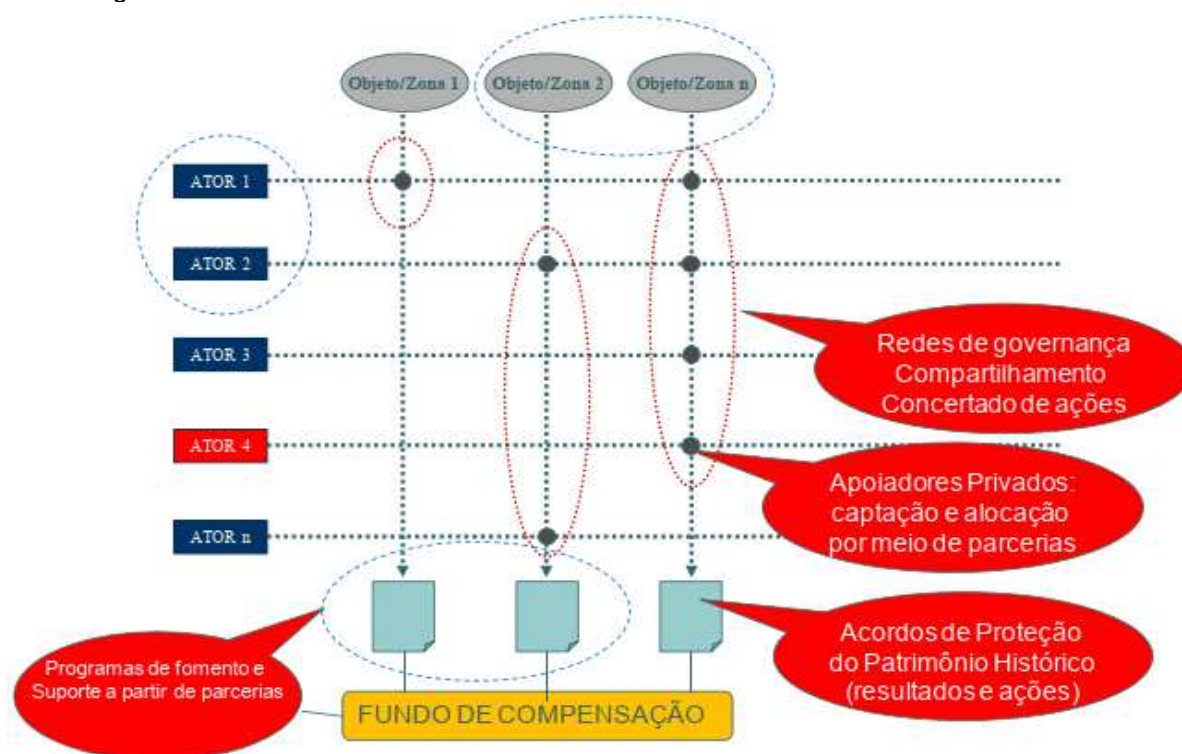
- I. Princípio da Humanização.** A preservação do patrimônio cultural material deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana;
- II. Princípio da Indissociabilidade.** Não deve haver separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e as comunidades que os tem como referência;
- III. Princípio da Ressignificação.** Constantemente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado;
- IV. Princípio da Responsabilidade Compartilhada.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o patrimônio cultural material;
- V. Princípio da Colaboração.** A preservação do patrimônio cultural material exige a colaboração e cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade;
- VI. Princípio da Participação Ativa.** Deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material;
- VII. Princípio da Atuação em Rede.** A gestão do patrimônio cultural material ganha escala e qualidade quando estabelece redes entre instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação;
- VIII. Princípio do Desenvolvimento Sustentável.** A geração atual deve ser capaz de suprir suas necessidades, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações;
- IX. Princípio da Integração.** O meio ambiente é fruto da interação do conjunto de elementos naturais e culturais, que propiciam o desenvolvimento da vida em todas as suas formas;

- X. Princípio do Direito à Cidade.** Todos têm direito a um ambiente urbano que garanta o usufruto da estrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva;
- XI. Princípio do Acesso Equitativo.** Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente;
- XII. Princípio da Precaução.** Não se pode intervir em um bem cultural material patrimonializado antes de demonstrar que a ação não será adversa ao bem;
- XIII. Princípio da Prevenção.** Deve ser garantindo o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar os bens culturais materiais patrimonializados;
- XIV. Princípio da Reparação.** Todo dano sofrido por um bem cultural material patrimonializado, sempre que possível, deverá ser reparado;
- XV. Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais.** O reconhecimento e a consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural são a base de uma Política justa e equânime;
- XVI. Princípio da Transversalidade.** Há necessidade de articulação e de envolvimento harmonizado de todas as políticas setoriais que influenciam ou dizem respeito ao patrimônio cultural material;
- XVII. Princípio do Direito à Informação.** O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural material deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade; e
- XVIII. Princípio do Direito ao Controle Social.** O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM (IPHAN, 2018, p. 3).

Articulados aos interesses dos integrantes da Comissão da Política de Museus, na arquitetura institucional da rede constam elementos conceituais das redes de museus e patrimônio, considerando: o seu caráter sistêmico, a atuação dos diferentes atores, as áreas de abrangência, as redes de compartilhamento de responsabilidades, os meios para captação e alocação de recursos oriundos de diferentes fontes (emendas parlamentares, recursos privados), a elaboração de programas para o desenvolvimento de áreas específicas e a criação de instrumentos para viabilizar acordos de cooperação técnica na gestão compartilhada dos museus e na conservação dos acervos científicos da Rede de Museus da Unemat.

Em termos de fomento, aconteceu a proposição da criação de um Fundo Universitário dos Museus e Patrimônio Cultural, articulando-o diretamente a gestão pela Rede de Museus, instância responsável pela integração de diferentes atores, programas de fomento, suportes a partir de parcerias, composição e fortalecimento de redes de governança, compartilhamento concertado de ações, elaboração e integração da Universidade em acordos de proteção do patrimônio (Figura 171).

Figura 171: Possíveis arranjos de cooperação, unindo diferentes atores no processo de proteção e salvaguarda dos acervos científicos da Universidade do Estado de Mato Grosso.



Fonte: Adaptado de IPHAN (2012, p. 150) In.: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

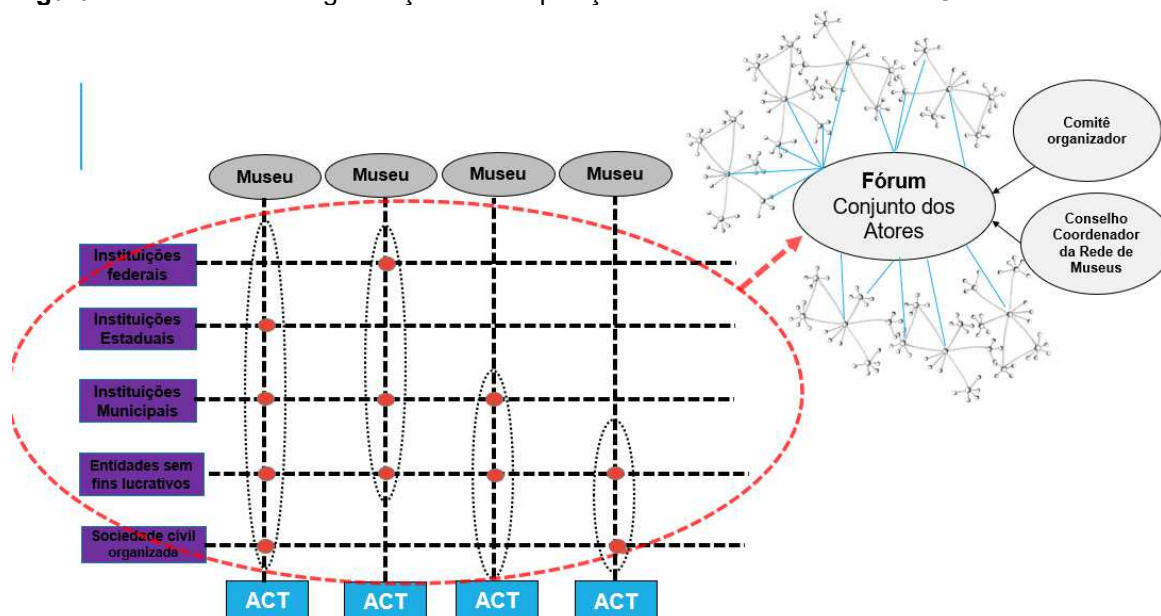
A criação de um instrumento de fomento direto para garantir investimentos financeiros nos museus e na preservação do patrimônio cultural da Universidade foi um tema presente nos documentos e manifestações unânimes dos integrantes do Coletivo da Política de Museus da UNEMAT. Contudo, isso também se constitui num gargalo recorrente em outras universidades federais e estaduais, conforme relatado por diretores de museus instalados em universidades com orçamentos substanciais, como o Museu Nacional da UFRJ, apontadas no contexto das fraquezas e ameaças identificadas nos capítulos anteriores.

Em termos de coordenação da Rede de Museus da Unemat, essa passa a ser realizada através da assessoria de cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que tem como orientação atuar na gestão gerencial através do Conselho Coordenador, composto por representantes das Pró-Reitorias, comunidade acadêmica, setores do poder público estadual e sociedade civil organizada, com atuação direta nas áreas da preservação do patrimônio e dos museus, como: a seção Mato-grossense do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, a Rede de Educadores em Museus e Patrimônio Cultural – REMP-MT e o Conselho Estadual de Cultura.

O Fórum de Museus encontra-se definido como uma instância de análise e proposição de diretrizes para a formulação, acompanhamento, planejamento, definição de metas e avaliação da política universitária de museus e patrimônio da Unemat, composta por diferentes atores sociais e institucionais. A coordenação do Fórum deve ser formada por um

comitê organizador, indicado através da Rede de Museus, com a participação da sociedade civil e redes descentralizadas de atores sociais e instituições ligadas aos processos de preservação do patrimônio cultural, inclusive os da ciência e tecnologia, da Unemat (Figura 172).

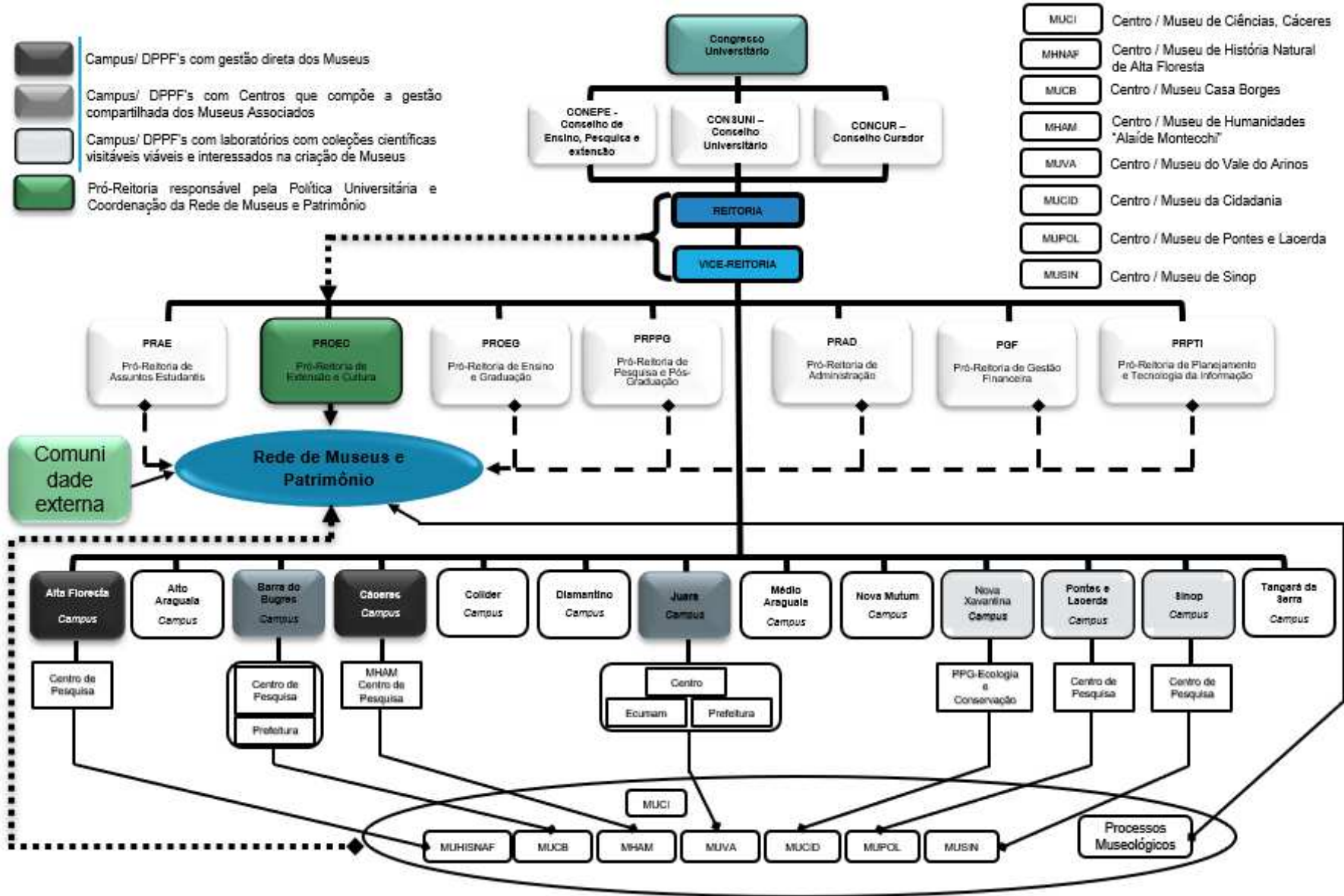
Figura 172: Estrutura e organização da composição do Fórum de Museus da Unemat



Fonte: Adaptado de IPHAN (2012, p. 150) In.: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

Por outro lado, os museus com os vínculos por meio de projetos de extensão e gestão compartilhada (MUVA e MUCB) passam a ter um ano e meio para adequarem-se como um centro de pesquisa e extensão, onde devem firmar um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com os municípios a fim de regularizar tanto a atuação da Universidade na gestão compartilhada, quanto suas integrações à Rede de Museus da Unemat. Os novos museus a serem criados, conforme prognóstico, nos *Campi* de Pontes e Lacerda, Nova Xavantina e Sinop, passariam a integrar a rede dentro da organização institucional da Unemat (Figura 173). O percurso da criação e a vinculação dos novos e dos museus existentes, com respeito as normas legais da Universidade e as noções conceituais de museu e patrimônio cultural referenciadas a partir das legislações, foram apresentados à “Comissão da Política de Museus.

Figura 173: Organograma do vínculo dos Museus e da Rede de Museus da Unemat



Fonte: Arruda (2022b), revisado e ampliado.

As propostas da política, rede e institucionalização dos museus numa só resolução, com tempo determinado para a regularização a partir da abertura dos processos e tramitação nos Colegiados Regionais foram analisadas pela Comissão de Resoluções da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, onde extraiu o entendimento de que a aprovação nos conselhos deliberativos (CONSUNI e CONEPE) poderia ficar inviável.

Existiam diversos entendimentos sobre as possibilidades de criar e os vínculos dos museus por parte dos gestores, diretores e membros dos museus municipais que funcionavam através de gestão compartilhada. Dentre as dúvidas constavam: se havia a “necessidade de criação de um Centro de Pesquisa e Extensão para garantir o funcionamento de um Museu sem acervo?” ou se existia “possibilidade de vincular o museu à unidade administrativa da universidade que atuaria na gestão compartilhada ou a algum Museu já constituído e regulamentado na condição de Centro?”, como no caso do MUCB; sobre “como criar um Centro de Pesquisa e Extensão?”, por parte do MUVA.

Neste sentido, a Comissão de Resolução chegou à conclusão de que seria mais viável submeter ao CONEPE apenas as diretrizes da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural (PUMPC), somada a estrutura da Rede de Museus e Patrimônio Cultural. Os museus em funcionamento através da gestão compartilhada poderiam ser criados a partir de uma Instrução Normativa, após a implementação da Rede de Museus.

Após o compartilhamento dos diagnósticos e da proposta da Minuta de Resolução (ANEXO 23), no dia 30 de março de 2022, o envio e a análise técnica e jurídica da Comissão de Extensão e Cultura do CONEPE levaram um pouco mais de 30 dias. No dia 03 de maio de 2022, a proposta da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e a Rede de Museus da Unemat obteve uma manifestação pela aprovação da íntegra do documento, que seguiu para análise dos conselheiros e observadores no dia 09 de maio de 2022, em reunião online, aos quais contribuíram com dois destaques.

Dos 57 artigos, dezenas de incisos e parágrafos, apenas dois (02) foram objetos de debate, sendo: o artigo XX, com pedido de inclusão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, de forma a complementar o dispositivo que garantia a transparência e o acesso à informação, como um princípio fundante da política universitária de museus e patrimônio. E no inciso I do artigo 51º, que propunha a “dotação constante do orçamento da Universidade” como recursos financeiros a serem utilizados pela Rede de Museus com o propósito de fomentar ações, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão dos museus.

Ao passo que o primeiro destaque foi ponto pacífico de concordância, o segundo foi objeto de maior debate, chegando à definição da seguinte redação: “I - dotação orçamentária da Universidade”.

A aprovação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat pelo CONEPE no dia 09 de maio de 2022 e resultou na Resoluções 008/2022 – CONEPE. Por conter dispositivos que interferem na gestão financeira, a resolução foi submetida ao Conselho Universitário (CONSUNI) no dia 30 de junho de 2022, resultando na Resolução n. 45/2022, que homologou a Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis, doravante Rede de Museus no âmbito da UNEMAT.

Estas resoluções demarcaram uma nova etapa para os museus e os diferentes atores sociais engajadas na defesa do patrimônio cultural e dos museus, que e fazem destes seus espaços de luta política e social. Contudo, entre a aprovação e a implementação existem caminhos árduos que demandam muitas lutas, haja vista que existem as disputas por recursos e espaços de poder, dentre esses os museus, que também são vistos como concorrentes. Há também disputas entre os sujeitos que integram os diferentes museus já consolidados e os que ainda estão sendo implantados no âmbito da universidade. Além disso, a necessidade de regulamentar a gestão compartilhada dos museus e dos endossos institucionais de acervo arqueológicos.

A PUMPC impõe novos desafios, na medida em que propõe um novo modelo de gestão compartilhada, que difere dos museus estaduais em vigência no âmbito do governo do estado de Mato Grosso desde 2014. Pois, o governo estadual exerce a função de financiador e fiscalizador das Organizações Sociais. Por outro lado, quando não se tem apelo e mobilização política, esse modelo de gestão compartilhada tem se demonstrado frágil. Em Mato Grosso, há museus fechados desde 2017, seja porque tiveram contratos interrompidos, seja por encerramento da gestão direta, sob a alegação de reforma do prédio, como é o caso do Museu Histórico de Mato Grosso, localizado num imóvel tombado em nível estadual, no entorno do Centro Histórico de Cuiabá.

Entre os diferentes coordenadores dos museus, a noção de museu-escola vinha sendo apresentada. Porém, pode-se identificar certa falta de clareza conceitual e metodológica, especialmente porque essa noção poderia constar como eixo norteador das ações dos museus nas diretrizes da Política Universitária de Museus e Patrimônio da Unemat, partindo das políticas nacionais de Educação Patrimonial e de Educação Museal.

A PUMPC institucionaliza diretrizes importantes, com potencial de promover mudanças internas e externas nos cenários cultural, políticos estadual e brasileiro, em especial acerca da preservação universitária dos patrimônios científicos, arqueológicos, museológicos, históricos, artísticos, urbanísticos e arquitetônicos.

A Rede de Museus e os museus da Unemat passam, assim, a ter novas responsabilidades no desenvolvimento de novas tecnologias sociais e institucionais para a implementação da gestão compartilhada e na promoção de atividades nas áreas dos museus e preservação do patrimônio no país.

A gestão descentralizada, com autonomia didática e administrativa, é um ponto importante, porém, demanda novas mobilizações no contexto da Unemat para garantir a implementação e consolidação da Rede de Museus como uma instância capaz de articular política e institucionalmente os diferentes atores sociais e os espaços institucionais com funções administrativas, didático e pedagógicas (incluindo os centros de pesquisa, ensino e extensão, as coleções científicas e os laboratórios). Dentre essas, encontram-se a criação de novas disciplinas e cursos de graduação e pós-graduação voltados para formar profissionais para atender as demandas estadual e parte dos estados da Amazônia Legal (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins etc.).

Ressalta-se ainda que, apesar dos debates e questionamentos por diversos autores sobre o aumento do número de museus e da patrimonialização em nível nacional e internacional, a Unemat e seus museus, inclusive os atores a eles vinculados, cumprem papéis importantes na interiorização dos museus universitários nos níveis municipal, estadual e nacional. Com a política universitária, a Unemat passa a ter um potente instrumento de gestão, com diretrizes debatidas amplamente com a comunidade científica e a sociedade, que pode viabilizar o fortalecimento dos museus universitários atuais e a criação de novos museus com o propósito de promover a preservação do patrimônio cultural noutros municípios do interior do estado de Mato Grosso.

Por fim, ao analisar os museus, com base nos diagnósticos e na construção da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, entende-se que a implementação da Rede de Museus e dos instrumentos instituídos para a criação de novos museus e musealização de novos bens culturais estão condicionadas as capacidades de atuação dos diferentes atores envolvidos. A criação de novos museus permaneceu garantida na PUMPC, seja através de projetos de ensino, pesquisa e extensão a serem considerados como processos museológicos, seja por meio de declaração e manifestação de interesse de laboratórios e outros centros de pesquisa em se vincular a Rede de Museus da Unemat, devendo, para tanto a regulamentação dos instrumentos no âmbito da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, evitou-se exercer o “discurso da competência” sobre as noções de patrimônio cultural e museus, conforme nos ensina Chauí (2001). Ressalto isso mediante a complexidade de pensar e agir em meio ao processo de pesquisa e atuação política que foi o processo de formulação da política de museus e preservação do patrimônio cultural. Por outro lado, a formação técnica e o lugar como membro da Comissão da Política de Museus contribuíram para a construção e aprovação das diretrizes, bem como no desenvolvimento dos diagnósticos museológicos.

No decorrer desse estudo, surgiram diversos posicionamentos e entendimentos de professores e gestores sobre os papéis dos museus na universidade, seja sobre um novo desenho institucional (em rede ou sistêmico) a ser implementado no organograma institucional, seja acerca dos investimentos financeiros que seriam vinculados anualmente direto da fonte.

Os estudos teóricos e metodológicos da Museologia sobre museus, patrimônio cultural, políticas de museu, musealização, gestão de riscos, patrimonialização, coleções, política cultural, patrimônio cultural da ciência e tecnologia foram acessados por meio das disciplinas do Doutorado e através da pesquisa bibliográfica. Contudo, vale ressaltar a importância da trajetória de formação no Mestrado, as experiências profissionais e o meu lugar, limite da fronteira internacional no extremo oeste brasileiro. Ou seja, a partir da cidade de Cáceres, Mato Grosso, cujas experiências possibilitaram o desenvolvimento de um olhar atento sobre as particularidades regionais do país, os diferentes papéis dos sujeitos na sociedade e nas instituições, os processos de construção e implementação das políticas públicas de museus e patrimônio cultural nas diferentes regiões do país, bem como a manutenção ou desconstrução de estruturas e práticas que garantem o colonialismo interno através das patrimonializações e musealizações.

O olhar ampliado sobre o objeto da Museologia e a sua constituição como um campo disciplinar foram tratados de forma que pudessem contribuir no desenvolvimento da política universitária de museus e patrimônio cultural, bem como no reconhecimento dos museus da universidade como instâncias e instrumentos de transformação dos territórios mato-grossense a partir das suas coleções, práticas, representações, valorações e comunicação.

Este estudo surgiu do reconhecimento da necessidade de construção e institucionalização de diretrizes que pudessem viabilizar a atuação qualificada da universidade nas áreas dos museus e patrimônio cultural, inclusive pela constatação de se tratar de um Estado sem escolas com tradição na formação de profissionais para atuar nos museus e preservação do patrimônio cultural, como é o caso de Mato Grosso.

A museologia foi entendida, Conforme Candido (2014a p.04), como uma disciplina que “não se limita apenas ao olhar crítico sobre o problema, mas atua de maneira prospectiva, propondo caminhos, experimentando soluções, avaliando e retroalimentando a teoria”. Neste sentido, os diversos sujeitos envolvidos nesse processo de construção e transformação das diferentes realidades institucionais e territoriais, inseridos e engajados politicamente, podem recorrer esses recursos e instrumentos para transformá-las. Assim, os museus e os patrimônios culturais foram compreendidos enquanto construções sociais constituídas por valores atribuídos pelos diferentes atores sociais, apropriados de maneira distinta por diferentes sujeitos ao longo do tempo.

Ao focar as desigualdades regionais e diferenças temporais na interiorização das políticas de preservação por meio das patrimonializações e musealizações em Mato Grosso, pode-se evidenciar que não basta fixar normas e diretrizes para se patrimonializar e musealizar, haja vista que nem sempre essas decorrem da compreensão dos valores construídos e pactuados entre os diferentes atores sociais nesse processo de construção e transformação das realidades locais, regionais e nacional.

Mesmo diante dos desafios relacionados as dificuldades de contratação de recursos humanos e não possuir dotação orçamentária própria, os diferentes atores sociais se engajaram para garantir os direitos culturais através da salvaguarda, musealização, conservação, comunicação, proteção de referências culturais e formação de profissionais a partir das diferentes realidades e territórios mato-grossenses, aos quais historicamente estiveram à margem das prioridades das políticas públicas de patrimônio e museus federais e estaduais.

Fundar e manter museus, bem como patrimonializar e conservar bens materiais e imateriais em nível federal revelaram-se em diferentes formas de manifestar os poderes político, intelectual, cultural e econômico por determinados grupos sociais. Ao passo que, a ausência ou menor presença de museus e bens culturais tombados ou registrados nos diferentes territórios, como no caso do interior do estado de Mato Grosso, também se demonstrou numa das diferentes formas de expressar as fragilidades dos diversos grupos sociais e de valores que vem sendo pactuados para a conformação da ideia de identidade cultural plural e diversa.

Nesse sentido, entende-se que essa compreensão pode contribuir na desconstrução de noções estereotipadas e objetificações dos diferentes povos e culturas vivenciadas nos territórios dos municípios e regiões do interior do país. A Unemat tem se demonstrado imprescindível ao processo de desconstrução de valores que garantem a continuidade de certo colonialismo interno por meio das omissões e ausências das instituições federais, estaduais e/ou municipais de preservação do patrimônio cultural museológico.

Apesar dos desafios impostos à escrita e às análises, não foi uma decisão fácil propor a mudança do tema da pesquisa inicial do doutorado e direcionar o foco desta tese para os museus e a política universitária de museus e patrimônio cultural da Unemat. Isso se deve ao um curto tempo para sistematizar, analisar e organizar as informações. Todavia, é imperativo destacar o incentivo proporcionado pelo diretor do Museu do Vale do Arinos, Saulo Augusto Moraes, um defensor dos museus e da preservação do patrimônio cultural no Estado de Mato Grosso. Além de fornecer de informações e facilitar entendimento da rotina e dos integrantes do MUVA, também contribuiu significativamente nos diálogos que permitiram identificar e apresentar a relevância das lutas dos diferentes atores locais na Universidade para a implementação das políticas de cultura, patrimônio e museus, bem como na transformação das realidades locais por meio dos museus. Entendendo-os como espaços privilegiados para o exercício do poder, mas que podem ser mais democráticos, plurais, inclusivos e representativos.

A trajetória das políticas de museus e de patrimônio cultural em nível nacional revelaram-se importantes para esse trabalho porque possibilitou uma compreensão ampla da concentração territorial dos museus, inclusive os universitários, e dos patrimônios culturais, bem como das oportunidades e ameaças recentes que as políticas de museus tem enfrentado com a “guerra cultural” empreendida por parte da sociedade, motivada politicamente, num processo de criminalização das universidades, dos professores, dos trabalhadores da cultura, com cortes nos orçamentos das universidades, instituições de proteção do patrimônio e museus nas diferentes esferas governamentais.

Diversos setores que atuam nas políticas culturais nas diferentes esferas governamentais têm dificultado a implementação da política federal de preservação do patrimônio cultural e dos museus em todos os estados do país. Portanto, em certa medida, também contribuem para a continuidade da concentração ou ausência de bens tombados e museus, perpetuando, em certa medida, um processo de manutenção de valores que pautam o "colonialismo interno" (CASANOVA, 2006). Isso em decorrência da falta de um contraponto crítico, com capacidade de mobilizar os diferentes sujeitos contra às narrativas e valores historicamente privilegiados, que são produzidos e/ou reproduzidos pelas instituições e materializados nos bens patrimonializados e musealizados, bem como devido à manutenção de *status quo* de grupos dominantes por meio das estruturas de poder dentro das fronteiras internas do Estado Nacional (CASANOVA, 2006).

Os problemas relacionados a gestão dos museus vinculados ou não as universidades públicas, ao serem correlacionados às políticas nacionais, estaduais e municipais de museus e patrimônio cultural, demonstrou-se importante devido à necessidade de articular eixos e a criação de instrumentos de fomento que possam se tornar estruturantes de valores, diretrizes, princípios e ações mais inclusivas, humanistas, democráticas, plurais.

Nos casos nacionais, dentre os museus universitários, mediante a diversidade da organização destes no âmbito das universidades, poucos garantem repasses anuais. Um exemplo é o Museu Nacional (MN), vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),¹⁶¹ que, mesmo em meio aos cortes financeiros das universidades federais, detinha 445,5 mil (0,1%) dos 417 milhões definidos para o ano de 2017. Em 2018, o orçamento da universidade diminuiu ainda mais para cerca de 388 milhões, que ficou “quase em sua totalidade direcionada às despesas de custeio”.¹⁶² Todavia, o MN não recebia integralmente o orçamento anual desde 2014.¹⁶³ A Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais, apesar de ter um sistema integrado que organiza, registra e acompanha os projetos, bem com uma estrutura administrativa e de gestão desenvolvidas a partir dos seus museus e centros de pesquisa, também não foi identificado um dispositivo administrativo-financeiro que os auxiliassem a acompanhar os investimentos financeiros de forma pormenorizada.

No caso dos museus universitários da Unemat, não há um sistema integrado capaz de reunir as informações sobre os investimentos anuais internos e externos nas atividades, gestão e projetos do MUHISNAF, inclusive com destinação com valores específicos. Contudo, pode-se observar a relevância social da Universidade para a: i) interiorização das políticas de museus e de preservação de bens culturais científicos, arqueológicos, etnográficos, históricos, naturais e artísticos patrimonializados e musealizados no estado de Mato Grosso; ii) implementação dos planos nacionais e estaduais de cultura, especificamente nas áreas de patrimônio e museus; iii) integração aos novos paradigmas contemporâneos dos debates teóricos das grandes áreas de abrangência, como as ciências humanas, ciências sociais e aplicadas e ciências ambientais.

Os museus e a Política Universitária de Museus e Patrimônio cultural e da Rede de Museus da Unemat demonstraram-se relevantes mesmo diante dos desafios e as incompreensões sobre os seus papéis, conforme constatava-se na pesquisa bibliográfica, as universidades estaduais brasileiras apresentavam-se responsáveis por 117 dos 415 museus universitários, representando 28,19% deste total (GRANATO; ABALADA; SUDANO, 2021). Somente a Unemat por 3,42% dos museus das universidades estaduais. Em termos da contribuição para a interiorização dos museus, incluindo os universitários, estes representam 20% de todos os museus existentes nos municípios do interior de Mato Grosso, conforme

¹⁶¹ FLORESTI, Felipe. Como entender o orçamento destinado ao Museu Nacional? Dinheiro repassado à UFRJ sofreu seguidos cortes, prejudicando a manutenção básica do museu. **Galileu Digital**, publicada em 04 de setembro de 2018, atualizada 05 de setembro de 2018 às 9h22. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/09/cafezinho-dos-deputados-tem-orcamento-maior-que-o-do-museu-nacional.html>

¹⁶² GAMBINE, Roberto. Orçamento da UFRJ: desafios e perspectivas. **Portal Conexão UFRJ**, publicado em 05 de junho de 2018. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2018/06/orcamento-da-ufrj-desafios-e-perspectivas/>

¹⁶³ Com orçamento reduzido, Museu Nacional acumula cortes desde 2013. **Portal Uol, no Rio**. Publicado dia 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/09/03/com-orcamento-reduzido-museu-nacional-acumula-cortes-desde-2013.htm>

vamos analisar nos próximos capítulos. Até junho de 2022, apenas duas redes de museus universitários estaduais foram identificadas em nível nacional, permitindo observar para além da realidade estadual também certo esforço de diferentes atores sociais e instituições em diversas regiões do país pela consolidação e fortalecimento desse modelo de espaço de articulação e organização.

No estado de Mato Grosso, a análise da presença dos museus e patrimônio cultural por municípios e mesorregiões foi importante para compreender as concentrações e os valores emanados e difundidos a partir destes. A árvore de problemas da política cultural estadual elaborada em 2016 pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso apontava desde então para a falta de profissionais nas áreas do patrimônio cultural e dos museus.

Contudo, os problemas relacionados a ausência de profissionais qualificados em nível estadual pareciam ser desconhecidos nos setores de tomada de decisão da Unemat. Fatos estes que podem ser observados tanto na dificuldade de contratar profissionais desde a década de 2000 quanto nos cursos de graduação e pós-graduação que não possuem disciplinas obrigatórias enfocando as diversas áreas de: conservação e restauração; restauração de obras de arte; museologia; arqueologia, história da arte; políticas e gestão da cultura. Os cursos de história e arquitetura, por exemplo, possuem disciplinas com abordagens pontuais e que pouco abordam a temática da gestão da preservação do patrimônio cultural, os instrumentos normativos, os conceitos e metodologias.

Embora o levantamento indique uma aproximada triplicação do número de museus e bens culturais estaduais em Mato Grosso entre os anos de 2000 e 2020 (passou de 20 para 56 museus em 2021. Os bens tombados passaram de 36, concentrados em 06 municípios, para 103 bens materiais, fora os declarados por lei estadual) também pode-se analisar certa fragilidade nos relatórios estaduais dos anos de 2000 e 2018.

As informações de financiamento constam ora de maneira genérica no campo do setor cultural com seus programas e rubricas específicas para destinação de projetos, ora desaparecem em meio as outras áreas do setor público, como educação, cidadania ou turismo. A omissão destas informações pormenorizadas revela mais um dos desafios da preservação do patrimônio cultural e museológico no âmbito do Governo Estadual. Isso também reflete na organização destas informações no planejamento, na gestão e consolidação destas áreas no âmbito da Unemat. Como planejar e elaborar estratégias de ação sem saber as informações concretas de investimento e panorama das áreas? Isso acaba gerando impactos negativos para a consolidação da preservação do patrimônio cultural e museológico em nível estadual a partir das diferentes instituições e da sociedade civil.

As transformações no conceito de cultura e a consolidação das políticas públicas federais e estaduais de cultura que vem acontecendo desde os anos 1980 pouco refletiram nas políticas universitárias da Unemat para os setores, aos quais restringiram-se a fomento

de projetos voltados para a música e a eventos culturais. Conforme pode-se observar nas deliberações do 1º Congresso Universitário da Unemat, em 1996, a cultura, os museus e a preservação do patrimônio cultural não aparecem enquanto áreas profissionais e de pesquisa.

Diferente dos museus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),¹⁶⁴ que durante os seus cinco primeiros anos também criou dois (02) museus: o Museu Rondon criado em 30 de junho de 1972 e o Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP) em Cuiabá, em janeiro de 1974 (os quais surgiram de uma comissão institucional interna para tal propósito, como órgãos suplementares voltados para auxiliar na pesquisa, comunicação e documentação sobre as sociedades indígenas e a arte e a cultura popular no Estado), os museus da Unemat (seja como Centro de Pesquisa, seja como projetos de pesquisa e extensão que levaram a participação em gestões municipais compartilhadas) foram criados a partir da captação de recursos externos, lutas individuais e coletivos, bem como engajamento interno e externo por parte de professores, técnicos do IPHAN, das gestões municipais, entre outros atores sociais.

O diagnóstico museológico como um instrumento metodológico de pesquisa revelou-se imprescindível para o levantamento das ações e desenvolvimento dos instrumentos normativos da universidade para os setores dos museus, cultura e patrimônio cultural.

A partir dos diagnósticos dos museus da Unemat não se buscou encontrar os culpados dos problemas existentes e enfrentados pelos gestores, mas sim levantar e analisar as informações de forma que pudessem subsidiar os gestores e os pesquisadores dos museus em seus planejamentos e na consolidação de uma área do conhecimento na universidade. Todavia, devido às limitações do recorte temático e do instrumento, cabe ressaltar que ainda restaram áreas que demandam estudos mais aprofundados, como a gestão de risco dos museus.

As contribuições de Cândido (2014; 2019), IBRAM (2013) e SIEMSP (2020) sobre a gestão dos museus e planejamento possibilitaram a construção de variáveis, a identificação e a análise dos fatores internos e externos, divididos a partir das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT/FOFA) e os fatores PESTEL. Com isso, foi possível organizar um ranqueamento e construir um índice de favorabilidade com maior pontuação definidas a partir da Gravidade (G), Urgência (U) e Tendência (T) (conhecidas como matriz GUT) estabelecidas para resolução dos problemas (ÁVILA, 2014), bem como correlacioná-las de modo a apresentar possíveis estratégias e propostas para subsidiar a construção de planos de ação dos museus universitários (FERREIRA, et. al., 2014).

¹⁶⁴ A Universidade Federal de Mato Grosso, com sede e foro em Cuiabá, foi instituída sob a forma de Fundação, através da lei n.º 5.647, de 10 de dezembro de 1970, tendo sua origem a partir da fusão do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá que ministrava os Cursos de Pedagogia, Matemática, Economia e da Faculdade Federal de Direito de Cuiabá (UFMT, online 2022).

A pesquisa-ação demonstrou-se desafiadora mediante as possibilidades de intervenções de diferentes naturezas no estado de Mato Grosso a partir dos debates da museologia e do patrimônio cultural, haja vista que, mesmo estando presente os diretores e equipe técnica dos museus e gestores da universidade, havia um reduzido número de quadro técnico capacitado nestas áreas, além das limitações orçamentárias.

Conforme pode-se observar, a Universidade possui dentro de sua estrutura institucional dois (02) museus de gestão direta e participava na gestão compartilhada de outros dois (02), nos quais eram apresentados todos como Museus da Unemat.

Dentre os museus de gestão direta, conforme apresentados nos capítulos anteriores, encontram-se: no Capítulo 3, o Museu de História Natural de Alta Floresta – MUHISNAF, localizado em Alta Floresta desde 2007; e no Capítulo 4, o Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” – MHAM, presente em Cáceres desde 2005.

Os museus em que a Universidade atua na gestão compartilhada municipal através de projetos de pesquisa e/ou extensão foram abordados no: Capítulo 5, o Museu do Vale do Arinos – MUVA, situado em Juara; e Capítulo 6, o Museu Casa Borges – MUCB, em Barra do Bugres; ambos fundados em 2018.

Estes museus também se configuram no âmbito da universidade a partir dos diferentes modelos, tais como: museu-casa e sem acervos criado a partir da experiência do MUCB, com enfoque na conservação e reabilitação do casarão histórico; o MUVA, criado a partir de um imóvel que foi readequado para abrigar a estrutura do museu, no qual vai demandar a reorganização das coleções expostas e construção de um Programa Arquitetônico e de Gestão de Riscos a fim de evitar danos ao seu acervo; e o MUHISNAF e o MHAM que foram construídos a partir do modelo tradicional e com recursos externos visando coletar, documentar, pesquisar acervos de história, arqueologia, paleontologia, espeleologia, biológicos entre outras áreas do estado de Mato Grosso e demais regiões do país no âmbito da universidade.

Os museus e o processo de formulação da Política Universitária de Museus e Patrimônio cultural e da Rede de Museus da Unemat demonstravam-se relevantes pelos mesmos diante dos desafios e as incompreensões sobre os seus papéis, conforme constatava-se na pesquisa bibliográfica, as universidades estaduais brasileiras apresentavam-se responsáveis por 117 dos 415 museus universitários, representando 28,19% deste total (GRANATO; ABALADA; SUDANO, 2021). Somente a Unemat por 3,42% dos museus das universidades estaduais. Em termos da contribuição para a interiorização dos museus, incluindo os universitários, estes representam 20% de todos os museus existentes nos municípios do interior de Mato Grosso, conforme vamos analisar nos próximos capítulos. Até junho de 2022, apenas duas redes de museus universitários estaduais foram identificadas em nível nacional, permitindo observar para além da realidade estadual também certo esforço de

diferentes atores sociais e instituições em diversas regiões do país pela consolidação e fortalecimento desse modelo de espaço de articulação e organização.

Valendo-se dos fatores SWOT, foi possível identificar que parte dos problemas permearam (e ainda permeiam) o entendimento (ou a falta de) sobre os Museus na/da Unemat, seja acerca de como estrutura-los, quais as suas funções dos museus no âmbito da Universidade, seja no que se refere ao caráter político inerente às disputas no contexto das políticas públicas por orçamentos, espaços de poder, fortalecimentos de áreas do conhecimento no âmbito da Unemat.

Os diagnósticos museológicos apresentados nos capítulos 03, 04, 05 e 06 associados a pesquisa-ação permitiram sintetizar as seguintes fraquezas, ameaças, oportunidades e forças através de nove (09) principais gargalos para a estruturação e implementação da política universitária de museus e patrimônio cultural, sendo:

- 1) quadro técnico especializado insuficiente (ou inexistente, como no caso de museólogos, conservadores, restauradores e historiadores do patrimônio) para desempenhar as atividades técnicas demandas pelas unidades museológicas, considerando também que muitos dos servidores envolvidos se aposentaram (ou estão em processo de);
- 2) ausência dos museus universitários e preservação do patrimônio cultural no planejamento estratégico e financeiro da Unemat. Isso implica diretamente na viabilização tanto da conservação dos acervos quanto da promoção do ensino, da pesquisa e da extensão a partir dos mesmos. Além disso, coloca em risco os acervos;
- 3) ausência de planos museológicos e planos anuais estratégicos de ação com metas a curto, médio e longo prazo;
- 4) necessidade de implantação da política de museus e patrimônio, com instrumentos de planejamento e implementação dos programas dos museus e suas atividades de forma participativa e democrática, com espaço de diálogo e escuta da comunidade universitária e da sociedade civil organizada externa, que precisam ser regulamentados de forma a respeitar as organizações e realidades locais;
- 5) falta de mecanismo de monitoramento e acompanhamento dos planos, projetos e atividades desenvolvidas pelos/nos museus possuem poucas variáveis, enfocando apenas nos resultados números de atendimentos anuais;
- 6) Lei de Teto dos Gastos federal e estadual, bem como a pouca ênfase da agência estadual e do Fundo Estadual de Cultura nas áreas de museus e patrimônio cultural, sendo que o último estabelece barreiras aos museus públicos;
- 7) A acessibilidade comunicacional precisa ser efetivamente implementada nos museus, seja nos canais digitais, seja nas exposições;

- 8) Empreender esforços para implementar as estruturas administrativas de modo a fortalecer a gestão descentralizada e compartilhada, considerando as possibilidades de aperfeiçoar as formas e capacidades para implementar as ações e programas a serem apresentadas a partir de ou previstas nos instrumentos de planejamento, seja no Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico da Universidade, seja nos Planos Museológicos que cada unidade deverá desenvolver;
- 9) Pactuar coletivamente a partir do Congresso Universitário o caráter de instituições permanentes dos museus visando minorar as fragilidades impostas pela organização dos Centros, pautados nos diferentes atores e redes que podem ser facilmente desconstruídos a depender dos conflitos, ausência de recursos financeiros e humanos etc.;

Na comunicação museológica, a restrição as redes sociais, a divulgação em folders digitais e os sites desatualizados, fora do ar ou pouco integrados aos canais digitais oficiais da Universidade demonstraram os problemas e fragilidades da acessibilidade comunicacional.

A relação dos museus da Unemat com os seus públicos ainda é uma área de estudo que merece um estudo aprofundado, apesar do breve levantamento apresentado nesta tese. Muitas dessas relações encontram-se presentes em artigos acadêmicos, onde também se identificou inconsistências nas informações e problemas na documentação museológica.

Neste sentido, as diretrizes da Educação Patrimonial e Museal e as possibilidades de implementação dos instrumentos de Gestão (como o Plano Museológico, banco de dados museológicos etc.) elencados na Política Universitária de Museus e Patrimônio passam a disponibilizar instrumentais teóricos e normativos com potencial para viabilizar o desenvolvimento de novas pesquisas e criar variáveis para o desenvolvimento de planos de ação anuais, o monitoramento e avaliação das ações e programas.

Estes instrumentos revelaram-se de extrema relevância, pois contribuíram para identificar problemáticas, traçar atividades e organizar ações que subsidiaram a construção da política universitária e uma proposta de Rede de Museus, formada principalmente a partir do Grupo da Política de Museus UNEMAT.

A construção da política de museus e patrimônio se deparou principalmente com: i) ausência de dados objetivos sobre as ações e acervos dos museus; ii) demandas de criação de novos museus e ausência de um instrumento que regulamentasse esse processo; iii) necessidade de criar um instrumento capaz de regulamentar os museus vinculados a partir da gestão compartilhada com prefeituras e entidades da sociedade civil; e, por fim, iv) necessidades emergenciais para a gestão administrativa e financeira de cada museu, seja para atender provocação judicial para que a Universidade cumpra acordos firmados, como vamos observar no caso do Termo de Ajustamento de Conduta que viabilizou a criação do

Centro de Pesquisa e Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi”, seja para garantir o desempenho das funções primárias das unidades museológicas que desenvolvem projetos ligados ao ensino, pesquisa e extensão com interface às ações de conservação, comunicação, exposição, divulgação científica e formação.

Como descrever esses problemas apontados e traduzi-los em diretrizes da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat? Isso diante de um cenário no qual a Universidade fazia pouco uso da política nacional e estadual de museus e seus instrumentos de fomento e proteção. A arqueologia se constituía apenas como uma área técnica e jurídica utilizada para a criação de acervo e a institucionalização dos museus de gestão direta.

Por outro lado, a Museologia era um campo disciplinar basicamente desconhecida entre a maioria dos integrantes, o que, por vezes, também levava a ser colocado como secundária no contexto dos problemas e necessidades para exercer as missões dos museus.

Ao levantar e contextualizar as experiências dos museus e da construção da política de museus e patrimônio cultura da Unemat, vale ressaltar que não tentei entendê-las sob a ótica da continuidade, mas sim identificar nós de vínculos a fim de confrontar com os debates nas áreas das políticas públicas, da cultura, do patrimônio e da museologia.

Os processos de construção e implementação dos Museus, bem como da Política e da Rede de Museus foram vistos através da compreensão dos múltiplos conflitos e interesses existentes e de suas naturezas dinâmica, descontínua e fluída, ainda mais em decorrência da globalização e da expansão da internet e das redes sociais, mesmo que as ideias, por vezes, venham acompanhadas de valores que atravessam os tempos e gerações.

Os museus da Unemat contribuem para o alargamento do conceito de museus universitários, haja vista que a atuação da universidade na gestão compartilhada por meio de projetos também estabelece vínculo e permite o fortalecimento de áreas de ensino, pesquisa e extensão. Mesmo diante das fragilidades e caráter provisório (com tempo determinado, com começo e fim) e descontínuo dos projetos de pesquisa e extensão, que são condicionados à disposição e interesses dos diferentes atores (profissionais, instituições).

Além disso, os museus e os profissionais da Unemat podem contribuir diretamente na interiorização tanto dos museus quanto da formação, do desenvolvimento de pesquisas e a oferta de ensino que podem contribuir diretamente para o reconhecimento de novos patrimônios culturais, a garantia dos direitos culturais, a difusão da ciência e comunicação científica, e o desenvolvimento de programas voltados para a preservação do patrimônio científico e da memória institucional a partir dos seus museus.

Cabe ressaltar que esse estudo tem um caráter provisório e processual, considerando a dinâmica política e de organização da Unemat, as fragilidades dos museus e a incipiência da política universitária de museus e patrimônio, que passou pelas etapas de identificação do

problema, formação da agenda, formulação de alternativas e tomada de decisão, seguindo agora para a sua etapa de implementação, conforme orientações de Sacchi (2017).

Embora esteja em fase de implementação, a Rede de Museus da Unemat acaba por se constituir em mais um espaço e instrumento que deverá se somar as outras redes de museus universitários existentes no país. Enxergar essa Rede de Museus como um instrumento de transformação e apropriá-la enquanto tal existe um longo percurso a ser trilhado pelos diferentes atores envolvidos no âmbito da universidade e dos diferentes grupos e instituições interessadas. Portanto, torna-se um desafio garantir a sua implementação de modo que consiga subsidiar a construção e regulamentação de instrumentos, programas e recursos humanos e financeiros. Essa noção de Rede já aponta para as fragilidades da continuidade das ações, haja vista que carregam consigo a noção de passagem, transição, movimento contínuo sempre mergulhado em fluxos de informações, de dados, sons, disputas políticas, conforme nos orienta Pierre Musso (2013). Por isso enxergou-se a necessidade de também articular com as diretrizes da noção de sistema de forma que a partir de objetivos definidos pelas partes e análises de acompanhamento, essa noção também possibilita a articulação para alcançar objetivos e metas que formam um todo de maneira clara.

Ao identificar as diferentes abordagens e formas de organização que perpassaram pela sistêmica e em rede no âmbito das políticas públicas de museus e preservação do patrimônio em nível nacional e atentar para o enfoque territorial, também se fez necessário apresentar os diagnósticos museológicos das partes para compreender o todo que forma a política universitária estadual e as políticas federais e estadual. Ou seja, para compreender como a política universitária para os museus e patrimônio cultural da Unemat estava organizada e quais as possibilidades e limites das proposições apresentadas. Com isso, foi possível observar as carências de análises acerca das desigualdades territoriais e a inserção da agenda formal das políticas públicas de educação, cultura, patrimônio cultural e museus em nível estadual.

Por fim, entre o entendimento de um dos museus como “presente de grego” e a luta contra os “elefantes brancos” no âmbito e a partir da universidade nos municípios do interior do Estado de Mato Grosso, o engajamento político e profissional dos diferentes atores sociais em defesa do patrimônio e dos museus foi fundamental para garantir a implementação e o funcionamento dos museus estudados. Portanto, os museus da Unemat têm se revelado em instrumentos importantes para valorização e promoção de culturas com enfoque na difusão de valores humanistas, democráticos, cidadãos, plurais, inclusivos.

Ao ocupar o lugar da proposta do Museu do Colonizador, criada por lei municipal de Juara em 2011, o MUVA demonstra a importância dos sujeitos históricos locais orientados ideologicamente pelos valores acima e conhecedores da importância dos museus enquanto um instrumento de combate ao colonialismo interno.

Da mesma forma, a Unemat soma significativamente em nível nacional e estadual de maneira a garantir a musealização, o estudo e a comunicação do patrimônio arqueológico, bem como na desconcentração das Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP) consideradas aptas e aptas condicionadas para receber pequenos acervos, haja vista que possui duas (02) dentre as sete (07) instituições de guarda incluídas no Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), mantido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do IPHAN.

A democratização do acesso à cultura, a valorização cultural, a preservação do patrimônio e a difusão dos acervos da ciência e tecnologia a partir dos museus da Unemat demonstram-se relevantes para a interiorização das práticas, valores e políticas de preservação do patrimônio cultural, apesar das dificuldades em se construir e manter espaços deliberativos compostos com integrantes da comunidade externa de forma equilibrada, especialmente grupos sociais e étnicos que se veem nos acervos guardados, protegidos e conservados pelas instituições.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

Sites e Blogs

Internet Archive - <https://web.archive.org/>

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) - <https://www.gov.br/mast/pt-br>

Museu do Vale do Arinos - <http://museudovaledoarinos.org.br>

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) - <https://www.unirio.br/ppg-pmus/processos-seletivos-doutorado>

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - <https://unemat.br/>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - <http://www.unirio.br/>

Bibliográfica – artigos, teses, dissertações, matérias em portais

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política** [online], v. 24, n. 57 pp. 113-126, 2016.

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitários**: porque museus de arte na Universidade de São Paulo?. [Tese de Doutorado]. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, SÃO PAULO, 2001a.

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. **Museus e mecenato de alianças**: a Lei Rouanet e as conexões entre o campo museal brasileiro e o poder econômico. [Tese de Doutorado]. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2021.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS – Revista do corpo discente do PPH-História da UFRGS**, n. 8, vol. 3, jan.-jun., 2011.

ALVES, Everton; GUIZELLINI, Vinícius; VIDOTTI, Ana. Desenvolvimento de material instrucional (folder) para Educação não formal da Paleontologia em um Museu de Ciências do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**. v. 2, n. 2, 7 fev. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/9588> Acesso: 2 mai. 2022

AMORIM, Wellington Lima; FERRAREZE FILHO, Paulo. Quem matou o reitor da UFSC? **Cadernos Zygmunt Bauman**. Editora da Universidade Federal do Maranhão, Vol. 7, n. 14, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/7776> Acesso: 3 abr. 2022.

ANDRADE, Mário. **O turista aprendiz**. / Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: Iphan, 2015.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Memórias que o fogo não apagou. **REVISTA PESQUISA FAPESP**. São Paulo, Fapesp, Ano 19, n. 272, p.37-41, outubro de 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-edicao-272/> Acesso em: 10 mar. 2021.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Pró-Memória, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: The new mestiza. 4th edition. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas**: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1130> Acesso em: 10 mar. 2021.

ÁVILA, Rafael. O que é e como montar uma Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). **Portal Jornada do Gestor – Conceitos de Gestão**. Publicado em 04 de novembro de 2014. Disponível em: <https://jornadadogestor.com.br/o-que-e/matriz-gut-gravidade-urgencia-e-tendencia/> Acesso em 22 out. 2020

- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, vol. 7, n. 2, 2001. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570>. Acessado em: 9 mar. 2022
- BARBALHO, Alexandre. **Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder**. Fortaleza: EdUECE, 2019.
- BARBOSA, Frederico; RIBAS, Dani; SÁ, Juliana Veloso; WALCZAK, Irmina Anna. **Cultura. Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, BPS, n. 25., 2018.
- BARROS, José D’Assunção. **Os conceitos, seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.
- BARROS, José D’Assunção. Uma “Disciplina” – Entendendo como funcionam os diversos campos de saber a partir de uma reflexão sobre a História. **OPIS**, Catalão, v. 11, n. 1, p.252-270. jan.-jun. 2011.
- BASTOS, Viviane Pereira Dourado; LOURENÇO, Larissa Borges; ADRIÃO, João Mario de Arruda. Casa Herculano Borges, Barra do Bugres - MT o valor do espaço museológico na área da educação. **Anais do Seminário Regional de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX)**. Cuiabá – UFMT, n. 4, 2020.
- BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. História do ensino superior em Mato Grosso: das iniciativas frustradas à criação de um sistema universitário. **Revista Brasileira de História da Educação** [online]. v. 19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e052>. Acessado em: 9 mar. 2022
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 3., 2007. Anais... Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 15, n. 2, São Paulo, abr. / jun. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOYLAN, Patrick J. Universities and Museums: Past, Present and Future. **Museum Management and Curatorship**, Vol. 18, n. 1, p. 43-56, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. **Cadernos de Sociomuseologia**. Edições universitárias lusófonas, n. 10, 1997. p. 47-51 Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/3634>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus universitários e seus desafios. In: **Anais da Semana dos Museus da UFPel**. BACHETTINI, Andréa Lacerda; SANTOS, Eleonora Campos da Motta (org.). Pelotas: Editora da UFPel, vol. 05, 2021. p.58-71. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003089424>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 3., 2007, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2007.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo de Aleijadinho -Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. **Arquitextos (Online)**. São Paulo, ano 13, n.149.05, Vitruvius, out. 2012.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. Extensão universitária, museu e preservação cultural: a experiência de gestão compartilhada do Museu de Arte Sacra da Misericórdia e a documentação de seu acervo de esculturas devocionais. **Revista Patrimônio e Memória**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – câmpus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP). Assis, SP, v. 16, n. 2, julho-dezembro de 2020. p. 6-39
- CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Diagnóstico Museológico: abordagens e práticas no Museu da Imagem e do Som do Ceará. **Cadernos do CEOM – Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**, Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2010.

- CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Diagnóstico Museológico: Estudos Para Uma Metodologia. In: SEMEDO, Alice; NORONHA, Elisa (coord.). **Actas** do I Seminário de investigação em museologia dos países de língua portuguesa e espanhola, 12-14 de outubro de 2009. Porto – Portugal: Universidade do Porto, vol. 3, p. 124-132, 2010.
- CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, Diagnóstico Museológico e Planejamento: um desafio contemporâneo**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Padula, 2019. p.240
- CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Museus, arenas de arengas. **Revista Museu – cultura levada a sério (Online)**, publicada 18 de maio de 2017.
- CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: FCC, 2014b.
- CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Planejamento e gestão em museus. IN: **SEMINÁRIO TRANSMUSEU 2014**, Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM, 2014a.
- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: _____. **Caderno de diretrizes museológicas 1**. 2 ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 31-90.
- CARIGNANI, Gisele; QUEIROZ, Tadeu Miranda de; GONÇALVES, Eduardo Soares; BREDÁ, Samyha. Relato de experiência: Projeto de extensão – Resgate Cultural: O adobe como técnica vernacular local em Barra do Bugres. In: **Encontro Latino Americano de edificações e comunidades sustentáveis**. Curitiba-PR, outubro de 2013.
- CARIGNANI, Gisele; REIS, Victor Bruno Gonçalves dos. Projeto de extensão – Resgate Cultural: O adobe como técnica vernacular local em Barra do Bugres-MT – um relato de experiência. In: **3º Seminário Nacional de Construções Sustentáveis**. IMED – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Edificações Sustentáveis. Passo Fundo - RS, novembro de 2014.
- CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMÃO, Wagner de Melo. **Sociedade Civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2014.
- CARVALHO, Claudia Rodrigues (org.). **500 dias de resgate: memória, coragem e imagem**. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 2021.
- CASANOVA, Pablo González, “Colonialismo Interno (Una redefinición)”, in Atilio Borón, Javier Amadeo y Sabrina González (comp.), **La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas**. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006.
- CASANOVA, Pablo Gonzalez. Colonialismo interno (uma redefinição). IN: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431-458 Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf> Acesso em: 28 mar. 2022.
- CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu - a ótica museológica de Mário de Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 13. Lisboa ULHT, 1999.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó, SP: Argos, 2006.
- CHAGAS, Mário de Souza. La convencion del patrimonio natural y cultural. **Patrimonio Cultural** (Santiago), v. 47, p. 20-23, 2008.
- CHAGAS, Mário de Souza. Memória Social em Fragmentos: o poder das encruzilhadas e a museologia em ação. **Cadernos Sesc de Cidadania**, v. 15, p. 34-38, 2019.
- CHAGAS, Mário de Souza. Museu é o mundo. O mito da instituição. In: Barbara Szaniecki, Giuseppe Cocco e Izabela Pucu (Org.) **Hélio Oiticica Para Além dos Mitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: CMAHO, 2016.
- CHAGAS, Mário de Souza. Museu Integral. In: Fernanda Santana Rabelo de Castro; Kátia Regina de Oliveira Frecheiras; Diogo Guarnieri Tubbs e outros. (Org.) **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. 1ed.Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, v. 1, p. 89-91, 2018.
- CHAGAS, Mário de Souza. Museus e Patrimônios: Por uma poética decolonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p. 121-137, 2017.
- CHAGAS, Mário de Souza. Os museus na moldura da crise. **Musas** (IPHAN), v. 5, p. 102-121, 2011. Disponível em: <https://mariochagas.com/producoes-bibliograficas/artigosecapitulos/> Acesso em: 28 mar. 2022.
- CHAGAS, Mario; STUDART, Denise; STORINO, Claudia (Org). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial, ABM, 2014.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª reimpressão, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2 ed. 11ª tiragem, 1999.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História e Patrimônio**. Brasília: Iphan, nº 34, p.147-166, 2011.
- CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).
- CUNHA, Márcia Pereira; OTA, Nilton Ken. Olhar a universidade, ver a sociedade: O que devem temer as universidades públicas brasileiras?. **Sens public**, p. 1–22, 2020.
- DEINA, Salet; FURTADO, Vanessa Nossol; REIS, Victor Bruno Gonçalves dos; TIBURSKI, Helen Maria; TARDIVO, Veruska Pobikrowska. Habitações históricas: exemplos da cultura barrabugrense. **Livro de Actas - Anais** do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Vitória (ES), 4 a 6 de setembro de 2013.
- DERRIDA, Jacques. **A Universidade sem condição**. Tradução Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM / Armand Colin, 2013.
- ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo**. Globalización y Diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia y Universidad del Cauca, 2005.
- FACCIONI, Mara Cristina de. **Museu de História para Barra do Bugres - MT: Proposta de implantação de museu na cidade de Barra do Bugres – MT**. [Monografia]. 106f. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2015.
- FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- FANON, Franz (1973), **Piel negra, máscaras blancas**. Buenos Aires: Editorial Abraxas. Galeano, Eduardo (2011).
- FEATHERSTONE, Mike. Da universidade à pós-universidade? Explorando as possibilidades de novas formas de comunicação. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Escola e universidade na pós-modernidade**. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo, Fapesp, 2000. p.61-100
- FERREIRA, Maxwel de Azevedo; OLIVEIRA, Ualison Rébula de; GARCIA, Pauli Adriano de Almada. Quatro ferramentas administrativas integradas para o mapeamento de falhas: um estudo de caso. **Revista UNIABEU**, Vol. 7, n. 16, mai-agost, p.300-315, 2014. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/download/1337/pdf_113 Acesso em 22 out. 2020
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica - Teoria para uma Boa Prática. In. **IV Fórum de Museus do Nordeste**. Recife, 1991.
- FERRON, Fabio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, USP, vol. 31, n.1, jan/abr, 2019.
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Governo local, política pública e participação na América Latina**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.
- FRASER, Andrea. Da crítica às instituições a uma instituição da crítica. **CONCINNITAS – Revista do Instituto de Artes da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, n.13, p.178-187, 2008.
- GALÈS, Patrick Le. Quem governa quando o estado não governa? Entrevista e tradução por Telma Houler e Carolina Requena. **Novos Estudos**, n. 102, jul, 2015.
- GALVÃO, Josiani Aparecida da Cunha. Colonização e cidades em Mato Grosso. **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Conhecimento histórico e diálogo social**, 22 a 26 de julho de 2013. Natal – RN, 2013. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364785231_ARQUIVO_COLONIZACAOECIDAD_ESEMMATOGROSSO.pdf Acesso em 22 out. 2020

GERRY, Johnson; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. **Fundamentos de estratégia**. [recurso eletrônico] Tradução: Rodrigo Dubal; revisão técnica: José Edson Lara. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

GIANEZINI, Kelly. Educação Superior na Amazônia Legal: o caso da expansão mato-grossense. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 369–389, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/28674>. Acesso em: 25 maio. 2022.

GIL, Gilberto & FERREIRA, Juca. **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010. Armando Almeida, Maria Beatriz Albernaz, Mauricio Siqueira. 1 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GOBIRA, P.; CORRÊA, F.; ALMEIDA, K. D. de. Acervos museológicos e a cidade: pensando o acesso ao patrimônio artístico e cultural. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 267-286, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138505>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2019.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede**: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2011.

GONZÁLEZ, María Adelaida Jaramillo. O planejamento cultural a partir da abordagem de redes. Um olhar baseado na experiência de formulação de políticas culturais na Colômbia, da Universidade de Antioquia. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais**: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p.62-95

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANATO, Marcus; ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes; SUDANO, Rafael. **Museus universitários no Brasil**. Rio de Janeiro: MAST, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/mast/assuntos/noticias/2021/janeiro/mapa-de-museus-universitarios-no-brasil> Acesso em: 28 mar. 2022.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.2, n. 4, dez.2010/mar.2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9535> Acesso em: 28 mar. 2022.

GRANATO, Marcus; OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos. A institucionalização di patrimônio cultural da ciência e tecnologia. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (orgs). **Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.317-343, 2012.

GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio Ferreira. **Cultura material e patrimônio da ciência tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/930> Acesso em: 28 mar. 2022.

GROSFUGUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3.ª ed. 2011. p.13-21

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: p.11–24, jan., 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249> Acesso em: 28 mar. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, [S.l.]**, n. 5, p. 7-19, 1º semestre de 1999.

- HANDEFAS, Ethel Rosemberg. **O patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia nas universidades: os objetos e coleções da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2018.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **El museo como espacio de comunicación**. Gijón - Spain: Ediciones Trea, 1998.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **Planteamientos teóricos de la museología**. Editorial Trea, Gijón, 2006. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/museus-danificados-ou-destruidos-se-reorganizam/> Acesso: 16 jan. 2022.
- IANNI, Octavio. A metáfora da viagem. In: _____. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- IBERMUSEUS, ICCROM. **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. Versão em Português (2017). Disponível em: http://www.ibernuseus.org/wp-content/uploads/2018/01/Guia_de_Gestao_de_Riscos_PT.pdf Acesso em: 28 mar. 2022.
- IBRAM. Cartilha - **Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha_PGRPMB_2013.pdf Acesso em: 28 mar. 2022.
- IBRAM. **Guia para projetos de arquitetura de museus**. Brasília, DF: Ibram, Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura, 2020.
- IBRAM. **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado**: diretrizes gerais, objetivos, eixos e linhas de atuação. / Instituto Brasileiro de Museus - Brasília, DF: Ibram, 2021.
- IBRAM. **Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/programa_PGRPMB_web.pdf Acesso em: 28 mar. 2022.
- ISOLAN, Fiorela Bugatti. **A formação em Museologia nas universidades brasileiras**: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia. (Dissertação – Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017. p.211 Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-17102017-110303/pt-br.php> Acesso em: 28 mar. 2022.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JOANONI NETO, Vitale. A Terra do Sonho. Igreja e ocupação no Mato Grosso após 1970. Memória da reconstrução da Vida Privada. **Revista Brasileira de História das Religiões**. v. 1, n. 1, 11, p.213-221, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v1i1.26638>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015.
- LE GOFF, Jacques, "Documento/ monumento". In: _____. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990, p. 535-553.
- LEFF, Enrique. "La ecología política en América Latina. Un campo en construcción", in Héctor Alimonda (comp), **Los tormentos de la materia: aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006. p. 22-39.
- LEITE, Francine Suélen Assis; FALCÃO, Jairo Luis. Fleck. História da Educação em Juara. **Faces da História**, v. 6, n. 1, p. 203-222, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1313> Acesso em: 28 mar. 2022.
- LESSA, Andrea. Conceitos e métodos de coleções osteológicas humanas. **Arquivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 68, n. 1-2, jan-jun, p.3-16, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/amn/article/view/46069/24838> Acesso em: 28 mar. 2022.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Sobre a organização e os tradutores. In: LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p.7-14
- LOURES, Rosamaria Santana Paes; MOREIRA, Fernanda Cristina. O resgate das urnas: o histórico da luta munduruku contra a morte de seus lugares sagrados. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 54, n. 1, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/45853> Acesso em: 28 mar. 2022.
- LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n.28, 2009. p.35-50

- LÖWY, Michael. Resistências culturais à dominação imperial. A alternativa socialista. **Revista em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n, 20, 2007. p.202-209
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?:** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. – 6ª reimpressão. São Paulo: Atlas 2008.
- MARTINS, L. C.; MARTINS, D. L. Experimentações sociotécnicas para organização e difusão de coleções digitais universitárias: o caso do Projeto Tainacan. **Revista CPC**, [S.L.],V. 15,N. 30 Esp, P.34-61, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/173022>. Acesso em: 29 set. 2021.
- MEDEIROS, Carolina Beltrão de; GALVÃO, Carlos Eduardo de Sousa; CORREIA, Suzanne; GÓMEZ, Carla; CASTILLO, Leonardo. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **RACE: revista de administração, contabilidade e economia**. Vol. 16, Nº. 3, set./dez. p. 957-982 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6228745> Acesso em: 28 mar. 2022.
- MEIRELLES, Lídia Maria (org.). **Guia de museu UFU: Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: SIMU/PROEXC/DICULT, 2020. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document/guia_de_museus_ufu4049_0.pdf Acesso em: 28 mar. 2022.
- MEIRELLES, Lídia Maria. **Museus universitários e políticas públicas. gestão, experiências e dilemas na Universidade Federal de Uberlândia,1986 – 2010**. TESE (DOUTORADO), Programa De Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: história da administração municipal**. 2º ed. Revisão e atualização pelo autor. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2009.
- MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada**. Tomo II. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2010.
- MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. [Conferência Magna]. In: **1º FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL**. Ouro Preto: IPHAN, vol. 1, 2009.
- MICELI, Sérgio Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de Administração de Empresas** [online]. v. 24, n. 1, p. 27-31, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901984000100002>. Acessado 14 jun. 2022. Acesso em 04 mar. 2022.
- MICHELON, Francisca Ferreira. Museus universitários: uma política para estes lugares de conhecimento. **Expressa Extensão**. Pelotas - RS: PROEC – UFPel, vol. 19, n.2, p.165-168, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4945> Acesso em 04 mar. 2022.
- MIGLIÁCIO, Maria Clara. Bens culturais mato-grossenses como recursos turísticos – desafio para uma economia emergente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Vol. 62, p. 67-90, 2004. Disponível em: <http://www.ihgmt.org.br/revistas/REVISTA%2057.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenosglobales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo** Madrid: Akal, 2003.
- MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro**, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/46> Acesso em 04 mar. 2022.
- MORAES, Saulo Augusto de. **Práxis, tessituras e interculturalidade: estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia** [Prelo]. (Dissertação – Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres – PPG-Edu, 2022.
- MORAES, Saulo Augusto de. Processos Dialógicos Complexos: considerações iniciais sobre o projeto de pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura”: o Vale do Arinos na memória de seus habitantes e o Museu do Vale do Arinos. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 132–145, jun./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/6149>. Acesso em: 23 maio. 2022.
- MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2018.

- MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013. p.17-38
- NASCIMENTO JUNIOR, José do. **De João a Luiz**: 200 anos de Política Museal no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vermelho Marinho, 2020.
- NASCIMENTO JUNIOR, José do. Mapear para agir. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília, IBRAM, 2011.
- NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. – Brasília: Ibram/ MinC; Programa Ibermuseos, vol. 1, 2012. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/publicacoes/mesa-redonda-de-santiago-de-chile-1972-vol-1/> Acesso em: 20 mar. 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- NUNOMURA, Eduardo. Com retaliações e esvaziamentos, Bolsonaro asfixia produção cultural. **Carta Capital (Online)**, publicada no dia 26 de março de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/com-retaliacoes-e-esvaziamentos-bolsonaro-asfixia-producao-cultural/> Acesso em: 20 mar. 2022.
- OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Arquitetura histórica e o ensino de História. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados – MS: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), vol. 21, núm. 38, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v21i38.11487> Acesso em: 01 mai. 2022
- OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Universo da Poaia e seu patrimônio cultura: marcas do tempo de Rondon e da Coluna Prestes. In: **VII Simpósio Nacional De História – ANPUH – Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013. p.14 Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364788439_ARQUIVO_UNIVERSODAPOAIAES_EUPATRIMONIOCULTURAL.pdf Acesso em: 1 mai. 2022
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (orgs). **Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.
- OLIVEIRA, Luiz Paulo Araújo de; CALIXTO, Suellen Rodrigues; SILVA, Marraiane Ana da; PAIXÃO, Jesus da Silva. 1º Semana do Museu de História Natural Alta Floresta: atividades desenvolvidas com escolas do município de Alta Floresta – MT. **III SEMINÁRIO DE BIODIVERSIDADE E AGROECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS** - Conservação de solos na Amazônia Meridional, realizado entre os dias 13 a 16 de outubro de 2015 no município de Alta Floresta – MT. Cáceres: UNEMAT, v. 2, n.1, 2015. p.313-318. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/bioagro_educacao_001.pdf Acesso em: 1 mai. 2022
- ONO, Rosaria e MOREIRA, Kátia Beatris Rovaron. **Segurança em Museus**. (Cadernos Museológicos Vol.1). Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2011.
- PAIVA, Marcelo Cardoso de. **O Brasil segundo o IPHAN**: a preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gil no MinC (2003-2008). [Tese - Doutorado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2019.
- PAIXÃO, Jesus da Silva. Museu de Ciência e Cultura Científica. **Revista Cultura & Extensão UNEMAT**. v. 1, n. 1, jan./jun, p. 83-90, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rceu/article/view/1140>. Acesso em: 1 mai. 2022
- PAIXÃO, Jesus da Silva; MENEZES, L.C.S. Informatização do acervo do museu de história natural de Alta Floresta. In: **II Seminário de Extensão Universitária da Região Centro Oeste**, 2008. Disponível em: <http://www.unemat.br/eventos/serex/?link=painel> Acesso em: 1 mai. 2022
- PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 3 abr. 2022
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Revista de Estudos Históricos**. Volume 5, número10. Rio de Janeiro: CPDOC, p.200-212, 1992.

- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados – 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.
- PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025**. Uma Abordagem Exploratória, dezembro de 2003.
- POSTMAN, N. A ampliação do conceito de museu [1989]. In: SCHEINER, Tereza (org.). **Bases Teóricas da Museologia (apostila pedagógica)**. Rio de Janeiro: Escola de Museologia / UNIRIO, 2009.
- POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues Carvalho et. al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. – Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores; tradução** Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Ed. Almedina / CES, 2009. p. 73-118
- RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RABELLO, Sônia. Programa Monumenta foi a negação do IPHAN. **Blog Sônia Rabelo – A Sociedade em busca do seu Direito**, publicado em 2015. Disponível em: <https://www.soniarabello.com.br/programa-monumenta-foi-a-negacao-iphan/> Acesso em 10 jan. 2020.
- RABELO FILHO, Fausto de Marcos. **Planejamento: objetivo e eficácia – síntese sistêmica do processo**. Brasília: Editora Ser, 2009.
- RADIN, Beryl A. Os Instrumentos da Gestão Intergovernamental. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). **Administração Pública Coletânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Enap, Cap. 27, 2010. p. 597-618
- RANGEL, Aparecida Marina de Souza; ALMEIDA, Álea Santos de. Os cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa enquanto museália. **MIDAS** [Online], 8 | 2017, posto online no dia 31 julho 2017. Disponível em <http://journals.openedition.org/midas/1300> Acesso em: 01 mai. 2020.
- RANGEL, Marcio Ferreira. A construção de um patrimônio científico: A Coleção Costa Lima. In: GRANATO, Marcus (Org.); RANGEL, M. F. (Org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. 1. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.
- RANGEL, Marcio Ferreira. A Museologia no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 42, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1371>. Acesso em: 26 mai. 2022.
- RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, jan.-abr., p. 103-112, 2012.
- RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia, a poesia da filosofia. In: **Simpósio ICOFOM LAM**, Coro, Venezuela, 1999. p. 115-118 Disponível em: <http://icofom.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/18/2018/12/99.pdf> Acesso em: 26 mai. 2022.
- RANGEL, Marcio Ferreira. O papel estratégico das coleções científicas na construção da memória nacional. In: **Anais XII ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, Brasília, Distrito Federa, 23 a 26 de outubro de 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/182895>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- RANGEL, Marcio Ferreira. **Um entomólogo chamado Costa Lima: a consolidação de um saber e a construção de um patrimônio científico**. 2006. 300 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 236 Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19787> Acesso em: 26 mai. 2022.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. (Col. Cibercultura). Porto Alegre: Sulina, 2009. p191
- RESENDE, Úrsula Vieira de; LIMA, Diana Farjalla Correia. Audiovisual digital em museus: a exposição do museu do amanhã. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. p.01-22. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121724>. Acesso em: 21 mai. 2022

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). In: _____. (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RIEDER, Arno. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, V. 4, nº 3, set./dez. de 2011. Disponível em: <http://stat.saudeetransformacao.incubadora.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1335> Acesso em: 26 mai. 2022.

ROCHA, C. L.; SILVA, M. Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro*. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 17, n. 2, p. 131-140. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45121> Acesso em: 04 nov. 2021.

ROCHA, Jessica Norberto et al. (Org.) **Guía de museos y centros de ciencias accesibles de América Latina y el Caribe**. ilustrado por Barbara Mello. – Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: RedPOP; Montevideo: Unesco, 2017.

ROSA, Lilian da; FERNANDES, Vitor Bukvar; SIMIQUELI, Roberto Resende; BUENO, Ana Paula; REYDON, Bastiaan. Aspectos históricos da ocupação em Mato Grosso In: **Coletânea [recurso eletrônico] / II Seminário Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico**, 4 a 5 de agosto de 2016, Campinas, SP – Campinas: Unicamp. IE, 2016. Disponível em: <https://governancadeterras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Lilian-da-Rosa-Aspectos-Historicos-da-ocupacao-em-MT.pdf> Acesso em: 26 mai. 2022.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; PASSADOR, João Luiz. Estudo da implantação do *Balance Scorecard (BSC)* no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan. **Museologia e Patrimônio** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.9, n.2, p.212-226, 2016.

ROSA, Rosane Duarte. A função da escola-igreja no processo de colonização de Alta Floresta: Mato Grosso. **Educar em Revista [online]**. n. 21, p. 243-260, 2003. Acessado em: 16 abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.293>. Epub. 04 Mar 2015. Acesso em: 26 mai. 2022.

ROSA, Rosane Duarte; PERIN, Clailton Lira; ROSA, Rosalvo Duarte. Colonizador e colonos: na fronteira da terra o limite dos sonhos de um futuro promissor. **Revista do Programa de Ciências Agro-Ambientais**. Alta Floresta: UNEMAT, v.2, n.1, 2003. Disponível: <http://www.unemat.br/revistas/rcaa/?link=volume2> Acesso: 16 abr. 2022.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24. IPHAN, Rio de Janeiro, 1996.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III e Debate. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.59-78

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.) **Territoialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2. Ed. rev., 2013 p.63-89

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**. – Ano 2, número especial, (2004) – Fernandes, A; Jacques, P. B. (Org.). – Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Ed. Almedina / CES, 2009.

SANTOS, Heide Roviene Santana dos. **Museus Universitários Federais e Patrimônio Arqueológico**: perspectivas e desafios nas políticas institucionais para a gestão de coleções. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2021.

SANTOS, Manuela Soutello Mendes da Fonseca; COSTA, Sue Anne Regina Ferreira da. Museus e Coleções da UFPA: os espaços existentes no Instituto de Ciências Biológicas (ICB). **Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol. 7. n. 14, jul/dez. 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro:Lamparina, 3.^a ed. 2011. p.13-21

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro:Lamparina, 3.^a ed. 2011.

- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v. 19, n. 55 2004. pp. 53-72. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200004>. Acessado 28 mai. 2022. Acesso em: 26 mai. 2022.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, liberalismo e indústria cultural. **Ciências Sociais UNISINOS**. São Leopoldo, vol. 47, n.03, set/dez, p.189-198, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035> . Acesso em: 9 jun. 2022.
- SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). 152f. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- SCHEINER, Tereza. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: **Simpósio ICOFOM LAM**, Coro, Venezuela, 1999. p.133-164
- SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro**. Tese de doutorado em Comunicação pela UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil. 2004.
- SCHEINER, Tereza. Museu, museologia e a ‘relação específica’: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. In: **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 3, p.358-378, set./dez., 2013.
- SCHUINGUES, Cristiano de Oliveira; FOUTO, Eliete Tereza Franchini; FLORES, Anderson Especialista; PAIXÃO, Jesus da Silva; SILVA, Marraiane Ana da. Atividades Didático-Pedagógicas do Museu de História Natural de Alta Floresta - MT no ano de 2011. **Revista Extensão**. Vol. 3, n. 1 (setembro. 2012). Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, p.156-163, 2012.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- SERAFIM, Milena Pavan; ATVARIS, Teresa Dib Zambon (org.). **Planejamento e gestão estratégica no setor público**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.
- SILVA, André Leandro. et al. Depois do fogo: Ações e reações do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG ao incêndio na Reserva Técnica 1. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**. v. 29, p. 160-74. 22 abr. 2020
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. **Coletânea documental da Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso (dezembro de 2009 a dezembro de 2019)**. Rondonópolis, REMP-MT, 16 de maio de 2020. Acesso em: 20 mar. 2021.
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. **Do museu como espaço ao museu como lugar de múltiplas interlocuções: os museus universitários e as coleções do povo Bororo**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. 388 f. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12814> Acesso em: 28 mar. 2022.
- SILVA, Mauricio Candido da. A Rede Brasileira De Coleções E Museus Universitários: Proposição, Pesquisa, colaboração E manifestação De Apoio Ao Museu Nacional Da Universidade Federal Do Rio De Janeiro E Ao Instituto Brasileiro De Museus. **Revista CPC** [S. l.], v. 14, n. 27, p. 297-309, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152250> . Acesso em: 28 mar. 2022.
- SOARES, Bruno C. Brulon. Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do Museu. **Senatus**, Brasília, v. 7, n. 2, dez. 2009. p.32-41
- SOUZA, Ana Clarissa Fernandes de. **Sistema Nacional de Cultura e Gestão Compartilhada: um estudo sobre o processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo – RJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- SOUZA, Igor Alexander Nascimento de. Programa do Patrimônio: da institucionalização ao iminente obscurantismo. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 4, n.1, jan./abr., 2017. p.190-209.
- STAM, Gilberto. Museus danificados ou destruídos se reorganizam: reformas ou tragédias podem fazer acervos crescerem ou se transformarem. **REVISTA PESQUISA FAPESP**. [recurso digital]. São Paulo: FAPESP, arqueologia, 25 de agosto de 2021.
- TAFNER JUNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 205-232, dez. 2016. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2527> Acesso: 16 abr. 2022.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/165833>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

VIANA, Luana; VILELA, Ivan. "Jornalismo em Debate": a ética jornalística no caso Cancellier discutida pela Rádio Ponto UFSC. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 10, n. 02, pp. 49-68, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/3998/3103> Acesso em: 3 abr. 2022.

VIEIRA, L. da S. Políticas de aquisição de acervo: instrumentos de gestão e de memória institucional. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 244-266, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/155714>. Acesso em: 28 mar. 2022.

WALDOW, Priscila; ADRIÃO, João Mário de Arruda. Educação patrimonial em propostas práticas: experiências em ações na Casa Borges em Barra do Bugres – MT. In: **30º Simpósio Nacional de História**. Recife – PE, 2019. p.1-12

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. **Do IESC à Unemat**: uma história plural 1978-2008. Cáceres – MT: Editora Unemat, 2008.

ZATTAR, Neuza; TAVARES, Danielle; MAIA, Hemília; LIMA, Lygia (orgs.). **UNEMAT**: uma história que faz parte de muitas outras – 40 anos. – Cáceres: Editora Unemat, 2018.

Documental – leis, decretos, portarias, instruções normativas, projetos e relatórios

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Base de dados**: Bens de patrimônio brasileiros nominados no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo - MOW da UNESCO (2007-2018). [recurso digital]. Rio de Janeiro, 2018.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Relatório Técnico I - Contrato Administrativo No 033/2021 – UNEMAT**. PRODUTO 01 - Minuta da Resolução com proposta para a Institucionalização e Organização da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e da Rede Universitária de Museus no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. [Responsável Técnico; Produção; Pesquisa e Análise]. Brasília – DF, 30 de março de 2022. p.44. Documento não publicado, 2022a.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Relatório Técnico II - Contrato Administrativo No 033/2021 – UNEMAT**. Produto 02 - Diagnóstico e Prognóstico da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e suas articulações com a Política Nacional e Estadual de Museus e Patrimônio Cultural. [Responsável Técnico; Produção; Pesquisa e Análise]. Brasília – DF, 30 de março de 2022. p.249. Documento não publicado, 2022b.

BARRA DO BUGRES (Câmara Municipal). **Lei Municipal n. 2.072/2013**. Que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir imóvel considerado de interesse histórico, e dá outras providências. Câmara Municipal de Barra do Bugres, 10 de junho de 2013.

BARRA DO BUGRES (Município). **Lei Complementar n. 012/2006**. Institui o Plano Diretor de Barra do Bugres e dá outras providências. Câmara Municipal de Barra do Bugres, 08 de dezembro de 2006.

BARRA DO BUGRES (Prefeitura). **Lei Municipal n. 2.472/2021**. Que cria o Museu Casa Borges no Município de Barra do Bugres, e dá outras providências. Barra do Bugres, 07 de dezembro de 2021.

BARRA DO BUGRES (Secretaria Municipal de Educação e Cultura). **Documento de Referência curricular de Barra do Bugres**. 2019.

BRASIL. **Portaria INTERMINISTERIAL nº 69, de 23 de janeiro de 1989**. Aprova normas comuns sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar. Publicado pelo IPHAN online, 2021.

BRASIL. (Ministério da Educação e Cultura – MEC). **Portaria nº. 230**. Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 26 de março de 1976. Brasília/DF: 1976.

BRASIL. **Decreto nº. 81.454**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. 17 de março de 1978. Brasília/DF: 1978.

BRASIL. **Decreto Federal n. 94.602, de 14 de julho de 1987.** Declara de ocupação dos índios Apiaká e Kayabi área de terras no município de Juara, no estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Cuiabá, 1987.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília - DF: 2000.

BRASIL. **Decreto Nº 4.811, de 19 de agosto de 2003.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Brasília – DF, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 5.040, de 7 de abril de 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Brasília – DF, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005.** Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília – DF, 2005.

BRASIL. **Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, Brasília – DF, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília – DF, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.** Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Brasília – DF, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a.

BRASIL. **Decreto Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Brasília – DF, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013:** regulamentou dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Brasília – DF, 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 66.967.** Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. 27 de julho de 1970. Brasília/DF: 1970.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/12/1937, Página 24056, 1937b.

BRASIL. **Exposição de Motivos.** In: **Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019b.

BRASIL. **Exposição de Motivos.** Medida Provisória nº 726, de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2016c.

BRASIL. **Lei 3.924 de 26 de junho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jul. 1961.

BRASIL. **Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.** Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, Presidência da República, 2016e.

BRASIL. **Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético,

histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998** (Lei de Crimes Ambientais). Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.483, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Instituiu a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1991.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**, que institui o Estatuto de Museus. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre museus [recurso eletrônico]**. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2009c.

BRASIL. **Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras Providências. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília – DF, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016**. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Brasília: Presidência da República, 2016b.

BRASIL. **Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019**. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nº s 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Brasília – DF, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiadores e dá outras providências. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965**. Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico. Brasília: Presidência da República, 1965.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Planalto, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de maio de 2016**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2016a.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019a.

BRASIL. **Medida Provisória nº 851, de 10 de setembro de 2018**. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, estabelecendo seus objetivos, competências, receitas e estrutura. Brasília: Presidência da República, 2018b.

- BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3ª ed. Brasília, DF, 2013a.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Portaria Federal n. 422, 30/11/2017, que institui a Política Nacional de Educação Museal**. Diário Oficial da União. Publicado em: 13/12/2017, ed. 238, seção: 1, p.1-6.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. DOU Ed. 238, seção 1, publicado em 13 de dezembro de 2017.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Portaria IBRAM nº 315, de 06 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências. DOU Ed. 174, seção 1, publicado em 11 de setembro de 2017, página: 6. Brasília – DF, 2017b.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Plano Nacional Setorial de Museus: uma agenda política para os próximos 10 anos**. Brasília, DF, 2010a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Marinha/Diretoria-Geral de Navegação/Diretoria de Portos e Costas. **Portaria DPC/DGN/MB nº 27, de 24 de agosto de 2021**. Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos - NORMAM-10/DPC (1a Revisão). DOU Ed. 164, seção 1, publicado em 30 de agosto de 2021, página: 44. Disponível em: https://is.gd/min_def_marinha_port_27_2021 Acesso em: 04 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação**. Brasília-DF: IPHAN: Ministério das Cidades, 2011. p. 256f.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde. **Portaria INTERMINISTERIAL nº 419, de 26 de outubro de 2011**. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental. Brasília – DF, 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde. **Portaria Interministerial n. 60, de 24 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. DOU Ed. 57, seção 1, publicado em 25 de março de 2015, página: 72-77.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Instrução Normativa nº 160 de 27/04/2007. Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO)**. Institui o Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO) e disciplinar o transporte e o intercâmbio de material biológico consignado às coleções. Brasília: IBAMA, D.O.U. 30/04/2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Portaria IBRAM nº 605, de 10 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. DOU Ed. 153, seção 1, publicado em 13 de agosto de 2021, página: 91. Brasília – DF, 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Portaria IBRAM nº 633, 31 de agosto de 2021**. Aprova o Regimento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória. DOU Ed. 167, seção 1, publicado em 02 de setembro de 2021, página: 158. Brasília – DF, 2021. Disponível em: https://is.gd/ibram_port_633_2021 Acesso em: 04 nov. 2021.
- BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. Brasil, edição atualizada, 2000/ 2001.
- BRASIL. **Política Nacional de Museus**, Brasília, 2003.
- BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2011**. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Brasília – DF, 2011.
- BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. **Diário Oficial da União**, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17. 2009b.
- BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016**. PEC do teto dos gastos públicos. Brasília: Presidência da República, 2016d.

BRASIL. **Decreto nº. 2.807.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências. 21 de outubro de 1998. Brasília/DF, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.617, de 2 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº. 20.303, de 02 de janeiro de 1946.** Aprova o Regimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1946b.

BRASIL. **Decreto-lei nº. 8.534, de 02 de janeiro de 1946.** Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1946a.

BRASIL. **Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL. **Medida Provisória nº. 610.** Dispõe sobre alteração na Lei nº 8. 490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8. 876, de 2 maio de 1994, e dá outras providências. 08 de setembro de 1994(1). Brasília/DF: 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais:** norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos/** organizadora, Érica Diogo. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

CÁCERES (Mato Grosso). **Guia do Museu Histórico e Arquivo Municipal de Cáceres.** Gestão da Prefeita Ana Maria da Costa e Faria - 1983 a 1985.

CÁCERES (Mato Grosso). **Lei nº 703, que cria o Instituto de Ensino Superior de Cáceres,** 1978.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 791/2019.** "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de paleontólogo e dá outras providências." Brasília, 2019b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4385/2020.** "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de antropólogo e dá outras providências." Brasília, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 1183/2019.** "Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais". Brasília, 2019a.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA (CMAF). **Moção nº 052/217. Autoria: Vereador Mequiel Zacarias Ferreira.** Assunto: CONGRATULAÇÕES com o Museu de História Natural de Alta Floresta, na pessoa do coordenador, Professor Jesus da Silva Paixão, extensiva aos membros da direção, sócios, efetivos fundadores, colaboradores voluntários, pesquisadores associados, bolsistas e parceiros, pela celebração dos 10 anos de fundação da instituição. Alta Floresta, MT, 26 de outubro de 2017.

CENTRO DE PESQUISA E MUSEU DE ARQUEOLOGIA, ETNOGRAGIA, PALEONTOLOGIA E ESPELEOLOGIA DE CÁCERES (CPMAEPEC). **Relatório das atividades desenvolvidas – 2016.** Cáceres, 19 de dezembro de 2016.

CENTRO DE PESQUISA E MUSEU DE ARQUEOLOGIA, ETNOGRAGIA, PALEONTOLOGIA E ESPELEOLOGIA DE CÁCERES (CPMAEPEC). **Relatório das atividades desenvolvidas – 2017.** Cáceres, 19 de dezembro de 2017.

CENTRO DE PESQUISA E MUSEU DE ARQUEOLOGIA, ETNOGRAGIA, PALEONTOLOGIA E ESPELEOLOGIA DE CÁCERES (CPMAEPEC). **Relatório das atividades desenvolvidas – 2019.** Cáceres, 19 de dezembro de 2019.

CENTRO DE PESQUISA E MUSEU DE HUMANIDADES “ALAÍDE MONTECCHI” (MHAM). **Relatório das atividades desenvolvidas – 2018.** Cáceres, 20 de dezembro de 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Conference Proceedings of the 21st ICOM General Conference.** Vienna | Áustria, 2007. p.174

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Questionário do ICOM Brasil sobre a nova definição de museu.** 2021. p.31 Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Questionario-do-ICOM-Brasil-sobre-a-nova-definicao_revisao.pptx.pdf Acesso em: 20 de dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução 32, de 17 de maio de 2010**, que dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo. Rio de Janeiro: 2010.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004**, que dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 24, de 03 de agosto de 2006**, que estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. Rio de Janeiro: 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007**, que dispõem sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo. Rio de Janeiro: 2007.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília: 1986.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e a complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasília: 1997.

Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2021.

ECUMAM (Instituto de Educação, Cultura, Meio Ambiente do Vale do Arinos). **Estatuto**. Juara, 16 de novembro de 2016.

ECUMAM (Instituto de Educação, Cultura, Meio Ambiente do Vale do Arinos). **Comprovante de Inscrição e de situação cadastral do Instituto Ecumam**. Receita Federal, 2019.

FÓRUM DE ENTIDADES EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, MATO GROSSO. **Carta Aberta aos candidatos às eleições municipais de 2020**. [Arquivo digital]. Cuiabá, 30 de outubro de 2020.

FÓRUM DE ENTIDADES EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, MATO GROSSO. **Em defesa do Mato Grosso na Amazônia Legal e contra o PL 191/2020**. [Arquivo digital]. Cuiabá, 23 de março de 2022.

FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (FPMU). **Carta Aberta aos Ministérios da Educação e da Cultura**. [Online], 2018. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/images/NOTICIAS/ACONTECE/carta_aberta.pdf Acesso em: 08 jan. 2022.

FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (FPMU). **Diretrizes para uma política de museus e coleções universitárias**. [Relatório Final do V FPMU]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), outubro de 2018. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/?page_id=850 Acesso em: 08 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Cadastro Nacional de Museus - MuseusBr**. Brasília: Plataforma IBRAM, novembro de 2021. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/> Acesso em: 08/01/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Guia para projetos de arquitetura de museus**. Brasília, DF: IBRAM – Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números**. Brasília: IBRAM, Vol. 1, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Resultados do FVA 2019**. Brasília: IBRAM, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Alta Floresta**. Portal do IBGE – Cidades, 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Barra do Bugres**. Portal do IBGE – Cidades, 2021d.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cáceres**. Portal do IBGE – Cidades, 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Juara**. Portal do IBGE – Cidades, 2021c.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Área de Conservação (ACON) - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)**. Portal do IPHAN, 2017a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta de Nova Olinda**. Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009. Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda (CE). IPHAN, 2010a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Casas do Patrimônio** / Organizado por Marco Antônio Pereira Galvão. – Brasília, DF: Iphan, 2010b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Cadastro Nacional de Patrimônio Arqueológico. **Portal do IPHAN**, 2021a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA**. Portal do IPHAN, 2021b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético. [recurso eletrônico]. **Portal do IPHAN**, online, janeiro de 2021g. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/694>. Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Distribuição das Superintendências Regionais e coordenação regionais. **IPHAN, Online (2000)**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/19990418110355/http://www.iphan.gov.br:80/iphan/end-crs.htm> Acesso em 20 jan. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Documento nº 0046312. Etnografias - Anexo_CD_anexo_2_Parte_2. In: _____. **Processo: 01450.000017/2016-05**. IPHAN, 2016b. Disponível em: https://is.gd/sei_iphan0145000017201605 Acesso em: 08 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Documento 0792558. Anexo 04 - Museu de Hist. Natural de Alta Floresta. In: _____. **Processo: 01425.000269/2018-03**. Inquérito Civil Público - Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Mato Grosso. IPHAN, 2018a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. IPHAN, DAF, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Histórico – CTA. **Portal do IPHAN**, online, janeiro de 2021h. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1148/> Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: https://is.gd/iphan_in_01_2015 Acesso em: 04 nov. 2021

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP). **Portal do IPHAN**, 2021c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429> Acesso em 08/01/2022. Acesso em: 08 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). **Portal do IPHAN**, 2021d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140> Acesso em: 11 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Lista de bens registrados pelo IPHAN 2000-2019. [recurso eletrônico]. **Portal do IPHAN**, 2019a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Lista de Processos de Tombamento, **Portal do IPHAN**, online, mar. 2022a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_processos_de_tombamento_15-04-2022.zip Acesso em 20 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Lista de Patrimônio Ferroviário [recurso eletrônico]. **Portal do IPHAN**, maio de 2022b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_do_Patrimonio_Cultural_Ferrovuario-29-04-2022.xlsx Acesso em: 30 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Memorando Circular CNA / DEPAM nº 14, de 11 de dezembro de 2012**. Revoga as orientações sobre Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo contidas no Memorando nº 002/2008 GEPAM / DEPAM de 16/05/2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Mapa Estratégico do IPHAN – 2013-2015. [recurso eletrônico]. Portal do **IPHAN**, 2013a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20atual-1.pdf> Acesso em 20 jan. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Mapa Estratégico do IPHAN – 2021-2024. [recurso eletrônico]. **Portal do IPHAN**, 2021e. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico-1/mapa_estrategico_IPHAN.pdf Acesso em 20 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Ordem de Serviço 02, de 20 de maio de 2016**. Institui o formulário de fiscalização em Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos. IPHAN, 2016b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria IPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei 3924 de 26 de julho de 1961. Disponível em: https://is.gd/iphan_port_07_1988 Acesso em: 06 mar. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia. Disponível em: https://is.gd/iphan_in_230_2002 Acesso em: 04 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003**. Determina que a renovação de licenças ambientais de operação de empreendimentos hidrelétricos, que não foram objeto de levantamento arqueológico prévio, podem ser objetos de estudos arqueológicos no ato de renovação de suas licenças, visando suprir a lacuna legal. Disponível em: https://is.gd/iphan_port_28_2003 Acesso em: 04 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Paisagem Cultural**. Brasília-DF: IPHAN, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Programa de especialização em patrimônio do IPHAN**: trajetória, avaliação e perspectivas, Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2010c.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, em conformidade. Disponível em: https://is.gd/iphan_port_407_2016 Acesso em: 04 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Paisagem cultural. Portal do **IPHAN**, 2012a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria Nº 196, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. IPHAN, 2016a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria IPHAN nº 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. DOU Ed. 81, seção 1, publicado em 29 de abril de 2016, página: 6.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016**. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN. DOU Ed. 90, seção 1, publicado em 12 de maio de 2016, página: 39.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 172, de 13 de maio de 2016**. Altera a Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, em conformidade.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 195, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional. DOU Ed. 97, seção 1, publicado em 23 de maio de 2016, página: 83. Disponível em: https://is.gd/iphan_port_195_2016 Acesso em: 04 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 197, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior. DOU Ed. 97, seção 1, publicado em 23 de maio de 2016, página: 87. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-197-de-18-de-maio-de-2016-21527285> Acesso em: 04 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 200, de maio de 2016**. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 1172 - Edição Semanal de 20 de maio de 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo: 01450.000017/2016-05**. Pesquisa arqueológica: autorização, permissão, análise e fiscalização de projetos, registrado em 19/01/2016. IPHAN, 2016b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). PAC Cidades Históricas. [recurso eletrônico]. **Brasília: IPHAN, 2017b**.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: https://is.gd/iphan_port_375_2018 Acesso em: 04 nov. 2021

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 317, de 4 de novembro de 2019**. Estabelece diretrizes a serem observadas pelo Iphan para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia mencionadas na Lei nº 13.653/2018. DOU Ed. 214, seção 1, publicado em 05 de novembro de 2019, página: 25.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria Nº 23, de 17 de maio de 2021**. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2024 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Brasília: IPHAN, 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Relatório de Gestão 2007**. [Recurso eletrônico]. Brasília, IPHAN: DAF, 2008b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Relatório de Gestão 2012**. [Recurso eletrônico]. Brasília, IPHAN: DAF, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Relatório de Gestão 2019**. [recurso eletrônico]. Brasília, IPHAN: DAF, 2019b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **SEI Processo: 01450.000017/2016-05. Vol. 1 Parte 1 (0045763)**. Pesquisa arqueológica: autorização, permissão, análise e fiscalização de projetos, registrado em 19/01/2016. IPHAN, 2016a.

JUARA (Município). **Lei Municipal n. 2.176, de 19 de maio de 2011**. Dispõe sobre a criação do Museu do Colonizador e dá outras providências. Juara: 2011.

JUARA (Município). **Lei Municipal Nº 2.682, de 15 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre a criação do museu municipal de Juara, estado de Mato Grosso e dá outras providências. Juara: 2018.

JUARA (Município). **Lei Municipal Nº 2.874, de 16/10/2020. Altera e acrescenta dispositivos na Lei Municipal Nº 2.682, de 15 de janeiro de 2018**, que dispõe sobre a criação do museu municipal de Juara, estado de Mato Grosso e dá outras providências. Juara: 2020.

MATO GROSSO. **Lei Nº 11.323, de 23 de março de 2021- D.O.23.03.21-** Edição Extra. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: 2021.

MATO GROSSO. (Fundação Cultural de Mato Grosso). **Processo nº01/90 - Tombamento da área do Taihãntesu e Pequizal**. Coordenadoria de Patrimônio Cultural, 22/08/1990.

MATO GROSSO. (SAP/SEGES). **Manual técnico de Normas e Procedimentos do Sistema de Gestão de Documentos - Vol. II**. Versão 01, Revisto em 30 jun. 2014.

MATO GROSSO. 18.2.2 Número de museus e bibliotecas com acervo por município, MT/2004. In. _____. **Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2.004**. Cuiabá, 2004a.

MATO GROSSO. **Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2.000**. Cuiabá, 2000a.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de Mato Grosso**: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 01/1991 a 71/2014. Cuiabá: ALMT, 2014.

MATO GROSSO. **Decreto 669 de 23 de agosto de 2016**: Regulamenta a Lei nº 10.379, de 1º de março de 2016, que redefine o Fundo Estadual de Fomento à Cultura sob a nova nomenclatura de Fundo Estadual de Política Cultural de Mato Grosso, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.secel.mt.gov.br/-/16863686-fundo-estadual-de-politica-cultural> Acesso em: 4 nov. 2021.

MATO GROSSO. **Decreto Estadual nº 1.654, de 29 de agosto de 1997**: institui o Sistema de Arquivos do Estado de Mato Grosso - SIARQ-MT. Disponível em: <http://www.secel.mt.gov.br/-/16863686-fundo-estadual-de-politica-cultural> Acesso em: 4 nov. 2021.

MATO GROSSO. **Decreto Estadual nº 5.567, de 26 de novembro de 2002**. Aprova o manual de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2000.

MATO GROSSO. **Decreto nº 511, de 04 de junho de 2020**. Estabelece diretrizes e define procedimentos para a produção, gestão, preservação e acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 2020.

MATO GROSSO. **Decreto nº 512, de 04 de junho de 2020**. Institui os procedimentos para produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações arquivísticas em ambiente digital, alinhado com o Programa Simplifica MT, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: 2020.

MATO GROSSO. **Decreto nº 959, 05/12/2007**. Organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: IOMT - Diário Oficial, Quarta, 05 Dez. 2007. pág. 05-06.

MATO GROSSO. Instrução Normativa Conjunta SAD/SEFAZ/SEPLAN nº 002, de 29 de novembro de 2006.

MATO GROSSO. **Lei Complementar Nº 74, de 13 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, Plano de Carreira dos Profissionais Técnicos da Educação Superior, seus respectivos cargos e remuneração e dá outras providências. Cuiabá, 2000.

MATO GROSSO. **Lei Estadual n. 4.349, de 23 de setembro de 1981**. Cria o município de Juara e das outras providências. Cuiabá, 1981.

MATO GROSSO. **Lei Estadual Nº 10903, 07/06/2019**. Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e revoga a Lei nº 7.888, de 09 de janeiro de 2003.

MATO GROSSO. **Lei Estadual nº 4.960, de 19 de dezembro de 1985, que institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC)**. Cuiabá, 1985.

MATO GROSSO. Lei n 5.650, de 17 de julho de 1990. Cria o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico Cultural. Disponível em:

<http://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9988/#/p:4/e:9988?find=Conselho%20Estadual%20do%20Patrim%C3%B4nio> Acesso em: 4 nov. 2021.

MATO GROSSO. **Lei n. 10.379, de 01 de março de 2016**: redefine o Fundo Estadual de Fomento à Cultura sob a nova nomenclatura de Fundo Estadual de Política Cultural de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: IOMAT, Diário Oficial n. 27.964, p. 1-5.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.362 de 27 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências do Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso. IOMT - Diário Oficial n. 26707, Quinta-Feira, 28 de janeiro de 2016. pág. 07.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.363, de 27 de janeiro de 2016**: Institui o Plano Estadual de Cultura e dá outras providências. Cuiabá: IOMT - Diário Oficial n. 26707, Quinta-Feira, 28 de janeiro de 2016. pág.

MATO GROSSO. **Lei nº 11.323 de 23 de março de 2021**. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: IOMT - Diário Oficial, n. 27.964, terça-feira, 23 de março de 2021. pág. 04-08. Cuiabá: 2021.

MATO GROSSO. **Lei Nº 11.607, de 09 de dezembro de 2021**. Institui a Política Estadual de Incentivo à Economia Criativa de Mato Grosso. Cuiabá: 2021.

MATO GROSSO. **Lei nº 9.288, de 22 de dezembro de 2009**. Revoga dispositivos das Leis nºs: 7.352, de 13 de dezembro de 2000; 7.813, de 09 de dezembro de 2002; 7.815, de 09 de dezembro de 2002; 7.816, de 09 de dezembro de 2002; 7.817, de 09 de dezembro de 2002 e 8.394, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

- MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC (Instituto Brasileiro de Museus). **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010b.
- MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC (Instituto Brasileiro de Museus). **Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010a.
- MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC (Instituto Brasileiro de Museus). **Portaria Minc Nº 55, de 10 de junho de 2014**. Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística - CT-INDL. Brasília: 2014.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Conselho Nacional de Educação – MEC/CNE). **Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências. Brasília, MEC/CNE, 2018.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Avaliação da Extensão Universitária**. Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília, MEC/SESu, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Extensão Universitária: organização e sistematização**; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. - Belo Horizonte: Coopmed, 2007a.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004**. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. – 2a ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007b.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Levantamento das Comunidades Quilombolas – Cadastro Único**. Brasília – DF, 2011.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA-GIZ). **1ª Revisão Periódica da Reserva da Biosfera do Pantanal (20002015)**. Brasília, DF, 2015.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Processo nº 1000097-49.2018.4.01.3601. Procedimento Comum Cível**. Partes: Ministério Público Federal (Procuradoria – Autor/ UNEMAT - Réu). 1ª Vara Federal Civil e Criminal da SSJ de Cáceres-MT. Assinado eletronicamente por: LUDMILLA BENTO SANTANA - 06/09/2019 14:34:04 Num. 84688728, com certidão e fé da impressão das principais peças dos autos, com arquivo que totalizava mais de 4.000 (quatro mil) páginas. Acervo Campus Universitário “Jane Vanini”. Baixado no dia 20 de abril de 2020. p.4121
- MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA (MUHISNAF). **Relatório Anual (2011) de acompanhamento de Pesquisa Registrada na CAAP**. Projeto de Pesquisa e Extensão – Museu de História Natural de Alta Floresta (MUHISNAF-UNEMAT), sob coordenação: prof. Jesus da Silva Paixão. Alta Floresta: MUHISNAF, 2012.
- MUSEU DO VALE DO ARINOS (MUVA). **Relatório técnico – Dados do Museu**. Juara, 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. 25.ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 16 de novembro de 1989.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 16 de novembro de 1972**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade**, UNESCO, 17/11/2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **10 chaves para entender a Convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais**. Brasília, 2008.

- PAIXÃO, Jesus da Silva. **Contribuição à paleoecologia da Amazônia Meridional na planície de inundação do Rio Teles Pires, do norte do Estado do Mato Grosso** [Tese de doutorado]. Programas de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais – PPGERN. São Carlos: UFSCar, 2010.
- PAIXÃO, Jesus da Silva. Museu de Ciência e Cultura Científica. **Revista Cultura & Extensão UNEMAT**. v. 1, n. 1, p. 83-90, jan./jun. 2016.
- PAIXÃO, Jesus da Silva. **Projeto Fósseis - Caracterização da paleomegafauna da porção norte do estado de Mato Grosso e suas implicações paleoambientais (reformulação e solicitação de prorrogação)**. UNEMAT, Campus de Alta Floresta: Departamento de Ciências Biológicas, 2001.
- PAIXÃO, Jesus da Silva; MENEZES, L.C.S. Informatização do acervo do museu de história natural de Alta Floresta. In: **II Seminário de Extensão Universitária da Região Centro Oeste**, 2008.
- PARELLADA, Claudia Inês (coord.) **Relatório do Estudo Arqueológico Preliminar da LT 500 kV UHE Colíder – SE Claudia 2014**. Curitiba – PR: IPHAN, 2014. p.123-124
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA (PMAF). **Lei Municipal n. 973/2000**. Autoriza a doação de área de terras à Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso para a Implantação do Centro de Estudos Regionais de Alta Floresta e o Museu de História Natural de Alta Floresta, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Alta Floresta, MT, 05 de julho de 2000.
- REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – REPEP. **Nota em defesa do Mestrado Profissional do IPHAN** [recurso eletrônico], São Paulo: SP, 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br**. São Paulo, 2021.
- SCHUINGUES, Cristiano de Oliveira; FOUTO, Eliete Tereza Franchini; FLORES, Anderson Especialista; PAIXÃO, Jesus da Silva; SILVA, Marraiane Ana da. Atividades Didático-Pedagógicas do Museu de História Natural de Alta Floresta - MT no ano de 2011. **Revista Extensão**. Vol. 3, n. 1 (setembro. 2012). Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2012. p.156-163
- SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). Portaria Minc/Sphan nº **07, de 01 de dezembro de 1988**. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações de pesquisas arqueológicas previstas na Lei Federal nº 3.924/61.
- SILVA, Luciano Pereira da. **Encaminhamento ao MPF - “Diagnóstico das pesquisas arqueológicas licenciadas em Mato Grosso, 1995-2013”**. Cáceres, 06 de dezembro de 2013. p.9
- SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SÃO PAULO (SISEMSP). **Parâmetros Cadastrais**. Portal do SISEMSP. São Paulo – SP: Cultura e Economia Criativa, 2020.
- SOCIEDADE AMIGOS DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA (SAMAF). **Portfólio da Associação Amigos do Museu**. Alta Floresta, 2019a.
- SOCIEDADE AMIGOS DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DE ALTA FLORESTA (SAMAF). **Ponto de Cultura Amigos do Museu**. Alta Floresta, Mato Grosso, 2014b.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6275 Mato Grosso**, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 08/06/2020. Processo ADI 0034242-32.2019.1.00.0000 MT 0034242-32.2019.1.00.0000. Tribunal Pleno, Data de Publicação: 19/08/2020.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Rede USP de Profissionais de museus e acervos. **Portal da USP**, 04 de abril de 2022.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portal Unemat.br (Online)**, agosto de 2000a.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Pesquisa. **Portal Unemat.br (Online)**, agosto de 2000b.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 004/2001 – AD REFERENDUM DO CONEPE**. Dispõe sobre a política, implantação e execução do “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNEMAT - PIBIC/UNEMAT”. Cáceres, 2001c.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 057/2001 – CONSUNI**. Institui o Fundo de Investimento Multi *Campi* e o Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão. Cáceres: 08 de agosto de 2001b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 061/2001 – CONSUNI**. Normatiza a aplicação do Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão - FIDPEX. Cáceres: 26 de novembro de 2001a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 109/2003 – CONEPE**. Disciplina a Política de Pesquisa na Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, na forma que especifica. Cáceres: 20, 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2003. Cáceres, 2003a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 136/2003 – CONEPE**. Disciplina os trâmites para formação, cadastramento e certificação dos grupos de pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT no CNPq. Cáceres: 20, 21, 22, 23 e 24 de novembro de 2003b. Cáceres, 2003b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 022/2003 – CONSUNI**. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres, 2003c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Lista de Projetos de Cultura e Extensão 2004**. Cáceres: PROEC – Divisão de Cultura, 2004b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.10 - Projetos e Programas de Extensão por Campus Universitário/UNEMAT–2001. In: UNEMAT. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.11 – Projetos e Programas de Extensão por Campus Universitário/UNEMAT–2002. In: UNEMAT. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.2 - Projetos de Pesquisa por Campus Universitário/UNEMAT - 1999. In: _____. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.5 – Financiadores dos Projetos de Pesquisa /UNEMAT – 2002. In: UNEMAT. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.6 – Financiadores dos Projetos de Pesquisa/UNEMAT – 2003. In: _____. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a..

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.7 - Projetos e Programas de Extensão por Campus Universitário/UNEMAT–1998. In: UNEMAT. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.8 - Projetos e Programas de Extensão por Campus Universitário/UNEMAT–1999. In: UNEMAT. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.9 - Projetos e Programas de Extensão por Campus Universitário/UNEMAT–2000. In: UNEMAT. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Quadro 3.2.3 - Projetos de Pesquisa por Campus Universitário/UNEMAT – 2000. In: _____. **Anuário Estatístico da UNEMAT – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRPDI - Coordenadora de Planejamento e Orçamento. Cáceres, 2004a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 37/2004**, publicada no dia 16 de dezembro de 2004. Homologa a Resolução nº 004-A/2003, Ad Referendum CONSUNI, que dispõe sobre a **Criação do Museu de Ciências** da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres,

2004c. Disponível em: http://www.unemat.br/legislacao/index.php?id_res=2143 Acesso em: 1 mai. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Relatório Anual de Atividades – 2003**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PRPDI: Cáceres, janeiro de 2004d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Relatório Anual de Atividades – 2004**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PRPDI: Cáceres, janeiro de 2005b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Orçamento – 2005**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PRPDI: Cáceres, janeiro de 2005c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Edital de chamada de Projetos de Extensão 2005/01**. Cáceres: PROEC, 03 de janeiro de 2005d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Lista dos Projetos de Extensão Aprovados FIDPEX 2005/01**. Edital de chamada de Projetos de Extensão 2005/01. Cáceres: PROEC, 04 de julho de 2005e.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução N.º 085/2007 – CONEPE**. Disciplina a Política de Pesquisa na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, na forma que especifica. [Revogou as Resoluções 109 e 136/2003]. Cáceres: 31 de agosto de 2007. Cáceres, 2007a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resultado da Seleção de Projetos de Extensão Submetidos ao Edital 001/2006-PROEC/UNEMAT**. Cáceres: PROEC, 20 de abril de 2007b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Edital Complementar nº 01 ao Edital nº 014/2007 – PROEC/CACE** de concessão de bolsa de extensão universitária. Campus Universitário de Alta Floresta, Departamento de Ciências Biológicas. Projeto: Educação patrimonial no ensino fundamental de Alta Floresta, período de execução de 02 de maio de 2007 a 30 de abril de 2008, sob coordenação do prof. Ms. Jesus da Silva Paixão. Cáceres, 20 de junho de 2007e.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 082/2008**, Aprova as normas para a proposição e execução de Projetos e Programas de Extensão Universitária da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres, 2008a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Instrução Normativa nº 002/2008**. Regulamenta a participação de docentes, Profissionais Técnicos do Ensino Superior – PTES e de discentes em projetos de extensão na UNEMAT, bem como estabelece prazos, critérios, formas de proposição e de execução de projetos. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), aprovada no dia 19 de novembro de 2008. Cáceres, 2008b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Relatório do II Congresso – UNEMAT**. Cáceres, 18/12/2008c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2008/2014**. Cáceres: julho de 2008. Cáceres, 2008c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Anuário Estatístico – 2007**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PRPDI: Cáceres, janeiro de 2008d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2008/2014**. UNEMAT: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PRPDI: Cáceres, julho de 2008e.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 081/2008 - CONEPE**. Aprova a regulamentação da política de extensão de criação e implantação dos Centros e Núcleos de Extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres, 2008f.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 001/2010 – CONSUNI**. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres, 2010a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 002/2012 – CONCUR**. Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres, 2012a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 002/2012 - CONCUR**. Normatiza a Congresso Universitário na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres: CONCUR, 2012b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2013-UNEMAT**. Dispõe sobre o acompanhamento dos Projetos e Programas de Extensão Universitária de caráter contínuo e permanente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e dá outras providências. Gabinete da Reitoria, em Cáceres, 01 de fevereiro de 2013. Cáceres, 2013a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 050/2013 – CONEPE**. Aprova a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas do Campus Universitário de Alta Floresta da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres, 12 de junho de 2013. Alta Floresta, 2013b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Projetos de Extensão contemplados com Bolsa de Extensão referente ao Edital n. 001/2013-PROEC**. Cáceres: PROEC, 2013c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 017/2013 – CONSUNI**. Regulamenta a política de extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: publicada no dia 19 de junho de 2013d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 107/2015 - CONEPE**. Normatiza a Política de Pesquisa na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres: CONEPE, publicada no dia 16 de setembro de 2015a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 045/2016 – CONSUNI**. Normatiza a implantação e a Gestão do Programa de Coleções Científicas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em Cáceres/MT, 22, 23 e 24 de agosto de 2016. Cáceres, 2016a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Pedagogia Intercultural para Formação de Professores Indígenas**. Barra do Bugres-MT: PROEG - Diretoria de Gestão de Educação Indígena, setembro de 2016b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Documento orientador da Plenária Final. In: **3º Congresso Universitário da UNEMAT**. Comissão Central: Secretaria de Sistematização de Documentos. Outubro de 2017a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Planejamento Estratégico Participativo – Documento Final (PDI 2017-2021)**. Cáceres: Editora Unemat, 2018a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Planejamento Estratégico Participativo (PEP) - 2015-2025**. Cáceres: Editora Unemat, 2018c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 021/2018 – CONSUNI**. Aprova o Relatório Final do 3º Congresso Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Sessões do Conselho Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 27 e 28 de março de 2018. Cáceres: CONSUNI, 2018b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 006/2018 – AD Referendum do CONSUNI**. Dispõe sobre o regimento do Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Sala da Reitoria, assinado no dia 04 de abril de 2018. Cáceres, 2018d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Relatório das Atividades do 3º Congresso Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**. Protocolo 127385/2018. Cáceres: ASSOC/CONSUNI, 2018i.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Processo nº Protocolo 165654/2016**. Regimento Interno do Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres. Cáceres, Unemat, 2018e.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 021/2018 – CONSUNI**. Aprova o Relatório Final do 3º Congresso Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Sessão de 27 e 28 de março de 2018. Cáceres, 2018f.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Plano de desenvolvimento Institucional 2017-2021: Patrimônio do povo Matogrossense**. – Cáceres: Editora Unemat, 2018g.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). Resolução n. 40/2018 – CONEPE. Homologa a Resolução nº 010/2018 - Ad Referendum do CONEPE que altera o art. 10 da Resolução nº 045/2016-CONEPE que normatiza a implantação e a Gestão do Programa de Coleções Científicas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Publicada em: 31/10/2018. Cáceres-MT: 2018j.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Anuário Estatístico 2018: Ano-base 2017**. Cáceres – MT: Editora Unemat, setembro de 2018h.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 564/2019**. Designa servidor docente para exercer o cargo de gestão universitária na condição de Diretor do Centro de Pesquisa e Museu de Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Paleontologia e Espeleologia, do Campus Universitário de Cáceres, período de 01/03/2019 a 28/02/2022. Cáceres, 13 de fevereiro de 2019a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Anuário Estatístico 2019: Ano-base 2018**. Cáceres – MT: Editora Unemat, setembro de 2019b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução Nº 005/2019 – AD REFERENDUM DO CONSUNI**. Reorganiza a Estrutura Organizacional da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres – MT: março de 2019c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Processo Criação do Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural de Alta Floresta**. Protocolo n. 338052/2020, Campus de Alta Floresta, de 16 de setembro de 2020a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 1084/2020**. Autoriza servidores a coordenar e participar de projetos de extensão universitária. Cáceres, 17 de agosto de 2020. Cáceres, 2020b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 578/2020**. Autoriza servidores a coordenar e participar de projetos de extensão universitária. Cáceres, 06 de maio de 2020. Cáceres, 2020c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 1129/2020**. Designa membros para compor Comissão Especial de Política de Museu pelo período de 26 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2022. Cáceres: Unemat, de 20 de agosto de 2020d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Anuário Estatístico 2020: Ano-base 2019**. Cáceres – MT: Editora Unemat, setembro de 2020e.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 1129/2020**. Designa membros para compor a Comissão Especial – Comissão Política de Museu, da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 17 de agosto de 2020. Cáceres, 2020f.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 1557/2021**, revoga portaria 1925/2011, publicada no dia 31 de agosto de 2021. Cáceres, 2021a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 1111/2021**. Autoriza servidores a coordenarem e participarem do Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural do Câmpus Universitário de Alta Floresta - MUHISNAF. Cáceres, 23 de junho de 2021. Cáceres – 2021b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Anuário Estatístico 2021: Ano-base 2020**. Cáceres – MT: Editora Unemat, setembro de 2021e.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Processo nº 93511/2021**. Proposta de Resolução de Prestação de Serviço. Cáceres, 02 de março de 2021. Cáceres, PROEC 2021f.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 011/2021 – CONEPE**. Dispõe sobre Centros e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 29 e 30 de março de 2021. Cáceres, CONEPE, 2021c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **RESOLUÇÃO Nº 026/2021 – CONSUNI**. Dispõe sobre a Prestação de Serviço no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sala Virtual das Sessões do Conselho Universitário, em Cáceres, nos dias 06, 07 e 08 de julho de 2021. Cáceres: CONSUNI, 2021d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 14/2021 – CONSUNI**. Aprova a criação e o Regimento do Centro de Pesquisa e Extensão e Museu de História Natural do Câmpus Universitário de Alta Floresta - MUHISNAF. Sala Virtual das Sessões do Conselho Universitário, em Cáceres-MT, 13 e 14 de abril de 2021. Cáceres: CONSUNI, 2021a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Resolução nº 38/2021 - CONEPE**. Dispõe sobre a Política de Extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso, 29 de junho de 2021. Cáceres, PROEC 2021g.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 789/2022**. Autoriza servidores a coordenar e participar de programa de extensão universitária. Cáceres, 12 de abril de 2022a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Planilha de levantamento das ações dos museus para o anuário estatístico do ano de 2021**. [Excel]. Cáceres, PRPTI, 2022b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Portaria nº 752/2022**, designa servidor para atividade acadêmica/administrativa no âmbito da Unemat, publicada no dia 07 de abril de 2022. Cáceres, 2022c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Parecer 001/2022 CONEPE/CSEC**. ASSUNTO: Minuta da Resolução que dispõe sobre a Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, acervos e coleções científicas visitáveis, doravante Rede de Museus no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso., Câmara Setorial de Extensão e Cultura – CONEPE, publicada no dia 03 de maio de 2022. Cáceres, 2022d.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). **Processo - Política Universitária de Museu, Patrimônio cultural, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis, doravante Rede de Museu no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso** - Câmara Setorial de Extensão e Cultura – CONEPE, publicada no dia 04 de maio de 2022. Cáceres, 2022e.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS). **Rede De Museus (REMUS) Da UEFS**. Portal da REMUS (Online)., 2022. Disponível em: <https://imagensdeumpovodeu.wixsite.com/website-1/c%C3%B3pia-contato> Acesso em: 04 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Apresentação – Sistemas de Museus e Memoriais. In Mapeamento Cultural UFBA 2019. **Portal UFBA** (online), 2019. Disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/apresentacao-museus>. Acesso em: 04 mar. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Rede de Museus da UFPB**. Portal da UFPB, 04 de abril de 2022. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/reumus/> Acesso em: 04 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GÉRIAS (UFMG). Pró-Reitoria de Extensão. REDE de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. **Portal Rede de Museus da UFMG (Online)**, março de 2021. Disponível em: <http://www.ufmg.br/redede-museus/>. Acesso em: março de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GÉRIAS (UFMG). Pró-Reitoria de Extensão. Regimento da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. Câmara de Extensão da UFMG. **Portal Rede de Museus da UFMG (Online)**, março de 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/a-rede/marco-regulatorio>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Resolução nº 2.337/2020**. Aprova a criação e o regimento da Rede de Museus e Acervos da UFOP, vinculada à Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFOP. Conselho Universitário (CUNI), Ouro Preto, 15 de setembro de 2020. p.1-5.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). **Resolução nº 15 de 28 de setembro de 2017**. Aprova o Regimento Interno da Rede de Museus da UFPEl. Pelotas, CONSUN, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Resolução nº 10/2018**. Disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), Recife, 2018. p.1-5.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Sistema de Museus (SIMU) da UFU. **Portal PROEXC – UFU** (online). Publicado no dia 22 de maio de 2015, atualizado em 24 de setembro de 2021 às 12h31. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/servicos/sistema-de-museus>. Acesso em: 04 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Carta de Serviços - Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural (SIMAP) da UFRJ. **Portal UFRJ** (online), 2019. Disponível em: <https://cartadeservicos.ufrj.br/servico/467> / Acesso em: 04 mar. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Resolução n. 5 de 28 de junho de 2018**. Cria o Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural (SIMAP) da UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2018.

Anexo 01 – Museus em Mato Grosso - Fonte: IBRAM, 2020.

NÚMERO DE MUSEUS NO ESTADO DE MATO GROSSO										
	Museus	Status do Museu	Esfera	Tipo de esfera	Instrumento de criação	Instituição mantenedora	O museu é de caráter comunitário?	Temática do museu	Setor Censitário	Cidade
1.	Museu de História Natural do Araguaia	Aberto	Pública	Federal	Resolução	Universidade Federal de Mato Grosso	Não	Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde	URBANO	Barra do Garças
2.	Espaço Memória - Tribunal de Justiça de Mato Grosso	Aberto	Pública	Estadual	Resolução	TJMT	Não	História	URBANO	Cuiabá
3.	Museu do Vale do Arinos	Aberto	Pública	Municipal	Lei	Administração Pública Municipal Juara-MT	Não	Antropologia e arqueologia	RURAL	Juara
4	Museu da Colonização Guilherme Meyer	Aberto	Pública	Municipal	Decreto	Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT	Sim	História	URBANO	Porto dos Gaúchos
5	Museu Homem Brasileiro	Aberto	Privada	--	Não informado	Instituto Homem Brasileiro	Não informado	História e Arqueologia	URBANO	Cuiabá
6	Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História e Arqueologia	URBANO	Vila Bela da Santíssima Trindade
7	Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia - Universidade do Estado de Mato Grosso (Museu de Humanidades – Alaíde Montecchi)	Aberto	Pública	Estadual	Portaria	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	Sim	Antropologia e Arqueologia	URBANO	Cáceres
8	Museu da História de Campo Verde	Aberto	Pública	Municipal	1587/2010	Não informado	Não	História	URBANO	Campo Verde
9	Sala de Memória de Chapada dos Guimarães	Aberto	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Chapada dos Guimarães
10	Museu da Imagem e do Som de Cuiabá Lázaro Papazian Chau	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Prefeitura Municipal de Cuiabá	Não informado	História	URBANO	Cuiabá
11	Parque Zé Bolo Flô	Aberto	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não informado	Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde	URBANO	Cuiabá
12	Centro de História, Educação e Cultura Donizete Tavares Coelho	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Araputanga
13	Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR/UFMT)	Aberto	Pública	Federal	Resolução	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Não	Antropologia e arqueologia	URBANO	Cuiabá
14	Cantinho da Vovó Bem	Aberto	Privada	Particular	Não informado	Não informado	Não	História	URBANO	Poconé

15	Museu Residência dos Governadores	Aberto	Pública	Estadual	Decreto-Lei	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Não	Artes, arquitetura e linguística	URBANO	Cuiabá
16	Museu do Artesanato de Mato Grosso	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	História e Cultura Popular	URBANO	Cuiabá
17	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	Aberto	Pública	Federal	Não informado	Não informado	Não informado	Meio Ambiente	URBANO	Chapada dos Guimarães
18	Museu da Usina de Itaici	Implantação	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	História e Arqueologia	URBANO	Santo Antônio do Leverger
19	Parque Mãe Bonifácia	Aberto	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não informado	Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde	URBANO	Cuiabá
20	Museu Histórico Cultural do Centro Oeste	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	São Félix do Araguaia
21	Museu Municipal Histórico e Indígena de Rosário Oeste	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História e Étnico	URBANO	Rosário Oeste
22	Museu Histórico de Sinop	Aberto	Pública	Municipal	Decreto	Prefeitura Municipal de Sinop	Não	História	URBANO	Sinop
23	Museu da Diocese	Fechado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Diamantino
24	Casa da Memória Marechal Rondon	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Pontes e Lacerda
25	Museu Ubaldo Monteiro da Silva	Fechado	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Várzea Grande
26	Museu da Polícia Militar de Mato Grosso Coronel PM RR Ubaldo Monteiro da Silva	Aberto	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Cuiabá
27	Memorial da Água Engenheiro José Luiz de Borges Garcia	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
28	Parque Massairo Okamura	Aberto	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
29	Sala de Memória Júlio Campos	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Várzea Grande
30	Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP/ UFMT)	Aberto	Pública	Federal	Nº CD 03/74, de janeiro de 1974	Universidade Federal de Mato Grosso	Não	Artes, arquitetura e linguística	URBANO	Cuiabá
31	Museu Salesiano dos Povos da Floresta	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Juína
32	Museu Comunitário e Centro de Cultura Bororo de Meruri	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	General Carneiro
33	Fundação Pró-Memória de Canarana	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Canarana
34	Museu do Morro da Caixa D'Água Velha	Aberto	Pública	Municipal	LEI 2.843 de 16/04/1991	Não informado	Sim	História	URBANO	Cuiabá
35	Parque Nacional do Pantanal Matogrossense	Aberto	Pública	Federal	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	RURAL	Cuiabá
36	Museu das Bonecas e Brinquedos	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
37	Museu Cultural Wilson Furtado de Mendonça	Aberto	Privada	Não informado	Lei 38/2010	Não informado	Sim	História	URBANO	Dom Aquino
38	Casa Memorial dos Viajantes	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Diamantino

39	Museu Histórico de Cáceres	Aberto	Pública	Municipal	Lei Nº695/09/05/1978	Não informado	Sim	História	URBANO	Cáceres
40	Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavante de Sangradouro	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Primavera do Leste
41	Museu Rosa Bororo	Aberto	Pública	Municipal	Lei 1.482	Não informado	Sim	História	URBANO	Rondonópolis
42	Museu Anátomo-Patológico e de Inspeção de Produtos de Origem Animal Chico Costa	Aberto	Não informado	Outra	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Várzea Grande
43	Museu do Rio Cuiabá Hid Alfred Scaff	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Cuiabá
44	Museu de História Natural e Antropologia	Fechado	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
45	Museu Histórico de Jaciara	Aberto	Pública	Municipal	Lei	Prefeitura Municipal de Jaciara	Sim	História	URBANO	Jaciara
46	Museu Memória e Identidade Indígena	Aberto	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cáceres
47	Aquário Municipal de Cuiabá	Aberto	Pública	Municipal	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
48	Museu de História Natural de Alta Floresta	Aberto	Pública	Estadual	Não informado	Não informado	Não	Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde	URBANO	Alta Floresta
49	Museu Histórico Acelino Rodrigues de Oliveira	Aberto	Pública	Municipal	Lei Nº 703 de 11 de abril de 2011	Não informado	Sim	História	URBANO	Itiquira
50	Museu de Pedras Ramis Bucair	Aberto	Não informado	Outra	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
51	Memorial João Paulo II	Aberto	Privada	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Cuiabá
52	Museu Universitário de Rondonópolis	Implantação	Pública	Federal	UFMT	Não informado	Não informado	Não informado	URBANO	Rondonópolis
53	Museu de História Natural Casa Dom Aquino	Aberto	Pública	Estadual	Lei	Não informado	Não	História	URBANO	Cuiabá
54	Museu de Arte Sacra de Mato Grosso	Aberto	Pública	Estadual	Ata de Reunião	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Não	Artes, arquitetura e linguística	URBANO	Cuiabá
55	Museu Histórico de Mato Grosso	Aberto	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Cuiabá
56	Museu Histórico do Parecis	Aberto	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	História	URBANO	Campo Novo do Parecis

ANEXO 02 - Relação de bens materiais e imateriais do Estado De Mato Grosso (2017)

Nº	Bens Imóveis Tombados	Município	Portaria	Publ. D.O.
	Centro Histórico De Acorizal	Acorizal	047/2006	25/09/2006
	Conjunto Arquitetônico Do Distrito De Aldeia	Acorizal	018/2014	31/03/2014
	Igrejinha De Santa Bárbara	Água Boa	033/2009	01/09/2009
	Casas Históricas Da Comunidade De Piúva	Barão De Melgaço	027/2007	03/07/2007
	Casarão Da Família Damasceno	Barão De Melgaço	026/2009	08/05/2009
	Trincheiras De Melgaço	Barão De Melgaço	022/2009	09/07/2009
	Igreja De Santa Cruz	Barra Do Bugres	035/2008	29/10/2008
	Casas Históricas Da Aldeia De Umutina	Barra Do Bugres	036/2008	29/10/2008
	Posto Telegráfico De Voadeira	Barra Do Garças	038/2008	03/12/2008
	Fazenda Descalvados	Cáceres	001/2001	20/04/2001
	Centro Histórico De Cáceres	Cáceres	027/2002	12/07/2002
	Fazenda Jacobina	Cáceres	010/2007	02/05/2007
	Casa De Memória	Campo Novo Do Parecis	057/2011	20/10/2011
	Avião Dos Pioneiros	Canarana	035/2009	01/09/2009
	Monumento Da Cuia E Da Chaleira	Canarana	036/2009	01/09/2009
	Trilha Da Mata Fria, Trilha Tope De Fita, Trilha Do Matão, Trilha Do Carretão, Trilha Do Magessi, Trilha Quebra Gamela, Trilha Do Xavier	Chapada Dos Guimarães	007/2009	15/04/2009
	Tahiantesu / Pequisal	Chapada Dos Parecis	41/90	17/01/1991
	Complexo Da Cachoeira Da Martinha	Chapada Guimarães	019/2007	22/05/2007
	Chalé Dos Governadores E Usina Da Casca I	Chapada Guimarães	008/2009	15/04/2009
	Fazenda Buriti	Chapada Guimarães	006/2009	15/04/2009
	Muro Do Cemitério	Chapada Guimarães	019/2009	01/07/2009
	Igreja Nossa Senhora De Santana	Chapada Guimarães	021/ 2009	09/07/2009
	Mirante Da Chapada Dos Guimarães	Chapada Guimarães	014/2010	15/03/2010
	Igreja Nossa Senhora Do Bom Despacho	Cuiabá	47/77	13/10/1977
	Seminário Da Conceição	Cuiabá	47/77	13/10/1977
	Chafariz Do Mundéu	Cuiabá	32/79	07/01/1980
	Palácio Da Instrução	Cuiabá	003/1983	02/05/1983
	Thesouro Do Estado	Cuiabá	004/1983	02/05/1983
	Mercado Do Peixe	Cuiabá	26/83	13/06/1983
	Casa Cuiabana	Cuiabá	27/83	13/06/1983
	Grande Hotel	Cuiabá	61/83	01/01/1984
	Arsenal De Guerra (Sesc Arsenal)	Cuiabá	61/83	01/01/1984
	Residência Dos Governadores	Cuiabá	53/83	09/01/1984
	Cadeia Pública	Cuiabá	55/83	09/01/1984
	Grupo Escolar Senador Azeredo (Casa Do Artesão)	Cuiabá	57/83	09/01/1984
	Liceu Cuiabano	Cuiabá	59/83	09/01/1984
	Ponte De Ferro	Cuiabá	26/84	10/09/1984
	Cine Teatro Cuiabá	Cuiabá	31/84	10/09/1984

Assembleia Legislativa	Cuiabá	38/84	10/09/1984
Igreja Do Rosário	Cuiabá	76/87	04/11/1987
Igreja São Gonçalo	Cuiabá	74/87	04/11/1987
Igreja Boa Morte	Cuiabá	75/87	04/11/1987
Casa Dos Frades	Cuiabá	77/87	04/11/1987
Casa Dom Aquino	Cuiabá	008/1997	24/07/1997
Palácio Episcopal	Cuiabá	008/1998	08/06/1998
Iomat - Imprensa Oficial De Mato Grosso (Ganha Tempo)	Cuiabá	012/1998	08/06/1998
Casarão De Nhô - Nhô De Manduca (Casa De Bem Bem)	Cuiabá	010/1998	08/06/1998
Casa Barão De Melgaço	Cuiabá	13/98	08/06/1998
Fachada Da Santa Casa De Misericórdia	Cuiabá	14/98	08/06/1998
Fachada Do Cemitério Da Piedade	Cuiabá	15/98	08/06/1998
Palácio Da Justiça	Cuiabá	05/00	28/04/2000
Secretaria Geral (Arquivo Público)	Cuiabá	07/00	28/04/2000
Fachada Do 1º Batalhão Da Polícia Militar	Cuiabá	032/2004	27/12/2004
Antiga Casa Da Rua Joaquim Murinho	Cuiabá	045/2006	19/09/2006
Conjunto Arquitetônico Do Antigo Distrito D.Pedro Ii	Cuiabá	035/2007	22/08/2007
44º Batalhão De Infantaria Motorizada – Batalhão Laguna	Cuiabá	052/2007	05/11/2007
Fábrica De Polvora	Cuiabá	027/2008	13/06/2008
Marco Geodesico Da America Do Sul	Cuiabá	045/2009	07/10/2009
Arraial Dos Freitas	Cuiabá	033/2010	19/07/2010
Igreja De Nossa Senhora Da Penha De França	Cuiabá	032/2010	19/07/2010
Antiga Sede Da Associação Dos Moradores Da Comunidade De São Jerônimo- Cuiabá	Cuiabá	035/2013	04/07/2013
Ford Landau Galaxie 500 E Limousine Willys Itamaraty Executivo	Cuiabá	063/2014	25/07/2014
Palácio Paiaguás E Mural Externo Bovinocultura	Cuiabá	085/2014	07/10/2014
Ponte De Ferro Da Guia	Cuiabá	06/00	28/04/2000
Monumento Natural Caverna Do Jabuti -	Curvelândia	019/2014	31/03/2014
Igreja Matriz E Casa Canônica De Diamantino	Diamantino	013/2003	09/09/2003
Centro Histórico De Diamantino –	Diamantino	046/2006	25/09/2006
Fachada Da Escola Estadual Santa Claudina E O Acervo Mobiliário, Fotográfico, E Bibliográf. Pertencente Ao Marechal Cândido Rondon	Distrito De Mimoso	037/2012	13/11/2012
Fachada Do Casarão Do Centro Cultural Wilson Furtado De Mendonça E O Acervo Do Museu Do Museu Historico	Dom Aquino	038/2010	13/08/2010
Avenida Padre Bruno Mariano	General Carneiro	031/2014	05/05/2014
Centro Cultural Paulo Da Costa Ferreira (Memorial Histórico E Cultural)	Jaciara	019/2013	09/05/2013
Praça Tamoyio (Tamôio)	Jaciara	020/2013	09/05/2013
Sítio Arqueológico Santa Elina	Jangada	055/2011	14/10/2011
Complexo Cachoeira Do Prata	Juscimeira	007/2013	01/03/2013
Clube Recreativo Bandeirantes	Mirassol D' Oeste	060/2007	12/11/2007
Igreja Nossa Senhora Da Guia	Nossa Senhora Da Guia	012/2003	09/09/2003

	Relógio Da Fonte Pública De Livramento (Contempla Parte Do Centro Histórico)	Nossa Senhora Do Livramento	002/2002	12/07/2002
	Posto Telegráfico Maria Joana	Nova Marilândia	056/2011	17/10/2011
	Capela De Nossa Senhora Auxiliadora	Nova Xavantina	018/2011	12/04/2011
	Casa Dos Irmãos Villas Boas	Nova Xavantina	022/2011	31/05/2011
	Fachada Da Casa Do Senhor Venâncio	Nova Xavantina	023/2011	31/05/2011
	Casa Do Coronel Vanique	Nova Xavantina	024/2011	31/05/2011
	Teatro Municipal Heitor Villa Lobos Centro Histórico De Poconé	Nova Xavantina Poconé	025/2011 028/2007	31/05/2011 18/07/2007
	Casarão Cotia	Poconé	029/2007	18/07/2007
	Posto De Telégrafos De Porto Esperidião	Porto Esperidião	65/83	09/01/1984
	Farmácia São Pedro	Poxoréu	013/2007	16/05/2007
	Centro Histórico De Poxoréu	Poxoréu	015/2007	17/05/2007
	Casarão Da Fundação De Cultura E Turismo	Rosário Oeste	037/2010	13/08/2010
	Cadeia Pública De Santo Antônio De Leverger (Centro Cultural)	Santo Antonio De Leverger	13/00	21/07/2000
	Casarão Da Família Pinheiro	Santo Antonio De Leverger	023/2010	31/05/2010
	Morro De Santo Antonio	Santo Antônio De Leverger	Decreto N° 4.455 - D.O N. 23.391	12/06/2002
	Usina De Itaicý	Santo Antônio De Leverger	55/84	08/01/1984
	Painéis Dos Murais Da Libertação – Prelazia De São Félix Do Araguaia	São Félix Do Araguaia	021/2005	30/08/2005
	Casa De Rondon	Tangará Da Serra	Abr/12	27/02/2012
	Cruzeiro	Terra Nova Do Norte	032/2009	01/09/2009
	Sítio Arqueológico De Santa Terezinha	Terra Nova Do Norte	034/2009	01/09/2009
	Igreja Nossa Senhora Da Guia	Várzea Grande	Set/98	08/06/1998
	Igreja Nossa Senhora Da Conceição	Várzea Grande	054/2006	17/10/2006
	Capela Padre Antonio – Igreja De São Judas Tadeu	Vera	013/2013	26/03/2013
	Centro Histórico De Vila Bela Da Santíssima Trindade	Vila Bela Da Santíssima Trindade	22/84	10/09/1984
	Arraial São Francisco Xavier	Vila Bela Da Santíssima Trindade	030/2007	18/07/2007
	Registro De Lugar Histórico “Fazenda Taquari” – Alto Taquari	Alto Taquari	003/2010	13/01/2010
	Registro Do Linguajar Cuiabano - Cuiabá	Cuiabá	017/2013	21/04/2013
	Registro Das Folias De Reis - Dom Aquino	Dom Aquino	021/2014	04/04/2014
	Registro Das Folias De Reis - General Carneiro	General Carneiro	062/2014	25/07/2014
	Registro Do Modo De Fazer A “Canoa Pantaneira” – Mato Grosso	Mato Grosso	016/2010	24/03/2010
	Viola -De -Cocho / Ganzá E O Mocho	Estado De Mato Grosso	Lei 6.772	10/06/1996

ANEXO 03 – QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO DE DIAGNÓSTICO DOS MUSEUS

Questionário elaborado e aplicado pelo Google Forms entre os meses 10 e 12 de 2020.

Diagnóstico dos Museus e Espaços musealizados da UNEMAT e/ou em convênio.

- Responsável pelo preenchimento:
- Função ocupacional do Responsável pelo preenchimento:
- Diretor(a) / Coordenador(a) do Museu:
- Formação do(a) Diretor(a) / Coordenador(a) do Museu:
- E-mail: / Telefone:
- Museu: Data de criação e/ou institucionalização do Museu: (Mês, dia, ano)
- E-mail do Museu: / Telefone do Museu:
- Endereço (Rua, n., Município e Campus)
- Quantidade de membros da equipe do Museu: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, Outros...
- Descreva a última formação dos integrantes da equipe do Museu:
- A instituição possui inventário de acervo? Sim/ Não
- A instituição possui uma política de aquisição de acervos? Sim / Não. Caso a instituição possua uma política de aquisição de acervos, descreva abaixo os critérios estabelecidos que a regulamenta. Caso a instituição possua uma política de aquisição de acervos, anexe abaixo o documento com regulamenta o processo.
- A instituição possui livro de tomo ou similar com registro legal ou publicizado em imprensa oficial? Sim / Não
- A instituição mantém atualizado anualmente o livro de tomo ou similar com registro legal ou publicizado em imprensa oficial. Sim / Não
- A instituição possui uma política de acervo? Sim / Não
- A instituição possui um programa de gestão de acervo? Sim / Não
- A instituição possui um programa de conservação de acervo? Sim / Não. Caso a instituição possua um programa e/ou uma política de gestão e/ou conservação de acervo, anexar cópias dos documentos.
- A instituição possui base de dados do acervo, podendo ser acessada pelo público, em seu nível de consulta mínimo, de forma remota? Sim / Não. Caso tenha, indique o caminho de acesso.
- A instituição possui um banco de dados para registro de acervo museológico - como Excel, Access, Donato, entre outros? Sim / Não. Caso tenha um banco de dados para registro de acervo museológico - como Excel, Access, Donato, entre outros, de uso interno, anexe uma cópia digital do último registro.
- A instituição disponibiliza instrumentos de pesquisa ao público (geral ou pesquisadores) sobre o acervo museológico? Sim / Não
- A instituição possui procedimentos de entrada e saída de acervo? Sim / Não
- A instituição elabora documentação de seu acervo? Sim / Não
- A instituição possui diagnóstico atualizado de conservação do acervo? Sim / Não
- A instituição adota critérios e procedimentos baseados em normas internacionais para gestão dos acervos – como Spectrum, AFRICOM, CIDOC, Object ID, Dublin Core, entre outros? Sim / Não
- A instituição possui uma área de guarda de acervo? Sim / Não
- A instituição realiza ações de higienização, conservação e manejo de acervos. Sim / Não
- A instituição possui área de higienização, conservação e manejo de acervos? Sim/ Não
- A instituição possui uma área de guarda para conservação do acervo que se configura como uma reserva técnica? Sim/ Não
- A instituição mantém o acervo em condições específicas de umidade, temperatura e iluminação, uso de mobiliário e equipamentos técnicos adequados para manuseio e armazenamento, compatíveis com as características de cada coleção que o museu possui? Sim / Não

- A instituição realiza ações de conservação preventiva de acervos de patrimônio material e/ou suportes de patrimônio imaterial? Sim / Não
- A instituição realiza o registro de patrimônios imateriais salvaguardados pela instituição nas instâncias competentes (Coordenação de Patrimônio da SECEL-MT, IPHAN, Municípios etc.) Sim / Não

Eixo Comunicação e Serviços ao Público

- A instituição elabora e atualiza a Política de Exposições do museu? Sim/ Não
- A instituição possui Programa Educativo implantado? Sim/ Não. Caso tenha um Programa Educativo, anexe cópia do documento.
- A instituição elabora instrumentos de avaliação específica das ações educativas desenvolvidas? Sim / Não. Caso tenha instrumentos de avaliação, anexe cópia do último utilizado.
- A instituição possui acesso público, gratuito, com horários de abertura previamente definidos e publicizados? Sim / Não
- A instituição divulga suas pesquisas referentes ao acervo por meio de publicações, catálogos, artigos e outros materiais? Sim / Não
- A instituição possui acesso público, pago, com horários de abertura previamente definidos e publicizados? Sim / Não
- A instituição possui um instrumento de controle de visitantes? Sim / Não
- A instituição elabora e atualiza a Política de Exposições do museu? Sim / Não
- A instituição mantém exposições de longa duração a partir de seu acervo? Sim / Não
- A instituição possui uma área de exposições temporárias? Sim / Não
- A instituição desenvolve e executa ações, programas e projetos estruturados para públicos diversificados (estudantes, idosos, pessoas com deficiência, etc.)? Sim / Não
- A instituição realiza exposições temporárias rotineiramente relacionadas à suas linhas de pesquisa por meio de parcerias? Sim / Não
- A instituição desenvolve exposições itinerantes para outros espaços? Sim / Não. Caso realize, cite o último exemplo e ano de realização.
- A instituição divulga suas pesquisas referentes ao acervo por meio de publicações, catálogos, artigos e outros materiais? Sim / Não.
- A instituição elabora catálogos das exposições? Sim/ Não. Caso tenha um catálogo, anexe o último realizado.
- A instituição realiza ações de formação para públicos específicos, tais como professores, educadores sociais, agentes de turismo, etc? Sim/ Não
- A instituição elabora materiais e publicações diversas (como materiais educativos, livros e revistas), contribuindo para ampliação do conhecimento geral e específico acerca das linhas de atuação e dos principais temas do museu? Sim/ Não
- A instituição possui uma área específica para realização de ações educativas? Sim/ Não
- A instituição elabora rotineiramente material de comunicação referente às exposições (ex.: folder)? Sim/ Não
- A instituição possui canais de comunicação e relacionamento com seus públicos? Sim / Não. Indique quais os canais de comunicação que possuem. Exemplo: Canal no Youtube, Site institucional, Páginas no Facebook, Instagram, Tik Tok...
- A instituição possui rotina sistemática de atualização da programação e serviços do museu em seus canais de comunicação? Sim / Não
- A instituição possui acessibilidade comunicacional aos conteúdos do museu para pessoas com deficiência e estrangeiros? Sim / Não
- A instituição possui canais para divulgação da programação e serviços disponíveis (site, boletins, newsletter, convites, etc.). Sim / Não

ANEXO 04 – QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO DE PROGNÓSTICO DOS MUSEUS

Questionário elaborado e aplicado pelo Google Forms entre os meses 10 e 12 de 2020.

Prognóstico acerca das demandas de Museus e Espaços Musealizados dentro da estrutura institucional da UNEMAT ou em convênio.

Prognóstico acerca das demandas de Museus e Espaços Musealizados da UNEMAT e/ou em convênio.

- Responsável pelo preenchimento: / Vínculo do Responsável / Endereço (Local, Campus, Município)
- E-mail / Telefone para Contato /
- Indique o vínculo da Unidade Museológica: 1. PROEC; 2. Campus; 3. Polo Parceladas; 4. Polo UAB; 5. Curso Fora de Sede
- Tipo de Unidade: Museu Municipal; Museu Universitário; Centro de Pesquisa e Museu; Casa de Memória; Outros...
- Tipologia do Museu: Histórico; História Natural; Ciências; Território; Virtual; Espeleológico; Arqueológico; Paleontológico; Outros...
- Endereço:
- Possui espaço museológico, centro de memória ou arquivo histórico com exposições abertas? Sim/ Não
- Possui um museu institucionalizado? Sim/ Não. Caso tenha um museu, indique quantos. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
- Caso tenha um espaço museológico, indique quantos. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
- Caso tenha uma Unidade, essa possui alguma acervo museológico? Sim / Não.
- Caso tenha uma Unidade, indique a natureza do acervo.
- Caso tenha uma Unidade, indique o Diretor ou responsável pela gestão
- Possui núcleo de professores que contribui na construção e gestão de museus municipais? Sim/ Não
- Possui projeto de extensão na Unemat com a finalidade de criar um Museu ou um espaço museológico no âmbito da UNEMAT? Sim / Não
- Possui interesse em criar um museu universitário? Sim / Não
- Caso a Unidade já tenha enviado algum projeto de criação de museus, indique qual seria a sua finalidade e quais tipos de acervos o projeto possui expectativa.
- Caso o Campus já tenha enviado algum projeto de criação de museus, anexe o projeto com a proposta.
- Possui núcleo de pesquisa na área de museu e memória? Sim / Não
- Descreva informações julgadas relevantes que neste curto formulário não foram contempladas no que diz respeito a criação de museus dentro da estrutura institucional da UNEMAT:

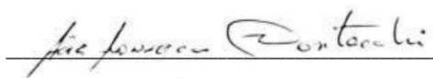
ANEXO 05 – Fichas de Autorização de imagem e som**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM**

Eu, Acir Fonseca Montecchi, nacionalidade, brasileira, estado civil, casado, portador da Cédula de identidade RG nº. 021310-1, inscrito no CPF sob nº 241.637.671-34, residente à Av./Rua, Caçadores, nº. 838, município de Cáceres /Mato Grosso. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos fornecidos por meio de entrevista e pelo Museu de Humanidades Alaíde Montecchi, para ser utilizada na **Consultoria**, intitulado “ **Consultoria em preservação do patrimônio cultural e museus, com a finalidade de produzir estudo e proposta de instrumentos para a institucionalização e organização da política de museus e patrimônio cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**” e também nos **resultados de produção acadêmica** organizados pelo consultor **RENATO FONSECA DE ARRUDA**, CPF **018.968.321-05**, que poderão ser elaboradas e publicadas nos canais da UNEMAT ou demais editoras e periódicos acadêmicos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e internacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros); (III) periódicos acadêmicos e livros.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em vias de documento eletrônico de igual teor e forma.

Cáceres, dia 02 de Março de 2022.



(Assinatura)

Telefone p/ contato: (65) 9-9989-2338


TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, **SAULO AUGUSTO DE MORAES**, brasileiro, separado, portador da Cédula de identidade RG nº. 14474328 SSPMT, inscrito no CPF sob nº 95844490100, residente à rua Alberto Santos Dumont, nº. 117N, Bairro: São João, Juara-MT. **AUTORIZO** o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos fornecidos por meio de entrevista e pelo Museu do Vale do Arinos, para ser utilizada na **Consultoria**, intitulado ” **Consultoria em preservação do patrimônio cultural e museus, com a finalidade de produzir estudo e proposta de instrumentos para a institucionalização e organização da política de museus e patrimônio cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**” e também nos **resultados de produção acadêmica** organizados pelo consultor **RENATO FONSECA DE ARRUDA**, CPF **018.968.321-05**, que poderão ser elaboradas e publicadas nos canais da UNEMAT ou demais editoras e periódicos acadêmicos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e internacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros); (III) periódicos acadêmicos e livros.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em vias de documento eletrônico de igual teor e forma.

Juara-MT, 23 de março de 2022.

 Documento assinado digitalmente
SAULO AUGUSTO DE MORAES
Data: 23/03/2022 16:09:20-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

(Assinatura)

Telefone p/ contato: (66) 996619415.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, João Mário de Arruda Adrião, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº. 041312554 – IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 625.795.687-00, residente à Av. Manaus, nº. 238 casa 2 bairro Jardim Elite, município de Barra do Bugres/Mato Grosso. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos fornecidos por meio de entrevista relacionada ao Museu Casa Borges, para ser utilizada na **Consultoria**, intitulado **“Consultoria em preservação do patrimônio cultural e museus, com a finalidade de produzir estudo e proposta de instrumentos para a institucionalização e organização da política de museus e patrimônio cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT”** e também nos **resultados de produção acadêmica** organizados pelo consultor **RENATO FONSECA DE ARRUDA**, CPF **018.968.321-05**, que poderão ser elaboradas e publicadas nos canais da UNEMAT ou demais editoras e periódicos acadêmicos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e internacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros); (III) periódicos acadêmicos e livros.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e voz em material relacionado ao Museu Casa Borges, e assino a presente autorização em vias de documento eletrônico de igual teor e forma.

Barra do Bugres, 23 de março de 2022.



João Mário de Arruda Adrião
Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Barra do Bugres
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
joao.mario@unemat.br
65 99942 4030

Telefone p/ contato: 65 99942 4030


TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, JESUS DA SILVA PAIXÃO, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador da Cédula de identidade RG nº. 604.153 SSPMS, inscrito no CPF sob nº 021.928.628-06, residente à Av./Rua E, nº. 365, município de Alta Floresta/Mato Grosso. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos fornecidos por meio de entrevista e pelo Museu de História Natural de Alta Floresta, para ser utilizada na **Consultoria**, intitulado **“Consultoria em preservação do patrimônio cultural e museus, com a finalidade de produzir estudo e proposta de instrumentos para a institucionalização e organização da política de museus e patrimônio cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT”** e também nos **resultados de produção acadêmica** organizados pelo consultor **RENATO FONSECA DE ARRUDA**, CPF **018.968.321-05**, que poderão ser elaboradas e publicadas nos canais da UNEMAT ou demais editoras e periódicos acadêmicos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e internacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros); (III) periódicos acadêmicos e livros.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em vias de documento eletrônico de igual teor e forma.

Alta Floresta, 23 de março de 2022.

Documento assinado digitalmente
 JESUS DA SILVA PAIXAO
Data: 24/03/2022 09:34:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

(Assinatura)

Telefone p/ contato: 66 99208-4476

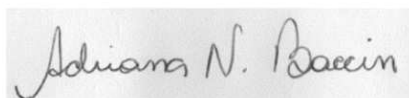
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu, Adriana Nolibos Baccin, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portador da Cédula de identidade RG nº. 3264004-8, inscrito no CPF sob nº 953.806.120-91, residente à Av./Rua Prudente de Moraes, nº. 366, município de Cáceres/Mato Grosso. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos fornecidos por meio de entrevista e pelo Museu _____, para ser utilizada na **Consultoria**, intitulado “ **Consultoria em preservação do patrimônio cultural e museus, com a finalidade de produzir estudo e proposta de instrumentos para a institucionalização e organização da política de museus e patrimônio cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**” e também nos **resultados de produção acadêmica** organizados pelo consultor **RENATO FONSECA DE ARRUDA**, CPF **018.968.321-05**, que poderão ser elaboradas e publicadas nos canais da UNEMAT ou demais editoras e periódicos acadêmicos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e internacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros); (III) periódicos acadêmicos e livros.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em vias de documento eletrônico de igual teor e forma.

Cáceres/MT, dia 15 de junho de 2022.



(Assinatura)

Telefone p/ contato: (65) 996638787

ANEXO 06 – Termo de Cedência Instituto ECUMAM



TERMO DE CEDÊNCIA

Termo de cedência que entre si fazem o **Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos - ECUMAM**, inscrito no CNPJ nº 34.309.452/0001-71, sediado em Juara-MT e o **Museu do Vale do Arinos**, órgão da administração pública municipal criado pela lei municipal nº 2.682 de 15/01/2018.

Pelo presente instrumento de **CEDÊNCIA**, de um lado como cedente o **Instituto ECUMAM** e de outro lado como cessionário o **Museu do Vale do Arinos**, ambos acima qualificados, ajustam entre si a cedência de bem de cunho arqueológico, sendo este: um (01) artefato cerâmico, na forma de pote, conforme imagens (frente e verso) abaixo.

*Não há tempo determinado para a cedência do bem, contudo o Instituto ECUMAM se resguarda no direito de retomar este a qualquer tempo em face do não cumprimento das obrigações impostas neste termo.

*O Museu do Vale do Arinos é responsável pelo bem arqueológico ora lhe cedido a partir da assinatura deste Termo de Cedência, devendo cuidar, preservar, acondicionar adequadamente, promover estudos e difundi-los. Em caso de perda ou dano do artefato arqueológico, deverá o Museu do Vale do Arinos ser responsabilizado de acordo com a lei.



Juara-MT, 01 de maio de 2019.

SAULO AUGUSTO DE MORAES
Diretor Executivo do Instituto ECUMAM

JOSÉ GUILHERME DE ARAÚJO FILHO
Coordenador do Museu do Vale do Arinos

MARCELO MANHUARI MUNDURUKU

Conselheiro do Conselho Curador do Museu do Vale do Arinos
Coordenador da Câmara Setorial de Etnologia do Museu do Vale do Arinos
TESTEMUNHA

ANEXO 07: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FORÇAS TOTAIS - ALTA FLORESTA

Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Exposições temporárias rotineiramente relacionadas à suas linhas por meio de parcerias	Importante	Muito fraca	Melhora muito	15
Atualização da programação e serviços do museu em seus canais de comunicação	Totalmente importante	Fraca	Melhora	40
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Estrutura institucional com autonomia pedagógica e administrativa	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Proteção ao patrimônio arqueológico da região norte e noroeste de Mato Grosso	Totalmente importante	Média	Melhora	60
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Muito importante	Muito forte	Melhora muito	100
Rotatividade de Profissionais	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Área externa e auditório para eventos	Muito importante	Forte	Melhora muito	80
Integração ao Cadastro Nacional de Museus do IBRAM	Muito importante	Forte	Melhora muito	80
Equipe entrosada	Totalmente importante	Muito forte	Melhora	100
Exposições de longa duração a partir de seu acervo	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Instrumentos de avaliação das ações educativas	Totalmente importante	Média	Melhora muito	75
Participação em Programas Nacionais, Estadual e Municipal de Cultura	Totalmente importante	Forte	Melhora muito	100
Associação Amigos do Museu	Importante	Muito forte	Melhora muito	75
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Pontuação geral das suas Forças			→	1888

ANEXO 08 - FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FRAQUEZAS TOTAIS - ALTA FLORESTA

QUADRO 21: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FRAQUEZAS TOTAIS

Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Exposições temporárias rotineiramente relacionadas à suas linhas por meio de parcerias	Importante	Muito fraca	Melhora muito	15
Ausência de Núcleos e Programas de extensão, ensino e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Desenvolve exposições itinerantes para outros espaços	Importante	Forte	Mantém	36
Quadro de profissionais especializados, com número insuficiente	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Conservação preventiva de acervos de patrimônio	Importante	Muito forte	Piora muito	75
Política de Formação e Capacitação de Servidores a partir dos acervos	Importante	Média	Piora muito	45
Plano Estratégico de Ação Anual	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Dependência de recursos financeiros	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Eficiência Operacional	Totalmente importante	Fraca	Piora	40
Capacidade técnica e operacional para produzir inventários e dossiês para o registro e salvaguarda das referências culturais a serem acauteladas como patrimônio imaterial	Importante	Média	Piora muito	45
Acessibilidades: comunicacional, atitudinal, metodológica, digital, programática e instrumental.	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Banco de dados com inventário digital de todos os acervos disponível para consulta e pesquisa	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Plano Museológico, elaborado e assinado por um museólogo com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Fundo financeiro voltado fomentar a elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Registro patrimonial dos acervos, para controle e combate a furtos e roubos	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Captação de recursos financeiros externos para ações, manutenção e ampliação do Museu	Totalmente importante	Fraca	Mantém	30
Parcos Recursos financeiros para serviços gráficos voltados para a atualização de publicações e materiais informativos	Muito importante	Forte	Piora	64
Atualização e Manutenção do site	Totalmente	Forte	Piora muito	100

	importante			
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Programa e Incentivo financeiro da Unemat para Institucionalização de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Ensino e Extensão	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Espaço para participação popular e comunidades ligadas aos acervos nas ações deliberativas do Museu	Importante	Forte	Piora	48
Política de Aquisição e Descarte de Acervo inconcluso	Totalmente importante	Média	Piora muito	75
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubo, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Promoção e integração das ações a agenda nacional de museus, patrimônio cultural e meio ambiente	Importante	Fraca	Piora	24
Recursos tecnológicos e equipamentos para digitalização, documentação, inventário, catalogação e disponibilização digital do acesso as informações dos acervos físicos	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Programa de Formação e Capacitação de servidores a partir dos acervos	Importante	Média	Mantém	27
Pontuação geral das suas Fraquezas			→	1994

ANEXO 09: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS OPORTUNIDADES TOTAIS – ALTA FLORESTA

Item	Importância	Urgência	Tendência	Ponto
Contribuir para a desconcentração de museus em nível estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Melhora	40
Contribuir para a desconcentração de museus em níveis estadual e nacional	Totalmente importante	Pouco urgente	Melhora muito	50
Contribuir na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas e comunidades tradicionais mato-grossenses	Totalmente importante	Urgente	Melhora	60
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Mantém	30
Acessar recursos financeiros de fundos internacionais, nacionais, estadual, municipal para proteção da Amazônia Legal	Muito importante	Muito urgente	Melhora	64
Proteção de acervos arqueológicos, geológicos, paleontológicos, históricos, documentais de Mato Grosso e centro-oeste e demais regiões do Brasil	Importante	Urgente	Melhora	36
Integrar ações dos setores museal, patrimonial, ambiental, economia da cultura e turismo	Muito importante	Pouco urgente	Melhora	32
Consolidar enquanto referência de museu universitário na região norte de Mato Grosso e Centro-Oeste	Muito importante	Pra ontem	Melhora muito	100
Possibilidade de parcerias estratégicas	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora	80
Aproveitar políticas governamentais	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Novos estudos decorrentes de estudos técnicos de projetos para o agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora	80
Incluir e integrar a Unemat no Cadastro Nacional de Museus e Acervos Museológicos Universitários	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Auxiliar na Implementação e efetivação dos Sistemas e Fundos Nacional, Estadual e Municipais de Cultura e Patrimônio Cultural	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora muito	100
Ampliar a conservação de exemplares de bens culturais e naturais da região norte do estado de Mato Grosso	Muito importante	Muito urgente	Melhora	64
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade ou em parcerias com o Museu	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora muito	100
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	Muito importante	Pra ontem	Melhora	80
Mudança de Governo, com possibilidade de valorização dos setores da cultura, dos museus e patrimônio cultural	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Produção de Informações Científicas e socialização do conhecimento no campo do patrimônio cultural e museus	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Promover a integração entre o conhecimento científico e o conhecimento popular	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Pontuação geral das suas Oportunidades			→	1547

ANEXO 10: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS AMEAÇAS TOTAIS – ALTA FLORESTA

Item	Importância	Urgência	Tendência	Ponto
Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	Importante	Urgente	Piora muito	45
Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Desinteresse popular por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus e de ações socioambientais	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Escassez de recursos humanos e empresas com serviços especializados no interior de Mato Grosso	Totalmente importante	Muito urgente	Piora	80
Instabilidade financeira da Universidade	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Falta de efetividade e Eficiência dos Sistemas, Planos e Fundos Nacionais, Estadual e Municipais de Cultura	Muito importante	Urgente	Piora muito	60
Aumento dos custos de serviços e materiais administrativos e Custo Amazônico	Importante	Pouco urgente	Piora	24
Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional	Muito importante	Muito urgente	Piora muito	80
Falta de apoio institucional e financeiro do IPHAN, IBRAM, Palmares, FUNAI, ICMBio	Totalmente importante	Urgente	Piora muito	75
Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Pontuação geral das suas Ameaças			→	1269

Cáceres

ANEXO 11: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FORÇAS TOTAIS (MHAM) - CÁCERES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Acesso público, gratuito aos acervos, com horários de abertura definidos e publicizados	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Desenvolve e executa projetos de extensão, ensino e pesquisa	Muito importante	Fraca	Piora	16
Elabora materiais e publicações diversas (como materiais educativos, livros e revistas), contribuindo para ampliação do conhecimento geral e específico	Muito importante	Média	Mantém	36
Elabora rotineiramente material de comunicação referente às exposições (ex.: folder, catálogo)	Totalmente importante	Fraca	Piora	20
Plano Diretor Estratégico - 2017/2027	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Divulga suas pesquisas referentes ao acervo por meio de publicações, cartilhas, artigos etc.	Muito importante	Fraca	Piora	16
Higienização, conservação e manejo de acervos	Totalmente importante	Muito fraca	Mantém	15
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Atende escolas públicas e privadas e as comunidades do entorno e da cidade	Totalmente importante	Média	Piora	30
Procedimentos arquivístico e museal baseados em normas internacionais para gestão dos acervos – como Spectrum, AFRICOM, CIDOC, Object ID, Dublin Core, entre outros.	Muito importante	Muito fraca	Mantém	12
Programa Educativo em implantação	Totalmente importante	Fraca	Mantém	30
Exposições temporárias rotineiramente relacionadas à suas linhas por meio de parcerias	Importante	Fraca	Melhora	24
Atualização da programação e serviços do museu em seus canais de comunicação	Totalmente importante	Fraca	Piora	20
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Estrutura institucional com autonomia pedagógica e administrativa	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Proteção ao patrimônio arqueológico da região sudoeste de Mato Grosso	Totalmente importante	Média	Melhora	60
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Muito importante	Muito forte	Melhora	80
Baixa rotatividade de Profissionais	Muito importante	Forte	Mantém	48
Área externa e auditório para eventos	Muito importante	Forte	Melhora muito	80
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Integração ao Cadastro Nacional de Museus do IBRAM	Muito importante	Média	Mantém	36
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Totalmente importante	Média	Melhora	60
Acervos com potencial inovador	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Possui servidores alocados na direção e setor administrativo	Muito importante	Média	Mantém	36
Equipe entrosada	Muito importante	Média	Mantém	36
Pontuação geral das suas Forças			→	1085

ANEXO 12: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FRAQUEZAS TOTAIS (MHAM) - CÁCERES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Ausência de Programas de extensão, ensino e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Desenvolve exposições itinerantes para outros espaços	Importante	Forte	Mantém	36
Quadro de profissionais com número insuficiente	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Conservação preventiva de acervos de patrimônio	Importante	Muito forte	Piora muito	75
Política de Formação e Capacitação de Servidores a partir dos acervos	Totalmente importante	Média	Piora muito	75
Plano Estratégico de Ação Anual	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Dependência de recursos financeiros	Totalmente importante	Muito fraca	Piora muito	25
Eficiência Operacional	Totalmente importante	Forte	Piora	80
Quadro de profissional, com técnicos especializados	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Dificuldades em atender as acessibilidades: comunicacional, atitudinal, digital, metodológica, programática e instrumental.	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Banco de dados com inventário digital de todos os acervos disponível para consulta e pesquisa	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Plano Museológico, elaborado e assinado por um museólogo com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	Totalmente importante	Média	Piora muito	75
Fundo para elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Registro patrimonial dos acervos, para controle e combate a furtos e roubos	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Dificuldades para captar recursos financeiros para ações do Museu	Totalmente importante	Muito forte	Mantém	75
Parcos Recursos financeiros para serviços gráficos voltados para a atualização de publicações e materiais informativos	Muito importante	Muito forte	Piora	80
Atualização e Manutenção do site, que se encontra vinculando ao site oficial da Unemat	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Programa e Incentivo financeiro para Institucionalização de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Ensino e Extensão	Totalmente importante	Média	Piora muito	75
Espaço para participação popular e comunidades ligadas aos acervos nas ações deliberativas do Museu	Importante	Forte	Piora	48
Política de Aquisição e Descarte de Acervo	Totalmente importante	Média	Piora muito	75
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubos, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Capacidade de promover e integrar as suas ações a agenda nacional do IBRAM e IPHAN	Totalmente importante	Fraca	Piora	40
Falta de recursos tecnológicos e equipamentos para digitalização, documentação, inventário, catalogação e disponibilização digital do acesso as informações dos acervos físicos	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Exposições de longa duração a partir de seu acervo	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Instrumentos de avaliação das ações educativas	Importante	Forte	Piora muito	60
Programa de Formação e Capacitação de servidores a partir dos acervos	Muito importante	Muito fraca	Piora muito	20
Participação em Programas Nacionais, Estadual e Municipal de Cultura	Importante	Muito forte	Piora muito	75
Não possui capacidade técnica e operacional para produzir inventários e dossiês para o registro e salvaguarda das referências culturais a serem acauteladas como patrimônio imaterial	Muito importante	Muito forte	Piora muito	100
Pontuação geral das suas Fraquezas			→	2354

ANEXO 13: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS OPORTUNIDADES TOTAIS (MHAM) - CÁCERES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Contribuir para a desconcentração de museus em nível estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Melhora muito	50
Contribuir na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas e comunidades tradicionais mato-grossenses	Totalmente importante	Urgente	Melhora	60
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Mantém	30
Acessar recursos financeiros de fundos internacionais, nacionais, estadual, municipal para proteção da Amazônia Legal	Muito importante	Muito urgente	Melhora	64
Proteção de acervos arqueológicos, geológicos, paleontológicos, históricos, documentais de Mato Grosso e centro-oeste e demais regiões do Brasil	Importante	Urgente	Melhora	36
Integrar ações dos setores museal, patrimonial, ambiental, economia da cultura e turismo	Muito importante	Pouco urgente	Melhora	32
Consolidar enquanto referência de museu universitário na região sudoeste de Mato Grosso e Centro-Oeste	Muito importante	Pra ontem	Melhora muito	100
Possibilidade de parcerias estratégicas	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora	80
Aproveitar políticas governamentais	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Novos estudos decorrentes de estudos técnicos de projetos para o agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora	80
Incluir e integrar a Unemat no Cadastro Nacional de Museus e Acervos Museológicos	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Somar na efetivação do Sistema e do Fundo Nacional de Cultura	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Promover formação e capacitação de recursos humanos a partir da oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação nos campos da preservação do patrimônio cultural, da gestão museus e conservação dos acervos museológicos.	Totalmente importante	Urgente	Melhora	60
Ampliar a conservação de bens culturais e naturais	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora muito	100
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	Muito importante	Pra ontem	Melhora	80
Mudança de Governo, com possibilidade de valorização dos setores da cultura, dos museus e patrimônio cultural	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Produção de Informações Científicas e socialização do conhecimento no campo do patrimônio cultural e museus	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Promover a integração entre o conhecimento científico e o conhecimento popular	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Pontuação geral das suas Oportunidades			→	1491

ANEXO 14: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS AMEAÇAS TOTAIS (MHAM) - CÁCERES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Desinteresse por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus e de ações socioambientais	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Escassez de recursos humanos e empresas com serviços especializados no interior de Mato Grosso	Totalmente importante	Muito urgente	Piora	80
Instabilidade financeira da Universidade	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Falta de efetividade e Eficiência dos Sistemas, Planos e Fundos Nacionais, Estadual e Municipais de Cultura	Muito importante	Urgente	Piora muito	60
Aumento dos custos de serviços e materiais administrativos	Importante	Pouco urgente	Piora	24
Falta de previsão para abertura de concurso com vagas para atender os diversos setores dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional	Muito importante	Muito urgente	Piora muito	80
Falta de apoio institucional e financeiro do IPHAN, IBRAM, Palmares, FUNAI, ICMBio	Totalmente importante	Urgente	Piora muito	75
Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Pontuação geral das suas Ameaças			→	1269

ANEXO 15: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FORÇAS TOTAIS - JUARA				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Acesso público, gratuito aos acervos, com horários de abertura definidos e publicizados	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Desenvolve e executa projetos de extensão, ensino e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Elabora materiais e publicações diversas (como materiais educativos, livros e revistas), contribuindo para ampliação do conhecimento geral e específico	Muito importante	Média	Mantém	36
Equipe coesa, entrosada e engajada	Muito importante	Forte	Melhora	64
Elabora rotineiramente material de comunicação referente às exposições (ex.: folder, catálogo)	Totalmente importante	Fraca	Melhora muito	50
Exposições de longa duração a partir de seu acervo	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Divulga suas pesquisas referentes ao acervo por meio de publicações, cartilhas, artigos etc.	Muito importante	Fraca	Mantém	24
Higienização, conservação e manejo de acervos	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Possui estrutura de gestão democrática e igualitária, com integração de povos indígenas e sociedade civil organizada	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Programa de Formação e Capacitação de servidores a partir dos acervos	Importante	Média	Mantém	27
Procedimentos arquivístico e museal baseados em normas internacionais para gestão dos acervos – como Spectrum, AFRICOM, CIDOC, Object ID, Dublin Core, entre outros.	Totalmente importante	Fraca	Mantém	30
Programa Educativo em implantação	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Exposições temporárias rotineiramente relacionadas à suas linhas por meio de parcerias	Pouco importante	Fraca	Melhora muito	20
Atualização da programação e serviços do museu em seus canais de comunicação	Totalmente importante	Fraca	Piora	20
Coleções científicas com acervos diversificados e grande quantidade de peças	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Estrutura institucional com autonomia pedagógica, administrativa e financeira	Totalmente importante	Forte	Melhora muito	100
Protege patrimônio arqueológico, histórico, artístico e etnográfico da região norte de Mato Grosso	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Muito importante	Muito forte	Melhora	80
Baixa rotatividade de Profissionais	Totalmente importante	Forte	Melhora muito	100
Área externa e auditório para eventos	Importante	Forte	Melhora muito	60
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Totalmente importante	Forte	Melhora muito	100
Venda de Souvenires e Artesanato Indígena e local	Importante	Forte	Mantém	36
Atende escolas públicas e privadas. comunidades do entorno e povos indígenas	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Acervos com potencial inovador	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Política de Aquisição e Descarte de Acervo em elaboração	Totalmente importante	Fraca	Melhora	40
Integração ao Cadastro Nacional de Museus do IBRAM	Totalmente importante	Média	Melhora	60
Participa de Programas e Editais Nacionais e Estadual de Cultura	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Ações, programas e projetos de extensão, ensino e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Plano Estratégico de Ação Anual, partindo de Projetos de Pesquisa e Extensão	Muito importante	Muito forte	Melhora muito	100
Capacidade de promover e integrar as suas ações a agenda nacional do IBRAM e IPHAN	Importante	Forte	Mantém	36
Pontuação geral das suas Forças			→	1828

ANEXO 16: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FRAQUEZAS TOTAIS - JUARA				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Insuficiência de recursos financeiros para desenvolver as ações, programas e projetos de extensão, ensino e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Acessibilidade comunicacional, atitudinal e metodológica aos conteúdos do museu para pessoas com deficiência e estrangeiros	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Conservação preventiva de acervos de patrimônio	Totalmente importante	Forte	Piora	80
Política de Formação e Capacitação de Servidores a partir dos acervos	Muito importante	Média	Mantém	36
Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervo Arqueológico	Muito importante	Muito forte	Piora	80
Dependência de recursos financeiros público por meio de acesso a editais	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Eficiência Operacional	Muito importante	Média	Mantém	36
Quadro de profissional, com técnicos especializados com plano de carreira ou contratados	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Dificuldades em atender as acessibilidades: programática e instrumental.	Importante	Média	Piora muito	45
Banco de dados com inventário digital de todos os acervos disponível para consulta e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Plano Museológico, com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Fundo de preservação do patrimônio para elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos.	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Registro patrimonial dos acervos, para controle e combate a furtos e roubos	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Recursos financeiros com financiamento perene e suficiente para garantir as ações de pesquisa, comunicacional, difusão científica e administrativa do Museu	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Parcos Recursos financeiros para serviços gráficos voltados para a atualização de publicações e materiais informativos	Muito importante	Forte	Piora	64
Manutenção e atualização do site, vinculando-o ao site oficial da Unemat	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Programa e Incentivo financeiro para Institucionalização de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Ensino e Extensão	Totalmente importante	Média	Piora muito	75
Instrumentos de avaliação das ações educativas	Muito importante	Média	Piora	48
Falta de recursos tecnológicos e equipamentos para digitalização, documentação, inventário, catalogação e disponibilização digital do acesso as informações dos acervos físicos	Totalmente importante	Forte	Piora	80
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubos, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Pontuação geral das suas Fraquezas			→	2024

ANEXO 17: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS AMEAÇAS TOTAIS - JUARA				
Item	Importância	Urgência	Tendência	Ponto
Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Desinteresse por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus e de ações socioambientais	Muito importante	Muito urgente	Piora muito	80
Recursos humanos e empresas especializados com número limitados no interior de Mato Grosso	Totalmente importante	Muito urgente	Piora	80
Instabilidade financeira da Universidade, com pouco aporte aos projetos e unidades museológicas	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Falta de efetividade e Eficiência dos Sistemas, Planos e Fundos Nacionais, Estadual e Municipais de Cultura	Totalmente importante	Urgente	Piora muito	75
Aumento dos custos de serviços e materiais administrativos	Importante	Muito urgente	Piora	48
Custo Amazônico (passagens, alimentação, serviços)	Muito importante	Urgente	Piora muito	60
Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional (Pontos de Cultura e de Memória)	Muito importante	Muito urgente	Piora muito	80
Falta de apoio institucional e financeiro do IPHAN, IBRAM, Palmares, FUNAI, ICMBio	Totalmente importante	Urgente	Piora muito	75
Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais das unidades museológicas	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Ausência de concurso público ou contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Pontuação geral das suas Ameaças			→	1198

ANEXO 18: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS OPORTUNIDADES TOTAIS - JUARA				
Item	Importância	Urgência	Tendência	Ponto
Contribuir para a desconcentração dos museus em nível estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Melhora	40
Contribuir na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas e comunidades tradicionais mato-grossenses	Totalmente importante	Urgente	Mantém	45
Interiorizar dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Muito importante	Urgente	Mantém	36
Acessar recursos financeiros de fundos internacionais, nacionais, estadual, municipal para proteção da Amazônia Legal	Muito importante	Urgente	Piora	24
Proteção de acervos arqueológicos, geológicos, paleontológicos, históricos, documentais de Mato Grosso e centro norte do Brasil	Importante	Urgente	Piora	18
Integrar ações dos setores museal, patrimonial, ambiental, economia da cultura e turismo	Totalmente importante	Pouco urgente	Mantém	30
Consolidar enquanto referência de museu universitário na região norte de Mato Grosso e Centro-Oeste	Muito importante	Muito urgente	Mantém	48
Possibilidade de parcerias estratégicas	Totalmente importante	Muito urgente	Mantém	60
Aproveitar políticas governamentais	Totalmente importante	Pra ontem	Mantém	75
Novos Empreendimentos hidrelétricos e do agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	Importante	Muito urgente	Mantém	36
Economia local crescente	Pouco importante	Pouco urgente	Mantém	12
Somar na efetivação do Sistema e do Fundo Nacional de Cultura	Muito importante	Urgente	Mantém	36
Promover formação e capacitação de recursos humanos a partir da oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação nos campos da preservação do patrimônio cultural, da gestão museus e conservação dos acervos museológicos.	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Ampliar a proteção e salvaguarda de bens culturais e naturais	Muito importante	Urgente	Melhora	48

Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Mantém	75
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Piora	50
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	Totalmente importante	Pra ontem	Mantém	75
Mudança de Governo, com possibilidade de valorização dos setores da cultura, dos museus e patrimônio cultural	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Produção de Informações Científicas, popularização da ciência e socialização do conhecimento	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora muito	100
Promover a integração entre o conhecimento científico e o conhecimento popular	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Integração a Rede Nacional de Museus e Acervos Museológicos universitários	Muito importante	Pouco urgente	Melhora muito	40
Pontuação geral das suas Oportunidades			→	1221

ANEXO 19: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FORÇAS TOTAIS - BARRA DO BUGRES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Acesso público, gratuito aos acervos, com horários de abertura definidos e publicizados	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Desenvolve e executa projetos de extensão e ensino	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Promove a interiorização dos projetos e ações no campo das artes visuais, patrimônio cultural e arquitetura	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Elabora material digital de comunicação referente às exposições (ex.: folder, catálogo)	Totalmente importante	Média	Mantém	45
Interiorização dos Museus Universitários em nível nacional e estadual	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Instrumentos de avaliação das ações educativas	Muito importante	Forte	Melhora	64
Acervos digitais com potencial inovador	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Equipe entrosada	Muito importante	Forte	Melhora	64
Suporte financeiro para custeio e manutenção predial, limpeza, segurança, internet, luz, telefone	Totalmente importante	Forte	Melhora muito	100
Atende escolas públicas e privadas e as comunidades do entorno e da cidade	Totalmente importante	Forte	Melhora	80
Integração ao Cadastro Nacional de Museus do IBRAM	Importante	Forte	Melhora	48
Programa Educativo em implantação	Totalmente importante	Média	Melhora	60
Exposições temporárias rotineiramente relacionadas à suas linhas por meio de parcerias	Importante	Muito fraca	Melhora muito	15
Atualização da programação e serviços do museu em seus canais de comunicação	Totalmente importante	Fraca	Melhora	40
Coleções científicas digitais dos campos das artes, arquitetura, patrimônio cultural com acervos diversificados e que são ampliados por projeto	Totalmente importante	Muito forte	Melhora muito	125
Estrutura institucional com autonomia pedagógica e administrativa	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Proteção ao patrimônio arquitetônico da região sudoeste de Mato Grosso	Totalmente importante	Média	Melhora	60
Infraestrutura com áreas com acessibilidade estrutural e adequadas para as atividades do Museu	Muito importante	Muito forte	Melhora muito	100
Baixa Rotatividade de Profissionais	Totalmente importante	Forte	Mantém	60
Área externa viável para realização de exposições e eventos abertos	Muito importante	Forte	Melhora muito	80
Projeto de extensão como planejamento estratégico anual	Muito importante	Forte	Melhora muito	80
Promoção e integração das ações a agenda nacional de museus, patrimônio cultural	Muito importante	Média	Melhora	48
Pontuação geral das suas Forças			→	1509

QUADRO 20: FATORES INTERNOS – ANÁLISES DAS FRAQUEZAS TOTAIS - BARRA DO BUGRES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Ponto
Insuficiência de recursos financeiros p/ desenvolver as ações, programas e projetos de extensão, ensino e pesquisa	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Ausência de Centro de Pesquisa com Núcleos e Programas de extensão, ensino e pesquisa em Preservação do Patrimônio Cultural	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Desenvolve exposições itinerantes para outros espaços	Importante	Forte	Mantém	36
Quadro de profissionais especializados, com número insuficiente	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Divulga suas pesquisas referentes ao acervo por meio de publicações, cartilhas, artigos etc.	Importante	Média	Mantém	27
Política de Formação e Capacitação de Servidores a partir dos acervos	Importante	Média	Piora muito	45
Participação em Programas Nacionais, Estadual e Municipal de Cultura	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Dependência de recursos financeiros	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Eficiência Operacional	Totalmente importante	Fraca	Piora	40
Capacidade técnica e operacional para produzir inventários e dossiês para o registro e salvaguarda das referências culturais a serem acauteladas como patrimônio imaterial	Importante	Média	Piora muito	45
Acessibilidades: comunicacional, atitudinal, metodológica, digital, programática e instrumental.	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Banco de dados com inventário digital de todos os acervos disponível para consulta e pesquisa	Muito importante	Forte	Piora muito	80
Plano Museológico, elaborado e assinado por um museólogo com diretrizes e programas educativo, formação, comunicação, extensão e pesquisa, gestão de recursos humanos, exposição, aquisição e descarte de acervos, segurança predial e do acervo, combate a incêndios, cooperação técnica.	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Fundo financeiro voltado fomentar a elaboração, organização, montagem e desmontagem de exposições, contratação de profissionais especializados, manutenção, conservação, restauração e aquisição de acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Registro patrimonial dos acervos digitais, para controle e combate a furtos e roubos	Importante	Forte	Piora	48
Associação Amigos do Museu	Muito importante	Forte	Piora	64
Parcos Recursos financeiros p/ serviços gráficos voltados para a atualização de publicações e materiais informativos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Atualização e Manutenção do site	Totalmente importante	Forte	Piora	80
Sistema Digital de Inventário, Catalogação e Controle de Acervo	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Programa e Incentivo financeiro da Unemat p/ Institucionalização de Núcleos e Grupos de Pesquisa	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Espaço para participação popular e comunidades ligadas aos acervos nas ações deliberativas do Museu	Importante	Forte	Piora	48
Elabora materiais e publicações diversas (como materiais educativos, livros e revistas), contribuindo para ampliação do conhecimento geral e específico	Muito importante	Média	Mantém	36
Ausência de Serviço de Seguro Contra Roubos, Furtos, Incêndio e Acidentes com os acervos	Totalmente importante	Muito forte	Piora muito	125
Procedimentos arquivístico e museal baseados em normas internacionais para gestão dos acervos – como Spectrum, AFRICOM, CIDOC, Object ID, Dublin Core, entre outros.	Muito importante	Fraca	Mantém	24
Recursos tecnológicos e equipamentos para digitalização, documentação, inventário, catalogação e disponibilização digital do acesso as informações dos acervos físicos	Totalmente importante	Forte	Piora muito	100
Programa de Formação e Capacitação de servidores a partir dos acervos	Importante	Fraca	Mantém	18
Pontuação geral das suas Fraquezas			→	1946

ANEXO 21: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS AMEAÇAS TOTAIS - BARRA DO BUGRES				
Item	Importância	Urgência	Tendência	Ponto
Leis que estabeleceram o teto dos gastos federais e estadual	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Desinteresse popular por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, de garantia ao direito à memória, de museus, das conhecimento das artes e de ações socioambientais	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Escassez de recursos humanos e empresas com serviços especializados no interior de Mato Grosso	Totalmente importante	Pra ontem	Piora	100
Instabilidade financeira da Universidade	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Falta de efetividade e Eficiência dos Sistemas, Planos e Fundos Nacionais, Estadual e Municipais de Cultura	Totalmente importante	Muito urgente	Piora muito	100
Aumento dos custos de serviços e materiais administrativos	Importante	Pouco urgente	Piora muito	30
Falta de previsão de abertura de concurso público da universidade e município com vagas para atender os diversos setores do museu	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Descontinuidade do fomento e financiamento dos projetos culturais em níveis estadual e nacional	Muito importante	Muito urgente	Piora muito	80
Falta de apoio institucional e financeiro do IPHAN, IBRAM, Palmares, FUNAI, ICMBio	Totalmente importante	Urgente	Piora muito	75
Ausência dos museus universitários no planejamento estratégico e relatórios da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Falta de uma rubrica com investimento financeiro específico para contratação de serviços especializados ou elaboração, manutenção e continuidade das atividades setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Dificuldades na contratação de profissionais para suprir as demandas por profissionais especializados nos acervos setoriais dos museus	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Poucos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Totalmente importante	Pra ontem	Piora muito	125
Pontuação geral das suas Ameaças			→	1335

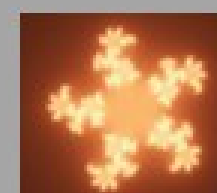
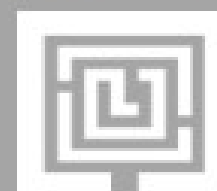
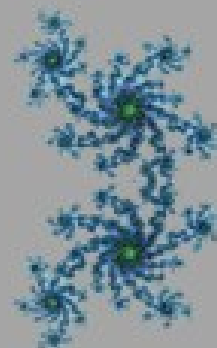
ANEXO 22: FATORES EXTERNOS – ANÁLISES DAS OPORTUNIDADES TOTAIS - BARRA DO BUGRES				
Item	Importância	Urgência	Tendência	Ponto
Contribuir para a desconcentração dos museus em nível estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Melhora	40
Contribuir para a desconcentração de museus em níveis estadual e nacional	Totalmente importante	Pouco urgente	Melhora muito	50
Contribuir na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas e comunidades tradicionais mato-grossenses	Totalmente importante	Urgente	Melhora	60
Interiorização dos Museus Universitários e Instituições de Guarda de Acervos Arqueológicos em nível nacional e estadual	Totalmente importante	Pouco urgente	Mantém	30
Acessar recursos financeiros de fundos internacionais, nacionais, estadual, municipal para proteção da Amazônia Legal	Muito importante	Muito urgente	Melhora	64
Proteção de acervos arqueológicos, geológicos, paleontológicos, históricos, documentais de Mato Grosso e centro-oeste e demais regiões do Brasil	Importante	Urgente	Melhora	36
Integrar ações dos setores museal, patrimonial, ambiental, economia da cultura e turismo	Muito importante	Pouco urgente	Melhora	32
Consolidar enquanto referência de museu universitário	Muito importante	Pra ontem	Melhora muito	100
Possibilidade de parcerias estratégicas	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora	80
Aproveitar políticas governamentais	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Novos estudos decorrentes de estudos técnicos de projetos para o agronegócio que impactam o patrimônio cultural, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e seus territórios	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora	80
Incluir e integrar a Unemat no Cadastro Nacional de Museus e Acervos Museológicos Universitários	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Auxiliar na Implementação e efetivação dos Sistemas e Fundos Nacional, Estadual e Municipais de Cultura e Patrimônio Cultural	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Proposição e oferta de cursos de graduação e pós-graduação integrados ao Museu voltados para a formação e capacitação de recursos humanos nos campos do patrimônio cultural e museus em Mato Grosso e demais estados fronteiriços	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Ampliar a conservação de bens culturais de Mato Grosso	Muito importante	Muito urgente	Melhora	64
Preservar os acervos científicos produzidos pelos pesquisadores da Universidade ou em parcerias com o Museu	Totalmente importante	Muito urgente	Melhora muito	100
Contribuir na valorização e salvaguarda da memória institucional da Universidade	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Ampliar a articulação e a cooperação com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos locais, regionais e internacionais	Muito importante	Pra ontem	Melhora	80
Mudança de Governo, com possibilidade de valorização dos setores da cultura, dos museus e patrimônio cultural	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Apoio a Implementação e Efetivação da Política e da Rede Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora muito	125
Produção de Informações Científicas e socialização do conhecimento no campo do patrimônio cultural e museus	Totalmente importante	Pra ontem	Melhora	100
Promover a integração entre o conhecimento científico e o conhecimento popular	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Promoção da cidadania cultural em Mato Grosso	Totalmente importante	Urgente	Melhora muito	75
Pontuação geral das suas Oportunidades			→	1697

ANEXO 23: POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNEMAT



Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT

Produto 01 – Minuta da Resolução com proposta para a institucionalização e Organização da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e da Rede Universitária de Museus no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.



RELATÓRIO TÉCNICO I - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2021 - UNEMAT

Consultoria em preservação do patrimônio cultural e museus, com a finalidade de produzir estudo e proposta de instrumentos para a institucionalização e organização da política de museus e patrimônio cultural no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

PRODUTO 01

Minuta da Resolução com proposta para a Institucionalização e Organização da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e da Rede Universitária de Museus no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Renato Fonseca de Arruda
Historiador do Patrimônio
Registro Profissional Nº
0000080/DF
Mestre em Preservação do
Patrimônio Cultural (IPHAN)

Brasília - DF, 30 de março de 2022

INSTITUCIONAL

Rodrigo Bruno Zanin
Reitor

Nilce Maria da Silva
Vice-Reitora

Leonarda Grillo Neves
Pró-Reitora de Extensão e Cultura - PROEC

Andrea dos Santos Oliveira
Assessora de Gestão de Cultura da PROEC

André Luiz Borges Milhomem
Diretor de Gestão de Cultura da PROEC

Tanismare Tatiana de Almeida
Assessora de Gestão de Extensão da PROEC

Anderluci dos Santos Zanetti
Assessora Técnica Administrativa da PROEC

GRUPO DE TRABALHO (GT) POLÍTICA DE MUSEUS DA UNEMAT

Adriana Nolibos Baccin – Presidente da Comissão de Política de Museus
Acir Fonseca Montecchi - Membro
Gisele Carignani - Membro
Janaína Heloysa Santos - Membro
Jairo Luís Fleck Mário Falcão - Membro
Jesus da Silva Paixão - Membro
João Mário de Arruda Adrião - Membro
Renato Fonseca de Arruda - Membro Externo
Tiago Alinor Hoissa Benfica - Membro Externo
Saulo Augusto Moraes - Membro Externo

PRODUÇÃO, PESQUISA E ANÁLISE

- Renato Fonseca de Arruda

Historiador do Patrimônio, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN)

APOIO TÉCNICO

- Acir Fonseca Montecchi

Graduado em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMT.

- Adriana Nolibos Baccin

Graduada em Educação Física e Artes Cênicas, com mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É doutora em Sociologia pela UFSC.

- Heide Roviene Santana dos Santos

Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2011). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS (2015). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2021).

- Jocenaide Maria Rossetto Silva

Graduada em História pela UFMT/CUR (1998). Especialista em Educação Ambiental pela GEO/UFMT (2001). Mestre em Educação - IE/UFMT (2001). Doutora em História Social PUC/SP (2013). Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural, Claretiano (2018).

- Luciano Pereira da Silva

Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (1996), mestrado em História com concentração em Arqueologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2007). Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas (2018-2021). Professor da UNEMAT.

- Rosilainy Surubi Fernandes

Bióloga e mestre em Ciências Ambientais pela UNEMAT. Doutora em Ciências pela Fiocruz. Consultora do Ministério da Saúde.

- Saulo Augusto de Moraes

Graduado em Pedagogia e Especialista em Docência no Ensino Superior pela UNEMAT. Professor contratado da Unemat/ Juara. Membro do Instituto Ecumam. Coordenador da Área de Educação do Museu do Vale do Arinos Município de Juara / UNEMAT, Campus de Juara.

LEVANTAMENTO DE DADOS

- Jonatan Ferreira Fernandes

Bolsista de extensão junto a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)

- Jesus da Silva Paixão

Diretor do Museu de História Natural de Alta Floresta - UNEMAT, Campus de Alta Floresta

- João Mário de Arruda Adrião

Diretor do Museu Casa Borges, Município de Barra do Bugres / UNEMAT, Campus de Barra do Bugres.

- Manoel Ferreira da Silva

Profissional Técnico em Ensino PTES lotado no Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” – MHAM / UNEMAT

- Milleide Alves de Jesus

Graduada em História (UNEMAT)

- Saulo Augusto Moraes

Graduado em Pedagogia e Especialista em Docência no Ensino Superior pela UNEMAT. Professor contratado da Unemat/ Juara. Membro do Instituto Ecumam. Coordenador da Área de Educação do Museu do Vale do Arinos Município de Juara / UNEMAT, Campus de Juara.

FOTOGRAFIA DA CAPA

- Prof. João Mario Adrião – Diretor do Museu Casa Borges

PRODUTO 01

Minuta da Resolução com proposta para a Institucionalização e Organização da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural e da Rede Universitária de Museus no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

MINUTA - RESOLUÇÃO Nº XX – CONEPE

Institucionaliza a Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis; cria, institucionaliza e regulamenta a Rede Universitária de Museus, Casas de Patrimônio, Galerias de Arte, Instituições de Guarda e Pesquisa, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis, doravante Rede de Museus da Unemat, delimitando seus objetivos, atribuições e composição no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso.

O Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONEPE**, da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, [previsto no art. 207](#), bem como nos [artigos 215, 216 e 216-A](#) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na [Lei nº 9.364/96-LDB](#), e

ADOTANDO as normas, diretrizes e determinações que tratam dos **museus**, dos **patrimônios culturais** de natureza material e imaterial, dos **acervos documentais**, das **coleções científicas visitáveis** e da **responsabilidade compartilhada, descentralizada e participativa** entre Poder Público e sociedade civil, bem como as determinações do **Estatuto dos Museus** e do **Plano Nacional de Cultura – PNC** e seus **planos setoriais** para museus, arquivos, patrimônio material, patrimônio imaterial, livro e leitura, circo, cultura afrobrasileira, artesanato, arquitetura, cultura indígena, cultura popular, moda, teatro, dança, música, artes visuais, audiovisual, arte digital e design, os quais visam garantir o pleno exercício dos direitos culturais e a formação humanística, científica e tecnológica; ([Art. 23 da CF 88](#); [Parágrafo 1º do Art. 216, CF 88](#); [Parágrafo 3º do Art. 215 CF 88](#), que institui o [Decreto-Lei 25/1937](#); [Lei Federal 3.924/1961](#); [Portaria do Iphan nº. 196/2016](#); [Portaria IPHAN nº 127 de 30/04/2009](#); [Parágrafo 2º do Art. 8º da Lei 11.483, 31/05/2007](#); [Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010](#); [Lei Federal 11.904/2009](#); [Decreto Federal nº 8.124/2013](#); [Resolução Normativa nº 1 de 14/12/2016 do IBRAM](#); [Lei Federal 12.343 de 02 de dezembro de 2010](#) e [Lei nº 14.156, de 2021](#); [Art. 6º da Resolução nº 011/2021 da UNEMAT](#); [Lei Federal nº 10.639 de 2003](#); [Lei Federal nº 11.645, de 2008](#));

ADOTANDO as referências e determinações estabelecidas no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI ([Decreto Federal nº 3.551 - 04/08/2000](#)); da Política Nacional de Cultura Viva ([Lei Federal n. 13.018 - 22/07/2014](#)); na Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN ([Portaria nº 375 de 19/09/2018](#)); no Inventário Nacional da Diversidade Linguística ([Decreto Federal Nº 7.387 - 09/12/2010](#)); nas diretrizes e os objetivos da Educação Patrimonial e Casas do Patrimônio ([Portaria IPHAN nº 137 - 28/04/2016](#)); na Política Nacional de Educação Museal - PNEM ([Portaria IBRAM nº 422 - 30/11/2017](#)); e no Programa Pontos de Memória ([Portaria IBRAM nº 315 - 06/09/2017](#)); [Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais](#) ([Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007](#));

CONSIDERANDO as normas legais da preservação do patrimônio arquivístico, bem como a necessidade de adotar as diretrizes e melhores práticas de elaboração, organização, manutenção, preservação e acesso a materiais e acervos físicos e digitais para garantir a preservação do patrimônio cultural e dos museus no âmbito da Universidade ([Lei Federal n. 8.159, 08/01/1991](#); [Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital - CONARQ, 2004](#); [Resolução nº 20, 16/07/2004, do CONARQ](#); [Resolução nº 31 do CONARQ](#); [Resolução nº 37 do CONARQ](#); [Resolução nº 38, 09/07/2013](#); [Resolução nº 39 29/04/2014](#); [Resolução nº 43 - 04/09/2015](#); [Decreto Estadual nº 1.654, 29/08/1997](#); [Decreto nº 5.567, 26/11/2002](#); [Decreto Estadual nº 1.509, 12/ 08/2008](#); [Decreto Estadual nº 511, 04/06/2020](#); [Decreto Estadual nº 512, 04/06/2020](#));

RECONHECENDO a relevância dos **valores e princípios** enunciados na [Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais \(UNESCO, 2005\)](#) para a orientação de políticas públicas nos campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, e também na [Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial \(UNESCO, 2003\)](#);

CONSIDERANDO a [Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade](#), coordenada pelo Brasil e aprovada pela [Conferência Geral da UNESCO em sua sessão 38ª](#) em 17 de novembro de 2015;

COMPREENDENDO o **patrimônio cultural** como um processo social decorrente de construções, atribuições de valores e permeados de conflitos entre os diferentes grupos sociais, onde a Universidade deve cumprir o papel fundamental de agente na formação emancipatória dos sujeitos, enquanto produtora de saberes libertários, e não apenas como difusora, consumidora e reprodutora de conhecimentos colonizadores;

COMPREENDENDO os **museus como instituições dinâmicas**, vivas e de encontro intercultural, como lugares estimuladores do desenvolvimento social e que trabalham com o poder da memória, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades mato-grossenses e sua relação com o meio ambiente ([Parágrafo 8º da Carta de Salvador, IBERMUSEUS, 2007](#));

COMPREENDENDO os **museus como práticas sociais** transformadoras e relevantes para o desenvolvimento compartilhado, como lugares de representação da diversidade cultural dos povos, que partilham no presente memórias do passado e que querem construir juntos uma outra via de acesso ao futuro, com mais justiça, harmonia, solidariedade, liberdade, paz, dignidade e direitos humanos ([Parágrafo 9º da Carta de Salvador, IBERMUSEUS, 2007](#));

CONSIDERANDO que cabe ao **Governo Estadual** “através de seus Poderes constituídos, da sociedade e de seu povo”, garantir a “todos pleno exercício dos direitos culturais, respeitando o conjunto de valores e símbolos de cada cidadão e o acesso às fontes de cultura, nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais”, bem como aos “Poder Público, com a colaboração da comunidade”, promover e proteger o “patrimônio cultural mato-grossense por meio de inventário, registro, vigilância, planejamento urbano, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação em articulação com a União e os Municípios” ([Art. 247º, 248º e Art. 252º da Constituição Estadual de Mato Grosso de 1989](#));

CONSIDERANDO as diretrizes e determinações do **Plano Estadual de Cultura - PEC** ([Lei Estadual nº 10.363 - 27/01/2016](#)), do **Sistema Estadual de Cultura** de Mato Grosso ([Lei Estadual nº 10.362, 27/01/2016](#)), do **Sistema Estadual de Museus** ([Decreto Estadual nº 959, 05/12/2007](#)), das diretrizes e normas de preservação do patrimônio cultural ([Lei Estadual nº 11.323 de 2021](#)), do **Sistema de Arquivos do Estado de Mato Grosso** – SIARQ /MT e do [manual de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso](#) ([Decreto Estadual nº 1.654, 29/09/1997](#); [Decreto Estadual nº 5.567, 26/11/2002](#));

CONSIDERANDO a [árvore dos Problemas da Política Cultural do Estado de Mato Grosso \(2016-2019\)](#) e o diagnóstico apresentado na [Carta aos Candidatos Mato-Grossenses em Defesa do Patrimônio, do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural, seção Mato Grosso \(2020\)](#), onde apontaram como um dos **principais problemas a deficiência de recursos humanos capacitados** nas áreas de patrimônio cultural, educação patrimonial e museal, arqueologia, arquivologia, biblioteconomia, museus, conservação e restauração para trabalhar seja na esfera estadual, seja na municipal ([SECEL, Relatório do Plano Plurianual Consolidado 2016 - 2019](#));

RECONHECENDO a relevância e a **capilaridade da Unemat**, que se faz presente em 108, sendo 42 com atendimento direto, dos 141 municípios do estado de Mato Grosso, por meio dos 13 campus, 18 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de ensino à distância, tendo 32 etnias indígenas e cerca de 23 mil acadêmicos atendidos em 67 cursos de entrada regular, 64 cursos EaD e outros 45 ofertados em modalidades diferenciadas, além de 33 cursos de pós-graduação, incluindo quatro doutorados institucionais, quatro interinstitucionais e três doutorados em rede e mais 16 mestrados em formatos acadêmicos e profissionais ([Anuário Estatístico de 2020, ano base 2019](#));

RECONHECENDO a necessidade de inserção curricular de temas relacionados ao patrimônio cultural e museus, bem como na organização administrativa da Unemat de modo que assumam as unidades museológicas como ambientes de integração, agregadores de núcleos e/ou grupos de pesquisa e programas, pertencente e sediado em um órgão de administração didático-científica, com estrutura física e organizacional voltados para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, justa, social, econômica e culturalmente participativa, sustentável, solidária e pacífica através do estabelecimento de diálogos, metodologias e processos formativos da comunidade universitária e da sociedade, visando aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a ciência, e o saber, o pluralismo de ideias, respeitando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ([Art. 207, CF 88](#); [Art. 2º da Resolução nº 011/2021 da UNEMAT](#); [Incisos I, II e III do Art. 3º da Lei Complementar 319/2008](#); [PEP UNEMAT 2015-2025](#));

CONSIDERANDO que a Unemat possui corresponsabilidade na preservação do patrimônio cultural mato-grossense, brasileiro e da humanidade formado por um conjunto de: [02 cidades](#); [06 bens imóveis individuais](#); [1346 sítios arqueológicos cadastrados em 73 municípios](#) (CNSA, 2019); [07 bens imateriais registrados](#); [01 parque natural](#) ([02 bens imateriais](#) e 01 patrimônio natural cancelados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO) (IPHAN, 2019); [71 comunidades remanescentes de Quilombos Certificados \(PALMARES, 2021\)](#), sendo todos acautelados em nível federal; 42 etnias indígenas (IBGE, 2010), presente em 55 dos 141 municípios mato-grossenses (FUNAI, 2010); 01 reserva extrativista; Em nível estadual, temos acautelados 102 bens materiais, com 05 centros históricos e 04 conjuntos arquitetônicos, bem como 05 bens imateriais registrados e 01 patrimônio genético (SECEL, 2017). Além de [17 coleções científicas de história natural](#), sendo a Universidade guardiã de 07 coleções científicas visitáveis de história natural com milhares de exemplares espécimes, bem como de dezenas de acervos arqueológicos, etnográficos, documentais, iconográficos e bibliográficos históricos, todos de valor inestimável para a História da Humanidade ([Art. 207, CF 88](#); [Decreto Federal n. 80.978/1977](#); [Art. 2º da Resolução nº 011/2021 da UNEMAT](#); [Incisos I, II e III do Art. 3º da Lei Complementar 319/2008](#); [IPHAN, 2021](#); [SEDEC, 2021](#); [Parágrafo 5º do Art. 216, CF88](#); [Art. 247º, 248º e Art. 252º da Constituição Estadual de Mato Grosso de 1989](#); [PEP UNEMAT 2015-2025](#));

CONSIDERANDO que a Unemat contribui de maneira qualificada e possui assentos permanentes em **comissões, conselhos e comitês gestores de cultura, museus e patrimônios culturais e naturais** nos níveis federal, estadual e municipal, espaços que permitem transformações sociais a partir das suas atividades técnicas e científicas, **umentando a sua contribuição ao desenvolvimento cultural, educacional e técnico-científico, e à formação de profissionais** com sólidos conhecimentos nas diversas áreas a partir da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão ([Resolução n. 029/2017 - CONSUNI](#); [4.2.1 Fatores Externos, PEP UNEMAT 2015-2025](#));

CONSIDERANDO a previsão de ações específicas com alta urgência voltadas para o fomento à pesquisa, ensino e extensão no setor da cultura, bem como a necessidade de um plano para a construção, estruturação e manutenção para atender os saberes e a gestão desse campo da política pública, destacamos urgente necessidade de formação de recursos humanos nas áreas da cultura, arqueologia, museus e patrimônio cultural ([Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\) 2017-2021 da UNEMAT, Resolução n. 029/2017 - CONSUNI](#); [Dimensões Infraestrutura, Profissionais Técnicos, PEP UNEMAT 2015-2025](#));

CONSIDERANDO que a Unemat, para a **realização de missão e seus objetivos**, de interação com a Sociedade, e na busca contínua da excelência, tem ampliado as atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive com permanente articulação com os poderes públicos, sociedade civil e a iniciativa privada ([Art. 3º da Lei Complementar 319/2008](#));

CONSIDERANDO a necessidade do **desenvolvimento de ações articuladas** voltadas para o desenvolvimento de atividades que assumam como perspectiva o caráter profissional, educativo e cultural dos museus, galerias de arte e demais patrimônios culturais no estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que as coleções científicas e museus universitários são responsáveis pela preservação de parte significativa do patrimônio cultural brasileiro, constituído por evidências de todos os campos do conhecimento, bem como importantes fontes de referências que exercem centralidade para ações de ensino, pesquisa e extensão ([V FÓRUM DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS, 2018](#));

CONSIDERANDO o princípio da salvaguarda mediante a singularidade e o caráter interdisciplinar dos acervos da Unemat, constituídos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, no exercício de ensino, em experiências com comunidades originárias e por doações da sociedade, bem como a vulnerabilidade da guarda dos acervos e coleções, das edificações e áreas de proteção e preservação integrantes ao patrimônio cultural e ambiental da Universidade, que possuem potenciais para a geração de pesquisa, ensino e extensão por meio das coleções universitárias ([V FÓRUM DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS, 2018](#));

CONSIDERANDO que as atividades dos museus constituem de ações de preservação e salvaguarda do patrimônio material e imaterial e são desenvolvidas de modo a atender plenamente as **finalidades extensionistas, de ensino e pesquisa** descritas na [Resolução N. 085/2007 – CONEPE](#), que disciplina a Política de Pesquisa e a [Resolução N. 011/2021](#) – CONEPE, que dispõe sobre Centros e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat, conforme consta no Regimento e no Estatuto da Universidade ([RESOLUÇÃO Nº 049/2016 – CONSUNI](#));

CONSIDERANDO o Processo nº _____ e da decisão do Conselho tomada na ____ Sessão Ordinária realizada nos dias _____ de _____;

RESOLVE:

Art. 1º Cria a Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Galerias de Arte, Casas de Patrimônio, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis, doravante **Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural (PUMPC)**, vinculada à Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Mato Grosso - Unemat, anexo 01.

Art. 2º Aprova o regimento e organiza a Rede Universitária de Museus, Casas do Patrimônio, Galerias de Arte, Instituições de Guarda, Acervos e Coleções científicas visitáveis da Unemat, doravante **Rede de Museus da Unemat**, anexo 01.

Cáceres, _____ de _____ de 2022.

Rodrigo Bruno Zanin
Reitor da UNEMAT

ANEXO - 01

**INSTITUI A POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL (PMPC); CRIA,
ORGANIZA E REGULAMENTA A REDE DE MUSEUS DA UNEMAT**

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS DA POLÍTICA

Art. 1º. A Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Acervos e Coleções Científicas Visitáveis, Galerias de Arte da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat, doravante **Política de Museus e Patrimônio Cultural**, constitui-se enquanto um **conjunto de princípios, valores e diretrizes** que tem como **premissa** balizar a realização, organização e difusão de práticas orientadoras, estratégicas e operacionais, de forma coerente, concertada e indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão nas unidades museológicas da Universidade, consolidando assim a integração de processos de construção do conhecimento voltados para garantir os direitos culturais e o fortalecimento da transformação social e territorial, da democracia e cidadania cultural, da democratização do acesso à ciência, da participação popular, da interação com a sociedade e do desenvolvimento cultural sustentável (*Art. 1º e seu Parágrafo Único da Lei Federal n.11.904/2009, do Estatuto dos Museus; Decreto Federal n. 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto dos Museus; Portaria Federal n. 422, 30/11/2017, que institui a Política Nacional de Educação Museal; Lei Estadual nº 10.363 - 27/01/2016, do Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso; o Decreto Estadual nº 959, 05/12/2007, que instituiu o Sistema Estadual de Museus; a Lei Estadual nº 11.323 de 2021; que definiu as diretrizes e normas estaduais de preservação do patrimônio cultural; o Decreto Estadual nº 1.654, 29/09/1997, o Decreto Estadual nº 5.567, 26/11/2002 e o manual de Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, que instituem e regulamentam o Sistema de Arquivos do Estado de Mato Grosso – SIARQ /MT; ARRUDA, 2014; CUNHA FILHO, H., 2020).*

Art. 2º Para fins desta norma, consideram-se:

I - Bens culturais passíveis de musealização: bens móveis e imóveis da universidade, territórios de entorno e expressões culturais de interesse público e fontes da cultura nacional (*Art. 215, CF 88*), de natureza material ou imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (*Art. 216, CF 88; Inciso III do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013*);

II - Museu – ambiente de integração, agregando núcleos e/ou grupos de pesquisa e programas (*Art. 2º, Resolução nº 011/2021 - CONEPE*) de caráter cultural, com atuação em locais físicos e virtuais e que reúne duas ou mais modalidades acima (*Parágrafo único, Resolução nº 011/2021 - CONEPE*), com estrutura física e organizacional que compreenda os recursos necessários (*Art. 2º, Resolução nº 011/2021 - CONEPE*), assim se consolidando como **unidade permanente da universidade** colocada a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento para conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor (de forma física e/ou virtual, imóvel e/ou itinerante) os patrimônios materiais e imateriais, as referências culturais, os acervos e as coleções de valor histórico, artístico, arqueológico, arquitetônico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, para fins de preservação, salvaguarda, estudo, pesquisa, inventário, educação, contemplação, comunicação, turismo e desenvolvimento sustentável (*Art. 1ª da Lei Federal n. 11.904 de 14/01/2009; Art. 2º inciso IX do Decreto Federal n. 8.124, de 17/10/2013; Art. 4º da Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, UNESCO, 17/11/2015*);

III - Centro de Documentação Histórica - ambiente de integração, agregando núcleos e/ou grupos de pesquisa e programas (*Art. 3º e Parágrafo único, Resolução nº 011/2021 - CONEPE*), com atuação em locais físicos e virtuais e que reúne documentos de tipologias e origens diversas, sob a forma de originais ou cópias, físicos e/ou digitais, ou referências sobre uma área específica da atividade acadêmica, tecnológica e científica, que não apresente as características previstas nos incisos IX e X do caput (*Inciso IV do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013*);

IV - Museu Virtual: ambiente de integração em ambiente virtual, constituído através de núcleos e/ou grupos de pesquisa, programas e projetos de caráter cultural que reúne duas ou mais modalidades destes para pesquisar, interpretar, preservar e expor de maneira íntegra e autêntica as suas coleções e acervos digitais, bem como para se comunicar com o público geral a partir de espaços de interação virtual (*HENRIQUES, 2018; Art. 1ª da Lei Federal n. 11.904 de 14/01/2009; Art. 2º inciso IX do Decreto Federal n. 8.124, de 17/10/2013; art. 4º da Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, UNESCO, 17/11/2015; Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), 2004; Art. 2º e Parágrafo único, Resolução nº 011/2021 - CONEPE*);

V - Museu de Território: modelo de Museu, conforme definido no inciso I, que opera processos de musealização *in situ*, ou seja, o objeto musealizado não é apartado do seu contexto de ambiência, mas todo o ambiente/território na integralidade são musealizados. Este modelo subdivide-se em: parques naturais, sítios históricos, museus comunitários, lugares de memória, sítios arqueológicos musealizados, museus a céu aberto e ecomuseus ([Art. 1ª da Lei Federal n. 11.904 de 14/01/2009](#); [Art. 2º inciso IX do Decreto Federal n. 8.124, de 17/10/2013](#); [Art. 4º da Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, UNESCO, 17/11/2015](#));

VI - Coleções Científicas Visitáveis – ambientes de integração físicos e/ou virtuais, compostos por núcleos, grupos de pesquisa e/ou programas de caráter cultural, biocultural e tecnológicos, que reúnem duas ou mais modalidades acima, com estrutura física e organizacional que compreenda os recursos necessários ([Art. 2º e Parágrafo único, Resolução nº 011/2021 - CONEPE](#)) para acondicionar, preservar e expor conjuntos de bens culturais e bioculturais de natureza artística, documental, científica, ambiental e tecnológica, conservados para registro permanente da herança natural e/ou cultural do planeta e da humanidade (herbários, planetários, discotecas, fototecas, laboratórios, núcleos de documentação histórica), e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente, possuindo, ou não, coleções didáticas e que realizem processos museológicos ([Inciso V do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#); [Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, UNESCO, 17/11/2015](#));

VII - Galerias de Arte – ambientes de integração (físicos e/ou virtuais), também concebidos como museus de arte, empenhadas em promover um diálogo intergeracional e que apresentam exposições artísticas temporárias, abertas ao público, podendo exibir produções recentes, emergentes ou fruto de pesquisas curatoriais, de seleção por editais, entre outros mecanismos, que estejam ou não incorporadas a coleções e acervos museológicos ([Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, UNESCO, 17/11/2015](#));

VIII - Patrimônio cultural – bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico ([CF 88, Art. 216](#); [Lei Estadual nº 11.323/2021, Art. 1º e § 1º e § 2º](#));

IX - Casas do Patrimônio: instrumentos estratégicos de implementação da Política Nacional de Educação Patrimonial, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, comunidades locais, sociedade civil em convênio com a UNEMAT, para estimular o desenvolvimento social e de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro ([Art. 5º da Portaria do IPHAN n. 137, 28/04/2016](#)).

X - Pontos de Memória: núcleos de iniciativa comunitária constituídos de forma autônoma em relação ao poder público, com atuação em locais físicos e virtuais e geridos de forma participativa pelas próprias comunidades em conjunto com a Universidade, para a identificação, pesquisa, divulgação, difusão de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam metodologias da museologia social visando ao reconhecimento e à valorização de sua memória coletiva ([Portaria IBRAM nº 315, 06/09/2017](#); [Portaria IBRAM nº 633, 31/08/2021](#)).

XI - Unidades de Conservação da Natureza: são espaços territoriais passíveis de musealização, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas das unidades da Unemat, do território estadual e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico-cultural existente ([Inciso I do Art. 1º da Lei nº 9.985, 18/07/2000](#); [Lei Estadual Nº 10903, 07/06/2019](#));

XII - Educação Patrimonial: processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação ([Portaria IPHAN nº 375, 19/09/2018](#));

XIII - Educação Museal: um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade ([Inciso V do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#); [Portaria IBRAM n. 422, 30/11/2017](#); [Portaria IBRAM nº 605, 10/08/2021](#));

XIV - Processo museológico: programas, projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão, com atuação em locais físicos e virtuais e ações em desenvolvimento ou desenvolvida, fundamentado pela interdisciplinaridade, bem como teórica e metodologicamente pelos fundamentos dos campos disciplinares da Museologia e do Patrimônio Cultural, aos quais considerem o território mato-grossense, os bens, os saberes e fazeres, as referências culturais, a memória social das comunidades e a economia da cultura, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico da sociedade ([Inciso V do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#); [Portaria IBRAM n. 422, 30/11/2017](#); [Portaria IBRAM nº 605, 10/08/2021](#));

XV - Gestão compartilhada: instrumento de gestão que busca interação entre os diversos entes sociais objetivando, através da cooperação entre os mesmos, um desenvolvimento sustentável com participação democrática e coletiva ([Arts. 23 e 215, CF 88](#); [Lei Federal nº 13.019/2014](#); [Decreto Estadual nº 446/2016](#) e [a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/2016](#); [Lei Federal nº 13.800/2019](#); [Lei Estadual nº 10.362/ 2016](#); [Lei Estadual nº 10.363 / 2016](#));

XVI - Cadastro do Patrimônio Museológico: banco de dados físico e digital para garantir o inventário e a gestão integrada dos acervos documentais e as coleções científicas visitáveis dos museus da Unemat e associados ([Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#));

XVII - Instituição de Guarda e Pesquisa (Instituição de Guarda de Acervos Arqueológicos): ambiente de integração, agregando núcleos e/ou grupos de pesquisa e programas de caráter cultural e biocultural, que reúne duas ou mais modalidades acima, com estrutura física e organizacional que compreenda os recursos necessários, habilitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para manter e receber acervos arqueológicos, cujas condições estruturais devem atender às recomendações estabelecidas pelo IPHAN ([Lei n. 3.924, 23/07/1961](#); [Portaria nº 07 de 01/12/1988](#); [Instrução Normativa n. 001/2015](#); [Portaria nº. 196/2016](#));

XVIII - Inventário: procedimento que se vale de critérios técnicos e científicos, em conformidade com a natureza dos bens culturais, e caráter histórico, artístico, sociológico, antropológico, arqueológico e ecológico, respeitada a diversidade das manifestações culturais locais, a qual visa subsidiar atos administrativos a serem tomados pelo Poder Público que poderá permitir a identificação, o cadastro e o acatamento de bens culturais do Estado, visando a preservação através da promoção, subsídio e orientação de ações de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural; a mobilização e apoio a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural; a promoção do acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural; o subsídio às ações de educação patrimonial nas comunidades e nas redes de ensino pública e privada; a produção e alimentação de indicadores de bens culturais a serem subsequentemente protegidos ([Art. 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988](#); [Art.s 32 e 33 da Lei Estadual nº 11.323 de 23 de março de 2021](#); [Portaria IPHAN 160/2016](#)).

XIX - Degradação - dano de natureza química, física ou biológica, causado por ação natural do tempo, por catástrofes naturais, por manipulação indevida, por armazenamento inadequado, ou por qualquer ação que coloque em risco a integridade física do acervo do museu, passível de restauração total ([Inciso VI do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#));

XX - Destruição - dano total, causado por ação natural do tempo, por catástrofes naturais, por manipulação indevida, por armazenamento inadequado, ou por qualquer ação que inviabilize sua restauração ([Inciso VII do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#));

XXI - Inutilização - dano equivalente a degradação passível de restauração parcial ([Inciso VIII do Art. 2º, Decreto Federal nº 8.124, 17/10/2013](#)).

XXII - Reserva técnica - espaço destinado à guarda e preservação de bens culturais, objetos e artefatos pertencentes aos grupos sociais sob a tutela de um Museu, Casas do patrimônio, Instituição de Guarda e Pesquisa e/ou Galeria de arte. Podendo ser um lugar com acesso restrito, ou pensado para ser uma reserva técnica visitável, ações que corroboram para o cuidado e preservação do acervo.

XXIII - Unidade(s) museológica(s): ambientes de integração (museus, instituição de guarda, unidades de conservação, casas de patrimônio, pontos de memória, galeria de artes, centro de documentação, unidades de conservação, laboratórios e coleções científicas visitáveis) e Projetos aprovados e instituídos através das categorias de Processo Museológico, respeitando as definições e critérios acima e as legislações em vigência.

DAS DIRETRIZES E VALORES DA POLÍTICA

Art. 3º A Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat está pautada pelos seguintes princípios e valores ([CF 88, Art. 216](#); [Lei Estadual nº 11.323/2021](#); [Lei nº 12.343, 2/12/2010 - Plano Nacional de Cultura](#); [Decreto Estadual nº 959, 05/12/2007](#); [Lei Estadual nº 10.363, de 27/01/2016 - Plano Estadual de Cultura](#); [Lei nº 10.362, 27/01/2016](#)):

- I - Cultura, um conceito abrangente. Expressão simbólica, direito de cidadania, direitos culturais e vetor de desenvolvimento;
- II - A cultura brasileira é dinâmica. Expressa relações entre passado, presente e futuro de nossa sociedade;
- III - As relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais. A natureza é indissociável da cultura;
- IV - A sociedade mato-grossense gera e dinamiza sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado;
- V - A UNEMAT cabe fomentar, formular, promover, executar, monitorar e avaliar políticas, programas e ações voltadas para as áreas da cultura, dos direitos culturais e do desenvolvimento cultural, enfocando especialmente as do patrimônio cultural e museus, com abrangência aos temas da memória institucional, memória social, memória comunitária, artes, a diversidade linguística, saberes e fazeres, os acervos históricos e as coleções e acervos científicos da Universidade;
- VI - A Política de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat está ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão, intrinsecamente estruturada a partir da corresponsabilidade entre o poder público e a sociedade civil.
- VII - Os museus, casas do patrimônio, galerias de arte, instituições de guarda e pesquisa, unidades de conservação e coleções visitáveis constituem-se práticas sociais relevantes para o desenvolvimento social compartilhado, como lugares de representação da diversidade cultural e instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural, como lugares que trabalham com o poder da memória voltados para a interação e debates, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades ibero-americanas e sua relação com o meio ambiente;
- VIII - Os museus, casas do patrimônio, instituições de guarda e pesquisa, acervos e coleções científicas são bens culturais essenciais e inestimáveis para construir uma outra via de acesso ao futuro, com justiça, harmonia, solidariedade, liberdade, paz, dignidade, direito à memória, direitos culturais e direitos humanos;
- IX - O patrimônio cultural e museus devem garantir o princípio da Indissociabilidade, devendo garantir que não haja separação entre os bens culturais materiais patrimonializados e musealizados e as comunidades que os têm como referência;
- X - O Respeito às Diversidades locais e regionais através do reconhecimento e da consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural é a base de uma Política justa e equânime;
- XI - As unidades museológicas da Universidade deverão garantir a articulação e o envolvimento de forma transversal todas as políticas setoriais dos campos dos museus e patrimônio cultural;
- XII - O conhecimento produzido a respeito do patrimônio cultural e museus deve ser disponibilizado, em linguagem e meios acessíveis, à Sociedade;
- XIII - O cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PUMPC da Unemat.
- XIV - A gestão do patrimônio cultural, museus e demais unidades museológicas proporcionará ações com a finalidade de estabelecer e fortalecer as redes de museus e patrimônios cultural de instituições, públicas e privadas, sociedade organizada e profissionais da área de preservação.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE MUSEUS E PATRIMÔNIO

Art. 4º A Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat encontra-se pautada pela abordagem sistêmica e organização em rede, bem como pelos seguintes diretrizes ([Lei nº 12.343, 2/12/2010 - Plano Nacional de Cultura](#); [Decreto Estadual nº 959, 05/12/2007](#); [Lei Estadual nº 10.363, de 27/01/2016 - Plano Estadual de Cultura](#); [Lei nº 10.362, 27/01/2016](#); [Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018](#); [Portaria IBRAM nº 605, de 10 de agosto de 2021](#); [Lei Ordinária Estadual nº 10.362/2016](#); [V FÓRUM DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 2018](#)):

I - Eixo 1: Gestão e Governança

- a) Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social, memória institucional, galerias de arte, pontos de memória, casa de patrimônio e dos museus visa à democratização da produção do conhecimento de modo a garantir a diversidade, a pluralidade e o acesso aos bens e referências culturais no estado de Mato Grosso;
- b) Estímulo e apoio a municipalização das políticas de museu, preservação do patrimônio cultural, casas de patrimônio, pontos de cultura e galerias de arte, de modo que a Unemat possa participar, direta e indiretamente, na construção e gestão de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares, museus virtuais, galerias de arte, lugares de memória, inventários, entre outros, vinculados a Política Nacional de Museus, Política Nacional de Patrimônio Cultural, as Políticas de Cultura, Patrimônio Cultural e Museus mato-grossenses e nas ações de preservação e gerenciamento das unidades de preservação do patrimônio cultural em níveis municipais, estadual e federal através de diretorias, comissões e conselhos de proteção e preservação do patrimônio cultural;
- c) Incentivo a criação de programas e ações que viabilizem a preservação e o combate a degradação, a inutilização e a destruição através do planejamento, da conservação e da sustentabilidade do patrimônio cultural e museus e acervos científicos submetidos ao processo de musealização no âmbito de processos museológicos e unidades museológicas da Universidade;
- d) Promoção da Gestão compartilhada democrática, com participação direta de comunidades detentoras dos saberes e expressões culturais, alvo da política universitária de museus e patrimônio cultural, suas unidades museológicas e/ou museus vinculados;
- e) Incentivo à participação social na formulação, implementação execução das ações educativas nas unidades museológicas, bem como na gestão das coleções e seus acervos documentais e coleções visitáveis de modo a fortalecer a governança e estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais na proteção e preservação das suas referências culturais;
- f) Desenvolvimento de Programa Educativo e Cultural nos Planos Museológicos e/ou Estratégicos e estabelecimento entre suas atribuições: missão educativa; referências teóricas e conceituais; diagnósticos de sua competência; descrição dos projetos e plano de trabalho; registro, sistematização e avaliação permanente de suas atividades e formação continuada dos profissionais do museu;
- g) Incentivo a criação de mecanismos de financiamento, fomento e apoio a programas, projetos e ações de conservação, pesquisa e educativas, complementando sua dotação orçamentária permanente;
- h) Incorporação da contribuição dos setores das unidades museais como parte integrante das programações e na constituição da memória por meio do registro e divulgação de suas ações.

II - Eixo 2: Profissionais, formação e pesquisa

- a) Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo mato-grossense e brasileiro;
- b) Integração das práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços devido às pessoas;
- c) Promoção da intersectorialidade das ações educativas e formação profissional, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural e museus com as demais áreas da cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano, tecnologia e outras áreas correlatas;

- d) Difusão do patrimônio cultural, dos museus, das coleções, dos saberes e práticas dos museus e dos saberes e fazeres patrimonializados e/ou musealizados como temas transversais e interdisciplinares;
- e) Busca pela garantia e manutenção do equilíbrio das funções museológicas de salvaguarda, pesquisa, difusão, comunicação e formação ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- f) Valorização dos profissionais dos campos dos museus, do patrimônio cultural, da educação museal e patrimonial, incentivando a atualização, formação e aperfeiçoamento, por meio de cursos da profissão;
- g) Potencialização do conhecimento específico dos campos do patrimônio cultural, gestão da preservação e conservação dos acervos científicos, da educação museal, da educação patrimonial de forma a consolidar esses campos, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências e do estímulo à viabilização dos cursos de nível superior e pós-graduação nestas áreas;
- h) Valorização e Promoção da troca de experiências por meio de parcerias nacionais e internacionais para a realização de estágios profissionais;
- i) Fortalecimento da pesquisa em educação em museus e patrimônio cultural e em contextos nos quais ocorrem processos museais e patrimoniais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento científico;
- j) Promoção do desenvolvimento e da difusão de pesquisas específicas dos campos por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área.

III - Eixo 3: Museus e sociedade

- a) Valorização dos patrimônios culturais sob a guarda e cuidados das unidades e processos museológicos, compreendendo-os como unidades de valor estratégico e único nos diferentes processos identitários e de formação, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;
- b) Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição das referências culturais a serem inventariadas, registradas, tombadas e/ou musealizadas;
- c) Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades;
- d) Valorização do território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- e) Favorecimento às relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- f) Reconhecimento de que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
- g) Incentivo a integração das políticas de patrimônio cultural e museus às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
- h) Estímulo a programas, projetos e ações que visem o reconhecimento dos museus, instituições de guarda e pesquisa, pontos de memória, casas de patrimônio, acervos e coleções universitárias como estruturas indispensáveis à formação profissional e ao desenvolvimento da cidadania cultural;
- i) Difusão de ações voltadas para a realização de curadoria compartilhada do acervo científico e cultural para fins de exposições e eventos, assegurando perspectivas interdisciplinares e formas de integração da comunidade universitária e universidade com o público externo.

Parágrafo único. A proteção, a manutenção, o fomento, o financiamento, o apoio, a segurança, a salvaguarda, a difusão e o fornecimento de condições técnicas, estruturais e financeiras adequadas ao funcionamento, conservação das Unidades Museológicas integram o conjunto de obrigações institucionais inerentes à gestão da Universidade, devendo a mesma criar mecanismos para a implementação dos seus mecanismos e instrumentos de gestão, monitoramento dos planos de ação e museológico e avaliação ([Decreto Federal n. 8.124, de 17/10/2013](#); [Lei nº 12.343, 2/12/2010 - Plano Nacional de Cultura](#); [Lei Estadual nº 10.363, de 27/01/2016 - Plano Estadual de Cultura](#); [Lei nº 10.362, 27/01/2016](#)).

TÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º As Unidades e Processos Museológicos da UNEMAT são regidos pelas legislações federal e estadual vigentes, pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade e poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão visando produzir e compartilhar conhecimento com a sociedade ([Art. 207, CF 88](#); [Decreto Federal n. 80.978/1977](#); [Art. 2º da Resolução nº 011/2021 da UNEMAT](#); [Incisos I, II e III do Art. 3º da Lei Complementar 319/2008](#); [IPHAN, 2021](#); [SEDEC, 2021](#); [Parágrafo 5º do Art. 216, CF 88](#); [Art. 247º, 248º e Art. 252º da Constituição Estadual de Mato Grosso de 1989](#); [PEP UNEMAT 2015-2025](#); [Art. 3º da Lei Complementar Estadual n. 319/2008](#); [Resolução n. 029/2017 - CONSUNI](#); [Resolução N. 085/2007 – CONEPE](#); [Resolução N. 011/2021](#); [RESOLUÇÃO Nº 049/2016 – CONSUNI](#)).

Art. 6º As Unidades Museológicas da Unemat devem se pautar pela garantia e manutenção do equilíbrio entre as funções museológicas de identificação, documentação, salvaguarda, proteção, conservação, formação, comunicação, fruição, avaliação e pelos princípios que regem a vida universitária da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Parágrafo único. Os museus podem estimular a constituição de associações de amigos dos museus, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904, de 2009, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público (art. 30 do [Decreto Federal n. 8.124, de 17/10/2013 – Estatuto dos Museus](#)).

Art. 7º As Unidades Museológicas, respeitando as Resoluções que disciplinam os Centros e a aprovação de Pesquisa e Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão ([Art. 2º da Resolução nº 011/2021 da UNEMAT](#)), podem ser criados sob a condição de:

- I - Centros;
- II - Projetos que estejam pautados pela definição de processos museológicos, conforme Art. 2º, Inciso XIV;
- III - Os projetos voltados para ações de criação de unidades museológicas, conforme definido no Art. 2º, Inciso XXII, devem passar pela análise da Coordenação da Rede de Museus da Unemat.

Parágrafo único. A criação de Casas de Patrimônio e Pontos de Memória ficam condicionados a definição de convênios com as instituições públicas de preservação do patrimônio cultural, respeitando a legislação e normas federais e estadual definidas, em vigência.

Art. 8º Os seguintes Museus e Unidades museológicas passam a compor a **Rede de Museus da Unemat** como **membros natos**, seguindo as definições:

I - Museus da Unemat:

- a) Museu de Humanidade Alaíde Montecchi;
- b) Museu de História Natural de Alta Floresta;

II - Unidades Museológicas da Unemat:

- a) Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão Museu Casa Borges, de Barra do Bugres;
- b) Centro de Pesquisa em Museus e Patrimônio Cultural de Sinop;

- c) Centro de Pesquisa em Museus e Patrimônio Cultural do Vale do Arinos;
- d) Centro de Pesquisa em Museus e Patrimônio Cultural de Pontes e Lacerda;
- f) Centro de Pesquisa em Patrimônio Natural e Biodiversidade e Museu de História Natural de Nova Xavantina.

Art. 9º Ficam criados sob a categoria de Museus Associados da Unemat e como membros natos da Rede:

I - Museu Associado a Unemat

- a) Museu do Vale do Arinos, ligado a Prefeitura Municipal de Juara;
- b) Museu Casa Borges, ligado à Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

Parágrafo único. Os Centros a serem criados como Unidades Museológicas da Unemat e os Museus associados integrados, criados através desta resolução, passam a ser considerado nato. Os que mantêm seu funcionamento por meio de projetos e ainda por implementar **terão 18 (dezoito) meses** para submeter e aprovar suas propostas aos Colegiados Regionais, a Rede de Museus e as demais instâncias, conforme resoluções em vigência.

Art. 10º Cada Unidade Museológica, a partir da composição heterogênea de especialistas, deverá formular e aprovar em seu órgão colegiado a sua política de aquisições e descartes de bens culturais, documentação e acervo científico, que deverá ser atualizada periodicamente através de sua **Comissão de Aquisições e Descartes**.

Art. 11º Unidades museológicas quando aprovados na condição de Centro, respeitando as legislações da Unemat, deverão dispor de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão patrimonial, estrutura física e recursos humanos voltados para garantir gestão da preservação, proteção, pesquisa e estudos sobre comunicação, conservação e restauro, gestão cultural, expografia, educação patrimonial e museal, conforme a legislação correspondente.

Parágrafo único. Os centros de ensino, pesquisa e/ou extensão reconhecidos como uma das categorias definidas nos Incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIV, XVII do art. 2º, vinculados à Rede de Museus da Unemat, deverão respeitar as leis [nº 13.653, de 18 de abril de 2018](#) e [nº 14.038, de 17 de agosto de 2020](#), que regulamentam as profissões de arqueólogo(a) e historiador(a), respectivamente.

Art. 12º As unidades museológicas, quando aprovados na condição de **Processo Museológico**, deverão formular sua proposta de ação com objetivos a serem alcançados a curto, médio e longo prazo, metodologia, materiais e métodos, equipe técnica, cronograma de execução, bem como propor a sua política de aquisições e descartes de bens culturais, com destinação de produtos finais (acervos físicos e digitais) a uma unidade museológica da Universidade, que serão atualizados e seus prazos de execução repactuados após avaliação do relatório anual pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus.

Art. 13º As unidades museológicas devem garantir a gestão, a conservação, a proteção e a segurança de seus acervos físicos e digitais.

§ 1º Os responsáveis pelas unidades museológicas e os agentes que, em razão de ações de preservação, conservação ou restauração, derem causa, mesmo que de forma culposa, a dano ou destruição de bens culturais musealizados, inventariados e/ou patrimonializados, responderão civil e administrativamente pelos seus atos, devendo emitir relatórios técnicos sobre cada ação.

§ 2º Em caso de dificuldade em garantir a conservação, a proteção e a segurança dos seus acervos físicos e digitais, as Unidades Museológicas deverão comunicar o fato ao órgão ao qual estejam vinculados e a Rede de Museus.

§ 3º Os Museus da Unemat ou associados a Rede de Museus da Unemat, reconhecidos como Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico, deverão respeitar as recomendações vigentes e cumprir as leis e normas federais que regem a preservação do patrimônio arqueológico, conforme disciplinado pela [Portaria Iphan nº 196/2016](#).

Parágrafo Único. Por meio da sua equipe de gestora, os Museus Virtuais criados sob a condição de Processo Museológico deverão elaborar e apresentar para aprovação da Rede de Museus a sua política de identificação, documentação, seleção, organização, catalogação e descartes de seus acervos e coleções digitais, que deverá ser atualizada, avaliada e/ou repactuada anualmente pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus.

Art. 14º Os atos referentes à criação, fusão, incorporação, cisão e/ou encerramento de Unidades Museológicas institucionalizadas sob a natureza de **Centro** deverão respeitar os dispositivos da Resolução 11/2021, devendo ser analisado e aprovado pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus ou, na sua ausência, pela PROEC, sob avaliação, aprovação e ratificação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE.

§ 1º Caso o pedido de criação e registro junto a Rede de Museus seja indeferido, poderá ser requerido a criação e registro diretamente ao CONEPE.

§ 2º O tempo de exercício de um Museu, casas do patrimônio e/ou galeria de arte criado na condição de processo museológico será disciplinado pela Rede de Museus, mediante análise dos relatórios anuais dos projetos e programas aprovados.

§ 3º Atos referentes a extinção de museus, casas do patrimônio e/ou galeria de arte criados através das categorias Centro e processo museológico, os acervos e coleções científicas produzidos e inventariados deverão ser devidamente registrados, acondicionados e protegidos pela Unemat e, através de designação realizada pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus, devem ser obrigatoriamente designados para outro Museu da Unemat.

§ 4º Em caso do encerramento do Museu Associado, o Conselho Coordenador da Rede deverá avaliar junto com a comunidade ou ente público a aquisição e guarda através de compra ou doação dos acervos e coleções científicas, bem como a proteção, conservação e destinação das coleções aos museus da Unemat.

§ 5º Cria o [Fundo Universitário](#) de Fomento e Financiamento da proteção, conservação, restauração e aquisição de acervos históricos, tecnológicos, artísticos e museológicos de interesse público para compor as coleções científicas dos Museus da Unemat (Art. 1º e Parágrafo único da [Lei Federal nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019](#)).

Art. 15º Em caso de extinção de uma Unidade Museológica o seu acervo científico, tecnológico e documental, físico e/ou digital, com inventários e registros, deverão ser protegidos e conservados pela Unidade a ser designado pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus.

Parágrafo único. Em não havendo Unidade sucessora, ou acervo científico, tecnológico e documental, físico ou digital, com inventários e registros referidos no caput deverão ser encaminhados ao Conselho Coordenador da Rede de Museus competente para as providências cabíveis.

Seção II

DO MUSEU ASSOCIADO A UNEMAT

Art. 16º O Programa Museu Associado a Unemat (Art. 9º do [Decreto Federal n. 8.124, de 17/10/2013](#)) destina-se a reconhecer a atuação, apoiar o funcionamento e desenvolver projetos conjuntos de interesse dos setores museológicos, conservação e restauração, acervos e coleções científicas visitáveis, patrimônio cultural (material e imaterial) através da cooperação via gestão compartilhada ([Lei Ordinária Estadual nº 10.362/2016](#)) com organizações sociais, coletivos culturais e órgãos estaduais, municipais e federais (Arts. 23 e 215, CF 88; [Lei Federal nº 13.019/2014](#); [Lei Federal nº 13.800/2019](#); [Lei Estadual nº 10.362/ 2016](#); [Lei Estadual nº 10.363 / 2016](#)).

§ 1º Ao museu público ou privado que se destacar por sua excelência e inovação poderá ser concedida a condição de Museu Associado a Unemat, mediante o estabelecimento de objetivos comuns, convênios e/ou participação em núcleos de Gestão Compartilhada (podendo ser pelas categorias: estruturais, programáticas, pesquisa e construção de capacidades, e, por fim, comportamental) a ser aprovada pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus.

§ 2º A condição e o reconhecimento de Museu Associado serão conferidas pela Rede de Museus da Unemat, mediante requerimentos, termos de cooperação e/ou planos anuais, bi e/ou quadrienal de gestão, ouvindo o Conselho Coordenador da Rede.

Parágrafo único. Em casos de critérios e procedimentos que não estejam contemplados nesta Resolução, caberá ao Conselho Coordenador da Rede de Museus definir o procedimento para reconhecimento do Museu Associado.

Art. 17º As Unidades Museológicas da Rede poderão cadastrar-se no Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso e no Sistema Brasileiro de Museus, em consonância com o Estatuto dos Museus ([Lei Federal no 11.904 de 14/01/2009](#)), e suas regulamentações: o [Decreto nº 8.124/2013](#) e a [Resolução Normativa nº 1 de 14/12/2016](#).

Art. 18º Cabe às Unidades Museológicas da Rede de Museus da Unemat construir seus mecanismos para garantir a organização arquivística de seus acervos museológicos e dar publicidade, transparência e acesso às informações, considerando o sigilo como a exceção, conforme a [Lei nº 12.527, de 18/12/2011](#) - Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pelo [Decreto nº 7.724, de 16/05/2012](#).

Art. 19º As unidades museológicas deverão **publicizar os termos de descartes** a serem efetuados pela instituição, por meio de informativos nos instrumentos previstos nos [Capítulos III, IV e VI do Título II, a Lei nº 11.904, de 2009](#) - Estatuto dos Museus.

Parágrafo único. Além das regras previstas nos § 1º ao § 3º do art. 46 e art. 47 da Lei nº 11.904, de 2009, os projetos e ações relativas à **acessibilidade universal** (1. Atitudinal; 2. Arquitetônica; 3. Metodológica; 4. Programática; 5. Instrumental; 6. Transportes; 7. Comunicacional; 8. Digital) nas Unidades Museológicas ([Art. 8; Art. 42, incisos I, II, III, parágrafos 1 e 2; Art. 43; e Art. 44 da Lei nº 13.146, 06/06/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência](#)) deverão ser explicitados em todos os programas integrantes ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.

Art. 20º Compete ao Conselho Gestor da Rede de Museus da Unemat a avaliação técnica das Unidades Museológicas com a finalidade de subsidiar os Conselhos Superiores e a Unidades Executivas da Reitoria na aprovação de orçamentária e utilização das denominações do Art. 2º, ouvindo a fundamentação que sustenta a decisão sobre a disponibilidade de recursos físicos, financeiros, materiais e humanos necessários à implantação e gerenciamento a ser apresentada pelos Colegiados Regionais, e respeitando as denominações já existentes na data de publicação desta Resolução.

Seção II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 21º As Unidades Museológicas criadas sob a categoria de Centro (Pesquisa, Ensino e/ou Extensão) são regidos pela legislação vigente ([Art. 2º da Resolução nº 011/2021 da UNEMAT](#)), pelo [Estatuto](#) e [Regimento Geral](#) da Unemat e estão vinculados ao Campus e seu processo de institucionalização enquanto Centro deverá conter as seguintes informações:

- a) Nome e vinculação;
- b) Relevância para o Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Objetivos;
- d) Estrutura organizacional, atentando para a garantia de participação da comunidade externa;
- e) Composição dos recursos humanos agregados;
- f) Infraestrutura;
- g) Regimento interno, com prazo definido para elaboração de seu plano museológico e planos de ação anual.

Art. 22º As Unidades Museológicas criadas sob a categoria de **Centro** (Pesquisa, Ensino e/ou Extensão), com ou sem caráter de instituição de guarda e pesquisa, sediados nos Campus da UNEMAT, são vinculados, administrativamente, à Diretoria Regionalizada, Político, Pedagógica e Financeira do Campus (DPPF) e, academicamente, a Rede de Museus vinculada à PROEC.

Parágrafo Único. As Unidades Museológicas, criadas sob a categoria de **Processo Museológico**, organizadas e institucionalizadas através de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão e sediados nos polos acadêmicos da Educação à Distância ([Decreto Federal nº 5.800, de 8 de junho de 2006](#)), Núcleos Pedagógicos, Turmas Especiais Fora de Sede e Parceladas serão vinculados administrativa e academicamente a Rede de Museus, coordenada pela PROEC.

Art. 23º As Unidades Museológicas criadas sob a categoria de Centro (Pesquisa, Ensino e/ou Extensão) terão a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho Gestor;
- II - Diretoria;
- III - Vice-Diretoria;
- IV - Coordenações de área;

Parágrafo Único. O(A) Diretor(a) e coordenadores de áreas das Unidades Museológicas, possuidores de curso de formação nas áreas da museologia, da gestão cultural e do patrimônio cultural, institucionalizadas como Centro e vinculados a Rede de Museus da Unemat, deverão exercer dedicação exclusiva, respaldada pelas deliberações legais que reduzem suas cargas horárias de ensino decorrentes do exercício da atividade de gestão, viabilizando assim meios para garantir o equilíbrio entre as funções museológicas e patrimoniais de proteção, salvaguarda, pesquisa, conservação e restauração, comunicação, fruição e formação, integrando-os aos princípios que regem a vida universitária da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Art. 24º O Conselho Gestor das Unidades Museológicas criadas sob a categoria de Centro é um órgão colegiado, com a finalidade de assessorar em deliberações, decisões e avaliações das unidades sobre a Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural, bem como subsidiar a implementação das ações estabelecidas nos planos museológico, planos estratégicos, planos de aquisição e descarte e demais documentos normativos de gestão a serem elaborados e implementados.

Parágrafo Único. O Conselho Gestor da Unidade Museológica criada na categoria Centro será composto por direções de núcleos, coordenadores de acervos e coleções visitáveis, líderes ou vice-líderes de Grupos de Pesquisa e dos Programas (Ensino, Pesquisa e Extensão), considerando principalmente às naturezas do(s) acervo(s), bem como por detentores de saberes que constituem os valores das coleções, incluindo membros da sua comunidade externa.

Art. 25º O Diretor da Unidade Museológica institucionalizada como Centro será eleito pela comunidade acadêmica através de membros dos Grupos e Núcleos de Pesquisa, Faculdades, Cursos e Programas (Graduação e Pós-Graduação) vinculados, homologado por órgão colegiado, conforme definido em Regimento.

§1º O Diretor do Centro deverá ser servidor efetivo da Unemat, com titulação mínima de Mestre, com abrangência e ênfase em, pelo menos, duas áreas afins à natureza do Museu.

§2º O mandato para o Diretor será de 04 anos, prorrogável por mais 04 anos.

Art. 26º Compete ao Diretor(a):

- I - Responder, administrativamente, pelo Centro;
- II - Coordenar a produção e implementação do Plano Museológico ou Plano Estratégico das Unidades Museológicas;
- III - Elaborar o relatório anual de atividades;
- IV - Encaminhar o relatório anual ao Conselho Superior do Centro para apreciação;
- V - Convocar e presidir o Conselho Superior.

Art. 27º Compete ao Vice-Diretor(a):

I - Responder, administrativamente, pelo Museu e desenvolver todas as funções da(o) Diretor(a) na ausência ou designado;

Art. 28º As coordenações podem contar com:

I. Coordenação Administrativa:

a) Jurídica, Administrativa e Financeira.

II. Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão:

a) Serviço de Produção Cultural e Captação de Recursos;

b) Serviço de Pesquisa Científica e Organização de acervos;

c) Programas interdisciplinares.

III. Coordenação de Museologia, Documentação e Conservação:

a) Serviço Pesquisa e Ensino;

b) Serviço de Conservação de Acervos Científicos;

c) Serviço de Curadorias;

d) Serviço de Documentação Museológica e Patrimonial.

IV. Coordenação de Educação e Difusão Cultural:

a) Serviço de Comunicação Científica;

b) Serviço de Expografia;

c) Serviço de Coordenação Pedagógica.

V. Coordenação de Comunicação, Articulação e Projetos:

a) Serviço de Registro Audiovisual;

b) Serviço de Tecnologias de Informação;

c) Serviço de Articulação e Produção Cultural.

Art. 29º Para ser Coordenador e Membro da Unidade Museológica, os profissionais (pesquisador, o professor, o técnico e os demais colaboradores internos e externos) devem ter formação específica nas áreas específicas das Unidades Museológicas e passar por capacitação nas áreas de natureza dos acervos, bem como estar integrado a Grupo de Pesquisa, Programa e/ou Projeto (Ensino, Pesquisa e/ou Extensão) vinculado a Rede de Museus da Unemat.

Art. 30º Compete ao Coordenador:

I - Atender ao plano de trabalho anual, decorrente das metas estabelecidas no Plano Museológico e/ou Planejamentos Estratégicos;

II - Participar das reuniões da Unidade Museológica;

III - Acatar as deliberações do Conselho Gestor;

IV - Pautar a construção e a implementação do Cadastro do Patrimônio Museológico, Acervos e Coleções Científicas visitáveis da Unemat;

V - Padronizar e Fornecer informações administrativas e financeiras para compor o Relatório Anual de atividades;

VI - Inventariar e inserir todos os acervos arqueológicos no Cadastro do Patrimônio Museológico e dos Acervos e Coleções Científicas Visitáveis da Unemat;

VII - Contribuir na Curadoria dos Acervos Artísticos, Científicos, Culturais e Históricos, bem exposições e eventos;

VIII - Criar políticas institucionais ou protocolos de entrada de coleções, voltados para a aquisição, salvaguarda (Documentação museológica e Conservação Preventiva), Comunicação (Exposições, pesquisas e publicações).

Art. 31º As Unidades Museológicas criada através de Projetos, sob a categoria de Processo Museológico, deverão estar vinculadas a Núcleos, Grupos de Pesquisa e/ou Laboratórios que, a pedido e após sua aprovação, passarão a integrar a Rede de Museus da Unemat, sendo necessário para tanto constar o Plano de Trabalho Anual com detalhamento dos instrumentos que garantirão: gestão administrativa e financeira, didático-pedagógica, metodológica, critério de acessibilidade, conservação, restauração, comunicação, formação, curadoria, participação social, segurança, diagnóstico, gestão da documentação física e digital e destinação final das coleções e acervos constituídos.

Seção IV

DOS PLANOS MUSEOLÓGICOS

Art. 32º É dever da Equipe Gestora e do Diretor da Unidade Museológica (físicos e virtuais), criada sob a categoria de Centro, a elaboração e a implementação do seu Plano Museológico ([Lei Federal no 11.904 de 14/01/2009](#); [Decreto nº 8.124/2013](#); [Resolução Normativa nº 1 de 14/12/2016](#)), instrumento de planejamento estratégico, que definirá sua missão e função específica na sociedade, devendo contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o **diagnóstico participativo** da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a **identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda**, entre os quais se incluem os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, nos mais diferentes suportes;

III - a **identificação dos públicos** a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - os **programas, agrupados, desmembrados ou ampliados** segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo:

a) institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica, financeira e administrativa da unidade museológica, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.

b) de gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores da unidade museológica, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;

c) de acervos e descarte - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da unidade museológica, incluídos os de origem arquivística, documental, bibliográfica e arqueológica;

d) de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição da unidade museológica, intra ou extramuros, de longa, média ou curta duração;

e) educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pela unidade museológica, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;

f) de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, documental, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;

g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a proteção, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno das unidades museológicas, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação

dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência ([Art. 8; Art. 42, incisos I, II, III, parágrafos 1 e 2; Art. 43; e Art. 44 da Lei nº 13.146, 06/06/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência](#));

h) de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança da unidade museológica, da edificação, dos acervos, das coleções científicas e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

i) de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;

j) de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e

k) sócio-ambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

j) Reserva técnica – abrange os espaços destinados à guarda e preservação de bens culturais, objetos e artefatos pertencentes aos grupos sociais sob a tutela da unidade museológica, podendo ser um lugar com acesso restrito, ou pensado para ser uma reserva técnica visitável, ações que corroboram para o cuidado e preservação do acervo.

Art. 33º A elaboração de Planos Museológicos dos Museus e Unidades Museológicas da UNEMAT deverá, obrigatoriamente, ser coordenada por profissional da museologia, conforme a [Lei Federal n. 7.287, de 18 de dezembro de 1984](#) e o [Decreto Federal nº 91.775, de 15 de outubro de 1985](#), que regulamenta a profissão de Museólogo.

Art. 34º A implementação e monitoramento do Plano Museológico deve ser acompanhada e/ou coordenada por profissional da museologia, conforme a [Lei Federal N. 7.287, de 18 de dezembro de 1984](#), que regulamenta a profissão de Museólogo, bem como integrar profissionais do campo da ciência do patrimônio cultural.

Parágrafo Único: É dever da Unidade Museológica, criada sob a categoria de Museu, a elaboração e aprovação do instrumento de planejamento, com validade quinquenal, que definirá sua missão e função específica na sociedade, devendo contemplar obrigatoriamente os critérios e objetos dispostos nos incisos e alíneas do art. 32º.

Seção IV

DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE MUSEOLÓGICA

Art. 35º É dever da Unidade Museológica, criada sob a categoria de Casa do Patrimônio, Acervo e Coleções Científicas Visitáveis, Instituição de Guarda e Pesquisa, Galeria de Artes, à elaboração e implementação do Plano de Ação Anual e do Plano de Estratégico de Gestão, instrumentos de planejamento, com validade de anual e quinquenal, respectivamente, que definirá sua missão e função específica na sociedade, devendo contemplar obrigatoriamente os critérios e objetos dispostos nos incisos e alíneas do art. 32º.

§1º A elaboração do Plano Estratégico deve obrigatoriamente ser coordenada por profissionais devidamente habilitados e tecnicamente qualificados nas áreas de museus, conservação e restauro, proteção do patrimônio cultural e das artes, respeitando as legislações que regulamentam as profissões de arqueólogos, museólogos, arquivistas, historiadores, arte-educador, entre outras.

§2º A elaboração do Plano de Ação Anual deve obrigatoriamente ser coordenada pelos profissionais do Museu.

CAPÍTULO II

Seção I

DA REDE DE MUSEUS DA UNEMAT

Art. 36º Fica criada e regulamentada a Rede Universitária de Museus, Casas de Patrimônio, Instituições de Guarda e Pesquisa, Galerias de Arte, Acervos e Coleções Científicas da Unemat, doravante **Rede de Museus da Unemat**, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

Art. 37º A Rede de Museus da Unemat tem por missão formular, propor, coordenar e avaliar a implementação política universitária de museus e patrimônio cultural, bem como fomentar ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio das Unidades de Museológicas integradas a Rede de Museus da Unemat.

§ 1º A duração da Rede de Museus da Unemat é por tempo indeterminado.

§ 2º Para fins deste regimento da Rede de Museus entende-se por seu objeto: i) museus de território; ii) museus virtuais; iii) casas de patrimônio; iv) galerias de arte; v) pontos de memória; vi) unidades de conservação; vii) laboratórios com acervos documentais e coleções científicas visitáveis; viii) processos museológicos; ix) gestão compartilhada; x) instituições de guarda e pesquisa; e, por fim, xi) cadastro e sistema de informação do patrimônio museológico, conforme as definições apresentadas no art. 1º e seus incisos.

Parágrafo único. A Rede de Museus da UNEMAT reger-se-á pelo: [Regimento Geral da Universidade do Estado de Mato Grosso](#); Estatuto dos Museus ([Lei Federal n. 11.904, 14/01/2009](#)); Decreto Federal n. 8.124 / 2013; Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade (UNESCO, 2015); **Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais** para a orientação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da memória social e dos museus (UNESCO, 2005); **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial** (UNESCO, 2003); **Decreto-Lei 25**, de 1934; **Lei Federal 3.924**, de 1961; Portaria do Iphan nº. 196/2016; **Estatuto dos Museus**, Lei 11.904/2009, e suas regulamentações pelo Decreto nº 8.124/2013 e a Resolução Normativa nº 1 de 14/12/2016 do IBRAM; **Política Nacional de Cultura Viva** ([Lei 13.018, de 22/07/2014](#)); o **Plano Nacional de Cultura** – PNC (CF, art. 216-A); **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial** (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551 (04/08/2000); [na Portaria nº 375 \(19/09/2018\)](#), que instituiu a **Política de Patrimônio Cultural Material** do IPHAN; no Decreto Nº 7.387 (09/12/2010), que instituiu o **Inventário Nacional da Diversidade Linguística**; na Portaria nº 137 (28/04/2016), que estabelece as diretrizes e os objetivos da **Educação Patrimonial e Casas do Patrimônio**; na Portaria IBRAM nº 605, de 10 de agosto de 2021, que estabeleceu a **Política Nacional de Educação Museal** - PNEM; e na Portaria nº 315 (06/09/2017); Resoluções nº 38 (09/07/2013), nº 39 (29/04/2014), nº 43 (04/09/2015) que dispõem sobre a **preservação do patrimônio arquivístico**; por este Regimento Interno da Universidade e pelas Legislações Federal e Estadual vigentes.

Parágrafo único. A Rede de Museus da UNEMAT reger-se-á pelo: [Regimento Geral da Universidade do Estado de Mato Grosso](#) e pelas legislações federais e estadual vigentes referentes a preservação dos museus, arquivos, bibliotecas, quilombos, cultura popular e patrimônio cultural e natural.

Art. 38º São objetivos da Rede de Museus:

- I - fomentar e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, visando garantir a indissociabilidade destas;
- II - propor ações dos campos dos museus e patrimônio cultural para integrar ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Unemat, bem como aos planejamentos da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), da Pró-Reitora de Administração (PRAD), Pró-Reitoria de Gestão Financeira (PGF), Pró-Reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação (PRPTI);
- III - subsidiar a governança pública e a integração dos Museus, Casas de patrimônio, Instituições de Guarda, Galerias de arte e demais unidades museológicas;
- IV - coordenar a implementação e a avaliação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural;
- V - criar mecanismos para garantir o monitoramento e gestão das metas, programas, projetos e acervos dos Museus, Casas de Patrimônio, Instituições de Guarda e Pesquisa, Galerias de Arte, Centros de Documentação, Coleções Científicas visitáveis;
- VI - refletir, debater e propor políticas de aquisição, gestão e descarte de acervo e conservação, bem como diretrizes para as ações dos museus, casas do patrimônio, espaços de ciências e de cultura da Universidade,

em consonância com as propostas da Unemat e as respectivas políticas nacionais e internacionais de cada área;

VII - propor, pleitear e avaliar dotações orçamentárias junto a Universidade, fundos municipais, estaduais e federais para atender a gestão das unidades museológicas da Unemat e dos museus associados;

VIII - promover a capacitação e atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e profissionais que atuam nas diferentes unidades e setores da Rede de Museus;

IX - divulgar a missão, as ações e potencialidades da Rede de Museus entre instituições congêneres, universidades e instituições de ensino e pesquisa locais, regionais, nacionais e estrangeiras, visando promover o intercâmbio e estabelecer parcerias;

X - apoiar e fomentar publicações de monografias, dissertações, teses e artigos, bem como a realização de intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre as unidades museológicas da Rede de Museus da Unemat, bem como entre unidades de comunidades externas;

XI - estudar e propor o uso de tecnologias digitais e a criação de repositórios físicos e digitais que facilitem e promovam a organização e o acesso às coleções científicas e acervos dos museus, casas de patrimônio e galerias de arte da Rede de Museus da Unemat, visando construir o banco de dados e uma cartografia dos museus e unidades museológicas em nível estadual, bem como permita a democratização do acesso e difusão do conhecimento sobre os patrimônios culturais e museológicos integrados a Rede de Museus;

XII - acompanhar e propor a atualização de informações e produção de relatórios sobre acervos, visitantes, eventos e atividades das unidades museológicas da Rede de Museus;

XIII - elaborar e manter atualizado o site da Rede de Museus, com seu banco de dados integrado, eventos, programações, projetos, programas, colaboradores internos e externos da Rede;

XIV - fomentar a construção dos sites dos museus da Unemat e associados que compõem a Rede de Museus, com banco de dados integrado, onde permita divulgar eventos, programações, projetos, programas, cursos, colaboradores;

XV - subsidiar tecnicamente e financeiramente a elaboração dos planos museológicos dos museus e planejamentos estratégicos das unidades museológicas que compõem a Rede;

XVI - elaborar instrumentos de monitoramento da implementação e avaliação dos resultados alcançados, conforme estabelecidos nos planos museológicos;

XVII - subsidiar a organização das identidades visuais das unidades museológicas que compõem a Rede;

XVIII - fomentar a criação, organização e consolidação de núcleos e grupos de pesquisa dentro dos museus da Unemat ou dos associados a Rede;

XIX - subsidiar, fomentar, promover e difundir pesquisas, ensino e extensão a serem desenvolvidas nas instituições de guarda e pesquisa integradas à Rede;

XX - estimular a criação de disciplinas, cursos de graduação e pós-graduação para formação de recursos humanos nas diferentes áreas de preservação dos patrimônios ambientais, arqueológicos, arquivísticos, bibliográficos, documental, etnográficos, históricos, linguísticos, museológicos, paisagísticos, urbanísticos;

XXI - institucionalizar o Fórum de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat;

XXII - Coordenar a construção do Cadastro do Patrimônio Museológico e Documental da Unemat.

XXIII - propiciar a criação do Fórum Universitário Estadual de Museus e Patrimônio Cultural das Universidades Públicas e Institutos Federais em Mato Grosso;

XXIV - propor e encaminhar projetos de interesse da Rede de Museus.

Parágrafo único. A integração à Rede de Museus da Unemat é facultada as Unidades Museológicas da Unemat, independentemente do tipo de vinculação institucional.

Art. 39º Para cumprir sua missão, a Rede de Museus deverá criar e coordenar espaços para promover e coordenar a comunicação com e entre núcleos e grupos de pesquisas, cursos de graduação e linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação pertencentes às unidades museológicas integrantes da Rede.

DA ORGANIZAÇÃO DA REDE

Art. 40º A Rede de Museus, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unemat, tem a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho Coordenador;
- II - Coordenação;
- III - Núcleo Integrador;
- IV - Secretaria Administrativa.

Art. 41º Compete às unidades museológicas membros da Rede de Museus:

- I - participar das reuniões da Rede de Museus;
- II - prestar as informações solicitadas pela comunidade interna e externa;
- III - apresentar relatório de atividades e de execução orçamentária, plano de ação e previsão orçamentária, conforme regulamentação interna;
- IV - propor e participar conjuntamente de projetos, prêmios e eventos acadêmicos internos ou externos a Unemat, integrando os debates científicos das Unidades Museológicas às áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V - fomentar a institucionalização, implementação e avaliação das políticas nacionais e estaduais de museus e patrimônio cultural;
- VI - emitir parecer técnico referente a solicitação da criação de Museus na condição de centro de pesquisa tramitados pelo Colegiado Regional;
- VII - encaminhar pareceres técnicos de criação de Centro de Pesquisa na condição de Museus ao CONEPE e ao CONSUNI;
- VIII - subsidiar tecnicamente na elaboração dos planos museológicos, os planos estratégicos e monitoramento e avaliação da implementação pelos museus, casas de patrimônio e galerias que compõem a Rede;
- IX - divulgar a Rede de Museus em seus espaços e eventos;
- X - participar e organizar bianualmente o Fórum de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat;

Parágrafo Único. O Fórum de Museus e Patrimônio cultural da Unemat será um evento bienal, com foco nos problemas estaduais e objetivo de refletir, avaliar e construir diretrizes para a Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat, visando consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus e unidades museológicas vinculadas a Rede de Museus.

Art. 42º Compõem a Rede de Museus:

- I - unidades com espaços e/ou coleções de caráter museológico, documental, arquivístico, arqueológico, artístico e memorial da Unemat ou associados, ou sob sua guarda, independentemente do tipo de vinculação institucional;
- II - servidores da Unemat, dos museus associados e membros convidados, preferencial e principalmente com formação/atuação profissional nas áreas de natureza e abrangência dos museus, patrimônio cultural e artes.

§ 1º São mantidas a autonomia e a afiliação de cada membro a sua unidade ou setor de origem;

§ 2º A adesão dos membros de que trata o Inciso I do caput será formalizada mediante requerimento assinado pelo(a) responsável pelos espaços e/ou coleções museológicas e aprovado pelas unidades acadêmicas ou administrativas;

§ 3º A participação dos membros de que trata o Inciso I do caput será realizada por meio de representantes indicadas(os) pelas unidades ou setores de origem, podendo ser substituídas(os) a qualquer momento a critério das unidades ou setores;

§ 4º O período de representação dos membros de que trata o inciso II do caput terá duração de dois anos, com possibilidade de recondução.

Seção III

DO CONSELHO COORDENADOR

Art. 43º O Conselho Coordenador é integrado:

I - pelo Coordenador, como Presidente do Conselho, com voto de qualidade, além de voto comum;

II - pelo Vice-Coordenador;

III - pelos pró-reitores da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), da Pró-Reitora de Administração (PRAD), Pró-Reitoria de Gestão Financeira (PGF), Pró-Reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação (PRPTI) ou seus respectivos representantes;

IV - pelos representantes de Faculdades, preferencialmente os com experiência nas áreas dos museus, arqueologia, espeleologia, artes e patrimônio cultural, sendo:

- a) 01 representante das Faculdades de Ciências Humanas, com respectivo suplente;
- b) 01 representante das Faculdades de Educação e Linguagem, com respectivo suplente;
- c) 01 representante das Faculdades de Ciências Exatas e Tecnológicas, com respectivo suplente;
- d) 01 representante das Faculdades de Ciências da Saúde, com respectivo suplente;
- e) 01 representante das Faculdades de Ciências Agrárias e Biológicas, com respectivo suplente;
- f) 01 representante das Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas, com respectivo suplente.

V - pelos **coordenadores dos museus**, casas de patrimônio, galerias de arte, instituições de guarda e pesquisa, acervos e coleções científicas visitáveis, espaços de ciências e demais unidades museológicas integrantes da Rede de Museus e seus respectivos representantes;

VI - por um(a) representante do Núcleo Integrador, com respectivo suplente, nos termos das Normas de Funcionamento do Núcleo Integrador;

VII - por um(a) representante dos servidores técnico-administrativos da coordenadoria da Rede de Museus ou vinculados aos Museus da Unemat, com respectivo suplente;

VIII - por um(a) representante dos Museus Associados a Unemat, com respectivo suplente;

IX - por dois representantes do corpo discente, com vinculação à Rede de Museus ou ligado a programas e projetos aprovados e reconhecidos como processo museológico, com respectivo suplente;

X - por um(a) representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural, Seção Mato Grosso, com respectivo suplente;

XI - por um(a) representante da Rede de Museus e Patrimônio Cultural de Mato Grosso, com respectivo suplente;

X - por um(a) representante do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso, com respectivo suplente.

§ 1º Cabe ao Conselho Coordenador coordenar o processo eleitoral e elaborar lista tríplice para escolha pelo Reitor do Coordenador e do Vice-Coordenador.

§ 2º O mandato do Coordenador, Vice-Coordenador, dos representantes do Núcleo Integrador e dos representantes dos servidores técnico-administrativos em educação é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º O mandato dos representantes do corpo discente é de 01 (um) ano, permitida a recondução.

§ 4º O mandato dos representantes, com respectivos suplentes, do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural, Seção Mato Grosso, da Rede de Museus e Patrimônio de Mato Grosso (REMP-MT) e do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso é de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 44º O Conselho Coordenador reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes ao ano, mediante convocação de seu Presidente e, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou por requerimento de pelo menos 40% (quarenta por cento) de seus membros.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho Coordenador e as atuações dos seus componentes serão exercidas da seguinte forma:

I - As votações serão por aclamação ou nominativa, quando isto for solicitado pela maioria dos votantes presentes;

II - As decisões serão tomadas pela metade mais um dos membros efetivos com direito a voto.

Art. 45º Compete ao Conselho Coordenador da Rede deliberar sobre:

I - política e diretrizes da Rede de Museus, em consonância com os arts. 3º, 4º, 6º, 7º, 14º, 15º, 16º, 17º, 34º e 35º deste Regimento;

II - resoluções da Rede de Museus;

III - proposta orçamentária anual elaborada pela Coordenação;

IV - projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão e mecanismos para captar recursos junto a agências de fomento e outras fontes;

V - projetos, acordos e convênios que envolvam a participação da Rede de Museus; VI - produção de publicações e relatórios que envolvam ações da Rede de Museus;

VII - inclusão e exclusão de novos membros;

VIII - relatório anual da Coordenação;

IX - normas de funcionamento do Núcleo Integrador;

X - deliberar sobre a realização do Fórum de Museus e Patrimônio Cultural.

Seção IV

DA COORDENAÇÃO

Art. 46º A Coordenação da Rede é integrada pelo(a):

I - Coordenador(a);

II - Vice-Coordenador(a).

Art. 47º O Conselho Coordenador da Rede contará com apoio técnico de especialistas, preferencialmente formados e com comprovada experiência em museus e patrimônio cultural, servidores da Unemat ou a serem contratados, das seguintes áreas: i) museologia, ii) arquivologia, iii) arqueologia, iv) paleontologia, v) biblioteconomia, vi) espeleologia, vii) ciência jurídica, viii) antropologia, ix) linguística, x) arquivologia, xi) história, xii) biologia, xiii) arquitetura, xiv) artes, xv) ciência da informação, xvi) pedagogia, xvii) geografia, xviii) geologia, xix) pedagogia, entre outras.

Parágrafo único. As funções de Coordenador(a) e Vice-Coordenador(a) serão exercidas por coordenadores das unidades museológicas institucionalizadas como Centro e integrantes da Rede de Museus, em efetivo exercício na Unemat, escolhidos conforme determina o artigo 43º deste Regimento.

Art. 48º Compete ao Coordenador(a):

- I - atuar como principal autoridade administrativa da Rede de Museus;
- II - zelar pelo cumprimento da missão e dos objetivos da Rede de Museus;
- III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Coordenador;
- IV - representar a Rede de Museus interna e externamente à Unemat;
- V - elaborar os relatórios anuais de atividades da Rede de Museus;
- VI - identificar oportunidades de fontes de financiamento e/ou parcerias para projetos integrados da Rede de Museus.
- VII - realizar bianualmente o Fórum de Museus e Patrimônio Cultural;

Art. 49º Compete ao Vice-Coordenador(a):

- I. substituir o Coordenador em suas faltas e impedimentos;
- II. desempenhar outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Parágrafo único. Em seus impedimentos e faltas eventuais, o Vice-Coordenador(a) será substituído pelo decano do Conselho Coordenador.

Seção V

DO NÚCLEO INTEGRADOR

Art. 50º O Núcleo Integrador é composto por corpo técnico-científico especializado, do quadro da Unemat e/ou convidados externos, designado pelo Conselho Coordenador da Rede.

Art. 51º Os núcleos integradores são equipes responsáveis por identificar carências e potencialidades das unidades museológicas e dos acervos museológicos em suas respectivas áreas, bem como propor ações para integrá-los em uma perspectiva de apoio mútuo.

Art. 52º Os núcleos integradores poderão ser compostos por, no mínimo, 2 representantes do Conselho.

Parágrafo único - Grupos de Trabalho e Comissões Especiais poderão ser criados, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse da Rede de Museus da Unemat. Havendo demanda, o servidor efetivo da Universidade, não pertencente à Rede, mas com formação especializada poderá ser convidado a integrar o Grupo de Trabalho e Comissões Especiais.

Art. 53º Compete ao **Núcleo Integrador** a promoção, difusão de pesquisas, ensino, extensão e boas práticas nas áreas:

- I - ação educativa;
- II - comunicação e público;
- III - extroversão de acervos;
- IV - gestão da informação;
- V - tratamento de acervos arquivísticos, museológicos e bibliográficos;
- VI - participação das comunidades internas e externas, especialmente as que possuem relação com os acervos científicos;
- VII - gestão dos museus e espaços museológicos;
- VIII - promoção da preservação, acesso e difusão do patrimônio cultural, presente em museus, coleções científicas e arquivos da Unemat e museus associados;

IX - estudo e proposta de financiamento das ações dos museus e demais espaços culturais da ou associados a Unemat;

X - proposição e incentivo às atividades de curricularização da extensão através do patrimônio cultural e museus;

XI - elaboração de propostas para garantir e ampliar a formação de recursos humanos nas áreas de museus, patrimônio cultural e natural;

XII - implementar ações coletivas para a formação de recursos humanos.

Parágrafo único. As atividades do Núcleo Integrador são disciplinadas por suas Normas de Funcionamento a serem instituídas e regulamentadas.

Seção VI

DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 54º A função de secretário(a) será exercida por membro da Rede de Museus e terá apoio técnico de servidores e bolsistas (graduação e graduados) selecionados pela PROEX, indicado(a) pelo Conselho.

Art. 55º Compete à Secretaria Administrativa:

I – secretariar a Coordenação;

II – cuidar dos expedientes, protocolos e arquivos relativos à Rede de Museus;

III – manter atualizados os registros das atividades da Rede de Museus;

V – Organizar calendário de atividades em conjunto com o(a) Coordenador(a);

VI – Colaborar com a elaboração do relatório anual de atividades da Rede de Museus;

VII – desempenhar outras atividades, a critério do Coordenador.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 56º Os bens móveis e imóveis das unidades museológicas da Unemat, vinculadas a Rede de Museus, pertencem ao patrimônio da Unemat.

Art. 57º Toda movimentação financeira da Rede de Museus e da Política Universitária de Museus, Patrimônio Cultural, Instituições de Guarda, Galerias de Arte, Casas de Patrimônio, Pontos de Memória, Acervos e Coleções Científicas deverão ser desenvolvidas segundo os princípios da administração pública e de acordo com as normas legais da Unemat.

Art. 58º Os recursos financeiros a serem utilizados pela Rede de Museus constituir-se-ão de:

I - dotação constante do orçamento da Universidade;

II - créditos, fundos especiais e emendas parlamentares;

III - parte dos recursos decorrentes da prestação de serviços;

IV - dotações concedidas por entidades públicas;

V - subsídios e fundos constituídos por entidades privadas sem fins lucrativos;

VI - subsídios concedidos por fundação instituída pela Universidade.

Art. 59º Anualmente, o Coordenador da Rede de Museus encaminhará à Reitoria o relatório com programas e projetos desenvolvidos, incluindo prestação de contas do seu movimento financeiro abrangendo:

I - balanço patrimonial;

- II - balanço financeiro;
- III - balanço do número de acervos museológicos da Unemat;
- IV - balanço das atividades de manutenção e conservação dos acervos do museu;
- V - quadros demonstrativos de execução orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIGOS DOS MUSEUS

Art. 60º A Rede de Museus poderá estimular a constituição de associações de amigos dos museus e patrimônio da Unemat e dos museus associados, [nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904, de 2009](#), grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º As associações de amigos dos museus, casas do patrimônio, pontos de memória e/ou galerias de arte terão por finalidade apoiar e colaborar com as atividades, contribuindo para seu desenvolvimento e para a preservação do patrimônio museológico da Unemat e museus da Rede, respeitando seus objetivos.

§ 2º Os planos e os projetos de qualquer natureza que as associações de amigos dos museus, casas do patrimônio, galerias de arte e demais unidades museológicas vinculadas a Rede pretendam desenvolver no exercício de suas funções deverão ser submetidos à prévia e expressa aprovação das unidades a que se vinculam.

§ 3º Fica vetada as Associações Amigos dos Museus e demais entidades do terceiro setor ligadas a Rede de Museus que assumam a gestão total dos museus e demais unidades museológicas, que se baliza pela gestão compartilhada de responsabilidades técnicas, administrativas e financiamento através de diferentes instituições e fundos de distintas esferas governamentais e do setor privado, nacionais e internacionais.

Parágrafo único. As atividades, programas e projetos das Associações e entidades do terceiro setor na gestão compartilhada das unidades museológicas não desobrigam a responsabilidade da Universidade pela proteção, gestão, fomento, capacitação, dotação orçamentária e de recursos humanos criados sob a categoria de Museus e Unidades Museológicas da Unemat.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61º Disposições gerais:

§ 1º São considerados membros natos aqueles que pertencerem à Rede de Museus quando da aprovação deste Regimento.

§ 2º Novos membros deverão submeter requerimento de adesão ao Conselho Coordenador da Rede de Museus, de acordo com o disposto no Artigo 5º, Parágrafo único.

§ 3º O desligamento de qualquer membro integrante da Rede de Museus, quando espontâneo, dar-se-á mediante requerimento.

§ 4º A ausência consecutiva e não justificada a três reuniões ordinárias, dentro do ano civil, resultará em votação de desligamento pelo Conselho Coordenador em reunião ordinária subsequente.

Art. 62º. Os casos omissos nesta Resolução e Regimento serão resolvidos pelo Conselho Coordenador da Rede de Museus.

Art. 63º. O presente Regimento poderá ser modificado pelo Conselho Coordenador, exigindo-se sua aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros, devendo o documento aprovado ser encaminhado à Câmara de Extensão e Cultura, bem como os Conselhos Superiores para deliberação conclusiva.

Art. 64. O presente Regimento entra em vigor nesta data.